HISTÓRIA DAS CRUZADAS

volume I

STEVEN RUNCIMAN

A PRIMEIRA CRUZADA E A FUNDAÇÃO DO REINO DE JERUSALÉM

IMAGO

História das Cruzadas

VOLUME I

A PRIMEIRA CRUZADA
E A FUNDAÇÃO DO REINO DE JERUSALÉM

Steven Runciman

As Cruzadas são consideradas como a mais romântica das expedições cristãs por alguns, ou como a última das invasões bárbaras, por outros.

O fato é que elas continuam como uma das mais excitantes e coloridas aventuras da história.

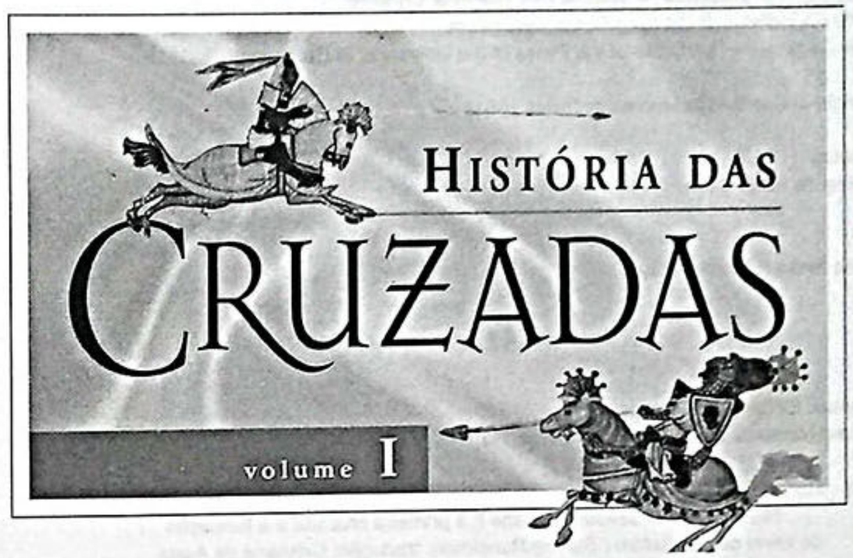
Um exército de cavaleiros, viajando com camponeses, mercadores e artesãos, enfrentando território hostil, encontrando antagonismo inesperado, o calor do deserto e o desafio constante de alimentar e oferecer água às tropas e aos cavalos.

Movidos pelo desejo de penitência e de conhecer os locais sagrados, ou pela sede de poder e vantagens encontradas no

HISTÓRIA DAS

CRUZADAS

STEVEN RUNCIMAN



VOLUME I

A PRIMEIRA CRUZADA
e a Fundação do Reino de Jerusalém

Tradução
Cristiana de Assis Serra

IMAGO

Título Original:
A History of the Crusades — Volume I — The First Crusade and the Foundation of the Kingdom of Jerusalem
Edição Original de Syndicate of the Press of the University of Cambridge

Copyright © Cambridge University Press 1951

Tradução:
Cristiana de Assis Serra

Capa:
Luciana Mello e Monika Mayer

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

R892h Runciman, Steven, Sir 1903-
História das Cruzadas, Volume I: a primeira cruzada e a fundação do reino de Jerusalém / Steven Runciman; tradução: Cristiana de Assis Serra. — Rio de Janeiro: Imago Ed., 2003
344 pp.

Tradução de: *A history of the Crusades, volume I: the first crusade and the foundation of the kingdom of Jerusalem*
Apêndices
Inclui bibliografia
ISBN 85-312-0816-5

1. Cruzadas — Primeira, 1095-1099. 2. Cruzadas — História.
I. Título. II. Título: A primeira cruzada e a fundação do reino de Jerusalém.

02-0973. CDD — 940.1B
CDU — 940"04/14"

Reservados todos os direitos. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida por fotocópia, microfilme, processo fotomecânico ou eletrônico sem permissão expressa da Editora.

2003

IMAGO EDITORA
Rua da Quitanda, 52/8º andar — Centro
20011-030 — Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (21) 2242-0627 — Fax: (21) 2224-8359
E-mail: imago@imagoeditora.com.br
www.imagoeditora.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Para

MINHA MÃE

Sumário

Lista de Mapas 9
Prefácio 11

LIVRO I
OS LUGARES SANTOS DA CRISTANDADE

Capítulo I A Abominação da Desolação 17
II O Reino do Anticristo 31
III Os Peregrinos de Cristo 46
IV Rumo ao Desastre 57
V Confusão no Oriente 68

LIVRO II
A PREGAÇÃO DA CRUZADA

Capítulo I Santa Paz e Guerra Santa 83
II A Pedra de São Pedro 92
III A Convocação 103

LIVRO III
A JORNADA PARA AS GUERRAS

Capítulo I A Expedição do Povo 117
II A Cruzada Germânica 128
III Os Príncipes e o Imperador 135

LIVRO IV
A GUERRA CONTRA OS TURCOS

Capítulo I A Campanha na Ásia Menor 163
II Interlúdio Armênio 180
III Diante das Muralhas de Antióquia 195
IV A Posse de Antióquia 214

LIVRO V

A TERRA PROMETIDA

Capítulo I	A Estrada para Jerusalém	239
II	O Triunfo da Cruz	251
III	"Advocatus Sancti Sepulchri"	259
IV	O Reino de Jerusalém	280
Apêndice I	Principais Fontes da História da Primeira Cruzada	291
II	A Força Numérica dos Cruzados	300

BIBLIOGRAFIA

I. FONTES ORIGINAIS		307
1.	Coleções de Fontes	307
2.	Fontes Ocidentais — Latinas, em Francês Antigo e Alemão	308
3.	Fontes Gregas	311
4.	Fontes Árabes e Persas	312
5.	Fontes Armênias	312
6.	Fontes Sírias	313
7.	Fontes Hebraicas	313
8.	Fontes Diversas	313
II. OBRAS MODERNAS		314

Índice 323

Lista de Mapas

1. Cercanias de Constantinopla e Nicéia na época da Primeira Cruzada 123
2. A Península Balcânica na época da Primeira Cruzada 136
3. Ásia Menor na época da Primeira Cruzada 164
4. Planta de Antióquia em 1098 196
5. A Síria na Época da Primeira Cruzada 240

Prefácio

Este livro pretende ser o primeiro volume de três, que visam a cobrir a história do movimento que chamamos de Cruzadas (desde seu nascimento, no século XI, até seu declínio, no XIV) e dos estados por ele criados na Terra Santa e países vizinhos. Espero, em um segundo volume, apresentar uma história e descrição do reino de Jerusalém e de suas relações com os povos do Oriente Próximo, bem como das Cruzadas do século XII; posteriormente, em um terceiro livro, pretendo tratar da história do reino de Acre e das últimas Cruzadas.

Quer nós as consideremos a mais tremenda e a mais romântica das aventuras cristãs ou a última das invasões bárbaras, as Cruzadas constituem um fato crucial da história da Idade Média. Antes de terem início, o centro da nossa civilização situava-se em Bizâncio e nas terras do califado árabe. Antes de chegarem ao fim, a hegemonia da civilização passara às mãos da Europa Ocidental. Foi dessa transferência que nasceu a história moderna; para compreendê-la, porém, é preciso entender não somente as circunstâncias na Europa Ocidental que geraram o ímpeto cruzado, mas, talvez ainda mais, as circunstâncias no Oriente que deram aos cruzados sua oportunidade e moldaram seu avanço e sua retirada. Nosso olhar deve abarcar desde o Atlântico até a Mongólia. Contar a história unicamente do ponto de vista dos francos, ou só dos árabes, ou mesmo apenas de suas maiores vítimas — os cristãos orientais — seria minimizar toda a sua importância. Afinal, como percebeu Gibbon[1], foi a história do Debate do Mundo.

A história completa não foi contada com freqüência em inglês; tampouco houve, na Inglaterra, uma escola ativa de historiografia das Cruzadas. Os capítulos de Gibbon no *Declínio e Queda*, apesar de seus preconceitos e da data em que foram escritos, ainda são bastante merecedores de estudo.

1 O autor refere-se a Edward Gibbon, historiador britânico que escreveu a "História do Declínio e Queda do Império Romano" (*The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, 1776-1788). (N.T.)

Mais recentemente, temos a brilhante síntese do movimento elaborada por *Sir* Ernest Barker, primeiro publicada na *Enciclopédia Britânica*, e a concisa mas admirável história dos reinos cruzados de W. B. Stevenson. A contribuição britânica, contudo, consiste principalmente em artigos eruditos, na edição de fontes orientais e em umas poucas histórias leigas. França e Alemanha contam com uma tradição maior e mais antiga. As grandes histórias germânicas das cruzadas têm início com a obra de Wilken, publicada no início do século XIX. A história de Von Sybel, que primeiro veio à luz em 1841, ainda é de suma importância; e, mais tarde no mesmo século, dois excelentes estudiosos, Röhricht e Hagenmeyer, não somente realizaram um trabalho inestimável de coleta e crítica de material-fonte como escreveram, eles mesmos, histórias abrangentes. Nos anos recentes, a tradição alemã foi mantida por Erdmann, em seu estudo exaustivo dos movimentos religiosos ocidentais que levaram às Cruzadas. Na França, a terra de onde veio originalmente o maior número de cruzados, o interesse dos estudiosos foi demonstrado pela publicação, em meados do século XIX, das principais fontes ocidentais, gregas e orientais, no imenso *Recueil des Historiens des Croisades*. A vasta história de Michaud já havia aparecido nos anos seguintes a 1817. Mais tarde naquele mesmo século, Riant e seus colaboradores da *Société de l'Orient Latin* produziram um trabalho de grande valor. Neste século, dois eminentes bizantinistas franceses, Chalandon e Bréhier, voltaram sua atenção para as Cruzadas; e, logo após a guerra de 1939, M. Grousset produziu sua história das Cruzadas em três volumes, a qual, seguindo a tradição francesa, combina um amplo conhecimento com a boa escrita e um toque de patriotismo gaulês. Agora, porém, é nos Estados Unidos que se pode encontrar a escola mais ativa de historiadores das Cruzadas, fundada por D. C. Munro, cuja produção literária deploravelmente reduzida não corresponde à sua importância como professor. Os historiadores norte-americanos, até aqui, concentraram-se em pormenores, e nenhum deles tentou ainda uma história geral e completa. Entrementes, já nos prometeram um volume composto, de que participarão alguns estudiosos estrangeiros, cobrindo todo o espectro da história cruzada. Lamento que não tenha saído a tempo de eu dela me beneficiar, na redação do presente trabalho.

Pode parecer imprudente que uma pena britânica se ponha a concorrer com as máquinas de escrever em massa dos Estados Unidos. Na verdade, porém, não há competição. Um único autor não pode falar com a alta autoridade de um painel de especialistas, mas talvez logre êxito em conferir à sua obra uma qualidade integrada, e até mesmo épica, que nenhum volume composto tem condição de atingir. Homero, tanto quanto Heródoto, foi um Pai da História — como aliás Gibbon, o maior de nossos historiadores, sabia

muito bem; e é difícil, apesar de certos críticos, acreditar que Homero fosse um painel. A historiografia, hoje, mergulhou em uma era alexandrina, em que a crítica subjugou a criação. Diante do montanhoso acúmulo de minúcias de conhecimento e aterrorizado com o vigilante rigor de seus colegas, o historiador moderno não raro encontra refúgio em artigos eruditos ou dissertações estritamente especializadas, pequenas fortalezas fáceis de defender de eventuais ataques. Seu trabalho pode ter grande valor, mas não constitui um fim em si mesmo. Creio que o dever supremo do historiador é escrever história, ou seja, tentar registrar, em uma seqüência abrangente, os maiores eventos e movimentos que agitaram os destinos do homem. O escritor ousado o bastante para tentar não deve ser criticado por sua ambição, por mais que seja digno de censura pela impropriedade de seu equipamento ou inânia de seus resultados.

Apresento, em minhas notas, a autoridade das afirmações que faço e, na bibliografia, uma lista das obras que consultei. Para com muitas delas minha dívida é enorme, ainda que eu não me refira a elas especificamente nas notas. Os amigos que me brindaram com críticas e conselhos valiosos são demasiado numerosos para serem enumerados aqui.

É preciso fazer uma observação a respeito da transliteração dos nomes. Onde ocorrem nomes cristãos que aceitaram uma forma inglesa, como John, Godfrey ou Raymond, seria pedante utilizar alguma outra; procurei sempre utilizar a alternativa mais familiar e, portanto, mais aceitável pelo leitor inglês médio. Para os termos gregos vali-me da transliteração latina tradicional, que por si só já permite uniformidade. Os nomes árabes apresentam uma dificuldade maior. Os pontos e diacríticos acrescentados pelos especialistas em árabe dificultam a leitura. Omiti-os, mas espero que meu sistema, ainda assim, esteja claro. Em armênio, no qual *k* e *g*, e *b* e *p*, são alternativamente corretos conforme o período ou localidade da palavra, ative-me ao equivalente mais antigo. O francês *de* constitui um problema permanente. Exceto onde pode ser considerado parte de um sobrenome definido, optei por traduzi-lo.[1]

Por fim, gostaria de agradecer aos Síndicos e ao Secretário da Cambridge University Press, por sua inquebrantável bondade e auxílio.

STEVEN RUNCIMAN

Londres, 1950

1 Na tradução para o português, procuramos utilizar as formas mais consagradas dos nomes das figuras históricas, tal como costumam se apresentar nas obras publicadas no Brasil. Quando não identificadas, seguimos as regras de transliteração de uso geral. (N.T.)

LIVRO I

OS LUGARES SANTOS DA CRISTANDADE

Capítulo 1

A Abominação da Desolação

"Quando, portanto, virdes a abominação da desolação, de que fala o profeta Daniel, instalada no lugar santo..." S. MATEUS 24, 15

Em um dia de fevereiro do ano de 638 d.C., o Califa Omar entrou em Jerusalém montado em um camelo branco. Suas túnicas estavam puídas e sujas, e o exército que o seguia estava indócil e turbulento, mas sua disciplina era perfeita. Ao seu lado encontrava-se o Patriarca Sofrônio, como principal magistrado da cidade rendida. Omar encaminhou-se diretamente ao local do Templo de Salomão, de onde seu amigo Maomé havia ascendido aos céus. Vendo-o ali, o Patriarca lembrou-se das palavras de Cristo e murmurou, por entre lágrimas: "Cuidado com a abominação da desolação, de que fala o profeta Daniel".

Em seguida, o Califa pediu para ver os santuários dos cristãos. O patriarca levou-o para a Igreja do Santo Sepulcro e mostrou-lhe tudo o que lá havia. Enquanto estavam na igreja, aproximou-se o momento da prece muçulmana. O Califa perguntou onde poderia estender seu tapete de oração. Sofrônio rogou-lhe que ficasse onde estava; não obstante, Omar saiu para o pórtico do Martírio, por temor, explicou, de que seus zelosos seguidores reivindicassem para o islã o local onde ele orasse. E, com efeito, assim foi. O pórtico foi tomado pelos muçulmanos, mas a igreja permaneceu tal como era, o mais sagrado santuário da cristandade.[1]

Isso estava de acordo com os termos de rendição da cidade. O próprio Profeta havia ordenado que, enquanto os pagãos deveriam optar entre a conversão ou a morte, os Povos do Livro, cristãos e judeus (entre os quais, por cortesia, ele incluiu os zoroastristas), deveriam ter permissão para manter seus locais de culto e utilizá-los sem obstáculos, conquanto não pudessem aumentar seu número, nem carregar armas, nem montar a cavalo; além do que, teriam de pagar um imposto especial por cabeça, conhecido como

1 Teófanes, ad. ann. 6127, p. 333; Eutíquio, *Annales*, col. 1099; Miguel, o Sírio, vol. II, pp. 425-6; Elias de Nisibin, p. 64. Um excelente sumário das fontes é fornecido em Vincent e Abel, *Jérusalem Nouvelle*, vol. II, pp. 930-2.

jizya.[1] Sofrônio não poderia ter esperado por termos melhores quando, montado em seu asno, foi sob salvo-conduto ao encontro do Califa no Monte das Oliveiras, recusando-se a entregar sua cidade para qualquer outro de menor autoridade. Jerusalém fora assediada durante mais de um ano; os árabes, inexperientes na arte do sítio e mal equipados para tal, eram impotentes contra as fortificações recém-reparadas. Dentro da cidade, porém, as provisões foram se esgotando, e já não havia mais qualquer esperança de alívio. O campo estava nas mãos dos árabes, e, uma por uma, as cidades da Síria e da Palestina haviam caído diante deles. Não restava mais nenhum exército cristão mais perto que no Egito, exceto pela guarnição que resistia na costa da Cesaréia, protegida pela marinha imperial. Tudo que Sofrônio conseguiu do conquistador, além dos termos habituais, foi que os funcionários imperiais que se encontravam na cidade pudessem retirar-se em segurança, com suas famílias e seus bens portáteis, para a costa da Cesaréia.

Essa foi a última realização pública do patriarca, o clímax trágico de uma longa vida gasta em labores pela ortodoxia e pela unidade do cristianismo. Desde os seus dias de juventude (quando percorrera os monastérios do Oriente com seu amigo, João Mocho, reunindo ditos e histórias dos santos para seu *Prado Espiritual*) até os últimos anos (quando o Imperador a cujas políticas ele se opunha designou-o para a grande sé de Jerusalém), Sofrônio lutara incansavelmente contra as heresias e o nacionalismo nascente que, previa ele, levariam ao desmembramento do Império. Entretanto, o "defensor da Fé de língua de mel", como o chamavam, havia pregado e trabalhado em vão. A conquista árabe era a prova de seu fracasso; poucas semanas depois, amargurado, ele morreu.[2]

De fato, nenhuma agência humana foi capaz de impedir os movimentos de ruptura nas províncias orientais de Roma. Durante toda a história do Império Romano, houvera uma batalha latente entre o Oriente e o Ocidente. Este havia vencido em Áctio[3]; aquele, contudo, sobrepujou seus conquistadores. Egito e Síria eram as mais ricas e populosas províncias do Império. Aí se encontravam seus principais centros industriais; seus navios e caravanas controlavam o comércio com o Oriente; sua cultura, em termos tanto

1 Ver o artigo "Djizya", de Becker, na *Encyclopaedia of Islam*, e Browne, *The Eclipse of Christianity in Asia*, pp. 29-31.

2 Σωφρόνιος δέ, ὁμελίγλωσσος τῆς ἀληθείας πρόμαχος, em Mansi, *Concilia*, *Nova Collectio*, vol. X, col. 607. Hoje já está estabelecido que Sofrônio, o patriarca, e Sofrônio, o amigo de Mocho, são a mesma pessoa (ver Usener, *Der Heilige Tychon*, pp. 85-104).

3 Foi na batalha de Áctio que, em 31 a.C., Marco Antônio (aliado a Cleópatra), que controlava a parte oriental do Império Romano, foi vencido por Otávio, que controlava o lado ocidental. (N.T.)

espirituais quanto materiais, era muito mais elevada que a do Ocidente, não só devido às suas longas tradições como também graças ao estímulo dado pela proximidade do único rival de Roma na civilização, o reino da Pérsia sassânida. Era inevitável que a influência do Oriente recrudescesse, até que o Imperador Constantino, o Grande, adotou uma religião oriental e mudou sua capital para o lado leste — para Bizâncio, no Bósforo. No século seguinte, quando o Império, enfraquecido pela decadência interna, teve de enfrentar o assalto dos bárbaros, a banda ocidental pereceu — mas não a oriental, graças, em grande parte, à política de Constantino. Enquanto estabeleciam-se reinos bárbaros na Gália, na Espanha, na África, na distante Bretanha e, por fim, na Itália, o Imperador Romano governava, de Constantinopla, as províncias orientais. O governo de Roma raramente fora popular na Síria e no Egito. O de Constantinopla logo despertaria ressentimentos ainda maiores. Em grande medida, esse fato devia-se a circunstâncias externas. O empobrecimento do Ocidente significou a perda de mercados para o mercador sírio e o fabricante egípcio. Guerras constantes com a Pérsia interromperam a rota comercial que atravessava o deserto para chegar a Antióquia e às cidades do Líbano; pouco depois, a queda do império abissínio e o caos na Arábia fecharam as rotas do Mar Vermelho, controladas pelos marinheiros do Egito e pelos donos de caravana de Petra, Transjordânia e sul da Palestina. Constantinopla estava se tornando o principal mercado do Império, e o comércio com o Extremo Oriente, estimulado pela diplomacia do Imperador, procurava uma rota direta, mais ao norte, através das longínquas estepes da Ásia Central. Isso tinha um gosto amargo para os cidadãos de Alexandria e Antióquia, já enciumados diante da cidade que enriquecia e ameaçava suplantá-los. O fato de o novo sistema governamental ser baseado na centralização só fez indispor ainda mais sírios e egípcios. Os direitos e autonomias locais foram gravemente restringidos, e o coletor de impostos ficou ainda mais rígido e exigente que nos velhos tempos romanos. O descontentamento insuflou novo ânimo ao nacionalismo oriental, que nunca ficava adormecido por muito tempo.

A contenda irrompeu abertamente nas questões religiosas. Os imperadores pagãos haviam tolerado os cultos locais. Os deuses locais encaixavam-se facilmente no panteão romano. Só monoteístas obstinados, como os cristãos e judeus, sofriam um ou outro surto ocasional de perseguição. Os imperadores cristãos, porém, não podiam ser tão tolerantes. O cristianismo é uma religião exclusiva, e eles desejavam utilizá-la como força unificadora, a fim de submeter todos os súditos ao governo. Constantino, ele mesmo um tanto ou quanto vago em questões de religião, procurara unificar a Igreja então dilacerada pela controvérsia ariana. Meio século depois, Teodósio, o

Grande, incluiu a conformidade como parte do programa imperial. Todavia, não era um objetivo fácil de se alcançar. O Oriente apegara-se avidamente ao cristianismo. Os gregos aplicaram aos seus problemas seu gosto pela polêmica sutil — à qual os orientais helenizados acrescentaram uma intensidade ferrenha e apaixonada, que logo daria origem à intolerância e ao ódio. O principal objeto de suas disputas era a natureza de Cristo, a questão central e mais difícil de toda a teologia cristã. O debate era de ordem teológica; todavia, naqueles tempos até o homem comum tinha interesse por discussões teológicas — que, como modalidade de recreação, só perdiam para os jogos do circo. No entanto, havia ainda outros aspectos. O sírio e o egípcio médios desejavam um cerimonial mais simples que o da Igreja Ortodoxa, com toda a sua pompa. Seu luxo ofendia-os, em sua crescente pobreza. Mais que isso: viam seus prelados e sacerdotes como agentes do governo de Constantinopla. Seu alto clero, devido à inveja, pendia facilmente para uma espécie de hostilidade. Os patriarcas das antigas sés de Alexandria e Antióquia ficaram enfurecidos ao assistirem seu irmão novo-rico de Constantinopla ganhar precedência em relação a eles. Era inevitável que emergissem heresias, sob a forma de movimentos nacionalistas de ruptura.

O arianismo logo se extinguiu no Oriente, com exceção da Abissínia; as heresias do século V, porém, foram mais duradouras. No início do século, Nestório, Patriarca de Constantinopla de origem síria, promulgou uma doutrina que dava excessiva ênfase à humanidade de Cristo. Os teólogos da escola de Antióquia sempre se haviam inclinado naquela direção; Nestório encontrou muitos seguidores no norte da Síria. Sua doutrina foi denunciada como heresia no Concílio Ecumênico de Éfeso, em 431, e, depois disso, muitas congregações sírias cindiram-se. Os nestorianos, proscritos no Império, estabeleceram sua sede no território do rei da Pérsia, na Mesopotâmia. Logo voltaram o grosso de sua atenção para o trabalho missionário em regiões mais longínquas — na Índia, Turquestão e até na China; nos séculos VI e VII, porém, ainda mantinham igrejas na Síria e no Egito, sobretudo entre mercadores que se dedicavam ao comércio com o Extremo Oriente.

A controvérsia nestoriana deu origem a outra, ainda mais amarga. Os próprios teólogos de Alexandria, deliciados com a dupla vitória sobre as doutrinas de Antióquia, e um Patriarca de Constantinopla ultrapassaram os limites da ortodoxia na direção oposta. Propuseram uma doutrina que parecia implicar uma negação da humanidade de Cristo. A heresia por vezes é chamada de eutiquianismo, nome derivado de Eutíquio, um obscuro sacerdote que teria sido o primeiro a apresentá-la. Normalmente, é mais conhecida como monofisismo. Em 451, foi denunciada pelo quarto Concílio Ecumênico, reunido na Calcedônia; os monofisistas, indignados, romperam com o corpo principal da

cristandade, levando consigo a maioria dos cristãos do Egito e inúmeras congregações da Síria. A igreja armênia, cujos delegados haviam chegado na Calcedônia demasiado tarde para as discussões, recusou-se a aceitar as conclusões do Concílio e acompanhou os monofisistas. Os imperadores subseqüentes procuraram incessantemente por uma fórmula conciliatória qualquer, capaz de suprir a lacuna e que, endossada por um Concílio Ecumênico, pudesse ser aceita como uma expressão mais exata da verdadeira Fé. Contudo, tinham dois fatores trabalhando contra si. Os hereges não tinham nenhum desejo particular de retornar ao rebanho, exceto em seus próprios termos inaceitáveis; e a atitude de Roma e da Igreja Oriental era inabalavelmente hostil a qualquer transigência. O Papa Leão I, fundamentando-se na crença de que era o sucessor de S. Pedro (e não um Concílio Ecumênico) que devia definir o credo, e impaciente diante de sutilezas dialéticas que lhe escapavam, emitiu uma declaração definitiva da posição correta a respeito dessa questão. Mesmo ignorando as filigranas da polêmica, a declaração (que passou para a História como o "Tomo" do Papa Leão) foi aceita pelas autoridades conciliares de Calcedônia como uma base para seus debates, e sua fórmula foi incorporada às suas conclusões. A fórmula do Papa Leão era distinta e crua, não admitindo nenhum polimento nem alteração. Qualquer conciliação que aplacasse os hereges implicaria seu abandono e, por conseguinte, o cisma com Roma — o que nenhum imperador com interesses e ambições na Itália e no Oriente poderia tolerar. Aprisionado em tal dilema, o governo imperial nunca desenvolveu uma política consistente. Oscilava entre a perseguição e o apaziguamento dos hereges, enquanto estes cresciam em força nas províncias do Oriente, resguardados pelo nacionalismo ressurgente dos orientais.[1]

Além dos monofisistas e nestorianos, havia outra comunidade nas províncias orientais que se opunha constantemente ao governo imperial — os judeus, que estavam estabelecidos em quantidade considerável em todas as grandes cidades do Oriente. Eram submetidos a determinadas restrições civis e, ocasionalmente, eles e suas propriedades eram danificados em algum levante. Por sua vez, aproveitavam toda e qualquer oportunidade de prejudicar os cristãos. Seus recursos financeiros e amplas conexões faziam deles um perigo em potencial para o governo.[2]

---

1 O melhor relato da história inicial das igrejas nestoriana e monofisista encontra-se em Vacant e Mangenot, *Dictionnaire de Théologie Catholique*, nos artigos sobre "Nestorius", de Amann, e "Monophysitisme", de Jugie, bem como nos capítulos de Bardy, no vol. IV, e de Bréhier, nos vols. IV e V, da *Histoire de l'Eglise*, ed. por Fliche e Martín.

2 Para mais informações sobre a legislação imperial — arbitrária, mas não demasiado opressiva — contra os judeus, ver Bury, *Later Roman Empire* (a.D. 395-565), vol. II, p. 366, e Krauss, *Studien zur byzantinisch-jüdischen Geschichten*, pp. 1-36.

Ao longo do século VI, a situação agravou-se. As guerras de Justiniano no Oriente foram longas e dispendiosas. Prejudicaram sua política religiosa, acarretaram impostos mais altos e não ofereceram nenhuma vantagem financeira para seus súditos orientais. A Síria foi a que mais sofreu, já que, além do ônus fiscal, sofreu uma série de cruéis ataques de surpresa dos exércitos persas e vários terremotos desastrosos. Só os hereges prosperaram. Os monofisistas sírios foram organizados em uma força poderosa por Jacob Baradai, de Edessa, que contava com a simpatia da Imperatriz Teodora. Sua Igreja, dali por diante, ficaria conhecida como jacobita. Os monofisistas do Egito, agora denominados coptas, compreendiam quase toda a população nativa. Os nestorianos, entrincheirados com segurança atrás da fronteira persa e expandindo-se rapidamente rumo ao leste, consolidaram sua posição dentro do Império. Com exceção das cidades da Palestina, os ortodoxos eram uma minoria. Eram chamados, desdenhosamente, de melquitas, os homens do Imperador, e havia bons motivos para tal — sua existência dependia do poder e prestígio da administração do império.[1]

Em 602, o centurião Focas apossou-se do trono imperial. Seu governo foi selvagem e incompetente; enquanto Constantinopla sofria com um reinado de terror, as províncias entregavam-se a levantes e guerras civis entre as inúmeras facções das cidades e entre as seitas religiosas rivais. Em Antióquia, os patriarcas jacobita e nestoriano realizaram abertamente um concílio conjunto para discutir providências comuns contra os ortodoxos. Focas puniu-os enviando um exército que massacrou um grande número de hereges, com o auxílio dos judeus em júbilo. Dois anos depois, os próprios judeus amotinaram-se, torturando e assassinando o patriarca ortodoxo da cidade.[2]

Em 610, Focas foi deposto por um jovem nobre de ascendência armênia, Heráclio, filho do governador da África. Naquele mesmo ano, o Rei Cosroe I, da Pérsia, concluiu seus preparativos para a invasão e desmembramento do Império. A guerra persa prolongou-se por dezenove anos. Por doze anos, o Império permaneceu na defensiva, enquanto um exército persa ocupava a Anatólia e outro conquistava a Síria. Antióquia caiu em 611, Damasco em 613. Na primavera de 614, o general persa Shahrbaraz entrou na Palestina, saqueando o campo e queimando igrejas à medida que avançava. Só a Igreja da Natividade, em Belém, foi poupada, devido ao mosaico sobre a porta, que

1 Ver Bréhier, *op. cit.* Vol. IV, pp. 489-93; Devreesse, *Le Patriarchat d'Antioche*, pp. 77-99.

2 Teófanes, ad. ann. 6101, p. 296; João de Nikiu, p. 166; Sebeos, pp. 113-14; Eutíquio, *Annales*, col. 1084 (contando os levantes em Tiro); *Chronicon Paschale*, p. 699 (atribuindo o assassinato do patriarca a soldados amotinados); Kulakovsky, "Crítica de evidências em Teófanes" (em russo), *in Vizantiiski Vremennik*, vol. XXI, pp. 1-14, e *História de Bizâncio*, vol. III (em russo), pp. 12-15, que coteja as evidências e estabelece a data.

retratava os três Reis Magos do Oriente em trajes persas. Em 15 de abril, investiu contra Jerusalém. O Patriarca Zacarias estava disposto a entregar a cidade, a fim de evitar derramamento de sangue; seus habitantes cristãos, porém, recusaram-se a render-se tão facilmente. Em 5 de maio, com a ajuda dos judeus dentro dos muros, os persas abriram caminho para dentro da cidade. O que se seguiu foram cenas do mais puro horror. Com suas igrejas e casas em chamas ao seu redor, os cristãos foram massacrados indiscriminadamente, alguns pela soldadesca persa e muitos mais pelos judeus. Dizia-se que 60 mil haviam perecido e mais 35 mil foram vendidos como escravos. As relíquias sagradas da cidade (a Santa Cruz e os instrumentos da Paixão) haviam sido escondidas, mas foram descobertas e enviadas, junto com o Patriarca, para o Oriente, como um presente para a rainha cristã da Pérsia, a nestoriana Meriem. A devastação dentro e ao redor da cidade foi tão intensa que, até hoje, o campo ainda não se recuperou totalmente.[1]

Três anos depois os persas avançaram Egito adentro. Um ano mais tarde, já eram seus senhores. Enquanto isso, ao norte, seus exércitos haviam atingido o Bósforo.[2]

A queda de Jerusalém fora um choque terrível para a cristandade. O papel desempenhado pelos judeus nunca foi esquecido nem perdoado; e a guerra contra os persas assumiu a face de uma guerra santa. Quando finalmente Heráclio conseguiu, em 622, assumir a ofensiva contra o inimigo, dedicou-se solenemente, a si e ao seu exército, a Deus e lançou-se como um guerreiro cristão em combate às forças das trevas. As gerações posteriores o figuravam como o primeiro dos cruzados. Guilherme de Tiro, compondo sua história das Cruzadas cinco séculos depois, inclui a história da guerra persa; e a antiga tradução francesa de seu livro ficou conhecida como o *Livre d'Eracles*.[3]

A Cruzada foi vitoriosa. Após muitas vicissitudes, muitos momentos de ansiedade e desespero, Heráclio por fim derrotou os persas em Nínive, em dezembro de 627. No começo de 628, o Rei Cosroe foi morto e seu sucessor rogou pela paz; entretanto, só em 629 a paz seria estabelecida e as províncias conquistadas, restauradas para o Império. Em agosto, Heráclio

1 Antíoco, o Estratego, pp. 9-15; Sebeos, pp. 130-1; *Anon. Guidi*, p. 3; *Chronicon Paschale*, pp. 704-5; Teófanes, ad. ann. 6106, pp. 300-1. O incidente dos mosaicos, em Belém, é narrado na carta dos patriarcas orientais para Teófilo, em Migne, *Patrologia Graeco-Latina*, vol. XCV, cols. 380-1.

2 Para mais informações sobre a história da guerra persa, ver Kulakovsky, *History of Byzantium*, vol. III, pp. 33-49; Ostrogorsky, *Geschichte des byzantinischen Staates*, pp. 51-66; Bréhier, *op. cit.* pp. 79-101; Pernice, *L'Imperatore Eraclio*, pp. 58-179, *passim*.

3 Guilherme de Tiro, I, 1-2, vol. I, pt. I, pp. 9-13. O título completo da antiga tradução francesa é *L'Estoire de Eracles, Empereur, et la Conqueste de la Terre d'Outremer.*

celebrou seu triunfo em Constantinopla. Na primavera seguinte, viajou de novo rumo ao sul, para receber de volta a Santa Cruz e carregá-la em pompa para Jerusalém.

Foi uma cena tocante. No entanto, os cristãos do Oriente não haviam sofrido muito sob o domínio persa. Cosroe logo retirara seu favor dos judeus, chegando até a expulsá-los de Jerusalém. Embora sua corte favorecesse os nestorianos, ele mesmo era, oficialmente, tão benevolente com os monofisistas quanto com os ortodoxos. Suas igrejas lhe foram devolvidas e reconstruídas e, sob seu patrocínio, realizou-se um Concílio em Ctesifonte, sua capital, para discutir a reunião das várias doutrinas. O retorno da administração imperial, depois de extinto o entusiasmo inicial, foi visto como beneficiando apenas os ortodoxos. Heráclio herdara um tesouro vazio. Só havia conseguido financiar suas guerras mediante um grande empréstimo da Igreja. O butim subtraído da Pérsia não era suficiente para pagá-lo. Os sírios e egípcios viram-se mais uma vez obrigados a pagar impostos elevados e a ver seu dinheiro ir inchar os cofres da hierarquia ortodoxa.[1]

A política religiosa de Heráclio tampouco ajudou a melhorar a situação. Primeiro, ele tomou medidas contra os judeus. Nunca sentira nenhuma animosidade com relação a eles; porém, ao hospedar-se na casa de um hospitaleiro judeu em Tiberíades, a caminho de Jerusalém, foi informado, com todos os detalhes, do papel por eles desempenhado durante as invasões persas. Movido, também, talvez, por uma vaga profecia que anunciava que uma raça circuncidada arruinaria o Império, determinou o batismo compulsório de todos os judeus dentro do Império e escreveu para os reis do Oriente, instando a que fizessem o mesmo. A ordem era impossível de executar, mas deu aos zelosos cristãos uma ótima oportunidade de massacrar o povo odiado. Essa única conseqüência, em última instância, foi aumentar ainda mais o ressentimento dos judeus em relação ao domínio imperial.[2] Em seguida, o Imperador mergulhou nas águas perigosas da teologia cristã. O Patriarca Sérgio, de Constantinopla, ele mesmo um monofisista sírio de nascimento, gradualmente desenvolvera uma doutrina que, acreditava ele, reconciliaria monofisistas e ortodoxos. Heráclio deu sua permissão, e a nova doutrina, que passou para a História como monenergismo, foi promulgada em todo o Império assim que as guerras persas chegaram ao fim. A despeito do apoio do

1 O Concílio de Ctesifonte é descrito em Sebeos, pp. 189-92, e *Anon. Guidi*, p. 20. Este último provavelmente dá demasiado destaque ao papel dos nestorianos e seu sucesso.

2 Um relato completo, com referências, pode ser encontrado em Bréhier, *op. cit.* pp. 108-11. Teófanes, ad. ann. 6120, pp. 328-9 e Eutíquio, col. 1089, são as principais fontes. O decreto que ordenou o batismo dos judeus está registrado em Dölger, *Regesten*, n.º 206, vol. I, p. 24. Ver também a *Doctrina Jacobi*, ed. por Bonwetsch, p. 88.

Imperador e do patriarca e da cautelosa aprovação pelo pontífice romano, Honório, ela se deparou com a impopularidade universal. A hierarquia monofisista rejeitou-a por completo. A maioria dos ortodoxos — liderados, em Constantinopla, pelo grande místico Máximo, o Confessor, e, no Oriente, por Sofrônio — reputou-a igualmente inaceitável. Heráclio, com mais entusiasmo que tato, empenhou-se muito por impô-la a todos os seus súditos. À parte seus cortesãos e alguns armênios e libaneses, que mais tarde seriam conhecidos como maronitas, não encontrou apoio. Mais tarde, Heráclio emendou a doutrina; em sua *Ekthesis*, publicada em 638, partiu para a defesa do monotelismo — igualmente em vão. O episódio todo, que seria esclarecido por completo somente depois do sexto Concílio Ecumênico, em 680, só fez aumentar o ressentimento e confusão que vinham arruinando os cristãos do Oriente.[1]

Quando Heráclio estava em Constantinopla, em 629, recebendo embaixadas congratulatórias de locais tão distantes como a França e a Índia, consta que chegou uma carta remetida por um chefe árabe, que se anunciava como Profeta de Deus e convidava o Imperador a juntar-se à sua fé. Cartas similares foram enviadas aos reis da Pérsia e Abissínia, além do governador do Egito. A história deve ser apócrifa. É improvável que Heráclio fizesse alguma idéia, àquela altura, dos grandes acontecimentos que vinham revolucionando a península árabe. No início do século VII, a Arábia era ocupada por inúmeras tribos indisciplinadas e independentes, algumas delas nômades, algumas agrícolas, e umas poucas vivendo nas cidades de mercadores que se enfileiravam ao longo das rotas das caravanas. Era um país idólatra. Cada distrito tinha seus próprios ídolos; o mais sagrado de todos, porém, era a *kaabah*, em Meca, a principal cidade. Não obstante, a idolatria encontrava-se em declínio, uma vez que os missionários judeus, cristãos e zoroastristas há muito agiam na região. Os zoroastristas só haviam logrado êxito nos distritos sob influência política persa, no nordeste e, mais tarde, no sul. Os judeus tinham suas colônias em diversas cidades árabes, sobretudo em Medina, e fizeram um certo número de conversos. Os cristãos haviam conseguido os resultados mais amplos. O cristianismo ortodoxo tinha seus seguidores no Sinai e na Petréia. Os nestorianos, como os zoroastristas, eram encontrados onde quer que houvesse proteção persa. Os monofisistas, porém, possuíam congregações ao longo das grandes rotas de caravanas até regiões tão remotas como o Iêmen e Hadramaut, ao passo que muitas tribos importantes da borda do deserto, como os Banu Ghassan e os Banu

1 A melhor síntese do monenergismo e do monotelismo é encontrada em Bréhier, *op. cit.*, pp. 111-24, 160-200.

Taghlib, eram inteiramente monofisistas. Os mercadores árabes, viajando com freqüência para as cidades da Síria, Palestina e Iraque, tinham muitas outras ocasiões de estudar as religiões do mundo civilizado; além disso, na própria Arábia, havia uma antiga tradição monoteísta, o *hanif*. Ao mesmo tempo, a Arábia tinha necessidade de expandir-se. Os tíbios recursos da península, ainda mais escassos desde a destruição das obras de irrigação dos himiaritas, eram insuficientes para a população cada vez maior. Ao longo de toda a história de que se tem registro, os povos do deserto afluíram constantemente para as terras cultivadas ao redor — e, agora, a pressão era particularmente forte.[1]

O gênio peculiar e tremendo de Maomé era perfeitamente adequado para aquelas circunstâncias. Ele vinha da cidade sagrada de Meca, parente pobre de seu grande clã, os coraixitas. Tinha viajado e conhecido o mundo, e havia estudado suas religiões. Sentia-se particularmente atraído pelo cristianismo monofisista; a doutrina da Trindade, porém, parecia-lhe inconsistente com o monoteísmo puro que admirava na tradição *hanif*. A doutrina que ele mesmo desenvolveu, ainda que não repudiasse completamente o cristianismo, era uma forma corrigida e simplificada, muito mais aceitável para seu povo. Seu êxito como líder religioso deveu-se sobretudo à sua perfeita compreensão dos árabes. Embora fosse, de longe, o mais capaz deles, ele compartilhava de fato seus sentimentos e preconceitos. Ademais, era dotado de uma extraordinária habilidade política. Foi essa combinação de qualidades que lhe permitiu, em dez anos, erguer do nada um império pronto para conquistar o mundo. Em 622, o ano da Hégira, seus únicos acompanhantes eram sua família e um pequeno número de amigos. Em 632, quando morreu, era o senhor da Arábia e seus exércitos estavam cruzando as fronteiras. A ascensão repentina de aventureiros não é incomum no Oriente, mas sua queda, em geral, é igualmente súbita. Maomé, todavia, deixou uma organização duradoura, cuja permanência foi garantida pelo Corão. Sua obra notável, compilada pelo Profeta como a Palavra de Deus, contém não só máximas e histórias alentadoras mas também normas para a conduta da vida e para o governo de um império, além de um código completo de leis. Era bastante simples para ser aceito por seus contemporâneos árabes e universal o suficiente para atender às necessidades do grande domínio a ser construído por seus sucessores. Com efeito, a força do islã reside em sua simplicidade. Havia um Deus nos Céus, um Comandante dos Fiéis para reinar sobre a terra e uma lei, o Corão, segundo o qual ele governaria. Ao contrário do

1 Ver Browne, *op. cit.*, cap. I, e Lammens, *L'Arabie Occidentale avant l'Hegire, passim.*

cristianismo, que pregava uma paz que não era nunca atingida, o islã vinha, sem remorsos, de espada em punho.[1]

E a espada atingiu as províncias do Império Romano ainda durante a vida do Profeta, com algumas investidas ligeiras e não muito bem-sucedidas na Palestina. Sob o sucessor de Maomé, Abu Bakr, a política de expansão tornou-se patente. A conquista da Arábia foi concluída com a expulsão dos persas de seus territórios no Barein, enquanto um exército árabe cruzava a Petréia ao longo da rota comercial, chegava à costa sul da Palestina, derrotava o governador local, Sérgio, em algum lugar junto ao Mar Morto e avançava em direção a Gaza, capturada após um cerco breve. Os cidadãos foram tratados de forma gentil, mas os soldados da guarnição tornaram-se os primeiros mártires cristãos pela espada do islã.[2]

Em 634 Abu Bakr foi sucedido por Omar, que herdou também sua determinação de ampliar o poder muçulmano. Nesse ínterim, o Imperador Heráclio, que ainda se encontrava no norte da Síria, deu-se conta de que devia levar a sério as invasões árabes. Seu efetivo estava reduzido. As perdas durante a guerra persa foram imensas. Desde o fim das batalhas, ele havia dispersado vários regimentos, por razões econômicas, e não havia nenhum entusiasmo por parte da população em torno da idéia de alistar-se no exército. Sobre todo o seu império se abatera aquela atmosfera de lassidão e pessimismo que com tanta freqüência, após uma guerra longa e devastadora, ataca os vencedores não menos que os vencidos. Não obstante, o Imperador enviou seu irmão, Teodoro, à frente das tropas da província síria para restaurar a ordem na Palestina. Teodoro deparou-se com os dois principais exércitos árabes juntos em Gábata, ou Ajnadain, a sudoeste de Jerusalém, e sofreu uma derrota decisiva. Os árabes, seguros no sul da Palestina, em seguida continuaram avançando pela rota comercial que seguia pelo leste do Jordão até Damasco e o vale do Orontes. Tiberíades, Balbek e Homs caíram em suas mãos sem lutar, e Damasco capitulou após um rápido sítio em agosto de 635. Heráclio, agora, estava seriamente alarmado. Com alguma dificuldade, enviou dois exércitos para o sul. Um era constituído por forças armênias, comandadas pelo príncipe armênio Vahan, e por um grande número de ára-

1 O relato crítico mais completo da história de Maomé e da ascensão do islã encontra-se em Caetani, *Annali dell'Islam*, vol. I. Ver também o artigo sobre "Muhammed", de Buhl, na *Encyclopaedia of Islam*. Para uma discussão da influência dos monofisistas sobre o islã, ver Grégoire, "Mahomet et le Monophysisme", *in Mélanges Charles Diehl*, vol. I, pp. 107-19.

2 Teophanes, ad. ann. 6123-4, pp. 335-6; "Thomás, o Sacerdote", *in Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium, Scriptores Syri*, vol. IV, p. 114; Michael the Syrian, vol. II, p. 413. A história dos mártires de Gaza é contada em *Passio LX Martyrum et Legenda Sancti Floriani*, ed. por Delehaye, *in Analecta Bollandiana*, vol. XXIII, pp. 289-307.

bes cristãos, encabeçados por um xeique dos Banu Ghassan. A outra, sob o comando de Teodoro Tritírio, era composta por tropas mistas. Ao saberem de sua aproximação, os muçulmanos evacuaram o vale do Orontes e Damasco e retiraram-se rumo ao Jordão. Tritírio alcançou-os em Jabbia, no Hauran, mas foi derrotado. Conseguiu, porém, manter uma posição no rio Yarmak, a sudeste do Mar da Galiléia, até que o exército de Vahan pudesse juntar-se a ele. Ali, em 20 de agosto de 636, em meio a uma tempestade de areia, travou-se a batalha suprema. Os cristãos possuíam o maior exército, mas foram superados, e, no meio da luta, o príncipe gassânida e doze mil árabes cristãos bandearam-se para o lado do inimigo. Eram monofisistas, e odiavam Heráclio; além do que, seu soldo estava muitos meses atrasado. Fora fácil combinar a traição, e esta foi decisiva. A vitória muçulmana foi completa. Tritírio e Vahan pereceram com quase todos os seus homens. A Palestina e a Síria estavam abertas à conquista.[1]

Heráclio encontrava-se em Antióquia quando recebeu as notícias da batalha. Ficou profundamente desanimado; era a mão de Deus que o atingia, para puni-lo por seu casamento incestuoso com sua sobrinha, Martina. Não dispunha nem de homens, nem de dinheiro para continuar defendendo a província. Após um serviço solene de intercessão na catedral de Antióquia, dirigiu-se para o mar e embarcou em um navio para Constantinopla, chorando amargamente ao se afastar da costa: "adeus, um longo adeus à Síria".[2]

Os árabes devastaram rapidamente o país. Os cristãos hereges submeteram-se-lhes sem contestar. Os judeus ajudaram-nos ativamente, servindo-lhes de guias. Só nas duas maiores cidades palestinas, Cesaréia e Jerusalém, houve uma oposição organizada, bem como nas fortalezas de Pela e Dara, na fronteira persa. Em Jerusalém, ao tomar ciência do acontecido no Yarmak, Sofrônio mandara consertar as defesas da cidade. Depois, ao saber que o inimigo alcançara Jericó, reuniu as relíquias sagradas de Cristo e enviou-as à noite para a costa, a fim de serem levadas para Constantinopla. Elas não

1 Para mais informações sobre a Batalha de Ajnadain, Teófanes, ad. ann. 6125, pp. 336-7; Sebeos, p. 165. Teófanes refere-se ao local da batalha como "Gabitha"; Sebeos, cujo relato é um pouco confuso, "Rabboth-Moab". Para mais informações sobre a batalha do Yarmuk, Teófanes, ad. ann. 6126, pp. 337-8; Nicéforo, pp. 23-4; Miguel, o Sírio, vol. II, pp. 420-4; Sebeos, p. 166-7. Eutíquio, col. 1097. As fontes árabes são sumariadas em Pernice, *op. cit.*, pp. 279-81. Ver também *ibid.*, p. 321, sobre a localidade da batalha.

2 A história do serviço de intercessão e da despedida de Heráclio é contada em Miguel, o Sírio, vol. II, p. 424, que o acusa, erroneamente, de ter saqueado os tesouros das cidades sírias antes de partir. A tradição de seu derrotismo é repetida em Agápio, *Kitab al-Unvan*, p. 471, onde se diz que ele se recusou a lutar contra a vontade de Deus. Segundo Nicéforo, p. 23, Teodoro atribuiu os desastres ao casamento incestuoso do Imperador com sua sobrinha.

deveriam cair outra vez nas mãos dos infiéis. Jerusalém suportou um cerco de mais de um ano. Cesaréia e Dara resistiram até 639. No entanto, já estavam isoladas. A metrópole do Oriente, Antióquia, caíra no ano anterior — e todo o país, do istmo de Suez às montanhas da Anatólia, encontrava-se sob o domínio muçulmano.[1]

Enquanto isso, a antiga rival de Roma, a Pérsia, fora destruída. A vitória islâmica em Kadesiah, em 637, garantiu-lhes o Iraque; uma segunda vitória no ano seguinte, em Nihavand, entregou-lhes o planalto iraniano. O Rei Yazdegerd III, o último dos sassânidas, sobreviveu em Curasão até 651. Nessa época, os árabes haviam atingido suas fronteiras orientais, no Rio Oxo e nas montanhas afegãs.[2]

Em dezembro de 639, o general muçulmano 'Amr, com quatro mil homens, invadiu o Egito. A administração da província fora caótica desde o fim da ocupação persa, e o então governador, o Patriarca Ciro de Alexandria, era insensato e corrupto. Fora convertido do nestorianismo e era o maior partidário do Imperador em suas doutrinas monotelistas, que estava determinado a impingir aos coptas. Seu governo era tão odiado que 'Amr não teve dificuldade em encontrar aliados entre seus súditos. No início de 640, 'Amr entrou na grande fortaleza fronteiriça de Pelúsio, após tê-la sitiado por dois meses. Lá, recebeu reforços do Califa. Em seguida, avançou sobre a fortaleza de Babilônia (Antigo Cairo), onde se concentrava a guarnição imperial. Uma batalha em Heliópolis, em agosto de 640, forçou os romanos a retirarem-se para a cidadela de Babilônia, que resistiu até abril de 641. Enquanto isso, os árabes conquistaram o Alto Egito. Após a queda de Babilônia, 'Amr marchou através do Fayyum, com o governador e sua guarnição fugindo à sua frente, até Alexandria. Ciro já fora chamado a Constantinopla, sob a compreensível suspeita de que tivesse feito um pacto de traição com 'Amr. Contudo, Heráclio morreu em fevereiro, e sua viúva, a Imperatriz-regente Martina, estava demasiado insegura em Constantinopla para poder defender o Egito. Ciro retornou ao Egito para negociar os termos que pudesse. Em novembro, foi até 'Amr, na cidadela de Babilônia, e assinou a capitulação de Alexandria. Nesse ínterim, porém, Martina caíra e o novo governo repudiou Ciro e seu tratado. 'Amr já quebrara a sua parte no acordo, invadindo Pentápolis e Tripolitânia. Entretanto, parecia impossível manter Alexandria, com todo o

1 Ver Caetani, *op. cit.*, vol. III, pp. 1119 ss. e de Goeje, *Mémoire sur la Conquête de la Syrie, passim*; Pernice, *op. cit.*, pp. 267-89; Kulakovsky, *op. cit.*, vol. III, pp. 152-6. O papel desempenhado pelos judeus é salientado em todas as fontes originais (sobretudo Sebeos, pp. 173-4) e na *Doctrina Jacobi*, pp. 86-8, escrita por um judeu de Constantinopla que se encontrava, na época, em Cartago.

2 Caetani, *op. cit.*, vol. III, pp. 629 ss.; Christensen, *L'Iran sous les Sassanides*, pp. 494-503.

resto do Egito agora em mãos árabes. A cidade capitulou em novembro de 642. Nem toda esperança estava perdida, porém. Em 644, chegaram notícias da desgraça de 'Amr, que fora chamado de volta para Medina. Constantinopla enviou, por mar, um novo exército, que reocupou facilmente Alexandria no início de 645 e, em seguida, marchou para Fostat, a capital que 'Amr fundara perto da fortaleza de Babilônia. 'Amr retornou para o Egito e enfrentou as forças imperiais perto de Fostat. Seu general, o armênio Manuel, retirou-se para Alexandria. Chocado com a absoluta indiferença da população cristã com relação à sua tentativa de retomar a terra para a cristandade, não se empenhou em defender a cidade; em vez disso, embarcou de volta para Constantinopla. O Patriarca copta, Benjamim, devolveu Alexandria para as mãos de 'Amr.[1]

O Egito fora perdido para sempre. No ano 700, a África romana estava nas mãos dos árabes. Onze anos depois, estes ocuparam a Espanha. No ano 717, seu império estendia-se dos Pireneus à Índia Central, e seus guerreiros estavam assediando as muralhas de Constantinopla.

1 Bréhier, *op. cit.*, pp. 134-8, 152-5; Amélineau, "La Conquête de l'Egypte par les Arabes", *in Revue Historique*, vol. CXIX, pp. 275-301. O relato completo apresentado na *The Arab Conquest of Egypt*, de Butler, embora ultrapassado quanto aos lugares, ainda é útil.

Capítulo II

O Reino do Anticristo

"De nossas espias, espiávamos uma nação que não pode salvar." LAMENTAÇÕES 4, 17

Os cristãos orientais aceitaram de bom grado o domínio de seus senhores infiéis. Não podia ser de outra forma. Era muito pouco provável que Bizâncio se reerguesse, agora, como nos tempos dos persas, para resgatar os lugares sagrados. Os árabes, mais sábios que os persas, logo construíram uma frota, baseada em Alexandria, que extorquiu dos bizantinos seu bem mais precioso: o comando dos mares. Em terra, eles se manteriam na ofensiva por quase três séculos. Não parecia fazer sentido esperar por um resgate dos príncipes da cristandade.

Tal resgate tampouco seria bem recebido pelas seitas heréticas. Para elas, a mudança de governo trouxera alívio e prazer. O Patriarca jacobita de Antióquia, Miguel, o Sírio, escrevendo cinco séculos mais tarde, na época dos reinos latinos, refletiu a antiga tradição de seu povo ao dizer que "o Deus de vingança, o único Todo-Poderoso, (...) ergueu do sul os filhos de Ismael para que nos libertassem das mãos dos romanos". A libertação, acrescentou, "não foi de pouca valia para nós".[1] Os nestorianos faziam eco a esses sentimentos. "Os corações dos cristãos", escreveu um cronista nestoriano anônimo, "rejubilaram-se com a dominação pelos árabes — que Deus a fortaleça e torne próspera!"[2] Os coptas do Egito foram um pouco mais críticos; sua animosidade, porém, era mais dirigida contra o cruel conquistador 'Amr e sua perfídia e exações, do que contra seu povo e religião.[3] Mesmo os ortodoxos, tendo sido poupados da perseguição que temiam — e pagando impostos, que, apesar da *jizya* impingida aos cristãos, eram muito menores que nos tempos dos bizantinos —, mostravam-se pouco inclinados a questionar seu destino. Umas poucas tribos das montanhas, mardaítas do Líbano e de Tauro, ainda continuavam lutando; resistiam, porém, mais por indisciplina e orgulho que pela Fé.[4]

1 Miguel, o Sírio, vol. II, pp. 412-13 (texto sírio, p. 412).
2 *Chronicle of Seert*, pt. II, § XCIV, *in Patrologia Orientalis*, vol. XIII, p. 582.
3 João de Nikiu, pp. 195, 200-1.
4 A indisciplina mardaíta na época do Califa Moawiya é descrita por Theophanes, ad. onn. 6169, p. 355. Ver também Sathas, *Bibliotheca Graeca Medii Aevi*, vol. II, pp. 45 ss.

O efeito da conquista árabe foi fixar as igrejas orientais permanentemente nas posições em que se encontravam. Ao contrário do Império cristão, que procurou impor uma uniformidade religiosa a todos os seus cidadãos — ideal nunca atingido, visto que os judeus não podiam nem ser convertidos, nem expulsos —, os árabes, como os persas antes deles, estavam preparados para aceitar minorias religiosas, desde que fossem Povos do Livro. Os cristãos, junto com os zoroastristas e judeus, tornaram-se *dhimmis*, ou gente protegida, cuja liberdade de culto era garantida pelo pagamento da *jizya* — que, a princípio, era paga por cabeça, mas logo converteu-se em um tributo pago em lugar do serviço militar, ao qual um novo imposto sobre a terra, o *kharaj*, veio se somar. Cada seita era tratada como um *milet*, comunidade semi-autônoma dentro do estado, cada qual sob o comando de seu líder religioso, que era responsável por seu bom comportamento perante o governo do califa. Todas mantiveram os respectivos locais de culto que possuíam à época da Conquista — disposição que melhor servia aos ortodoxos que aos cristãos heréticos, já que Heráclio acabara de devolver muitas igrejas ao seu uso. Essa última determinação não foi obedecida estritamente. Os muçulmanos tomaram conta de algumas igrejas cristãs, como a grande catedral de S. João em Damasco, e de vez em quando destruíam muitas outras; ao mesmo tempo, um número considerável de igrejas e sinagogas encontrava-se em permanente reconstrução. Com efeito, juristas muçulmanos posteriores concederam aos *dhimmis* o direito de erguer prédios, desde que não fossem mais altos que os dos muçulmanos e seus sinos e serviços permanecessem inaudíveis aos ouvidos dos senhores da terra. Contudo, a lei de que os *dhimmis* deveriam usar roupas distintivas e não poderiam jamais montar a cavalo não foi relaxada; tampouco poderiam incorrer em nenhuma ofensa pública contra as práticas islâmicas, nem tentar converter muçulmanos, nem casar-se com suas mulheres, nem falar do islã com desrespeito; e tinham de permanecer fiéis ao estado.[1]

O sistema de *milets* instituía uma concepção um pouco diferente do que se compreendia por nacionalidade. O nacionalismo, no Oriente, baseara-se, durante muitos séculos, não na raça (exceto no caso dos judeus, cuja exclusividade religiosa mantivera seu sangue relativamente puro), mas na tradição cultural, posição geográfica e interesse econômico. Agora, a fidelidade a uma religião havia tomado o lugar das fidelidades nacionais. Um egípcio, por exemplo, não se consideraria um cidadão do Egito, mas um muçulmano, ou

1 *Encyclopaedia of Islam*, artigos "Djizya", de Becker, e "Kharadj", de Juynboll; Browne, *op. cit.*, cap. V; Tritton, *The Caliphs and their non-Muslim Subjects*, cap. XV; Vincent e Abel, *op. cit.*, vol. II, pp. 935-44.

copta, ou ortodoxo, conforme o caso. Era sua religião ou seu *milet* que determinava sua vassalagem. Isso conferiu aos ortodoxos uma vantagem sobre as seitas heréticas. Eles ainda eram conhecidos como melquitas, os homens do Imperador; e consideravam-se de fato homens do Imperador. Por uma necessidade cruel, viram-se sob o domínio dos infiéis, cujas leis eram obrigados a obedecer — mas o imperador era o vice-rei de Deus na Terra, e seu verdadeiro soberano. S. João Damasceno, ele mesmo funcionário público da corte do califa, sempre se referiu ao imperador, ainda que dele discordando intensamente em questões teológicas, como seu senhor e seu mestre, e aludia a seu empregador meramente como o emir. Os patriarcas orientais, escrevendo no século IX ao Imperador Teófilo para protestar contra sua política religiosa, empregaram termos semelhantes. Os imperadores aceitaram a responsabilidade. Em todas as suas guerras e relações diplomáticas com os califas, mantinham em mente o bem-estar dos ortodoxos além de suas fronteiras. Não era uma questão administrativa. Não podiam interferir no governo cotidiano nos territórios muçulmanos; o Patriarca de Constantinopla tampouco possuía nenhuma jurisdição sobre seus colegas orientais. Tratava-se de uma expressão, sentimental mas nem por isso menos poderosa, da continuidade da idéia de que a cristandade era una e indivisível e o imperador era o símbolo dessa unidade.[1]

As Igrejas heréticas não contavam com um tal protetor leigo. Eram inteiramente dependentes da boa vontade do califa; sua influência e prestígio viram-se abalados de acordo com essa sua situação. Ademais, suas heresias deveram-se, originalmente, ao desejo dos orientais de simplificar os credos e práticas cristãos. O islã, que estava perto o bastante do cristianismo para ser considerado, por muitos, uma mera forma avançada dessa religião, e que agora gozava da ampla vantagem social de ser a fé da nova classe dominante, era de fácil aceitação para muitos de seus membros. Não há evidências que indiquem quantos conversos foram feitos do cristianismo para o islã; mas é certo que a vasta maioria desses conversos veio dos hereges, não dos ortodoxos. Um século após a conquista, a Síria, cuja população havia sido predominantemente cristã e herética, era um país, em grande parte, muçulmano; a quantidade de ortodoxos, porém, fora muito pouco reduzida. No Egito, os coptas, em virtude de sua riqueza, perderam terreno menos rapidamente; era, contudo, uma batalha perdida. Por outro lado, a continuidade da existência dos hereges foi assegurada pelo sistema de *milets*, que, ao estabilizar suas posições, impossibilitou qualquer reunião das Igrejas.

1 Ver Runciman, "The Byzantine 'Proctetorate' in the Holy Land", *in Byzantion*, vol. XVIII, pp. 207-15.

A expansão do islã na Síria e na Palestina não se deveu a nenhum súbito influxo de árabes do deserto. Os exércitos dos conquistadores não eram grandes. Não houve alteração maior que a superposição de uma casta militar à população existente. A composição étnica dos habitantes do país sofreu poucas modificações. Os moradores das cidades e aldeias, quer aceitassem o islã ou continuassem cristãos, logo adotaram o idioma árabe para todos os propósitos gerais. Agora, referimo-nos vagamente a seus descendentes como árabes, mas eles se formaram a partir de uma mistura de muitas raças — das tribos que viviam na terra ainda antes de Israel deixar o Egito (amalecitas, jebuseus, moabitas ou fenícios) e de outras como os filisteus, que lá estavam há tempo igualmente longo; dos arameus, que ao longo da história registrada haviam, de forma lenta e quase imperceptível, penetrado nas terras cultivadas; e dos judeus que, como os primeiros apóstolos, se haviam juntado à Igreja de Cristo. Só os judeus praticantes permaneceram distintos em termos etnológicos; ainda assim, mesmo a pureza de sua raça viu-se ligeiramente prejudicada. No Egito, o tronco hamítico tinha se misturado menos, mas acabara engolido pelo casamento com imigrantes da Síria, dos desertos, do alto Nilo e das costas de toda a bacia mediterrânea.

Inevitavelmente, a imigração árabe era mais intensa nos distritos que faziam fronteira com o deserto e nas cidades nas rotas de caravanas que percorriam suas bordas. O declínio do comércio marítimo do Mediterrâneo que se seguiu à Conquista conferiu a essas cidades, com sua população preponderantemente muçulmana, uma importância maior que a das cidades helênicas mais próximas da costa. Alexandria foi o único grande porto mantido pelos árabes no Mediterrâneo. Lá, bem como nas cidades helênicas da Síria, os cristãos continuaram abundantes, provavelmente superando em número os muçulmanos. Ocorria mais ou menos a mesma diferença nas áreas rurais sírias. As planícies e vales do interior tornavam-se cada vez mais muçulmanas; entre o Líbano e o mar, porém, os cristãos de várias seitas prevaleciam. No Egito, a distinção era mais entre cidade e campo. Os *fellaghin* foram pouco a pouco convertidos para o islã, mas as cidades eram, em grande parte, cristãs. Na Palestina, a divisão foi mais arbitrária. Embora a maior parte do campo tenha se convertido ao islamismo, muitas aldeias agarraram-se à sua antiga fé. Cidades de especial importância para os cristãos, tais como Nazaré ou Belém, eram quase que exclusivamente cristãs; na própria Jerusalém, apesar do apreço que lhe tinham os muçulmanos, os cristãos continuaram sendo a maioria. Os cristãos palestinos eram quase todos do *milet* ortodoxo. Além disso, havia importantes colônias judias em Jerusalém, assim como em várias cidades menores, tais como Safed e Tiberíades. A principal cidade muçulmana era a nova capital administrativa, Ramleh. A população da Síria,

Palestina e Egito manteria mais ou menos esse mesmo padrão de composição durante os quatro séculos seguintes.[1]

O quinto dos califas, Moawiya, o Omíada, havia sido governador da Síria; após sua acessão, em 660 d.C., estabeleceu sua capital em Damasco. Seus descendentes ali reinaram por quase um século. Foi um período de prosperidade para a Síria e a Palestina. Os califas omíadas foram, com poucas exceções, homens de habilidade incomum e uma tolerância liberal. A presença da corte na província garantiu seu bom governo e uma vigorosa atividade comercial, além de estimular a cultura que ali encontraram — uma cultura helênico-cristã, influenciada por gostos e idéias que associamos ao nome de Bizâncio. Havia cristãos falantes de grego entre os funcionários públicos. Durante muitas décadas, as contas estatais foram mantidas em grego. Artistas e artesãos cristãos trabalhavam para os califas. A Cúpula da Rocha, em Jerusalém, concluída para o Califa Abdul-Malik em 691, é o exemplo máximo do tipo de construção em rotunda do estilo bizantino. Seus mosaicos, bem como os mosaicos ainda mais belos instalados no pátio da Grande Mesquita de Damasco por seu filho, Walid I, são alguns dos melhores produtos da arte bizantina. Até onde foram fruto do trabalho de artesãos nativos e até onde estes receberam o auxílio de técnicos e materiais que Walid certamente importou de Bizâncio é uma questão controversa. Os mosaicos respeitavam cuidadosamente a proibição, pelo Profeta, de se retratarem criaturas vivas. Em seus palácios no campo, porém, discretamente afastados dos olhos reprovadores dos mulás — como, por exemplo, na casa de caça de Kasr al-Amra, nas estepes além do Jordão —, os omíadas permitiam livremente a presença de afrescos mostrando a forma humana, inclusive nus. Na verdade, seu governo não interrompeu o desenvolvimento da cultura helênica do Oriente Próximo — que, agora, chegava ao auge (mas ao fim) de seu florescimento.[2]

Os cristãos, portanto, não tinham por que lamentar o triunfo do islã. Apesar de ocasionais surtos de perseguição e de algumas determinações jurídicas humilhantes, encontravam-se em situação muito melhor do que no

1 Para mais informações sobre a estrutura da sociedade na Palestina e Síria sob os califas, ver Le Strange, *Palestine under the Moslems, passim*; Gaudefroy-Demombynes e Platonov, *Le Monde Musulman*, pp. 233-47; Browne, *op. cit.*, cap. V; O'Leary, *How Greek Science passed to the Arabs*, pp. 135-9.

2 Para mais informações sobre a civilização omíada, ver Diehl e Marçais, *Le Monde Oriental de 395 à 1081*, pp. 335-44, e Lammens, *Études sur le Siècle des Ommayades*. Para mais informações sobre sua arte, ver Creswell, *Early Muslim Architecture*, sobretudo o cap. V, sobre mosaicos, de M. van Berchem. Para informações sobre construções específicas, ver Richmond, *The Dome of the Rock*, e os dois volumes *Kuseir Amra*, publicados pela Kaiserliche Akademie der Wissenschaften, de Viena.

reinado dos Imperadores cristãos. A ordem era mais bem mantida. O comércio ia bem, e os impostos eram muito menores. Ademais, durante a maior parte do século VIII, o imperador cristão foi um herege, iconoclasta, opressor de todos os ortodoxos, que prestava respeito a imagens sagradas. Os bons cristãos eram mais felizes no governo infiel.

Esse período de prosperidade, porém, não perdurou. O declínio dos omíadas e as guerras civis que levaram ao estabelecimento dos califas abássidas em Bagdá, em 750, trouxeram o caos para a Síria e a Palestina. Governadores locais inescrupulosos e fora de controle levantavam dinheiro, confiscando igrejas cristãs, que os cristãos tinham de resgatar. Houve ondas de fanatismo, com perseguições e conversões forçadas.[1] A vitória dos abássidas restaurou a ordem; contudo, havia uma diferença. Bagdá era longe. Havia menos supervisão dos administradores provinciais. O comércio continuava ativo ao longo das rotas de caravanas; não havia, porém, nenhum grande mercado para estimulá-lo em âmbito local. Os abássidas eram muçulmanos mais rígidos que os omíadas. Eram menos tolerantes em relação aos cristãos. Embora também fossem dependentes de uma cultura anterior, não era da helênica, mas da persa. Bagdá situava-se no antigo território do reino sassânida. Os persas detinham os principais cargos governamentais. Adotaram-se seus ideais artísticos e hábitos cotidianos. Como ocorrera com os omíadas, empregavam-se altos funcionários cristãos, mas estes eram, com poucas exceções, nestorianos — cujos pontos de vista eram orientais, não ocidentais. A corte abássida tinha, de modo geral, maior interesse em questões intelectuais que a omíada. Os nestorianos foram amplamente usados na tradução de obras filosóficas e técnicas do grego antigo, e estimulou-se a vinda de cientistas e matemáticos até mesmo de Bizâncio para lecionar nas escolas de Bagdá. Esse interesse, porém, era superficial. A civilização abássida praticamente não sofreu influência do pensamento grego; pelo contrário, seguia as tradições que lhes chegaram pelos reinos da Mesopotâmia e Irã. Foi só na Espanha, onde os omíadas haviam se refugiado, que a vida helênica subsistiu no mundo islâmico.

Não obstante, o conjunto dos cristãos sob os abássidas não estava insatisfeito. Escritores muçulmanos, tais como al-Jahiz, no século IX, às vezes atacavam-nos violentamente, mas isso era porque eram demasiado prósperos e estavam ficando arrogantes e negligentes com relação às medidas tomadas para reprimi-los.[2] O Patriarca de Jerusalém, escrevendo aproximadamente na mesma época para seu colega de Constantinopla, conta, sobre as autoridades muçulmanas, que "são justas e não nos fazem mal, nem usam de violência alguma contra nós".[1] Sua justiça e moderação eram, com freqüência, extraordinárias. Quando, no século X, os árabes encontravam-se em má situação em suas guerras contra Bizâncio e turbas árabes atacavam os cristãos, enfurecidas com sua reconhecida simpatia pelo inimigo, o califa sempre os restituiu pelos estragos feitos. Talvez o que o motivasse fosse o temor do poder ressurgente do imperador — que, na época, tinha muçulmanos em seus domínios, aos quais poderia perseguir em represália.[2] As igrejas ortodoxas, com poderes estrangeiros a resguardá-las, sempre haviam desfrutado de uma posição favorável. No princípio do século X, o católico nestoriano Abraão III, em uma controvérsia com o Patriarca de Antióquia, ortodoxo, declarou ao Grão-vizir que "nós, nestorianos, somos amigos dos árabes e oramos por suas vitórias", acrescentando: "longe de sua excelência considerar os nestorianos, que não têm outro rei que não os árabes" à mesma luz que os gregos, "cujos reis nunca cessam de travar guerra contra os árabes".[3] Todavia, foi a doação de duas mil moedas de ouro, não seu argumento, que lhe permitiu ganhar a causa. O único grupo de cristãos contra os quais se demonstrava animosidade constante eram os cristãos de linhagem árabe pura, como os Banu Ghassan ou os Banu Tanukh. Os membros dessas tribos, por sua recusa a converter-se à força ao islã, foram obrigados a cruzar a fronteira e buscar refúgio em Bizâncio.[4]

A emigração de cristãos para o território do imperador era contínua; os muçulmanos também não tomaram nenhuma medida para impedi-la. Parece nunca ter havido nenhuma tentativa consistente de impedir que os cristãos de dentro e de fora do califado mantivessem um relacionamento íntimo, nem em tempos de guerra. Durante a maior parte do período abássida, o imperador bizantino não dispunha de força suficiente para fazer muito por seus correligionários. O fracasso árabe diante de Constantinopla, em 718, garantira a continuidade do império; entretanto, dois séculos se passaram até que Bizâncio tivesse condições de tomar medidas ofensivas sérias contra os árabes. Nesse ínterim, os ortodoxos do Oriente descobriram

1 Diehl e Marçais, *op. cit.*, pp. 345-8; Gaudefroy-Demombynes e Platonov, *op. cit.*, pp. 260-8.
2 Al-Jahiz, *Three Essays*, ed. por Finkel, p. 18. Labourt, *De Timotheo I, Nestorianum Patriarcha*, pp. 33-4, dá exemplos da influência exercida pelos nestorianos na corte do califa.

1 Carta de Teodósio de Jerusalém a Inácio de Constantinopla, *in* Mansi, *Concilia*, vol. XVI, pp. 26-7.
2 Em 923 e 924, turbas muçulmanas destruíram igrejas cristãs ortodoxas em Ramleh, Ascalão, Cesaréia e Damasco; na ocasião, o califa al-Muqtadir ajudou os cristãos a reconstruí-las (Eutíquio, col. 1151).
3 Bar Hebraeus, citado *in* Assemani, *Bibliotheca Orientalis*, vol. II, pp. 440-1.
4 Balādhurī, texto em árabe, p. 142, trad. por Hitti e Murgotten, pp. 208-9. Ver Nau, *Les Arabes Chrétiens de Mésopotamie et de Syrie*, pp. 106-11.

um novo amigo estrangeiro. A expansão do império carolíngio, no século VIII, não passou despercebida no Oriente. Quando, no fim do século, Carlos Magno, às vésperas de ser coroado imperador em Roma, demonstrou particular interesse no bem-estar dos lugares santos, suas atenções foram muito bem-vindas. O califa Harun al-Rashid, feliz por encontrar um aliado contra Bizâncio, ofereceu-lhe todos os incentivos necessários para instituir fundações em Jerusalém e enviar donativos para sua Igreja. Durante um certo tempo, Carlos ocupou o lugar do monarca cujo poder era a salvaguarda dos ortodoxos na Palestina; estes retribuíam sua caridade, enviando-lhe sinais honoríficos de sua estima. O colapso de seu império sob seus descendentes, porém, bem como o renascimento de Bizâncio, tornou efêmera a intervenção franca, de que logo mal se tinha lembrança — exceto pelas estalagens que Carlos mandara construir e pelos serviços latinos realizados na igreja de Santa Maria dos Latinos, além das freiras cristãs que serviam no Santo Sepulcro. Todavia, no Ocidente o episódio nunca seria esquecido, e a lenda e a tradição se encarregaram de exagerá-lo. Logo se disseminaria a crença de que Carlos não só havia estabelecido um protetorado legal sobre os lugares santos como, posteriormente, de que ele mesmo havia peregrinado até lá. Para os francos das gerações subseqüentes, seu direito de reinar sobre Jerusalém estava reconhecido e endossado.[1]

Os cristãos orientais tinham mais interesse no renascimento do poder bizantino. No início do século IX, o império ainda estava na defensiva. Sicília e Creta haviam sido perdidas para os muçulmanos, e quase todos os anos havia alguma grande investida árabe no coração da Ásia Menor. Em meados do século, em grande parte em decorrência das prudentes economias da Imperatriz-regente Teodora, a marinha bizantina foi reorganizada e reequipada. Graças à sua força, o domínio bizantino sobre o sul da Itália e a Dalmácia logo seria reafirmado. No princípio do século X, o califado abássida entrou em rápido declínio. Surgiram dinastias locais, das quais as de maior relevo eram a dos handânidas, de Mosul e Alepo, e a dos Ikshids, do Egito. Os primeiros eram bons lutadores e muçulmanos fervorosos, e durante algum tempo constituíram um baluarte contra as agressões bizantinas. Ainda assim, não conseguiram impedir o declínio do poder muçulmano. Pelo contrário, reforçaram-no, por incentivarem guerras civis — no decurso das quais os Ikshids ganharam o controle da Palestina e do sul da Síria. Os bizantinos não perderam tempo e tiraram proveito da situação. Sua ofensiva, a princípio, foi cautelosa; em 945, porém, a despeito dos feitos do príncipe handânida, Saif ad-Daula, seu general, João Curcuas, havia conquistado para

1 Ver Runciman, "Charlemagne and Palestine", *in English Historical Review*, vol. I, pp. 606 ss.

o império cidades e distritos da Alta Mesopotâmia que não viam um exército cristão havia séculos.[1] Após 960, quando o grande soldado Nicéforo Focas assumiu o comando do exército imperial, o processo acelerou-se. Em 961, Nicéforo recapturou Creta. Em 962, fez campanha na fronteira ciliciense e tomou Anazarbus e Marash (Germanícia), isolando, assim, a Cilícia muçulmana. Em 963, Nicéforo voltou-se para sua própria capital, planejando o golpe de estado que o levou, com a ajuda do exército e da imperatriz-regente, ao trono. Em 964, retornou ao Oriente. Em 965, concluiu a conquista da Cilícia e uma expedição enviada a Chipre restabeleceu o controle bizantino absoluto sobre a ilha. Em 966, fez campanha no médio Eufrates, a fim de cortar as comunicações entre Alepo e Mosul.[2] Todo o Oriente cristão estava entusiasmado com a perspectiva da libertação. O Patriarca João de Jerusalém escreveu-lhe, instando a que se apressasse e tomasse logo o rumo da Palestina. Tamanha traição, porém, dessa vez foi demais para a paciência muçulmana. João foi preso e queimado na estaca pela população enfurecida.[3]

As esperanças de João foram prematuras. Em 967 e 968, Nicéforo esteve ocupado em sua fronteira norte. Em 969, porém, voltou a conduzir seu exército para o sul, dirigindo-se diretamente para o coração da Síria. Marchou pelo vale do Orontes acima, capturando e saqueando, uma após a outra, as grandes cidades de Shaizar, Hama e Homs, e cruzou para a costa, chegando aos subúrbios de Trípoli. Em seguida, retornou em direção ao norte, deixando Tortosa, Jabala e Latáquia em chamas atrás de si, enquanto seus lugar-tenentes sitiavam Antióquia e Alepo. A antiga metrópole de Antióquia foi tomada em outubro. Alepo rendeu-se no fim do ano.

Antióquia, onde os cristãos provavelmente superavam em número os muçulmanos, foi absorvida pelo império; ao que parece, os muçulmanos foram forçados a emigrar de seu território. Alepo, cidade quase que inteiramente islâmica, tornou-se um estado vassalo. O tratado firmado com seu governante definiu cuidadosamente a fronteira entre a nova província imperial e as cidades tributárias. O governante de Alepo seria nomeado pelo imperador. O estado vassalo deveria pagar impostos pesados — dos quais os cristãos estariam isentos — diretamente para o tesouro imperial. Os mercadores e caravanas imperiais gozariam de privilégios e proteções especiais.

1 Vasiliev, *Bizâncio e os Árabes* (em russo), vol. II, pp. 229-37; Runciman, *The Emperor Romanus Lecapenus*, pp. 135-50.
2 Schlumberger, *Un Empereur Byzantin, Nicéphore Phocas*, caps. VIII e X.
3 Yachya of Antioch, *in P.O.*, vol. XVIII, pp. 799-802. A data é discutida em Rosen, *Imperador Basílio, o assassino de búlgaros* (em russo), p. 351.

Esses termos humilhantes pareciam prenunciar o fim do poder muçulmano na Síria.[1]

Antes da queda de Alepo, o imperador foi assassinado em Constantinopla por sua imperatriz e seu amante, seu primo João Tzimisces. Nicéforo era um homem impiedoso e detestável. Apesar de suas vitórias, era odiado em Constantinopla por suas exações financeiras e corrupção e suas intensas controvérsias com a Igreja. João, já conhecido como general brilhante, ascendeu sem dificuldade ao trono e fez as pazes com a Igreja, livrando-se de sua amante imperial. Uma guerra com a Bulgária, porém, manteve-o ocupado na Europa pelos quatro anos seguintes. Nesse ínterim, ocorreu um renascimento do islã, liderado pela dinastia fatímida, que se instalou no Egito e no sul da Síria — chegando mesmo a ensaiar, em 971, a recaptura de Antióquia. Em 974, João pôde voltar sua atenção para o Oriente. Naquele outono, desceu para o leste da Mesopotâmia, chegando a capturar Nisibin, reduzir Mosul à vassalagem e até contemplar uma investida de surpresa contra Bagdá. Percebeu, contudo, que os fatímidas eram inimigos mais perigosos que seus rivais abássidas — e, na primavera seguinte, avançou contra a Síria. Seguindo a rota que Nicéforo percorrera seis anos antes, João varreu o vale do Orontes, passou por Homs, que se submeteu sem resistir, e Balbek, tomada à força, e dirigiu-se para Damasco, que prometeu render-lhe tributo e estabelecer uma humilde aliança. Em seguida, penetrou na Galiléia, encaminhando-se para Tiberíades e Nazaré, e desceu para a costa, na Cesaréia. Enviados de Jerusalém procuraram-no, implorando-lhe que os poupasse dos horrores de um saque. Entretanto, ele não se sentiu seguro para atirar-se sobre a Cidade Santa com as cidades da costa fenícia ainda por tomar às suas costas. Assim, retirou-se para o norte, subjugando-as uma a uma, exceto pelo porto-fortaleza de Trípoli. Diante da aproximação do inverno, o imperador viu-se forçado a adiar seus planos por uma estação. No retorno para Antióquia, capturou e guarneceu os dois grandes castelos das Montanhas Nosairi, Barzuya e Sahyun. Em seguida, voltou para Constantinopla. Todavia, sua campanha não teria continuidade. De forma bastante súbita, em janeiro de 976, ele faleceu.[2]

Com as guerras, o império cristão voltara a ser a maior potência no Oriente. A possibilidade de libertação dos cristãos orientais, além disso, conferira-lhes o *status* de guerra religiosa. Até então, as guerras contra os muçulmanos eram travadas regularmente em defesa do império e, por assim dizer, consideradas parte da vida cotidiana. Conquanto vez por outra algum con-

1 Schlumberger, *op. cit.*, cap. XIV.
2 Schlumberger, *L' Epopée Byzantine*, vol. I, cap. IV.

quistador muçulmano fanático desse aos cativos cristãos a opção entre apostasia ou morte e seu martírio fosse devidamente lembrado e honrado, esses casos eram raros. Para a opinião pública de Bizâncio, não havia mais mérito em morrer em batalha para proteger o império do infiel árabe que do búlgaro cristão; para a Igreja também não havia distinção. Não obstante, tanto Nicéforo como João declararam ser a luta, agora, para a glória da cristandade, para o resgate dos lugares santos e para a destruição do islã. Quando um imperador celebrava um triunfo sobre os sarracenos, os coros já cantavam "Glória a Deus, Que conquistou os sarracenos".[1] Nicéforo salientava que suas guerras eram guerras cristãs — em parte, talvez, na tentativa de contrabalançar suas péssimas relações com a Igreja. Não conseguiu obter o apoio do patriarca para um decreto que anunciava que os soldados que morressem na frente oriental morreriam como mártires, já que, para a Igreja Ortodoxa, nem mesmo as exigências da guerra justificavam inteiramente um ato de assassinato.[2] No insultuoso manifesto que enviou ao califa antes de deflagrar sua campanha de 964, porém, descreveu-se como o herói dos cristãos e chegou a ameaçar marchar sobre Meca, a fim de ali estabelecer o trono de Cristo.[3] João Tzimisces empregou a mesma linguagem. Na carta em que narrou sua campanha de 974, escrita para o rei da Armênia, disse que "nosso desejo era libertar o Santo Sepulcro dos ultrajes muçulmanos". Contou também como poupou da pilhagem as cidades da Galiléia, em virtude de seu papel na história da fé cristã; e, referindo-se à sua súbita parada diante de Trípoli, acrescentou que, não fosse aquilo, ele teria ido até a Cidade Santa de Jerusalém e orado nos lugares santos.[4]

Os árabes sempre se haviam mostrado mais dispostos a encarar a guerra como uma questão religiosa; mesmo eles, porém, tinham afrouxado. Agora, assustados com os cristãos, procuravam reacender seu fervor. Em 974, tumultos em Bagdá obrigaram o califa — que, particularmente, não lamentara em nada a derrota fatímida — a proclamar uma guerra santa, um *jihad*.[5]

Ao que tudo indicava, a Terra Santa seria restituída para o governo cristão. Os ortodoxos palestinos, porém, esperaram em vão. O legítimo sucessor de João, Basílio II, embora se revelasse um grande guerreiro, nunca teve a

1 Constantine Porphyrogennetus, *De Ceremoniis* (ed. de Bonn), vol. I, pp. 332-3, ed. por Vogt, vol. II, pp. 135-6. As aclamações provavelmente foram usadas pela primeira vez por ocasião do triunfo de Miguel III sobre os sarracenos, em 863. Ver Bury, "The Ceremonial Book of Constantine Porphyrogennetos", *in E.H.R.*, vol. XXII., p. 434.
2 Zonaras, vol. III, p. 506.
3 Schlumberger, *Un Empereur Byzantin*, pp. 427-30, citando um manuscrito árabe em Viena.
4 Mateus de Edessa, pp. 13-20.
5 Miskawaihi, *The Experiences of the Nations*, *in* Amedroz e Margoliouth, *The Eclipse of the Abbasid Caliphate*, vol. II, pp. 303-5 (texto árabe) e vol. V, pp. 326-8 (trad. para o inglês).

oportunidade de dar prosseguimento ao avanço no sul. Guerras civis, seguidas de um longo conflito contra a Bulgária, demandavam sua atenção integral. Só duas vezes ele teve ocasião de visitar a Síria — a fim de restaurar a suserania bizantina sobre Alepo, em 995, e marchar costa abaixo, chegando até Trípoli, em 999. Em 1001, decidiu que seria inútil fazer mais conquistas. Fez-se uma trégua de dez anos com o califado fatímida; a paz assim inaugurada não sofreria maiores abalos durante mais de meio século. A fronteira entre os impérios foi traçada desde a costa, entre Banyas e Tortosa, até o Orontes, ao sul de Cesaréia-Shaizar. Alepo permaneceu oficialmente dentro da esfera de influência bizantina; no entanto, a dinastia mirdasita, que ali se estabeleceu em 1023, logo obteve a independência de fato. Em 1030, seu emir infligiu uma séria derrota a um exército bizantino. A perda de Alepo, porém, foi compensada no ano seguinte pela incorporação de Edessa ao Império Bizantino.[1]

A paz servia tanto ao império quanto aos fatímidas, pois ambos estavam inquietos com o ressurgimento, sob aventureiros turcos da Ásia Central, do califado de Bagdá. O monarca fatímida, aceito pelos muçulmanos xiitas como o verdadeiro califa, não poderia correr o risco de haver algum fortalecimento das reivindicações abássidas; Bizâncio, por sua vez, considerava sua fronteira oriental mais vulnerável que a do sul. O temor dos turcos levou Basílio II a anexar, primeiro, as províncias armênias localizadas mais perto do império e, em seguida, conquistar o distrito mais a sudeste, o principado de Vaspurakan. Seus sucessores deram prosseguimento à sua política. Em 1045, o rei de Ani, principal governante da Armênia, cedeu suas terras para o imperador. Em 1064, o último estado armênio independente, o principado de Kars, foi assimilado ao território imperial.[2]

A anexação da Armênia foi determinada por considerações militares. A experiência havia ensinado que não se podia confiar nos príncipes armênios. Embora fossem cristãos e não tivessem nada a ganhar com uma conquista muçulmana, eram hereges — e, como tais, odiavam os ortodoxos com paixão ainda maior que qualquer opressor muçulmano. Apesar da continui-

1 As atividades de Basílio na Síria são descritas, com base nas fontes árabes (Kemal ad-Din, Ibn Al-Athir e Abu'l Mahāsin), em Rosen, *op. cit.*, pp. 239-66, 309-11. Em 987-8, Basílio havia enviado ao Cairo embaixadores que forneceram dinheiro para a manutenção do Santo Sepulcro, em Jerusalém (*ibid.*, pp. 202-5, citando um texto de um manuscrito de Abu'l Mahāsin). Sobre a fronteira, ver as discussões em Honigmann, *Die Ostgrenze des byzantinischen Reiches*, pp. 106-8, 134 ss., além de seu artigo, "Shaizar", na *Encyclopaedia of Islam*. Shaizar continuou sendo administrada pelo bispo, em nome do imperador, até 1081 (Michael the Syrian, vol. II, p. 178).

2 Um sumário completo, com referências, da história armênia nesse período pode ser encontrado em Grousset, *Histoire de l'Arménie*, pp. 531 ss. Ver adiante, p. 65.

dade do comércio e das relações culturais, e embora muitos armênios migrassem para o império e chegassem a ocupar seus cargos mais elevados, a animosidade nunca abrandou. A partir dos vales da Armênia, porém, era fácil, como haviam demonstrado escaramuças de fronteira no passado, penetrar no coração da Ásia Menor. Seria tolice se as autoridades militares permitissem que uma região tão perigosa continuasse fora de seu controle. Em termos políticos, a anexação foi menos prudente. O governo bizantino incomodava os armênios. Por mais que as guarnições bizantinas pudessem ocupar as fronteiras, em seu interior havia uma grande população descontente, cuja infidelidade era um perigo em potencial e que agora, não devendo mais lealdade a um príncipe local, tornava-se errante, semeando indisciplina dentro do Império. Estadistas mais sábios, menos obcecados que os imperadores-soldados de Bizâncio pelo ponto de vista militar, teriam hesitado em criar uma questão armênia capaz de destruir a homogeneidade do império e incluir uma minoria dissidente entre seus súditos.

O norte da Síria passara para as mãos dos cristãos; os cristãos do sul da Síria e da Palestina, porém, achavam o domínio fatímida fácil de suportar. Sofreram apenas um breve período de perseguição, quando o Califa Hakim, filho de mãe cristã e criado, em grande parte, por cristãos, de repente insurgiu-se contra suas primeiras influências. Durante dez anos, entre 1004 e 1014, a despeito dos protestos do imperador, ele tomou medidas repressivas contra os cristãos; começou confiscando suas propriedades, depois passou a queimar cruzes e ordenar a construção de pequenas mesquitas sobre o teto das igrejas, até, por fim, mandar queimar as próprias igrejas. Em 1009, determinou a destruição da própria Igreja do Santo Sepulcro, alegando que o milagre anual do fogo santo, ali celebrado na véspera da Páscoa, sem dúvida era uma fraude ímpia. Em 1014, cerca de trinta mil igrejas tinham sido incendiadas ou saqueadas, e muitos cristãos haviam se convertido aparentemente ao islã, a fim de salvar a vida. Foram tomadas providências similares contra os judeus. Note-se, porém, que os muçulmanos estavam igualmente sujeitos à perseguição arbitrária pelo líder de sua fé, que continuou empregando, todo o tempo, ministros cristãos. Em 1013, em uma concessão ao Imperador, permitiu-se que os cristãos emigrassem para território bizantino. A perseguição só chegou ao fim quando Hakim convenceu-se de que ele mesmo era divino. Sua divindade foi proclamada publicamente em 1016 por seu amigo Darazi. Como, naturalmente, o choque dos muçulmanos diante do comportamento de seu líder correligionário foi mais profundo que o dos não-muçulmanos, Hakim começou a favorecer os cristãos e judeus — enquanto atacava os próprios islâmicos, proibindo o jejum do ramadã e a peregrinação a Meca. Em 1017, concedeu-se plena liberdade de consciência

a cristãos e judeus. Logo cerca de seis mil dos apóstatas recentes retornaram ao cristianismo. Em 1020, devolveram-se às Igrejas as propriedades que lhes haviam sido confiscadas, inclusive os bens retirados de suas construções arruinadas. Ao mesmo tempo, as disposições que instituíam o uso compulsório de trajes distintivos foram abolidas. A essa altura, porém, a fúria muçulmana ergueu-se contra o califa, que mandara substituir o nome de Alá pelo seu próprio nos serviços nas mesquitas. Darazi fugiu para o Líbano, lá fundando a seita dos chamados drusos, nome derivado do seu. O próprio Hakim desapareceu em 1021. Provavelmente foi assassinado por sua ambiciosa irmã, Sitt al-Mulk; no entanto, seu destino permaneceu, até hoje, um mistério. Os drusos acreditam que, em seu devido tempo, ele voltará.[1]

Após sua morte, a Palestina foi dominada, durante um breve espaço de tempo, pelo Emir de Alepo, Salih ibn Mirdas; o governo fatímida, porém, foi plenamente restaurado em 1029. Em 1027, já fora assinado um tratado permitindo que o Imperador Constantino VIII procedesse à restauração da Igreja do Santo Sepulcro e que os apóstatas remanescentes retornassem impunemente ao cristianismo. O tratado foi renovado em 1036; entretanto, as obras de reconstrução da igreja só seriam iniciadas de fato cerca de dez anos depois, sob o Imperador Constantino IX. Para supervisionar o trabalho, funcionários imperiais viajavam livremente para Jerusalém, onde, para desgosto dos cidadãos e viajantes muçulmanos, os cristãos pareciam estar em total controle da situação.[2] Havia tantos bizantinos em suas ruas que começou a correr entre os muçulmanos o boato de que o próprio imperador viera.[3] Havia uma próspera colônia de mercadores amalfitanos que, embora protegidos pelo califa, protestavam a vassalagem de sua cidade natal italiana ao imperador, a fim de compartilhar os privilégios conferidos a seus súditos.[4] O temor do poder bizantino mantinha os cristãos em segurança. O viajante persa Nasir-i-Khusrau, que visitou Trípoli em 1047, descreve o número de navios mercantes gregos que se via no porto local e o medo que os habitantes tinham de um ataque da marinha de Bizâncio.[5]

1 Ver o artigo "Hakim", de Graefe, na *Encyclopaedia of Islam*, e também Browne, *op. cit.*, pp. 60-2.
2 Guilherme de Tiro, vol. I, pt. I, pp. 391-3; Schlumberger, *L'Épopée Byzantine*, vol. III, pp. 23, 131, 203-4; Riant, *Donation de Hughes, Marquis de Toscane*, p. 157; Mukaddasi, *Description of Syria*, trad. por Le Strange, p. 37. Mukaddasi conta (p. 77) que, na Síria e na Palestina, os escribas e médicos eram quase todos cristãos, ao passo que os curtidores, tintureiros e banqueiros eram judeus.
3 Nasir-i-Khusrau, *Diary of a Journey through Syria and Palestine*, trad. por Le Strange, p. 59.
4 Guilherme de Tiro, vol. I, 2, pp. 822-6; Aimé, *Chronicon*, p. 320.
5 Nasir-i-Khusrau, *op. cit.* pp. 6-7; Mukaddasi, *op. cit.* pp. 3-4, escrevendo sobre o ano 985, diz que, na Síria, "as pessoas vivem em permanente terror dos bizantinos (...) pois suas fronteiras são constantemente assoladas e suas fortalezas, destruídas".

Em meados do século XI, a situação dos cristãos na Palestina poucas vezes fora tão favorável. As autoridades muçulmanas eram lenientes; o imperador cuidava de seus interesses. O comércio prosperava e estava se intensificando com os países cristãos de além-mar. Ademais, nunca antes Jerusalém havia usufruído tão plenamente da simpatia e riqueza que lhe traziam os peregrinos vindos do Ocidente.

Capítulo III

Os Peregrinos de Cristo

"Nossos passos já se detêm às tuas portas, Jerusalém!" SALMO 122, 2

O desejo de peregrinar está profundamente arraigado na natureza humana. Estar onde aqueles que reverenciamos já estiveram, ver os lugares onde nasceram, labutaram e morreram, dá-nos uma sensação de contato místico com eles, e é uma expressão prática da nossa homenagem. E, se os grandes homens do mundo possuem santuários, visitados por admiradores vindos das plagas mais remotas, tanto mais os homens convergem avidamente a esses lugares — onde, acreditam, o Divino santificou a terra.

Nos primeiros dias do cristianismo, as peregrinações eram raras. O pensamento cristão inicial tendia a enfatizar a divindade e a universalidade de Cristo, não sua humanidade, e as autoridades romanas não incentivavam uma viagem à Palestina. A própria Jerusalém, destruída por Tito, permaneceu em ruínas até ser reconstruída por Adriano, como a cidade romana de Aelia. Os cristãos, porém, lembravam-se do cenário do drama da vida de Cristo. Seu respeito pelo local do Calvário era tanto que Adriano mandou erguer ali, de propósito, um templo para a Vênus Capitolina. No século II, a caverna de Belém onde Cristo nascera já era conhecida; os cristãos iam até lá, e dali ao Monte das Oliveiras, ao Jardim do Getsêmani e ao local da Ascensão. A visita a esses lugares sagrados, a fim de orar e conquistar mérito espiritual, já fazia parte da prática cristã.[1]

Com o triunfo da Cruz, a prática intensificou-se. O Imperador Constantino comprazia-se em fortalecer a religião que escolhera. Sua mãe, a Imperatriz Helena, muito exaltada e bem-sucedida dentre os grandes arqueólogos do mundo, partiu para a Palestina, a fim de descobrir o Calvário e localizar

1 Jerônimo (Jerome), *Epistolae* XLVI, 9, *M.P.L.*, vol. XXII, col. 489, refere-se a peregrinações à Palestina logo nos primeiros tempos do cristianismo. O primeiro peregrino cujo nome conhecemos (início do século III) foi um bispo de Cesaréia, na Ásia Menor, chamado Firmiliano (Jerome, *De Viris Illustribus, M.P.L.*, vol. XXIII, cols. 665-6). Mais tarde no século III, sabemos de um bispo da Capadócia, Alexandre, que visitou a Palestina (Eusébio, *Historia Ecclesiastica*, pp. 185-6). Orígenes (*In Joannem VI*, 29, *M.P.G.*, vol. XIV, col. 269) fala sobre o desejo dos cristãos de "caminhar sobre as pegadas de Cristo".

todas as relíquias da Paixão. O imperador endossou sua descoberta, lá construindo uma igreja, que, através de todas as vicissitudes, permaneceu o principal santuário da cristandade, a Igreja do Santo Sepulcro.[1]

Imediatamente, uma torrente de peregrinos afluiu para o cenário do trabalho de Helena. Não se pode aferir em que número, já que a maioria deles não deixou nenhum registro de sua jornada. Contudo, já em 333, antes de as escavações serem encerradas, um viajante que escreveu sobre sua viagem veio de Bordéus à Palestina.[2] Logo depois, encontramos a descrição de uma excursão feita por uma dama infatigável, conhecida às vezes como Etéria e outras como Sta. Sílvia da Aquitânia.[3] Quase no fim do século, um dos grandes patriarcas da cristandade latina, S. Jerônimo, estabeleceu-se na Palestina, trazendo consigo o círculo de mulheres ricas e elegantes que o cercavam na Itália. Em sua cela em Belém ele recebia uma constante procissão de viajantes que vinham prestar-lhe suas homenagens, após visitarem os lugares santos.[4] Sto. Agostinho, o mais espiritual dos Patriarcas ocidentais, considerava as peregrinações irrelevantes e até perigosas, e os patriarcas gregos tendiam a concordar com ele;[5] S. Jerônimo, porém, mesmo não sustentando que manter residência em Jerusalém tivesse um certo valor espiritual, asseverou que era um ato de fé orar onde os pés de Cristo haviam pisado.[6] Sua posição era mais popular que a de Agostinho. As peregrinações multiplicaram-se, estimuladas pelas autoridades. No início do século seguinte, dizia-se que já havia duzentos monastérios e hospícios em Jerusalém ou nas

1 Eusébio, *Vita Constantini*, caps. XXV-XI, publicado em *Palestine Pilgrims' Text Society*, vol. I.

2 O *Itinerary of the Bordeaux Pilgrim* está publicado no *P.P.T.S.*, vol. I, em trad. de A. Stewart.

3 A peregrinação de Etéria é publicada em trad. inglesa por J. H. Bernard, no *P.P.S.T.*, vol. I, sob o título de *The Pilgrimage of Saint Silvia of Aquitaine*, com quem o editor a identifica, quase que certamente de forma incorreta.

4 A carta de Paula e Eustóquio a Marcela, descrevendo a vida levada no círculo de S. Jerônimo na Palestina, foi publicada junto com as cartas do santo, como a de número XLVI (cols. 483 ss., *in* M.P.L., vol. XXII). O próprio Jerônimo, na carta de número XLVII, 2 (*ibid.*, cols. 493), recomenda uma visita aos lugares santos a seu amigo Desidério, e explica pessoalmente que sua visita à Palestina lhe permite compreender melhor as escrituras (*Liber Paralipumenon*, prefácio, *in M.P.L.*, vol. XXVIII, cols. 1325-6). Em momentos de amargura, porém, como em sua carta LVIII, 2, a Paulino de Nola (*ibid.*, vol. XXII, col. 380), manifestou a opinião de que não se perdia nada deixando de visitar Jerusalém.

5 Saint Augustine (Sto. Agostinho), carta LXXVIII, 3, em *M.P.L.*, vol. XXXIII, cols. 268-9, *Contra Faustum* XX, 21, *ibid.*, vol. XLII, cols. 384-5. S. Gregório de Nissa (Saint Gregory of Nissa) é enfaticamente contrário às peregrinações (carta n.º II em *M.P.G.* vol. XLVI, col. 1009). S. João Crisóstomo (Saint John Chrysostom) desaprova-as quase com a mesma intensidade (*Ad Populum Antiochenum* V, 2, em *M.P.G.*, vol. XLIX, col. 69), mas, em outro momento, lamenta que seus deveres não lhe permitam ser um peregrino (*In Ephesianos* VIII, 2, *ibid.*, vol. LXII, col. 57).

6 Ver p. 38, n.º 1.

cercanias da cidade, construídos para receber peregrinos, e quase todos sob os cuidados do imperador.[1]

Em meados do século V, esse interesse inicial por Jerusalém chegou ao seu auge. A Imperatriz Eudóxia, filha de um filósofo pagão de Atenas, lá se estabeleceu, após uma vida infeliz na corte; e muitos membros pios da aristocracia bizantina vieram em seu rastro. Nos intervalos na redação de seus hinos, ela patrocinava a moda crescente de se colecionar relíquias — e lançou as bases da grande coleção de Constantinopla, enviando-lhe um retrato de Nossa Senhora pintado por S. Lucas.[2]

Seu exemplo foi seguido por peregrinos ocidentais e de Constantinopla. Desde tempos imemoriais os luxos materiais do mundo vinham do Oriente. Agora, também os luxos religiosos viajavam para oeste. O cristianismo foi, a princípio, uma religião oriental. A maioria dos primeiros santos e mártires cristãos era oriental. A tendência a venerar os santos se disseminava. Autoridades como Prudêncio e Enódio defendiam a possibilidade de se encontrar socorro divino em seus túmulos e que seus corpos seriam capazes de realizar milagres.[3] Agora, homens e mulheres viajavam longas distâncias para ver uma relíquia sagrada. Mais ainda, tentavam adquirir uma, para levá-la para casa e colocá-la em seu próprio santuário. As principais relíquias permaneciam no Oriente — as de Cristo em Jerusalém (até sua remoção para Constantinopla) e as dos santos, em sua maioria, em seus locais nativos. Relíquias menores, porém, começaram a penetrar no Ocidente, trazidas por um ou outro peregrino afortunado ou comerciante empreendedor, ou enviadas como presente a algum potentado. Logo seguiram-se porções menores de relíquias de maior porte, depois relíquias maiores inteiras. Tudo isso ajudou a chamar a atenção do Ocidente para o Oriente. Os cidadãos de Langres, orgulhosos donos de um dedo de S. Mamas, inevitavelmente desejariam visitar Cesaréia, na Capadócia, onde o santo vivera.[4] As freiras de Chamalières, com os ossos de Tecla em sua capela, tinham um interesse pessoal em

1 Couret, *La Palestine sous les Empereurs grecs*, p. 212.

2 Ver Bury, *Later Roman Empire* (a.C. 395-565), vol. I, pp. 225-31. Ver Nicéforo Calisto, *Historia Ecclesiastica*, em *M.P.G.*, vol. CXLVI, col. 1061, para informações sobre Eudóxia como caçadora de relíquias.

3 Prudêncio, *Peristephanon* VI, pp. 132, 135; Enódio, *Libellum pro Synodo*, p. 135. Sto. Ambrósio acreditava firmemente na virtude das relíquias, tendo sido, ele mesmo, inspirado a descobrir algumas (carta XXII em *M.P.L.*, vol. XVI, cols. 1019 ss.). S. Vitrício, em seu *Liber de Laude Sanctorum*, assevera que as relíquias possuem uma virtude e uma graça (*M.P.L.*, vol. XX, cols. 453-4). S. Basílio, por outro lado, preferia estar absolutamente certo de sua autenticidade. Ver sua carta a Sto. Ambrósio sobre o corpo de um bispo de Milão, carta n.º CXCVII, em *M.P.G.*, vol. XXXII, cols. 109-13.

4 *Historia Translationum Sancti Mamantis vel Mammetis*, *in Acta Sanctorum*, 17 de agosto, vol. III, pp. 441-3.

seu local de nascimento, na Selêucia Isáuria.[1] Quando uma dama de Maurienne trouxe de suas viagens um polegar de S. João Batista, seus amigos foram todos inspirados a viajar para ver seu corpo na Samaria e sua cabeça em Damasco.[2] Embaixadas inteiras eram enviadas na esperança de assegurar algum desses tesouros, talvez até um pequeno frasco do Santo Sangue ou um fragmento da própria Cruz verdadeira. Construíram-se igrejas no Ocidente em homenagem a santos orientais ou ao Santo Sepulcro; não raro, uma parte de sua renda era destinada ao envio para os lugares santos dos quais tiravam seus nomes.

Essa interligação foi auxiliada pelo comércio, que ainda se mantinha em torno das costas do Mediterrâneo, mas vinha declinando lentamente, devido ao crescente empobrecimento do Ocidente — chegando, por vezes, a ser interrompido, como quando os piratas vândalos, em meados do século V, fizeram dos mares um lugar inseguro para comerciantes desarmados. O descontentamento e as heresias orientais só fizeram contribuir para as dificuldades. Não obstante, há muitos itinerários escritos no século VI por peregrinos ocidentais que viajaram rumo ao leste em navios mercantes gregos ou sírios; os próprios comerciantes eram portadores de fofocas e notícias religiosas, não só mercadorias e passageiros. Graças aos viajantes e mercadores, o historiador Gregório de Tours mantinha-se bem informado sobre os assuntos orientais. Há o registro de uma conversa entre S. Simão Estilita e um mercador sírio que o viu em sua coluna[3], perto de Alepo, em que o santo pediu notícias de Sta. Genoveva de Paris e enviou-lhe uma mensagem pessoal.[4] A despeito das contendas políticas e religiosas das mais altas autoridades, as relações entre os cristãos ocidentais e orientais permaneciam muito cordiais e próximas.

Com as conquistas árabes, essa era teve fim. Já não chegavam mais mercadores sírios às costas francesas e italianas, trazendo seus artigos e notícias. Mais uma vez, havia piratas no Mediterrâneo. Os governantes muçulmanos da Palestina desconfiavam dos viajantes cristãos do exterior. A viagem era cara e difícil, e a cristandade ocidental já não dispunha mais de muita riqueza. O intercurso, porém, não foi totalmente rompido. Os cristãos ocidentais ainda pensavam nos lugares santos orientais com simpatia e nostal-

1 Mabillon, *Annales Ordinis Sancti Benedicti*, vol. I, p. 481.

2 Gregório de Tours, *De Gloria Martyrum*, *in M.P.L.*, vol. LXXI, cols. 719-20. Ver Delehaye, *Les Origines du Culte des Martyres*, p. 99.

3 S. Simão Estilita, expulso de um monastério por excesso de ascetismo, vivia em uma coluna, primeiro de três metros de altura, depois aumentada para vinte, sobre a qual havia uma plataforma de dois metros quadrados, onde ele se prostrava 1.244 vezes por dia. Apesar de possuir uma escada para ocasiões especiais, normalmente se comunicava por intermédio de uma cesta. (N.T.)

4 *Vita Genovefae Virginis Parisiensis*, p. 226.

gia. Quando, em 682, o Papa Martinho I foi acusado de manter relações amigáveis com os muçulmanos, explicou que seu objetivo era obter permissão para enviar caridades aos pobres de Jerusalém.[1] Em 670, o bispo franco Arcolfo partiu para o Oriente e conseguiu fazer uma excursão completa pelo Egito, Síria e Palestina, retornando por Constantinopla; a viagem, porém, estendeu-se por vários anos, e ele passou muitas privações.[2] Sabemos os nomes de outros peregrinos dessa época, tais como Vulphy de Rue, na Picardia, ou Bercaire de Montier-en-Der, na Burgúndia, e seu amigo Waimer.[3] Suas histórias, porém, mostravam que somente homens duros e empreendedores podiam nutrir esperanças de alcançar Jerusalém. Nenhuma mulher parece ter se aventurado na peregrinação.

Ao longo do século VIII, o número de peregrinos aumentou. Alguns vinham até da Inglaterra — dos quais o mais famoso foi Vilibaldo, que morreu em 781 como Bispo de Eichstadt, na Baviera. Quando jovem, ele viajara até a Palestina, deixando Roma em 722 e retornando, após muitas aventuras desagradáveis, só em 729.[4] Perto do fim do século, parece ter havido uma tentativa de organizar as peregrinações, sob o patrocínio de Carlos Magno. Carlos restaurara a ordem e uma certa prosperidade no Ocidente, e estabelecera boas relações com o Califa Harun al-Rashid. Os albergues construídos com sua ajuda na Terra Santa mostram que, na época, muitos peregrinos devem ter chegado a Jerusalém, com mulheres entre eles. Freiras provenientes da Espanha cristã foram enviadas para servir no Santo Sepulcro.[5] A atividade, contudo, teve vida breve. O império carolíngio entrou em decadência. Os piratas muçulmanos ressurgiram nas águas orientais do Mediterrâneo; piratas nórdicos vieram do oeste. Quando o bretão Bernardo, o Sábio, visitou a Palestina em 870, encontrou os estabelecimentos de Carlos ainda em boa ordem, mas vazios e começando a decair. Bernardo só conseguira fazer a viagem por ter obtido um passaporte junto às autoridades muçulmanas que então governavam Bari, no sul da Itália; nem de posse do passaporte, porém, teve permissão para desembarcar em Alexandria.[6]

A grande era de peregrinações começa com o século X. Os árabes foram perdendo seus últimos covis de piratas na Itália e no sul da França ao longo do

1 Martinho I, carta a Teodoro, *in M.P.L.* vol. LXXXVII, cols. 199-200.
2 A narrativa de Arcolfo, escrita por Adamnan, encontra-se no *P.P.T.S.*, vol. III, trad. por J. R. Macpherson.
3 *De Sancto Wlphlagio*, *in Aa. Ss.* 7 de junho, junho, vol. II, pp. 30-1.
4 O *Hodoeporicon* de Vilibaldo, trad. por Brownlow, encontra-se no *P.P.T.S.*, vol. III.
5 "Commemoratorium de Casis Dei vel Monasteriis", *in* Tobler e Molinier, *Itinera Hierosolymitana*, vol. I, p. 303.
6 *The Itinerary of Bernard the Wise*, trad. por J. H. Bernard, encontra-se no *P.P.T.S.*, vol. III.

século, e perderam Creta em 961. Já por essa época, a marinha bizantina encontrava-se, havia algum tempo, suficientemente no comando dos mares para que o comércio marítimo mediterrâneo renascesse por completo. Navios mercantes gregos e italianos viajavam livremente entre os portos da Itália e o Império e começavam, com a boa vontade das autoridades muçulmanas, a inaugurar o comércio com a Síria e o Egito. Era fácil, para um peregrino, assegurar uma passagem direto de Veneza ou Bari para Trípoli ou Alexandria — conquanto a maioria dos viajantes preferisse ir a Constantinopla para ver suas grandes coleções de relíquias, e só então prosseguissem por mar ou pela rota terrestre, que os recentes êxitos militares bizantinos haviam agora tornado segura. Na própria Palestina as autoridades muçulmanas, quer fossem abássidas, ikshids ou fatímidas, dificilmente causavam dificuldades; pelo contrário, acolhiam de bom grado os visitantes, devido à riqueza que traziam para a província.

O aprimoramento das condições de peregrinação exerceu seu efeito sobre o pensamento religioso ocidental. Não se sabe ao certo em que momento as peregrinações foram ordenadas pela primeira vez como penitências canônicas. Todas as primeiras *poenitentialia* medievais recomendam uma peregrinação, mas geralmente sem estabelecer uma meta específica. Entretanto, difundiu-se a crença de que determinados lugares santos possuíam um valor espiritual definido, que afetava aqueles que os visitavam e podiam até conferir a remissão dos pecados. Assim, o peregrino sabia que não só poderia reverenciar as cercanias e vestígios terrenos de Deus e Seus santos, entrando em contato místico com eles, mas também obter o perdão divino para suas perversões. A partir do século X, quatro santuários em particular eram tidos em conta de dispor de tal poder: os de S. Tiago, em Compostela, na Espanha, o de S. Miguel, no Monte Gargano, na Itália, os muitos locais sagrados de Roma e, sobretudo, os lugares sagrados da Palestina. Para todos eles o acesso agora era muito mais fácil, graças à retirada ou à boa vontade dos muçulmanos. No entanto, a viagem ainda era longa e árdua o bastante para apelar para o senso comum e para o sentimento religioso do homem medieval. Era sábio afastar um criminoso pelo período de um ano ou mais da cena de seu crime. Os desconfortos e despesas de sua jornada iriam servir-lhe como punição, enquanto o cumprimento da tarefa e a atmosfera emocional de sua meta provocariam nele uma sensação de purificação e força espiritual. Ao voltar, era um homem melhor.[1]

1 Ver de Rozière, *Recueil général des Formules usitées dans l'Empire des Francs*, vol. II, pp. 939-41. Um nobre franco chamado Fromondo, que foi à Palestina com seus irmãos a fim de expiar um crime em meados do século IX, é o primeiro desses penitentes cujo nome chegou ao nosso conhecimento. A *Peregrinatio Frotmundi* encontra-se no *Aa. Ss.* 24 de outubro, out., vol. X, pp. 847 ss. Ver também van Cauwenbergh, *Les Pèlegrinages expiatoires et judiciaires, passim*, e Villey, *La Croisade: Essai sur la Formation d'une Théorie juridique*, pp. 141 ss.

Referências casuais dos cronistas contam-nos de peregrinações freqüentes, embora os nomes dos verdadeiros peregrinos que possuímos agora sejam, inevitavelmente, os dos personagens de grande porte. Dentre os grandes nobres e damas ocidentais vêm Hilda, Condessa da Suábia, que morreu em sua jornada em 969, e Judite, Duquesa da Baviera, cunhada do Imperador Oto I, cuja viagem ocorreu em 970. Os condes de Ardèche, Vienne, Verdun, Arcy, Anhalt e Gorizia, todos peregrinaram. Eclesiásticos proeminentes eram ainda mais assíduos. S. Conrado, Bispo de Constance, empreendeu três viagens diferentes a Jerusalém, e S. João, Bispo de Parma, nada menos que seis. O Bispo de Olivola lá esteve em 920. Entre os abades peregrinos incluíram-se os de Saint-Cybar, de Flavigny, de Aurillac, de Saint-Aubin d'Angers e de Montier-en-Der. Todos esses viajantes eminentes levavam consigo grupos de homens e mulheres humildes cujos nomes não interessavam aos escritores daquele tempo.[1]

Essa atividade era basicamente resultado da empresa privada. Contudo, havia uma nova força em ascensão na política européia, que, entre outras obras, encarregou-se da organização do trânsito de peregrinos. Em 910, o Conde Guilherme I da Aquitânia fundou a Abadia de Cluny. No fim do século, Cluny, administrada por uma série de abades notáveis, era o centro de uma vasta rede eclesiástica, bem organizada, sólida e intimamente interligada ao papado. Os monges de Cluny consideravam-se guardiões da consciência da cristandade ocidental. Sua doutrina aprovava a peregrinação. Desejavam prestar-lhe assistência prática. No início do século seguinte, as peregrinações para os grandes santuários hispânicos já se encontravam quase inteiramente sob seu controle. Ao mesmo tempo, eles começaram a organizar e popularizar as viagens para Jerusalém. Foi graças à sua persuasão que o Abade de Stavelot partiu para a Terra Santa em 990, e o Conde de Verdun, em 997. Sua influência é demonstrada pelo grande recrudescimento, no século XI, do fluxo de peregrinos da França e Lorena, provenientes de distritos próximos a Cluny e às casas dele derivadas. Conquanto ainda houvesse muitos germânicos entre os peregrinos do século XI, tal como os Arcebispos de Trier e Mainz e o Bispo de Bamberg, além de muitos da Inglaterra, os peregrinos franceses e da Lorena agora os superavam de longe em número. As duas grandes dinastias do norte da França, os Condes d'Anjou e os Duques da Normandia, a despeito de sua rivalidade mútua, eram ambas amigas íntimas de Cluny; as duas promoviam a jornada para o Oriente. O terrível Fulco Nerra d'Anjou foi a Jerusalém em 1002, retornando depois em duas oca-

1 Ver Bréhier, *L'Eglise et l'Orient au Moyen Age*, pp. 32-3, e Ebersolt, *Orient et Occident*, vol. I, pp. 72-3, que fazem referências a tais jornadas.

siões. O Duque Ricardo III, da Normandia, enviava caridades, e o Duque Roberto liderou uma imensa companhia que lá esteve em 1035. Todas essas peregrinações foram fielmente registradas pelo historiador de Cluny, o monge Glaber.[1]

Os normandos seguiam o exemplo de seus Duques. Tinham uma veneração particular por S. Miguel; iam em grande número ao Monte Gargano. Dali, os mais empreendedores prosseguiam até a Palestina. Em meados do século, constituíam uma parcela tão ampla e ardorosa dos peregrinos à Palestina que o governo de Constantinopla, furioso com os normandos por seus ataques à Itália bizantina, começou a mostrar uma certa má vontade com relação ao trânsito de peregrinos.[2] Seus primos escandinavos mostravam entusiasmo quase idêntico. Os nórdicos estavam há muito habituados a visitar Constantinopla; sua riqueza e suas maravilhas muito os impressionavam. Em sua terra natal, falavam sobre Micklegarth, como chamavam a grande cidade — que, por vezes, chegavam a identificar com Asgard, o lar dos deuses. Já em 930 havia nórdicos no exército imperial. No princípio do século XI, havia tantos deles que formou-se um regimento nórdico especial, a célebre Guarda Varangiana. Os varangianos logo adquiriram o costume de tirar uma licença para viajar a Jerusalém. O primeiro deles de que temos registro foi um certo Kolskeggr, que esteve em terras palestinas em 992. Harald Hardrada, mais famoso dos varangianos, lá esteve em 1034. Durante o século XI, foram muitos os noruegueses, islandeses e dinamarqueses a passar cinco ou mais anos a serviço do imperador para depois fazer a peregrinação e retornar, ricos com suas economias, a seus lares no norte. Estimulados por suas histórias, seus amigos rumavam para o sul só para fazer a peregrinação. O apóstolo da Islândia, Thorvald Kódransson Vidtförli, foi a Jerusalém por volta do ano 990. Diversos peregrinos nórdicos afirmaram lá ter visto Olavo Tryggvason, primeiro rei cristão da Noruega, após seu misterioso desaparecimento no ano 1000. Olavo II pretendia seguir seu exemplo, mas sua viagem jamais se realizou, exceto em lenda. Esses príncipes nórdicos eram homens violentos, com freqüência culpados de assassinato e necessitando de um ato de peni-

1 Radulph Glaber, *in* Bouquet, *R.H.F.*, vol. X, pp. 20, 32, 52, 74, 106, 108. Ver Bréhier, *op. cit.*, pp. 42-5; Ebersolt, *op. cit.*, pp. 75-81.

2 Bréhier, *op. cit.*, p. 42, presume que o "cisma" de Miguel Cerulário tenha gerado má vontade entre os bizantinos e os peregrinos. Riant, *Expéditions et Pèlerinages des Scandinaves*, p. 125, chega a afirmar que as autoridades bizantinas fecharam deliberadamente a rota para a Palestina. Sua conclusão aparentemente é baseada em sua interpretação da experiência de Lietbert de Cambraia (ver p. 55, n. 1), que, na verdade, é explicada pelas condições então vigentes na Síria. No entanto, a carta do Papa Vítor (ver p. 55, n. 3), sugere que os altos funcionários imperiais nem sempre tratavam os peregrinos com cordialidade. A aversão aos normandos, não um cisma, era a causa da frieza.

tência. O meio dinamarquês Swein Godwinsson partiu com um grupo de ingleses em 1051 a fim de expiar um assassinato, mas morreu, no outono seguinte, em virtude do clima inóspito das montanhas da Anatólia. Ele fora descalço, devido a seus pecados. Lagman Gudrödsson, rei nórdico da Ilha de Man, que matara seu próprio irmão, buscou perdão similar de Deus. A maioria dos peregrinos escandinavos gostava de fazer uma viagem circular, indo por mar, pelo Estreito de Gibraltar, e voltando por terra, através da Rússia.[1]

Os peregrinos ocidentais do século X eram obrigados a viajar por mar, atravessando o Mediterrâneo, até Constantinopla ou a Síria. As tarifas, porém, eram altas, e não era fácil obter lugares. Em 975, os governantes da Hungria converteram-se ao cristianismo; assim, abriu-se uma rota terrestre, descendo do Danúbio e cruzando os Bálcãs até Constantinopla. Até 1019, quando Bizâncio finalmente assumiu o controle da península balcânica, era uma via perigosa; dali por diante, contudo, o peregrino podia viajar com muito pouco risco pela Hungria, cruzar a fronteira bizantina em Belgrado e daí prosseguir, passando por Sofia e Adrianópolis, até a capital. Outra possibilidade, agora, era ir até a Itália bizantina e fazer a rápida travessia marítima de Bari para Durazzo, percorrendo então a antiga Via Egnatia romana, que atravessava a Tessalônica, até o Bósforo. Havia três boas estradas para levá-lo, através da Ásia Menor, até Antióquia. Dali, ele descia pela costa, em Latáquia, e, perto de Tortosa, cruzava para dentro do território fatímida. Era a única fronteira que ele tinha de cruzar desde sua chegada a Belgrado ou a Termoli, na Itália; dali, podia prosseguir sem maiores obstáculos até Jerusalém. A viagem por terra, embora demorada, era muito mais barata e fácil que por mar, e muito mais adequada para grandes companhias.

Desde que permanecessem ordeiros, os peregrinos podiam contar com um tratamento hospitaleiro por parte dos camponeses do Império, e, para a primeira parte da jornada, os monges de Cluny estavam construindo albergues ao longo da rota. Havia vários asilos na Itália, alguns restritos ao uso pelos nórdicos. Existia outro, grande, em Melk, na Áustria.[2] Em Constantinopla, o Asilo de Samson era reservado para abrigar os peregrinos ocidentais; além disso, Cluny mantinha um estabelecimento em Rodosto, nos subúrbios.[3] Na própria Jerusalém, os peregrinos podiam hospedar-se no Hospital de S. João, fundado pelos mercadores de Amalfi.[4] Não havia objeções a que os grandes nobres do Ocidente se fizessem acompanhar de uma escolta armada, desde que devidamente mantida sob controle — e a maioria dos

1 Riant, *op. cit.*, pp. 97-129, apresenta um relato completo dos peregrinos nórdicos.
2 Orderic Vitalis, *Historia Ecclesiastica* III, 4, vol. II, p. 64.
3 Ver Riant, *op. cit.*, p. 60.
4 Guilherme de Tiro, XVIII, 4-5, I, pp. 822-6; Aimé, *Chronicon*, p. 320.

peregrinos procurava juntar-se a uma dessas comitivas. Ainda assim, não era incomum, nem particularmente arriscado, que os homens viajassem sozinhos ou aos pares e trios. Às vezes, podia haver dificuldades. Durante a perseguição por Hakim, embora fosse incômodo permanecer por muito tempo na Palestina, o fluxo de peregrinos não chegou a ser totalmente interrompido. Em 1055, considerava-se perigoso cruzar a fronteira para o território muçulmano. Lietbert, Bispo de Cambraia, não conseguiu um visto de saída com o governador da Latáquia e viu-se obrigado a ir para o Chipre.[1] Em 1056, os muçulmanos, talvez com a conivência do imperador, proibiram os ocidentais de entrar no Santo Sepulcro, e expulsaram cerca de trezentos deles de Jerusalém.[2] Tanto Basílio II quanto sua sobrinha, a Imperatriz Teodora, causaram escândalo ao determinar que seus funcionários alfandegários cobrassem um imposto sobre os peregrinos e seus cavalos. O Papa Vítor II escreveu à imperatriz em dezembro de 1056, rogando-lhe que revogasse a ordem — e, na carta, insinua que os funcionários imperiais estavam presentes também até em Jerusalém.[3]

Todavia, tais inconvenientes eram raros. Ao longo de todo o século XI, até suas duas últimas décadas, um interminável fluxo de viajantes convergiu para o leste, por vezes em grupos que chegavam aos milhares; eram homens e mulheres de todas as idades e classes, prontos, naqueles tempos tranqüilos, a dedicar um ano ou mais à viagem. Faziam uma pausa em Constantinopla para admirar a imensa cidade, dez vezes maior que qualquer outra que talvez conhecessem no Ocidente, e reverenciar as relíquias ali abrigadas. Podia-se ver a Coroa de Espinhos, a Túnica sem Costura e todas as principais relíquias da Paixão. Lá se encontravam o tecido de Edessa em que Cristo imprimira Sua face, bem como o retrato da Virgem feito pelo próprio S. Lucas; o cabelo de João Batista e o manto de Elias; os corpos de inúmeros santos, profetas e mártires; um estoque infindável das coisas mais sagradas da cristandade.[4] Dali, seguiam para a Palestina, visitando Nazaré e o Monte Tabor, o Jordão e Belém, além de todos os santuários de Jerusalém. Olhavam-nos fixamente e oravam em todos; depois, empreendiam a longa via-

1 "Vita Lietberti", *in* d'Achéry, *Spicilegium*, vol. IX, pp. 706-12. A grande peregrinação germânica de 1064-5, da qual tomaram parte sete mil pessoas, encontrou, ao sul da fronteira bizantina, condições extremamente precárias. O relato encontra-se nos *Annales Altahenses Majores*, p. 815. Ver Joranson, "The Great German Pilgrimage of 1064-5".
2 'Miracula Sancti Wolframni Senonensis', *in Acta Sanctorum Ordinis Sancti Benedicti*, saeculum III, pars I, pp. 381-2. Lietbert conheceu viajantes que haviam sido expulsos da Palestina ('Vita Lietberti', *loc. cit.*).
3 Carta de Vítor II, *in M.P.L.*, vol. CXLIX, cols. 961-2, erroneamente atribuída a Vítor III; Riant, *Inventaire critique des Lettres historiques des Croisades*, pp. 50-3.
4 Ebersolt, *Les Sanctuaires de Byzance*, pp. 105 ss.

gem de volta para casa, retornando edificados e purificados, para serem saudados por seus compatriotas como peregrinos de Cristo, que haviam feito a mais sagrada das jornadas.

Todavia, o êxito da peregrinação dependia de duas condições: de que a vida na Palestina fosse pacífica o bastante para que o viajante indefeso se deslocasse e se dedicasse ao culto com segurança; e de que o caminho permanecesse aberto e barato. A primeira exigia paz e bom governo no mundo muçulmano; a segunda, prosperidade e benevolência da parte de Bizâncio.

Capítulo IV

Rumo ao Desastre

"Quando está em paz, assalta-o o bandido." JÓ 15,21

Em meados do século XI, a tranqüilidade do mundo mediterrâneo oriental parecia estar garantida por muitos anos por vir. Suas duas grandes potências, o Egito fatímida e Bizâncio, encontravam-se em bons termos uma com a outra. Nenhuma das duas era agressiva, e ambas desejavam manter em xeque os estados muçulmanos mais ao leste, onde aventureiros turcomanos vinham causando problemas — sem, contudo, alarmar seriamente os governos nem de Constantinopla nem do Cairo. Os fatímidas eram amigáveis em relação aos cristãos. Não havia perseguições desde a morte de Hakim, e suas portas estavam sendo abertas aos mercadores bizantinos e italianos. Tanto comerciantes como peregrinos desfrutavam de sua boa vontade.

Tal benevolência era assegurada pelo poder de Bizâncio. Graças a uma série de grandes imperadores-guerreiros, o império agora estendia-se do Líbano ao Danúbio e de Nápoles ao Mar Cáspio. Apesar de eventuais casos de corrupção e um ou outro tumulto, era o mais bem administrado dos reinos contemporâneos. Constantinopla nunca fora tão rica antes. Era a inigualável capital financeira e comercial do mundo. Mercadores de toda parte — da Itália e Alemanha, da Rússia, do Egito e do Oriente — afluíam para comprar os luxos produzidos por suas fábricas e trocar seus próprios artigos, mais rudimentares. A vida fervilhante da grande cidade, muito maior e mais populosa que até mesmo o Cairo ou Bagdá, nunca deixava de impressionar o viajante, com a multidão em seu porto, seus bazares apinhados, seus enormes subúrbios e tremendas igrejas e palácios. A corte imperial, por mais que estivesse dominada, no momento, por duas princesas idosas e absurdamente excêntricas, parecia-lhe ser o centro do universo.

Se a arte é o espelho da civilização, a civilização bizantina estava no auge de sua grandeza. Seus artistas, no século XI, exibiam todo o comedimento e equilíbrio de seus ancestrais clássicos, mas acrescentaram duas qualidades derivadas da tradição oriental: o rico formalismo decorativo dos iranianos e a intensidade mística do antigo Oriente. As obras desse tempo que sobreviveram, quer sejam pequenos dados, grandes painéis de mosaico ou igrejas pro-

vinciais (tais como a de Dafne ou Ossios Lucas, na Grécia), oferecem a mesma síntese triunfante de tradições mescladas em um todo irrepreensível. A literatura da época, embora mais tolhida pela lembrança vívida das realizações clássicas, apresenta uma variedade de excelente padrão. Temos a primorosa história de João Diácono, a delicada lírica de Cristóvão de Mitilene, o arrebatador épico popular do Digenis Akritas[1], os aforismos toscos e de senso comum do soldado Cecaumeno e as espirituosas e cínicas memórias na corte de Miguel Pselo. Na atmosfera quase paira a complacência que reinaria no século XVIII, não fosse por uma espiritualidade e um pessimismo dos quais Bizâncio jamais se libertou.

Os gregos têm um caráter sutil e difícil, que não se reconhece no retrato que os estudantes populares do século V a.C. gostam de pintar. Os bizantinos complicaram-no, com seus traços de sangue oriental. O resultado revelou-se muito paradoxal. Eram homens práticos ao extremo, habilidosos nos negócios e apreciadores das honras mundanas; entretanto, estavam sempre prontos a renunciar ao mundo em troca de uma vida de contemplação monástica. Tinham uma crença fervorosa na missão divina do império e na autoridade divina do imperador; ainda assim, eram individualistas, rápidos em rebelar-se contra o governo que os desagradasse. Tinham horror à heresia, muito embora sua religião, a mais mística de todas as formas estabelecidas de cristianismo, lhes proporcionasse — tanto aos sacerdotes quanto aos leigos — uma grande latitude filosófica. Desprezavam todos os vizinhos como bárbaros, mas adotavam facilmente seus hábitos e idéias. Apesar de sua sofisticação e orgulho, eram de espírito instável. O desastre quase se abatera sobre Bizâncio com tanta freqüência que sua confiança nas coisas havia se esgotado. Em uma crise repentina, os bizantinos entravam em pânico, entregando-se à selvageria que, em seus momentos de mais tranqüilidade, desdenhavam. O presente podia ser pacífico e luminoso, mas havia inúmeras profecias para alertá-los de que, um dia, sua cidade ia perecer — e eles acreditavam que assim seria. A felicidade e serenidade não podiam ser encontradas neste mundo transitório e obscuro, mas só no reino dos Céus.

Seus temores eram justificados. A fundação do poder bizantino não era sólida o bastante. O grande império fora organizado com vistas à defesa. As províncias eram governadas por oficiais militares, que por sua vez eram controlados pela administração civil em Constantinopla. O sistema proporcionava eficiência à milícia local, capaz de defender seu distrito por ocasião de invasões e de complementar o corpo principal do exército imperial em suas grandes campanhas. No entanto, uma vez superado o perigo de ataques, o governador provin-

1 Poema épico anônimo, composto em grego aproximadamente no século X. (N.T.)

cial ganhou poder em demasia, sobretudo se fosse rico o bastante para ignorar seu pagador da capital. Ademais, a prosperidade estava levando a organização agrária da Ásia Menor à ruína. A espinha dorsal de Bizâncio era composta por suas comunidades de camponeses livres, que arrendavam sua terra diretamente do Estado, geralmente em troca de serviços militares. Todavia, como no resto do mundo medieval, a terra era o único investimento seguro da riqueza. Todo homem rico procurava adquiri-la. A Igreja persuadia seus fiéis a legarem-lhe seus terrenos. Os generais vitoriosos ou ministros de estado que o merecessem costumavam ser recompensados com terra. Enquanto o império conquistava territórios aos inimigos ou repovoava áreas esvaziadas por ataques e devastações, tudo parecia correr bem; seu próprio êxito, porém, acarretou uma grande escassez de terra. Magnatas e monastérios só podiam expandir suas propriedades comprando dos camponeses que precisassem de dinheiro ou tomando para si aldeias inteiras — recebendo-as como presente do Estado ou assumindo a responsabilidade de pagar os impostos da comunidade. Os imperadores mais sensatos procuravam impedi-los — em parte porque o novo senhor raramente resistia à tentação de converter suas glebas em um pasto para as ovelhas, mas principalmente porque a transferência das posses dos soldados-camponeses conferia ao senhor poder para organizar um exército particular e enfraquecia o exército do Estado. Contudo, sua legislação fracassou. O século X assistiu ao surgimento de uma aristocracia rural hereditária em Bizâncio, rica e poderosa o bastante para desafiar o governo central. O Imperador Basílio II, o maior da dinastia macedônica, suprimira com dificuldade uma revolta de aristocratas no início de seu reinado. Com o triunfo, seu prestígio subsistiu até o fim de sua dinastia, em 1056, quando Teodora, sua sobrinha, morreu. Caso a linha macedônica tivesse engendrado herdeiros homens, talvez o princípio hereditário ficasse bem estabelecido no trono imperial e Bizâncio dispusesse de uma força em condições de impor-se à nobreza hereditária. Mas, embora a fidelidade à dinastia tenha permitido que a Imperatriz Zoé e seus sucessivos maridos continuassem reinando em libertina indiferença e que a idosa Imperatriz Teodora governasse sozinha, havia em Bizâncio dois partidos que se opunham violentamente: a roda da corte, que controlava a administração central, e as famílias nobres que controlavam o exército — enquanto a Igreja, com um pé em cada lado, esforçava-se por manter o equilíbrio.[1]

1 Para mais informações sobre a civilização bizantina nesse período, ver Iorga, *Histoire de la Vie Byzantine*, vol. II, pp. 230-49; Vasiliev, *Histoire de L'Empire Byzantin*, vol. I, pp. 476-92. Para saber mais sobre o problema agrário em Bizâncio, ver Ostrogorsky, "Agrarian Conditions in the Byzantine Empire", *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. I, pp. 204 ss. Sobre a história política, ver Bury, "Roman Emperors from Basil II to Isaac Kommenos", *Selected Essays*, pp. 126-214; Ostrogorsky, *Geschichte des byzantinischen Staates*, pp. 224-40.

Mal a septuagenária imperatriz, confiando até o fim em uma profecia que lhe oferecera um reinado de muitos anos, havia mergulhado em seu coma final, a corte empurrara para o trono um velho funcionário público, Miguel Estratiótico. O exército recusou-se a aceitar o novo imperador. Miguel cedeu sem luta e o general, Isaac Comneno, assumiu o trono. A aristocracia militar tinha vencido a primeira batalha.

Isaac Comneno, como muitos dos nobres bizantinos, era apenas da segunda geração de uma família de aristocratas. Seu pai era um soldado trácio, provavelmente um vlach[1], que caíra nas graças de Basílio II e dele ganhara terras na Paflagônia, onde construiu um grande castelo, conhecido como *Castra Comnenôn*, até hoje chamado de Kastamuni. Isaac e seu irmão, João, herdaram as terras do pai e sua aptidão militar, e ambos casaram-se na aristocracia bizantina. A esposa de Isaac era uma princesa da antiga casa real búlgara, e a de João, herdeira da grande família dos Dalasseni. Todavia, apesar de possuir grande riqueza, de dispor do alto comando do exército e de contar com o apoio de suas fileiras, Isaac tinha seu governo constantemente frustrado pela má vontade do funcionalismo público. Depois de dois anos, ele desistiu da luta e recolheu-se a um monastério. Como não tinha filhos, nomeou Constantino Ducas seu sucessor. Sua cunhada, Ana Dalassena, nunca o perdoou.

Embora Constantino Ducas fosse o chefe da que era provavelmente a mais antiga e rica família da aristocracia bizantina, havia feito sua carreira na corte. Isaac esperava que, por isso, ele fosse aceito pelos dois partidos. Logo, porém, ele mostrou que suas inclinações estavam muito longe das de sua casta. Uma vez que seu tesouro estava vazio e o exército, perigosamente poderoso, ele se decidiu por reduzir as forças armadas. Como medida de política interna, era uma opção justificável. Em nenhum momento da história bizantina, porém, fora seguro restringir o poder defensivo do império; naquele momento específico, foi uma resolução fatal. Nuvens tempestuosas avultavam no horizonte oriental, e, no Ocidente, a tempestade já irrompera.[2]

Há algumas décadas a situação do sul da Itália era turbulenta e confusa. Oficialmente, a fronteira do Império Bizantino ia da Terracina, na costa tirrena, a Termoli, no Adriático. No entanto, dentro dessa linha só as províncias da Apúlia e Calábria — cuja população era, em sua maioria, grega — estavam sob o controle direto de Bizâncio. Na costa oeste ficavam as três cidades-estado mercadoras de Caieta, Nápoles e Amalfi. As três eram, nomi-

1 Povo romeno que vivia em comunidades dispersas nos Bálcãs. (N.T.)
2 Ostrogorsky, *op. cit.*, pp. 238-42; Diehl e Marçais, *Le Monde Oriental de 395 à 1081*, pp. 523-31.

nalmente, vassalas do imperador. Os amalfitanos, que nessa época já tinham estabelecido um comércio considerável com o Oriente muçulmano, percebiam a utilidade da benevolência do imperador em suas negociações com as autoridades fatímidas, e mantinham um cônsul permanente em Constantinopla. Já os napolitanos e caietanos, embora igualmente propensos a negociar com os infiéis, eram menos escrupulosos em relação ao imperador. O interior do país era dominado pelos príncipes lombardos de Benevento e Salerno, que alternavam o reconhecimento da suserania do imperador ocidental e do oriental e eram igualmente desrespeitosos para com ambos. A Sicília encontrava-se ainda em mãos muçulmanas, a despeito das inúmeras tentativas bizantinas de reconquistá-la, e os ataques ao longo da costa italiana a partir da ilha e da África somavam-se ao caos em que o país vivia mergulhado.

Para esses distritos convergia um grande número de aventureiros normandos provenientes do norte da França, em peregrinação a Jerusalém ou a seu santuário preferido, o de S. Miguel, no Monte Gargano; muitos eram mercenários, que acabavam ficando para servir os príncipes lombardos. A Normandia, na época, padecia com a escassez de terra; suas propriedades densamente povoadas não ofereciam perspectivas para ambiciosos e inquietos filhos caçulas e cavaleiros sem terra. Esse impulso de expansão, que logo os levaria a empreender a conquista da Inglaterra, fez com que voltassem os olhos para o Oriente e todas as suas riquezas — e, a seu ver, o sul da Itália era a chave para um império mediterrâneo. A confusão aí reinante deu-lhes sua oportunidade.

Em 1040, seis irmãos, filhos de um cavaleiro normando insignificante, Tancredo de Hauteville, tomaram o trono de Melfi, nas colinas apulianas, ali fundando um principado. As autoridades bizantinas locais não os levaram a sério, mas o imperador ocidental, Henrique III, ávido por assumir o controle de uma província há muito disputada pelos dois impérios, bem como o papa germânico por ele nomeado, melindrado com o fato de o patriarca de Constantinopla controlar uma sé italiana, ofereceram seu apoio aos normandos. Doze anos depois, os filhos de Tancredo haviam estabelecido seu domínio sobre os principados lombardos. Empurraram os bizantinos para a extremidade da Calábria e a costa apuliana e estavam ameaçando as cidades da costa oeste. Comandavam ataques através da Campânia, rumo ao norte, chegando às vizinhanças de Roma. O governo bizantino estava alarmado. O governador da Apúlia, Mariano Argiro, foi intimado a apresentar seu relatório na capital; em seguida, retornou, com poderes mais amplos, a fim de remediar a situação. Em termos militares, Mariano nada conseguiu. Os normandos repeliram seu pequeno exército com facilidade. No campo diplomático, porém,

foi mais bem-sucedido, já que o papa, o loreno Leão IX, estava igualmente nervoso. Os êxitos normandos foram mais amplos do que ele ou Henrique III haviam previsto. Este, agora, estava ocupado com uma campanha na Hungria, mas enviou auxílio para o papa. No verão de 1053, Leão partiu para o sul com um exército de germânicos e italianos, proclamando que se tratava de uma guerra santa. Um contingente bizantino devia ter se juntado às suas forças, mas, enquanto ele esperava, perto da pequena cidade apuliana de Civitate, sofreu um ataque dos normandos. Seu exército foi encurralado, e ele mesmo caiu prisioneiro. Em troca da libertação, o papa repudiou sua própria política.

Foi a última tentativa séria de conter os filhos de Tancredo. Henrique III morreu em 1056. Seu sucessor foi Henrique IV, ainda criança, e a regente, Agnes de Poitou, estava demasiado ocupada nas terras germânicas para preocupar-se com o sul. O papado preferiu ser realista. Em 1059, no Concílio de Melfi, o Papa Nicolau II reconheceu Roberto Guiscard ("Roberto, o Astuto", o mais velho sobrevivente dos filhos de Tancredo) como "Duque da Apúlia e Calábria, pela graça de Deus e de S. Pedro, e, com seu auxílio, da Sicília"; esse reconhecimento, que Roma, mas não Roberto, considerava implicar a vassalagem em relação ao herdeiro de S. Pedro, permitiu que os normandos levassem facilmente a cabo sua conquista. Também as repúblicas marítimas logo se submeteram a ele; assim, em 1060, tudo que restava aos bizantinos na Itália era sua capital, a fortaleza costeira de Bari. Enquanto isso, o irmão mais novo de Roberto, Rogério, deu início à lenta mas triunfal conquista da Sicília aos árabes.[1]

Enquanto Bari resistisse, os bizantinos manteriam algum controle sobre maiores avanços dos normandos rumo ao leste. Contudo, era inevitável que os problemas políticos na Itália dessem origem a querelas religiosas. A chegada dos conquistadores latinos ao sul da Itália levantou a questão da Igreja grega na província e trouxe à tona a antiga disputa entre Constantinopla e Roma quanto à sua filiação eclesiástica. Por ocasião de algumas reformas que tinham ocorrido em Roma, o papado determinara-se a não transigir de modo algum com relação a qualquer de suas reivindicações; quem ocupava a sé patriarcal de Constantinopla, por sua vez, era um dos mais agressivos e ambiciosos estadistas da Igreja grega, Miguel Cerulário. O episódio infeliz da visita dos legados do Papa Leão IX a Constantinopla, em 1054 — que terminou em cenas de excomunhão mútua, a despeito das tentativas do

1 Os melhores relatos da infiltração normanda no sul da Itália e a conquista do país encontram-se em Chalandon, *Histoire de la Domination normande en Italie et en Sicile*, vol. I, caps. II-VII, e Gay, *L'Italie Méridionale et l'Empire Byzantin*, lv. V, caps. II-V.

imperador de chegar a um meio-termo — deve ser considerado dentro do contexto de toda a seqüência das relações entre as Igrejas ocidental e oriental. A partir daí, tornou-se impossível toda e qualquer cooperação sincera entre Roma e Constantinopla, pelo menos no tocante às necessidades imediatas da Itália. Todavia, esse acontecimento não foi responsável pelo cisma definitivo que mais tarde os historiadores lhe imputariam. As relações políticas entre as cortes imperiais eram tensas, mas sólidas. Cerulário logo perderia sua influência. Desconsiderado pela Imperatriz Teodora, a quem tentara impedir de ascender ao trono, e deposto pelo Imperador Isaac, morreu como um exilado impotente. No fim, porém, acabou triunfando. As gerações subseqüentes de bizantinos o veriam como o herói de sua independência, e, ao mesmo tempo em que o imperador e o papa retomavam a cordialidade em sua correspondência, a Imperatriz Eudóxia Macrembolitissa, sobrinha de Cerulário e consorte de Constantino Ducas, garantia sua canonização.[1]

A julgar pelos historiadores contemporâneos de Bizâncio, a contenda mal foi notada pelos governantes do império. As dificuldades no Ocidente foram suplantadas pelos problemas que surgiam no Oriente.

O declínio do califado abássida não se revelou totalmente benéfico para Bizâncio. O crescente empobrecimento do Iraque começou a modificar as rotas comerciais do mundo. O mercador do Extremo Oriente não trazia mais seus artigos para Bagdá, de onde grande parte era levada para o império, a fim de ser embarcada, dos portos da Ásia Menor ou da própria Constantinopla, para o Ocidente. Agora, ele preferia seguir, pelo Mar Vermelho, para o Egito; dali, seus produtos eram transportados para a Europa por navios mercantes italianos. Bizâncio não ficava mais no trajeto. Pior, a situação anárquica das províncias mais remotas do império abássida provocou o fechamento da antiga rota de caravanas que, vindo da China, atravessava o Turquestão e o norte da Pérsia e chegava à Armênia e ao mar em Trebizonda. O caminho alternativo, pelo norte do Cáspio, nunca permanecia seguro por muito tempo. Para todo o mundo mediterrâneo, tanto em termos políticos como comerciais, o poder abássida fora salutar, pois proporcionara uma defesa externa contra os bárbaros das regiões centrais da Ásia.

Agora, as defesas haviam caído. A Ásia Central mais uma vez tinha condições de precipitar-se sobre as terras da antiga civilização. Os turcos há muito desempenhavam um importante papel na história. O império turcomano do século VI fora, durante sua curta vida, uma força civilizadora e estabilizadora da Ásia. Os povos turcomanos mais distantes, como os cazares judaicos do Volga ou os uigures cristãos (nestorianos), que mais tarde se

1 Ver adiante, pp. 94-6.

estabeleceriam na fronteira da China, revelaram-se adaptáveis e capazes de progresso cultural. No próprio Turquestão, porém, nenhum avanço ocorria desde o século VII. Umas poucas cidades haviam crescido ao longo das rotas de caravanas, mas a população local continuava sendo, em sua maioria, pastoral e seminômade — e seu crescimento era responsável por um desejo contínuo de migrar para além de suas fronteiras. No século X, o poder no Turquestão estava nas mãos da dinastia persa dos samânidas, cuja maior realização histórica foi converter os turcomanos da Ásia Central para o islamismo. Dali por diante, os olhos turcos permaneceriam voltados para as terras do sudoeste asiático e do leste do Mediterrâneo.

Os samânidas foram destronados pelo primeiro grande turco muçulmano, Mahmud de Ghazni, que passou as primeiras décadas do século XI erguendo um grande império — que se estendia de Isfahan a Bucara e Lahore. Enquanto isso, os mercenários turcomanos espalhavam-se por todo o mundo islâmico, assim como os normandos estavam penetrando a Europa cristã. O califa de Bagdá, como vários outros governantes muçulmanos, mantinha regimentos turcos. Entre os súditos dos ghaznávidas figurava um clã de turcos oghuz, originários das estepes do Aral, conhecidos pelo nome de um ancestral semimítico — Seljuk. Os príncipes seljúcidas constituíam um grupo de aventureiros, invejosos entre si mas unidos, a fim de assegurar o progresso da família — não muito diferente dos filhos de Tancredo de Hauteville. Contudo, mais afortunados que os normandos, cujos compatriotas eram em pequeno número, contavam com o apoio das vastas e inquietas hordas de turcomanos. Após a morte de Mahmud, em 1030, os seljúcidas insurgiram-se contra os ghaznávidas e, em 1040, já os haviam levado a buscar refúgio em seus domínios indianos. Em 1050, Tughril-Beg, príncipe mais velho da casa, entrou em Isfahan e fez dela a capital de um estado que compreendia a Pérsia e Curasão, enquanto seus irmãos e primos estabeleciam-se em suas fronteiras ao norte, constituindo uma frouxa confederação que reconhecia sua autoridade e investia livremente contra as nações circundantes. Em 1055, a convite do califa abássida, que ficara aterrorizado com as intrigas de seu ministro turcomano, Basairi, com os fatímidas, Tughril entrou em Bagdá como o herói do islã sunita e foi coroado rei do Oriente e do Ocidente, dotado de poder temporal supremo sobre todas as terras que deviam lealdade espiritual ao califa.[1]

1 A melhor síntese dos primórdios da história turca encontra-se no artigo "Turks", por Barthold, na *Encyclopaedia of Islam*. Ver também o artigo "Seljuks", por Houtsma, na *Encyclopaedia Britannica*, 2ª ed. Sobre Mahmud de Ghazni, ver Barthold, *Turkestan down to the Mongol Invasion*, pp. 18 ss.

Os assaltos turcomanos remontavam ao reinado de Basílio II, quando os seljúcidas ainda se encontravam sob domínio ghaznávida; foi para proteger seu império dos turcos que Basílio adotou a política de ir anexando a Armênia aos poucos. Após a conquista da Pérsia pelos seljúcidas, aumentou a freqüência dos ataques. O próprio Tughril-Beg participou certa vez, em 1054, quando devastou as imediações do Lago de Van, mas não conseguiu tomar a fortaleza de Manzikert. Os exércitos agressores geralmente eram liderados por seus primos, Asan e Ibrahim Inal. Em 1047, estes foram derrotados pelos bizantinos diante de Erzerum, e, durante os anos seguintes, concentraram-se em atacar os aliados georgianos do império. Em 1052, devastaram Kars; em 1056 e 1057, voltaram à Armênia. Em 1057, saquearam Melitene. Em 1059, as tropas turcomanas avançaram pela primeira vez sobre o coração do território imperial, dirigindo-se à cidade de Sebastéia.[1]

Tughril-Beg morreu em 1063. Pessoalmente, não demonstrara muito interesse por sua fronteira noroeste. Todavia, seu sobrinho e sucessor, Alp Arslan, ansioso com a possibilidade de uma aliança entre bizantinos e fatímidas, procurou proteger-se dos primeiros, mediante a conquista da Armênia, antes de lançar-se contra seu objetivo principal, estes últimos. As investidas contra o império foram intensificadas. Em 1064, a antiga capital armênia de Ani foi destruída. O príncipe de Kars, último governante armênio independente, entregou de bom grado suas terras ao imperador, em troca de propriedades nas montanhas de Tauro. Uma multidão de armênios acompanhou-o a seu novo lar. A partir de 1065, a grande fortaleza fronteiriça de Edessa começou a ser atacada todos os anos; entretanto, os turcomanos não tinham experiência na arte do sítio. Em 1066, ocuparam os passos das montes Amano e, na primavera seguinte, saquearam a metrópole capadócia, Cesaréia. No inverno subseqüente, os exércitos bizantinos foram derrotados em Melitene e Sebastéia. Essas vitórias deram-lhes o pleno controle da Armênia. Nos anos posteriores, foram penetrando cada vez mais longe no império, atacando Neocesaréia e Armório em 1068, Icônio em 1069 e, em 1070, Coné, perto da costa do Egeu.[2]

O governo imperial foi forçado a tomar providências. Constantino X, cuja política de redução das forças armadas fora a grande responsável pela grave situação, morrera em 1067, deixando um filho jovem, Miguel VII, sob a regência da imperatriz-mãe, Eudóxia. No ano seguinte, Eudóxia casou-se com o comandante-em-chefe, Romano Diógenes, e elevou-o ao trono. Ro-

1 Laurent, *Byzance et les Turcs Seldjoulcides*, pp. 16-24; Cahen, "La première Pénétration turque en Asie Mineure", pp. 5-21, *in Byzantion*, vol. XVIII. Ver também Mukrimin Halil, *Türkiye Tarihi*, vol. I, *Anadolun Fethi*, *passim*.

2 Laurent, *op. cit.* pp. 4-6; Cahen, *op. cit.* pp. 21-30.

mano era um soldado eminente e patriota sincero; no entanto, a tarefa que tinha diante de si exigia um homem de gênio. Ele percebeu que a segurança do império demandava a reconquista da Armênia. O exército bizantino, porém, já não era mais a força magnífica que fora cinqüenta anos antes. As tropas provinciais eram inadequadas para proteger seus próprios distritos dos invasores; não podiam dispor de homens para a campanha do imperador. As famílias nobres, que poderiam ter recrutado soldados em suas propriedades, estavam desconfiadas e não se dispuseram a ajudar. Os regimentos de cavalaria, sessenta mil fortes, que patrulharam a fronteira síria até meados do século, tinham debandado. As guardas imperiais, anatólios escolhidos a dedo e altamente treinados, eram uma sombra da força que costumavam ser. O grosso do exército era composto, agora, por mercenários estrangeiros — os nórdicos da Guarda Varangiana, os normandos e francos do oeste europeu, eslavos do norte e turcomanos das estepes do sul da Rússia, Pechenegue, Cumana e Oghuz. Desses elementos, Romano reuniu um grupo de quase cem mil homens, dos quais talvez metade fosse bizantina nata e apenas muito poucos eram soldados profissionais — e nenhum estava bem equipado. Dos mercenários, o maior contingente era o dos turcos cumanos, sob o comando de José Tarcaniote, turco de nascimento. O *corps d'élite* era a cavalaria pesada normanda e franca, liderada pelo normando Roussel de Bailleul. Os antigos comandantes francos do regimento, Hervé e Crispin, haviam sido ambos depostos por traição aberta; os soldados só serviriam, porém, sob um compatriota. O principal comandante bizantino subordinado ao imperador era Andrônico Ducas, sobrinho do falecido imperador e, como toda a sua família, ferrenho inimigo de Romano, que não ousou deixá-lo para trás, em Constantinopla. Com esse exército grande, mas indigno de confiança, Romano partiu, na primavera de 1071, para reconquistar a Armênia. Ao deixar a capital, chegou da Itália a notícia de que Bari, último território bizantino na península, caíra diante dos normandos.

Os cronistas contam em detalhes trágicos a marcha do imperador para o leste, pela grande estrada militar bizantina. Sua intenção era capturar e guarnecer as fortalezas armênias antes que o exército turco viesse do sul. Alp Arslan encontrava-se na Síria, perto de Alepo, quando soube do avanço bizantino. Ciente do significado do desafio, precipitou-se para o norte, ao encontro do imperador. Romano entrou na Armênia, seguindo o afluente sul do Alto Eufrates. Perto de Manzikert, dividiu suas forças. Dirigiu-se pessoalmente à própria Manzikert, enquanto seus francos e cumanos prosseguiam para garantir a fortaleza de Ahlat, às margens do Lago de Van. Em Manzikert, recebeu a notícia da aproximação de Alp Arslan e guinou para o sudoeste, a fim de reunir o exército antes que os turcos o alcançassem.

Todavia, negligenciando o princípio básico da tática bizantina, o imperador esqueceu-se de enviar sentinelas avançadas. Na sexta-feira, 19 de agosto, enquanto esperava seus mercenários em um vale na estrada de Ahlat, Alp Arslan caiu sobre ele. Seus mercenários nunca vieram em seu socorro. Os cumanos, lembrando-se de que eram turcos e estavam com o soldo atrasado, haviam se passado, na noite anterior, para o lado do inimigo; Roussel e seus francos, por sua vez, preferiram não tomar parte da batalha. A luta estava decidida. O próprio Romano resistiu com bravura; Andrônico Ducas, porém, vendo que a causa estava perdida e adivinhando que o próximo ato do drama seria encenado em Constantinopla, retirou do campo de batalha as tropas de reserva sob seu comando e marchou com elas para oeste, abandonando o imperador à sua própria sorte. À noite, o exército bizantino estava destruído e Romano fora ferido e feito prisioneiro.[1]

1. O relato mais completo e com melhores referências encontra-se em Cahen, "La Campagne de Mantzikert d'après les Sources Mussulmanes", *in Bizantion*, vol. IX, pp. 613-42. Ver também Laurent, *op. cit.*, p. 43 e n. 10. A estratégia e as táticas da batalha estão bem descritas em Oman, *History of the Art of War*, pp. 217-19. Embora Delbrück, *Geschichte der Kriegkunst*, vol. III, p. 206, e Lot, *L'Art Militaire et les Armées du Moyen Age*, vol. I, pp. 71-2, zombem de Oman por aceitar os imensos números fornecidos pelos cronistas orientais sobre a força de Romano IV (mais de cem mil homens), o exército era, sem dúvida, excepcionalmente grande. Entretanto, como Laurent, *op. cit.* pp. 45-59, assinalou, devido à economia de Constantino X com o exército, seu equipamento era inadequado e a proporção de soldados treinados, muito reduzida.

Capitulo V

Confusão no Oriente

"Ainda que eles os contratem entre as nações, eu os reunirei agora, e eles tremerão em breve sob o peso do rei dos príncipes." OSÉIAS 8,10

A Batalha de Manzikert foi o mais decisivo desastre da história de Bizâncio. Os próprios bizantinos não alimentaram ilusões a seu respeito. Seus historiadores referem-se repetidamente àquele dia tenebroso. Para os cruzados, posteriormente, parecia que os bizantinos haviam perdido, no campo de batalha, o direito a seu título de protetores da cristandade. Manzikert justificou a intervenção ocidental.[1]

Os turcomanos tiraram pouco proveito imediato de sua vitória. Alp Arslan atingira seu objetivo. Seu flanco estava, agora, protegido, e o perigo de uma aliança entre bizantinos e fatímidas fora afastado. Tudo que ele exigiu do imperador capturado foi a evacuação da Armênia e um pesado resgate pela sua pessoa. Em seguida, dirigiu-se em campanha para a Transoxiana, onde viria a morrer em 1072. Tampouco seu filho e sucessor, Malik-Xá, cujo império se estenderia do Mediterrâneo às fronteiras da China, chegaria a marchar sobre a Ásia Menor. Seus súditos turcos, porém, avançavam. Ele não desejava estabelecê-los nos antigos territórios do califado; já as planícies centrais da Anatólia, esvaziadas e convertidas em pastos para carneiros pelos próprios magnatas bizantinos, serviam-lhes sob medida. Assim, Malik encarregou seu primo, Suleimã ibn Kutulmish, da tarefa de conquistar o país para os turcomanos.[2]

1 William of Tyre (Guilherme de Tiro), I, 2, vol. I, p. 29, considerava que o desastre justificava o movimento cruzado, uma vez que Bizâncio não era mais capaz de proteger a cristandade oriental. Delbrück, *loc. cit.*, considera que a importância da batalha foi exagerada; contudo, as evidências deixam claro que foi em decorrência dela que o império perdeu a capacidade de pôr em campo um exército eficaz durante muitos anos por vir. Ver Laurent, *loc. cit.*

2 Verbete "Suleiman ben Qutulmush", de Zettersteen, *in Encyclopaedia of Islam*; Laurent, *op. cit.*, pp. 9-11; Cahen, "La première Pénétration turque", *in Byzantion*, vol. XVIII, pp. 31-2. Ver também Wittek, "Deux Chapitres de l'Histoire des Turcs de Roum", *in Byzantion*, vol. XI, pp. 285-319. Sobre a questão dos turcomanos, ver Ramsay, "Intermixture of Races in Asia Minor", *in Proc. Brit. Acad.*, vol. VII, pp. 23-30, e Yakubovsky, "A Invasão Seljúcida e os Turcomanos no Século XI" (em russo), *in Proc. Acad. Sci. U.S.S.R.*, 1936.

A conquista foi facilitada pelos próprios bizantinos. Os vinte anos seguintes de sua história passaram-se em meio a uma confusão de rebeliões e intrigas. Quando chegou a Constantinopla a notícia do aprisionamento do imperador, seu enteado, Miguel Ducas, declarou-se maior de idade e assumiu o governo. A chegada de seu primo, Andrônico, com os remanescentes do exército, confirmou sua posição. Miguel VII era um jovem inteligente e culto, que, em tempos mais tranqüilos, teria sido um governante de valor. Todavia, os problemas com que se deparou exigiam um homem muito maior. Ao retornar do cativeiro, Romano Diógenes descobriu-se deposto. Tentou lutar pelo trono, mas foi facilmente derrotado e levado como prisioneiro para Constantinopla. Lá, arrancaram-lhe os olhos com tamanha selvageria que ele morreu alguns dias depois. Miguel não podia se dar ao luxo de permitir-lhe viver; entretanto, os poderosos parentes de Romano, bem como os amigos que sua bravura lhe ganhara, ficaram chocados e furiosos com a brutalidade de seu fim. Seu ressentimento logo encontraria expressão na traição.[1]

As invasões turcomanas na Ásia Menor começaram seriamente em 1073. Não foram nem concatenadas nem uniformes. Suleimã, particularmente, pretendia instituir um sultanato organizado, a ser governado por ele sob a suserania de Malik-Xá. Havia, contudo, príncipes turcomanos menores — homens como Danishmend, Chaka ou Menguchek — que desejavam capturar algumas cidades ou fortalezas, de onde pudessem reinar, como chefes locais, sobre qualquer que fosse a população que ali se encontrasse. Atrás de si, conferindo à invasão toda a sua força, estavam os nômades turcomanos, que viajavam portando armas leves, levavam seus cavalos, tendas e famílias e dirigiam-se para as pradarias altas. Os cristãos fugiam à sua frente, abandonando suas aldeias para serem queimadas e seus rebanhos e manadas para que os invasores deles se apossassem. Os turcos evitavam as cidades, mas sua presença e a destruição que perpetravam causou a interrupção das comunicações em todo o país, levando os governadores provinciais ao isolamento e permitindo que os chefes turcomanos fizessem o que bem entendessem. Foram eles o elemento que impossibilitou qualquer tentativa bizantina de reconquista.[2]

O Imperador Miguel tentara opor-se ao avanço turcomano. A prudente traição de Roussel de Bailleul permitira que seu regimento franco-normando sobrevivesse ao desastre de Manzikert. Por mais indigno de confiança

1 A principal fonte original sobre esse período confuso da história bizantina é Nicéforo Briênio, que o cobre em detalhes. Sínteses modernas em Diehl e Marçais, *op. cit.*, pp. 554 ss. e Ostrogorsky, *op. cit.*, pp. 243-7.

2 Ver p. 68, n. 2.

que Roussel tivesse provado ser, Miguel foi obrigado a recorrer ao normando. Associou às suas tropas um pequeno exército nativo, sob o comando do jovem Isaac Comneno, sobrinho do antigo imperador. A escolha de Isaac foi sábia. Ele e seu irmão Aleixo, que o acompanhava, pertenciam à família que nutria o ódio mais intenso pelo clã dos Ducas; apesar das instâncias de sua mãe, porém, permaneceram fiéis a Miguel ao longo de todo o seu reinado, e ambos demonstraram seu valor como generais. Contudo, a fidelidade de Isaac foi anulada pela perfídia de Roussel. Antes que o exército bizantino encontrasse os turcos, Roussel e suas tropas passaram-se para o outro lado. Isaac, atacado tanto por turcos quanto por francos e em número absolutamente inferior, foi aprisionado pelos seljúcidas.

As intenções de Roussel, agora, haviam ficado claras. Instigado pelo exemplo de seus compatriotas do sul da Itália, ele planejava fundar por conta própria um estado normando na Anatólia. Possuía apenas três mil homens consigo, mas dedicados e bem equipados e treinados. Em um embate homem a homem, superavam qualquer soldado bizantino ou turcomano. Para o imperador, Roussel agora parecia um inimigo mais poderoso que os turcos. Amealhando todas as tropas que foi capaz de reunir, enviou-as sob o comando de seu tio, o César João Ducas. Roussel encontrou-os perto de Armório e desbaratou-os facilmente, capturando o César. Para munir-se de um pretexto jurídico, ele proclamou imperador seu prisioneiro e marchou para Constantinopla. Atingiu a costa asiática do Bósforo sem dificuldade, incendiando o subúrbio de Crisópolis (Scutari) e acampando em meio às ruínas. Em desespero, Miguel recorreu ao único poder capaz de ajudá-lo, enviando uma embaixada ao sultão seljúcida, Suleimã. Este, com a aprovação de seu suserano, Malik-Xá, prometeu auxílio em troca da cessão das províncias anatólias orientais, que ele já ocupava. Roussel voltou-se para ir ao seu encontro; todavia, suas tropas foram cercadas pelos turcomanos no Monte Sófon, na Capadócia. Ele mesmo, com alguns homens, conseguiu escapar e estabelecer-se em Amaséia, mais a nordeste. Miguel, então, enviou Aleixo Comneno para enfrentá-lo. Aleixo conseguiu superá-lo na disputa pelo apoio do principal chefe turco da região, obrigando-o a se render. No entanto, seu governo fora tão eficiente e popular que os cidadãos de Amaséia só desistiram de tentar resgatá-lo quando chegou-lhes a notícia de que ele fora cegado. Na verdade, Aleixo não foi capaz de mutilá-lo assim — e seu charme era tão grande que até o imperador ficou feliz ao saber que ele não sofrera tal indignidade.[1]

1 A carreira de Roussel é contada por Byrennius, pp. 73-96, e Attaliates, pp. 183 ss.

Roussel desaparece da história. O episódio, porém, deixou sua marca nos bizantinos. Estes aprenderam que os normandos não eram confiáveis e que sua ambição não se limitava às costas do sul da Itália; desejavam também fundar principados no Oriente. Sua desconfiança chega a explicar políticas bizantinas de vinte anos depois. Nesse ínterim, os normandos foram desestimulados de ingressar no serviço imperial; mesmo seus primos escandinavos tornaram-se suspeitos. A Guarda Varangiana, dali por diante, seria recrutada em um povo que também sofrera nas mãos normandas, os anglo-saxões britânicos.[1]

O temor dos normandos e a necessidade constante de mercenários estrangeiros levou Miguel a adotar uma política de apaziguamento em relação ao Ocidente. A perda do sul da Itália era irreparável; tampouco havia condições de dar prosseguimento à guerra ali. Para muitos bizantinos, o embaixador por ele enviado para fazer as pazes com os normandos — João Ítalo, um filósofo italiano de nascimento — traiu os interesses do império. Miguel, porém, ficou satisfeito, e, sabendo do desejo da casa de Hauteville de firmar grandes alianças matrimoniais, sugeriu que a filha de Guiscard, Helena, fosse enviada como noiva de seu próprio filho, Constantino. Ao mesmo tempo, buscou e conseguiu a amizade cordial do grande papa Gregório VII. Tal política preservou a paz em sua fronteira ocidental.[2]

Na Anatólia, porém, a confusão aumentava. O governo imperial perdeu o controle, e, embora uns poucos generais fiéis, como Isaac Comneno, agora encarregado de Antióquia, mantivessem a autoridade imperial, as comunicações foram interrompidas e não havia política concertada. Por fim, em 1078, Nicéforo Boteniates, governador do grande Tema Anatólio no centro-oeste da Ásia Menor, em parte por ambição pessoal, em parte por uma genuína exasperação diante da fragilidade do governo de Miguel, ergueu-se em revolta. Para angariar a força de que precisava, recrutou um grande número de turcomanos sob seu estandarte e usou-os para guarnecer as cidades que foi conquistando no caminho para a capital: Cízico, Nicéia, Nicomédia, Calcedônia e Crisópolis. Pela primeira vez, havia hordas turcas no interior das grandes cidades da Anatólia ocidental. Podiam ser mercenários a serviço do novo imperador, mas não seria fácil para ele desalojá-los. Miguel não ofereceu resistência. Quando Nicéforo entrou na capital, o ex-imperador retirou-se para um monastério. Lá, encontrou sua verdadeira vocação. Mais afortunado que a maioria dos imperadores depostos, após alguns anos

1 Sobre os ingleses na Guarda Varangiana, ver Vasilievsky, *Obras* (em russo), vol. I, pp. 355-77; Vasiliev, "Opening Stages of the Anglo-Saxon Immigration to Byzantium", *in Seminarium Kondakovianum*, vol. IX, pp. 39-70.

2 Chalandon, *op. cit.*, vol. I, pp. 264-5. Gay, *Les Papes du XIe Siècle*, pp. 311-12.

ele ascendeu, totalmente por mérito próprio, a um trono arquiepiscopal. Sua esposa abandonada, a caucasiana Maria de Alânia, a mais bela princesa de seu tempo, prudentemente ofereceu a mão ao usurpador.

Nicéforo descobriu que a vida de rebelde era mais fácil que a de governante. Outros generais seguiram seu exemplo. No oeste dos Bálcãs, Nicéforo Briênio, governador de Durazzo, declarou-se imperador e atraiu os soldados das províncias européias para seu estandarte. Aleixo Comneno foi enviado para combatê-lo, com uma pequena força de soldados gregos sem treinamento e alguns francos — que, como sempre, desertaram. Foi só graças à oportuna chegada de alguns mercenários turcos que ele conseguiu derrotar Briênio. Mal terminada a campanha, Aleixo teve de correr à Tessália para esmagar outro usurpador, Basilácio. Enquanto isso, a guarnição turco-mana de Nicéia rebelou-se. O Papa Gregório, ao saber da queda de Miguel, seu aliado, excomungara o novo imperador, e Roberto Guiscard, incentivado pelo papado e ele mesmo furioso com o rompimento do noivado de sua filha, planejava cruzar o Adriático. Em maio, desembarcou a plena força em Avlona, marchando para Durazzo. No começo daquela mesma primavera, o principal general na Ásia, Nicéforo Melisseno, revoltou-se e firmou uma aliança com o sultão turco Suleimã, graças à qual este pôde avançar Bitínia adentro (onde as guarnições turcas deixadas por Botaniates receberam-no de braços abertos) sem enfrentar resistência. Quando Melisseno não conseguiu capturar Constantinopla, Suleimã recusou-se a devolver-lhe as cidades que ocupara. Pelo contrário, instalou-se em Nicéia, uma das mais veneradas cidades da cristandade — que se tornou a capital do sultanato turco, situada a menos de 160 quilômetros da própria Constantinopla.

Em Constantinopla, o Imperador Nicéforo jogou fora sua única chance de sobrevivência, brigando com a família Comneno. Isaac e Aleixo lhe haviam servido fielmente e esperavam manter-se em suas boas graças mediante uma amizade íntima com a imperatriz, com cuja prima Isaac se casara e cujo amante Aleixo tinha fama de ser. Entretanto, ela não tinha controle sobre as intrigas da corte que jogaram Nicéforo contra os irmãos. Para sua própria segurança, estes viram-se obrigados a se rebelar; Aleixo, reconhecido pela família como o mais hábil dos dois, proclamou-se imperador. Nicéforo caiu com a mesma facilidade do imperador que ele expulsara. Por conselho do patriarca, retirou-se, abatido e humilhado, para terminar seus dias como monge.[1]

1 A melhor síntese do reinado de Botaniates encontra-se em Chalandon, *Essai sur le Règne d'Alexis Comnène*, pp. 35-50.

Aleixo Comneno reinaria por 37 anos e provaria ser o maior estadista de seu tempo. No ano 1081, porém, parecia certo que nem ele nem seu império sobreviveriam. Era jovem, provavelmente não tendo nem trinta anos ainda, mas possuía muitos anos de experiência como general — um general normalmente à frente de forças inadequadas, cujo êxito dependia de sua própria astúcia e diplomacia. Sua presença era impressionante; não era alto, mas forte, e tinha um ar digno. Era gracioso e elegante e seu autocontrole era notável, mas combinava uma generosidade sincera com uma disposição cínica para lançar mão de embustes e terror, se os interesses de seu país assim o exigissem. Possuía poucos bens além de suas qualidades pessoais e do afeto de suas tropas. Sua família, com conexões em toda a aristocracia bizantina, sem dúvida ajudara-o a chegar ao poder, e ele fortalecera sua posição ao casar-se com uma dama da casa Ducas. Todavia, as intrigas e ciúmes de seus parentes, sobretudo o ódio que sua dominadora mãe nutria por sua esposa e todo o seu clã, só serviram para aumentar seus problemas. A corte estava repleta de membros de antigas famílias imperiais ou das famílias de possíveis usurpadores, que Aleixo procurou comprometer com a sua causa por meio de alianças matrimoniais. Havia a Imperatriz Maria, possuída por um enorme ciúme da nova Imperatriz, Irene; o filho de Maria, Constantino Ducas, a quem Aleixo ofereceu participação minoritária no governo e logo prometeu sua filha mais velha, Ana, em casamento; havia os filhos de Romano Diógenes, um dos quais ele casou com sua irmã, Teodora; havia o filho de Nicéforo Briênio, com quem Ana Comnena acabaria se casando de fato, após a morte prematura de Constantino Ducas, e Nicéforo Melisseno, já casado com sua irmã Eudóxia, que cedeu seus supostos direitos ao império a seu cunhado em troca do título de César. Em todos eles Aleixo tinha de manter um olho atento, apaziguando suas querelas e impedindo traições mútuas. Criou-se um elaborado sistema de títulos para satisfazer suas pretensões. Não era possível confiar, tampouco, na nobreza e no funcionalismo civil mais alto. Aleixo vivia descobrindo conspirações contra seu governo e vivia em permanente perigo de ser assassinado. Tanto por uma questão de política como de temperamento, era gentil em suas punições; sua clemência e a tranqüila visão a longo prazo de todos os seus atos tornam-se ainda mais extraordinários, tendo-se em vista a insegurança pessoal em que passou toda a sua vida.[1]

1 Ana Comnena descreve a aparência pessoal de seu pai em termos lisonjeiros em *Alexiad*, III, ii, 5, vol. I, pp. 166-7. Há uma descrição sucinta de seu caráter em Chalandon, *op. cit.*, pp. 51-2. A *Synopsis Chronicon*, anônima, que nem sempre o vê com bons olhos, chama-o de "μεγαλόβουλος καὶ μεγαλουργός" ("grande nas intenções e nos atos") (p. 185).

A situação do império em 1081 era tal, que só um homem de grande coragem ou imensa estupidez teria assumido seu governo. O tesouro estava vazio. Os últimos imperadores foram perdulários; a perda da Anatólia e as rebeliões na Europa haviam causado grandes cortes de receita; o antigo sistema de coleta de impostos havia falido. Aleixo não era nenhum financista; seus métodos teriam aterrorizado um economista moderno. De algum modo, porém, tributando seus súditos até os limites de suas forças, impondo empréstimos compulsórios e confiscando propriedades dos magnatas e da Igreja, punindo com multas em vez de com a prisão, vendendo privilégios e desenvolvendo as indústrias reais, ele conseguiu custear uma ampla organização administrativa e reerguer o exército e a marinha, ao mesmo tempo em que mantinha uma corte suntuosa e distribuía uma prodigalidade de presentes aos súditos leais e aos emissários e príncipes que o visitavam. Afinal, ele entendia que, no Oriente, o prestígio depende inteiramente do esplendor e da magnificência. A avareza é o único pecado imperdoável. Entretanto, Aleixo cometeu dois grandes erros. Em troca de auxílio imediato, ele concedeu vantagens comerciais a mercadores estrangeiros, em detrimento de seus próprios súditos; e, em um momento crucial, ele adulterou a cunhagem imperial — aquela que, durante sete séculos, proporcionara a única moeda estável em um mundo caótico.

Na política externa, o quadro era ainda mais desesperador — se é que "externa" ainda era um epíteto aplicável, já que, por todos os lados, os inimigos haviam penetrado profundamente no império. Na Europa, o imperador mantinha um controle precário sobre a península balcânica; no entanto, os eslavos da Sérvia e da Dalmácia ergueram-se em revolta. A tribo turca dos pechenegues, vagando do outro lado do Danúbio, volta e meia cruzava o rio, em ataques de surpresa. E, no Ocidente, Roberto Guiscard e os normandos haviam capturado Avlona e sitiaram Durazzo. Na Ásia, pouco restava a Bizâncio além do litoral do Mar Negro, umas poucas cidades isoladas na costa sul e a grande cidade fortificada de Antióquia; as comunicações com essas cidades remotas, porém, eram incertas e raras. Várias cidades no interior ainda se encontravam em mãos cristãs, mas seus governantes haviam perdido totalmente o contato com o governo central. O grosso do país estava sob o domínio do sultão seljúcida, Suleimã, que governava desde Nicéia até a fronteira síria, passando pelo Bósforo; entretanto, seu estado não possuía nem uma administração organizada nem fronteiras fixas. Havia outras cidades em poder de príncipes turcos menores, alguns dos quais reconheciam a suserania do sultão; a maioria deles, porém, não admitia outro senhor além de Malik-Xá. Destes, os mais importantes eram os da casa de Danishmend, que agora controlava Cesaréia, Sebastéia e Amaséia; Menguchek, o senhor

de Erzindjan e Colonéia; e, o mais perigoso de todos, o aventureiro Chaka, que havia capturado Esmirna e o litoral do Egeu. Os chefes turcomanos haviam instituído uma certa ordem ao redor das cidades principais, mas a área rural ainda era assolada por hordas turcas, enquanto bandos de refugiados gregos e armênios só faziam contribuir para a confusão. Um grande número de cristãos adotou o islã e foi pouco a pouco mesclando-se à raça turca. Algumas comunidades gregas ainda subsistiam nos distritos das montanhas, e os turcos cristãos, que se haviam estabelecido, alguns séculos antes, na região de Cesaréia (na Capadócia), lograram manter sua identidade e sua religião até os tempos modernos. A maior parte da população grega, contudo, abriu caminho da melhor maneira possível para o litoral do Mar Negro e do Egeu.[1]

A migração dos armênios foi mais deliberada e organizada. Os vários príncipes armênios destituídos pelos bizantinos haviam ganhado estados na Capadócia, sobretudo no sul, na direção das montanhas de Tauro. Muitos de seus servos haviam-nos acompanhado, e, quando as invasões seljúcidas começaram a sério, um fluxo contínuo de armênios deixou seu lar para juntar-se a essas novas colônias, até quase metade da população da Armênia deslocar-se para sudoeste. A penetração turca na Capadócia empurrou-os para ainda mais longe, rumo às montanhas de Tauro e do Antitauro; assim, espalharam-se pelo vale do Médio Eufrates, onde os turcos ainda não tinham chegado. Os distritos por eles abandonados logo seriam ocupados — mas não por turcos, e sim pelos curdos muçulmanos das colinas da Assíria e do noroeste do Irã. O derradeiro príncipe armênio da antiga dinastia bagrátida, que se proclamava orgulhosamente descendente de Davi e Betsebá, foi morto pelos bizantinos em 1079, após ele mesmo ter assassinado, de forma peculiarmente atroz, o Arcebispo de Cesaréia; depois do que, um de seus parentes, de nome Roupen, rebelou-se contra o império e instalou-se nas montanhas do noroeste da Cilícia. Mais ou menos ao mesmo tempo, outro chefe armênio, Oshin, filho de Hethoum, fundou um feudo semelhante um pouco mais para oeste. As dinastias roupeniana e hethoumiana mais tarde desempenhariam seu papel na História; na época, porém, Roupen e Oshin

1 Sobre os pechenegues, ver Vasilievsky, *Obras* (em russo), vol. I, pp. 38 ss. Sobre Suleimã, ver *art. cit.* na *Encyclopaedia of Islam* e o verbete "Izniq", *ibid.*, de Honigmann. Sobre os Danishmends, ver verbete "Danishmend", de Mukrimin Halil, na *Islam Ansiklopedisi*, turca, e Cahen, "La première Pénétration turque", *op. cit.*, pp. 46-7, 58-60. Sobre Menguchek, ver o artigo "Menguchek", de Houtsma, na *Encyclopaedia of Islam*. Sobre Chaka, que só conhecemos por meio dos relatos de Ana Comnena, *Alexiad*, VII, viii, 1-8, vol. II, pp. 110-16; sobre o início de sua carreira, ver o artigo "Izmir", de Mordtmann, na *Encyclopaedia of Islam*. Sobre a população indígena, ver Bogiatzides, 'Ιστορικαὶ Μελέται, vol. I, pt. I, *passim*, e Köprülü, *Les Origines de l'Empire Ottoman*, pp. 48 ss.

foram eclipsados pelo armênio Vahram, a quem os gregos referiam-se como Filareto.

Filareto havia servido Bizâncio e fora designado por Romano Diógenes para o governo de Germanícia (Marash). Quando Romano caiu, ele se recusou a reconhecer Miguel Ducas e declarou-se independente. Durante o caos do reinado de Miguel, Filareto conquistou as importantes cidades de Cilícia, Tarso, Mamistra e Anazarbus. Em 1077, um de seus lugar-tenentes, após um cerco de seis meses, tomou Edessa dos bizantinos. Em 1078, os cidadãos de Antióquia (cujo governador, o sucessor de Isaac Comneno, acabara de ser assassinado) imploraram que Filareto assumisse a cidade, a fim de salvá-la dos turcomanos. Seus domínios estendiam-se, agora, de Tarso às terras além do Eufrates, e Roupen e Oshin tornaram-se seus vassalos. No entanto, ele se sentia inseguro. Ao contrário da maioria dos seus contemporâneos, era ortodoxo, e não desejava separar-se por completo do império. Por ocasião da abdicação de Miguel, Filareto anunciou sua fidelidade a Nicéforo Botaniates, que o manteve como governador das terras que conquistara. Aparentemente, também reconheceu Aleixo, mas tomou a precaução adicional de prestar algum tipo de homenagem aos senhores árabes de Alepo.[1]

Aleixo, em sua acessão, foi obrigado a decidir contra qual de seus inimigos era preciso lançar-se primeiro. Calculando que os turcos só poderiam ser rechaçados mediante um esforço longo e continuado, para o qual o império ainda não estava pronto, e que, nesse meio tempo, era provável que eles se desentendessem entre si, o novo imperador considerou mais urgente repelir o ataque normando. Demorou mais do que ele pensava. No verão de 1081, Roberto Guiscard, acompanhado de sua esposa amazona, Sigelgaita de Salerno, e de seu filho mais velho, Boemundo, deu início ao sítio de Durazzo. Em outubro, Aleixo, à frente de um exército cujo principal regimento era a Guarda Varangiana anglo-saxã, partiu para libertar a cidadela. Lá, porém, como em Hastings quinze anos antes,[2] os anglo-saxões não foram páreo para os normandos. Aleixo sofreu uma derrota definitiva. Durazzo resistiu ao longo do inverno, mas caiu em fevereiro de 1082, permitindo que Roberto, na primavera, marchasse ao longo da grande estrada principal, a Via Egnatia, rumo a Constantinopla. Conquanto problemas na Itália logo o tenham obrigado a voltar para casa, ele deixou seu exército, sob o comando

1 Laurent, *op. cit.*, pp. 81 ss.; *idem*, "Des Grecs aux Croisés", pp. 368-403; Grousset, *Histoire des Croisades*, pp. xl-xliv. A carreira de Filareto é conhecida principalmente graças ao relato hostil de Mateus de Edessa (II, cvi ss pp. 173 ss.), que o odiava como cristão ortodoxo.

2 O autor refere-se à derrota sofrida pelos anglo-saxões em Hastings, Inglaterra, em 1066, perante a força invasora liderada por Guilherme da Normandia. O episódio marcou o início da conquista da Grã-Bretanha pelos normandos. (N.T.)

de Boemundo, para assegurar a Macedônia e a Grécia. Boemundo venceu Aleixo duas vezes, obrigando-o a tomar emprestados homens dos turcomanos e navios dos venezianos. Enquanto estes interrompiam as comunicações normandas, aqueles capacitaram o imperador a libertar a Tessália. Boemundo retirou-se para a Itália em 1083 mas retornou com seu pai no ano seguinte, destruindo a frota veneziana perto de Corfu. A guerra só teve fim quando Roberto morreu em Cefalônia, em 1085, e seus filhos começaram a disputar sua herança.[1]

A autoridade do imperador por fim fora estabelecida sobre as províncias européias; durante esses quatro anos, porém, as províncias orientais foram perdidas. Filareto viu-se fatalmente envolvido em intrigas turcomanas. No início de 1085, Antióquia foi traída por seu filho e entregue para o Sultão Suleimã, junto com suas cidades na Cilícia. Edessa caiu, em 1087, nas mãos de um chefe turcomano, Buzan; mais tarde, em 1094, seria recapturada por um armênio, Toros, que fora vassalo de Malik-Xá — sendo mantida em ordem, a princípio, por uma guarnição turcomana instalada na cidadela. Enquanto isso, Melitene era ocupada por outro armênio, Gabriel (seu sogro), que, como Toros, era adepto do rito ortodoxo. Os desentendimentos entre os ortodoxos e as igrejas jacobita e armênia vieram somar-se à desordem reinante em todo o norte da Síria. Para estas últimas, o declínio do poder bizantino era um motivo de júbilo. Preferiam o governo turcomano.[2]

No sul da Síria, os seljúcidas, agora, detinham o controle absoluto. Desde a entrada de Tughril-Beg em Bagdá, em 1055, a posse da Síria pelos fatímidas fora ameaçada; o alarme e suspense crescentes resultaram em desordem e rebeliões localizadas. Quando, em 1056, os funcionários da fronteira bizantina em Latáquia recusaram-se a permitir que o Bispo de Cambraia prosseguisse para o sul em sua peregrinação, o motivo não foi, como suspeitaram os ocidentais, o desejo de serem desagradáveis com um latino (conquanto provavelmente houvesse um veto aos peregrinos normandos); na verdade, tinham sido informados de que a Síria não era segura para os viajantes cristãos. A experiência dos bispos germânicos que, oito anos depois, insistiram em cruzar a fronteira, contrariando os conselhos locais, mostra que os funcionários bizantinos tinham razão.[3]

Em 1071, o ano de Manzikert e da queda de Bari, um aventureiro turco, Atsiz ibn Abak, nominalmente vassalo de Alp Arslan, capturou Jerusalém sem luta e logo ocupou toda a Palestina, até a fortaleza fronteiriça de Asca-

1 Sobre a guerra normanda, ver Chalandon, *op. cit.*, pp. 58-94.

2 Laurent, "Des Grecs aux Croisés", pp. 403-10 (referências); também artigo "Malatya", de Honigmann, na *Encyclopaedia of Islam*.

3 Ver acima, p. 55 nn. 1 e 2.

lão. Em 1075, apossou-se de Damasco e dos damascenos. Em 1076, os fatímidas recuperaram Jerusalém, de onde Atsiz voltaria a expulsá-los após um cerco de vários meses e um massacre dos habitantes muçulmanos. Só os cristãos, em segurança dentro de seu bairro murado, foram poupados. Não obstante, os fatímidas logo conseguiram atacar Atsiz em Damasco, obrigando-o a recorrer ao auxílio do príncipe seljúcida, Tutush, irmão de Malik-Xá, que tentava, com a aprovação de seu irmão, instaurar para si um sultanato na Síria. Em 1079, Tutush mandou assassinar Atsiz e tornou-se o único governante de um estado que se estendia de Alepo, que ainda se encontrava sob o controle de sua dinastia árabe, até as fronteiras do Egito. Ao que parece, Tutush e seu lugar-tenente Ortok, governador de Jerusalém, promoveram um governo ordeiro. Não se mostrava particular inimizade contra os cristãos, muito embora o patriarca ortodoxo de Jerusalém pareça ter passado grande parte de seu tempo em Constantinopla, onde seu colega de Antióquia também estabeleceu nova residência.[1]

Em 1085, o Imperador Aleixo, livre do perigo normando, voltou sua atenção para o problema turco. Até então, ele conseguira manter algum controle sobre os príncipes turcomanos por meio de intrigas incessantes, jogando-os uns contra os outros. Agora, combinando sua diplomacia com uma exibição armada, ele assegurou um tratado que devolveu ao império Nicomédia e o litoral anatólio de Mármora. No ano seguinte, sua paciência granjeou recompensa ainda maior. Suleimã ibn-Kutulmush, tendo tomado Antióquia, marchou sobre Alepo, cujo governante árabe convocou Tutush em seu auxílio. Em uma batalha nos arredores da cidade, Tutush acabou saindo vitorioso e Suleimã foi morto.

A morte de Suleimã provocou caos entre os turcomanos na Anatólia; assim, Aleixo encontrava-se em seu elemento, conspirando com um chefe local contra o outro, explorando suas invejas mútuas, oferecendo a cada um subornos e insinuações de alianças matrimoniais. Nicéia permaneceu por

1 Ver os verbetes "Tutush", de Houtsma, e "Ortoqids", de Honigmann, na *Encyclopaedia of Islam*. A *History of the Patriarchs of Alexandria*, em cóptico, compara o governo turcomano, em termos muito positivos, com o domínio franco que se seguiu na Palestina (pp. 181, 207). A célebre flecha que Ortok disparou contra o telhado do Santo Sepulcro não pretendia ser um insulto, mas um sinal de suserania. Ver Cahen, "La Tughra seljucide", *in Journal Asiatique*, vol. CXXXIV, pp. 167-73. O Patriarca Eutímio de Jerusalém encontrava-se em Constantinopla em fins de 1082, quando partiu para a Tessalônica em uma embaixada para Boemundo, e seu sucessor, Simeão, participou do Concílio que, em 1086, lá condenou Leão da Calcedônia. (Ver Dölger, *Regesten*, n.º 1087, vol. II, p. 30 e Montfaucon, *Bibliotheca Coisliniana*, pp. 102 ss., sobre o Concílio Eclesiástico de Constantinopla naquele ano.) Contudo, em 1089 estava de volta a Jerusalém. O patriarca de Antióquia compareceu a esse Concílio. Ver adiante, p. 100 n. 1.

seis anos em poder do rebelde turco Abul Kasim; em 1092, porém, Malik-Xá conseguiu pôr em seu lugar o filho de Suleimã, Kilij Arslan I. Neste comenos, Aleixo lograra consolidar sua posição. Não foi fácil. O único território que conseguiu recuperar foi a cidade de Cízico, e não pôde impedir que os Danishmends estendessem seus domínios para o oeste e conquistassem a terra natal de sua própria família — Kastamuni, na Paflagônia. O imperador viu-se estorvado por conspirações palacianas; como se não bastasse, em 1087 teve de enfrentar uma séria invasão vinda do outro lado do Danúbio, liderada pelos pechenegues, que tiveram ajuda húngara. Só em 1091 é que sua diplomacia, com o reforço de uma vitória tremenda, libertou-o definitivamente da ameaça de incursões bárbaras do norte.

Ainda mais alarmante era Chaka, o emir turco de Esmirna. Mais ambicioso que a maioria de seus compatriotas, Chaka pretendia sobrepujar o império. Contratou gregos, em vez de turcomanos, por reconhecer a necessidade de poder marítimo; ao mesmo tempo, porém, procurou organizar os príncipes turcos em uma aliança e casou sua filha com o jovem Kilij Arslan. Entre 1080 e 1090, assumiu o controle da costa do Egeu, além das ilhas de Lesbos, Quios, Samos e Rodes. Aleixo, que tivera como uma de suas primeiras preocupações a recriação da frota bizantina, conseguiu finalmente derrotá-lo no mar, na entrada de Mármora; a ameaça permaneceria, porém, até 1092, quando Chaka foi assassinado por seu genro, Kilij Arslan, em um banquete em Nicéia. O assassinato foi resultado de um conselho do imperador ao sultão, que temia ver outro turcomano acabar se tornando maior do que ele mesmo.[1]

Com Suleimã e Chaka mortos, Aleixo pôde contemplar uma política mais agressiva. Ele próprio agora estava seguro em Constantinopla, e as províncias européias se haviam acalmado. Sua frota era eficiente e seu tesouro estava, provisoriamente, cheio. Mas, uma vez perdida a Anatólia, dispunha de poucas tropas nativas com que contar. Necessitava de mercenários estrangeiros treinados.

Não há dúvida de que, em 1095, tudo indicava que o poder seljúcida entrara, por fim, em declínio. Malik-Xá, que mantivera um certo controle sobre todo o império turcomano, morrera em 1092, e à sua morte se seguiu uma guerra civil entre seus jovens filhos. Durante os dez anos seguintes, até

1 A morte de Chaka é descrita em Ana Comnena, IX, iii, 3, vol. II, pp. 165-6, mas um novo Chaka surge em sua história (IX, V, 3, vol. III, pp. 24-5). Era, provavelmente, filho do primeiro, sendo conhecido como Ibn Chaka, cujo nome Ana simplifica como Chaka. Do mesmo modo, o Sultão Kilij Arslan é chamado de Suleimã por autores ocidentais habituados a ouvirem-no ser chamado de Ibn Suleimã. A guerra de Chaka contra Aleixo é descrita em Chalandon, *op. cit.*, pp. 126 ss.

eles conseguirem chegar a um acordo quanto à divisão da herança, a atenção dos turcomanos permaneceu basicamente voltada para essa disputa. Nesse ínterim, chefes locais árabes e curdos sublevaram-se no Iraque. Na Síria, onde Tutush morreu em 1095, seus filhos, Riduan de Alepo e Dukak de Damasco, revelaram-se incapazes de manter a ordem. Jerusalém passou para os filhos de Ortok. Seu governo foi fraco e opressivo. O patriarca ortodoxo Simeão, junto com seu alto clero, retirou-se para o Chipre. Em Trípoli, um clã xiita, os Banū 'Ammār, estabeleceu um principado. Os fatímidas começaram a reconquistar o sul da Palestina. No norte, um general turcomano, Kerboga, Atabegue[1] de Mosul sob o califa abássida, foi penetrando pouco a pouco no território de Alepo, pertencente a Riduan. Para os viajantes da época, parecia que cada cidade era controlada por um senhor diferente.[2]

É extraordinário que ainda houvesse viajantes, não só muçulmanos, mas também peregrinos cristãos do Ocidente. O trânsito de peregrinos nunca fora interrompido por completo, mas a jornada era, agora, muito árdua. Em Jerusalém, até a morte de Ortok, a vida dos cristãos parece ter sido muito pouco afetada; na Palestina, exceto quando turcos e egípcios lá travavam suas batalhas, costumava reinar uma certa tranqüilidade. Agora, porém, o viajante só podia atravessar a Anatólia se estivesse acompanhado de uma escolta armada — e, mesmo assim, o caminho era repleto de perigos, e não raro ele se via interceptado pelas guerras ou por autoridades hostis. A situação na Síria era pouco melhor. Por toda parte, havia bandoleiros nas estradas; em cada aldeia, o senhor local procurava impor um pedágio aos passantes. Os peregrinos que conseguiam superar todas as dificuldades retornavam ao Ocidente exaustos, depauperados e com uma história horrível para contar.

1 Título turco que significa "pai do soberano" (N.T.)

2 Ver o artigo "Sukman ibn Ortok", de Zettersteen, na *Encyclopaedia of Islam*. Guilherme de Tiro (Guilherme de Tiro), I, 8, vol. I, pp. 25-6, descreve a impressão dos peregrinos da época. Simeão de Jerusalém havia se retirado para o Chipre muito antes do início da cruzada, mas a data real é desconhecida.

LIVRO II

A PREGAÇÃO DA CRUZADA

Capítulo 1

Santa Paz e Guerra Santa

"Esperamos a paz: nada de bom!" JEREMIAS 8, 15

O cidadão cristão tem um problema fundamental a solucionar: terá ele o direito de lutar por seu país? Sua religião é uma religião de paz, e guerra significa carnificina e destruição. Os primeiros Patriarcas Cristãos não tinham dúvidas a respeito. A seu ver, a guerra não passava de assassinato em larga escala. Após o triunfo da Cruz, porém, seus cidadãos não deveriam estar prontos para pegar em armas para garantir seu bem-estar?

A Igreja oriental acreditava que não. Seu maior canonista, S. Basílio, embora compreendesse que um soldado devia obedecer ordens, sustentava que todos os culpados por matar em guerra teriam de abster-se, durante três anos, de tomar a comunhão, em sinal de arrependimento.[1] Seu conselho era demasiado severo. O soldado bizantino não era realmente tratado como um assassino. Contudo, sua profissão não lhe trazia nenhum *glamour*. A morte em batalha não era tida como gloriosa, nem se considerava a morte na luta contra os infiéis uma forma de martírio: o verdadeiro mártir morria armado somente com sua fé. Lutar contra o infiel era deplorável, conquanto por vezes não houvesse como evitá-lo; combater companheiros na fé cristã era duplamente condenável. Com efeito, a história bizantina era extraordinariamente livre de guerras de agressão. As campanhas de Justiniano haviam sido empreendidas para libertar os romanos dos governantes bárbaros hereges; Basílio II lançara-se contra os búlgaros a fim de recuperar províncias imperiais e eliminar um perigo que ameaçava Constantinopla. Os métodos pacíficos eram sempre preferíveis, ainda que envolvessem uma diplomacia tortuosa ou o pagamento de dinheiro. Para os historiadores ocidentais, habituados a admirar o valor marcial, os atos de muitos estadistas bizantinos parecem covardes ou dissimulados; sua origem, porém, não raro era um desejo genuíno de evitar o derramamento de sangue. A princesa Ana Comnena, uma das mais típicas bizantinas, deixa claro em sua história que, por mais profundo que fosse seu interesse nas questões militares e por mais que

1 S. Basílio, carta nº 188, *in M.P.G.* vol. XXXII, col. 681.

apreciasse os êxitos de seu pai em batalha, a seu ver a guerra era algo vergonhoso, um último recurso quando tudo o mais falhara — na verdade, constituía, em si, uma confissão de fracasso.[1]

O ponto de vista ocidental era menos esclarecido. O próprio Santo Agostinho admitira que as guerras talvez fossem travadas por determinação divina,[2] e a sociedade militar que emergira no Ocidente em decorrência das invasões bárbaras inevitavelmente procurava justificar seu passatempo habitual. O código de cavalaria que se desenvolvia, apoiado por épicos populares, prestigiava o herói militar, e o pacifista adquiriu uma má reputação da qual nunca mais se recuperou. Contra tal sentimento, a Igreja pouco podia fazer. Procurou; em vez disso, direcionar a energia belicosa de modo que revertesse em sua vantagem. A guerra santa, quer dizer, a guerra que era do interesse da Igreja, tornou-se lícita e até desejável. O Papa Leão IV, em meados do século IX, declarou que todos os que morressem em batalha em defesa da Igreja receberiam uma recompensa celestial.[3] O Papa João VIII, alguns anos depois, classificou as vítimas de uma guerra santa como mártires; caso morressem armadas em batalha, teriam seus pecados remidos. O soldado, porém, deveria ser puro de coração.[4] Nicolau I determinou que os homens sob sentença da Igreja por seus pecados não deveriam portar armas, exceto para combater os infiéis.[5]

Entretanto, embora as mais altas autoridades eclesiásticas não condenassem a luta, havia pensadores ocidentais a quem ela chocava. O alemão Bruno de Querfurt, martirizado pelos pagãos prussianos em 1009, ficara ultrajado com as guerras em que os imperadores de seu tempo envolveram-se contra outros cristãos — Oto II contra o rei da França e Henrique II contra os poloneses.[6] Um movimento pela paz já tivera início na França. O Concílio de Charroux, em 989, em que os bispos da Aquitânia se reuniram para proteger a imunidade do clero, sugerira que a Igreja garantisse que os pobres vivessem em paz.[7] No Concílio de Le Puy, no ano seguinte, a sugestão foi repetida com mais firmeza. Guy de Anjou, Bispo de Le Puy, declarou que, sem a paz, ninguém poderia contemplar o Senhor, instando, assim, a

1 Sobre a atitude de Ana Comnena, ver Buckler, *Anna Comnena*, pp. 97-9.
2 Santo Agostinho, *De Civitate Dei*, *in M.P.L.*, vol. XLI, col. 35
3 Mansi, *Concilia*, vol. XIV, p. 888.
4 João VIII, cartas, *in M.P.L.*, vol. CXXVI, cols. 696, 717, 816; Mansi, *Concilia*, vol. XVII, p. 104.
5 Carta de Nicholas I (Nicolau I) em *Monumenta Germaniae Historica*, *Epistolae*, vol. VI, p. 658. Essa carta foi incorporada às coleções canônicas de Burchard e Gratian.
6 Ver Erdmann, *Die Entstehung des Kreuzzugsgedankens*, p. 97, n. 35, dando as referências dos textos pertinentes.
7 Mansi, *Concilia*, vol. XIX, pp. 89-90.

que todos os homens se convertessem em filhos da paz.[1] Alguns anos depois, Guilherme, o Grande, Duque de Guienne, levou a idéia mais longe. No Concílio de Poitiers, por ele convocado no ano 1000, estabeleceu-se que as disputas deixariam de ser decididas pelas armas, mas sim pelo recurso à justiça, e que todos os que se recusassem a conformar-se a tal regra seriam excomungados. O duque e seus nobres subscreveram solenemente a decisão, e Roberto, o Pio, rei da França, logo os seguiu com uma determinação similar para seus próprios domínios.[2] A preocupação da Igreja com o movimento ainda estava relacionada sobretudo com a preservação de suas próprias propriedades da devastação e exações da guerra, e vários concílios foram convocados com esse fim. Em Verdun-sur-le-Doubs, em 1016, desenvolveu-se uma fórmula, segundo a qual a nobreza jurava não pressionar nem clérigos nem camponeses a juntarem-se às suas forças, nem assaltar seus campos, nem confiscar seus animais. A adesão ao juramento ocorreu livremente por toda a França, enquanto os sacerdotes e congregações clamavam juntos: "paz, paz, paz".[3]

Tamanho êxito incitou alguns bispos a ir mais longe. Em 1038, Aymon, Arcebispo de Bourges, ordenou aos cristãos de mais de quinze anos que se declarassem inimigos de todos os que rompessem a paz e prontos a pegar em armas contra eles. Organizaram-se Ligas da Paz, a princípio eficazes; a segunda metade da determinação do arcebispo, porém, revelou-se mais atraente que a primeira. Os castelos pertencentes aos nobres recalcitrantes foram destruídos por tropas de camponeses armados, liderados pelo clero; logo essas milícias improvisadas tornaram-se tão irresponsáveis e destrutivas que as autoridades viram-se obrigadas a suprimi-las. Depois que uma grande Liga da Paz incendiou a vila de Bénécy, o Conde Odo de Déols esmagou-a às margens do Cher. Sabemos que nada menos que setecentos clérigos pereceram na batalha.[4]

Nesse ínterim, estava em curso uma tentativa mais prática de restringir a guerra. Em 1027, Oliba, Bispo de Vich, realizou um sínodo em Toulouges, em Roussillon, que proibiu toda e qualquer atividade bélica durante as horas do dia de descanso.[5] Essa idéia de uma trégua que cobrisse os dias santos foi

1 *Cartulaire de Saint-Chaffre*, p. 152.
2 Mansi, *Concilia*, vol. XIX, pp. 267-8; Fulberto de Chartres, carta em Bouquet, *Historiens de la France*, vol. X, p. 463.
3 Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles*, vol. IV, pt. 2, p. 1409; Radulfo Glaber, *in* Bouquet, *R.H.F.*, vol. X, pp. 27-8. Ver Pfister, *Etudes sur le Règne de Robert le Pieux*, p. lx; Huberti, *Studien zur Rechtgeschichte der Gottesfrieden und Landfrieden*, p. 165.
4 *Miracles de Saint-Benoît*, ed. por de Certain, p. 192.
5 Mansi, *Concilia*, vol. XIX, pp. 483-8.

ampliada quando, sob a influência de Odilo, o grande abade de Cluny, os bispos da Provença, alegando falar em nome de toda a Igreja da Gália, enviaram uma carta, em 1041, para a Igreja da Itália, exigindo que a Trégua de Deus fosse estendida à Sexta-Feira da Paixão, ao Sábado de Aleluia e ao Dia da Ascensão.[1] A Igreja da Aquitânia já seguira o exemplo provençal. O ducado da Burgúndia, porém, foi mais longe, reservando para a Trégua toda a semana entre a noite de quarta-feira e a manhã de segunda; acrescentou, ainda, o período entre o Advento e o primeiro domingo após o Dia de Reis, além da Quaresma e da Semana Santa até a oitava de Páscoa.[2] Em 1042, Guilherme, o Conquistador, legislando para a Normandia, incluiu também o período das Rogações até a oitava de Pentecostes.[3] Em 1050, um concílio em Toulouges recomendou a inclusão dos três dias da festa da Virgem e os dias dos principais santos.[4] Em meados do século, a idéia da Trégua de Deus parecia, assim, estar bem estabelecida, e o grande Concílio de Narbonne, realizado em 1054, procurou coordená-la com a idéia da Paz de Deus, protegendo os bens da Igreja e dos pobres dos efeitos da guerra. Ambas deviam ser obedecidas sob pena de excomunhão; ademais, determinou-se que nenhum cristão poderia matar outro, "pois aquele que mata um cristão derrama o sangue de Cristo".[5]

Os movimentos pela paz raramente são tão impressionantes na prática quanto na teoria; os do século XI não foram exceção à regra. Os príncipes mais ardorosos na defesa da Trégua de Deus não se atinham às suas disposições. Foi num sábado que Guilherme, o Conquistador, enfrentou seu irmão na fé cristã, Haroldo, em Hastings; e Ana Comnena notaria, com horror, que, enquanto sua Igreja empenhava-se sinceramente em evitar a guerra em dias santos, os cavaleiros ocidentais atacaram Constantinopla em plena Semana Santa, e seus exércitos estavam repletos de padres-soldados armados.[6] Tampouco, como até os papas sabiam por experiência própria, as propriedades da Igreja estavam imunes dos ataques dos leigos. A belicosidade do Ocidente e seu gosto pela glória militar não seriam reprimidos com tanta facilidade. Era mais sábio reverter à antiga política e fazer bom uso de toda aquela energia, convertendo-a em guerra contra os pagãos.

Para os países ocidentais, a ameaça muçulmana era muito mais assustadora do que fora para os bizantinos até as invasões dos turcos; estes, por sua

1 *Ibid.*, pp. 593-6.
2 *M.G.H.*, *Constitutiones et Acta Publica Imperatorum et Regum*, vol. I, p. 599. Ver Huberti, *op. cit.*, pp. 296, 303.
3 Mansi, *Concilia*, vol. XIX, pp. 597-600.
4 *Ibid.*, p. 1042.
5 *Ibid.*, pp. 827-32.
6 Anna Comnena, *Alexiad*, X, viii, 8, vol. II, pp. 218-19; X, ix, 5-6, vol. II, p. 222.

vez, alarmaram os bizantinos como bárbaros, não como infiéis. Desde a derrocada árabe diante de Constantinopla, no início do século VIII, a guerra na fronteira oriental da cristandade fora endêmica, mas nunca séria o suficiente para pôr em risco a integridade do Império — e nunca chegou a interromper por muito tempo os intercâmbios de ordem comercial e intelectual. Os árabes, quase tanto quanto os bizantinos, eram herdeiros da civilização greco-romana. Seus modos de vida não eram tão distintos assim. Um bizantino se sentiria mais à vontade no Cairo ou em Bagdá que em Paris ou Goslar[1], ou mesmo em Roma. Exceto por raras ocasiões de crises e represálias, as autoridades do Império e as do Califado concordavam em não impingir conversões de nenhum dos lados, concedendo liberdade de culto à outra religião. Os califas mais jactanciosos talvez faltassem com o respeito para com os Imperadores cristãos e por vezes lhes cobrassem tributos, mas, como demonstrara o final do século X, os bizantinos eram inimigos formidáveis e bem organizados.

Os cristãos ocidentais não podiam partilhar da tolerância e sensação de segurança dos bizantinos. Sentiam orgulho por serem cristãos e herdeiros de Roma, como acreditavam; no entanto, tinham uma desconfortável consciência de que, sob muitos aspectos, a civilização muçulmana era superior à sua. O poder islâmico dominava o oeste do Mediterrâneo da Catalunha a Túnis. Seus piratas pilhavam os navios cristãos. Roma fora saqueada pelos muçulmanos, que também haviam construído castelos de ladrões na Itália e em Provença. De seus baluartes espanhóis, parecia que poderiam erguer-se mais uma vez, cruzar as fronteiras e cair das encostas dos Pireneus sobre a França. A cristandade ocidental não dispunha de suficiente organização para resistir a um ataque desse porte. Heróis individuais, desde a época de Carlos Martel, haviam rechaçado as investidas sarracenas, e o império carolíngio constituíra, durante algum tempo, a barreira necessária. Em 915, o Papa João X cooperara com a corte de Constantinopla na formação de uma liga de príncipes cristãos para expulsar os muçulmanos de seu castelo em Garingliano.[2] Em 941, os bizantinos aliaram-se a Hugo de Provença em um ataque ao castelo muçulmano em Fréjus. Embora a tentativa tenha se malogrado, devido às evasivas de Hugo no último momento, em 972 uma liga de príncipes italianos e provençais levou a missão a cabo.[3] Tais ligas, porém, eram locais, esporádicas e efêmeras. Eram necessários uma maior coordenação e

1 Cidade germânica que, devido às minas de prata da região, tornou-se residência de reis e imperadores. (N.T.)
2 Liudprando, *Antapodosis*, pp. 61-2; *Leo of Ostia*, pp. 50 ss. Ver Gay, *L'Italie Méridionale et l'Empire Byzantin*, p. 161, que estabelece a data de 915; Runciman, *The Emperor Romanus Lecapenus*, pp. 184-5.
3 Liudprando, *op. cit.*, pp. 135, 139; Poupardin, *Le Royaume de Bourgogne*, pp. 94 ss.

um esforço mais concentrado — e não havia lugar onde essa necessidade fosse mais bem satisfeita que em Roma, que ainda remoía o saque da Igreja de S. Pedro em 846.

No século X, os muçulmanos espanhóis representavam uma ameaça concreta à cristandade. O terreno já ganho pelos cristãos fora perdido. Em meados do século, o grande califa Abd ar-Rahman III era o senhor inquestionável da península. Sua morte, em 961, trouxe um pouco de alívio, já que seu sucessor, Hakam II, era pacífico e foi perturbado por guerras com os fatímidas e os idrísidas de Marrocos. Após a morte de Hakam, porém, em 976, entrou em cena um vizir belicoso, Mahomet ibn Abi Amir, de cognome al-Mansur, o Vitorioso, e conhecido pelos espanhóis como Almanzor. O principal poder cristão na Espanha era o reino de Leão — que suportou o impacto dos ataques de Almanzor. Em 981, ele tomou Zamora, no sul do reino. Em 996, saqueou a própria Leão e, no ano seguinte, incendiou a cidade de S. Tiago de Compostela — o terceiro maior centro de peregrinação cristão, perdendo apenas para Jerusalém e Roma. Teve o cuidado, porém, de respeitar o santuário em si. Já em 986, capturara Barcelona. Tudo indicava que logo ele cruzaria os Pireneus, quando, em 1002, morreu.[1] Depois de sua morte, o poder muçulmano entrou em declínio. Piratas da África conseguiram saquear Antibes em 1003, Pisa em 1005 (e outra vez em 1016) e Narbonne em 1020, mas a agressão muçulmana organizada chegara ao fim por enquanto. Era hora de contra-atacar.[2]

O contra-ataque foi planejado por Sancho III, chamado de O Grande, rei de Navarra, que, em 1014, tentou organizar uma liga de príncipes cristãos para enfrentar os infiéis. Seus colegas de Leão e Castela mostraram-se dispostos a ajudar, e ele encontrou um ávido aliado em Sancho-Guilherme, Duque de Gasconha. Já o Rei Roberto, da França, ignorou seus apelos. Conquanto não se tivesse obtido nada de concreto, nesse ínterim Sancho assegurara o interesse de um aliado muito mais valioso. A tremenda organização clunisana, sob dois grandes abades cujo comando, juntos, perdurou por 115 anos (Odilo, que assumiu o cargo em 994 e morreu em 1048, e Hugo, que o sucedeu e viveu até 1109), começou a dar uma atenção especial aos problemas espanhóis. Cluny sempre se preocupara com o bem-estar dos peregrinos, e convinha-lhe ter alguma voz na administração da rota para Compostela, além de ajudar a proteger a cristandade hispânica de modo geral. Foi provavelmente por influência clunisana que Rogério de Toeni veio da Normandia — muito embora seu próprio espírito aventureiro possa ter ajudado

1 Sobre Almanzor, ver Dozy, *Histoire des Musulmanes en Espagne*, ed. rev., vol. II, pp. 235 ss.
2 Ballesteros, *Historia de España*, vol. II, pp. 389 ss.

— no auxílio da Condessa Erselinda, de Barcelona, em 1018, quando os muçulmanos a ameaçaram. Sob Sancho e seus sucessores, o controle clunisano sobre a Igreja espanhola foi fortalecido, levando o mosteiro para a vanguarda do movimento da reforma. Assim sendo, o papado não podia deixar de ver com bons olhos toda e qualquer tentativa de ampliar os limites da cristandade na Espanha. As bênçãos pontifícia e clunisana acompanhavam Sancho-Guilherme de Gasconha quando este se juntou a Sancho de Navarra em um ataque ao Emir de Saragoça e encorajou Raimundo-Berengar I de Barcelona em seus esforços de empurrar os muçulmanos para o sul.[1]

A guerra contra os infiéis na Espanha, portanto, adquiriu o *status* de guerra santa, e logo os próprios papas se envolveram. Em 1063, o rei de Aragão, Ramiro I, ao lançar uma grande ofensiva contra os muçulmanos, foi assassinado por um muçulmano em Grados. Sua morte atiçou a imaginação de toda a Europa. O Papa Alexandre II imediatamente prometeu uma indulgência para todos os que lutassem pela Cruz na Espanha, pondo-se a reunir um exército para levar adiante a obra de Ramiro. Um soldado normando a seu serviço, Guilherme de Montreuil, recrutou tropas no norte da Itália. No norte da França, o Conde Ebles de Roucy, irmão da rainha aragonesa, Felícia, congregou um exército; o maior contingente, porém, foi trazido por Guy-Geoffrey, Conde da Aquitânia, que ganhou o comando da expedição. Os resultados foram parcos. A cidade de Barbastro foi capturada com um grande butim, para voltar a ser perdida logo em seguida.[2] Dali por diante, porém, iniciou-se um afluxo de cavaleiros franceses que atravessaram os Pireneus para continuar o trabalho. Em 1073, uma nova expedição foi organizada por Ebles de Roucy. O Papa Gregório VII convidou os príncipes da cristandade a ingressar no movimento e, ao mesmo tempo em que lembrava o mundo de que o reino hispânico pertencia à sé de S. Pedro, declarou que os cavaleiros cristãos poderiam tomar posse das terras que conquistassem aos infiéis.[3] Em 1078, Hugo I, Duque da Burgúndia, liderou um exército para auxiliar seu cunhado, Alfonso VI, de Castela.[4] Em 1080, Gregório VII estimulou pessoal-

1 Boissonnade, *Du nouveau sur la Chanson de Roland*, pp. 6-22. Fliche, em *L'Europe Occidentale de 888 à 1125*, pp. 551-3, considera que tanto Boissonnade quanto Hatem (*Les Poèmes Epiques des Croisades*, pp. 43-63) exageraram o papel de Cluny na organização das guerras santas espanholas. Halphèn, em uma série de palestras na Ecole des Hautes Etudes de Paris, ainda inéditas, discutiu amplamente a questão e considera que Cluny desempenhou um papel importante, mas não chegou a organizar efetivamente expedições militares. Ver também Rousset, *Les Origines et les Caractères de la première Croisade*, pp. 31-5.
2 Boissonnade, *op. cit.*, pp. 22-8; Fliche, *op. cit.*, pp. 551-2.
3 Gregory VII, *Registrum*, I, 7, pp. 11-12. Ver também Villey, *La Croisade: Essai sur la formation d'une Théorie juridique*, p. 71.
4 Boissonnade, *op. cit.*, pp. 29-31.

mente uma expedição comandada por Guy-Geoffrey. Durante os anos seguintes, tudo correu bem. Os castelhanos capturaram a própria Toledo em 1085.[1] Seguiu-se uma retomada islâmica, liderada pelos fanáticos almorávidas; assim, a partir de 1087, os cavaleiros cristãos foram convocados com urgência à Espanha para arrostá-los. O Papa Urbano II deu-lhes seu apoio ansioso, chegando a dizer aos que pretendiam partir em peregrinação à Palestina que seu dinheiro seria mais bem gasto na reconstrução das cidades espanholas resgatadas dos assaltos muçulmanos.[2] Até o fim do século, as campanhas espanholas continuaram atraindo cavaleiros cristãos aventureiros do norte, até que a captura de Huesca, em 1096, e de Barbastro, em 1101, marcou o fim dessa série de campanhas.

No final do século XI, a idéia da guerra santa, portanto, fora posta em prática. Os cavaleiros e soldados cristãos foram incentivados pelas autoridades eclesiásticas a deixar suas querelas mesquinhas e partir para as fronteiras da cristandade para combater os infiéis. A recompensa por seus serviços seria a posse das terras que reconquistassem, além de benefícios espirituais. Quais seriam exatamente tais benefícios é algo que não se sabe ao certo. Ao que parece, Alexandre II ofereceu uma indulgência para os combatentes de 1064;[3] Gregório VII, todavia, limitou-se a dar a absolvição a todos os que morressem em batalha pela Cruz[4] — tendo conferido remissão similar aos soldados de Rodolfo de Suábia que lutaram contra o excomungado Henrique IV, da Alemanha.[5] Aos poucos, o pontificado assumiu a direção das guerras santas. Em geral, era o responsável por lançá-las e selecionar seu comandante. A terra conquistada encontrava-se, em última instância, sob suserania papal.

Embora os grandes príncipes pudessem manter-se à parte, os cavaleiros ocidentais respondiam prontamente ao apelo da guerra santa. Suas razões eram, em parte, genuinamente religiosas. Envergonhavam-se por continuarem a lutar entre si, e queriam lutar pela Cruz. Contudo, também havia uma grande escassez de terras a motivá-los, sobretudo no norte da França, onde a prática da primogenitura estava se estabelecendo. Na medida em que os senhores sentiam-se cada vez menos propensos a dividir sua propriedade e ofícios, seus filhos mais jovens tinham de partir em busca de fortuna alhures. Percebia-se uma inquietude generalizada e um gosto por aventura na cavalaria francesa, mais acentuado entre os normandos, que apenas algumas

1 *Ibid.*, pp. 31-2.
2 Riant, *Inventaire critique*, pp. 68-9.
3 Jaffé-Wattenbach, *Regesta*, n.º 4530, vol. I, p. 573.
4 Gregório VII, *loc. cit.*
5 *Ibid.*, VII, 14B, pp. 480 ss.

gerações antes eram flibusteiros nômades. A oportunidade de combinar os deveres cristãos com a aquisição de terra em um clima mais agradável, ao sul, era muito atraente. A Igreja tinha razão em apreciar o progresso do movimento. Será que ele não poderia ser válido também na fronteira oriental da cristandade?

Capítulo 11

A Pedra de São Pedro

"É por mim que reinam os reis, e que os príncipes decretam a justiça."
PROVÉRBIOS 8, 15

Com o retrocesso da onda islâmica na Espanha, o Papa não teve maiores dificuldades em estabelecer sua autoridade sobre a Igreja das terras reconquistadas. A Doação de Constantino, amplamente aceita (ainda que de modo equivocado) como legítima pela cristandade ocidental, conferiu-lhe suserania temporal sobre vários países — aos quais a adição da península ibérica passou despercebida. Tampouco havia algum poder eclesiástico hispânico capaz de fazer-lhe frente. Todavia, a organização da cristandade oriental era outra. Os patriarcados de Alexandria e Antióquia, este fundado por S. Pedro e aquele, por S. Marcos, eram tão antigos quanto a sé romana. O patriarcado de Jerusalém, a Igreja de S. Tiago, embora mais jovem, gozava do prestígio devido à mais sagrada cidade do mundo. E o patriarcado de Constantinopla era o rival mais formidável de todos. Apesar de sua suposta fundação por Sto. André, não se podia reclamar para ele a mesma autoridade etária. Constantinopla, porém, era a Nova Roma. Superara a antiga capital. Era a sede de uma linhagem ininterrupta de imperadores cristãos. Era, de longe, a maior cidade cristã. Seu patriarca podia perfeitamente denominar-se Ecumênico, o principal magistrado eclesiástico do mundo civilizado. A oposição religiosa de Bizâncio, vez por outra, lançava mão da autoridade da Antiga Roma como um antídoto contra o domínio crescente do imperador, mas ninguém no Oriente acreditava de fato que o bispo da cidade ocidental decadente, que com tanta freqüência via-se sob o poder de seus nobrezinhos turbulentos ou de potentados bárbaros do norte, pudesse ter qualquer jurisdição sobre as igrejas orientais, com suas tradições duradouras, há muito estabelecidas. Entretanto, Roma ainda tinha condições de inspirar um respeito especial. Por mais que suas reivindicações de supremacia fossem ignoradas, era-lhe concedida, quase que universalmente, uma primazia entre as grandes sés cristãs, até mesmo pelo Patriarca Ecumênico. Tampouco havia quem se dispusesse a questionar a crença de que a cristandade era e devia ser uma só.

Após a conquista árabe, os patriarcados do sudeste perderam muito de seu poder, e Constantinopla emergiu como protetora das igrejas orientais.

Tinha havido muitas controvérsias e querelas entre ela e Roma a respeito de questões eclesiásticas, mas nenhuma fora tão grave e prolongada quanto os polemistas posteriores vieram a acreditar.[1] A unidade do cristianismo ainda gozava de aceitação geral. No século XI, porém, a organização da Igreja romana passou por uma revisão. As reformas foram em grande parte sugeridas por influências monásticas de Cluny e Lorraine, sendo levadas a cabo, a princípio, pelas autoridades leigas que, na época, dominavam Roma. O Imperador Henrique III teve papel particularmente ativo, comunicando-lhes tamanho ímpeto que, após sua morte, a Igreja pôde prosseguir e não só desenvolvê-las de modo independente como, no fim das contas, contra a oposição do governo leigo. Enquanto isso, fora desse movimento começaram a emergir teorias que insistiam no domínio espiritual universal de Roma e em sua superioridade última sobre os príncipes seculares — as quais, por sua vez, deram origem a novas polêmicas com o Oriente.

O problema fundamental estava na reafirmação da suposta supremacia romana. Contudo, surgiram disputas com relação a detalhes doutrinários e costumes. Em seu afã de estabelecer sua própria autoridade, o pontificado empenhou-se em homogeneizar os usos da Igreja. Ele não apenas começou a tender, por motivos tanto políticos quanto espirituais, a abolir o matrimônio do clero secular, como procurou padronizar a liturgia e os rituais. Tais modificações eram possíveis no Ocidente, mas os usos das igrejas orientais eram muito diversos. Havia igrejas gregas no âmbito romano, assim como havia as latinas no âmbito de Constantinopla — e, no sul da Itália, a fronteira entre as duas esferas era há muito objeto de discussão. Ao mesmo tempo, a influência germânica em Roma levara à introdução, ali, da palavra *filioque*[2] no Credo, ligada à Procissão do Espírito Santo. Os papas reformistas mostraram-se menos dispostos que seus predecessores a conciliar ou a conservar-se em silêncio tácito com relação a tais assuntos. Os conflitos eram inevitáveis.

---

1 O melhor relato genérico sobre as relações entre Roma e Constantinopla encontra-se em Every, *The Byzantine Patriarchate, passim*.

2 A fórmula agostiniana do *filioque*, que enfatizava a plena divindade de Cristo ao insistir que o Espírito Santo provinha tanto do Filho quanto do Pai, foi inserida no credo pela primeira vez pelos francos, durante o reinado de Carlos Magno. Roma, sabendo que sua inclusão não seria aceita por Constantinopla, a princípio se opusera terminantemente, mas com o tempo acabou cedendo. Quando, em 1014, o credo foi finalmente inserido nas missas romanas, incluiu-se o *filioque* por insistência de Henrique II. Na época, Roma já estava convencida de que ela mesma havia introduzido a expressão e de que esta era antiqüíssima — a ponto de, em 1054, por ocasião da ruptura com o Oriente, os legados papais serem tão ignorantes da verdadeira história que acusaram os gregos de terem omitido deliberadamente o *filioque* do seu credo, séculos antes. [Fonte: Johnson, P. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Editora.] (N.T.)

O Papa Sérgio IV, em sua carta sistática — a declaração de fé enviada por um papa ou patriarca a seus colegas em sua acessão — incluiu o termo *filioque*. O Patriarca Sérgio II, de Constantinopla, por isso, recusou-se a honrar seu nome nos dípticos das igrejas patriarcais da cidade. Para os bizantinos, isso significava que o papa, especificamente, era considerado não-ortodoxo quanto a um certo ponto da doutrina; não impugnava a ortodoxia de toda a igreja ocidental. Para o papa, porém, assim como para as igrejas do Ocidente, habituadas a considerá-lo a fonte da doutrina ortodoxa, o insulto pareceu mais genérico e abrangente. O patriarca perceberia que havia poder de barganha em uma oferta para restaurar o nome.[1]

Em 1024, Constantinopla enviou ao Papa João XIX uma sugestão de que o desentendimento entre as duas Igrejas poderia ser solucionado pela aceitação de uma fórmula elaborada de modo engenhoso, de modo a conferir a Roma a supremacia titular e, ao mesmo tempo, deixar Constantinopla, na prática, com total independência. Declarava-se que, "com o consentimento do pontífice romano, a Igreja de Constantinopla fosse tida em conta de universal em sua esfera, tanto quanto Roma o era no universo". O próprio João esteve pronto a concordar, mas o abade clunisano de S. Benigno em Dijon precipitou-se a escrever-lhe com severidade, lembrando-o de que o poder de ligar e desligar no Céu e na terra era propriedade exclusiva do ofício de S. Pedro e seus sucessores, e instou-o a que mostrasse mais vigor na condução da Igreja universal. Bizâncio tinha que entender que o papado reformado não toleraria tais concessões.[2]

Em meados do século, as invasões normandas do sul da Itália tornaram desejável uma aliança entre o papa e o imperador oriental. Agora, porém, o pontificado estava comprometido com uma política de uniformização, em virtude da qual desejava abolir usos correntes nas igrejas gregas do sul da Itália — que, imitados por muitas igrejas italianas, penetravam no norte até Milão. Em 1043, um homem orgulhoso e ambicioso, Miguel Cerulário, tornara-se patriarca de Constantinopla, e estava igualmente ávido por padronizar os usos dentro de sua própria esfera. O que o motivava, originalmente, era absorver com mais facilidade as igrejas das províncias armênias recém-ocupadas, onde havia costumes divergentes em vigor, tais como o uso de pão ázimo. Sua política, porém, compreendia também as igrejas latinas na Itália bizantina, bem como as existentes na própria Constantinopla para benefício

1 Sobre esse incidente, ver Michel, *Humbert und Kerularios*, vol. I, pp. 20-40. Há evidências de que o *filioque* foi introduzido no Credo de Roma por ocasião da coroação, ali, de Henrique II, em 1014. Berno, *Libellus de Officio Missae*, *in M.P.L.*, vol. CXLII, cols. 1061-2.

2 Radulfo Glaber, *in* Bouquet, *R.H.F.*, vol. X, pp. 44-5. Nenhuma fonte grega faz referência a essas negociações, mas não há por que duvidar de sua ocorrência.

de mercadores, peregrinos e soldados da Guarda Varangiana. Quando estas últimas recusaram-se a obedecer, foram fechadas por determinação do patriarca, cuja corte começou a publicar folhetos denunciando os usos dos latinos.

Cerulário, ao que parece, não estava interessado na questão teológica. Estava pronto a restaurar o nome do papa nos dípticos, em troca de igual tratamento por parte de Roma. Como a contenda estava relacionada a usos, levantou o problema da fronteira eclesiástica na Itália — agravado pela invasão dos normandos, eles mesmos membros da Igreja latina. O governador da Itália bizantina, o lombardo Argiro — que era súdito de Bizâncio mas seguia o rito latino —, foi o encarregado das negociações. Gozava da confiança do imperador, mas era inevitável que Cerulário o olhasse com desconfiança, e a circunstâncias jogaram a favor deste. Em 1053, antes de ter oportunidade de designar legados para enviar a Constantinopla, o Papa Leão IX foi feito prisioneiro dos normandos. Quando os enviados pontifícios, liderados pelo Cardeal Humphrey de Silva Candida, chegaram a Constantinopla, em janeiro de 1054, foram recebidos com honrarias pelo imperador, mas Cerulário pôs em dúvida o fato de eles terem sido efetivamente nomeados pelo papa, bem como a possibilidade de este, no cativeiro, ter condições de implementar qualquer promessa que fizessem. Em abril, antes que as discussões avançassem mais, Leão subitamente morreu, e os legados viram-se despidos de toda e qualquer autoridade oficial de que porventura se revestiam. Só um ano depois o novo papa seria eleito, e ninguém sabia qual seria a sua política. Cerulário recusou-se a dar prosseguimento às negociações. Apesar do desejo do imperador por um acordo, os ânimos exaltaram-se, até que, por fim, os legados partiram furiosos, deixando sobre o altar de Sta. Sofia uma bula excomungando o patriarca e seus conselheiros — mas reconhecendo expressamente a ortodoxia da Igreja bizantina. Em resposta, o patriarca convocou um sínodo, condenando a bula como obra de três pessoas irresponsáveis e deplorando a adição do *filioque* ao Credo e a perseguição aos clérigos casados — sem fazer, porém, nenhuma menção à Igreja romana como um todo nem aos demais usos em questão. Na realidade, a situação não mudou em nada, exceto pelo nível de agastamento, que se intensificou.

As igrejas de Alexandria e Antióquia não tomaram parte do episódio. O patriarca de Antióquia, Pedro III, sem dúvida acreditava que Cerulário dificultara o processo de modo desnecessário. Sua igreja continuava honrando o nome do papa nos dípticos, e ele não via por que a prática haveria de ser interrompida. Talvez ele temesse que Cerulário, cujas ambições lhe pareciam suspeitas, tivesse planos contra a independência de sua sé. Era bastante provável que simpatizasse com a política do imperador. Além disso,

não suportava a padronização dos rituais e usos, pois sua diocese compreendia igrejas em que se utilizava a liturgia síria — muitas das quais encontravam-se além das fronteiras políticas do império. Não lhes poderia impor nenhuma uniformidade, mesmo que quisesse. Portanto, manteve-se de fora da disputa.[1]

Ao longo da década seguinte, as relações apresentaram uma ligeira melhora. Miguel Cerulário foi deposto em 1059. Logo após seu desaparecimento, as igrejas latinas em Constantinopla foram reabertas. No sul da Itália, o crescente sucesso dos normandos — que desde 1059 eram fervorosos aliados do papa — tornou impraticável para Bizâncio impor ali suas pretensões eclesiásticas. Em 1061, Rogério, o Normando, partiu para conquistar a Sicília aos árabes, uma guerra santa estimulada pelo sumo pontífice. Também lá os bizantinos teriam de conformar-se com a perda do controle das congregações cristãs. Em 1073, o Imperador Miguel VII resolveu que era preciso chegar a um acordo cordial com Roma. Depois da conquista de Bari pelos normandos, em 1071, ele temia mais agressões, que a influência papal talvez pudesse impedir. A irrupção turcomana na Ásia Menor já tinha começado. Miguel precisava desesperadamente de soldados, e o recrutamento no Ocidente seria mais fácil se as relações com o pontificado fossem cordiais. Em 1073, o Cardeal Hildebrando, já célebre por seu vigor e integridade, foi eleito papa sob o nome de Gregório VII. Gregório estava convencido da supremacia de sua sé e, portanto, escusou-se de enviar uma carta sistática a qualquer dos patriarcas orientais. Ainda assim, Miguel considerou prudente tomar a iniciativa de fazer um gesto amigável. Enviou ao novo papa uma carta de congratulações, indicando seu desejo de uma ligação mais próxima. Satisfeito, Gregório enviou Domínico, patriarca de Grado, como legado a Constantinopla, a fim de inteirá-lo das condições locais.[2]

Informado por Domínico, Gregório ficou convencido da sinceridade de Miguel. Soube, também, da situação da Ásia Menor, uma grave ameaça ao

1 Sobre o assim chamado "cisma" de Cerulário, ver Michel, *op. cit.*, *passim*, sobretudo vol. I, pp. 43-65; Jugie, *Le Schisme Byzantin*, sobretudo pp. 187 ss.; Leib, *Rome, Kiev et Byzance*, pp. 27 ss.; Every, *op. cit.*, pp. 153-72. Jugie, *op. cit.*, p. 188, deduz que o patriarca estava disposto a restaurar o nome do papa nos dípticos com base na carta de Leão IX a Cerulário, em *M.P.L.*, vol. CXLIII, cols. 773-4, e na de Cerulário para Pedro de Antióquia, em *M.P.G.*, vol. CXX, col. 784. As razões de Pedro de Antióquia têm de permanecer como meras conjecturas, mas sua atitude fica clara a partir de sua correspondência com Cerulário. Ver suas cartas em *M.P.G.*, vol. CXX, cols. 756-820.

2 Ver as cartas de Gregório VII em seus *Registra*, I, 46, 49, II, 37, vol. I, pp. 70, 75, 173. A visita de Domínico a Constantinopla é relatada em *ibid.*, I, 18, pp. 31-2. É provável que Gregório não tenha conseguido enviar sua carta sistática aos patriarcas orientais à época de sua acessão. Ver Dvornik, *The Photian Schism*, pp. 327-8.

trânsito de peregrinos. A Palestina em si ainda não estava fechada aos peregrinos, mas chegar lá através da Anatólia logo seria impossível, caso as invasões turcomanas não fossem coibidas. Em um lance de criatividade estadística, Gregório elaborou uma nova política. A guerra santa, que vinha sendo travada com imenso êxito na Espanha, devia estender-se à Ásia. Seus amigos bizantinos necessitavam de auxílio militar. Ele lhes enviaria um exército de cavaleiros cristãos, sob o comando da Igreja — e, uma vez que havia problemas eclesiásticos a solucionar, o papa, em pessoa, iria liderá-los. Suas tropas expulsariam os infiéis da Ásia Menor e ele poderia então realizar um concílio em Constantinopla, no qual os cristãos orientais resolveriam suas disputas em grata humildade e reconhecendo a supremacia de Roma.[1]

Se o Imperador Miguel sabia das intenções do papa e se as teria recebido bem, não temos como saber; Gregório nunca chegaria a concretizar seu plano. A integridade obstinada de sua política causou-lhe problemas cada vez maiores no Ocidente. Suas ambições orientais tiveram de ser abandonadas. Contudo, ele nunca as esqueceu nem perdeu seu interesse na região.

Em 1078, Miguel VII foi deposto. Ao saber da notícia, Gregório excomungou o usurpador, Nicéforo Botaniates. Pouco depois, um aventureiro apareceu na Itália declarando ser o imperador destituído. Os normandos, durante algum tempo, fingiram acreditar nele, e Gregório lhe ofereceu seu apoio. Quando Nicéforo, por sua vez, foi substituído (em abril de 1081) por Aleixo Comneno, a excomunhão foi estendida ao novo imperador. Em junho, Aleixo escreveu ao papa, desejando recuperar sua boa vontade e garantir seu auxílio na contenção dos ataques de Roberto Guiscard; no entanto, não obteve resposta. O imperador encontrou um aliado mais promissor em Henrique IV, da Alemanha. Nesse ínterim, fechou as igrejas latinas em Constantinopla. Para os bizantinos, estava claro que o papa se associara aos impiedosos e traiçoeiros normandos. Contavam-se histórias fantásticas sobre seu orgulho e falta de caridade; quando ele morreu, preso na rede de catástrofes tecida por sua política, a notícia foi recebida em Constantinopla como um julgamento dos céus.[2]

Em 1085, ano da morte de Gregório, as relações entre a cristandade ocidental e a oriental nunca antes haviam sido tão frias. O imperador oriental fora excomungado pelo papa, que incitava abertamente aventureiros inescrupulosos a atacar seus irmãos cristãos; ao mesmo tempo, o principal ini-

1 Jaffé, *Monumenta Gregoriana*, I, 46, 49, II, 3, 137, *Bibliotheca Rerum Germanicarum*, vol. II, pp. 64-5, 69-70, III-12, 150-1.

2 Anna Comnena, *Alexiad*, III, X, 1-8, vol. I, pp. 132-6; Malaterra, *Historia Sicula*, *in M.P.L.*, vol. CXLIX, col. 1192. Anna Comnena, *op. cit.* I, XIII, 1-10, vol. I, pp. 47-51, faz um relato hostil e difamatório sobre a contenda de Gregório com Henrique IV.

migo do papa, o rei germânico, vinha recebendo amplos subsídios bizantinos. O rancor e o ressentimento cresciam dos dois lados. Não havia, entretanto, nenhum cisma real até então. A diplomacia talvez ainda preservasse a unidade cristã. No Imperador Aleixo, o Oriente possuía um estadista de suficiente elasticidade e sabedoria. Agora, um estadista de calibre similar estava por surgir no Ocidente.

Odo de Lagery nasceu em uma família nobre em Châtillon-sur-Marne, por volta do ano de 1042. Para sua educação, foi enviado para a escola da catedral de Reims, dirigida por S. Bruno, que mais tarde fundaria a ordem cartuxa. Permaneceu em Reims, chegando a cônego e, mais tarde, a arcediago da catedral; contudo, não estava satisfeito. De repente, decidiu retirar-se para a comunidade de Cluny. Em 1070, foi professado pelo abade Hugo, que reconhecia sua habilidade. Após atuar durante algum tempo como prior, foi transferido para Roma. Logo deixou sua marca também lá, e, em 1078, Gregório VII nomeou-o cardeal-bispo de Óstia. Entre 1082 e 1085, foi legado na França e Alemanha, retornando para permanecer com Gregório durante os últimos anos infelizes de seu pontificado. Quando este morreu, no exílio, e com o antipapa Guiberto reinando em Roma, os cardeais fiéis elegeram, em seu lugar, o fraco e contrafeito abade de Monte Cassino, que tomou o nome de Vítor III. O Cardeal de Óstia desaprovou a eleição e demonstrou seu descontentamento. Vítor, porém, não lhe guardou rancor, e, em seu leito de morte, em setembro de 1087, recomendou-o aos cardeais como seu sucessor. Era sabido que Gregório VII também o desejava para sucedê-lo; só em março de 1088, porém, um conclave pôde reunir-se em Terracina, elegendo-o como Urbano II.[1]

Urbano era adequado para a tarefa. Era um homem impressionante, alto, de belo rosto barbado, cortês nos modos e persuasivo no discurso. Se lhe faltavam o ardor e a pertinácia de Gregório VII, superava seu antecessor em amplitude de visão e no trato com as pessoas. Tampouco era tão orgulhoso e obstinado quanto Gregório, mas nada tinha de fraco. Fora mantido prisioneiro na Alemanha, nas mãos de Henrique IV, por sua fidelidade ao papa e às suas crenças. Podia ser duro e implacável, mas preferia a gentileza; achava melhor evitar controvérsias, capazes de gerar rancor e rivalidade.

A herança que recebera era espinhosa. Só podia viver em segurança em território dos normandos, e estes eram aliados egoístas, em quem não se podia confiar. Roma encontrava-se nas mãos do antipapa Guiberto. Urbano

1 Sobre o início da carreira de Urbano, ver Leib, *op. cit.*, pp. 1-4, e Gay, *Les Papes du XIe siècle*, pp. 356-8.

talvez conseguisse penetrar nos subúrbios, mas dali não passaria sem derramamento de sangue, e isso ele se recusava a provocar. Mais ao norte, contava com o apoio leal de Matilda da Toscana, em toda a extensão de seus vastos domínios; em 1089, ela fortaleceu sua posição com um casamento cínico com um príncipe germânico, Welf da Baviera, um menino de menos da metade de sua idade. Em 1091, porém, suas tropas foram aniquiladas por Henrique da Alemanha, na batalha de Trisontai. Henrique estava no auge de seu poder. Coroado imperador pelo antipapa em 1084, era agora senhor das terras germânicas e triunfara no norte da Itália. Um papa em situação tão precária quanto a de Urbano não poderia nutrir esperanças de inspirar obediência a uma distância considerável.

Todavia, Urbano foi inabalável e diplomático em seus esforços, até que, em 1093, a situação já era outra. Recorrendo ao dinheiro em vez de às armas, naquele ano ele pôde passar o natal em Roma e, na primavera seguinte, assumiu residência no Latrão. O imperador Henrique estava enfraquecido pela revolta de seu próprio filho, Conrado, cuja insatisfação Urbano alimentara silenciosamente. Na França, seu país natal, ele conseguiu, graças à sua capacidade de organização, submeter toda a estrutura eclesiástica ao seu controle. Na Espanha, sua influência era suprema; pouco a pouco, os países ocidentais mais distantes começaram a reconhecer sua autoridade espiritual. Furtou-se a impor as pretensões de suserania política acalentadas por Gregório VII. Com os príncipes leigos de toda parte, menos com seus inimigos declarados, mostrou uma tolerância distendida ao extremo. Em 1095, era o senhor espiritual da cristandade do Ocidente.[1]

Nesse meio tempo, sua atenção se voltara para a cristandade oriental. Após a morte de Roberto Guiscard, seu irmão, Rogério da Sicília, emergira como o principal poder entre os normandos — e não tinha desejo algum de ofender Bizâncio. Com seu aval, Urbano reabriu as negociações com a corte bizantina. No Concílio de Melfi, em setembro de 1089, na presença de embaixadores do imperador, a excomunhão de Aleixo foi suspendida. Este respondeu ao gesto realizando, no mesmo mês, um sínodo em Constantinopla, em que se concluiu que o nome do papa fora omitido dos dípticos "não por alguma decisão canônica, mas, por assim dizer, por negligência", e propôs-se que sua restauração dependeria apenas do recebimento de uma carta sistática do papa. Não havia causa concreta, considerou o sínodo, para qualquer disputa entre as Igrejas, e recomendou-se que os patriarcas de Alexandria e Jerusalém fossem consultados. O patriarca de Antióquia estava presente em pessoa. O Patriarca Nicolau III, de Constantinopla, escreveu a

1 Gay, *op. cit.*, pp. 358-63.

Urbano para informá-lo das decisões tomadas e pedir-lhe que enviasse sua carta sistática dentro de dezoito meses. Assegurou-lhe que as igrejas latinas de Constantinopla eram livres para seguir seus próprios usos. Não se fez referência a nenhuma questão de ordem teológica, o que não agradou aos embaixadores do imperador na Itália — Basílio, Metropolitano de Trani, e Romano, arcebispo de Rossano —, clérigos gregos que estavam alarmados com as intrusões do papa em seu território e que haviam ficado chocados com as reivindicações de Urbano, não destituídas de um certo embasamento histórico, no sentido de que a diocese papal na verdade deveria incluir Tessalônica. A seu ver, seria melhor que Aleixo oferecesse seu apoio ao antipapa. O imperador, porém, decidira qual era o melhor homem e era realista o bastante para aceitar a perda da Itália bizantina; ademais, Guiberto logo ofendeu seus amigos gregos ao realizar um concílio em Roma condenando o matrimônio clerical.[1]

Urbano, na verdade, nunca chegou a enviar a carta sistática, provavelmente porque não desejava levantar questões teológicas; tampouco seu nome chegou a ser inserido nos dípticos de Constantinopla. As boas relações, porém, foram restauradas. Uma embaixada de Aleixo visitou Urbano em 1090, levando uma mensagem de amizade cordial. A posição bizantina oficial foi exposta em um tratado escrito por Teofilato, arcebispo da Bulgária. Ele instava seus leitores a que não exagerassem a importância da uniformidade dos usos. Lamentava a inclusão da palavra *filioque* no Credo, mas explicava que a pobreza do idioma latino em termos teológicos poderia causar mal-entendidos. Não levou a sério a declaração de autoridade do pontificado sobre as igrejas orientais.[2] De fato, não havia motivo algum para ocorrer um cisma. Outros teólogos orientais continuaram debatendo diferenças de uso; suas polêmicas, no entanto, desenrolavam-se em tom ameno. Entre esses autores estavam o patriarca de Jerusalém, Simão II, que condenou o uso latino de pão ázimo na Comunhão, mas em termos que nada tinham de acrimoniosos.[3]

1 O relato sobre o sínodo encontra-se, com as cartas pertinentes, em Holtzmann, "Unionsverhandlungen zwischen Kaiser Alexios I und Papst Urban II im Jahre 1089", *in Byzantinische Zeitschrift*, vol. XXVIII, pp. 60-7. Os termos das conclusões do sínodo acima citadas devem significar que o Patriarca Sérgio II agira em 1009 sem submeter a questão a um sínodo nem consultar os demais patriarcas. Sobre o concílio de Guiberto, ver Jaffé-Loewenfeld, *Regesta*, vol. I, p. 652.

2 Sobre o relato da embaixada de Aleixo a Urbano, ver Holtzmann, *op. cit.*, pp. 64-7. O tratado de Teofilato foi publicado em *M.P.G.*, vol. CXXVI, cols. 222-50.

3 O tratado de Simão foi publicado em Leib, *Deux Inédits Byzantins sur les Azymites*, pp. 85-107. Leib duvidava da autoria de Simão, já que o tratado parece responder a outro, escrito por Bruno de Segni, por volta de 1108. Porém, Michel, *Amalfi und Jerusalem im griechischen Kirchenstreit*, mostrou que o tratado responde a outro de um certo Laico, plagiado por Bruno.

No início de 1095, o Papa Urbano II deixou Roma e rumou para o norte, intimando representantes de toda a Igreja ocidental a irem ao seu encontro no primeiro grande concílio de seu pontificado, a realizar-se em março, em Piacenza. Lá, o clero reunido aprovou decretos contra a simonia, os matrimônios clericais e o cisma no seio da Igreja. O adultério do Rei Felipe, da França, esteve em pauta, mas decidiu-se por que não se tomasse nenhuma atitude enquanto Urbano não tivesse oportunidade de visitar a França pessoalmente. O filho do imperador Henrique, Conrado, enviou mensageiros para providenciar seu encontro com o papa em Cremona. A imperatriz de Henrique, Praxedes, da Rússia, da casa escandinava que reinava em Kiev, compareceu em pessoa para contar as indignidades que sofria nas mãos de seu marido. O concílio funcionava como suprema corte da cristandade ocidental, com o papa na função de juiz que a presidia.

Entre os visitantes presentes no concílio estavam enviados do Imperador Aleixo. Suas guerras contra os turcos corriam bem. O poder seljúcida encontrava-se em óbvio declínio. Umas poucas campanhas oportunas provavelmente bastariam para abalá-lo de forma irremediável. Entretanto, seu império ainda carecia de soldados. As antigas bases anatólias de recrutamento estavam desorganizadas e muitas haviam sido perdidas. Era muito grande a dependência de mercenários estrangeiros — de regimentos compostos de pechenegues e outras tribos das estepes, usados basicamente como guardas de fronteira e polícia militar, da Guarda Varangiana, ainda composta sobretudo por exilados anglo-saxões da Inglaterra normanda, e de companhias de aventureiros do Ocidente, que se dedicavam ao serviço temporário em seu exército. Destes, o mais eminente fora o Conde Roberto I, de Flandres, que lutara pelo imperador no ano de 1090. Todavia, mesmo com as tropas nativas que ainda podia reunir, suas necessidades continuavam insatisfeitas. Havia a longa fronteira do Danúbio a defender dos ataques bárbaros do norte. No noroeste, os sérvios estavam inquietos, e seus súditos búlgaros dificilmente permaneciam quiescentes por muito tempo. Sempre havia o perigo de agressões normandas provenientes da Itália. Na Ásia Menor, a proteção da mal definida fronteira e seus postos avançados, bem como a manutenção geral da ordem e das comunicações, esgotou os recursos restantes. Se Aleixo pretendia tomar a ofensiva, precisaria de novos recrutas. Sua política com relação ao papado iria render-lhe frutos, caso conseguisse utilizar a influência pontifícia para angariar mais soldados. Urbano era simpático. O programa papal previa a persuasão dos beligerantes cavaleiros ocidentais a dedicar suas armas a uma causa mais santa e distante. Os embaixadores bizantinos foram convidados a juntar-se ao concílio.

Seus discursos não sobreviveram. Mas tudo indica que, a fim de convencer sua audiência do mérito de servir ao imperador, deram ênfase especial às dificuldades que os cristãos orientais teriam de enfrentar enquanto os infiéis não fossem expulsos. Se o recrutamento devia ser incentivado pela Igreja, o estímulo do bom pagamento seria insuficiente; o apelo ao dever cristão era um argumento muito mais convincente. Não era o momento de uma avaliação precisa das conquistas e intenções bizantinas. Bastava que os bispos voltassem para casa persuadidos de que a segurança da cristandade ainda estava em risco, e se mostrariam ávidos por enviar membros de seus rebanhos para o oriente, para lutar no exército cristão.

Os bispos ficaram impressionados, assim como o papa. Ao dirigir-se para Cremona, para receber a homenagem do jovem Conrado, e, depois, ao seguir viagem para a França, através dos passos alpinos, o pontífice começou a revirar em sua mente um esquema mais amplo e glorioso, ponderando uma guerra santa.[1]

1 Bernold of Constance, ad. ann. 1095, p. 161; Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles*, vol. V, pt. I, pp. 394-5. Ver também Munro, *in American Historical Review*, vol. XXVII, pp. 731-3.

Capítulo III

A Convocação

"Dai-me ouvidos, homens de coração empedernido, que estais longe da justiça." ISAÍAS 46, 12

O Papa Urbano chegou à França no final do verão de 1095. Em 5 de agosto, passou por Valência e, no dia 11 do mesmo mês, atingiu Le Puy. Dali, enviou cartas aos bispos do país e terras vizinhas, solicitando que o encontrassem em Clermont, em novembro. Enquanto isso, ele rumava para o sul, para passar setembro na Provença, em Avignon e Saint-Gilles. No início de outubro, esteve em Lião, de onde passou para a Burgúndia. Em Cluny, em 25 de outubro, consagrou o altar-mor da grande basílica que o Abade Hugo começara a construir. De Cluny partiu para Souvigny, perto de Moulins, para apresentar seus respeitos na tumba do mais santo dos abades clunisanos, S. Maiolo. Lá, o Bispo de Clermont foi ao seu encontro, a fim de acompanhá-lo à sua cidade episcopal, pronta para o concílio.[1]

Urbano aproveitou a viagem para ocupar-se dos problemas da Igreja francesa, organizando e corrigindo, elogiando e recriminando quando necessário. Acima de tudo, porém, teve oportunidade também de realizar seus planos mais amplos. Não sabemos se, em sua passagem pelo sul, ele se encontrou pessoalmente com Raimundo de Saint-Gilles, Conde de Toulouse e Marquês de Provença, já celebrado por sua liderança nas guerras santas espanholas. De qualquer modo, o papa entrou em contato e deve ter ouvido falar de suas experiências. Em Cluny, pôde conversar com homens que estavam preocupados com o trânsito de peregrinos, tanto para Compostela quanto para Jerusalém. Tinham condições de contar-lhe as enormes dificuldades que os peregrinos à Palestina agora enfrentavam, com a desintegração da autoridade turca lá presente. Soube que não só as estradas que cruzavam a Ásia Menor estavam bloqueadas como a própria Terra Santa encontrava-se praticamente interditada aos peregrinos.

1 Sobre a movimentação de Urbano, ver Gay, *op. cit.*, pp. 369-72; Chalandon, *Histoire de la première Croisade*, pp. 19-22.

O Concílio de Clermont reuniu-se entre 18 e 28 de novembro de 1095. Cerca de trezentos clérigos compareceram, e os trabalhos cobriram uma ampla variedade de temas. Em geral, os decretos contra a investidura leiga, a simonia e o matrimônio clerical repetiram-se, e defendeu-se a Trégua de Deus. Em termos específicos, o Rei Felipe foi excomungado por adultério e o Bispo de Cambraia, por simonia, além de se estabelecer a primazia da sé de Lião sobre as de Sens e Reims.[1] O papa, porém, desejava aproveitar a ocasião para um propósito mais momentoso. Anunciou-se que na terça-feira, 27 de novembro, haveria uma sessão pública, em que ele faria um grande anúncio. A multidão, tanto de clérigos quanto de leigos, que se juntou era demasiado grande para caber na catedral, onde o concílio vinha se reunindo até então. O trono pontifício foi montado em uma plataforma ao ar livre, junto ao portão leste da cidade; ali, onde as multidões se aglomeraram, Urbano ergueu-se para falar-lhes.

Quatro cronistas contemporâneos relataram as palavras do papa para nós. Um deles, Roberto, o Monge, afirma que estava presente no encontro. Baudri de Dol e Fulcher de Chartres escrevem como se estivessem lá. O quarto, Guiberto de Nogent, provavelmente obteve sua versão de segunda mão. Nenhum deles, porém, professa oferecer um relato verbal acurado; todos escreveram as respectivas crônicas alguns anos depois, colorindo a narração à luz dos eventos subseqüentes. Só podemos conhecer aproximadamente as palavras de fato proferidas por Urbano. Ao que parece, ele iniciou o discurso contando para os ouvintes sobre a necessidade de correr em auxílio dos irmãos do Oriente. A cristandade oriental lançara um apelo por ajuda, pois os turcos estavam avançando pelo coração de terras cristãs, maltratando os habitantes e violando seus santuários. Todavia, não foi só da Romênia (Bizâncio) que ele falou. Salientou a santidade especial de Jerusalém e descreveu os sofrimentos dos peregrinos que para lá viajavam. Tendo pintado o sombrio quadro, fez seu grande apelo. Que a cristandade ocidental partisse em resgate do Oriente. Tanto ricos quanto pobres deveriam ir. Deviam deixar de lado os assassinatos mútuos e travar, em seu lugar, uma guerra justa, dedicando-se à obra divina — e Deus iria à sua frente. Aqueles que morressem em batalha teriam a absolvição e a remissão dos pecados. A vida, aqui, era infausta e má; os homens destruíam-se até a ruína de seus corpos e almas. Aqui, eram pobres e infelizes; lá, seriam alegres e prósperos, e verdadeiros amigos de Deus. Não podia haver mais

1 Hefele-Leclercq, *op. cit.*, vol. V., pt. I, pp. 399-403; Mansi, *Concilia*, vol. XX, pp. 695-6, 815 ss.

atraso. Que todos se aprontassem para partir na chegada do verão, tendo Deus como guia.[1]

Urbano falou com fervor e usou toda a arte de um grande orador. A resposta foi imediata e tremenda. Gritos de "Deus le volt!" — "É a vontade de Deus!" — interrompiam o discurso. Mal o papa terminara de proferir suas palavras, o Bispo de Le Puy ergueu-se de onde estava e, ajoelhando-se diante do trono, implorou permissão para juntar-se à expedição santa. Centenas se aglomeraram, seguindo seu exemplo. Então, o Cardeal Gregório caiu de joelhos e começou a repetir o *Confiteor* em altos brados — e toda a vasta audiência fez-lhe eco. Terminada a prece, Urbano levantou-se mais uma vez, pronunciou a absolvição e ordenou que os ouvintes voltassem para suas casas.[2]

O entusiasmo foi maior do que Urbano esperara. Os planos para a condução da empresa ainda não estavam totalmente prontos. Não havia nenhum grande senhor leigo presente em Clermont. Os recrutas eram, todos, homens mais humildes. Seria necessário assegurar um apoio secular mais sólido. Enquanto isso, Urbano voltou a reunir-se com seus bispos para maiores deliberações. Provavelmente o Concílio, a seu pedido, já promulgara um decreto geral concedendo a remissão das penalidades temporais pelos pecados de todos os que tomassem parte, com intenções pias, da guerra santa. Agora, acrescentou-se que as posses mundanas dos participantes seriam colocadas sob a proteção da Igreja durante sua ausência na guerra. O bispo local seria responsável por mantê-las em segurança e devolvê-las intactas quando o guerreiro retornasse para casa. Cada membro da expedição usaria o sinal da Cruz, como símbolo de sua dedicação; uma cruz de tecido vermelho deveria ser costurada no ombro de seu balandrau. Todos os que assumissem a Cruz deveriam jurar ir a Jerusalém. Caso alguém desistisse demasiado cedo ou não partisse, sofreria excomunhão. Clérigos e monges não poderiam assumir a Cruz sem a permissão de seu bispo ou abade. Não se recomendava

1 O discurso de Urbano é fornecido por cinco dos cronistas, Fulcher de Chartres, I, iii, pp. 130-8; Roberto, o Monge, I, i-ii, pp. 727-9; Baudri, *Historia Jezosolimitana* I, iv, pp. 12-15; Guiberto de Nogent, II, iv, pp. 137-40; e Guilherme de Malmesbury, Gesta Regum, vol. II, pp. 393-8. Este escreveu cerca de trinta anos mais tarde, mas os demais escreveram como se tivessem estado presentes. Baudri, na verdade, afirma explicitamente que estava lá. Baudri e Guiberto, porém, admitem que sua versão das palavras ditas poderiam não estar exatamente corretas. Todas as versões apresentam variações consideráveis. Munro, "The Speech of Pope Urban II at Clermont", na *American Historical Review*, vol. XI, pp. 231 ss., analisa as diferenças entre as versões e procura encontrar o verdadeiro texto, reunindo os pontos sobre os quais todos concordam. Fica claro, porém, que cada autor escreveu o discurso que achava que o papa devia ter feito e acrescentou seus próprios truques retóricos preferidos.

2 Roberto, o Monge, I, ii-iii, pp. 15-16; Baudri, I, v, p. 15.

que idosos e inválidos tentassem acompanhar a expedição — e absolutamente ninguém poderia partir sem consultar seu conselheiro espiritual. Não seria uma guerra de mera conquista. Em todas as cidades tomadas dos infiéis, as igrejas do Oriente deveriam ter todos os seus direitos e posses restaurados. Todos deveriam estar prontos a deixar seus lares na Festa da Assunção (15 de agosto) do ano seguinte, quando as colheitas já teriam sido feitas. O ponto de encontro das tropas seria Constantinopla.[1]

Em seguida, era preciso designar um líder. Urbano pretendia deixar claro que a expedição encontrava-se sob o controle da Igreja. O chefe tinha de ser um eclesiástico, seu legado. Com o consentimento unânime do Concílio, ele nomeou o Bispo de Le Puy.

Ademar de Monteil, Bispo de Le Puy, pertencia à família dos Condes de Valentinois. Era um homem de meia-idade, que havia empreendido a peregrinação a Jerusalém nove anos antes. Conquistara a liderança ao ser o primeiro a responder ao apelo de Urbano — mas, como já havia entretido o papa em Le Puy, em agosto, e devia ter conversado com ele a respeito dos assuntos orientais, é possível que seu gesto sensacional não tenha sido inteiramente espontâneo. Foi uma indicação sábia. A experiência subseqüente demonstraria sua qualidade como pregador e diplomata; era um homem tolerante, tranqüilo e indulgente, a quem todos respeitariam, mas que preferia persuadir a comandar. Sua influência invariavelmente era utilizada para reprimir paixões e difundir boa vontade, mas nem sempre era firme o bastante para controlar os magnatas que, nominalmente, estariam sob suas ordens.[2]

Dos grandes senhores, o primeiro a pedir para juntar-se à expedição foi o Conde Raimundo de Toulouse. Em 1º de dezembro, enquanto Urbano ainda se encontrava em Clermont, chegaram mensageiros com a notícia de que o Conde e muitos de seus nobres ansiavam por assumir a Cruz. Raimundo, que se encontrava em Toulouse, não poderia ter ouvido relatos do grande discurso em Clermont. Deve ter sido informado de antemão. Como o primeiro a saber do projeto e primeiro a fazer o voto, acreditava que merecia a liderança secular dos demais grandes senhores. Desejava ser o Moisés do

1 Os cânones do Concílio de Clermont são fornecidos por Lambert de Arras em Mansi, *Concilia*, vol. XX, pp. 815-20. Só o 33º e último está diretamente relacionado à Cruzada — e, embora Graciano o atribua ao Concílio, não é encontrado ente os cânones do Concílio de Rouen, que reproduz os de Clermont. Ver Hefele-Leclercq, *op. cit.*, vol. V, p. 339. Chalandon, *op. cit.*, pp. 44-6, analisa as disposições do papa com base nas várias fontes, um tanto ou quanto confusas.

2 Roberto, o Monge, I, iv, p. 731; Guiberto, II, v, p. 140. Sobre a história passada de Ademar, ver os textos reunidos em Chevalier, *Cartulaire de Saint-Chaffre*, pp. 13-14, 139, 161-3.

Aarão de Ademar. Conquanto Urbano não aceitasse sua pretensão, Raimundo nunca chegou a abandoná-la por completo. Nesse meio tempo, planejava cooperar fielmente com Ademar.[1]

Urbano deixou Clermont em 2 de dezembro. Após visitar várias casas clunisanas, passou o Natal em Limoges, onde pregou a Cruzada na catedral, seguindo depois para o norte, rumo ao vale do Loire, e passando por Poitiers. Em março, estava em Tours, onde realizou um concílio; num domingo, convidou uma congregação a ir ao seu encontro em um prado, às margens do rio. Sobre uma plataforma improvisada, Urbano fez um sermão longo e solene, exortando seus ouvintes a arrepender-se e partir para a Cruzada. De Tours, ele voltou para o sul, atravessou a Aquitânia, passou por Saintes e Bourdéus e voltou a Toulouse, seu quartel-general durante maio e junho, onde teve muitas oportunidades de discutir a Cruzada com seu anfitrião, o Conde Raimundo. No fim de junho, mudou-se para a Provença. Raimundo acompanhou-o a Nîmes.

Em agosto, o papa voltou a cruzar os Alpes, indo para a Lombardia. Sua jornada não fora nenhuma viagem de recreio. Durante todo o tempo ele entrevistou eclesiásticos e escreveu cartas, procurando levar a cabo sua reorganização da Igreja francesa e, sobretudo, dando continuidade aos seus planos para a Cruzada. Cartas sinódicas, apresentando as decisões tomadas em Clermont, foram enviadas para todos os bispos do Ocidente. Em alguns casos, realizaram-se concílios regionais, a fim de recebê-las e considerar as medidas a serem tomadas em âmbito local. É provável que os principais poderes leigos tenham sido informados oficialmente sobre os desejos do papa.[2] De Limoges, no fim de 1095, Urbano escreveu para todos os fiéis de Flandres, referindo-se aos atos do Concílio de Clermont e solicitando seu apoio.[3] Tinha motivos de sobra para ficar satisfeito com a resposta que recebeu de Flandres e áreas adjacentes. Em julho de 1996, enquanto encontrava-se em Nîmes, chegou-lhe uma mensagem do Rei Felipe, anunciando sua total submissão na questão de seu adultério e, provavelmente, comunicando a adesão de seu irmão, Hugo de Vermandois, à Cruzada.[4] No mesmo

1 Baudri, I, v, p. 16.

2 Orderic Vitalis, *Historia Ecclesiastica*, IX, 3, vol. III, p. 470; Riant, *Inventaire*, p. 109. Riant, *op. cit.*, p. 113, cita um texto do século XVI, aparentemente baseado em algum documento perdido, que fala sobre o papa informar senhores leigos de suas pretensões. Seus movimentos são descritos detalhadamente por Crozet, "Le Voyage d'Urbain II", *in Revue Historique*, vol. CLXXIX, pp. 271-310.

3 A carta é apresentada por Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe*, pp. 136-7. Nela, Urbano define a data de 15 de agosto para a partida da Cruzada.

4 Jaffé-Lowenfeld, *Regesta*, vol. I, p. 688. As promessas de arrependimento de Felipe não foram mantidas.

mês, Raimundo de Toulouse deu prova de suas intenções ao confiar muitas de suas propriedades ao monastério de Saint-Gilles.[1] Foi talvez por conselho de Raimundo que Urbano decidiu que o auxílio de uma potência marítima seria necessário para garantir o abastecimento da expedição. Dois legados partiram com cartas para a República de Gênova para solicitar sua cooperação. Esta consentiu no fornecimento de doze galeras e um transporte — cuja partida, porém, foi cautelosamente postergada até que a república tivesse certeza da seriedade do movimento cruzado. Só em julho de 1097 sua frota fez-se à vela, deixando Gênova. Enquanto isso, muitos genoveses assumiram a Cruz.[2]

Quando voltou para a Itália, Urbano estava certo do êxito de seus planos. Suas convocações encontraram ampla obediência. De lugares tão remotos quanto a Escócia, Dinamarca e Espanha os homens corriam a fazer seus votos. Alguns levantavam fundos para empreender a viagem, empenhando suas posses e terras. Outros, não esperando retornar algum dia, doaram tudo para a Igreja. Um número suficiente de grandes nobres havia aderido à Cruzada para conferir-lhe um formidável apoio militar. Além de Raimundo de Toulouse e Hugo de Vermandois, Roberto II de Flandres, Roberto, Duque da Normandia, e seu cunhado, Estêvão, Conde de Blois, dedicavam-se aos preparativos para a partida. Mais notável foi a adesão de homens devotados ao imperador Henrique IV — dos quais o de maior destaque era Godofredo de Bouillon, Duque da Baixa Lorena, que assumiu a Cruz acompanhado dos irmãos, Eustáquio, Conde de Bolonha, e Balduíno. Ao redor desses nobres, reuniam-se muitos outros menores e alguns eclesiásticos eminentes, como o Bispo de Bayeux.[3]

Na Itália, Urbano encontrou entusiasmo semelhante. Em setembro de 1096, escreveu para a cidade de Bolonha, agradecendo por seu zelo e alertando os cidadãos no sentido de que não partissem para o Oriente sem a devida permissão dos sacerdotes locais. Tampouco os homens recém-casados deveriam partir sem o consentimento das respectivas esposas. Enquanto isso, a notícia do projeto chegara ao sul da Itália, sendo calorosamente recebida por muitos dos normandos lá residentes, sempre prontos para embarcar em uma nova aventura. Os príncipes, a princípio, contiveram-se, mas o filho de Guiscard, Boemundo — agora príncipe de Tarento, mas frustrado em suas ambições na Itália por seu irmão, Rogério Borsa, e seu tio, Rogério da Sicília —, logo deu-se conta das possibilidades que a Cruzada

1 Documentos fornecidos em d'Achéry, *Spicilegium*, 2ª ed., vol. I, p. 630, e Mansi, *Concilia*, vol. XX, p. 938.
2 Caffaro, *De Liberatione*, pp. 49-50.
3 Para obter listas mais completas dos cruzados, ver adiante, Livro III, cap. 1.

lhe descortinaria. Junto com muitos de seus familiares e amigos, assumiu a Cruz. Sua participação trouxe para o movimento muitos dos mais experientes e empreendedores soldados do continente. Quando Urbano retornou a Roma, a tempo para o Natal de 1096, podia estar certo de que a Cruzada estava verdadeiramente lançada.[1]

Na verdade, ele havia deflagrado um movimento maior do que pensava. Talvez tivesse sido melhor se um número menor de grandes senhores houvesse respondido ao seu apelo — pois, embora todos (com a exceção de Boemundo) fossem movidos sobretudo por um fervor religioso genuíno, logo suas rivalidades e disposições terrenas criariam problemas muito além do controle do legado pontifício. Ainda mais incontrolável foi a resposta dada pelo povo mais humilde de toda a França, Flandres e Renânia.

O papa pedira que seus bispos propagassem a Cruzada; muito mais eficaz, porém, foi a pregação empreendida por homens mais pobres — evangélicos como Roberto d'Arbrissel, fundador da Ordem de Fontevrault, mas, sobretudo, por um monge itinerante chamado Pedro, um homem entrando na velhice, nascido em algum lugar próximo a Amiens. Provavelmente, tentara realizar a peregrinação a Jerusalém alguns anos antes, mas vira-se forçado a retornar pelos maus-tratos impingidos pelos turcos. Seus contemporâneos conheciam-no como Pequeno Pedro (*chtou* ou *kiokio*, no dialeto picardo), mas, mais tarde, o manto de eremita que costumava usar valeu-lhe o cognome de "o Eremita", pelo qual tornou-se mais conhecido na História. Era um homem de baixa estatura, moreno e de rosto magro e alongado, de terrível similaridade com o jumento em que estava sempre montado e que era quase tão reverenciado quanto ele próprio. Andava descalço e suas roupas viviam imundas. Não comia nem carne nem pão, mas peixe, e bebia vinho. Apesar de sua aparência vil, tinha o dom de mover os homens. Havia nele um ar de estranha autoridade. "Tudo que ele dizia ou fazia", conta Guiberto de Nogent, que o conheceu pessoalmente, "revestia-se de um caráter semidivino".[2]

Pedro provavelmente não participara do Concílio de Clermont, mas antes de o ano de 1095 chegar ao fim já começara a pregar a Cruzada. Sua jornada teve início em Berry; durante fevereiro e março, ele cruzou as regiões de Orléannais e Champagne até a Lorena e, de lá, cruzou o Meuse

1 Urbano II, *Letter to the Bolognese*, *in* Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 137-8. Sobre os normandos, ver anteriormente, pp. 61-3. (Atualizar conforme paginação)
2 Guiberto, I, vii, p. 142. A discussão mais abrangente sobre a origem de Pedro e o início de sua carreira encontra-se em Hagenmeyer, *Le Vrai et le Faux sur Pierre l'Hermite*, trad. por Furcy Raynaud, pp. 17-63. Guiberto descreve-o em II, viii, p. 142; Orderic Vitalis, IX, 4, vol. III, p. 477, estima seus seguidores em quinze mil.

e passou por Aachen, chegando a Colônia, onde passou a Páscoa. Congregou discípulos para enviar aos distritos que não tinha condições de visitar pessoalmente. Entre eles figuravam os franceses Gualtério "Sem Haveres", Reinaldo de Breis, Godofredo Burel e Gualtério de Breteuil, além dos germânicos Orel e Gottschalk. Em toda parte por onde passavam seus lugar-tenentes, homens e mulheres deixavam seus lares para segui-los. Ao chegar a Colônia, sua comitiva era estimada em cerca de quinze mil pessoas, e muitas mais juntaram-se ao grupo na Alemanha.[1]

O êxito extraordinário de sua pregação devia-se a muitas causas. A vida dos camponeses do noroeste europeu era cruel e insegura. Grande parte da terra cultivada fora arrasada durante as invasões bárbaras e as incursões nórdicas. Os diques haviam sido destruídos, e o mar e os rios invadiram os campos. Os senhores não raro opunham-se à derrubada das florestas, em que caçavam por prazer. Uma aldeia, sem a proteção do castelo de um senhor, estava sujeita a ser roubada ou incendiada por foras-da-lei ou soldados lutando em guerras civis mesquinhas. A Igreja procurava proteger os camponeses pobres e estabelecer burgos nas terras despovoadas, mas sua ajuda era intermitente e, em geral, ineficaz. Os senhores mais poderosos podiam incentivar o desenvolvimento de cidades, mas os barões menos importantes se lhes opunham. A organização feudal começava a ruir, mas não havia nenhum sistema ordenado para ocupar seu lugar. Embora a verdadeira servidão houvesse desaparecido, os homens viam-se presos à terra por obrigações de que não podiam escapar facilmente. Enquanto isso, a população crescia, e as propriedades, dentro de uma vila, não podiam ser subdivididas além de determinado limite. "Nesta terra", teria dito Urbano em Clermont, segundo Roberto, o Monge, "mal se consegue alimentar os habitantes. É por isso que seus bens acabam se esgotando e instigam-se guerras intermináveis entre as pessoas". Os últimos anos haviam sido particularmente penosos. Inundações e peste, em 1094, foram seguidas por seca e fome em 1095. Naquele momento, a emigração parecia muito atraente. Já em abril de 1095, uma chuva de meteoritos pressagiara uma grande movimentação de povos.[2]

A doutrina apocalíptica veio juntar-se ao incentivo econômico. Era uma época de visões, e Pedro era considerado um visionário. O homem medieval estava convencido de que a Segunda Vinda era iminente. Tinha de arrepender-se enquanto havia tempo e empenhar-se para fazer o bem. A Igreja ensi-

1 Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 127-51; Chalandon, *op. cit.*, pp. 57-9.

2 Ekkehard, *Chronicon*, ad. ann. 1094, p. 207; Sigeberto de Gembloux, *Chronicon*, ad. ann. 1095, p. 367; Roberto, o Monge, I, i, p. 728. A chuva de meteoritos, interpretada pelo Bispo Gisleberto de Lisieux como um sinal de um movimento de massa rumo aos lugares santos, é relatada por Orderic Vitalis, IX, 4, vol. III, pp. 461-2.

nava que o pecado poderia ser expiado pela peregrinação, e as profecias declaravam que a Terra Santa precisava ser recuperada para a fé antes que Cristo pudesse retornar. Ademais, para as mentes ignorantes a distinção entre Jerusalém e a Nova Jerusalém não era muito clara. Muitos dos ouvintes de Pedro acreditavam que o que ele prometia era guiá-los de seu presente de miséria para a terra em que corriam leite e mel de que falavam as escrituras. A jornada seria árdua, visto que teriam de superar as legiões do Anticristo. Mas sua meta era Jerusalém, a dourada.[1]

O que o Papa Urbano pensava de Pedro e do sucesso de sua pregação, ninguém hoje sabe. Depreende-se, de sua carta para os bolonheses, que o entusiasmo descontrolado inquietava-o um pouco; não obstante, não impediu sua difusão pela Itália, talvez por não ter condições para tanto. Ao longo de todo o verão de 1096, um fluxo casual, mas constante, de peregrinos sem líderes nem nenhuma forma de organização começou a dirigir-se para o Oriente. Sem dúvida, Urbano esperava que eles e os seguidores de Pedro chegassem a Constantinopla em segurança e, lá, aguardassem pela chegada de seu legado e dos chefes militares, que os incorporariam às fileiras organizadas do grande exército cristão.

A insistência de Urbano no sentido de que a expedição se congregasse em Constantinopla mostra seu grau de confiança em que o Imperador Aleixo a receberia de braços abertos. Bizâncio pedira soldados ao Ocidente, e aqui estavam eles, em resposta às convocações, não como uns poucos mercenários isolados, mas sob a forma de exércitos poderosos. Sua confiança era ingênua. Nenhum governo mostra-se pouco propenso a conquistar aliados. Quando, porém, estes enviam grandes exércitos, sobre os quais ele não tem controle algum, para invadir seus territórios, esperando ser alimentados e abrigados e usufruir de toda espécie de luxos, começa-se a pôr em dúvida a conveniência de tal aliança. Quando as notícias do movimento cruzado atingiram Constantinopla, provocaram sentimentos de inquietação e alarme.

Em 1096, o Império Bizantino desfrutava, há alguns meses, de um raro intervalo de repouso. O imperador acabara de derrotar de forma tão decisiva uma invasão cumana proveniente dos Bálcãs que era improvável que qualquer das tribos bárbaras das estepes tentasse cruzar as fronteiras agora. Na Ásia Menor, graças às guerras civis estimuladas pela diplomacia bizantina, o império seljúcida começava a desintegrar-se. Aleixo esperava logo poder partir para a ofensiva também nessa frente, mas preferia escolher o mo-

1 O evangelismo apocalíptico de Roberto de Arbrissel (cuja vida, escrita por Baudri, encontra-se no *Aa. Ss.* de 23 de fevereiro, vol. III) é típico do espírito da época. Roberto também pregava a Cruzada, a pedido de Urbano (*ibid.*, p. 695).

mento apropriado. Ainda precisava de uma pausa para respirar, durante a qual pudesse restaurar seus recursos esgotados. O problema de seus efetivos preocupava-o. Desejava mercenários do Ocidente, e, sem dúvida, nutria esperanças de que seus embaixadores na Itália lograssem êxito em seu recrutamento. Agora, era informado de que, em vez dos cavaleiros individuais ou pequenas companhias que esperava que viessem juntar-se às suas forças, estavam a caminho exércitos francos inteiros. Aquilo não o agradou, já que sabia, por experiência própria, que os francos eram uma raça instável, ávidos por dinheiro e inescrupulosos no cumprimento de seus acordos. Eram formidáveis no ataque, mas, naquelas circunstâncias, essa era uma vantagem duvidosa. Foi com uma certa apreensão que a corte imperial soube, nas palavras da Princesa Ana Comnena, que "todo o Ocidente e todas as tribos bárbaras do outro lado do Adriático até as Colunas de Hércules vinham atravessando como um só corpo a Europa em direção à Ásia, trazendo famílias inteiras consigo". Não só o imperador ficou inquieto, mas também seus súditos. Como um augúrio de alerta, grandes enxames de gafanhotos varreram o império, deixando o trigo intocado, mas devastando as videiras. Inspirados, talvez, por algum sinal das autoridades, ansiosas por não espalhar desespero, os adivinhos populares interpretaram o enxame como uma indicação de que os francos não fariam mal aos bons cristãos, simbolizados pelo trigo, a fonte do pão da vida, mas destruiriam os sarracenos, povo cuja sensualidade podia muito bem ser representada pelo vinho. Embora a Princesa Ana estivesse um pouco cética com relação a tal interpretação, a similaridade entre os francos e os gafanhotos era, sem dúvida, evidente.[1]

O Imperador Aleixo pôs-se a fazer seus preparativos com tranqüilidade. Os exércitos francos teriam de ser alimentados em sua viagem através do império, e seria preciso tomar providências no sentido de impedi-los de devastar o campo e roubar a população local. Acumularam-se estoques de provisões em todos os grandes centros pelos quais as tropas passariam, e designou-se uma força de polícia especial para ir ao encontro de cada destacamento ao entrar no império e acompanhá-lo a Constantinopla. Havia duas estradas principais na península balcânica: a do norte, que cruzava a fronteira em Belgrado e seguia para o sudeste, passando por Nish, Sofia, Filipópolis e Adrianópolis, e a Via Egnatia, que começava em Durazzo e passava por Ócrida e Edessa (Vódena), Tessalônica, Mosinópolis e Selímbria, seguindo

1 Ana Comnena, *Alexiad*, X, V, 4-7, vol. II, pp. 206-8. Ana credita a Pedro a organização da Cruzada, provavelmente porque seu primeiro contato com os cruzados foi com a ralé do Eremita, que lhe atribuía o crédito da expedição.

rumo à capital. Desde a grande peregrinação germânica de 1064, a primeira raramente fora utilizada por viajantes ocidentais. O número total de peregrinos decaíra e os que se arriscavam na jornada davam preferência à rota alternativa. Ademais, Aleixo recebeu da Itália as informações sobre a Cruzada; assim sendo, supôs que os exércitos francos cruzariam o Adriático e usariam a Via Egnatia. As provisões foram enviadas para Durazzo e as cidades intermediárias, e o governador da cidade, João Comneno, sobrinho do imperador, foi instruído no sentido de oferecer aos líderes francos uma acolhida cordial, mas providenciando para que eles e seus exércitos permanecessem todo o tempo sob a supervisão da polícia militar. Enviados dos altos escalões de Constantinopla seriam incumbidos de ir ao encontro de cada líder para saudá-lo. Enquanto isso, o almirante Nicolau Mavrocatacalon levou uma flotilha para águas adriáticas, a fim de vigiar as costas e anunciar a aproximação dos transportes francos.

O próprio imperador permaneceu em Constantinopla, esperando por mais notícias. Sabendo que o papa fixara 15 de agosto como data para a partida, Aleixo não apressou seus preparativos — quando de súbito, no final de maio de 1096, chegou um mensageiro do norte dizendo que o primeiro exército franco viera pela Hungria e entrara no império por Belgrado.

LIVRO III

A JORNADA PARA AS GUERRAS

Capítulo 1

A Expedição do Povo

"Iahweh não foi capaz de conduzi-los para a terra de que lhes falara." DEUTERONÔMIO 9.28

Pedro, o Eremita, chegou a Colônia com seus seguidores no Sábado de Aleluia, 12 de abril de 1096.[1] Lá, começou a dar-se conta das dificuldades que assediavam o líder de uma expedição popular. O vasto e variegado conjunto de entusiastas que ele reunira era composto por homens de muitos distritos e tipos diferentes. Alguns traziam suas mulheres consigo, enquanto outros vinham até com os filhos pequenos. Em sua maioria, eram camponeses, embora houvesse também entre eles gente da cidade, membros menores de famílias cavalheirescas e antigos bandoleiros e criminosos. Seu único elo era o fervor de sua fé. Todos haviam aberto mão de tudo para seguir Pedro, e estavam ávidos por prosseguir. Ademais, era fundamental mantê-los em movimento caso se pretendesse alimentá-los, já que poucos distritos na Europa medieval dispunham de um excedente de víveres em quantidade que bastasse para satisfazer durante muito tempo as necessidades de comitiva tão extensa. Todavia, Colônia situava-se em uma região agrária rica, com uma boa rede de comunicação fluvial. Pedro queria aproveitar as facilidades encontradas para parar um pouco e pregar aos alemães. Provavelmente, estava ansioso por atrair parte da nobreza local para sua Cruzada. Na França e em Flandres, os cavaleiros preferiram integrar o séquito de algum grande senhor. Na Alemanha, porém, nenhum nobre importante ia para a guerra. Sua pregação logrou êxito. Entre os muitos germânicos que responderam ao seu chamado havia vários da nobreza menor, encabeçados pelo Conde Hugo

1 O único relato original detalhado das viagens de Pedro, o Eremita, e Gualtério "Sem Haveres" é o de Alberto de Aix. Já foram lançadas sérias dúvidas sobre sua veracidade (ver adiante, Apêndice I, p. 295), mas parece bastante claro que suas informações foram derivadas de uma testemunha ocular que provavelmente tomara notas. Alguns de seus números não são convincentes, e o comportamento de Pedro, por vezes, não apresenta consistência, mas o autor provavelmente desejava fazer com que ele fosse visto sempre de modo positivo, independentemente da coerência. A *Chronicle of Zimmern* fornece algumas informações adicionais, mas parece confundir as Cruzadas de 1096 e 1101. Há uma breve referência na *Chronicle of Bari*, p. 147. A história completa foi estudada em detalhes por Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 151-241. No geral, aceito suas conclusões.

de Tübingen, pelo Conde Henrique de Schwarzenberg, por Gualtério de Teck e pelos três filhos do Conde de Zimmern.[1]

Os franceses, porém, estavam impacientes. Gualtério "Sem Haveres" resolveu que não ficaria esperando em Colônia. Com uns poucos milhares de compatriotas, deixou a cidade assim que as celebrações pascais chegaram ao fim (provavelmente na Terça-feira de Páscoa) e tomou a estrada para a Hungria. Marchando Reno acima, acompanhando o Neckar e depois descendo o Danúbio, atingiu a fronteira húngara em 8 de maio. Ali, enviou ao Rei Coloman um pedido de permissão para cruzar o reino e de ajuda no fornecimento de provisões para seus homens. Coloman foi amistoso. O exército atravessou a Hungria sem nenhum incidente desagradável. Por volta do fim do mês, chegou à cidade de Semlin, na fronteira oposta, e cruzou o Rio Save, penetrando em território bizantino em Belgrado.

O comandante militar de Belgrado foi pego de surpresa. Não havia recebido instrução alguma quanto a como lidar com uma invasão daquelas. Enviou uma mensagem a toda pressa para Nish, residência do governador da província búlgara, para informá-lo da chegada de Gualtério. O governador, um alto funcionário consciencioso mas medíocre chamado Nicetas, ignorava igualmente o que fazer. Por sua vez, despachou um mensageiro para levar a notícia o mais rápido possível para Constantinopla. Enquanto isso, Gualtério demandava alimento para seus seguidores. Como a colheita ainda não havia sido feita e a guarnição não podia incorrer em desperdícios, Gualtério e suas tropas começaram a pilhar o campo. Seu ânimo estava inflamado devido a um acontecimento infeliz em Semlin, onde dezesseis de seus homens, que não haviam atravessado o rio com os companheiros, tentaram roubar um bazar. Os húngaros capturaram-nos e despojaram-nos de suas armas e roupas, que foram penduradas nas muralhas da cidade como um aviso, e enviaram-nos nus para Belgrado. Durante as pilhagens nos arredores de Belgrado, o comandante recorreu às armas. Na luta, vários dos homens de Gualtério foram mortos, enquanto outros foram queimados vivos em uma igreja.

Por fim, Gualtério recebeu permissão para seguir para Nish, onde teve uma acolhida gentil por parte de Nicetas, que lhes forneceu alimentos e manteve-os na cidade até receber uma resposta de Constantinopla. O imperador, que acreditava que a Cruzada não deixaria o Ocidente antes da Festa da Assunção, viu-se obrigado a acelerar seus preparativos. Nicetas foi orientado a enviar Gualtério com uma escolta. Assim acompanhados, Gualtério e

1 Ver Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 158-60 e 165-6, especialmente a p. 160, n. 2 e p. 166, n. 1, sobre os senhores germânicos que se juntaram a Pedro. Ekkehard, *Hierosolymita*, pp. 18-19, relata que a Cruzada não foi pregada oficialmente nas terras germânicas devido ao cisma.

seu exército puderam prosseguir sua viagem em paz. No início de julho chegaram a Filipópolis, onde o tio de Gualtério, Gualtério de Poissy, veio a falecer; em meados do mês, chegaram a Constantinopla.[1]

Gualtério deve ter avisado Nicetas de que Pedro não estava longe, com um grupo muito maior. Assim, o governador deslocou-se para Belgrado para esperá-lo e entrou em contato com o governador húngaro de Semlin.

Pedro partiu de Colônia por volta de 20 de abril. Os alemães haviam, a princípio, zombado de sua pregação, mas agora muitos milhares haviam-se juntado à comitiva, e seus seguidores provavelmente chegavam perto de vinte mil homens e mulheres. Outros germânicos, movidos pelo entusiasmo, planejavam segui-lo mais tarde, sob o comando de Gottschalk e do Conde Emich de Leisingen. De Colônia, Pedro tomou a estrada normal que acompanhava o Reno e o Neckar até o Danúbio. Lá chegando, parte do grupo decidiu descer o rio de barco, mas Pedro e o corpo principal de suas tropas prosseguiram pela estrada que corria ao sul do Lago Ferto, entrando na Hungria em Oedenburg. O próprio Pedro ia montado em seu jumento e os cavaleiros germânicos viajavam a cavalo, enquanto carroças desconjuntadas carregavam seus víveres e a arca com o dinheiro angariado para a viagem. A ampla maioria, porém, seguia a pé. Em boas condições de estrada, conseguiam cobrir quarenta quilômetros por dia.

O Rei Coloman recebeu os emissários de Pedro com a mesma benevolência que mostrara para com Gualtério, advertindo-os somente de que qualquer tentativa de pilhagem seria punida. O exército deslocou-se pacificamente pela Hungria durante o fim de maio e o início de junho. Em algum ponto, provavelmente perto de Karlovci, os destacamentos que haviam preferido os barcos juntaram-se ao corpo principal. Em 20 de junho, atingiram Semlin.[2]

Foi ali que começaram os problemas. O que realmente aconteceu não se sabe ao certo. Ao que parece, o governador, um turco de origem oghuz, ficou alarmado com o tamanho do exército. Junto com seu colega do outro lado da fronteira, tentou endurecer as disposições policiais. As tropas de Pedro ficaram desconfiadas. Ouviram boatos sobre o sofrimento dos homens de Gualtério, e começaram a temer que os dois governadores estivessem tramando contra sua segurança; ficaram chocadas com a visão das armas dos dezesseis malfeitores de Gualtério, ainda penduradas nos muros

1 A jornada de Gualtério é relatada em Alberto de Aix, I, 6, pp. 274-6, e, de forma resumida, em Orderic Vitalis, IX, 4, vol. III, pp. 478-9.

2 Alberto de Aix, I, 7, p. 276. Malavilla sem dúvida deve ser identificada com Semlin (Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 169 n. 1); Guibert, II, viii, pp. 142-3, conta que Pedro enfrentou problemas ao atravessar a Hungria, mas parece estar confundindo-o com Emich.

da cidade. Entretanto, tudo teria ficado bem, se não fosse pelo surgimento de uma controvérsia a respeito da venda de um par de sapatos — a qual gerou um tumulto, que converteu-se em uma batalha encarniçada. Provavelmente contra a vontade de Pedro, seus homens, liderados por Godofredo Burel, atacaram a cidade e tomaram de assalto a cidadela. Quatro mil húngaros foram mortos e um grande estoque de provisões, apreendido. Em seguida, apavorados com uma possível vingança do rei húngaro, trataram de atravessar às pressas o Rio Save.

Tiraram das casas toda a madeira que conseguiram e, com ela, construíram balsas. Nicetas, observando ansiosamente de Belgrado, tentou controlar a travessia e obrigá-los a utilizar um único vau. Suas tropas eram compostas basicamente de mercenários pechenegues, quanto aos quais podia-se ter a certeza de que obedeceriam cegamente a suas ordens. Foram enviados em barcaças a fim de impedir qualquer tentativa de travessia fora do ponto especificado. O próprio governador, reconhecendo que não dispunha de tropas suficientes para lidar com tamanha horda, retornou para Nish, onde se localizava o quartel-general da província. Vendo que ele partira, os habitantes de Belgrado abandonaram a cidade e refugiaram-se nas montanhas.[1]

Em 26 de junho, o exército de Pedro atravessou o rio à força. Quando os pechenegues tentaram obrigá-los a utilizar uma única passagem, foram atacados. Vários dos barcos foram afundados e os soldados a bordo, capturados e mortos. As tropas entraram na cidade e incendiaram-na, após uma pilhagem completa. Em seguida, marcharam durante sete dias pela floresta, chegando a Nish em 3 de julho. Pedro mandou emissários imediatamente a Nicetas, solicitando víveres.[2]

Nicetas informara Constantinopla da aproximação de Pedro, e aguardava os funcionários e a escolta militar que viriam acompanhar os ocidentais até a capital. Contava com uma grande guarnição em Nish, e fortalecera-a recrutando mais mercenários pechenegues e húngaros na própria região.[3]

1 Alberto de Aix, I, 7, 8, pp. 276-8. Alberto, aqui, descreve Pedro — que em outros pontos aparece como um personagem pacífico — com sede de vingança, provavelmente porque seu informante atribuiu-lhe o crédito por tanta ferocidade. A recorrência do número 7 com relação aos pechenegues que guardavam a fronteira tampouco deve ser levada ao pé da letra. Alberto confunde os rios Morava e Save.

2 Alberto de Aix, I, 9, p. 278. Sigo a datação de Hagenmeyer (*Chronologie*, pp. 30-1).

3 A escolta enviada por Constantinopla para acompanhar Pedro encontrou-o em Sofia no dia 9 ou 10 de julho, tendo viajado bem mais de 640 quilômetros. Embora provavelmente fosse uma escolta de cavalaria — e que, portanto, viajava rápido —, ela deve ter deixado a capital antes que qualquer mensageiro, enviado de Nish após a chegada de Pedro em 3 de julho, conseguisse chegar à corte imperial. Segundo Jirecek, *Die Heerstrasse von Belgrad nach Constantinopel*, p. 9, os tártaros que transportavam o correio imperial austríaco no início do século XIX levavam cinco dias na viagem, viajando a pleno galope e em sistema de revezamento. (A distância é de mais de mil quilômetros.) As estradas bizantinas eram bem melhores que as otomanas, mas seu esquema de revezamento provavelmente não era tão bem organizado. Na época, um mensageiro especial devia levar cinco ou seis dias para chegar a Constantinopla vindo de Nish. O governador, portanto, deve ter mandado informar a capital da chegada de Pedro antes de ele cruzar a fronteira de fato. Nicetas, a quem fontes ocidentais referem-se como Nichita, também é nosso conhecido por um selo, registrado em Schlumberger, *Sigillographie de l'Empire Byzantin*, p. 239. Não se deve confundi-lo com Leão Nicerita, Duque de Paristrio, com quem Chalandon, *Essai sur le Règne d'Alexis Comnène*, p. 167, nº 4, erroneamente o identifica.

Contudo, ele provavelmente não podia utilizar nenhum homem em uma escolta para Pedro até a chegada das tropas de Constantinopla. Por outro lado, era impraticável e perigoso permitir que uma comitiva tão vasta se demorasse muito em Nish. Assim, pediu-se que Pedro oferecesse reféns enquanto se coletava alimento para seus homens e, em seguida, partisse imediatamente. A princípio, tudo correu bem. Godofredo Burel e Gualtério de Breteuil foram entregues como reféns. Os habitantes locais não só permitiram que os cruzados adquirissem as provisões de que necessitavam como muitos distribuíram esmolas para os peregrinos mais pobres. Alguns até pediram para juntar-se à peregrinação.

Na manhã seguinte, os cruzados tomaram a estrada para Sofia. Durante a partida, alguns alemães que haviam discutido com um morador local na noite anterior atacaram, por brincadeira, um grupo de moinhos junto ao rio. Ao saber disso, Nicetas enviou tropas para atacar a retaguarda e fazer alguns prisioneiros, que ele pudesse manter como reféns. Pedro ia montado em seu jumento cerca de 1,5 quilômetro adiante e nada sabia de nenhum desses acontecimentos, até que um homem chamado Lambert veio correndo lá de trás para avisá-lo. Ele voltou rápido, a fim de negociar com Nicetas o resgate dos prisioneiros. Enquanto conferenciavam, porém, espalharam-se rumores de luta e traição em meio ao exército. Uma companhia mais exaltada, então, voltou para atacar as fortificações da cidade. A guarnição repeliu o assalto e contra-atacou; depois, enquanto Pedro, que tratara de refrear seus homens, procurava restabelecer contato com Nicetas, outro grupo insistiu em repetir o ataque. Nicetas lançou todas as suas forças contra os cruzados, que foram completamente massacrados e desbaratados. Muitos foram mortos; muitos — homens, mulheres e crianças — foram capturados, passando o resto de seus dias em cativeiro nas vizinhanças. Entre outras coisas, Pedro perdeu sua arca de dinheiro. O próprio Pedro, com Reinaldo de Breis e Gualtério de Breteuil mais cerca de quinhentos homens, fugiram montanha acima, acreditando serem os únicos sobreviventes. Na manhã seguinte, porém, mais sete mil foram ao seu encontro, e todos continuaram pela estrada. Na cidade abandonada de Bela Palanka, pararam para colher a safra local, já que não

lhes restava alimento algum. Lá, outros extraviados juntaram-se ao grupo. Ao retomar a marcha, descobriram que haviam perdido um quarto de suas forças.[1]

Chegaram a Sofia em 12 de julho. Lá, encontraram os emissários e a escolta, enviados de Constantinopla com ordens de mantê-los plenamente abastecidos e de impedi-los de retardar-se por mais de três dias onde quer que fosse. Dali por diante, a viagem transcorreu tranqüilamente. A população local foi amistosa. Em Filipópolis, os gregos ficaram tão comovidos com o relato de seu sofrimento que lhes ofereceram espontaneamente dinheiro, cavalos e mulas. A dois dias de Adrianópolis, mais enviados saudaram Pedro com uma gentil mensagem do imperador. Decidira-se que a expedição teria seus crimes perdoados, uma vez que já fora punida o suficiente. Pedro chorou de alegria diante da benevolência que lhe demonstrava um potentado tão grande.[2]

O generoso interesse do imperador não diminuiu quando os cruzados chegaram a Constantinopla em 1º de agosto. Estava curioso para conhecer seu líder, e Pedro foi convocado para uma audiência na corte, onde recebeu dinheiro e bons conselhos. A expedição não impressionou o experiente Aleixo. O imperador temia que, caso ela penetrasse na Ásia, fosse exterminada pelos turcos. Sua indisciplina, porém, obrigava-o a afastá-la o mais rápido possível das cercanias de Constantinopla. Os ocidentais dedicavam-se a roubos intermináveis. Invadiam os palácios e vilas dos subúrbios e chegaram a furtar o chumbo do telhado das igrejas. Embora seu acesso à capital em si fosse controlado com rigor — apenas pequenos grupos de visitantes tinham permissão para atravessar os portões —, era impossível manter o policiamento de toda a região.

Gualtério "Sem Haveres" e seus homens já se encontravam em Constantinopla, onde vários bandos de peregrinos italianos chegaram também mais ou menos ao mesmo tempo. Juntaram-se à expedição de Pedro e, em 6 de agosto, a totalidade de suas forças foi transportada para o outro lado do Bósforo. Da costa asiática, prosseguiram em desordem, saqueando casas e igrejas ao longo da costa do Mar de Mármora, até Nicomédia, abandonada desde seu saque pelos turcos, quinze anos antes. Ali, surgiu uma querela entre os alemães e italianos, de um lado, e os franceses, do outro. Os primeiros romperam com o comando de Pedro e elegeram para seu líder um italiano de nome Reinaldo. De Nicomédia, as duas partes do exército rumaram

1 Alberto de Aix, I, 9-12, pp. 278-82. Segundo ele, perderam-se trinta mil homens, de um exército de quarenta mil.
2 *Ibid.*, I, 13-15, pp. 282-3; Ana Comnena, *Alexiad*, X, v-vi, vol. II, p. 210.

para oeste, ao longo da costa sul do Golfo de Nicomédia, até um campo fortificado (chamado de Cibotos pelos gregos e Civetot pelos cruzados) que Aleixo mandara preparar, para uso de seus próprios mercenários ingleses, nas cercanias de Helenópolis. Era um local propício para um acampamento, já que se encontrava em uma área fértil, onde mais provisões podiam ser facilmente trazidas por mar de Constantinopla.[1]

Cercanias de Constantinopla e Nicéia na época da Primeira Cruzada.

1 Alberto de Aix, I, 15, pp. 283-4; *Gesta Francorum*, I, 2, p. 6, onde se faz menção ao comportamento arruaceiro do exército; Ana Comnena, *loc. cit.*, Orderic Vitalis, IX, 5, vol. III, pp. 490-1, conta que Aleixo preparara Civetot para suas tropas inglesas. Ver Vasilievsky, *Obras* (em russo), vol. I, pp. 363-4. Para as datas, ver Hagenmeyer, *Chronologie*, p. 32.

Aleixo instara Pedro a que esperasse pela chegada do corpo principal das tropas cruzadas antes de lançar algum ataque contra os infiéis, e ele ficara impressionado com o conselho. Sua autoridade, porém, estava minguando. Tanto alemães como italianos, sob o comando de Reinaldo, e seus próprios franceses, sobre os quais Godofredo Burel parecia exercer a maior influência, em vez de tratarem de recuperar suas forças com tranqüilidade, rivalizavam entre si nos assaltos ao campo. Começaram pilhando as áreas próximas; depois, foram avançando cautelosamente sobre os territórios turcos, entregando-se a saques e roubos nas aldeias, cujos habitantes eram todos gregos cristãos. Em meados de setembro, vários milhares de franceses aventuraram-se até os portões de Nicéia, a capital do sultão seljúcida, Kilij Arslan ibn-Suleimã. Saquearam os povoados nos subúrbios, reunindo as manadas e rebanhos que encontraram e torturando e massacrando os habitantes cristãos com horrenda selvageria. Dizia-se que assaram bebês em espetos. Um destacamento turco enviado da cidade foi rechaçado após renhido combate. Em seguida, retornaram para Civetot, onde venderam o butim para seus camaradas e para os marinheiros gregos que se encontravam na região.

A lucrativa investida francesa despertou a inveja germânica. No fim de setembro, Reinaldo partiu com uma expedição de cerca de seis mil homens, entre eles padres e até bispos. Passaram de Nicéia, pilhando enquanto avançavam (mas, mais generosos que os franceses, poupando os cristãos), até chegarem a um castelo chamado Xerigordon. Este, conseguiram conquistar; encontrando-o bem provido de víveres de todo tipo, planejaram convertê-lo em uma base a partir da qual poderiam atacar a região. Ao saber das proezas dos cruzados, o sultão enviou um alto comandante militar com uma grande força, a fim de recapturar o castelo. Xerigordon situava-se em uma colina, e seu fornecimento de água vinha de um poço ao lado de suas muralhas e de uma fonte no vale abaixo. As forças turcas, chegando ao castelo no dia de S. Miguel, 29 de setembro, escaparam de uma emboscada armada por Reinaldo e, apossando-se da fonte e do poço, mantiveram os germânicos em um cerco apertado dentro do castelo. Logo os sitiados ficaram desesperados de sede. Tentaram extrair umidade da terra; cortaram as veias de seus cavalos e jumentos para sugar seu sangue; chegaram até a beber a urina uns dos outros. Seus sacerdotes tentaram, em vão, confortá-los e encorajá-los. Após oito dias de agonia, Reinaldo resolveu render-se. Abriu os portões para o inimigo, mediante a promessa de que sua vida seria poupada, caso renunciasse ao cristianismo. Todos os que permaneceram fiéis à fé foram assassinados. Reinaldo e seus companheiros de apostasia foram enviados para o cativeiro, para Antióquia, Alepo e o interior do Curasão.

A notícia da queda de Xerigordon perante os germânicos chegara ao acampamento em Civetot no início de outubro. Foi acompanhada de um boato, espalhado por dois espiões turcos, de que eles haviam tomado também a própria Nicéia, e estavam dividindo o butim em benefício próprio. Como os turcos esperavam, criou-se um tumulto excitado na base cruzada. Os soldados clamavam por permissão para correr a Nicéia, por estradas nas quais o sultão armara cuidadosamente uma série de emboscadas. Seus líderes tinham dificuldade para reprimi-los, até que, de súbito, descobriu-se a verdade a respeito da sina da expedição de Reinaldo. O entusiasmo transformou-se em pânico, e os chefes das tropas reuniram-se para discutir o que fazer em seguida. Pedro encontrava-se em Constantinopla. Sua autoridade sobre o exército desaparecera. Ele tinha esperanças de que, se obtivesse algum auxílio material significativo do imperador, conseguiria reavivá-la. Havia um movimento nas tropas no sentido de partir para vingar Xerigordon. Gualtério "Sem Haveres", porém, persuadiu seus colegas a aguardar pela volta de Pedro, esperada para dali a oito dias. Todavia, Pedro não retornou. Nesse ínterim, descobriu-se que os turcos estavam rumando a toda força para Civetot. O conselho militar reuniu-se outra vez. Os líderes mais responsáveis (Gualtério "Sem Haveres", Reinaldo de Breis, Gualtério de Breteuil e Fulco de Orleans), bem como os germânicos (Hugo de Tübingen e Gualtério de Teck), ainda insistiam em que nada devia ser feito até a chegada de Pedro. No entanto, Godofredo Burel, com o apoio da opinião pública das tropas, teimava que seria covarde e tolo não avançar contra o inimigo. Foi a opinião que prevaleceu. Ao raiar do dia 21 de outubro, todo o exército cruzado, somando mais de vinte mil homens, saiu de Civetot, deixando para trás apenas homens, mulheres, crianças e os doentes.

A meros cinco quilômetros do campo, onde a estrada para Nicéia penetrava em um estreito vale arborizado, junto a uma aldeia chamada Drácon, os turcos esperavam de tocaia. Os cruzados avançavam ruidosos e sem cuidado, com os cavaleiros montados à frente. De repente, uma chuva de flechas matou ou mutilou os cavalos; enquanto a confusão se instalava e os cavaleiros eram derrubados, os turcos caíram sobre eles. A cavalaria, acossada pelo inimigo, foi empurrada contra a infantaria. Muitos dos cavaleiros lutaram com bravura, mas não foram capazes de conter o pânico que tomou conta de suas tropas. Em poucos minutos todos precipitaram-se, em total desordem, de volta para Civetot. No acampamento, a rotina diária estava apenas começando. Alguns dos mais idosos ainda dormiam em suas camas. Aqui e ali, um padre celebrava a missa matinal. De súbito, irrompeu uma horda de fugitivos aterrorizados, com os turcos em seus calcanhares. Não houve uma resistência real. Soldados, mulheres e padres foram dizimados antes que tives-

sem tempo de se mexer. Alguns se esconderam nas florestas próximas, outros correram para o mar, mas poucos escaparam por muito tempo. Outros ocultaram-se atrás da breve proteção de fogueiras, que o vento se encarregou de empurrar na direção dos turcos. Só os meninos e meninas cuja aparência fosse do agrado dos turcos foram poupados, junto com uns poucos prisioneiros feitos depois de passado o primeiro calor da batalha. Estes foram levados embora, como escravos. Cerca de três mil deles, de mais sorte que o resto, conseguiram chegar a um castelo ainda existente junto ao mar. A construção estava há muito fora de uso, e suas portas e janelas haviam sido desmanteladas, mas os refugiados, com a energia do desespero, improvisaram fortificações com a madeira que encontraram por ali e reforçaram-nas com ossos, conseguindo, assim, rechaçar os ataques inimigos.

O castelo resistiu. No campo ao redor, entretanto, ao meio-dia já estava tudo acabado. Cadáveres cobriam o chão desde o passo de Drácon até o mar. Entre os mortos estavam Gualtério "Sem Haveres", Reinaldo de Breis, Fulco de Orleans, Hugo de Tübingen, Gualtério de Teck, Conrado e Alberto de Zimmern e muitos outros dos cavaleiros germânicos. Os únicos líderes a sobreviver foram Godofredo Burel, cuja impetuosidade causara o desastre, Gualtério de Breteuil e Guilherme de Poissy, Henrique de Schwarzenberg, Frederico de Zimmern e Rodolfo de Brandis — quase todos gravemente feridos.

Ao anoitecer, um grego que acompanhava o exército conseguiu encontrar um barco e partiu para Constantinopla, a fim de informar Pedro e o imperador da batalha. Da reação de Pedro não há registro, mas Aleixo determinou imediatamente que alguns navios de guerra, com poderosas forças a bordo, fossem a toda vela para Civetot. Com a chegada da esquadra de guerra bizantina, os turcos levantaram o cerco e retiraram-se para o interior. Os sobreviventes foram embarcados e retornaram a Constantinopla. Ganharam residências nos subúrbios, mas suas armas foram-lhes retiradas.[1]

1 Alberto de Aix, I, 16-22, pp. 284-9, e *Gesta Francorum*, I, 2, pp. 6-12, oferecem relatos completos dos assaltos e da derrocada final das tropas de Pedro. O autor das *Gesta*, que deve ter baseado sua versão na história contada por algum sobrevivente que conheceu em Constantinopla, mantém o tempo todo que Aleixo mostrou-se hostil a Pedro e ficou deliciado com o massacre de seus homens, embora reconheça que eles tenham se comportado mal e queimado igrejas. A versão de Alberto mais uma vez mostra gratidão para com o imperador por sua generosidade, seus bons conselhos e seu pronto resgate dos sobreviventes. Anna Comnena, X, vi, 1-6, apresenta um relato mais sucinto, em que se queixa do comportamento dos francos e diz que Pedro, que ela erroneamente supõe que estava com suas tropas, teria atribuído o desastre ao comportamento ímpio daqueles dentre seus correligionários que se recusaram a obedecê-lo. A *Chronicle of Zimmern* fornece uma lista dos alemães mortos em Civetot (p. 29).

Assim terminou a Cruzada do Povo, que custou muitos milhares de vidas, pôs à prova a paciência do imperador e seus súditos e ensinou que a mera fé, desprovida de sabedoria e disciplina, não conseguiria abrir o caminho para Jerusalém.

Capítulo 11

A Cruzada Germânica

"Ah, Senhor Iahweh, vais destruir todo o resto de Israel?" EZEQUIEL 9,8

A partida de Pedro, o Eremita, para o Oriente não marcou o fim do entusiasmo cruzado nas terras germânicas. Pedro deixara para trás Gottschalk, seu discípulo, para reunir um exército maior; ademais, muitos outros pregadores e líderes preparavam-se para seguir seu exemplo. Contudo, embora os alemães tenham respondido aos milhares ao apelo, mostraram-se menos ávidos do que os franceses haviam sido por correr à Terra Santa. Antes, havia trabalho a fazer mais perto de casa.

Há séculos havia colônias judaicas estabelecidas ao longo das rotas comerciais da Europa Ocidental. Seus membros eram judeus sefarditas, cujos ancestrais haviam se espalhado a partir da bacia mediterrânea ao longo de toda a Alta Idade Média. Como mantinham laços com seus correligionários em Bizâncio e nas terras árabes, tiveram condições de desempenhar um papel importante no comércio internacional, mais especialmente no comércio entre as nações muçulmanas e as cristãs. A proibição da usura nos países cristãos ocidentais e o controle rígido a que foi submetida em Bizâncio deixaram-lhes o caminho livre para que estabelecessem casas de empréstimo por toda a cristandade. Seus conhecimentos técnicos e antigas tradições também garantiram sua proeminência na prática da medicina. Exceto por muito tempo atrás, na Espanha visigótica, os judeus nunca haviam sofrido perseguições sérias no Ocidente. Não possuíam direitos civis, mas as autoridades leigas e eclesiásticas conferiam de bom grado uma proteção especial a membros tão úteis da comunidade. Os reis da França e da Alemanha sempre os haviam auxiliado, e os arcebispos das grandes cidades da Renânia mostravam para com eles especial favor. No entanto, os camponeses e moradores mais pobres das cidades, cada vez mais necessitados de dinheiro à medida que a economia monetária ocupava o lugar da antiga economia de serviços, foram contraindo dívidas crescentes — e, por conseguinte, passaram a nutrir um ressentimento cada vez maior contra seus cobradores. Os judeus, por sua vez, desprovidos de seguranças legais, cobravam altas taxas de juro e obtinham lucros exorbitantes onde quer que a benevolência do governante local lhes oferecesse amparo.

Sua impopularidade cresceu ao longo do século XI, à medida que mais escalões da comunidade começaram a tomar empréstimos, e o início do movimento cruzado só fez contribuir para a hostilidade. Saía caro para um cavaleiro equipar-se para uma Cruzada; se não possuía terras nem posses para dar como garantia, tinha de pedir dinheiro emprestado aos judeus. Todavia, seria certo que, para partir para lutar pela cristandade, fosse preciso cair nas garras de membros da raça que havia crucificado Cristo? O cruzado mais pobre geralmente já devia aos judeus. Seria correto que ele fosse estorvado em seu dever cristão por obrigações para com alguém da raça ímpia? A pregação evangélica da Cruzada dava ênfase a Jerusalém, o cenário da Crucificação. Era inevitável que pusesse em destaque o povo em cujas mãos Cristo sofrera. Os muçulmanos eram os atuais inimigos; estavam perseguindo os seguidores de Cristo. No entanto, os judeus sem dúvida eram piores, já que haviam perseguido o próprio Cristo.[1]

Durante as guerras hispânicas, os exércitos cristãos já haviam demonstrado uma certa tendência a maltratar os judeus. Na época da expedição a Barbastro, o Papa Alexandre II escreveu aos bispos espanhóis, lembrando-os de que muçulmanos e judeus eram completamente diferentes entre si. Se os primeiros eram inimigos inconciliáveis dos cristãos, os segundos estavam prontos a trabalhar para estes. Na Espanha, contudo, os judeus haviam desfrutado de tamanho favor nas mãos islâmicas que não havia meio de os conquistadores cristãos confiarem neles.[2]

Em dezembro de 1095, as comunidades judaicas do norte da França escreveram para seus correligionários germânicos para alertá-los quanto à possibilidade de que o movimento cruzado causasse problemas para sua raça.[3] Havia relatos de um massacre de judeus em Rouen. Dificilmente isso teria ocorrido de fato, mas os judeus já estavam alarmados o bastante para que Pedro, o Eremita, conseguisse levar a cabo um excelente negócio: insinuando, sem dúvida, que de outro modo seria difícil conter seus seguidores, ele obteve dos judeus franceses cartas de apresentação para as comunidades judaicas de toda a Europa, exigindo que recebessem bem a ele e às suas tropas, com todas as provisões que fossem exigidas.[4]

---

1 Sobre a situação dos judeus nesse período, ver Graetz, *Geschichte der Juden*, vol. IV, pp. 89 ss.
2 Carta em *M.P.L.*, vol. CLXVI, col. 1387.
3 Hagenmeyer, *Chronologie*, p. 11; anônimo de Mainz-Darmstadt, *in* Neubauer e Stern, *Quellen zur Geschichte der Juden*, vol. II, p. 169.
4 Salomon bar Simeon, *Relation*, *in* Neubauer e Stern, *op. cit.*, pp. 25, 131. O *Notitiae Duae Lemovicenses de Praedicatione Crucis in Aquitania*, p. 351, faz uma vaga referência a massacres em várias cidades francesas.

Por volta da mesma época, Godofredo de Bouillon, Duque da Baixa Lorena, deu início aos seus próprios preparativos para a Cruzada. Começou a correr na província o boato de que ele jurara, antes de partir, vingar a morte de Cristo com sangue judeu. Aterrorizados, os judeus da Renânia induziram Calônimo, principal rabino de Mainz, a escrever para o suserano de Godofredo, o imperador Henrique IV, que sempre se mostrara amigo de sua raça, instando-o a que proibisse perseguições. Ao mesmo tempo, para permanecer no lado seguro, as comunidades judaicas de Mainz e Colônia ofertaram ao duque, cada uma, a soma de quinhentas peças de prata. Henrique escreveu a seus principais vassalos, leigos e eclesiásticos, ordenando-lhes que garantissem a segurança de todos os judeus em suas terras. Godofredo, já tendo logrado êxito em sua chantagem, respondeu que nada podia estar mais longe de seus pensamentos que a perseguição, e de bom grado ofereceu a garantia exigida.[1]

Se os judeus tinham esperança de escapar com tanta facilidade da ameaça do fervor cristão, logo foram desiludidos. No fim de abril de 1096, um certo Volkmar, sobre cujas origens nada sabemos, deixou a Renânia acompanhado de mais de dez mil homens, a fim de juntar-se a Pedro no Oriente. Tomou a estrada para a Hungria que atravessava a Boêmia.[2] Alguns dias mais tarde, Gottschalk, o velho discípulo de Pedro, com um séquito pouco menor, seguiu pela estrada principal que Pedro tomara, Reno acima, cruzando a Baviera.[3] Nesse ínterim, um terceiro exército fora reunido por um pequeno nobre da Renânia, o Conde Emich de Leisingen, que já possuía uma certa fama de arruaceiro e ladrão. Agora, ele afirmava ter uma cruz milagrosamente gravada em sua carne. Ao mesmo tempo, como soldado de reconhecida experiência, atraiu para seu estandarte uma variedade maior e mais formidável de recrutas do que os pregadores Volkmar e Gottschalk seriam capazes de comandar. Uma multidão de meros peregrinos entusiasmados incorporou-se às suas forças, alguns deles seguindo um ganso que fora inspirado por Deus. Não obstante, seu exército incluía também membros das nobrezas francesa e germânica, tais como os senhores de Zweibrücken, Salm e Viernenberger, Hartmann de Dillingen, Drogo de Nesle, Clarambaldo de Vendeuil, Tomás de La Fère e Guilherme, Visconde de Melun, cognominado de Carpinteiro em virtude de sua enorme força física.[4]

Talvez os exemplos de Pedro e do Duque Godofredo tenham revelado a Emich a facilidade com que o fervor religioso poderia ser utilizado em seu

1 Salomon bar Simeon, *Relation*, p. 87; Ekkehard, *Chronicon*, ad. ann. 1098, p. 208.
2 Ekkehard, *Hierosolymita*, p. 20; Cosme de Praga, *Chronicon*, III, 4, p. 103.
3 Alberto de Aix, I, 23, pp. 289-90; Ekkehard, *op. cit.*, p. 20.
4 Alberto de Aix, I, 27, 28, pp. 292-4, 30, p. 295, 31, p. 299; Ekkehard, *op. cit.*, pp. 20-1.

próprio benefício e no de seus parceiros. Ignorando as ordens específicas do Imperador Henrique, ele convenceu seus seguidores a deflagrar a Cruzada, em 3 de maio, com um ataque à comunidade judaica de Spier, perto de sua casa. Não foi um ataque muito impressionante. O Bispo de Spier, cuja simpatia foi comprada com um bom presente, colocou os judeus sob sua proteção. Só doze deles foram levados pelos cruzados e mortos, após se recusarem a abraçar o cristianismo; uma judia cometeu suicídio a fim de preservar sua virtude. O bispo salvou os demais e conseguiu até capturar vários dos assassinos, cujas mãos foram cortadas como punição.[1]

Por menor que tenha sido o massacre em Spier, serviu para aguçar o apetite. Em 18 de maio, Emich e suas forças chegaram a Worms. Logo depois, começou a correr o boato de que os judeus haviam raptado e afogado um cristão e usado a água em que seu cadáver fora guardado para envenenar os poços da cidade. Como os judeus não eram populares nem em Worms, nem nas vizinhanças, o rumor levou moradores da cidade e camponeses a juntarem-se aos homens de Emich em ataques ao bairro judeu. Todos os prisioneiros foram mortos. Como em Spier, o bispo interveio e abriu seu palácio para os refugiados judeus, mas Emich e a turba furiosa forçaram os portões e invadiram o santuário. Uma vez lá dentro, a despeito dos protestos do bispo, assassinaram todos os seus hóspedes, cerca de quinhentos.[2]

O massacre em Worms ocorreu em 20 de maio. Em 25 de maio, Emich chegou diante da grande cidade de Mainz. Encontrou os portões fechados e sua entrada proibida, por ordem do Arcebispo Rotardo. Entrementes, a notícia de sua chegada provocou tumultos anti-semíticos no interior das muralhas, durante os quais um cristão foi morto. Assim, em 26 de maio amigos seus dentro da cidade abriram-lhe os portões. Os judeus, reunidos na sinagoga, enviaram presentes de duzentos marcos de prata para o arcebispo e para o principal senhor leigo da cidade, pedindo para serem acolhidos em seus respectivos palácios. Ao mesmo tempo, um emissário judeu foi até Emich e, por sete libras de ouro, comprou dele a promessa de que a comunidade seria poupada. Foi dinheiro jogado fora. No dia seguinte, o palácio do bispo foi atacado. Rotardo, assustado com o furor dos atacantes, tratou de fugir com todo o seu pessoal. Após sua partida, os homens de Emich invadiram o prédio. Apesar da tentativa de resistência dos judeus, estes logo foram vencidos e mortos. Seu protetor leigo, cujo nome não sobreviveu, talvez tenha sido mais corajoso. Não obstante, Emich conseguiu atear fogo a seu

1 Salomon bar Simeon, Eliezer bar Nathan e anônimo de Mainz-Darmstadt, *in* Neubauer e Stern, *op. cit.*, vol. II, p. 84, 154-6, 171; Bernold, *Chronicon*, p. 465.
2 Salomon bar Simeon, p. 84; Eliezer bar Nathan, pp. 155-6; anônimo de Mainz-Darmstadt, p. 172.

palácio, forçando sua evacuação. Vários judeus se salvaram abjurando sua fé. Os demais foram assassinados. O massacre prolongou-se por mais dois dias, durante os quais os fugitivos foram caçados. Alguns dos apóstatas arrependeram-se de sua fraqueza e cometeram suicídio. Um, antes de matar-se e à sua família, incendiou a sinagoga, a fim de poupá-la de mais profanações. O principal rabino, Calônimo, com cerca de cinqüenta companheiros, escapara para Rüdesheim, implorando por asilo ao arcebispo, que descansava na vila de campo que lá possuía. Para este, vendo o terror dos visitantes, pareceu um momento propício para tentar convertê-los. Aquilo foi mais do que Calônimo podia suportar. Agarrou uma faca e atirou-se sobre seu anfitrião; foi impedido, mas o ultraje custou-lhe a vida e a de seus companheiros. Durante o massacre em Mainz, pereceram cerca de mil judeus.[1]

Em seguida, Emich seguiu para Colônia. Já havia ocorrido distúrbios anti-semíticos ali, em abril; agora, os judeus, apavorados com as notícias recebidas de Mainz, espalharam-se pelas aldeias vizinhas e casas de seus conhecidos cristãos, que mantiveram-nos escondidos até o Dia de Pentecostes, 1º de junho, e o dia seguinte, quando Emich ainda se encontrava nas vizinhanças. A sinagoga foi incendiada e um homem e uma mulher judeus, que se recusaram a apostatar, foram mortos; a influência do arcebispo, entretanto, logrou impedir maiores excessos.[2]

Em Colônia, Emich resolveu que seu trabalho na Renânia chegara ao fim. No início de junho, partiu com o grosso de suas forças subindo o Main, rumo à Hungria. Uma grande parte de seus seguidores, porém, acreditava que o vale do Mosela também devia ser purgado do elemento semítico. Esse grupo rompera com as tropas em Mainz e, em 1º de junho, chegou a Trier. A maior parte da comunidade judaica encontrava-se em segurança, no refúgio do palácio do arcebispo, mas, à aproximação dos cruzados, alguns judeus, em pânico, começaram a lutar entre si, enquanto outros atiraram-se no Mosela e se afogaram. Seus perseguidores, então, seguiram para Metz, onde morreram 22 judeus. Por volta de meados de junho, retornaram a Colônia, na esperança de reencontrar Emich; ao saberem, porém, de sua partida, seguiram Reno abaixo, dedicando os dias 24 a 27 de junho à chacina dos judeus de Neuss, Wevelinghofen, Eller e Xanten. Em seguida, dispersaram-se; alguns voltaram para casa, enquanto os demais provavelmente entraram para o exército de Godofredo de Bouillon.[3]

1 Salomon bar Simeon, pp. 87-91; Eliezer bar Nathan, pp. 157-8; anônimo de Mainz-Darmstadt, pp. 178-80; Alberto de Aix, I, 27, pp. 292-3, situa o massacre de Mainz após o de Colônia.
2 Salomon bar Simeon, pp. 116-7; *Martyrology of Nuremburg*, p. 109; Alberto de Aix, I, 26, pp. 292.
3 Salomon bar Simeon, pp. 117-37; Eliezer bar Nathan, pp. 160-3.

As notícias das façanhas de Emich chegaram aos grupos que já haviam saído da Alemanha rumo ao Oriente. Volkmar e seus seguidores chegaram a Praga no final de maio. Em 30 de junho, começaram a chacinar os judeus da cidade. As autoridades leigas não conseguiram detê-los, e os protestos veementes do Bispo Cosme foram ignorados. De Praga, Volkmar seguiu para a Hungria. Em Nitra, a primeira cidade grande do outro lado da fronteira, é provável que ele tenha tentado realizar feito semelhante. Todavia, os húngaros não admitiram tal comportamento. Considerando os cruzados incorrigivelmente indisciplinados, atacaram-nos e os dispersaram. Muitos foram mortos e outros, capturados. Não se sabe o que foi feito nem dos sobreviventes, nem do próprio Volkmar.[1]

Gottschalk e seus homens, que haviam tomado a estrada que atravessava a Baviera, pararam em Regensburg para eliminar os judeus locais. Alguns dias depois, entraram na Hungria por Wiesselburg (Moson). O Rei Coloman determinou que fossem tomadas as devidas providências para seu reabastecimento, desde que eles se comportassem. Contudo, desde o princípio começaram a pilhar o campo, roubando vinho, trigo, carneiros e bois. Os camponeses locais opuseram-lhes resistência. Houve luta, com muitas baixas, e um menino húngaro foi empalado pelos cruzados. Coloman convocou tropas para controlá-los e cercou-os na aldeia de Stuhlweissenburg, um pouco mais ao leste. Os cruzados foram obrigados a entregar todas as suas armas e todos os bens que haviam roubado. Não obstante, os problemas continuaram. É provável que tenha havido alguma tentativa de resistência, ou que Coloman já tivesse sido informado, àquela altura, do ocorrido em Nitra, e não pudesse confiar neles nem desarmados. Com os cruzados à sua mercê, as forças húngaras caíram sobre eles. Gottschalk foi o primeiro a fugir, mas logo foi capturado. Todos os seus homens pereceram no massacre.[2]

Poucas semanas depois, o exército de Emich aproximou-se da fronteira húngara. Era maior e mais formidável que o de Gottschalk, e o Rei Coloman, tendo em vista suas experiências recentes, estava gravemente alarmado. Quando Emich mandou pedir-lhe permissão para atravessar seu reino, Coloman recusou o pedido e enviou tropas para defender a ponte que cruzava um braço do Danúbio e levava a Wiesselburg. Entretanto, Emich não pretendia ser desviado. Durante seis semanas seus homens enfrentaram os húngaros, em uma série de pequenas escaramuças diante da ponte, enquanto tratavam de construir uma outra ponte para si. Nesse meio tempo, saquearam o campo do seu lado do rio. Por fim, conseguiram abrir caminho pela

1 Cosme de Praga, *loc. cit.*
2 Ekkehard, *op. cit.*, pp. 20-1; Alberto de Aix, I, 23-4, pp. 289-91.

ponte que haviam erguido e sitiaram a própria fortaleza de Wiesselburg. Suas tropas estavam tão bem equipadas e possuíam equipamentos de cerco tão possantes que a queda da cidade parecia iminente. No entanto, provavelmente devido a um boato de que o rei estava a caminho a plena força, um súbito pânico mergulhou os cruzados em desordem — o que permitiu que a guarnição saísse e se abatesse sobre o acampamento inimigo. Emich não conseguiu reagrupar seus homens. Após uma rápida batalha, foram completamente desbaratados. A maioria caiu no campo, mas o próprio Emich e alguns cavaleiros conseguiram fugir, graças à velocidade de seus cavalos. Emich e seus companheiros germânicos acabariam retornando para casa. Os cavaleiros franceses — Clarambaldo de Vendeuil, Tomás de La Fère e Guilherme, o Carpinteiro — incorporaram-se a outras expedições com destino à Palestina.[1]

O colapso da Cruzada de Emich, logo após o fracasso das Cruzadas de Volkmar e Gottschalk, causaram uma profunda impressão na cristandade ocidental. Para a maioria dos bons cristãos, parecia que um castigo dos céus se abatera sobre os assassinos de judeus. Outros, que já consideravam todo o movimento cruzado tolo e inadequado, viram em tais desastres a desaprovação aberta de Deus com relação àquilo tudo. Nada ainda ocorrera que justificasse o grito que ecoara em Clermont, "Deus le volt".[2]

1 Ekkehard, *op. cit. loc. cit.*; Alberto de Aix, I, 28-9, pp. 293-5.
2 Alberto de Aix, I, 29, pp. 259. Ekkehard, *Hierosolymita*, p. 21, comenta que muitos consideravam a idéia da Cruzada vã e frívola.

Capítulo III

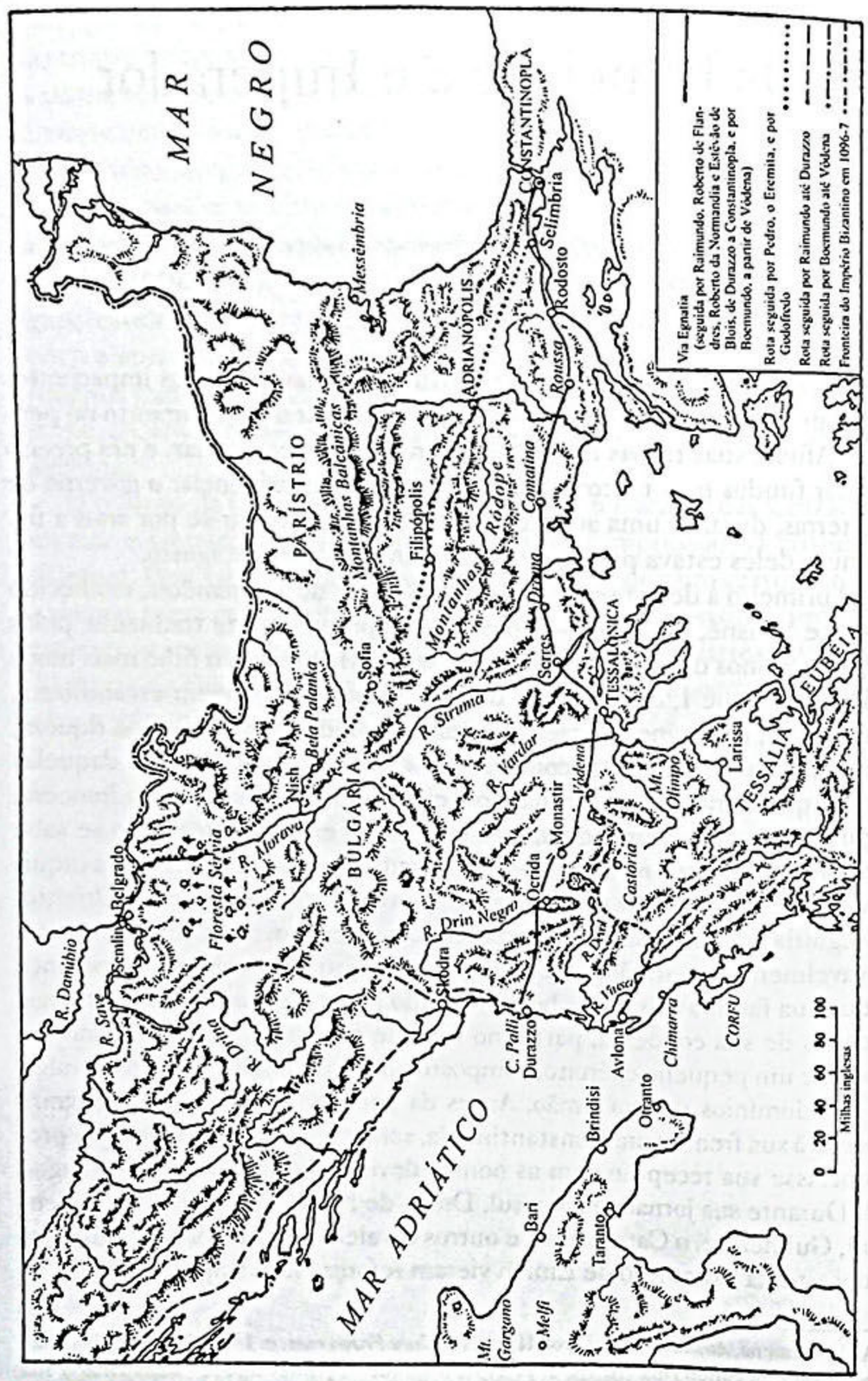
Os Príncipes e o Imperador

"Virá a ti com muitas súplicas, ou dirigir-te-á palavras ternas? Fará um contrato contigo (...)?"
JÓ 41, 3-4

Os príncipes ocidentais que assumiram a Cruz estavam menos impacientes que Pedro e seus amigos. Prontificaram-se a seguir o planejamento do pontífice. Afinal, suas tropas tinham de ser reunidas e equipadas, e era preciso levantar fundos para tanto; precisavam também providenciar o governo de suas terras, durante uma ausência que poderia prolongar-se por anos a fio. Nenhum deles estava pronto para partir antes do fim de agosto.

O primeiro a deixar seu lar foi Hugo, Conde de Vermandois, conhecido como Le Maisné, o Jovem — sobrenome impropriamente traduzido, pelos cronistas latinos de seu próprio tempo, como Magno. Era o filho mais moço do Rei Henrique I, da França, e de uma princesa de origem escandinava, Ana de Kiev; um homem de seus quarenta anos, de maior *status* que riqueza, que adquirira seu pequeno condado por casar-se com a herdeira daquelas terras e que nunca desempenhara papel proeminente na política francesa. Orgulhava-se de sua linhagem, mas era inócuo em seus atos. Não se sabe que motivos levaram-no a juntar-se à Cruzada. Sem dúvida, herdara a inquietude de seus ancestrais escandinavos. Talvez acreditasse que, no Oriente, conseguiria granjear poder e riquezas condizentes com seu alto nascimento. Provavelmente seu irmão, o Rei Felipe, encorajou sua decisão na esperança de que sua família caísse nas boas graças do papa. Deixando suas terras aos cuidados de sua condessa, partiu no final de agosto para a Itália, acompanhado de um pequeno exército, composto por seus vassalos e alguns cavaleiros dos domínios de seu irmão. Antes da partida, enviou um mensageiro especial à sua frente para Constantinopla, solicitando ao imperador que providenciasse sua recepção com as honras devidas a um príncipe de sangue real. Durante sua jornada para o sul, Drogo de Nesle, Clarambaldo de Vendeuil, Guilherme, o Carpinteiro, e outros cavaleiros franceses que voltavam da desastrada expedição de Emich vieram reforçar suas tropas.[1]

1 Ana Comnena, *Alexiad*, X, vii, 1, vol. II, p. 213; *Gesta Francorum*, p. 14; Fulcher de Chartres, pp. 144-5. Segundo Ana (X, vii, 3, p. 213), o Conde "Τξερπεντήριος" acompanhou sua expedição; Alberto de Aix (II, 7, p. 304) diz que Drogo e Clarambaldo iam com ele. Ana chama Hugo de "Uvos".



A Península Balcânica na época da Primeira Cruzada

Hugo e seu séquito passaram por Roma e chegaram a Bari no início de outubro. No sul da Itália, encontraram os príncipes normandos, eles próprios preparando-se para a Cruzada; o sobrinho de Boemundo, Guilherme, decidiu não esperar seus parentes, mas cruzar o mar com Hugo. De Bari, este enviou uma embaixada de 24 cavaleiros, liderados por Guilherme, o Carpinteiro, para avisar o governador de Durazzo de sua chegada iminente e repetir sua exigência de uma recepção adequada. Assim, o governador, João Comneno, pôde alertar o imperador sobre sua aproximação e preparar-se, ele mesmo, para recebê-lo. Entretanto, a chegada de Hugo, na verdade, não foi tão digna quanto este esperava. Uma tempestade destruiu a flotilha que ele alugara para a travessia. Alguns de seus navios afundaram com todos os passageiros a bordo. O próprio Hugo foi lançado à costa no Cabo Palli, alguns quilômetros ao norte de Durazzo. Os enviados de João encontraram-no ali, aturdido e em frangalhos, e escoltaram-no até seu senhor, que imediatamente reequipou-o, preparou-lhe festejos e cercou-o de todos os cuidados possíveis, mas sempre sob rígida vigilância. Hugo ficou satisfeito com a lisonjeira atenção que lhe era dispensada, mas, para alguns de seus seguidores, parecia que era mantido prisioneiro. Permaneceram em Durazzo até que um alto oficial, o almirante Manuel Butumites, chegou para acompanhá-los a Constantinopla, segundo as ordens do imperador. A jornada até lá foi confortável, apesar de terem de tomar uma rota alternativa que fazia um desvio por Filipópolis, já que o imperador não pretendia permitir que Hugo entrasse em contato com os peregrinos italianos que apinhavam a Via Egnatia. Uma vez em Constantinopla, Aleixo ofereceu-lhe uma acolhida calorosa e cobriu-o de presentes, mas continuou restringindo sua liberdade.[1]

A chegada de Hugo forçou Aleixo a deixar clara sua política com relação aos príncipes ocidentais. As informações de que tinha conhecimento, aliadas às suas lembranças da carreira de Roussel de Bailleul, haviam-no convencido de que, quaisquer que pudessem ser as justificativas oficiais da Cruzada, o verdadeiro objetivo dos francos era conquistar principados no Oriente. A isso, o imperador não fazia objeções. Desde que seu império recuperasse todas as terras que lhe pertenciam até as invasões turcas, muitos fatores pesavam a favor do estabelecimento, em seu perímetro, de estados cristãos que resguardassem os bizantinos. Que os pequenos estados pudessem ser independentes, foi algo que não se cogitou na época. No entanto, Aleixo desejava certificar-se de que seria claramente considerado o

1 Ana Comnena, X, vii, 2-5, vol. II, pp. 213-15. Ela reconhece que João Comneno não deixou Hugo em total liberdade, mas sua história é completa e convincente. As fontes ocidentais, *Gesta Francorum*, Fulcher e Alberto (*loc. cit.*), declaram que Hugo foi, à sua revelia, totalmente privado de liberdade. Seu comportamento subseqüente não condiz com essa afirmação.

suserano de tudo quanto fosse construído. Sabendo que, no Ocidente, estabelecia-se a fidelidade por meio de um juramento solene, resolveu exigir tal juramento de todos os líderes ocidentais, a fim de cobrir suas futuras conquistas. Para obter seu consentimento, dispôs-se a cobri-los de presentes e subsídios, ao mesmo tempo que enfatizava sua própria riqueza e glória — de modo que ninguém se sentiria diminuído em sua dignidade por aderir às suas forças. Hugo, deslumbrado com a magnificência e generosidade do imperador, colaborou de boa vontade com seus planos. O próximo a chegar do Ocidente, porém, não seria persuadido tão facilmente.

Godofredo de Bouillon, Duque da Baixa Lorena, é descrito, nas lendas subseqüentes, como o cavaleiro cristão perfeito, o herói sem par de todo o épico cruzado. No entanto, um estudo meticuloso da História deve modificar tal veredicto. Godofredo nasceu no ano 1060, sendo o segundo filho do Conde Eustáquio II, de Bolonha, e Ida, filha de Godofredo II, Duque da Baixa Lorena — que descendia, pela linha feminina, de Carlos Magno. Fora designado herdeiro das propriedades da família materna, mas, por ocasião da morte de seu pai, o imperador Henrique IV confiscou o ducado, deixando-lhe apenas o condado de Antuérpia e o domínio de Bouillon, nas Ardenas. Não obstante, Godofredo serviu Henrique com tamanha fidelidade em suas campanhas na Alemanha e na Itália que, em 1082, foi investido no ducado — como ofício, não como feudo hereditário. Como a Lorena estava impregnada de influências clunisanas, é possível que, embora Godofredo permanecesse leal ao imperador, as doutrinas de Cluny — com suas fortes simpatias pontifícias — tenham começado a perturbar sua consciência. Não foi muito eficiente em sua administração da região. Ao que parece, havia algumas dúvidas quanto a se Henrique o manteria no cargo. Assim sendo, foi em parte por estar desenganado com relação ao seu futuro na Lorena, em parte por seu desconforto quanto às suas fidelidades religiosas e em parte por um entusiasmo genuíno que ele respondeu ao chamamento para a Cruzada. Seus preparativos foram muito minuciosos. Depois de levantar fundos chantageando os judeus, vendeu suas propriedades de Rosay e Stenay, junto ao Meuse, e empenhou seu castelo de Bouillon para o Bispo de Liège; assim, pôde equipar um exército de tamanho considerável. O número de suas tropas e seu alto cargo anterior conferiram a Godofredo um prestígio para o qual seus modos agradáveis e sua bela aparência só faziam contribuir: era alto, bem-feito de corpo e de compleição clara, com cabelos e barba loiros — a figura ideal do cavaleiro nórdico. Entretanto, como soldado sua presença foi insípida; como personalidade, foi eclipsado por seu irmão mais novo, Balduíno.

Os dois irmãos de Godofredo também haviam assumido a Cruz. O mais velho, Eustáquio III, Conde de Bolonha, era um cruzado sem entusiasmo,

sempre ansioso por retornar às suas ricas terras, dos dois lados do Canal da Inglaterra. Sua contribuição em número de soldados foi muito menor que a de Godofredo, a quem, pois, de bom grado considerou seu líder. Provavelmente não viajou com o irmão, tomando o caminho da Itália. O irmão mais novo, Balduíno, que acompanhou Godofredo, era de outra estirpe. Como fora destinado para a Igreja, não lhe coubera nenhuma das propriedades da família. Contudo, muito embora seu treinamento na grande escola de Reims lhe legasse um indelével gosto pela cultura, não tinha o temperamento de um clérigo. Retomou a vida leiga e aparentemente pôs-se a serviço de seu irmão Godofredo, na Lorena. O contraste entre ambos era impressionante. Balduíno era ainda mais alto que Godofredo. Seus cabelos eram tão escuros quanto os do outro eram claros; tinha a pele, porém, extremamente alva. Enquanto Godofredo era gracioso em suas maneiras, Balduíno era frio e insolente. Os gostos do outro eram simples, ao passo que ele era um amante da pompa e do luxo — conquanto fosse capaz de suportar as maiores dificuldades. A vida de Godofredo era casta, enquanto Balduíno se entregava à luxúria. Para ele, a Cruzada foi uma notícia recebida com imensurável satisfação. Sua terra natal não lhe oferecia futuro algum; no Oriente, porém, talvez ele encontrasse um reino para si. Ao partir, levou consigo sua esposa normanda, Godvere de Tosni, e os filhos pequenos. Não tinha intenção de voltar.

A Godofredo e seus irmãos juntaram-se muitos proeminentes cavaleiros valões e lotaríngios,[1] mais seu primo, Balduíno de Rethel, senhor de Le Bourg; Balduíno II, Conde de Hainault; Reinaldo, Conde de Toul; Warner de Gray; Dudo de Konz-Saarburg; Balduíno de Stavelot; Pedro de Stenay; e os irmãos Henrique e Godofredo de Esch.[2]

Talvez por sentir algum constrangimento por seu imperialismo em suas relações com o pontificado, Godofredo decidiu não atravessar a Itália, seguindo a mesma rota que os demais líderes cruzados planejavam tomar. Em vez disso, optou por cruzar a Hungria, no rastro não só das Cruzadas populares mas também, segundo a lenda que começava a se espalhar pelo

1 Os primeiros eram originários da Valônia, na Bélgica, e os segundos, da Lotaríngia, região composta pela antiga parte central (dos Países Baixos à Itália) do império de Carlos Magno, a qual coubera a seu neto Lotário. (N.T.)

2 Sobre o início da carreira de Godofredo da Lorena, ver Breysig, "Gottfried von Bouillon vor dem Kreuzzuge", *in Westdeutsche Zeitschrift für Geschichte*, vol. XVII, pp. 169 ss. Alberto de Aix, II, 1, p. 229, fornece uma lista de seus companheiros. Sua aparência é descrita por Guilherme de Tiro (Guilherme de Tiro, IX, 5, p. 371) e a de Balduíno, *ibid.* (X, 2, pp. 401-2). Segundo Alberto (II, 21, p. 314), Eustáquio de Bolonha viajou com o exército do norte da França; Fulcher, porém, que viajou com esse exército e tem inúmeras informações a seu respeito, não menciona sua presença. Provavelmente era um dos cavaleiros que chegaram a Constantinopla logo depois de Godofredo, tendo viajado por mar.

Ocidente, de seu ancestral Carlos Magno em pessoa, em sua peregrinação a Jerusalém. Deixou a Lorena em fins de agosto, e, no início de outubro, após algumas semanas marchando Reno acima e Danúbio abaixo, chegou à fronteira húngara, no Rio Leitha. Dali, enviou uma embaixada, liderada por Godofredo de Esch (que tinha experiência anterior na corte húngara), para o Rei Coloman, a fim de pedir-lhe permissão para atravessar seu território.

Coloman acabara de sofrer demasiado nas mãos dos cruzados para receber de bom grado uma nova invasão. Reteve a embaixada por oito dias, para então anunciar que iria ao encontro de Godofredo em Oedenburg, para uma entrevista. Godofredo foi com um pequeno grupo de cavaleiros e foi convidado a passar alguns dias na corte húngara. A impressão causada em Coloman pela visita fê-lo decidir-se por permitir a passagem do exército de Godofredo por seu reino, com a condição de que Balduíno, que o rei adivinhava ser o membro mais perigoso da comitiva, permanecesse com ele como refém, junto com sua esposa e filhos. Quando Godofredo voltou para suas tropas, Balduíno a princípio recusou-se a se entregar, mas acabou consentindo; assim, Godofredo e suas tropas entraram no reino em Oedenburg. Coloman comprometeu-se a fornecer-lhes provisões a preços razoáveis, e Godofredo enviou arautos para anunciar, para todos os seus homens, que qualquer ato de violência seria punido com a morte. Uma vez tomadas essas precauções, a travessia do país pelos cruzados foi pacífica, com o rei e seu exército vigiando-os atentamente por todo o caminho. Após passarem três dias recuperando as forças em Mangjeloz, próxima à fronteira bizantina, Godofredo atingiu Semlin em fins de novembro, atravessando ordenadamente o Sava com suas tropas e chegando a Belgrado. Assim que o último homem transpôs o rio, os reféns foram-lhe devolvidos.

As autoridades imperiais, provavelmente alertadas de antemão pelos húngaros, estavam prontas para recebê-los. Belgrado em si estava abandonada desde a pilhagem por Pedro, cinco meses antes, mas um guarda da fronteira correu a Nish, onde o governador Nicetas estabelecera residência e onde uma escolta esperava por Godofredo. Esta partiu de imediato e encontrou-o na floresta sérvia, a meio caminho entre Nish e Belgrado. As providências para abastecer o exército já haviam sido tomadas, e este deslocou-se sem problemas pela península balcânica. Em Filipópolis, receberam a notícia da chegada de Hugo de Vermandois a Constantinopla, e dos maravilhosos presentes com que ele e seus companheiros haviam sido brindados. Balduíno de Hainault e Henrique de Esch ficaram tão vivamente impressionados que resolveram apressar-se para chegar antes dos demais à capital e assegurar sua parte nos presentes. Todavia, também corriam rumores, não

totalmente desprovidos de fundamento, de que Hugo estava sendo mantido prisioneiro. Godofredo ficou um tanto inquieto.[1]

Por volta de 12 de dezembro, o exército de Godofredo fez alto em Selímbria, no Mar de Mármora. Ali, sua disciplina, que até então fora impecável, rompeu-se — e, durante oito dias, os homens devastaram o campo. A causa do tumulto é desconhecida, mas Godofredo procurou justificá-la como uma represália pelo aprisionamento de Hugo. O Imperador Aleixo imediatamente enviou dois franceses que estavam a seu serviço, Randolfo Peeldelau e Rogério, filho de Dagoberto, para reconciliar-se com Godofredo e persuadi-lo a prosseguir a marcha em paz. Foram bem-sucedidos; assim, em 23 de dezembro o exército de Godofredo chegou a Constantinopla e montou acampamento, a pedido do imperador, perto da cidade, junto ao Corno de Ouro.[2]

A chegada de Godofredo, acompanhado de um exército grande e bem equipado, apresentou um difícil problema para o governo imperial. De acordo com sua política, Aleixo pretendia garantir a fidelidade de Godofredo e, em seguida, afastá-lo o mais rápido possível da perigosa proximidade da capital. É incerto se ele realmente suspeitava, como sugere sua filha Ana, de que Godofredo tivesse desígnios para Constantinopla. Todavia, os subúrbios da cidade já haviam sofrido demais com a destruição promovida pelos seguidores de Pedro, o Eremita. Era perigoso expô-los às atenções de um exército que já demonstrara ser igualmente insubordinado e que estava muito mais bem armado. Ainda assim, era preciso primeiro assegurar o juramento de vassalagem de Godofredo. Dessa forma, assim que Godofredo estabeleceu-se em seu acampamento, Hugo de Vermandois foi enviado para visitá-lo, a fim de convencê-lo a ir ver o imperador. Hugo, que não podia estar mais longe de ressentir-se do tratamento dispensado pelo imperador, aceitou de bom grado a incumbência.

Godofredo declinou o convite do imperador. Estava perturbado, e a atitude de Hugo intrigou-o. Seus homens já haviam feito contato com os remanescentes das forças de Pedro, dos quais a maioria atribuiu sua recente derrocada à traição imperial, e ele deixou-se influenciar por sua propaganda. Como Duque da Baixa Lorena, havia feito um juramento pessoal de fidelidade ao Imperador Henrique IV — e provavelmente era de opinião que isso vedaria um juramento ao rival, o imperador do Oriente. Ademais, não desejava tomar nenhuma atitude importante antes de consultar os outros líderes

1 A jornada de Godofredo é descrita na íntegra por Alberto de Aix, II, 1-9, pp. 299-305. A *Chronicle of Zimmern*, pp. 21-2, fornece um breve relato. Nenhuma fonte grega faz referência à viagem real.

2 O Corno de Ouro é uma enseada do Bósforo que forma, ainda hoje, o porto da cidade (atual Istambul). (N.T.)

cruzados, que sabia que em breve chegariam. Hugo retornou ao palácio sem uma resposta para Aleixo.

O imperador, furioso, cometeu a imprudência de, para trazer Godofredo à razão, cortar os suprimentos que prometera fornecer para suas tropas. Enquanto Godofredo hesitava, Balduíno imediatamente começou a assaltar os subúrbios, até que Aleixo prometeu levantar o bloqueio. Ao mesmo tempo, Godofredo concordou em transferir seu acampamento para Pera, na parte inferior do Corno de Ouro, onde estaria mais bem abrigado dos ventos invernais — e onde a polícia imperial poderia vigiá-lo mais de perto. Durante algum tempo, nenhum dos lados tomou novas atitudes. O imperador abasteceu as tropas ocidentais com víveres suficientes; Godofredo, por sua vez, garantiu a manutenção da disciplina. No fim de janeiro, Aleixo voltou a convidar o franco a visitá-lo; este, porém, ainda relutava em comprometer-se sem consultar outros líderes cruzados. Enviou seu primo, Balduíno de Le Bourg, Conon de Montaigu e Godofredo de Esch ao palácio, a fim de ouvirem as propostas do imperador, mas não deu resposta alguma quando retornaram. Aleixo não desejava provocar Godofredo, para que este não voltasse a arrasar os subúrbios. Depois de mandar cortar as comunicações dos lorenos com o mundo exterior, esperou que Godofredo se impacientasse e acabasse cedendo.

No fim de março, chegou aos ouvidos do imperador a notícia de que outros exércitos cruzados logo chegariam a Constantinopla. Sentiu-se pressionado a decidir a questão, e começou a reduzir as provisões enviadas para o acampamento dos cruzados. Primeiro, suspendeu a forragem para seus cavalos; depois, com a aproximação da Semana Santa, privou-os de peixe e, finalmente, de pão. Eles responderam com investidas diárias contra as aldeias vizinhas, até que entraram em choque com as tropas pechenegues que serviam de polícia no distrito. Em retaliação, Balduíno armou-lhes uma emboscada. Sessenta pechenegues foram capturados e muitos mortos. Estimulado por seu pequeno êxito e sentindo-se agora obrigado a lutar, Godofredo resolveu transferir o acampamento e atacar a própria cidade. Após saquear e queimar meticulosamente as casas de Pera em que seus homens se haviam alojado, cruzou com eles uma ponte sobre as águas do Corno de Ouro, conduziu-os ao longo das muralhas da cidade e começou a atacar o portão que levava ao distrito do palácio de Blacherne. Não se sabe ao certo se ele pretendia fazer mais que pressionar o imperador; os gregos, porém, suspeitaram que ele pretendia conquistar o império.

Era Quinta-feira Santa, 2 de abril; Constantinopla não estava preparada para aquela investida. Houve sinais de pânico na cidade, que só foi tranqüilizada pela presença e pelo comportamento sereno do imperador. Este ficou verdadeiramente chocado com a necessidade de lutar em dia tão sagrado. Ordenou

que suas tropas se exibissem diante dos portões, mas sem chegar às vias de fato com o inimigo, enquanto seus arqueiros disparavam por cima de suas cabeças. Os cruzados não insistiram no ataque e logo se retiraram, tendo matado apenas sete bizantinos. No dia seguinte, Hugo de Vermandois procurou Godofredo para admoestá-lo, mas este replicou com escárnio e arremedou seu servilismo, por ter cedido tão facilmente à vassalagem. Mais tarde, naquele mesmo dia, quando chegaram enviados de Aleixo ao acampamento para sugerir que as tropas de Godofredo cruzassem para a Ásia antes mesmo que seu líder fizesse qualquer juramento, foram atacados pelos cruzados, que nem ouviram o que tinham a dizer. Diante disso, Aleixo resolveu encerrar a questão e despachou mais homens para fazer frente à agressão. Como não eram páreo para os experientes soldados imperiais, os cruzados, após um breve embate, deram as costas e fugiram. A derrota levou Godofredo a finalmente reconhecer sua fraqueza e, assim, consentir não só em ter seu exército transportado para o outro lado do Bósforo como em fazer o juramento de fidelidade.

A cerimônia do juramento provavelmente foi realizada dois dias depois, no Domingo de Páscoa. Godofredo, Balduíno e seus principais nobres juraram reconhecer o imperador como suserano de todas as conquistas que porventura fizessem e comprometeram-se a entregar aos seus funcionários todas as terras reconquistadas que pertencessem anteriormente ao imperador. Em seguida, receberam imensas somas de dinheiro e foram entretidos pelo imperador com um banquete. Findas as cerimônias, Godofredo e suas tropas foram trasladados para Calcedônia e marcharam para um acampamento em Pelecanum, na estrada para Nicomédia.[1]

1 Os dois relatos mais completos do comportamento de Godofredo em Constantinopla são os fornecidos por Ana Comnena, *Alexiad*, X, ix, I-II, vol. II, pp. 220-6, e Alberto de Aix, II, 9-16, pp. 305-11. Como Chalandon, *Histoire de la première Croisade*, pp. 119-29, assinala, o relato de Ana é muito mais convincente que o de Alberto, e pode ser aceito como verdadeiro, exceto por seu exagero da força do exército de Godofredo. Há um relato mais sucinto — e preconceituoso ao extremo — na *Gesta Francorum*, I, 3, pp. 14-18. A localização exata de Pelecanum é incerta. Leib, em sua edição de Ana Comnena (vol. II, p. 226 n. 2), identifica-o com Hereke, cerca de 25 quilômetros a oeste de Nicomédia. Ramsay, *Historical Geography of Asia Minor*, p. 185, sugere que fosse mais perto da Calcedônia. Ana (v. adiante, p. 163), deixa claro que o lugar ficava perto da barca para Civetot, em uma localização conveniente para manter o contato com Constantinopla. João Cantacuzeno, o único outro escritor bizantino a fazer-lhe menção, situa-o a leste de Dacibiza, a atual Gebze (vol. I, pp. 342 ss.). A barca para Civetot partia de Aegiali, a meio caminho entre Gebze e Hereke, a cerca de nove quilômetros de ambas. Segundo Ana, (XI, iii, I, vol. III, p. 16), foi em Pelecanum que Aleixo recebeu os cruzados após a queda de Nicéia; Estêvão de Blois (Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe*, p. 140), todavia, afirma que Aleixo encontrava-se em uma ilha quando o viu naquela ocasião. Ora, está claro que Pelecanum, onde quer que fosse, não era uma ilha; tampouco podia ser a península de Aegiali, a qual Ana chama pelo nome correto. O testemunho de Estêvão a esse respeito é confiável. O mais provável, pois, é que Peleca-

Aleixo tinha muito pouco tempo a perder. Um exército heterogêneo, que devia ser composto por vários vassalos de Godofredo que haviam preferido viajar pela Itália e provavelmente era liderado pelo Conde de Toul, já chegara aos primeiros subúrbios da cidade, e esperavam na costa do Mármora, perto de Sosthenium. Exibiam a mesma truculência de Godofredo e desejavam esperar por Boemundo e os normandos, que sabiam estar em seus calcanhares. O imperador, porém, estava determinado a impedir que se juntassem a Godofredo. Só após algumas escaramuças conseguiram manter seus movimentos sob controle; assim que viu Godofredo na segurança do outro lado do Bósforo, transportou-os por mar até a capital, onde reuniram-se a outros pequenos grupos de cruzados dispersos, que tinham chegado pelos Bálcãs. Foi preciso todo o tato do imperador e muitos presentes para persuadir seus líderes a fazer o juramento de fidelidade. Quando por fim anuíram, Aleixo reforçou a solenidade da situação mandando trazer Godofredo e Balduíno para testemunhar a cerimônia. Os nobres ocidentais mostravam-se relutantes e insubordinados. Um deles sentou-se no trono do imperador, pelo que foi asperamente repreendido por Balduíno, que lembrou-o de que acabara de se tornar vassalo do imperador e mandou-o observar os costumes do país. O ocidental, irritado, resmungou que era grosseiro da parte do imperador permanecer sentado quando havia tantos valentes capitães de pé. Aleixo, que ouvira o comentário de passagem e pedira que lho traduzissem, quis falar com o cavaleiro; quando este começou a gabar-se de seus feitos sem par no combate individual, Aleixo aconselhou-o gentilmente a experimentar outras táticas para enfrentar os turcos.[1]

O incidente foi característico das relações entre o imperador e os francos. Era inevitável que os desabridos cavaleiros ocidentais ficassem impressionados com o esplendor do palácio, com seu cerimonial solene e meticuloso e com os modos serenos e polidos dos cortesãos. Ao mesmo tempo, porém, sentiam-se melindrados. Seu orgulho ferido tornava-os turbulentos e rudes, como crianças traquinas.

num em si fosse perto de Aegiali, mas que Aleixo tivesse ido para uma das ilhas próximas à costa, talvez aquela diante de Tuzla (19 quilômetros a oeste de Aegiali), onde ainda há consideráveis ruínas que remontam aos tempos bizantinos, ou as ilhas de S. Pedro e S. Paulo, diante de Pendik, um célebre balneário bizantino.

1 Anna Comnena, X, x, 1-7, vol. II, pp. 226-30. Ela refere-se ao líder desse grupo como "Conde Raul" — "ὁ Ῥαοὺλ καλούμενος Κόμης"; sua identidade é desconhecida, já que ele não volta a ser mencionado em nenhum outro lugar. Como o imperador achou que valia a pena que Godofredo assistisse à cerimônia do juramento dessa companhia, suponho que ela fosse composta por homens de partes da Lorena, não da França, os quais teriam ficado mais impressionados com a presença de Hugo. Sabemos que Reinaldo de Toul foi à Cruzada sob os auspícios de Godofredo. Alberto de Aix cita-o como membro da comitiva de Godofredo desde o princípio; contudo, não é preciso tomar essa indicação muito ao pé da letra. Ana não era boa em aprender nomes francos, e, como no caso de Raimundo, que ela chama de "Isangeles", às vezes refere-se aos condes por seus títulos. "Raul", porém, era um nome com que ela tinha uma certa experiência, devido ao embaixador de Guiscard, Raul. Assim, talvez ela tenha condensado "Reinaldo de Toul" em uma forma que lhe era mais familiar.

Uma vez feitos seus juramentos, os cavaleiros e seus homens foram transportados para a outra margem do estreito, a fim de juntar-se ao exército de Godofredo, na costa asiática. O imperador agira bem a tempo. Em 9 de abril, Boemundo de Taranto chegou a Constantinopla.

Os normandos do sul da Itália não haviam, a princípio, dado muita atenção à pregação da Cruzada por Urbano. Guerras civis intermitentes arrastavam-se desde a morte de Roberto Guiscard. Roberto divorciara-se de sua primeira esposa, a mãe de Boemundo, e deixara seu ducado da Apúlia para seu filho com Sigelgaita, Rogério Borsa. Boemundo rebelou-se contra o irmão e logrou conquistar Taranto e a Terra d'Otranto, no salto da península, antes que seu tio, Rogério da Sicília, conseguisse estabelecer uma trégua constrangida entre os dois. Boemundo nunca aceitou a trégua como definitiva e continuou, sub-repticiamente, a prejudicar Rogério Borsa. Não obstante, em meados de 1096, toda a família se uniu para punir a cidade rebelde de Amalfi. Os decretos pontifícios referentes à Cruzada já haviam sido publicados; pequenos bandos de habitantes do sul da Itália já haviam cruzado o mar rumo ao Oriente. Todavia, foi só com a chegada à Itália de entusiasmados exércitos de cruzados franceses que Boemundo deu-se conta da importância do movimento. Percebeu que poderia utilizá-lo a seu favor. Seu tio, Rogério da Sicília, nunca lhe permitiria anexar todo o ducado da Apúlia. Seria melhor encontrar um reino no levante. O zelo dos cruzados franceses influenciou as tropas normandas que sitiavam Amalfi, e Boemundo incentivou-as. Anunciou que também assumiria a Cruz e convocou todos os bons cristãos a juntar-se a ele. Diante de seu exército reunido, tirou seu rico manto escarlate e rasgou-o em pedaços, a fim de fazer cruzes para seus capitães. Seus vassalos precipitaram-se a seguir seu exemplo, e com eles muitos dos vassalos de seu irmão e de seu tio da Sicília — que ficou, queixando-se de que o movimento lhe roubara o exército.[1]

O sobrinho de Boemundo, Guilherme, partiu de imediato com os cruzados franceses; o próprio Boemundo, porém, precisava de um pouco de tempo para preparar suas forças. Deixou suas terras, sob garantias, aos cuidados de seu irmão, e levantou dinheiro suficiente para arcar com as despesas de todos que o acompanhassem. A expedição zarpou de Bari em outubro.

1 *Gesta Francorum*, I, 4, pp. 18-20. Ver Chalandon, *Histoire de la Domination normande en Italie*, vol. II, p. 302.

Com Boemundo foram seu sobrinho Tancredo, o irmão mais velho de Guilherme, filho de sua irmã Ema e do Marquês Odo; seus primos Ricardo[1] e Ranulfo de Salerno, acompanhados do filho deste, Ricardo; Godofredo, Conde de Rossignuolo, e seus irmãos, Roberto de Ansa, Hermano de Cannae, Humphrey de Monte Scabioso, Alberto de Cagnano e o Bispo Girardo de Ariano, entre os normandos da Sicília, enquanto entre os normandos da França que se juntaram a Boemundo figuravam Roberto de Sourdeval e Boel de Chartres. Seu exército era menor que o de Godofredo, mas estava mais bem equipado e mais bem treinado.[2]

A expedição acostou no Épiro, em vários pontos ao longo do litoral entre Durazzo e Avlona, reunindo-se em uma aldeia chamada Drôpoli, no alto do vale do Rio Viusa. As disposições para o desembarque sem dúvida haviam sido feitas após a consulta das autoridades bizantinas de Durazzo, que devem ter preferido não depauperar ainda mais as cidades ao longo da Via Egnatia; no entanto, a escolha da rota a seguir provavelmente foi de Boemundo. Suas campanhas, quinze anos antes, haviam-lhe conferido alguns conhecimentos sobre a região ao sul da estrada principal; talvez ele tenha esperado que, tomando uma rota menos usual, conseguisse esquivar-se da supervisão bizantina. Como João Comneno não tinha tropas a desperdiçar, Boemundo conseguiu iniciar sua jornada sem a escolta da polícia imperial. Entrementes, parece não ter havido qualquer ressentimento de parte a parte, já que os normandos foram regiamente abastecidos, ao passo que Boemundo imprimiu em todos os seus homens a noção de que estavam para cruzar terras cristãs e deveriam coibir-se de pilhagens e desordens.

Atravessando os passos da cadeia do Pindo,[3] o exército chegou a Castória, no oeste da Macedônia, pouco antes do Natal. É impossível determinar sua rota, mas não pode ter sido fácil; os homens devem ter percorrido terras a mais de 1.200 metros acima do nível do mar. Em Castória, Boemundo procurou obter provisões, mas os moradores locais não se mostraram dispostos a compartilhar nada de seus pequenos estoques com aqueles visitantes inesperados, de quem se lembravam como inimigos implacáveis alguns anos antes. Assim, o exército tomou o gado necessário, além de cavalos e burros, já que muitos de seus animais de carga deviam ter perecido nos passos do Pindo. Passaram o Natal em Castória; depois, Boemundo conduziu seus homens para o leste, rumo ao Rio Vardar. Pararam para atacar uma aldeia de

1 Conhecido como Ricardo do Principado.
2 *Gesta Francorum*, I, 4, p. 20.
3 Cadeia de montanhas no noroeste da Grécia, que constituía a fronteira entre a antiga Tessália e o Épiro. (N.T.)

hereges paulicianos[1] perto de seu caminho, incendiando as casas e seus moradores, e chegaram ao rio em meados de fevereiro, tendo levado sete semanas para cobrir uma distância de pouco mais de 160 quilômetros.[2]

O percurso de Boemundo provavelmente levou-o a passar por Edessa (Vódena), onde entrou na Via Egnatia. Daí por diante, foi acompanhado por uma escolta de soldados pechenegues, com as habituais ordens do imperador de impedir ataques e extravios e providenciar para que os cruzados jamais permanecessem mais de três dias em qualquer lugar. O Vardar foi transposto sem demora pelo principal corpo do exército; no entanto, o Conde de Rossignuolo e seus irmãos atrasaram-se, com um pequeno grupo, na margem oeste. Assim, os pechenegues atacaram-nos, a fim de apressá-los. Ao saber da batalha, Tancredo imediatamente voltou para o outro lado do rio, indo em seu resgate. Desbaratou os pechenegues e capturou alguns deles, que levou à presença de Boemundo; este interrogou-os e, ao saber que obedeciam a determinações imperiais, libertou-os prontamente. Sua política era comportar-se com perfeita correção em relação ao imperador.[3]

Em seu desejo de agir de maneira apropriada, Boemundo, provavelmente no momento em que pusera os pés no Épiro, já enviara embaixadores para o imperador. Quando seu exército passara pelas muralhas de Tessalônica e encontrava-se a caminho de Serres, seus enviados encontraram-no, de volta de Constantinopla, trazendo consigo um alto funcionário imperial, cujas relações com Boemundo logo foram marcadas pela cordialidade. Providenciou-se comida em abundância para o exército e, em troca, o nobre normando não só prometeu não tentar invadir nenhuma das cidades de sua rota, mas também concordou em devolver todas as bestas de que seus homens se haviam apossado ao longo da jornada. Seus seguidores, em mais de uma ocasião, bem que teriam gostado de assaltar o campo; Boemundo, contudo, proibiu-os terminantemente.

O exército chegou a Roussa (atual Keshan), na Trácia, em 1º de abril. Ali, Boemundo decidiu correr a Constantinopla, a fim de descobrir o que estava sendo negociado lá entre o imperador e os líderes ocidentais que já haviam chegado. Deixou seus homens sob o comando de Tancredo, que conduziu-os para um rico vale nas imediações da estrada principal, onde passa-

1 Adeptos do paulicianismo, seita herética armênia que postulava uma forma alterada do maniqueísmo ortodoxo. (N.T.)
2 *Gesta Francorum*, I, 4, pp. 20-2. Boemundo provavelmente tomou a estrada que quebra para dentro da atual fronteira albanesa, passando por Premeti e Koritsa, e descreve uma curva para o norte antes de cruzar a fronteira e cair para o sudeste, rumo a Castória.
3 *Ibid.*, pp. 22-4.

ram o feriado da Páscoa. Boemundo chegou à capital em 9 de abril. Foi acomodado fora da cidade, no monastério de S. Cosme e S. Damião, e no dia seguinte foi admitido à presença do imperador.[1]

Para Aleixo, Boemundo pareceu, de longe, o mais perigoso dos cruzados. A experiência passada ensinara os bizantinos que os normandos eram inimigos formidáveis, ambiciosos, astutos e inescrupulosos; e Boemundo já provara, em campanhas anteriores, ser um líder valoroso. Suas tropas eram bem organizadas, bem equipadas e bem disciplinadas; seu comandante gozava de sua total confiança. Como estrategista, ele talvez pecasse por um excesso de autoconfiança e nem sempre fosse sábio; como diplomata, porém, era sutil e persuasivo, e como político era extremamente perspicaz. Sua figura era muito impressionante. Ana Comnena, que o conhecia e odiava com paixão, não podia deixar de reconhecer seu charme e descreveu entusiasticamente sua bela aparência. Era muitíssimo alto e, conquanto tivesse passado já dos quarenta anos de idade, tinha o porte e a compleição de um jovem, de ombros largos e cintura fina, pele clara e face corada. Levava o cabelo loiro mais curto do que era a moda entre os cavaleiros ocidentais, e não usava barba. Estava um pouco mais encurvado desde a infância, mas não perdera o ar de saúde e força. Havia, conta-nos Ana, algo de duro em sua expressão e de sinistro em seu sorriso; sendo, porém (como todos os gregos ao longo das eras), suscetível à beleza humana, ela não podia conter sua admiração.[2]

Aleixo combinou, a princípio, encontrar-se a sós com Boemundo, enquanto não descobria qual era a sua atitude; percebendo sua perfeita cordialidade e solicitude, porém, admitiu Godofredo e Balduíno, ainda hospedados no palácio, para tomar parte dos debates. O comportamento impecável de Boemundo era deliberado. Ele sabia, muito melhor que os demais cruzados, que Bizâncio ainda era muito poderosa e que, sem sua ajuda, nada se conseguiria. Disputar com ela seria caminhar para o desastre certo — ao passo que o emprego sábio de sua aliança poderia ser utilizado a seu favor. Ele pretendia liderar a campanha, mas não dispunha de autoridade do Papa para tal e teria de haver-se com a rivalidade dos outros chefes cruzados. Caso pudesse obter uma incumbência oficial do imperador, estaria em posição de dirigir as operações. Controlaria as relações dos cruzados com o imperador; seria o funcionário a quem os cruzados teriam de entregar as terras reconquistadas para o império — o pivô em torno do qual toda a aliança cristã giraria. Sem hesitar, fez o juramento de fidelidade ao imperador — sugerindo,

1 *Gesta Francorum*, II, 5, pp. 24-8. A data da chegada de Boemundo a Constantinopla foi estabelecida por Hagenmeyer, *Chronologie de la Première Croisade*, p. 64.

2 Ver Ana Comnena, *Alexiad*, XIII, X, 4-5, vol. III, pp. 122-4, para obter um retrato de Boemundo.

em seguida, que este o nomeasse Grão-Doméstico do Oriente, ou seja, comandante-em-chefe de todas as forças imperiais na Ásia.

O pedido causou embaraço a Aleixo. Ele temia Boemundo, em quem não confiava, mas ansiava por garantir sua boa vontade. Já lhe havia mostrado particular generosidade e cobrira-o de honrarias, e continuou despejando dinheiro sobre o normando. Entretanto, esquivou-se diante do pedido. Ainda não era o momento, alegou, de designar alguém para o cargo, mas Boemundo certamente o conquistaria com sua energia e lealdade. O normando teve de satisfazer-se com essa promessa vaga, que o incentivou a persistir em sua política de cooperação. Nesse ínterim, Aleixo prometeu enviar tropas para acompanhar os exércitos cruzados, reembolsar suas despesas e assegurar-lhes o reabastecimento e as comunicações.[1]

Em seguida, o exército de Boemundo foi chamado a Constantinopla e, em 26 de abril, foi trasladado para o outro lado do Bósforo, juntando-se ao de Godofredo em Pelecanum. Tancredo, que não compreendia a política do tio nem a aprovava, passou pela cidade à noite com seu primo, Ricardo de Salerno, a fim de evitar ter de fazer o juramento.[2] Naquele mesmo dia, Raimundo de Toulouse chegou a Constantinopla e foi recebido pelo imperador.

Raimundo IV, Conde de Toulouse, mais conhecido, por sua propriedade favorita, como Conde de Saint-Gilles, era já um homem de idade madura, provavelmente perto de seus sessenta anos. Seu condado ancestral era um dos mais ricos da França, e ele herdara recentemente o igualmente próspero marquesado de Provença. Por seu casamento com a princesa Elvira de Aragão, tinha laços com as casas reais espanholas; ademais, tomara parte de várias guerras santas contra os muçulmanos hispânicos. Era o único grande nobre com quem o papa discutira pessoalmente seu projeto da Cruzada, e fora o primeiro a anunciar sua adesão. Por conseguinte, considerava-se, com alguma justificativa, com direito ao comando leigo da expedição. O papa, porém, ansioso por manter o movimento sob seu controle espiritual, jamais anuíra à sua reivindicação. Raimundo provavelmente esperava que a necessidade de um líder leigo ficasse evidente. Nesse meio tempo, planejava partir para o Oriente na companhia do dirigente espiritual do movimento, o Bispo de Le Puy.

1 *Ibid.*, X, xi, 1-7, vol. II, pp. 230-4. *Gesta Francorum*, II, 6, pp. 28-32, apresenta, como sempre, um relato muito hostil ao imperador. A passagem em que conta sobre um tratado secreto entre o imperador e Boemundo a respeito de Antióquia (p. 30, ls. 14-20, "Fortissimo autem (...) preteriret") é uma interpolação tardia ao texto, feita por determinação de Boemundo. Ver Krey, "A Neglected Passage in the *Gesta*", pp. 57-78. Alberto de Aix, II, 18, p. 312, diz que Boemundo fez o juramento contra sua vontade, o que não parece corresponder à verdade.

2 *Gesta Francorum*, II, 7, pp. 32-4; Alberto de Aix, II, 19, p. 313.

Raimundo assumira a Cruz na época de Clermont, em novembro de 1095, mas só em outubro seguinte estava pronto para deixar suas terras. Embora tenha jurado passar o resto de seus dias na Terra Santa, é possível que o voto tenha sido feito com restrições, já que ele deixou suas terras na França sob a administração de seu filho natural, Bertrand, mas tomando o cuidado de não abdicar de seus direitos. Sua esposa e seu herdeiro legítimo, Alfonso, o acompanhariam. Ele vendeu ou empenhou algumas de suas propriedades a fim de levantar fundos para a viagem, mas ao que parece fez uma certa economia nos equipamentos levados. Sua personalidade é difícil de avaliar. Seus atos mostram-no como vaidoso, obstinado e um tanto ou quanto ganancioso. Seus modos corteses, porém, impressionaram os bizantinos, que descobriram ser ele mais civilizado que seus companheiros. Também deu-lhes a impressão de ser mais confiável e honesto. Ana Comnena, que diante de eventos posteriores acabaria ficando com uma disposição favorável a seu respeito, louvou a superioridade de sua natureza e a pureza de sua vida. Ademar de Le Puy, que era sem dúvida um homem de princípios elevados, considerava-o claramente um amigo valioso.

Vários nobres do sul da França aderiram à Cruzada de Raimundo. Entre estes figuravam Rambaldo, Conde de Orange, Gastão de Béarn, Gerardo de Roussillon, Guilherme de Montpelier, Raimundo de Le Forez e Isoardo de Gap. Ademar de Le Puy trouxe consigo seus irmãos, Francisco-Lamberto de Monteil, senhor de Peyrins, e Guilherme-Hugo de Monteil, além de todos os seus homens. Depois de Ademar, o principal eclesiástico a vir era Guilherme, Bispo de Orange.[1]

A expedição transpôs os Alpes pelo Passo de Genebra e cruzou o norte da Itália, chegando ao Adriático. Talvez por razões de economia, Raimundo decidiu não ir por mar, mas seguir pela costa leste do Adriático, passando pela Ístria e Dalmácia. Foi uma decisão imprudente, pois as estradas dálmatas eram ruins e a população local, rude e nada amistosa. A Ístria foi cruzada sem incidentes; depois, por quarenta dias o exército pelejou, em pleno inverno, para percorrer as rochosas trilhas dálmatas, sempre fustigados por tribos eslavas selvagens que não saíam de seus calcanhares. Raimundo permaneceu pessoalmente na retaguarda para protegê-los, e em uma ocasião apenas salvou seus homens, erguendo na estrada uma barreira de prisioneiros eslavos que capturara e mutilara de forma cruel. Partira bem municionado de víveres, e nenhum de seus homens pereceu na jornada de fome nem nos combates. Quando, finalmente, chegaram a Skodra, suas provisões esta-

1 Sobre a carreira inicial de Raimundo, ver Vaissète, *Histoire de Languedoc*, vol. III, pp. 466-77, e Manteyer, *La Provence du Ier au XIIe Siècle*, pp. 303 ss. Os nomes dos principais senhores do sul da França que acompanharam a Cruzada são fornecidos na lista bastante confusa de Alberto de Aix, II, 22-3, pp. 315-16. Sobre Ademar e sua família, ver as referências acima, pp. 109-10.

vam no fim. Raimundo conseguiu uma entrevista com o príncipe sérvio local, Bodin, que, em troca de presentes caros, concordou em permitir que os cruzados comprassem tudo quanto desejassem nos mercados da cidade. No entanto, não havia alimentos disponíveis. As tropas tiveram de prosseguir com a fome e a penúria crescentes até atingir a fronteira imperial, a norte de Durazzo, no princípio de fevereiro. Raimundo e Ademar esperavam, agora, que seus problemas tivessem terminado.

João Comneno recebeu os cruzados em Durazzo, onde enviados do imperador e uma escolta pechenegue aguardavam-nos para acompanhá-los pela Via Egnatia. Raimundo mandou uma embaixada à sua frente para anunciar em Constantinopla sua chegada; após alguns dias de descanso em Durazzo, o exército pôs-se mais uma vez em movimento. O irmão de Ademar, o Senhor de Peyrins, ficou para trás para recuperar-se de uma doença ocasionada pelas agruras da viagem. Os homens de Raimundo estavam indóceis e indisciplinados. Incomodava-os a presença da polícia pechenegue vigiando-os por todos os lados — e seu gosto incorrigível por saques provocava conflitos constantes com sua escolta. Não haviam ainda passado muitos dias quando dois barões provençais foram mortos em uma dessas escaramuças. Logo depois, o Bispo de Le Puy em pessoa afastou-se da estrada e foi ferido e capturado pelos pechenegues, antes que estes percebessem de quem se tratava. Foi imediatamente devolvido ao exército, e parece não ter guardado rancor nenhum pelo incidente; as tropas, porém, ficaram profundamente chocadas. Sua irritação aumentou quando o próprio Raimundo foi agredido, em circunstâncias similares, perto de Edessa.

Em Tessalônica, o Bispo de Le Puy deixou o exército a fim de receber um tratamento adequado para seus ferimentos. Ali permaneceu até que seu irmão pudesse juntar-se a ele, vindo de Durazzo. Sem sua influência restringente, a disciplina do exército piorou; não obstante, não houve maiores percalços até chegarem em Roussa, na Trácia. Os homens de Boemundo haviam se deliciado com sua recepção naquela cidade, quinze dias antes, mas, talvez porque os habitantes não tivessem mais provisões à venda, as forças de Raimundo melindraram-se com algo. Aos gritos de "Toulouse, Toulouse", investiram contra os muros e forçaram a entrada, pilhando todas as casas. Em Rodosto, alguns dias mais tarde, os embaixadores de Raimundo, vindo de Constantinopla, alcançaram-nos. Acompanhava-os um enviado do imperador, com mensagens cordiais instando o conde a que corresse à capital e acrescentando que Boemundo e Godofredo esperavam ansiosos por sua presença. Foram provavelmente esta última parte da mensagem e o temor de estar ausente enquanto se tomavam decisões importantes que induziram Raimundo a aceitar o convite. Deixando seus homens, correu à sua frente, chegando a Constantinopla em 21 de abril.

Com sua partida, não havia mais ninguém para manter as tropas em ordem. Imediatamente, começaram a devastar o campo. Agora, porém, havia mais que uma pequena escolta pechenegue para controlar a turba. Regimentos do exército bizantino, estacionados nas proximidades, foram deslocados para dar combate aos agressores. Na batalha que se seguiu, os homens de Raimundo foram desbaratados e fugiram, deixando armas e bagagens nas mãos dos bizantinos. A notícia do desastre chegou aos ouvidos de Raimundo no exato momento de sua saída para a entrevista com o imperador.[1]

Raimundo fora bem recebido em Constantinopla. Estava hospedado em um palácio perto da cidade, mas rogaram-lhe que fosse o mais breve possível ao palácio, onde sugeriram-lhe que fizesse o juramento de fidelidade. As experiências da viagem, porém, bem como a notícia que acabara de receber, haviam-no colocado de mau humor; ademais, estava intrigado e incomodado com a situação que encontrara no palácio. Seu objetivo, desde o princípio, fora ser reconhecido como líder militar de todo o empreendimento cruzado. Sua autoridade, porém, advinha do papa e de sua ligação com o representante pontifício, o Bispo de Le Puy. Ora, o bispo estava ausente. Faltavam a Raimundo o apoio e a orientação que sua presença lhe teria prestado. Sem ele, o conde não estava disposto a assumir compromissos — ainda mais porque fazer o juramento de fidelidade, como os demais cruzados, significaria abdicar de seu relacionamento especial com o pontificado. Ele se reduziria ao mesmo nível dos demais. E havia ainda um outro risco. O conde era inteligente o bastante para ver que Boemundo era seu rival mais perigoso; parecia desfrutar de favores especiais do imperador, e corriam rumores de que seria designado para um alto comando imperial. Fazer o juramento talvez significasse para Raimundo não só a perda de sua prioridade como ver-se sob a jurisdição de Boemundo, como representante do imperador. Declarou que viera para o Oriente para fazer o trabalho de Deus e que Deus era, agora, seu único suserano — deixando implícito que seria ele o delegado leigo do papa. Acrescentou, todavia, que se o imperador liderasse em pessoa as forças cristãs unidas, lutaria sob seu comando. A concessão indica que não era o imperador, mas Boemundo que o perturbava. O imperador só pôde replicar que, infelizmente, o estado do império não lhe permitiria deixar seu posto. Em vão os outros líderes ocidentais, temerosos de que o sucesso de toda a empreitada estivesse ameaçado, suplicaram que Raimundo mudasse de idéia. Boemundo, ainda espe-
rançoso de obter o comando imperial e ávido por agradar o imperador, chegou ao ponto de declarar que sairia em defesa do líder bizantino, caso Raimundo se

1 A jornada de Raimundo para Constantinopla é descrita por Raimundo de Aguilers, I-II, pp. 235-8, em um tom de profunda mágoa em relação aos bizantinos.

opusesse a ele abertamente. Até Godofredo ressaltou o dano que sua atitude faria à causa cristã. Aleixo, particularmente, manteve-se à parte das discussões, conquanto deixasse de oferecer a Raimundo os presentes que distribuíra pelos demais príncipes. Por fim, em 26 de abril, Raimundo consentiu em fazer um juramento modificado, prometendo respeitar a vida e a honra do imperador, providenciando para que nada fosse feito, por ele mesmo ou por seus homens, que pudesse ser em seu detrimento. Esse tipo de juramento não era incomum entre os vassalos do sul da França, e, com isso, Aleixo ficou satisfeito.

Só depois de concluídas essas negociações Boemundo e seus homens partiram para a Ásia. Enquanto isso, as tropas de Raimundo se haviam reunido, bastante abatidas, em Rodosto, onde esperaram pela chegada do Bispo de Le Puy, que os levaria para Constantinopla. Sobre as atividades de Ademar na capital, nada sabemos. Presume-se que tenha se encontrado com os principais eclesiásticos gregos, e por certo teve uma audiência com o imperador. Foram entrevistas muito amigáveis. Talvez o bispo tenha ajudado a reconciliar Raimundo e Aleixo, pois suas relações melhoraram a olhos vistos. É provável, porém, que sob esse aspecto a partida de Boemundo tenha sido mais útil. O imperador teve a oportunidade de encontrar-se em particular com Raimundo e explicar-lhe que não gostava nem um pouco dos normandos, e que Boemundo, na verdade, nunca receberia um comando imperial. Raimundo levou seu exército para o outro lado do Bósforo dois dias após seu juramento, mas voltou para passar uma quinzena na corte. Ao partir, encontrava-se em termos cordiais com Aleixo, em quem sabia ter um poderoso aliado contra Boemundo. Sua atitude em relação ao império mudara.[1]

1 As negociações de Raimundo com o imperador são descritas em Raimundo de Aguilers, II, p. 238, e na *Gesta Francorum*, II, 6, p. 52. Os relatos concordam que Raimundo estava ansioso por vingar-se pela derrota de seu exército em Rodosto, e que foi com dificuldade que os demais príncipes persuadiram-no a fazer algum tipo de juramento. Ambos também concordam com os termos de tal juramento. Só Raimundo de Aguilers fornece a importante informação de que o Conde estava pronto a servir Aleixo em pessoa. Creio que seus motivos são facilmente explicados por seus ciúmes de Boemundo. Ana Comnena, que diante de eventos posteriores ficou de prevenção a favor de Raimundo, não diz uma palavra a respeito de todas essas negociações, limitando-se a afirmar que seu pai gostava de "Isangeles" — isto é, o Conde de Saint-Gilles — e respeitava-o, por sua cortesia e honestidade. Acrescenta que Aleixo teve longas conversas com o conde, e cita um discurso deste, alertando o imperador a respeito de Boemundo e prometendo trabalhar ao lado dos bizantinos (*Alexiad*, X, xi, 9, vol. II, pp. 234-5). Não vejo por que presumir que ela estivesse confundindo essa visita com a visita de Raimundo a Aleixo em 1100; Alberto de Aix, cuja fonte de informações é um dos soldados de Godofredo, concorda que Raimundo deixou Constantinopla nos melhores termos possíveis com o imperador, após lá permanecer por quinze dias (II, 20, p. 314). Exemplos do uso do juramento de não-prejuízo no Languedoc encontram-se em Vaissète, *Histoire de Languedoc*, vols. V, pp. 372, 381, e VII, pp. 134 ss.

O quarto grande exército ocidental a aderir à Cruzada partiu do norte da França em outubro de 1096, pouco depois de Raimundo deixar suas terras. Encontrava-se sob a liderança conjunta de Roberto, Duque da Normandia, seu cunhado Estêvão, Conde de Blois, e seu primo Roberto II, Conde de Flandres. Roberto da Normandia era o filho mais velho de Guilherme, o Conquistador[1]. Era um homem em seus quarenta anos, brando e um pouco inócuo, mas não desprovido de coragem e charme pessoais. Desde a morte de seu pai, estava envolvido em uma guerra desconexa com seu irmão, Guilherme Rufo, da Inglaterra, que invadira seu ducado em várias ocasiões. A pregação da Cruzada por Urbano comovera-o profundamente; não tardou em anunciar sua adesão. Em troca, o papa, quando ainda se encontrava no norte da França, promoveu a reconciliação dos dois irmãos. Roberto, porém, levou vários meses para planejar sua Cruzada, e acabou só conseguindo levantar o dinheiro necessário empenhando seu ducado para Guilherme por dez mil marcos de prata. O ato de confirmação do penhor foi assinado em setembro de 1096. Poucos dias mais tarde, Roberto partiu com seu exército rumo a Pontarlier, onde juntaram-se a ele Estêvão de Blois e Roberto de Flandres. Acompanhavam-no Odo, Bispo de Bayeux, Gualtério, Conde de Saint-Valéry, os herdeiros dos Condes de Montgomery e Mortagne, Girardo de Gournay, Hugo de Saint-Pol e os filhos de Hugo de Grant-Mesnil, além de inúmeros cavaleiros e infantes não só da Normandia mas também da Inglaterra, Escócia e Bretanha; contudo, o único nobre inglês a acompanhar a Cruzada, Ralph Guader, Conde de Norfolk, encontrava-se no exílio na época, vivendo nas propriedades de sua mãe, na Bretanha.[2]

Estêvão de Blois não tinha desejo algum de tomar parte da Cruzada. Todavia, tinha se casado com Adela, filha de Guilherme, o Conquistador; em seu lar, era ela que tomava as decisões. Ela queria que ele fosse, e assim foi. Levou consigo seus principais vassalos — Everardo de Le Puits, Guerin Gueronat, Caro Asini, Godofredo Guerin e seu capelão, Alexandre. Fazia parte da comitiva o clérigo Fulcher de Chartres, o futuro historiador. Estêvão, um dos homens mais ricos da França, levantou o dinheiro para a empreitada sem grandes dificuldades. Deixou suas terras sob a competente direção de sua esposa.[3]

O Conde de Flandres era um pouco mais jovem, mas possuía uma personalidade mais formidável. Seu pai, Roberto I, fizera a peregrinação a

1 Rei da Inglaterra (1066-1087) e duque da Normandia (1035-1087). Liderou a invasão normanda da Inglaterra (1066). (N.T.)
2 Sobre Roberto da Normandia, ver David, *Robert Curthose, passim*. No Apêndice D, pp. 221-9, ele fornece uma lista completa dos companheiros de Roberto.
3 Sobre Estêvão de Blois, ver Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe*, pp. 48-56.

Jerusalém em 1086, e na volta empregara-se durante algum tempo a serviço do Imperador Aleixo, com quem manteve contato até sua morte, em 1093. Era natural, pois, que Roberto II quisesse dar continuidade à sua obra contra os infiéis. Seu exército era um pouco menor que o de Raimundo ou Godofredo, mas era de alta qualidade. Fez-se acompanhar de tropas do Brabante[1], sob o comando de Balduíno de Alost, Conde de Ghent. Em sua ausência, suas terras seriam administradas por sua condessa, Clemência da Burgúndia.[2]

De Pontarlier, o exército unificado foi para o sul, atravessando os Alpes e entrando na Itália. Ao passar por Lucca, em novembro, encontrou-se com o Papa Urbano, que ali passava alguns dias em sua viagem de Cremona a Roma. Urbano recebeu os líderes em audiência e deu-lhes sua bênção especial. O exército seguiu para Roma, a fim de visitar o túmulo de S. Pedro, mas recusou-se a intervir na contenda, que perturbava a cidade, entre os seguidores de Urbano e os do antipapa Guiberto. De Roma, penetraram, passando por Monte Cassino, no ducado normando ao sul. Lá, foram bem recebidos pelo Duque da Apúlia, Rogério Borsa, cuja esposa, Adela, a rainha viúva da Dinamarca, era irmã do Conde de Flandres, e que reconhecia o Duque da Normandia como o líder de sua raça. Rogério ofereceu ao cunhado muitos presentes caros, mas este aceitou somente relíquias sagradas — o cabelo da Virgem e os ossos de S. Mateus e S. Nicolau —, que enviou à sua esposa para que as colocasse na Abadia de Watten.[3]

Roberto da Normandia e Estêvão de Blois decidiram passar o inverno no conforto da Calábria. Roberto de Flandres, porém, prosseguiu com seus homens quase que de imediato para Bari, atravessando para o Épiro no início de dezembro. Chegou a Constantinopla sem nenhum incidente desagradável, quase ao mesmo tempo que Boemundo. O Conde de Alost, porém, que tentara desembarcar perto de Chimarra, mais ao sul do que os portos de desembarque aceitos, viu-se bloqueado por uma esquadra bizantina. Houve uma pequena batalha marítima, narrada em detalhes na história de Ana Comnena, já que seu herói, Mariano Mavrocatacalon, filho do famoso almirante, era amigo seu. A despeito das façanhas de um sacerdote latino, cuja belicosa falta de consideração pela batina chocou os bizantinos, o navio brabanção foi abordado e capturado, e o conde e seus homens aportaram em

1 Região da Bélgica. (N.T.)
2 Sobre Roberto e Clemência de Flandres, ver *ibid.*, pp. 247-9. Os nomes dos cavaleiros do norte da França a ingressar no exército cruzado encontram-se na lista de Alberto de Aix (II, 22-3, pp. 315-16).
3 Fulcher de Chartres, I, vii, pp. 163-8; decreto de Clemência, Condessa de Flandres, *in* Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 142-3.

Durazzo.[1] O séquito flamengo, ao que tudo indica, fez sem dificuldade o juramento de fidelidade a Aleixo. O Conde Roberto estava entre os príncipes que insistiram para que Raimundo cedesse.[2]

Roberto da Normandia e Estêvão de Blois permaneceram no sul da Itália até a primavera. Sua falta de entusiasmo afetou seus seguidores, muitos dos quais começaram a vagar, voltando para casa. Por fim, em março, o exército foi para Brindisi, preparando-se para embarcar em 5 de abril. Infelizmente, o primeiro navio a fazer-se à vela soçobrou, perdendo cerca de quatrocentos passageiros, com seus cavalos e mulas e muitas arcas de dinheiro. A conveniente descoberta de que os cadáveres atirados à costa estavam milagrosamente marcados com cruzes em suas omoplatas, embora tenha edificado os fiéis, não demoveu muitos homens mais temerosos de abandonar a expedição. O grosso do exército, porém, embarcou em segurança e, após uma penosa viagem de quatro dias, aportou em Durazzo. As autoridades bizantinas receberam-nos bem e forneceram-lhes uma escolta para acompanhá-los, pela Via Egnatia, até Constantinopla. Exceto por um acidente quando o exército estava cruzando um regato nas montanhas do Pindo, quando uma súbita inundação arrastou vários peregrinos, a viagem transcorreu agradavelmente. Após um atraso de quatro dias diante das muralhas de Tessalônica, chegaram a Constantinopla no início de maio. Providenciou-se um acampamento para os soldados fora da cidade, e grupos de cinco ou seis de cada vez eram admitidos diariamente na cidade, a fim de conhecê-la e visitar seus santuários. Todos os exércitos cruzados anteriores já haviam, àquela altura, sido transferidos para o outro lado do Bósforo; entre os que chegaram depois não havia descontentes para estragar suas relações com os bizantinos. Sua admiração diante da beleza e esplendor da cidade não tinha limites, e aproveitaram o descanso e o conforto que ela tinha a lhes oferecer. Ficaram gratos pela distribuição de moedas e roupas de seda promovida pelo imperador, bem como pela comida e pelos cavalos com que

1 Fulcher de Chartres, *loc. cit.*, p. 168; Ana Comnena, *Alexiad*, X, viii, 2-10, vol. II, pp. 215-20. Maricq, "Un 'Comte de Brabant' et des 'Brabançons' dans deux textes byzantins", *in Bulletin de la Classe des Lettres* da Academia Real da Bélgica, vol. XXXIV, pp. 463 ss., identificou satisfatoriamente o "ὁ Κόμης Πρεβέντζας" de Ana com Balduíno II, Conde de Alost, superando, assim, a sugestão anterior de Grégoire de que se tratasse de Ricardo do Principado. ("Notes sur Anne Comnène", *in Byzantion*, vol. III, pp. 312-13, que também contém uma interessante discussão sobre a palavra τζάγγρα, mencionada aqui por Ana.) A teoria de Ducange de que o "ὁ Κόμης Πρεβέντζας" seja Raimundo de Toulouse, que também era Marquês de Provença, apoiada também pela Sra. Buckler, *Ana Comnena*, p. 465, é impossível, visto que Ana sempre se refere a Raimundo como "Isangeles", e seus movimentos são bem conhecidos por nós.

2 Raimundo de Aguilers, II, p. 238.

foram brindados. Seus líderes fizeram imediatamente o juramento de fidelidade ao imperador, e foram recompensados com presentes magníficos. Estêvão de Blois, escrevendo no mês seguinte à sua esposa, de quem era zeloso correspondente, estava extasiado com sua recepção pelo imperador. Permaneceu dez dias no palácio, onde o imperador tratou-o como a um filho, dando-lhe muitos bons conselhos e cobrindo-o de presentes soberbos, além de oferecer-se para educar seu filho mais novo. Estêvão ficou particularmente impressionado com a generosidade imperial para com todos os escalões do exército cruzado, assim como com a prodigalidade e a eficiente organização das provisões para as tropas já em campo. "Seu pai, meu amor", escreveu ele, referindo-se a Guilherme, o Conquistador, "tinha muitos grandes dotes, mas não era quase nada, comparado a este homem."

O exército passou uma quinzena em Constantinopla, antes de ser trasladado para a Ásia. Até a travessia do Bósforo agradou Estêvão, que ouvira dizer que o canal era perigoso, mas verificara que não era mais bravio que o Marne ou o Sena. Marcharam ao longo do Golfo da Nicomédia, passaram pela cidade e juntaram-se aos principais exércitos cruzados, que já iniciavam o cerco de Nicéia.[1]

Aleixo podia voltar a respirar. Desejara mercenários do Ocidente. Em vez disso, enviaram-lhe grandes exércitos, cada um com seu próprio líder. Nenhum governo se importa de fato por ver várias forças aliadas independentes invadindo seu território, sobretudo quando se encontram em um nível de civilização inferior. Era preciso providenciar víveres e impedir saques. Quanto ao verdadeiro tamanho das forças cruzadas, só se pode conjeturar. As estimativas medievais são sempre exageradas; contudo, a corja de Pedro, o Eremita, incluindo seus muitos não-combatentes, provavelmente aproximava-se dos vinte mil. Os principais exércitos cruzados — o de Raimundo, o de Godofredo e o dos franceses do norte — superavam os dez mil cada um, incluindo não-combatentes. O de Boemundo era um pouco menor, e havia outros grupos de pouca monta. No total, pois, entre sessenta e cem mil pessoas devem ter entrado no império entre o verão de 1096 e a primavera de 1097.[2] Em termos gerais, as disposições do imperador para lidar com essa multidão foram bem-sucedidas. Nenhum dos cruzados sofrera por falta de alimentos durante a travessia dos Bálcãs. Os únicos assaltos realizados com vistas à obtenção de comida foram o de Gualtério Sem-Haveres em Bel-

1 Fulcher de Chartres, II, viii, pp. 168-76; carta de Estêvão de Blois para sua esposa, em Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 138-40. Essa carta foi enviada de Nicéia. Uma carta anterior, escrita em Constantinopla e descrevendo sua viagem até lá, à qual Estêvão se refere aqui, infelizmente se perdeu.

2 Ver o Apêndice II, pp. 336-41.

grado e o de Pedro em Bela Palanka, ambos sob circunstâncias excepcionais, e o de Boemundo — que viajava em pleno inverno, em uma estrada inadequada — em Castória. Saques esparsos e um ou outro ataque caprichoso a algumas cidades tinham sido impossíveis de prever, já que Aleixo dispunha de tropas insuficientes para tal. Ainda assim, seus esquadrões pechenegues, com sua obediência cega e intransigente às ordens, por mais irritante que sua presença possa ter sido para os cruzados, revelaram-se uma eficiente força policial; já os enviados especiais do imperador geralmente lidavam com os príncipes do Ocidente com muito tato. O êxito crescente dos métodos imperiais é demonstrado pela passagem tranqüila do último dos exércitos, composto por franceses do norte, que não eram um povo bem disciplinado e seguiam líderes fracos e incompetentes.

Em Constantinopla, Aleixo obtivera um juramento de fidelidade de todos os príncipes, menos Raimundo, com quem chegou a um entendimento particular. Não acalentava ilusões quanto ao valor prático desses votos nem quanto à confiabilidade dos homens que os haviam feito. Não obstante, eles no mínimo lhe confeririam um certo respaldo jurídico que talvez tivesse algum valor. Não fora fácil chegar àquele resultado, pois, conquanto os líderes mais sábios, como Boemundo, e observadores perspicazes, como Fulcher de Chartres, reconhecessem a necessidade de cooperação com Bizâncio, para os cavaleiros menores e a soldadesca o juramento parecia uma humilhação e até uma traição da confiança.[1] Haviam se prevenido contra os bizantinos devido à fria acolhida que receberam dos moradores do campo, a quem pensavam que vinham salvar. Constantinopla, aquela cidade vasta e esplêndida, com toda a sua riqueza, sua ativa população de mercadores e artesãos, seus nobres cortesãos, em seus mantos civis, e as grandes damas ricamente vestidas e adornadas, com seus séquitos de eunucos e escravos, despertaram neles um grande desdém, mesclado a um desconfortável sentimento de inferioridade. Não entendiam o idioma nem os costumes daquele país. Até os serviços religiosos eram-lhes estranhos.

A aversão foi recíproca. Para os cidadãos da capital, aqueles bandoleiros rudes e indisciplinados, acampados por tanto tempo em seus subúrbios, eram um transtorno sem fim; ao mesmo tempo, conhecemos a atitude dos moradores do campo por uma carta escrita por Teofilato, Arcebispo da Bulgária, em sua sé da Ócrida, na Via Egnatia. Teofilato, de mente sabidamente aberta em relação ao Ocidente, fala sobre os problemas causados pela passagem dos cruzados por sua diocese, mas acrescenta que agora ele e seus

1 Fulcher de Chartres, I, viii, 9, pp. 175-6, I, ix, 3, p. 179.

homens estavam aprendendo a suportar o fardo com paciência.[1] O início da Cruzada não vinha com bons presságios para a amistosidade das relações entre o Ocidente e o Oriente.

Não obstante, Aleixo provavelmente não estava insatisfeito. O perigo para Constantinopla passara, e o grande exército cruzado partira para enfrentar os turcos. Tencionava de fato colaborar com os cruzados, mas com uma ressalva. Não sacrificaria os interesses do império aos dos cavaleiros ocidentais. Seu dever era, antes de mais nada, para com sua própria gente. Ademais, como todos os bizantinos, acreditava que o bem-estar da cristandade dependia do bem-estar do Império Cristão histórico. E ele estava certo.

1 Carta de Teofilato da Bulgária, em *M.P.G.*, vol. CXXVI, cols. 324-5.

LIVRO IV

A GUERRA CONTRA OS TURCOS

Capítulo 1

A Campanha na Ásia Menor

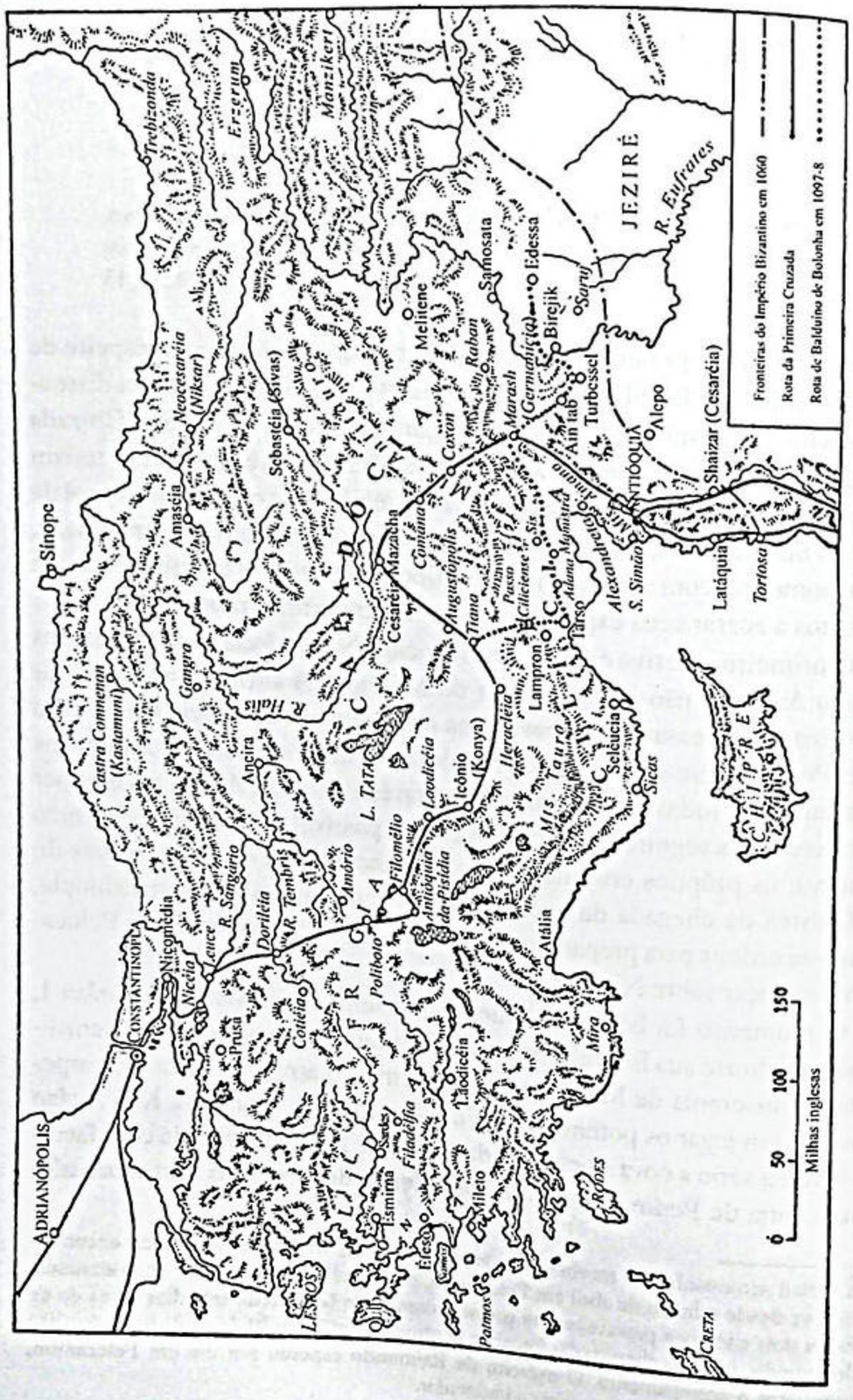
"Sim, virás da tua terra, do extremo norte, tu e povos numerosos contigo, todos eles montados em cavalos, uma assembléia enorme e um exército imenso!"
EZEQUIEL 38, 15

Por mais que o Imperador e os príncipes cruzados altercassem a respeito de seus direitos e da distribuição das conquistas por vir, não podia haver dissensões quanto aos estágios iniciais da campanha contra os infiéis. Se a Cruzada pretendia chegar a Jerusalém, as estradas que cruzavam a Ásia Menor teriam de ser limpas — e a expulsão dos turcos da região era o objetivo principal da política bizantina. Havia o mais absoluto acordo com relação à estratégia, e, até o momento, com um exército bizantino ao seu lado, os cruzados estavam dispostos a acatar seus experientes generais em termos táticos.

O primeiro objetivo era a capital seljúcida, Nicéia, localizada às margens do lago Ascânio, não longe do Mar de Mármora. A antiga estrada militar bizantina a atravessava, mas havia uma rota alternativa um pouco mais para leste. Permitir que aquela grande fortaleza permanecesse em mãos inimigas poria em risco todas as comunicações através da região. Aleixo ansiava por ver os cruzados seguirem adiante assim que possível, à medida que o verão avançava; os próprios cruzados estavam impacientes. Nos últimos dias de abril, antes da chegada do exército do norte da França a Constantinopla, deram-se ordens para preparar para desmanchar o acampamento em Pelecanum e avançar sobre Nicéia.[1]

O momento foi bem escolhido, pois o sultão seljúcida, Kilij Arslan I, havia viajado até sua fronteira oriental, disputando com os príncipes danishmends a suserania de Melitene, cujo governante armênio, Gabriel, empenhava-se em jogar os potentados vizinhos uns contra os outros. Kilij Arslan não levou a sério a nova ameaça vinda do oeste. Tendo derrotado com facilidade a corja de Pedro, o Eremita, aprendera a desprezar os cruzados; ade-

1 É difícil acompanhar os movimentos dos príncipes. As tropas de Godofredo encontravam-se desde o início de abril em Pelecanum, onde a ele se juntaram as de Boemundo. Esses dois exércitos provavelmente prosseguiram, o de Godofredo três dias antes do de Boemundo, antes da chegada das forças de Raimundo, em 29 ou 30 de abril, de modo a não superlotar o acampamento. O exército de Raimundo esperou por ele em Pelecanum, enquanto ele retornava para visitar o imperador.



Ásia Menor na época da Primeira Cruzada

mais, talvez seus espiões em Constantinopla, ávidos por agradar seu senhor, tenham lhe transmitido informações exageradas sobre os desentendimentos entre o imperador e os príncipes ocidentais. Pensando que os cruzados jamais penetrariam em Nicéia, ele deixou sua esposa e filhos e todo o seu tesouro dentro de suas muralhas. Só quando recebeu a notícia da concentração do inimigo em Pelecanum mandou que parte de seu exército retornasse rápido para o oeste, seguindo pessoalmente assim que seus problemas no leste foram resolvidos. Suas tropas chegaram tarde demais para interferir na marcha cruzada sobre a cidade.[1]

O exército de Godofredo da Lorena deixou Pelecanum por volta de 26 de abril e dirigiu-se para Nicomédia, onde esperou por três dias pelo exército de Boemundo, sob o comando de Tancredo, e por Pedro, o Eremita, e o restante de sua súcia. O próprio Boemundo permaneceu ainda alguns dias em Constantinopla, combinando com o imperador o fornecimento de provisões para as tropas. Um pequeno destacamento de engenheiros bizantinos, munido de máquinas de cerco, acompanhou os soldados, liderados por Manuel Butumites. De Nicomédia Godofredo conduziu o exército até Civetot, voltando-se em seguida para o sul, penetrando no desfiladeiro onde os homens de Pedro haviam perecido. Seus ossos ainda cobriam a entrada do estreito; alertado por sua sina e pelos conselhos do imperador, Godofredo prosseguiu com cautela, enviando observadores e engenheiros à frente, a fim de limpar e alargar o caminho, que foi então marcado com uma sucessão de cruzes de madeira, a fim de servirem de orientação para os futuros peregrinos. Em 6 de maio, chegaram diante de Nicéia. A cidade tivera suas defesas muito reforçadas desde o século IV; suas muralhas, de cerca de 6,5 quilômetros de comprimento, com suas 240 torres, encontravam-se sob permanente manutenção sob os bizantinos. Situada na extremidade leste do Lago Ascânio, sua muralha oeste erguia-se diretamente da água rasa, formando um pentágono irregular. Godofredo acampou perto de sua face norte e Tancredo, a leste da cidade; o sul foi deixado para as tropas de Raimundo.

A guarnição turca era grande, mas precisava de reforços. Mensageiros, um dos quais foi interceptado pelos cruzados, foram enviados até o sultão, instando a que enviasse rápido tropas para a cidade pelos portões ao sul, antes que a investida fosse levada a cabo. O exército turco, porém, ainda estava demasiado longe. Antes da aproximação de sua vanguarda, Raimundo chegou, em 16 de maio, e espalhou suas tropas pelo muro sul. Boemundo

1 Mateus de Edessa, II, cxlix-cl, pp. 211-12, 215, descreve o ataque de Kilij Arslan a Melitene e diz que era lá que ele estava por ocasião do ataque franco a Nicéia.

juntara-se às suas forças dois ou três dias antes. Até sua chegada, a insuficiência de provisões enfraquecera os cruzados; graças ao seu acordo com Aleixo, porém, dali por diante os víveres chegaram em abundância aos sitiadores, tanto por mar quanto por terra. Quando Roberto da Normandia e Estêvão de Blois chegaram com suas forças, em 3 de junho, o exército cruzado ficou completo. As tropas atuavam juntas, como se fossem uma unidade, embora não houvesse comandante supremo. As decisões eram tomadas pelos príncipes, em conselho. Até então, ainda não tinha havido desacordos sérios entre eles. Enquanto isso, o imperador deslocou-se para Pelecanum, onde podia manter-se em contato tanto com sua capital quanto com Nicéia.[1]

A primeira força de socorro turca atingiu Nicéia logo após Raimundo, encontrando a cidade inteiramente bloqueada por terra. Depois de uma breve e malsucedida escaramuça com as tropas de Raimundo, retiraram-se e ficaram esperando o corpo principal do exército turco, que se aproximava sob o comando do sultão. Aleixo instruíra Butumites a entrar em contato com a guarnição sitiada. Ao verem as tropas de salvamento baterem em retirada, convidou Butumites, sob salvo-conduto, a entrar na cidade para discutir os termos da rendição. Ele aceitou, mas quase ao mesmo tempo chegou a notícia da aproximação do sultão, e as negociações foram interrompidas.

Foi mais ou menos em 21 de maio que o sultão e seu exército chegaram do sul e atacaram os cruzados de imediato, na tentativa de forçar a entrada na cidade. Raimundo, com o Bispo de Le Puy no comando de seu flanco direito, suportou toda a carga da investida, pois nem Godofredo nem Boemundo podiam correr o risco de deixar desguarnecidas suas seções das muralhas. Roberto de Flandres, porém, correu em auxílio de Raimundo. A batalha foi ferrenha durante todo o dia, mas os turcos não conseguiram abrir caminho. Ao cair da noite, o sultão decidiu bater em retirada. O exército cruzado era mais forte do que ele pensara; no combate homem a homem, os turcos não eram páreo para os bem armados ocidentais no campo

1 *Gesta Francorum*, II, 7, p. 34, descreve a marcha de Godofredo até Nicéia. Ana Comnena, XI, i, I, vol. III, p. 7, diz que parte do exército foi por mar direto de Pelecanum para Civetot. Alberto de Aix conta que Godofredo atingiu "Rufinel" na mesma noite em que deixou o acampamento (em Pelecanum) e ali parou para receber uma mensagem de Raimundo, em Constantinopla, e para esperar que Pedro, o Eremita, se juntasse a ele (Alberto, II, 20, pp. 313-14). Ao mencionar "Rufinel" ele devia estar se referindo a Nicomédia, que se situa a um dia de viagem de Pelecanum. A chegada de Raimundo em 16 de maio é relatada na *Gesta Francorum*, II, 8, p. 36, e a dos franceses do norte, *ibid.* p. 38, e por Fulcher de Chartres, I, X, 3, p. 182, que fornece a data.

aberto em frente à cidade. Era uma estratégia melhor buscar refúgio nas montanhas e deixar a cidade à sua própria sorte.[1]

Os cruzados haviam sofrido grandes perdas. Muitos foram mortos, inclusive Balduíno, Conde de Ghent; quase todos os sobreviventes estavam feridos. A vitória, porém, encheu-os de elação. Deliciados, descobriram entre os turcos mortos as cordas trazidas para amarrar os prisioneiros que o sultão esperava fazer. Para enfraquecer o moral da guarnição sitiada, cortaram as cabeças de muitos dos corpos inimigos e atiraram-nas para dentro das muralhas, ou fixaram-nas em estacas com as quais desfilaram diante dos portões.[2] Assim, não havendo mais perigos a temer de fora, concentraram-se no cerco. As fortificações, contudo, eram formidáveis. Em vão Raimundo e Ademar tentaram solapar uma das torres do sul, enviando especialistas para abalar seus alicerces, cavando um túnel por baixo do muro e ali ateando um grande incêndio. O pouco dano causado foi reparado durante a noite pelos defensores da cidade. Ademais, descobriu-se que o bloqueio estava incompleto, pois a cidade ainda era abastecida pelo lago.[3] Os cruzados viram-se obrigados a recorrer ao auxílio do imperador, fornecendo-lhes barcos para interceptar a rota aquática. O mais provável é que Aleixo estivesse inteiramente a par da situação, mas desejasse que os príncipes ocidentais percebessem o quanto sua cooperação era-lhes necessária. A seu pedido, ele enviou uma pequena flotilha para o lago, sob o comando de Butimites.[4]

O sultão, ao retirar-se, dissera à guarnição que agisse como bem entendesse, pois ele não podia ajudá-los mais. Ao verem os navios bizantinos no lago e compreenderem que os cruzados contavam com o total apoio do imperador, os defensores da cidade decidiram se entregar. Era o que Aleixo esperava. Não pretendia acrescentar uma cidade semidestruída aos seus domínios, nem que seus futuros súditos sofressem os horrores de um saque, sobretudo porque a maioria dos cidadãos era cristã; os turcos constituíam apenas os soldados e uma pequena nobreza cortesã. O contato foi restabele-

1 Ana Comnena, XI, i, 3-4, vol. III, pp. 8-9, deixa claro que os turcos enviaram duas forças diferentes para salvar Nicéia. Albert of Aix, II, 25-6, pp. 318-19, refere-se à captura de espiões imediatamente antes do principal ataque turco. A batalha é descrita na *Gesta Francorum*, II, 8, pp. 36-8, e por Raymond of Aguilers, III, p. 239, e Albert of Aix, II, 27, pp. 319-20.

2 *Gesta Francorum*, *loc. cit.*; Albert of Aix, II, 28, pp. 320-1. A morte de Balduíno de Ghent é mencionada por Estêvão de Blois, Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 139.

3 *Gesta Francorum*, *loc. cit.*; Alberto of Aix, II, 31, pp. 322-3; Anna Comnena, XI, i, 6-7, vol. III, pp. 9-10.

4 *Gesta Francorum*, *ibid.*, p. 40; Alberto of Aix, II, 32, pp. 323-4. Anna Comnena, XI, ii, 3-4, vol. III, pp. 11-12, insinua os motivos de seu pai para pelo menos enviar navios para o lago, e informa que, ao mesmo tempo, ele despachou tropas sob o comando de Tatício e Tzitas para ajudar os cruzados em terra.

cido com Butumites e os termos da rendição, negociados. Os turcos ainda hesitavam, porém, na esperança de que o sultão ainda retornasse. Só quando tomaram conhecimento de que os cruzados estavam planejando um assalto geral é que finalmente desistiram.

O ataque foi marcado para 19 de junho. Ao romper da aurora, porém, os cruzados viram o estandarte do imperador tremulando sobre as torres da cidade. Os turcos se haviam rendido durante a noite; as tropas imperiais, em sua maioria pechenegues, penetraram a cidade pelos portões do lado do lago. É pouco provável que os líderes cruzados não tivessem sido informados das negociações; tampouco as desaprovaram, pois viam que não havia utilidade em perder tempo e homens investindo contra uma cidade que não lhes caberia de qualquer modo. Não obstante, foram deliberadamente mantidos na ignorância dos estágios finais; já a soldadesca considerou-se ludibriada. Esperavam pilhar as riquezas de Nicéia. Em vez disso, só puderam entrar em pequenos grupos na cidade, sob a atenta vigilância da polícia imperial. Esperavam manter os nobres turcos reféns para receberem um resgate, mas viram-nos serem levados sob escolta, com seus bens móveis, para Constantinopla ou à presença do imperador, em Pelecanum. Seu ressentimento contra o imperador intensificou-se.[1]

Até certo ponto, foi mitigado pela generosidade imperial: Aleixo prontamente determinou a distribuição de lotes de víveres para todos os soldados cruzados, enquanto seus líderes foram reunidos em Pelecanum e presenteados com ouro e jóias do tesouro do sultão. Estêvão de Blois, que acompanhou Raimundo de Toulouse, ficou assombrado com a montanha de ouro que era a sua parte. Não era da opinião, compartilhada por alguns de seus companheiros, de que o imperador deveria ter ido pessoalmente a Nicéia, pois compreendia que a manifestação promovida pela cidade libertada para receber seu soberano talvez fosse embaraçosa para ele. Em troca dos presentes, Aleixo exigiu que os cavaleiros que ainda não haviam prestado o juramento de fidelidade fizessem-no agora. Muitos nobres de menor monta, com quem ele não se preocupara ao passarem por Constantinopla, cederam. Raimundo, ao que parece, não foi convidado a fazer mais do que já fizera; o caso de Tancredo, contudo, foi levado mais a sério. A princípio, adotou uma postura truculenta, declarando que, a menos que a grande tenda imperial lhe fosse entregue cheia até o teto de ouro e ele recebesse uma quantia igual ao total ganho por todos os demais príncipes, não faria juramento nenhum. Quando o cunhado do imperador, Jorge Paleólogo, protestou diante de sua

1 Anna Comnena, XI, ii, 4-6, vol. III, pp. 12-13, fornece um relato completo da rendição da cidade, reconhecendo francamente que os bizantinos enganaram os cruzados. As fontes ocidentais limitam-se a dizer que Nicéia rendeu-se ao imperador.

rudeza, Tancredo investiu contra ele e agrediu-o fisicamente. O imperador ergueu-se, pronto a intervir, e Boemundo repreendeu asperamente seu sobrinho. No fim das contas, Tancredo, a contragosto, prestou a homenagem.[1]

Os cruzados ficaram chocados com o tratamento dispensado pelo imperador aos prisioneiros turcos. Os altos funcionários e líderes receberam permissão para comprar sua liberdade, ao passo que a sultana, filha do Emir Chaka, foi recebida com honras reais em Constantinopla, onde permaneceria até que seu marido lhe enviasse uma mensagem informando onde ela deveria encontrá-lo. Então, foi enviada, junto com seus filhos, sem necessidade de resgate. Aleixo era um homem generoso, e conhecia muito bem o valor da cortesia para com um inimigo subjugado; aos olhos dos príncipes ocidentais, porém, sua atitude pareceu hipócrita e desleal.[2]

Todavia, apesar de uma certa decepção por não terem capturado a cidade pessoalmente nem se servido de suas riquezas, a libertação de Nicéia encheu os cruzados de alegria e esperanças quanto ao futuro. Enviaram-se cartas para o Ocidente, anunciando que aquele lugar venerável era cristão de novo; a notícia foi recebida com entusiasmo. A Cruzada provara ser um sucesso. Mais recrutas puseram-se a caminho, e as cidades italianas, até então bastante cautelosas e dilatórias em relação à ajuda prometida, começaram a levar o movimento mais a sério. No acampamento cruzado, os cavaleiros ansiavam por dar prosseguimento à jornada. Estêvão de Blois estava cheio de otimismo, e escreveu à sua esposa: "dentro de cinco semanas esta-

1 Raimundo de Aguilers, III, pp. 239-40, diz que o imperador prometera aos príncipes todo o butim de Nicéia, e comprometera-se a fundar um monastério latino e uma hospedagem na cidade; o não cumprimento da promessa causou grande rancor. Já Fulcher de Chartres, I, X, 10, pp. 188-9, Anselmo de Ribemont, Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 145, e Estêvão de Blois, Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 140, falam de sua grande generosidade, o último afirmando que, na verdade, ele cedeu a melhor parte do butim para os príncipes, e deu alimentos para os soldados mais pobres; até a *Gesta Francorum* reconhece (III, 9, p. 42) que ele distribuiu caridades em abundância pelos francos pobres. Anna Comnena, XI, iii, 1-2, vol. III, pp. 16-17, narra o segundo juramento. Grousset, *Histoire des Croisades*, vol. I, p. 31, sem motivo aparente presume que Tancredo continuou se recusando a fazer o juramento, e até Chalandon, *Essai sur le Règne d'Alexis Comnène*, p. 123, n. 4, acredita que ele não pode tê-lo feito, porque Aleixo nunca chegou a acusá-lo, mais tarde, de haver quebrado um juramento. A história de Ana, porém, é clara e convincente. Por outro lado, a versão de Radulph of Caen para o episódio (XVIII-XIX, pp. 619-20) é claramente fantasiosa, representando a história que Tancredo gostava de imaginar ser verdade. Ver Nicholson, *Tancred*, p. 32, n. 5. Anselmo, *loc. cit.*, admite que alguns dos príncipes estavam descontentes com o imperador. Albert of Aix, II, 28, p. 321, refere-se a uma distribuição de presentes para os príncipes promovida por Aleixo durante o cerco. Ver acima, p. 143, n. 1, sobre o local da cerimônia.

2 O autor da *Gesta Francorum* (II, 8, pp. 40-2) declara que o imperador tratou os prisioneiros com generosidade apenas para humilhar os cruzados mais tarde. Sobre os movimentos posteriores da sultana, ver p. 179.

remos em Jerusalém, a menos", acrescentou, sendo mais profético do que poderia imaginar, "que sejamos retidos em Antióquia".[1]

De Nicéia os cruzados puseram-se em marcha pela antiga estrada principal bizantina que cruzava a Ásia Menor. A estrada proveniente de Calcedônia e Nicomédia juntava-se à que vinha de Helenópolis e Nicéia às margens do Rio Sangário; em seguida, afastava-se do rio, seguindo o vale de um tributário seu rumo ao sul, passando pela atual Biledjik e penetrando um desfiladeiro que levava a Doriléia, perto da moderna Eskishehir. Ali, dividia-se em três. A grande estrada militar bizantina corria para leste, provavelmente passando por Ancira ao sul e dividindo-se mais uma vez, depois de cruzar o Halis; uma de suas ramificações continuava para a Armênia, passando por Sebastéia (Sivas), e a outra tomava o rumo de Cesaréia Mazacha. Dali, várias estradas atravessavam os estreitos da cadeia do Antitauro e atingiam o cale do Eufrates, enquanto outra inclinava-se para o sudoeste, passava por Tiana e chegava ao Passo Ciliciense. A segunda estrada da Doriléia conduzia diretamente ao grande deserto de sal no centro da Ásia Menor, ao sul do Lago Tata, de Amório até o Passo Ciliciense. Essa rota só podia ser utilizada por companhias ágeis, pois atravessava uma região desolada, inteiramente desprovida de água. A terceira estrada margeava a face sul do deserto de sal, partindo de Filomélio, a moderna Akshehir, em direção a Icônio, Heracléia e o Passo Ciliciense. Uma estrada marginal partia das imediações de Filomélio em direção a Atália, no Mediterrâneo, e outra ligava a área de Icônio a Selêucia, também na costa mediterrânea.[2]

Qualquer que fosse a estrada que as forças cruzadas decidissem tomar, era preciso primeiro chegar a Doriléia. Em 26 de junho, uma semana após a queda de Nicéia, a vanguarda pôs-se em movimento, seguida ao longo dos dois dias seguintes pelas várias divisões do exército, que se reuniram na ponte sobre o Rio Azul, onde a estrada deixa o vale do Sangário e sobe para o planalto. Um pequeno destacamento bizantino, comandado pelo experiente general Tatício, acompanhava os cruzados. Alguns dos soldados ocidentais, em sua maioria provavelmente feridos em Nicéia, ficaram para trás e entraram para o serviço do imperador. Foram colocados sob o comando de Butumites e empregados nos reparos e na defesa de Nicéia.[3]

1 Estêvão de Blois, *loc. cit.* Os cruzados receberam permissão para visitar Nicéia em grupos de dez pessoas (Ana Comnena, XI, ii, vol. III, p. 16).

2 Sobre as estradas que atravessavam a Ásia Menor, ver Ramsay, *Historical Geography of Asia Minor*, pp. 74-82.

3 O exército de Boemundo partiu em 26 de junho (*Gesta Francorum*, III, 9, p. 44); o de Raimundo, em 28 de junho (Raimundo de Aguilers, III, p. 240; Anselmo de Ribemont, *loc. cit.*) e os franceses do norte, em 29 de junho (Fulcher de Chartres, I, xi, I, p. 190). Ana Comnena, XI, iii, 3, vol. III, pp. 16-17, faz menção à permanência de alguns dos francos com Butumites.

Junto à ponte, em uma aldeia chamada Leuce, os príncipes reuniram-se em conselho. Decidiram dividir as tropas em duas partes, a fim de reduzir o problema das provisões; uma seção precederia a outra com cerca de um dia de intervalo. O primeiro exército era composto pelos normandos do sul da Itália e do norte da França, acompanhados das tropas dos Condes de Flandres e de Blois e dos bizantinos, que forneciam os guias. O segundo compreendia os franceses do sul e os lorenos, com as tropas do Conde de Vermandois. Boemundo era considerado o líder do primeiro grupo, e Raimundo de Toulouse, do segundo. Assim que a divisão foi feita, as tropas de Boemundo tomaram a estrada para Doriléia.[1]

Após a tentativa malograda de libertar Nicéia, o Sultão Kilij Arslan refugiara-se no leste, a fim de reunir suas próprias forças e concluir a paz e firmar uma aliança com o Emir danishmend contra a nova ameaça. A perda de Nicéia o alarmara, e a perda do tesouro que ali possuía fora um duro golpe. Entretanto, os turcos ainda eram nômades por instinto. A verdadeira capital do sultão era sua tenda. Nos últimos dias de junho, ele retornou para o oeste, acompanhado por todas as suas tropas, seu vassalo Hasan (emir dos turcos capadócios) e o exército danishmend, sob o comando de seu respectivo emir. Em 30 de junho, estava esperando em um vale perto de Doriléia, pronto a investir contra os cruzados assim que se aproximassem.

Naquela noite, o primeiro exército cruzado acampou na planície, não muito distante de Doriléia. Ao nascer do sol, os turcos precipitaram-se pelas encostas, ao som de seu grito de batalha. Boemundo não estava desprevenido. Os peregrinos não combatentes foram rapidamente reunidos no centro do acampamento, onde havia fontes de água, e as mulheres foram incumbidas de levar água para a linha de frente. As tendas foram desmontadas e os cavaleiros receberam ordem de desmontar de seus cavalos. Nesse ínterim, um mensageiro foi enviado a galope para o segundo exército, instando a que se apressasse, enquanto Boemundo dirigiu-se a seus capitães, dizendo-lhes que se preparassem para uma árdua luta e orientando-os a permanecer, a princípio, na defensiva. Um deles desobedeceu à sua determinação, o mesmo que ousara sentar-se no trono do imperador em Constantinopla. Com quarenta de seus homens, atacou o inimigo; foi rechaçado e retornou em ignomínia, coberto de feridas. O acampamento logo foi cercado pelos turcos, que pareciam aos cristãos estar em número infinito e seguiram sua tática predileta — enviar arqueiros para a linha de frente para dispararem suas flechas e em seguida darem espaço para a próxima leva.

1 Ana Comnena, XI, iii, 4, vol. III, p. 18; *Gesta Francorum*, III, 9, p. 44; Alberto de Aix, II, 38, pp. 328-9.

À medida que a manhã quente de julho avançava, os cruzados começaram a duvidar de sua capacidade de resistir sob a saraivada ininterrupta de mísseis. Cercados como estavam, porém, a fuga era impossível, e a rendição significaria o cativeiro e a escravidão. Todos se determinaram, se preciso fosse, a sofrer o martírio juntos. Por fim, por volta do meio-dia, avistaram seus companheiros do segundo exército a caminho, com Godofredo e Hugo e seus homens à frente e Raimundo e suas forças logo atrás. Os turcos não perceberam que não haviam encurralado o exército cruzado inteiro. Ao verem os recém-chegados, vacilaram e não conseguiram impedir que os dois grupos inimigos se reunissem. Os cruzados ganharam ânimo novo. Formando uma longa frente com Boemundo, Roberto da Normandia e Estêvão de Blois à esquerda, Raimundo e Roberto de Flandres no centro e Godofredo e Hugo à direita, começaram a partir para a ofensiva, lembrando uns aos outros das riquezas que conquistariam caso fossem vitoriosos. Os turcos não estavam preparados para enfrentar um ataque e provavelmente estavam ficando sem munição. Sua hesitação converteu-se em pânico diante da súbita aparição do Bispo de Le Puy com um contingente dos franceses do sul nas colinas atrás de si. Ademar planejara aquela distração e conseguira guias que o conduzissem pelos caminhos das montanhas. Sua intervenção assegurou o triunfo cruzado. Os turcos romperam suas linhas e logo puseram-se em fuga rumo ao leste. Na pressa, abandonaram o acampamento intacto, e as tendas do sultão e dos emires caíram, com todos os seus tesouros, nas mãos dos cristãos.[1]

1 Ana Comnena, *loc. cit.*, fala do cavaleiro francês; *Gesta Francorum*, III, 9, pp. 44-8; Raimundo de Aguilers, IV, pp. 240-1, descreve a participação de Ademar; Fulcher de Chartres, I, xi, 3-10, pp. 189-97; Alberto de Aix, II, 39-42, pp. 329-32; carta dos príncipes para Urbano II em Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe*, p. 161. Doriléia, cujo nome essa batalha em geral recebe, situava-se a cerca de três quilômetros ao norte da atual Eskishehir. O local exato da batalha é controverso. Ana refere-se à "planície de Doriléia"; os príncipes, em sua carta para Urbano, falam no "vale de Dorotéia", pelo que deviam querer dizer Doriléia; Raimundo de Aguilers menciona o "Campus Floridus", e Alberto de Aix, "o vale do Degorgahni, agora denominado de Ozellis". Hagenmeyer, *Chronologie de la Première Croisade*, pp. 86-7, considera que os cruzados não teriam conseguido chegar a Doriléia em si antes da noite de 30 de junho, já que a cidade ficava a uma distância de 22 horas de marcha de Leuce. Situa a batalha perto da atual "Bosuzuk" (ou seja, Bosoyuk) ou Inönü. Entretanto, a estrada bizantina direta passava ao largo desses dois lugares e perto de Söğüt, penetrando a planície a cerca de treze quilômetros a noroeste de Doriléia. Como os turcos empreenderam um ataque surpresa, deviam estar escondidos nas montanhas; o próprio Ademar usou-as para atacar os turcos pela retaguarda. Antes de a estrada entrar na planície, as montanhas são demasiado abruptas para possibilitar esse tipo de manobra. Todavia, a planície do Sari-su (o grego Batis), na qual entra a estrada, é separada da do Porsuk (o grego Tembris) por uma sucessão de colinas baixas, de fácil transposição, que segue até o encontro dos dois rios, perto de Doriléia. Se os cruzados acamparam no vale do Sari-su, os turcos poderiam promover um ataque surpresa a partir do vale do Porsuk, e um posto de observação no alto do Karadjashehir, ao sul do rio, habilitá-los-ia a vigiar os movimentos dos cruzados. Ademar provavelmente também cruzou para o vale do Porsuk, a fim de atacar os turcos por trás. Após uma inspeção pessoal da região, situo a batalha na planície do Sari-su, no ponto em que a estrada direta oriunda de Leuce a atingia. Para chegar a esse lugar, a vanguarda precisaria ter coberto cerca de 135 quilômetros em quatro dias, já que deixara Nicéia na manhã de 26 de junho, mas talvez parara um dia inteiro em Leuce. A retaguarda saiu de Nicéia dois dias depois, mas aparentemente não parou em Leuce. Após uma marcha forçada, conseguiu alcançar a vanguarda na tarde da batalha. Os líderes da retaguarda, estando a cavalo, provavelmente chegaram a Leuce para tomar parte das discussões com os colegas antes da chegada de sua infantaria.

Foi uma grande vitória. Muitas vidas cristãs foram perdidas, inclusive a do irmão de Tancredo, Guilherme, de Humphrey de Monte Scabioso e de Roberto de Paris. Os francos aprenderam a prestar o devido respeito aos turcos como soldados. Talvez para reforçar sua vitória, começaram a nutrir de bom grado pelos turcos uma admiração que não sentiam pelos bizantinos — cujos métodos bélicos mais científicos lhes pareciam decadentes. Tampouco reconheceram a participação bizantina na batalha. O anônimo autor normando das Gesta acredita que os turcos seriam a mais elevada das raças, se fossem cristãos; e recorda a lenda segundo a qual francos e turcos seriam parentes, sendo ambos descendentes dos troianos — lenda mais baseada na rivalidade comum contra os gregos que em qualquer fundamento etnológico.[1] No entanto, por mais admiráveis que fossem os soldados turcos, sua derrota garantiu a travessia da Ásia Menor pelos cruzados em segurança. O sultão, privado primeiro de sua capital e agora de sua tenda real e da maior parte de seu tesouro, chegou à conclusão de que seria inútil tentar detê-los. Deparando-se, em sua fuga, com uma companhia de turcos sírios que chegaram demasiado tarde para a batalha, ele explicou que o número e a força dos francos eram maiores do que ele esperava, e não seria possível enfrentá-los. Ele e seus homens seguiram para as montanhas, após pilharem e arruinarem as cidades que haviam ocupado e devastarem o campo de tal modo que os cruzados encontrariam dificuldades para se alimentarem enquanto avançavam.[2]

O exército cruzado descansou por dois dias em Doriléia, recuperando-se da batalha e planejando as próximas etapas da marcha. A escolha do caminho a tomar não foi difícil. A estrada militar para o leste penetrava demais na região controlada pelos danishmends e por emires cujo poder permanecia inabalável. O exército era demasiado grande e lento para cortar caminho pelo deserto de sal. Seria preciso seguir pela alternativa mais lenta, contornando as montanhas ao sul do deserto. Esse foi, sem dúvida, o conse-

1 *Gesta Francorum*, III, 9, pp. 50-2.
2 *Ibid.*, IV, 10, pp. 52-4.

lho dado por Tatício e os guias por ele fornecidos. Ainda assim, a estrada era incerta. Com as invasões turcomanas e vinte anos de guerra, as aldeias tinham sido destruídas e os campos não estavam cultivados; os poços acabaram secando ou ficando insalubres, e pontes haviam caído ou sido destruídas. Nem sempre se conseguia obter informações da população esparsa e aterrorizada. Não obstante, se algo desse errado os francos imediatamente suspeitariam de traição por parte dos guias gregos, ao passo que os gregos ressentiam-se da indisciplina e ingratidão franca. A missão de Tatício era cada vez mais desagradável e árdua.[1]

Partindo em 3 de julho em um corpo único, a fim de evitar a recorrência do perigo corrido em Doriléia, o exército arrastou-se para sudeste, cruzando o planalto anatólio. Não pôde acompanhar a antiga estrada principal. Após passar por Poliboto, dirigiu-se para a Antióquia da Pisídia, que provavelmente escapara à devastação promovida pelos turcos e onde, pois, seria possível obter suprimentos. Dali os cruzados atravessaram os inóspitos estreitos do Sultan Dagh, desembocando na estrada principal em Filomélio. Dali, o caminho cruzava uma região desolada, entre as montanhas e o deserto. No calor implacável do verão, os cavaleiros pesadamente armados e seus cavalos, bem como os soldados de infantaria, enfrentaram um terrível sofrimento. Não se avistava água além das poças de sal do deserto nem se encontrava vegetação além de arbustos espinhosos, cujos ramos mastigavam na vã tentativa de obter alguma umidade. Viam as antigas cisternas bizantinas junto à estrada, mas todas haviam sido destruídas pelos turcos. Os cavalos foram os primeiros a perecer. Muitos cavaleiros foram forçados a prosseguir a pé; outros eram vistos montados em bois, enquanto carneiros, cabras e cães eram postos para puxar as carroças. Ainda assim, o moral das tropas permanecia alto. Para Fulcher de Chartres, a camaradagem dos soldados, oriundos de tantas terras diferentes e falando idiomas tão variados, parecia algo inspirado por Deus.[2]

Em meados de agosto, os cruzados chegaram a Icônio. Esta, a Konya de hoje em dia, permanecera em mãos turcas durante trinta anos, e Kilij Arslan em breve a escolheria para ser sua nova capital. No momento, porém, estava abandonada. Os turcos haviam fugido para as montanhas com todos os seus bens móveis. Entretanto, não tinham podido destruir os riachos e pomares

1 Não há queixas contra Tatício e os bizantinos antes da chegada do exército a Antióquia; nessa ocasião, porém, eles se tornaram "inimicus" (*Gesta Francorum*, VI, 16, p. 78). Ver adiante, p. 204, n. 1. O ressentimento devia estar crescendo contra o comandante grego para que a propaganda de Boemundo obtivesse êxito tão imediato.

2 *Gesta Francorum*, IV, 10, p. 55; Fulcher de Chartres, I, xiii, 1-5, pp. 199-203; Alberto de Aix, III, 1-3, pp. 339-41.

do delicioso vale do Meram, atrás da cidade. Sua fertilidade encantou os esgotados cristãos. Ali descansaram durante vários dias, a fim de recobrar as forças. Todos precisavam de repouso. Até seus líderes estavam exaustos. Godofredo fora ferido alguns dias antes por um urso que estava caçando. Raimundo de Toulouse estava gravemente enfermo, e pensava-se que estava morrendo. O Bispo de Orange chegou a ministrar-lhe a extrema-unção, mas a estada em Icônio restaurou-lhe as forças, e ele pôde prosseguir com o exército quando retomaram a marcha. Seguindo o conselho dos poucos habitantes armênios das proximidades, os soldados levaram consigo água suficiente para durar até que chegassem ao fértil vale de Heracléia.[1]

Em Heracléia, depararam-se com um exército turco, sob o comando do Emir Hasan e do emir danishmend. Estes, ansiosos por seus territórios na Capadócia, provavelmente esperavam que sua presença forçasse os cruzados a tentar transpor as montanhas Tauro para chegar à costa. Assim que avistaram os turcos, porém, os cruzados atacaram, liderados por Boemundo, que foi direto para o próprio emir danishmend. Como não desejavam uma batalha acirrada, os turcos retiraram-se de imediato para o norte, abandonando suas cidades nas mãos dos cristãos. Um cometa cruzou o céu para iluminar a vitória.[2]

Agora era preciso voltar a discutir o caminho a seguir. Um pouco a leste de Heracléia a estrada principal cruzava as montanhas Tauro, atravessava o imponente desfiladeiro do Passo Ciliciense e atingia a Cilícia. Essa era a rota direta para Antióquia, mas tinha suas desvantagens. O Passo Ciliciense não era fácil de transpor. Há momentos em que a estrada é tão íngreme e estreita que uma pequena companhia hostil pode devastar rapidamente um exército lento. A Cilícia estava em mãos turcas, e seu clima, em setembro, segundo os guias bizantinos, estava no auge de sua inclemência. Ademais, um exército que partisse da Cilícia em direção a Antióquia teria de cruzar as montanhas Amano, pelo difícil estreito conhecido como Passo Sírio. Por outro lado, a última derrota dos turcos abrira a estrada para Cesaréia Mazacha. Dali, uma continuação da grande estrada militar bizantina atravessava o Antitauro até Marash (Germanícia), de onde descia pelo desfiladeiro largo e baixo do Passo Amano até a planície de Antióquia. Essa era a estrada que o trânsito entre Antióquia e Constantinopla tomava nos anos anteriores às invasões

1 *Gesta Francorum*, *ibid.*, p. 56; Fulcher de Chartres, *ibid.*, p. 200; Raimundo de Aguilers, IV, p. 241, refere-se à doença de Raimundo, que deve ser situada aqui, e Alberto de Aix, III, 4, pp. 341-42, ao acidente de Godofredo.

2 *Gesta Francorum*, *loc. cit.*; Ana Comnena, XI, iii, 5, vol. III, pp. 18-19. Ela faz menção à valentia de Boemundo nessa batalha. Seu informante deve ter sido Tatício. Fulcher de Chartres, I, xiv, pp. 203-5, refere-se ao cometa.

turcas; no momento, tinha a vantagem de cruzar regiões de propriedade cristã — pequenos príncipes armênios, em sua maioria vassalos nominais do imperador, que provavelmente mostrariam uma disposição positiva. É provável que essa última rota tenha sido a recomendada por Tatício e os bizantinos, mas sua sugestão enfrentou a resistência dos príncipes hostis ao imperador, liderados por Tancredo. A maioria decidiu tomar a estrada por Cesaréia, mas Tancredo, com um corpo dos normandos do sul da Itália, e o irmão de Godofredo, Balduíno, com alguns dos flamengos e lorenos, resolveram separar-se do exército principal e cruzar a Cilícia.

Por volta de 10 de setembro Tancredo e Balduíno partiram, seguindo duas rotas diferentes, para os desfiladeiros do Tauro,[1] enquanto o exército principal prosseguia para nordeste, rumo a Cesaréia. Na vila de Augustópolis, alcançou as tropas de Hasan e infligiu-lhes nova derrota; contudo, preferindo evitar atrasos, os cruzados não tentaram capturar um castelo do emir não muito distante da estrada. Ainda assim, ocuparam várias pequenas aldeias e entregaram-nas a um nobre armênio local, de nome Simão, a seu próprio pedido, como vassalo do imperador. No fim do mês, os cruzados chegaram a Cesaréia, abandonada pelos turcos. Não pararam; seguiram até Comana (Placência), uma próspera cidade habitada por armênios, em cujo cerco os turcos danishmends estavam ocupados. Diante de sua aproximação, os turcos desapareceram; embora Boemundo tenha se lançado em sua perseguição, não conseguiu estabelecer contato. Os cidadãos receberam seus salvadores de braços abertos, convidando Tatício a nomear um governador para administrar a cidade em nome do imperador. Este confiou o cargo a Pedro de Aulps, um cavaleiro provençal que chegara ao Oriente com Guiscard e entrara para o serviço do imperador. Foi uma escolha diplomática; o episódio demonstrou que francos e bizantinos ainda eram capazes de cooperar e honrar, juntos, o acordo firmado entre os príncipes e o imperador.[2]

De Comana o exército avançou rumo ao sudeste até Coxon, a atual Göksün, cidade próspera cheia de armênios, situada em um vale fértil abaixo do Antitauro. Ali permaneceu por três dias. Os habitantes eram muito amistosos, e os cruzados tiveram oportunidade de obter provisões abundantes para a etapa seguinte da jornada, a travessia das montanhas. A essa altura, chegou às tropas o boato de que os turcos haviam abandonado Antióquia. Boemundo continuava ausente, perseguindo os danishmends; assim, Raimundo

1 Ver adiante, pp. 181-2.
2 *Gesta Francorum*, IV, II, pp. 60-62; Estêvão de Blois, em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 150; Baudri, VII, pp. 38-9; Ana Comnena, XI, iii, 6, vol. III, p. 19.

de Toulouse, sem consultar ninguém além de seus próprios subordinados, imediatamente enviou quinhentos cavaleiros à frente, sob o comando de Pedro de Castillon, para ocupar a cidade. Os cavaleiros viajaram a toda velocidade, mas, ao chegarem a um castelo em poder de hereges paulicianos, não muito longe do Orontes, descobriram que o boato era falso — e que, pelo contrário, os turcos estavam enviando reforços para Antióquia. Pedro de Castillon, ao que tudo indica, retornou para junto do exército, mas um de seus cavaleiros, Pedro de Roaix, escapou com alguns companheiros, e, após uma escaramuça com turcos da região, assumiu o controle de alguns fortes e aldeias no vale do Rusia, no caminho de Alepo, auxiliados de bom grado pelos armênios locais. Raimundo, com aquela manobra, talvez não pretendesse assegurar o domínio de Antióquia para si, mas apenas a glória e os despojos a que teria direito como o primeiro a chegar. No entanto, Boemundo, quando retornou, soube do ocorrido com desconfiança; o evento mostrou a crescente dissonância entre os príncipes.[1]

A viagem dali até Coxon foi a mais árdua que os cruzados tiveram de enfrentar. Já era quase outubro, e as chuvas de outono já tinham começado. A estrada que atravessava o Antitauro encontrava-se em um estado de abandono consternador; durante quilômetros, tudo o que havia era uma trilha lamacenta subindo ladeiras íngremes e bordejando precipícios. Inúmeros cavalos escorregaram e mergulharam no abismo; filas inteiras de animais de carga, amarrados entre si, arrastaram-se para o precipício. Ninguém ousava ir montado. Os cavaleiros, penando a pé sob seu equipamento pesado, empenhavam-se em vender suas armas para homens que viajavam mais leves, ou, em desespero, jogavam-nas fora. As montanhas pareciam amaldiçoadas. Tiraram mais vidas do que os turcos jamais conseguiram. Foi com alegria que as tropas finalmente emergiram no vale onde ficava Marash.

Na cidade, onde mais uma vez encontraram uma população armênia amistosa, os cruzados esperaram alguns dias. Um príncipe armênio de nome Tathúl, ex-oficial bizantino, que governava a cidade, foi confirmado em sua autoridade. Foi ali que Boemundo juntou-se ao resto dos homens, após sua perseguição infrutífera, e Balduíno veio correndo da Cilícia para ver sua esposa Godvere, que estava morrendo. Após sua morte, ele partiu de novo, agora em direção ao leste.[2] Deixando Marash por volta de 15 de outubro, o exército principal marchou, fortalecido e revigorado, rumo à

1 *Gesta Francorum*, IV, 11, p. 62.
2 Ver adiante, pp. 184-5. A morte da esposa de Balduíno, Godvere (ou Godilda) de Tosni, é registrada por Alberto de Aix, III, 27, p. 358.

planície de Antióquia. No dia 20 chegou à Ponte de Ferro, a três horas da cidade.[1]

Quatro meses se haviam passado desde que a Cruzada partira para Nicéia. Para um grande exército, com um numeroso séquito de não-combatentes, viajando no calor do verão através de uma região em sua maior parte árida, sempre vulnerável a ataques por parte de um inimigo formidável e ágil, fora uma realização assombrosa. Os cruzados foram ajudados por sua fé e seu desejo ardente de chegar à Terra Santa. A expectativa de saques e da possível obtenção de uma propriedade era um estímulo adicional. Contudo, deve-se dar algum crédito aos bizantinos que acompanharam a expedição, cuja experiência no combate aos turcos permitiu que dessem bons conselhos e sem cuja orientação a rota através da Ásia Menor jamais poderia ter sido definida. Os guias podiam ter cometido alguns erros, como na escolha da estrada de Coxon a Marash, mas, depois de vinte anos de negligência e eventuais destruições deliberadas, seria impossível prever o estado de qualquer estrada. Tatício teve um papel difícil a desempenhar, mas, até a chegada do exército a Antióquia, suas relações com os príncipes ocidentais permaneceram cordiais. Os soldados mais humildes podiam desconfiar dos gregos, mas, no que dizia respeito à direção do movimento, tudo continuava correndo bem.

Nesse meio tempo, o imperador Aleixo, encarregado da manutenção das comunicações através da Ásia Menor, consolidava a posição cristã na esteira da Cruzada. O bom êxito dos francos reconciliara os seljúcidas e os danishmends, criando, pois, uma vez passado o choque da derrota inicial, uma intensa força turca em potencial no centro e leste da península. Era missão da polícia imperial, logo, reaver o oeste da península, onde, com a ajuda de seu crescente poderio naval, poderia abrir uma estrada até a costa sul que seria possível manter sob seu controle permanente. Após voltar a fortificar Nicéia e garantir o controle das fortalezas que margeavam a estrada para Doriléia, Aleixo enviou seu cunhado, o César João Ducas, com o apoio de um esquadrão comandado pelo Almirante Caspax, para reconquistar a Jônia e a Frígia. O objetivo principal era Esmirna, onde o filho de Chaka ainda reinava em um emirado que compreendia a maior parte do litoral jônico e as ilhas de Lesbos, Quio e Samos, enquanto emires vassalos controlavam Éfeso e outras cidades costeiras. A Frígia encontrava-se sob o domínio de chefes seljúcidas, cujo contato com o sultão agora estava rompido. Para

1 A jornada de Coxon até Antióquia é descrita na *Gesta Francorum*, IV, 11, p. 64, que salienta o horror da estrada pela montanha, e por Alberto de Aix, III, 27-9, pp. 358-9. A nomeação de Tathoul como governador de Marash é mencionada por Mateus de Edessa, II, clxvi, pp. 229-30.

impressionar os turcos, João levou consigo a sultana, filha de Chaka, cujo encontro com o marido ainda não fora combinado. O ataque conjunto terrestre e marítimo foi muito além das possibilidades do emir de Esmirna, que prontamente abriu mão de seus estados em troca da permissão de retirar-se em liberdade para o leste. Ao que parece, ele escoltou sua irmã até a corte da sultana, dali desaparecendo da História. Éfeso foi a próxima a cair, praticamente sem luta. Enquanto Caspax e sua frota reocupavam a costa e as ilhas, João Ducas marchava terra adentro, capturando uma por uma as principais cidades lídias — Sardes, Filadélfia e Laodicéia. Ao final do outono de 1097, a província já se encontrava sob seu controle, e ele estava pronto, assim que o inverno chegou ao fim, a avançar sobre a Frígia, pela mesma estrada principal que fora percorrida pelos cruzados. Sua meta provavelmente era restabelecer o controle bizantino da estrada que ligava Poliboto e Filomélio a Atália, no sul; seguindo dali para o leste, pela costa, onde o poderio naval bizantino garantiria proteção e seria possível reunir-se aos príncipes armênios agora estabelecidos nas montanhas Tauro. Assim, se asseguraria uma rota pela qual as provisões poderiam alcançar os cristãos durante os combates na Síria, e o esforço unificado da cristandade poderia continuar.[1]

1 Ana Comnena, XI, V, 1-6, vol. III, pp. 23-7.

Capítulo 11

Interlúdio Armênio

"Não ponhais a vossa confiança em um amigo." MIQUÉIAS 7, 5

A migração armênia para sudoeste, iniciada quando as invasões seljúcidas tornaram insegura a vida no vale do Araxes e junto ao Lago de Van, continuou durante os últimos anos do século XI. Quando os cruzados chegaram ao leste da Ásia Menor, encontraram uma sucessão de pequenos principados armênios, que se estendiam desde antes do Médio Eufrates até o coração das montanhas Tauro. O efêmero estado fundado pelo armênio Filareto tinha se despedaçado antes mesmo de sua morte, em 1090. Thoros, porém, ainda controlava Edessa, onde recentemente conseguira expulsar a guarnição turca da cidadela; seu sogro, Gabriel, ainda dominava Melitene.[1] Em Marash, o principal cidadão cristão, Tathoul, foi reconhecido como governador pelas autoridades bizantinas, às quais os cruzados restituíram a cidade.[2] Em Raban e Kaisun, entre Marash e o Eufrates, um armênio chamado Kogh Vasil — Vasil, o Ladrão — estabelecera um pequeno principado.[3] Thoros e Gabriel, e provavelmente Tathoul, tinham sido lugar-tenentes de Filareto e, como ele, começaram suas carreiras públicas no serviço administrativo bizantino. Eles não somente pertenciam à Igreja Ortodoxa (não à Igreja Armênia) como continuavam usando os títulos há muito recebidos do imperador — e, sempre que possível, restabeleciam relações com a corte em Constantinopla, reafirmando sua lealdade. Thoros, de fato, recebera de Aleixo o alto título de "curopalates". Essa conexão imperial conferia uma dose de legitimidade ao seu governo; contudo, a aceitação da suserania dos chefes turcos vizinhos lhes proporcionava uma base mais sólida. Thoros jogou esses potenciais suseranos uns contra os outros com surpreendente

1 Sobre Thoros, ver Laurent, "Des Grecs aux Croises", pp. 405-10; sobre Gabriel, ver *ibid.*, p. 410, e artigo "Malatya", de Honigmann, na *Encyclopaedia of Islam*. Ver acima, pp. 77, 163-5.
2 Ver acima, pp. 177-8.
3 Sobre Kogh Vasil, ver Chalandon, *Les Comnènes*, pp. 99 ss. Como principal príncipe armênio pertencente à Igreja Armênia, ele ofereceu refúgio ao católico armênio, Gregório Vahram (Mateus de Edessa, II, clxxxviii, p. 258). Havia um católico rival, Basílio, agora em Ani (*ibid.*, II, cxxxiv, pp. 201-2).

habilidade, ao passo que Gabriel enviara sua esposa em uma missão a Bagdá a fim de obter reconhecimento das mais altas autoridades muçulmanas. Todos esses príncipes, porém, encontravam-se em situação precária. Exceto por Kogh Vasil, estavam separados da maioria de seus compatriotas por sua religião e odiavam os cristãos sírios, ainda abundantes em seus territórios; e todos eram vistos com desconfiança pelos turcos, cuja desunião era sua única garantia de sobrevivência.

Os armênios do Tauro encontravam-se menos expostos a perigos, pois o território em que se estabeleceram era de difícil acesso e fácil de defender. Oshin, filho de Hethoum, agora controlava as montanhas a oeste do passo ciliciense, tendo por sede o inexpugnável castelo de Lampron, situado em um alto pico que dominava Tarso e a planície ciliciense. Mantinha relações intermitentes com Constantinopla, e recebera do imperador o título de "estratopedarca" da Cilícia. Mesmo não sendo, ao que tudo indica, membro da Igreja Ortodoxa, servira Aleixo no passado — e fora provavelmente com aprovação do imperador que tomara Lampron das mãos de uma guarnição bizantina rebelde. Excursionava com freqüência pela planície ciliciense, e, em 1097, aproveitou-se da preocupação turca com o avanço cruzado para capturar parte da cidade de Adana.[1] A leste do passo ciliciense, as montanhas eram controladas por Constantino, filho de Roupen, que tinha por sede o castelo de Partzerpert, a noroeste de Sis. Desde a morte de seu pai, ele expandira seu poder para o leste, na direção do Antitauro, e tomara o grande castelo de Vahka, no rio Göskü, de sua isolada guarnição bizantina. Era um apaixonado partidário da Igreja Armênia separada e, tal qual seu pai, sendo herdeiro da dinastia bagrátida, mantinha uma rixa familiar contra Bizâncio. Também ele nutria esperanças de usar o problema turco para estabelecer-se na rica planície ciliciense, cuja população já era predominantemente armênia.[2]

Balduíno de Bolonha há algum tempo interessava-se pela questão armênia. Em Nicéia, travara uma grande amizade com um armênio que já servira o imperador — Bagrat, irmão de Kogh Vasil — e juntou-se aos seus homens. É provável que Bagrat ansiasse por assegurar o auxílio de Balduíno para os principados armênios próximos do Eufrates, onde sua família tinha conexões.[3]

1 A carreira de Oshin é mencionada em Mateus de Edessa, II, cli, p. 216. Ver Laurent, "Les Arméniens de Cilicie", *in Mélanges Sclumberger*, vol. I, pp. 159-68. Segundo Mateus, o irmão de Oshin, Pazouni, ainda era vivo. Em Radulfo de Caen, XL, pp. 634-5, Oshin é chamado de Ursino.
2 Sobre Constantino, ver Mateus de Edessa, *loc. cit.*; Sembat, *Chronicle*, p. 610.
3 A carreira inicial de Bagrat e sua ligação com Balduíno são mencionadas por Alberto de Aix, III, 17, pp. 350-1. Guilherme de Tiro, VII, 5, vol. I, pp. 383-4, refere-se ao seu relacionamento com Kogh Vasil.

Contudo, quando Tancredo anunciou, em Heracléia, sua intenção de deixar o corpo principal do exército e tentar a sorte na Cilícia, Balduíno decidiu que seria imprudente permitir que qualquer outro príncipe ocidental fosse o primeiro a embarcar em uma aventura armênia, se pretendia tirar proveito da vantagem de ser o maior amigo daquela raça. Ambos eram membros menores de uma família principesca, sem qualquer futuro em casa; e ambos desejavam francamente fundar seus próprios domínios no Oriente. Se, porém, Balduíno já se decidira por um estado armênio, Tancredo estava pronto a estabelecer-se onde lhe parecesse mais conveniente. Opôs-se ao desvio pela Cesaréia por tratar-se de uma sugestão bizantina, da qual os bizantinos se beneficiariam; a presença de uma população cristã amistosa tão perto ofereceu-lhe uma oportunidade.

Por volta de 15 de setembro, Tancredo, com um pequeno grupo de uma centena de cavaleiros e duzentos soldados de infantaria, deixou o acampamento cruzado em Heracléia e partiu direto para o passo ciliciense. Imediatamente depois Balduíno partiu, acompanhado de seu primo, Balduíno de Le Bourg, Reinaldo de Toul e Pedro de Stenay, além de quinhentos cavaleiros e dois mil homens de infantaria. Nenhuma das duas expedições sobrecarregou-se com não-combatentes; Balduíno deixou a esposa, Godvere, e seus filhos com o exército principal. Tancredo parece ter tomado a estrada direta para o estreito, seguindo o trajeto hoje percorrido pelo trem através de Ulukishla. Balduíno, porém, com suas tropas mais pesadas, preferiu a antiga estrada principal que descia até Pódano, na ponta do desfiladeiro, vinda de Tiana, mais a leste. Estava, pois, três dias atrás de Tancredo na travessia do passo.

Ao alcançar a planície, Tancredo marchou para Tarso, ainda a principal cidade da Cilícia. Nesse ínterim, pediu que o exército principal mandasse reforços. Tarso estava em poder de uma guarnição turca, que foi de imediato de encontro aos invasores, a fim de detê-los, mas foi rechaçada. Os habitantes cristãos da cidade, armênios e gregos, entraram em contato com Tancredo e imploraram-lhe que a conquistasse. Os turcos, porém, resistiram até que, três dias mais tarde, avistaram Balduíno e suas tropas. Vendo-se em menor número, esperaram que a noite caísse para fugir, protegidos pela escuridão. Na manhã seguinte, os cristãos abriram os portões para Tancredo, e Balduíno chegou a tempo de ver o estandarte deste acenando das torres. Tancredo não tinha nenhum representante bizantino consigo, e por certo não tinha intenção alguma de entregar suas conquistas ao imperador. Todavia, em Balduíno ele encontrou um concorrente mais perigoso — e que nutria igual desdém pelo acordo firmado em Constantinopla. Balduíno exigiu que Tarso fosse transferida para sua autoridade; Tancredo, furioso mas

impotente diante da maior força do rival, foi obrigado a ceder. Retirou suas tropas e dirigiu-se para leste, rumo a Adana.

Mal Balduíno tomara posse de Tarso, trezentos normandos chegaram aos seus portões, tendo se destacado do exército principal para reforçar Tancredo. A despeito de suas súplicas, ele se recusou a permitir sua entrada na cidade; durante a noite, estando acampados nas proximidades, foram atacados pela antiga guarnição turca, que agora vagava pelo campo, e massacrados até o último homem. O episódio chocou os cruzados. Balduíno foi acusado por seu destino até por seu próprio exército. Sua posição poderia ter sido seriamente abalada se não tivesse chegado a notícia do inesperado aparecimento de uma frota cristã na baía de Mersin, na foz do rio Cidno, logo abaixo da cidade, sob o comando de Guynemer da Bolonha.

Guynemer era um pirata profissional que tivera a sagacidade de perceber que a Cruzada necessitaria de auxílio naval. Reunindo um grupo de outros piratas (dinamarqueses, frísios e flamengos), ele se fizera à vela nos Países Baixos no fim da primavera e desde que entrara em águas levantinas procurava entrar em contato com os cruzados. Como retinha um sentimento de lealdade por sua cidade natal, rejubilou-se por deparar-se com um exército cujo general era irmão de seu conde. Subiu o rio até Tarso e prestou homenagem a Balduíno. Em troca, este tomou trezentos de seus homens emprestados para constituírem a guarnição local, além de provavelmente ter nomeado Guynemer seu lugar-tenente na cidade, enquanto ele mesmo se preparava para marchar rumo ao leste.

Nesse ínterim, Tancredo encontrara Adana imersa em confusão. Oshin de Lampron recentemente atacara a cidade e ali deixara uma força que a estava disputando com os turcos. Ao mesmo tempo, um cavaleiro burgúndio chamado Welf, que provavelmente viera com o exército de Balduíno, mas se desgarrara para ver o que conseguiria ganhar, também forçara a entrada e agora dominava a cidadela. Diante da chegada de Tancredo, os turcos se retiraram; Welf, que acolheu suas tropas na fortaleza, teve a posse da cidade confirmada. A única preocupação de Oshin era, provavelmente, tirar seus próprios homens daquela aventura perigosa. Ficou grato pela intervenção de Tancredo, mas instou-o a que corresse a Mamistra, antiga Mopsuesta, onde a população, armênia na íntegra, ansiava por ser libertada dos turcos. Desejava que os francos passassem logo para a esfera de influência cobiçada por seu rival, Constantino, o Rupênio.

Tancredo chegou a Mamistra no início de outubro. Como em Adana, os turcos fugiram ao vê-lo, e os cristãos deixaram-no entrar com prazer. Durante sua estada, Balduíno e seu exército alcançaram a cidade. Ao que tudo indica, o bolonhês já tinha chegado à conclusão de que seu futuro principado

não seria na Cilícia. Possivelmente o clima, efluvioso e miasmático em setembro, o dissuadira da idéia. É possível que não lhe agradasse a excessiva proximidade do crescente poder do imperador. Seu conselheiro, Bagrat, apressava-o a dirigir-se para leste, onde os armênios suplicavam seu socorro. No mínimo, ele já solapara as chances de Tancredo de fundar um estado ciliciense forte. Agora, bloqueava-lhe o caminho para o exército principal, impedindo-o de consultar-se com seu irmão e amigos antes de embarcar em alguma nova campanha. Tancredo, porém, estava justamente desconfiado. Não permitiu que Balduíno entrasse em Mamistra, obrigando-o a acampar na margem oposta do Rio Jihan. Não obstante, mostrou-se pronto a conceder com o envio de víveres da cidade para o acampamento. Muitos dos normandos, porém, encabeçados pelo cunhado de Tancredo, Ricardo do Principado, não admitiam a idéia de que Balduíno permanecesse impune por seu crime em Tarso. Persuadiram Tancredo a promover com eles um ataque de surpresa ao acampamento. Foi uma atitude imprudente. As forças de Balduíno eram demasiado numerosas e fortes para eles e logo os repeliram, obrigando-os a voltar, em desordem, para o seu lado do rio. O desmoralizante conflito ocasionou uma reação, e Balduíno e Tancredo consentiram em ser reconciliados — mas o mal estava feito. Ficou dolorosamente claro que os príncipes cruzados não estavam preparados para cooperar pelo bem da cristandade à vista de alguma possibilidade de adquirirem territórios pessoais, e os cristãos nativos não tardaram a perceber que o sentimento altruísta que movia seus salvadores francos era superficial e que o jogo fácil de atirar um franco contra o outro lhes seria muito mais proveitoso.[1]

Após a paz estabelecida em Mamistra, Balduíno apressou-se em voltar ao encontro do corpo principal do exército, em Marash. Chegara-lhe a notícia de que Godvere estava morrendo; seus filhos, ao que parecia, também estavam doentes e não sobreviveram muito tempo. Balduíno permaneceu apenas alguns dias com seus irmãos e os demais chefes dos cruzados. Então, quando a força principal partiu para o sul, rumo a Antióquia, ele se dirigiu para o leste, a fim de tentar a sorte no vale do Eufrates e nas terras além. Dessa vez, viajou com ele uma companhia muito menor do que a que o acompanhara na expedição ciliciense. Talvez sua popularidade como líder não tivesse se recuperado do ocorrido em Tarso; talvez seus irmãos, ansiosos pela captura de Antióquia, não pudessem desperdiçar seus homens com ele agora. Balduíno levava consigo apenas cem cavaleiros, mas seu conselheiro

1 A história da campanha ciliciense é narrada em detalhes por Alberto de Aix, III, 5-17, pp. 342-50, e por Radulfo de Caen, XXXIII-XLVII, pp. 629-41. Um relato mais sucinto, simpático a Tancredo, encontra-se na *Gesta Francorum*, IV, 10, pp. 55-60. Radulfo (p. 634) diz que Ursino (Oshin) ficou com Adana, mas Alberto (p. 346) refere-se à chegada de Guynemer.

armênio, Bagrat, ainda o acompanhava. Além disso, um novo capelão foi acrescentado ao seu séquito: o historiador Fulcher de Chartres.[1]

Tancredo não permaneceu muito tempo em Mamistra após a partida de Balduíno. Deixando lá uma pequena guarnição, contornou a extremidade do Golfo de Isso e rumou para o sul, para Alexandreta. No caminho, enviou emissários para Guynemer — provavelmente ainda estabelecido em Tarso —, solicitando sua cooperação. Guynemer respondeu alegremente e, com sua frota, foi ao encontro de Tancredo diante de Alexandreta. Um ataque conjunto entregou-lhes a cidade, na qual o normando instalou uma guarnição. Em seguida, transpôs a cadeia Amano pelo passo sírio, a fim de reunir-se ao exército cristão diante de Antióquia.[2]

Nem Balduíno nem Tancredo tiraram grande proveito da aventura ciliciense. Nenhum dos dois considerara válido fundar um estado na região. Os pequenos contingentes francos deixados nas três cidades cilicienses — o de Guynemer em Tarso, o de Welf em Adana e o de Tancredo em Mamistra — não seriam capazes de fazer frente a nenhum ataque sério. Não obstante, a dispersão das guarnições turcas tivera sua utilidade para a Cruzada como um todo, na medida em que impediu o uso da Cilícia como base de onde os turcos pudessem lançar um ataque aos flancos das tropas ocidentais durante suas operações em Antióquia; já a captura de Alexandreta forneceu-lhes um porto vantajoso, pelo qual lhes poderiam chegar provisões. Entretanto, os maiores beneficiários de toda aquela história foram os príncipes armênios das montanhas. O colapso do poder turco na planície permitiu-lhes começar gradualmente a penetrar suas aldeias e cidades, lançando as bases do reino ciliciense da Pequena Armênia.

Quando Balduíno deixou o exército principal em Marash, este estava prestes a iniciar sua marcha rumo a Antióquia, e a princípio o bolonhês tomou uma estrada paralela, alguns quilômetros a leste, de modo a proteger seu flanco esquerdo. Talvez tenha sido graças à promessa de assumir essa incumbência que ele mais uma vez obteve permissão para separar-se do exército; de fato, toda a sua expedição poderia ser justificada pela proteção que proporcionava à Cruzada — visto que a estrada mais fácil pela qual reforços de Curasão poderiam alcançar os turcos em Antióquia cruzava o território que ele pretendia invadir. Ademais, suas ricas terras poderiam proporcionar à Cruzada os víveres necessários.

1 Segundo Mateus de Edessa, II, cliv, p. 219, Balduíno tinha cem cavaleiros consigo quando tomou Turbessel e sessenta, quando seguiu para Edessa. Fulcher de Chartres, que o acompanhava (I, xiv, 2, p. 206, 15, p. 215), diz que ele dispunha de "milites paucos" quando partiu (I, xiv, 4, p. 208) e oitenta ao cruzar o Eufrates (I, xiv, 7, p. 210).

2 Guilherme de Tiro, III, 25, 1, p. 149, menciona que os navios acompanharam Tancredo.

Em Ain-tab, Balduíno descreveu uma curva fechada para o leste. Não se sabe ao certo se ele tinha em mente algum curso de ação definido — além da determinação genérica de fundar um principado na região do Eufrates, o que poderia ser lucrativo não só para ele como para o movimento cruzado como um todo. As circunstâncias eram favoráveis. Não seria preciso tomar o país dos infiéis, pois este já se encontrava em amistosas mãos armênias. Balduíno já estava em contato com seus príncipes armênios. Por intermédio de Bagrat, deve ter travado relações com seu irmão, Kogh Vasil, cujos domínios estendiam-se para o leste desde Marash. Gabriel de Melitene, em permanente perigo devido aos turcos danishmends, provavelmente já apelara para o auxílio franco; Thoros de Edessa, por sua vez, sem dúvida já estava se comunicando com os cruzados. De fato, corria o comentário de que a decisão de Balduíno de deixar a Cilícia devia-se a uma mensagem que ele ou Bagrat receberam de Thoros, chamando-o com urgência a Edessa. Os armênios há muito acalentavam esperanças de obter socorro do Ocidente. Vinte anos antes, quando sabia-se que o Papa Gregório VII ponderava a possibilidade de enviar uma expedição para resgatar a cristandade oriental, um bispo armênio fora a Roma a fim de defender seus interesses.[1] Aliados ocidentais sempre lhes haviam parecido uma alternativa mais atraente — mesmo para os príncipes que ostentavam títulos bizantinos — do que qualquer coisa que pudesse reforçar sua dependência do odiado império. A presença de um exército franco lutando vitoriosamente pela cristandade tão perto de suas fronteiras oferecia-lhes a oportunidade, pela qual tanto haviam rezado, de estabelecer sua independência de uma vez por todas — tanto do domínio turco quanto do bizantino. Sequiosos, acolheram Balduíno e seus homens como libertadores.

Hoje, sabemos que é preciso desconfiar desta palavra tão auspiciosa, "libertação". Os armênios aprenderam a lição antes de nós. À medida que Balduíno ia passando, em seu caminho para o Rio Eufrates, a população armênia levantava-se para saudá-lo. As guarnições turcas remanescentes no distrito ou fugiam ou eram massacradas pelos cristãos. O único nobre turco de algum relevo nas proximidades, o Emir Balduk de Samosata, que controlava a estrada de Edessa a Melitene, tentou organizar resistência, mas não chegou a assumir uma postura ofensiva. Dois nobres armênios locais, chamados pelos latinos de Fer e Nicusus, juntaram-se a Balduíno com suas pequenas tropas. No começo do inverno de 1097, Balduíno levou a cabo sua conquista do território até o Eufrates, capturando as duas maiores fortalezas,

1 Carta de Gregório em Jaffé, *Monumenta Gregoriana*, VIII, i, *Bibliotheca Rerum Germanicarum*, vol. II, pp. 423-4.

Ravendel e Turbessel — a adaptação latina para os nomes árabes Ruwandan e Tel-Basheir. Ravendel, de onde partia sua comunicação com Antióquia, ele colocou sob o controle de seu conselheiro armênio, Bagrat; o comando de Turbessel, importante por sua proximidade do tradicional ponto de travessia do Eufrates, em Carchemish, foi entregue ao armênio Fer.[1]

Estando Balduíno ainda em Turbessel, provavelmente por volta do ano-novo, chegou-lhe uma embaixada proveniente de Edessa. Thoros aguardava impaciente a chegada dos francos, que a seu ver agora já se demoravam demais na margem oeste do Eufrates. Sua posição era sempre precária, e ele estava alarmado com a notícia de que Kerbogha, o terrível Emir de Mosul, estava arregimentando um imenso exército, que, embora visasse à libertação de Antióquia, também seria perfeitamente capaz de dar cabo de Edessa e dos estados armênios no caminho. Contudo, Balduíno não estava disposto a partir para Edessa, exceto nos termos que lhe conviessem. Thoros pretendera usá-lo como mercenário, pagando-o com dinheiro e ricos presentes; agora estava claro, porém, que Balduíno desejava mais. A embaixada de Edessa em Turbessel tinha poderes para oferecer mais: Thoros adotaria Balduíno como seu filho e herdeiro e iria cooptá-lo imediatamente como parceiro no governo de suas terras. Para o armênio, que não tinha filhos e já envelhecia, parecia ser a única solução. Não era o que ele teria escolhido, mas, afligido pela impopularidade em sua terra e pelos perigos oferecidos pelos vizinhos, não podia dar-se ao luxo de escolher.[2] Todavia, mesmo os mais míopes dos armênios sentiam-se inquietos. Não fora para isso que Bagrat instruíra Balduíno dos problemas de seu povo. O próprio Bagrat foi o primeiro a demonstrar sua insatisfação. Quando os francos ainda se encontravam em Turbessel, Fer, que sem dúvida pretendia ocupar seu lugar na confiança de Balduíno, delatou um complô do armênio junto com os turcos. É provável que suas intrigas fossem somente com seu irmão, Kogh Vasil, com quem se estava consultando a respeito da nova ameaça à liberdade armênia. Talvez também ele nutrisse esperanças de tornar-se príncipe de Ravendel. No entanto, Balduíno não estava disposto a correr risco algum. Enviou tropas a toda pressa para Ravendel com ordens de prender Bagrat, que foi levado à presença do bolonhês e torturado até confessar o que havia feito. Como tinha pouco a confessar, logo escapou, refugiando-se nas montanhas sob a proteção de seu irmão, Kogh Vasil — até que também este foi fazer-lhe companhia naqueles ermos.[3]

1 Alberto de Aix, III, 17-18, pp. 350-1.
2 Alberto de Aix, III, 19, p. 352; Fulcher de Chartres, I, xiv, 5-6, pp. 209-10; Mateus de Edessa, II, cliv, pp. 218-21; Laurent, *op. cit.*, pp. 418-23.
3 Alberto de Aix, III, 18, p. 351.

No início de fevereiro de 1098, Balduíno partiu de Turbessel rumo a Edessa, acompanhado apenas de oitenta cavaleiros. Os turcos de Samosata prepararam-lhe uma emboscada no ponto onde se imaginava que ele atravessaria o Eufrates (provavelmente em Birejik), mas ele os enganou, preferindo um vau mais ao norte. Chegou a Edessa em 6 de fevereiro, sendo recebido com grande entusiasmo por Thoros e por toda a população cristã. Quase imediatamente Thoros adotou-o como seu filho. A cerimônia, seguindo o ritual comum dos armênios da época, era mais adequada à adoção de uma criança que de um homem adulto: Balduíno foi despido até a cintura, enquanto Thoros envergava uma camisa de tamanho duplo, que passou pela cabeça do bolonhês; assim, os novos pai e filho apertaram seus peitos nus um contra o outro. Em seguida, Balduíno repetiu a cerimônia com a princesa, esposa de Thoros.[1]

Uma vez estabelecido como herdeiro e co-regente de Edessa, Balduíno percebeu que sua primeira tarefa tinha de ser destruir o emirado turco de Samosata, que poderia facilmente interromper sua comunicação com o oeste. Os habitantes da cidade prontamente anuíram com seu plano para a expedição, já que o Emir Baduk era o mais próximo e persistente de seus inimigos, investindo com freqüência contra seus rebanhos e campos e eventualmente cobrando tributos da própria cidade. A milícia edessena acompanhou Balduíno e seus cavaleiros no ataque a Samosata, junto com um príncipe armênio de menor porte, Constantino de Gargar, vassalo de Thoros. A expedição, ocorrida entre 14 e 20 de fevereiro, não foi um sucesso. Os edessenos eram soldados fracos. Surpreendidos pelos turcos, mil deles foram massacrados — diante do que o exército bateu em retirada. Balduíno, entretanto, capturou e fortificou uma aldeia chamada S. João, próxima à capital do emir, e ali instalou uma força composta predominantemente por seus cavaleiros, a fim de controlar os movimentos turcos. Assim, verificou-se um declínio no número de ataques turcos, pelo que os armênios deram crédito, com justiça, a Balduíno.[2]

Logo após o retorno do bolonhês a Edessa, começou a ser tramada uma conspiração contra Thoros, com apoio de Constantino de Gargar. Nunca saberemos até que ponto Balduíno estava envolvido. Seus amigos negavam-no — mas, segundo o testemunho do escritor armênio Mateus, ele foi alertado pelos conspiradores de sua intenção de destronar Thoros em seu favor. O povo de Edessa não tinha amor algum por seu soberano, nem nenhuma gratidão

1 Alberto de Aix, III, 19-21, pp. 352-4; Fulcher de Chartres, I, xiv, 7-12, pp. 210-13. Guiberto, XIV, p. 165, também descreve a cerimônia de adoção.

2 Alberto de Aix, III, 21, pp. 353-4. Mateus de Edessa, II, cliv, pp. 218-21, limita-se a informar que a expedição foi um desastre.

pela agilidade com que a independência da cidade fora preservada. Desagradava-os o fato de ele ser membro da Igreja Ortodoxa e funcionário titular do império. Não fora capaz de proteger suas colheitas nem suas mercadorias dos assaltantes — além de extorquir altos impostos de seus súditos. Até o surgimento de Balduíno, porém, estes não podiam dar-se ao luxo de prescindir dele — mas agora contavam com um protetor mais eficiente. Assim sendo, não era necessária qualquer incitação franca para provocar um conluio; não obstante, custa acreditar que os conspiradores teriam se aventurado a ir tão longe sem antes garantir a aprovação de seus futuros senhores. No dia 7 de março, um domingo, eles atacaram. Instigaram o populacho a assaltar as casas onde viviam os funcionários de Thoros, marchando, em seguida, para o palácio do príncipe, na cidadela. Thoros foi desertado por suas tropas — e seu filho adotivo, em vez de correr em seu socorro, limitou-se a aconselhá-lo a se render. Thoros concordou, pedindo apenas que ele e sua esposa fossem livres para refugiar-se junto ao pai dela, em Melitene. Embora Balduíno aparentemente tivesse garantido sua vida, Thoros não recebeu permissão para partir. Aprisionado em seu palácio, na terça-feira ele tentou escapar por uma janela, mas foi capturado e despedaçado pela multidão. O destino da princesa, a mãe adotiva de Balduíno, é desconhecido. Na quarta-feira, 10 de março, este foi convidado pelos edessenos a assumir o governo.

Balduíno realizara sua ambição de obter um principado. Conquanto Edessa na verdade não se localizasse na Terra Santa, um estado franco no Médio Eufrates constituiria um valioso elemento de defesa para qualquer estado a ser constituído na Palestina. Balduíno podia justificar-se dentro das linhas gerais da política cruzada. Entretanto, não tinha como justificar-se legalmente perante toda a cristandade. Edessa, como uma cidade que pertencera ao imperador antes das invasões turcas, estava incluída no juramento feito em Constantinopla. Ademais, ele a conquistara depondo um governador — com cujo assassinato foi conivente — que, pelo menos oficialmente, era um servo reconhecido do império. Balduíno já havia demonstrado, na Cilícia, que seu juramento nada significava; por sua vez, em Edessa, o próprio Thoros mostrou-se pronto a fazer uma permuta com seus direitos, ignorando seu suserano distante. Entrementes, o episódio não passou despercebido por Aleixo, que reservou seus direitos até o momento em que tivesse condições de impô-los.

Historiadores armênios posteriores, escrevendo quando já estava claro que o domínio franco acarretara a completa ruína dos armênios do Eufrates, foram severos em sua condenação de Balduíno — injustamente. Não há desculpa moral para o tratamento dispensado por este a Thoros, como bem mostra a atitude constrangida dos cronistas latinos. Thoros comportara-se

como o turco Alphilag, que ele convidara a salvá-lo dos danishmends, três ou quatro anos antes, e mandara matar; mas agira no intuito de salvar sua cidade e seu povo da tirania infiel, e Alphilag não o adotara como filho. É verdade que a adoção é algo muito menos sério nos costumes armênios que na lei ocidental, mas isso em nada diminui a culpa moral de Balduíno. Todavia, ninguém poderia culpá-lo: Thoros, na realidade, foi morto por armênios, e Balduíno foi convidado a ocupar seu lugar com a aprovação quase unânime de sua raça. Os príncipes armênios que os cruzados expulsariam e que foram os únicos a desconfiar de seu auxílio eram homens que haviam servido o império em tempos idos. Seus compatriotas os reprovavam por sua fidelidade ao imperador, e, pior ainda, por terem se tornado membros da Igreja Ortodoxa. Só esses ex-funcionários bizantinos, como Thoros e Gabriel, haviam tido experiência suficiente no governo para serem capazes de preservar a independência armênia no Eufrates. No entanto, seus súditos ingratos, com sua repulsa a Bizâncio, com sua prontidão a perdoar num latino os erros heréticos que a seus olhos bastavam para condenar um grego à danação eterna, só poderiam culpar a si mesmos, caso seus amigos francos fossem a causa de sua derrocada.[1]

Não obstante, por ora tudo eram flores. Balduíno assumiu o título de Conde de Edessa e deixou bem claro que pretendia governar só. Como, porém, suas tropas francas eram inferiores em número, foi obrigado a pôr armênios a seu serviço. Encontrou vários em quem podia confiar; sua tarefa foi facilitada pela descoberta, na cidadela, de um grande tesouro, grande parte do qual remontava ao tempo dos bizantinos e para cujo crescimento Thoros e suas exações muito haviam contribuído. A fortuna recém-adquirida permitiu-lhe não só comprar apoio, mas também aplicar um golpe de mestre diplomático. O Emir Balduk de Samosata ficara assustado com a notícia da acessão de Balduíno. Quando viu os preparativos para um novo ataque à sua capital, enviou imediatamente a Edessa uma oferta de venda de seu emirado pela soma de dez mil besantes. Balduíno aceitou e fez uma entrada triunfal em Samosata. Na cidadela, encontrou muitos reféns feitos por Balduk em Edessa. Devolveu-os prontamente às suas famílias. Esse gesto, aliado à eliminação da ameaça turca de Samosata, em muito contribuiu para sua popularidade. Balduk foi convidado a estabelecer residência em Edessa junto com sua guarda pessoal, como mercenários do Conde.[2]

1 Mateus de Edessa, *loc. cit.*, enfatizando a traição de Balduíno; Fulcher de Chartres, I, xiv, 13-14, pp. 213-15, cujo relato é breve e bastante confuso; Alberto de Aix, III, 22-3, pp. 354-5. Ver Laurent, *op. cit.* pp. 428-38, que sustenta, de maneira convincente, que Mateus encontrava-se em Edessa na época.

2 Alberto de Aix, III, 24, pp. 355-6.

À medida que os êxitos de Balduíno tornavam-se conhecidos, vários cavaleiros ocidentais, que pretendiam reforçar o exército cruzado em Antióquia, mudavam de rumo e optavam por partilhar da sorte do bolonhês, ao passo que outros deixaram o enfadonho cerco da cidade para juntar-se a ele. Entre estes estavam Drogo de Nesle, Reinaldo de Toul e Gastão de Béarn, vassalo de Raimundo. Balduíno recompensava-os com belos presentes de seu tesouro, e, para garantir seu acomodamento, estimulava-os a casarem-se com herdeiras armênias. Ele mesmo, agora viúvo e sem filhos, deu o exemplo. Sua nova condessa era filha de um líder local, conhecido pelos cronistas latinos como Taphnuz, ou Tafroc. Era um príncipe abastado, que possuía territórios próximos e, ao que tudo indica, era parente de Constantino de Gargar; além disso, tinha conexões em Constantinopla, para onde mais tarde se retiraria. É possível que fosse o mesmo que Tathoul, governante de Marash, com quem seria por certo útil firmar uma aliança. Ofereceu à filha um dote de sessenta mil besantes e uma vaga promessa de que herdaria suas terras — mas, para ela, o casamento não traria felicidade, nem lhe daria filhos.[1]

Assim, Balduíno instituiu os princípios da política que mais tarde adotaria no reino de Jerusalém. O controle do governo seria mantido pelo príncipe franco e aqueles de seus vassalos que eram seus conterrâneos, mas também convidavam-se orientais, tanto cristãos quanto muçulmanos, a tomar parte do Estado — que a fusão geral de raças acabaria convertendo em um todo corporativo. Era a política de um estadista clarividente, embora, aos olhos dos cavaleiros recém-chegados do Ocidente, que se haviam comprometido a dedicar-se à Cruz e extirpar os infiéis, parecesse quase uma traição dos votos cruzados. Não fora para estabelecer Balduíno e seus semelhantes em monarquias semi-orientais que Urbano apelara aos fiéis em Clermont.

1 A identidade do sogro de Balduíno não pode ser estabelecida em definitivo. Alberto de Aix, III, 31, p. 361, chama-o de Taphnuz e diz que era irmão de Constantino. Guilherme de Tiro, X, i, I, p. 402, chama-o de Tafroc. Dulaurier, p. 431 n. 2, em sua edição de Mateus de Edessa, presume que se tratava de um irmão de Constantino, o Rupênio, chamado Thoros; mas reconhece que Constantino não tinha irmão algum conhecido por aquele nome. Hagenmeyer, p. 421, n. 7, em sua edição de Fulcher de Chartres, aceita essa identificação. Está claro, porém, que o Constantino em quem Alberto estava pensando era Constantino de Gargar. Honigmann, no verbete "Marash" da *Encyclopaedia of Islam*, sugere que Taphnuz fosse, na verdade, Tathoul. Essa suposição é confirmada pelos fatos de este ter se retirado para Constantinopla em 1104 (Mateus de Edessa, III, clxxxvi, p. 257) e de a esposa de Balduíno ter pedido permissão para juntar-se a seus pais em Constantinopla logo após ter sido repudiada pelo marido, em 1104 (Guilherme de Tiro, XI, i, I, pp. 451-2). Não há motivos para supor que o nome dela fosse Arda, como às vezes é chamada. Ver a edição de Hagenmeyer de Fulcher, *loc. cit.* Alberto de Aix, V, 15, pp. 441-2, nomeia os cavaleiros que se juntaram a Balduíno.

Tampouco tal política foi, a princípio, de fácil aplicação. Os muçulmanos viram Balduíno como um aventureiro efêmero, de quem poderiam tirar proveito. Entre Edessa e o Eufrates, a sudoeste da cidade, ficava a cidade muçulmana de Saruj. Era tributária de um príncipe ortóquida, Balak ibn Bahram, mas recentemente se revoltara. Agora, Balak escreveu a Balduíno, pedindo para contratar seus serviços para subjugá-la. Balduíno, encantado com a oportunidade que assim se lhe descortinava, concordou em desincumbir-se da missão. Em vista disso, os cidadãos de Saruj enviaram um pedido secreto de ajuda a Balduk. Este, com suas tropas, escapou de Edessa e foi recebido em Saruj. Balduíno, porém, estava em seus calcanhares, trazendo consigo várias máquinas de cerco. Balduk e os homens de Saruj perderam o ânimo. Estes imediatamente ofereceram-se para entregar a cidade a Balduíno e pagar-lhe tributo, ao passo que aquele saiu para recebê-lo, declarando que havia corrido à frente apenas para tomar a cidade para seu senhor. O franco não se deixou lograr. Aceitou as desculpas de Balduk e aparentemente restaurou-lhe o prestígio; alguns dias mais tarde, contudo, exigiu que a esposa e os filhos do emir lhe fossem entregues como reféns. Quando Balduk objetou, mandou prendê-lo e cortar-lhe a cabeça. Nesse ínterim, uma guarnição franca foi instalada em Saruj, sob o comando de Fulco de Chartres (que não deve ser confundido com o historiador Fulcher). O episódio convenceu Balduíno de que não podia confiar nos muçulmanos. Dali por diante, providenciou para que nenhum deles, habitando seus territórios, ficasse sem supervisão; não obstante, concedeu-lhes liberdade de culto. Para manter uma cidade como Saruj, cuja população era quase inteiramente árabe e muçulmana, não poderia agir de outro modo. Sua tolerância, porém, chocou a opinião ocidental.[1]

A captura de Saruj, seguida poucos meses depois pela de Birejik (com seu vau do Eufrates) consolidou o condado de Balduíno — na medida em que limpou as estradas que ligavam Edessa às fortalezas de Turbessel e Ravendel — e assegurou sua comunicação com a Cruzada principal. Ao mesmo tempo, mostrou aos muçulmanos que o Conde de Edessa era uma potência a ser levada a sério — e eles se concentraram em sua destruição. Sua determinação e o valor, para os cruzados, de uma Edessa em poder dos francos foram ilustrados em maio, quando Kerbogha, a caminho de libertar Antióquia, parou no caminho para eliminar Balduíno. Por três semanas investiu em vão contra as muralhas de Edessa, até desistir do ataque. Seu malogro aumentou o prestígio do bolonhês, e o tempo ali perdido salvou a Cruzada.[2]

1 Alberto de Aix, III, 25, pp. 356-7.
2 *Idem*, IV, 10-12, pp. 396-7; Fulcher de Chartres, I, xix, pp. 242-3; Mateus de Edessa, II, clv, p. 221.

Os armênios também não haviam levado Balduíno suficientemente a sério. Incomodava-os a afluência de cavaleiros francos para seu território, bem como os favores que Balduíno lhes concedia; os invasores tampouco procuravam apaziguar os nativos, a quem tratavam com desdém e não raro com violência. Os notáveis de Edessa viram-se excluídos do conselho do conde, onde só os francos tinham representantes; todavia, os impostos que pagavam não eram menores que os da época de Thoros. Ademais, as propriedades rurais armênias estavam sendo doadas aos recém-chegados, e os fazendeiros eram-lhes submetidos pelos costumes feudais do Ocidente, mais rígidos. No final de 1098, um armênio revelou a Balduíno um complô para matá-lo, acusando doze dos principais cidadãos edessenos de terem entrado em contato com os emires turcos do distrito de Diarbekir. O sogro de Balduíno, Taphnuz, encontrava-se na cidade na ocasião, pois o casamento de sua filha ocorrera recentemente. Dizia-se que os conspiradores pretendiam colocá-lo no lugar de Balduíno, ou pelo menos obrigar o bolonhês a dividir o governo com ele. Ao receber a notícia, Balduíno agiu sem vacilar. Os dois principais líderes do conluio foram presos e cegos; seus companheiros mais notáveis tiveram os narizes ou pés decepados. Inúmeros armênios suspeitos de cumplicidade foram presos, e seus bens, confiscados. Tendo, porém — orientais sábios que eram —, escondido suas fortunas bem o bastante para lograr os inspetores de Balduíno, este concedeu graciosamente em que eles comprassem sua liberdade, a preços que variaram de vinte a sessenta mil besantes por cabeça. Taphnuz, cuja participação no complô não chegou a ser comprovada, ainda assim achou mais prudente correr de volta para suas montanhas, bem longe de seu terrível genro. Levou consigo a maior parte do dote da condessa, do qual entregara apenas setecentos besantes.[1]

A fúria com que Balduíno esmagou o conluio eliminou o perigo de seus súditos armênios criarem mais problemas. Alguns deles continuaram empregados em altos postos, como Abul Gharib, nomeado governador de Birejik. No entanto, à medida que mais francos convergiam para seu condado — atraídos por seu renome —, ele pôde dar-se ao luxo de ignorar os orientais. Sua fama já era, agora (menos de um ano após sua chegada a Edessa), tremenda. Enquanto o principal exército cruzado ainda penava para abrir caminho até Jerusalém, ele fundara um Estado rico e poderoso no coração da Ásia, sendo temido e respeitado em todo o mundo oriental. No início da Cruzada, não passava de um filho caçula sem um tostão e dependente da caridade de seus irmãos, completamente eclipsado por grandes nobres como Raimundo

1 Alberto de Aix, V, 16-18, pp. 442-3.

de Toulouse ou Hugo de Vermandois ou por aventureiros experientes como Boemundo. Àquela altura, já era um potentado maior que qualquer um deles. Nele, a Cruzada reconheceria o mais hábil e astuto de seus estadistas.

Capitulo III

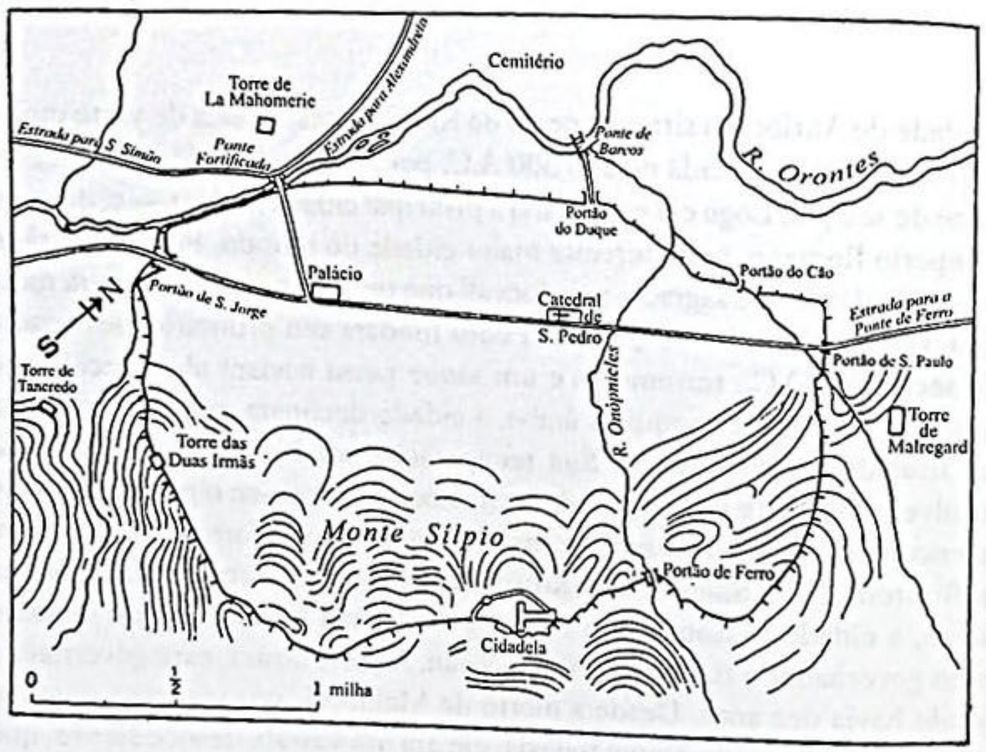
Diante das Muralhas de Antióquia

"Contudo, se sabes que tal árvore não é frutífera, podes então cortá-la e talhá-la para fazer instrumentos de assédio contra a cidade que está guerreando contigo, até que a tenhas conquistado." DEUTERONÔMIO 20, 20

A cidade de Antióquia situa-se perto do Rio Orontes, a cerca de vinte quilômetros do mar. Fundada no ano 300 A.C. por Seleuco I, da Síria, recebeu o nome de seu pai. Logo ela se tornaria a principal cidade da Ásia — e, durante o Império Romano, era a terceira maior cidade do mundo. Para os cristãos, era particularmente sagrada, pois fora ali que pela primeira vez haviam recebido o nome de "cristãos", e lá S. Pedro fundara seu primeiro episcopado. No século VI D.C., terremotos e um saque persa haviam obscurecido seu esplendor, e, após a conquista árabe, a cidade declinara, para benefício de sua rival do interior, Alepo. Sua recuperação por Bizâncio, no século X, devolvera-lhe parte de sua grandeza; Antióquia tornou-se o principal ponto de encontro do comércio grego e muçulmano, e a mais formidável fortaleza na fronteira síria. Suleimã ibn Kutulmush capturou-a em 1085. Após sua morte, a cidade passou para o controle do Sultão Malik-Xá, que instalou como governador o turcomano Yaghi-Siyan. Àquela altura, este governava a cidade havia dez anos. Desde a morte de Malik-Xá, seu suserano nominal era o Emir Ridwan, de Alepo; todavia, ele era um vassalo desobediente, que preservara sua independência prática, jogando contra Ridwan seus rivais Duqaq, de Damasco, e Kerbogha, de Mosul. Em 1096, Yaghi-Siyan chegara a trair Ridwan durante uma guerra contra Duqaq, a quem agora se referia como seu senhor; sua ajuda, contudo, não levara Duqaq a tomar Alepo, cujo emir jamais o perdoou.

A notícia do avanço cristão alarmou Yaghi-Siyan. Antióquia era o objetivo declarado dos cruzados — e, de fato, eles não podiam nutrir esperanças de conseguir marchar para o sul, rumo à Palestina, se a grande fortaleza não estivesse em seu poder. Os súditos de Yaghi-Siyan eram, em sua maioria, cristãos, gregos, armênios e sírios. Os cristãos sírios, que odiavam igualmente gregos e armênios, talvez permanecessem fiéis; nos demais, porém, ele não podia confiar. Ao que parece, até então ele fora tolerante com os cris-

tãos. O Patriarca Ortodoxo, João, o Oxita, tinha permissão para residir na cidade, cujas grandes igrejas não haviam sido convertidas em mesquitas. Diante da aproximação da Cruzada, porém, ele adotou medidas restritivas. O patriarca, líder da mais importante comunidade de Antióquia, foi jogado na prisão. Muitos cristãos proeminentes foram expulsos da cidade; outros fugiram. A Catedral de S. Pedro foi profanada e tornou-se um estábulo para os cavalos do emir. Houve algumas perseguições nas aldeias vizinhas — que levaram ao imediato massacre das guarnições turcas pelos aldeões, assim que os cruzados se aproximaram.[1]



Planta de Antióquia em 1098

Em seguida, Yaghi-Siyan partiu em busca de aliados. Ridwan de Alepo nada pretendia fazer para ajudá-lo, em uma vingança míope por sua traição no ano anterior. Duqaq de Damasco, porém, a quem o filho de Yaghi-Siyan, Shams ad-Daula, fora apelar pessoalmente, preparou uma expedição para resgatá-lo; seu atabegue, o turcomano Toghtekin, e o Emir Janah ad-Daula, de Homs, ofereceram-lhe apoio. Outro emissário foi à corte de Kerbogha, atabegue de Mosul. Este, agora o maior príncipe da Alta Mesopotâmia e de

1 Abu'l Feda, *Annales*, p. 3; Ibn al-Athir, *Kamir at-Tawarikh*, p. 192; Kemal ad-Din, *Chronicle of Aleppo*, pp. 578-9.

Jeziré, teve a sabedoria de enxergar o perigo que a Cruzada significava para todo o mundo islâmico — e há muito desejava Alepo. Se pudesse adquirir Antióquia, Ridwan estaria cercado e cairia em seu poder. Assim, também ele preparou um exército para resgatar a cidade; seguindo seu exemplo, os sultões de Bagdá e da Pérsia prometeram apoio. Nesse ínterim, Yaghi-Siyan reunira suas próprias forças, consideráveis, dentro da fortaleza e começara a abastecer-se com provisões para um longo bloqueio.[1]

Os cruzados entraram nos territórios de Yaghi-Siyan pela vila de Marata, e a guarnição turca fugiu à sua aproximação. De lá, um destacamento sob o comando de Roberto de Flandres partiu para sudoeste para libertar a cidade de Artah, cuja população cristã massacrara a guarnição. Enquanto isso, em 20 de outubro, o exército principal chegou ao Orontes, na altura da Ponte de Ferro, onde as estradas vindas de Marash e Alepo encontravam-se para cruzar o rio. A ponte era fortemente guarnecida, com duas torres flanqueando sua entrada. Os cruzados, porém, atacaram sem hesitar, em uma operação dirigida pelo Bispo de Le Puy; após uma luta encarniçada, forçaram a passagem. A vitória permitiu-lhes capturar um imenso comboio de gado, carneiros e trigo destinado ao abastecimento do exército de Yaghi-Siyan. A estrada para Antióquia agora estava aberta; já podiam divisar sua cidadela a distância. No dia seguinte, Boemundo, diante da vanguarda, chegou às muralhas da cidade, com todo o exército atrás de si.[2]

Os cruzados ficaram assombrados à vista da grande cidade. As casas e bazares de Antióquia cobriam uma planície de quase 5 quilômetros de comprimento e 1,5 quilômetro de largo entre o Orontes e o Monte Sílpio, e as vilas e palácios dos ricos pontilhavam as encostas. Ao seu redor, erguiam-se as imensas fortificações erigidas por Justiniano e reparadas há apenas um século pelos bizantinos, com sua melhor tecnologia de ponta. Ao norte, os muros elevavam-se sobre o terreno baixo e pantanoso ao longo do rio, e a leste e oeste acompanhavam sobranceiros o declive da montanha; ao sul, corriam pela crista do espinhaço, transpondo com audácia a ravina por onde a torrente chamada Onópnicles penetrava na planície, passando por uma estreita porta traseira (denominada Portão de Ferro) e culminando na esplêndida cidadela, 300 metros acima da cidade. Quatrocentas torres haviam sido dispostas em toda a sua extensão, espaçadas de modo que cada centímetro dos muros se encontrasse ao alcance das flechas dos defensores. Na extremidade nordeste, o Portão de S. Paulo admitia a estrada proveniente da Ponte de Ferro e Alepo. A noroeste, o Portão de S. Jorge acolhia a estrada oriunda da Latáquia e da costa

1 Kemal ad-Din, *loc. cit.*
2 Alberto de Aix, III, 28-35, pp. 358-64; *Gesta Francorum*, V, 12, pp. 66-7.

libanesa. As estradas para Alexandreta e o porto de S. Simão, a moderna Suadiye, saíam da cidade atravessando um grande portão às margens do rio e uma ponte fortificada. Portões menores, o Portão do Duque e o Portão do Cão, levavam ao rio mais ao leste. Do lado de dentro, a água era abundante; havia jardins no mercado e algum pasto para os rebanhos. Havia capacidade para abrigar e abastecer um exército inteiro durante um longo sítio. Ademais, não era possível cercar inteiramente a cidade, pois nenhuma tropa poderia estacionar no terreno escarpado e agreste ao sul.[1]

Fora só por traição que os turcos haviam logrado tomar Antióquia em 1085; era esse o único perigo que Yaghi-Siyan tinha a temer — mas estava inquieto. Se os cruzados não tinham como circunscrever a cidade, ele por sua vez não dispunha de soldados em número suficiente para guarnecer seus muros em toda a sua extensão. Enquanto não chegassem reforços, não podia arriscar-se a perder nenhum de seus homens. Não fez tentativa alguma de atacar os cruzados enquanto estes se posicionavam, e não os importunou durante duas semanas.

Os cruzados instalaram-se junto à face nordeste das muralhas. Boemundo ocupou o setor defronte ao Portão de S. Paulo e Raimundo colocou-se diante do Portão do Cão, com Godofredo à sua direita, em frente ao Portão do Duque. As tropas remanescentes esperaram atrás de Boemundo, prontas a deslocar-se para onde se fizessem necessárias. O Portão da Ponte e o Portão de S. Jorge ficaram, por ora, sem cobertura. Em contrapartida, imediatamente tiveram início os trabalhos em uma ponte de barcos para cruzar o rio a partir do acampamento de Godofredo até a aldeia de Talenki, onde se localizava o cemitério muçulmano; ela permitiria que o exército alcançasse as estradas para Alexandreta e S. Simão, e logo se estabeleceu um acampamento a norte do rio.[2]

Yaghi-Siyan esperava um ataque imediato à cidade. Entretanto, dos líderes cruzados, só Raimundo acreditava que eles deveriam tentar uma investida contra as muralhas. Deus, argumentava ele, que os protegera até ali, sem dúvida lhes concederia a vitória.[3] Sua fé não era compartilhada pelos demais. As fortificações os impressionaram e suas tropas estavam cansadas; não podiam correr o

1 Fulcher (I, xv, 2-4, pp. 217-18) e Raimundo de Aguilers (V, pp. 241-2) fornecem uma breve descrição de Antióquia. Guilherme de Tiro (IV, 9-10, I, pp. 165-9) faz uma descrição mais completa. Todos os cronistas ocidentais chamam o Rio Orontes de Ferrins (Fulcher de Chartres, I, xv, 1, p. 216 — "Orontes ou Ferrins"), Far (Guilherme de Tiro, IV, 8, 1, p. 164, que considera a denominação um erro vulgar) ou Farfar (*Gesta Francorum*, X, 34, p. 180), ou ainda Pharphar (Alberto de Aix, *loc. cit.*).

2 Alberto de Aix, III. 38-9, pp. 365-6, fornece a disposição das tropas. *Gesta Francorum*, V, 12, pp. 66-8, descreve a inércia da guarnição e Raimundo de Aguilers (V, pp. 242-3), a construção da ponte e a montagem do acampamento de Raimundo.

3 Raimundo de Aguilers, IV, p. 241.

risco de sofrer grandes perdas agora. Ademais, se aguardassem, poderiam receber reforços. A chegada de Tancredo, vindo de Alexandreta, era iminente. Talvez o imperador chegasse logo com suas admiráveis máquinas de cerco. A frota de Guynemer poderia poupar-lhes homens, e corriam rumores de uma frota genovesa no horizonte. Boemundo, cuja opinião era a de maior peso entre eles, tinha seus próprios motivos para opor-se à sugestão de Raimundo. Suas ambições estavam concentradas, no momento, na conquista de Antióquia para si. Ele não só preferia não vê-la despojada pela rapacidade de um exército ávido pelo prazer de pilhar uma rica cidade como temia que, caso sua captura fosse fruto do esforço conjunto dos cruzados, ele jamais poderia reivindicá-la com exclusividade para si. Havia aprendido a lição dada por Aleixo em Nicéia. Se conseguisse fazer com que o governador se rendesse pessoalmente a ele, seria mais difícil questionar seu direito à cidade. Em pouco tempo ele estaria em condições de tomar as medidas necessárias, pois tinha algum conhecimento dos métodos orientais de traição. Por influência sua, os conselhos de Raimundo foram ignorados, o ódio que este nutria por Boemundo aumentou ainda mais e desperdiçou-se a chance única de capturar Antióquia logo — pois, se o primeiro assalto obtivesse algum êxito, Yaghi-Siyan, cuja coragem vacilava, teria oferecido pouca resistência. A demora restituiu-lhe a confiança.

Boemundo e seus amigos não tiveram dificuldades para encontrar intermediários por meio dos quais estabelecer uma linha de comunicação com o inimigo. Os refugiados cristãos e exilados da cidade mantinham contato estreito com seus familiares dentro dos muros, graças às lacunas tanto no bloqueio quanto na defesa. Os cruzados estavam bem informados de tudo o que ocorria dentro da cidade. No entanto, o sistema funcionava nos dois sentidos — muitos dos cristãos locais, sobretudo os sírios, tinham suas dúvidas a respeito de o domínio bizantino ou franco ser preferível ao turco. No intuito de ganhar as boas graças de Yaghi-Siyan, mantinham-no informado de tudo o que se passava no acampamento cruzado. Foi por eles que o turco soube de sua relutância em atacar. Assim, começou a organizar incursões. Seus homens escapuliam pelo portão a oeste e esmagavam todos os pequenos grupos de francos que encontrassem desgarrados do exército, em busca de forragem e suprimentos. Comunicando-se com sua guarnição em Harenc, do outro lado da Ponte de Ferro, na estrada para Alepo, Yaghi-Siyan incitou-os a fustigar os francos por trás. Nesse meio tempo, chegou-lhe a notícia de que a missão de seu filho em Damasco fora um sucesso, e um exército estava a caminho para resgatá-lo.[1]

1 *Gesta Francorum*, V, 12, p. 68; Kemal ad-Din, *op. cit.*, p. 577.

À medida que o inverno se aproximava, os cruzados, a princípio encorajados pela apatia inicial de Yaghi-Siyan, começaram a perder o ânimo, a despeito de alguns êxitos menores. Em meados de novembro, uma expedição liderada por Boemundo conseguiu atrair a guarnição de Harenc para fora de sua fortaleza e exterminá-la por completo.[1] Quase no mesmo dia, uma esquadra genovesa composta por treze navios aportou em S. Simão, que os cruzados puderam, assim, ocupar. Com ela vinham reforços em homens e armamentos, em uma resposta tardia ao apelo do Papa Urbano à cidade de Gênova, feito quase dois anos antes. Sua chegada significou para os cruzados a reconfortante possibilidade de se comunicarem por mar com seus lares. Contudo, tais êxitos foram eclipsados pelo problema de alimentar o exército. Quando os cruzados chegaram à planície de Antióquia, encontraram-na repleta de provisões. O gado e os carneiros eram abundantes, e os celeiros das aldeias ainda continham a maior parte da safra daquele ano. Haviam se alimentado com fartura, negligenciando o armazenamento de víveres para os meses de inverno; agora as tropas eram forçadas a sair em busca de forragem e suprimentos em um raio cada vez mais amplo, ficando mais vulneráveis aos assaltos dos turcos emboscados nas montanhas. Logo se descobriu que os atacantes de Antióquia saíam pela garganta do Onópnicles e esperavam, na colina acima do acampamento de Boemundo, por homens isolados que retornavam tarde para suas barracas. Para contrabalançar suas atividades, os líderes cruzados resolveram erguer uma torre fortificada na colina, que seria guarnecida em turnos por cada um deles. A torre, erigida rapidamente, foi batizada de Malregard.[2]

Por volta do Natal de 1097, os estoques de comida do exército estavam quase esgotados, e não havia nada mais a extrair das áreas próximas. Os príncipes reuniram-se em conselho, no qual decidiram que uma parte das tropas teria de subir o vale do Orontes, sob o comando de Boemundo e Roberto de Flandres, assaltando as aldeias e apossando-se de todas as provisões em que conseguissem botar as mãos. Nesse ínterim, a condução do sítio ficaria a cargo de Raimundo e do Bispo de Le Puy. Godofredo, na época, estava gravemente enfermo. Boemundo e Roberto partiram em 28 de dezembro, levando consigo cerca de vinte mil homens. Sua partida chegou imediatamente ao conhecimento de Yaghi-Siyan. Este esperou que eles se afastassem bastante e, na noite do dia 29, realizou uma grande incursão, saindo pela ponte e atirando-se sobre os cruzados acampados ao norte do rio — provavelmente forças de Raimundo, que haviam deixado sua base inicial quando as chuvas do inverno tor-

1 *Gesta Francorum*, *ibid.*, pp. 68-70.
2 *Ibid.*, V, 13, p. 70; Raymond of Aguilers, V, p. 242; Caffaro, *De Liberatione*, p. 50.

naram o terreno baixo entre os muros e o rio inabitáveis. O ataque foi inesperado, mas a situação foi salva pela presteza de Raimundo, que reuniu prontamente um grupo de cavaleiros e investiu contra os turcos em meio à escuridão; estes retrocederam e fugiram pela ponte. Raimundo perseguiu-os com tamanho ardor que, por um momento, seus homens conseguiram estabelecer uma cabeça-de-ponte na outra margem, antes que os portões pudessem ser fechados. Parecia que Raimundo estava prestes a justificar sua crença na possibilidade de invadir a cidade, quando um cavalo que atirara seu ginete para fora da sela empinou de repente, provocando confusão entre os cavaleiros que se amontoavam na ponte. Como estava demasiado escuro para ver o que estava acontecendo, o pânico instalou-se entre os cruzados, que, por sua vez, bateram em retirada, com os turcos em seus calcanhares, até que transpuseram a ponte de barcos e reagruparam-se em seu acampamento. Os defensores retornaram à cidade. Muitas vidas foram perdidas de ambos os lados, mas sobretudo entre os cavaleiros francos, a quem a Cruzada não poupou. Entre eles estava o próprio porta-estandarte de Ademar.[1]

Enquanto isso, Boemundo dirigia-se para o sul com Roberto de Flandres, em total ignorância de como Antióquia quase caíra nas mãos de seu rival, Raimundo — e desconhecendo também que estava indo de encontro a uma grande força de resgate islâmica. Duqaq de Damasco deixara sua capital, acompanhado de seu atabegue, Toghtekin, e Shams, filho de Yaghi-Siyan, mais um exército considerável, por volta de meados do mês. Em Hama, o emir e suas forças juntaram-se a ele. Em 30 de dezembro, encontravam-se em Shaizar, onde souberam que havia um exército cruzado nas proximidades. Avançaram sem hesitação e, na manhã seguinte, caíram sobre o inimigo na aldeia de Albara. Os cruzados foram pegos de surpresa, e Roberto, cujo exército estava um pouco à frente do de Boemundo, viu-se completamente cercado. Boemundo, porém, vendo o que acontecia, manteve o grosso de suas tropas à parte, para investir contra os muçulmanos quando estes pensassem que a batalha estava vencida. Sua intervenção salvou Roberto e infligiu perdas tão pesadas ao exército damasceno que este retrocedeu para Hama. Os cruzados, por outro lado, embora comemorassem a vitória e tivessem impedido de fato a libertação de Antióquia, estavam demasiado enfraquecidos para dar continuidade à sua busca. Após saquear uma ou duas aldeias e incendiar uma mesquita, retornaram, praticamente de mãos vazias, ao acampamento em Antióquia.[2]

1 Raimundo de Aguilers, V, pp. 243-4; *Gesta Francorum*, VI, 14, pp. 74-6.
2 *Gesta Francorum*, V, 13, pp. 70-2; Alberto de Aix, III, 50-1, pp. 373-4; Kemal ad-Din, *op. cit.*, p. 580.

Encontraram seus companheiros no mais profundo abatimento. A batalha desastrosa da noite do dia 20 fora sucedida por um violento tremor de terra no dia seguinte, sentido até em Edessa; e, naquela noite, a aurora boreal iluminou os céus. Nas semanas seguintes, chuvas torrenciais desabaram incessantemente, e foi ficando cada vez mais frio. Estêvão de Blois não compreendia por que todos se queixavam do excesso de sol na Síria. Estava claro que Deus estava descontente com seus guerreiros, por seu orgulho, sua luxúria e seu banditismo. Ademar de Le Puy ordenou um jejum solene durante três dias, mas, com a fome já se aproximando, nem se notou grande diferença. Agora, o fracasso da expedição de abastecimento significaria a inanição para muitos. Em breve, um homem em cada sete morria de fome. Foram enviados soldados em busca de alimentos até as montanhas Tauro, onde os príncipes rupênios consentiram em fornecer-lhes o possível. Alguns mantimentos vieram dos monges armênios estabelecidos nas montanhas Amano, enquanto cristãos locais, armênios e sírios, juntavam tudo o que encontravam de comestível e levavam para o acampamento. O que os motivava, porém, não era a filantropia, mas seu próprio lucro: por um burro carregado de provisões, cobravam-se oito besantes — preço que só os mais ricos podiam pagar. Os cavalos sofreram ainda mais que os homens, até que restaram ao exército apenas setecentos deles.[1]

Socorro mais generoso foi encontrado na ilha de Chipre. O Bispo de Le Puy, sem dúvida obedecendo a instruções do Papa Urbano, fora assíduo no estabelecimento de boas relações com os dignitários da Igreja Ortodoxa do Oriente, a quem tratava com um respeito que desmente a teoria de que o papa considerasse a Cruzada uma forma de colocá-los sob seu controle. Para o patriarca de Antióquia, aprisionado na cidade, tal amizade era, até então, de pouca valia, pois os turcos de tempos em tempos colocavam-no dentro de uma gaiola e deixavam-no pendurado na muralha. Todavia, o Patriarca Simão, de Jerusalém, que abandonara sua sé quando a morte de Ortoq tornou a vida ali por demais insegura, encontrava-se em Chipre agora. Assim que se abriu uma via de comunicação, Ademar entrou em contato com ele. Simão não apreciava os costumes latinos, contra os quais publicara um tratado firme, mas moderado; não obstante, mostrou-se disposto a cooperar com a Igreja ocidental pelo bem da cristandade. Ainda em outubro, ele en-

1 Anselmo de Ribemont, carta em Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe*, p. 157 (com especial menção aos cavalos); Stephen of Blois, *ibid.*, p. 150 (referindo-se ao tempo horrível); Fulcher of Chartres, I, xv, 2-xvi, 6, pp. 221-8 (relato retórico, culpando os cruzados por seus pecados); Raymond of Aguilers, VI, p. 245 (referindo-se à aurora e ao jejum); *Gesta Francorum*, VI, 14, p. 76 (fornecendo os preços cobrados pelos especuladores nativos); Mateus de Edessa, II, cli, p. 217 (contando sobre a generosidade dos príncipes e monges armênios).

viara aos cristãos do Ocidente, junto com Ademar, um relato sobre a Cruzada. Agora, sabendo dos apuros enfrentados pelo exército, despachava periodicamente todos os víveres e vinho de que a ilha podia dispor.[1]

As remessas de alimentos do patriarca, por mais fartas que fossem, pouco podiam fazer para aliviar a miséria geral. Pressionados pela fome, os homens começaram a abandonar o acampamento e buscar refúgio em distritos mais ricos, ou a tentar empreender o longo retorno para casa. A princípio, os desertores eram mercenários obscuros, mas, numa manhã de janeiro, descobriu-se que o próprio Pedro, o Eremita, fugira, acompanhado de Guilherme, o Carpinteiro. Este não passava de um aventureiro, que não estava disposto a perder seu tempo em uma Cruzada sem esperança e já desistira de uma expedição na Espanha; no entanto, é difícil compreender por que Pedro teria desesperado. Os refugiados eram perseguidos por Tancredo e trazidos de volta em ignomínia. Pedro, cuja reputação era aconselhável preservar, recebeu um perdão silencioso, mas Guilherme foi mantido de pé uma noite inteira na tenda de Boemundo e, pela manhã, ouviu deste uma dura e ameaçadora reprimenda. Jurou que não voltaria a deixar o exército até sua chegada a Jerusalém, mas mais tarde quebraria a promessa. O prestígio de Pedro sofreu um abalo inevitável; em breve, porém, ele teria uma chance de recuperá-lo.[2]

Com o exército sofrendo baixas diárias em decorrência da fome e das fugas, Ademar reputou necessário apelar energicamente para o Ocidente, para que enviasse reforços. Para revestir-se do máximo de autoridade, escreveu em nome do patriarca de Jerusalém, cuja permissão presume-se que obtivera. A linguagem do apelo é significativa, pela luz que lança sobre a política eclesiástica do Bispo de Le Puy. O patriarca dirige-se a todos os fiéis do Ocidente, como líder dos bispos agora no Oriente, tanto gregos quanto latinos. Intitula-se "apostólico", assumindo a responsabilidade de excomungar todos os cristãos que quebrassem seus votos cruzados. São palavras de um pontífice independente. Ademar jamais as poria na boca de alguém que pretendesse submeter ao Bispo de Roma. Fossem quais fossem os planos de Urbano, em última instância, para o governo das Igrejas orientais, seu legado não pregava a supremacia papal. Não sabemos que resposta a carta do patriarca provocou no Ocidente.[3]

1 Alberto de Aix, VI, 39, p. 489. Simão enviou aos cruzados romãs de presente, "maçãs dos cedros do Líbano", *bacon* e vinho. A carta, datada de outubro, enviada de Antióquia para relatar o progresso da Cruzada à Igreja ocidental, é assinada por Simão e Ademar, "principalmente este último, encarregado do exército cristão pelo Papa Urbano", Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 141-2. Sobre Simão, ver acima, pp. 78-103.
2 *Gesta Francorum*, VI, 15, pp. 76-8.
3 Carta em Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 146-9.

Enquanto os cruzados demonstravam o devido respeito pelos hierarcas da ortodoxia oriental, suas relações com seus senhores leigos deterioravam-se. No início de fevereiro, o representante do imperador, Tatício, deixou subitamente o exército. Acompanhava a Cruzada desde Nicéia, com um pequeno séquito e uma companhia composta basicamente por guias e engenheiros, e ao que tudo indica permanecera em bons termos com seus líderes. Em Comana e Coxon, estes haviam-lhe entregado corretamente suas conquistas, e ele, em seus relatórios, prestava um generoso tributo às suas virtudes bélicas. Na época, sua partida recebeu um sem-fim de explicações; mas não há por que repudiar a história contada pelo próprio Tatício ao retornar a Constantinopla. Segundo ele, Boemundo procurou-o certo dia, quando já se sabia que os turcos estavam na iminência de empreender outra tentativa de salvar Antióquia, e disse-lhe, no mais absoluto sigilo, que os demais líderes acreditavam que o imperador estava incentivando os turcos e tramavam vingar-se, tirando-lhe a vida. Tatício deixou-se convencer — de fato, o ânimo das tropas era tal que, naquele momento, um bode expiatório seria bem-vindo. Ademais, ele pensava que os cruzados, enfraquecidos e desmoralizados pela fome, já não podiam mais acalentar esperanças de tomar a grande fortaleza. Sua recomendação de que esta fosse levada a render-se pela fome, por meio da ocupação dos castelos que controlavam suas vias de acesso mais distantes, fora ignorada. Assim, ele anunciou que precisava retornar a território imperial, a fim de providenciar um sistema mais satisfatório de reabastecimento, e embarcou em um navio para Chipre no porto de S. Simão. Para demonstrar sua intenção de retornar, deixou a maior parte de sua comitiva para trás, com os cruzados. Assim que partiu, porém, os propagandistas de Boemundo sugeriram que ele fugira, por covardia, diante do ataque turco iminente, se não por verdadeira traição. Uma vez que o representante do imperador agira de forma tão desonrosa, naturalmente a Cruzada estava livre de qualquer obrigação perante o império. Ou seja, Antióquia não precisava ser-lhe devolvida.[1]

1 Raimundo de Aguilers, V, pp. 254-6, diz que Tatício sugeriu um bloqueio mais rigoroso. Sua idéia não foi acatada, e logo em seguida ele fugiu traiçoeiramente, tendo entregue as cidades de Manistra, Tarso e Adana a Boemundo. A história desse presente altamente improvável deve ter sido inventada e difundida pelo exército por Boemundo. *Gesta Francorum*, VI, 16, pp. 78-80, afirma que ele fugiu por pura covardia, sob o pretexto de tentar obter um esquema de abastecimento melhor para o exército. Alberto de Aix conta que ele mantinha sua tenda na borda do acampamento, já que sempre pretendera fugir. Ao escapar, fez a falsa promessa de que retornaria (III, 38, p. 366, IV, 38, p. 416). A história de Ana Comnena, que deve ter se baseado nos relatos do próprio Tatício, é a versão mais convincente (XI, iv, 3, vol. II, p. 20).

Em seguida, Boemundo espalhou a notícia de que ele mesmo estava considerando a possibilidade de partir. Não podia continuar ignorando suas obrigações em casa. Até o momento, ele desempenhara um papel fundamental em todas as operações militares da Cruzada, e, como ele calculara, a perspectiva de perder seu auxílio naquela situação crítica aterrorizou as tropas. Assim sendo, ele deu a entender que, se lhe concedessem o domínio de Antióquia, estariam-no compensando por eventuais perdas sofridas devido à sua ausência da Itália. Os demais príncipes não se deixaram ludibriar por suas manobras, mas entre os soldados ele angariou muita simpatia.[1]

Nesse ínterim, os turcos tinham voltado a associar-se pela libertação de Antióquia. Quando Duqaq não foi capaz de levar o auxílio prometido, Yaghi-Siyan recorreu de novo a seu antigo suserano, Ridwan de Alepo. Este, agora, lamentava sua inação, que permitira que os francos chegassem até Antióquia. Quando Yaghi-Siyan voltou a reconhecer sua suserania, ele se preparou para sair em seu socorro, assistido por seu primo, Soqmã, o Ortóquida, de Diarbekir, e seu sogro, o emir de Hama. No princípio de fevereiro os aliados reocuparam Harenc, onde se concentraram para o ataque ao acampamento cruzado. Ao saber da notícia, os príncipes cruzados realizaram um conselho na tenda de Ademar, onde Boemundo propôs que, enquanto a infantaria permanecesse no acampamento a fim de conter qualquer tentativa de saída da cidade, os cavaleiros, dos quais apenas setecentos estavam disponíveis para lutar agora, empreenderiam um ataque surpresa aos invasores. Seu conselho foi seguido. Em 8 de fevereiro, ao anoitecer, a cavalaria franca cruzou sorrateiramente a ponte de barcos e posicionou-se entre o rio e o Lago de Antióquia, de onde poderia abater-se sobre os turcos quando estes avançassem para transpor a Ponte de Ferro. Ao raiar do dia, o exército turco entrou em seu campo de visão, e imediatamente a primeira linha de cruzados investiu, antes que os arqueiros turcos pudessem se alinhar. A carga não conseguiu romper a massa turca, e os cavaleiros se retiraram, atraindo o inimigo para o campo de batalha que haviam escolhido, onde o lago, à esquerda, e o rio, à direita, impediam que os turcos atacassem-nos pelos flancos em grande número. Nessa estreita faixa de terreno, os cruzados voltaram a atacar, dessa vez com força total. Sentindo seu peso, os turcos de armas mais leves tiveram sua linha rompida e debandaram, espalhando a confusão nas linhas compactas que lhes resguardavam as costas. Logo todo o exército de Ridwan precipitava-se em desordem para Alepo; ao passarem por Harenc, sua guarnição juntou-se aos fugitivos, deixando a cidade livre para que os cristãos nativos a devolvessem aos cruzados.

1 Raimundo de Aguilers, *loc. cit.*

Enquanto a cavalaria conquistava uma vitória espetacular, a infantaria enfrentava uma batalha muito mais árdua. Yaghi-Siyan lançara-se com força total sobre o acampamento, cujos defensores começavam a perder terreno quando, à tarde, os cavaleiros triunfantes foram vistos retornando. Ao se aproximarem, Yaghi-Siyan compreendeu que as forças de resgate tinham sido derrotadas, e chamou seus homens de volta para a cidade.[1]

A derrota do segundo exército de salvamento, apesar de elevar o moral dos cruzados, nada fez para melhorar sua situação imediata. O alimento ainda era demasiado escasso, conquanto os suprimentos começassem a chegar ao porto de S. Simão, oriundos em grande parte de Chipre, onde o Patriarca Simão — e provavelmente também o impopular Tatício — coletaram todos os víveres disponíveis. Entretanto, a estrada para o mar era constantemente atacada por destacamentos que escapuliam da cidade e armavam emboscadas para os comboios menores — ao passo que a própria cidade continuava recebendo sua provisões pelo ainda desguarnecido Portão de S. Jorge e pela ponte fortificada. Para controlar a ponte e, assim, tornar segura a passagem até S. Simão, Raimundo propôs a construção de uma torre na margem norte ali perto. O projeto foi tolhido, porém, pela falta de material e pedreiros. Em 4 de março, uma frota tripulada por ingleses e comandada pelo reclamante exilado do trono, Edgar Atheling, aportou em S. Simão. Os navios traziam peregrinos da Itália, mas assumiram sua nova missão em Constantinopla, onde Edgar embarcara, colocando-se a serviço do imperador. Lá, receberam seu carregamento de artefatos mecânicos e de sítio, cuja chegada foi extremamente oportuna. O fato de terem sido enviados pelo imperador foi cuidadosamente negligenciado pelos cruzados.

Cientes da chegada da frota, Raimundo e Boemundo partiram juntos — nenhum dos dois confiando no outro sozinho — a fim de recrutar o maior número de combatentes possível entre seus passageiros e escoltar as máquinas e o restante do material até o acampamento. Em 6 de março, enquanto retornavam carregados pela estrada de S. Simão, foram pegos em uma emboscada armada por um destacamento da guarnição da cidade. Suas tropas, pegas de surpresa, debandaram em pânico, abandonando a carga nas mãos do inimigo. Alguns soldados extraviados correram ao acampamento e espalharam o boato de que Raimundo e Boemundo haviam sido mortos. Informado do ocorrido, Godofredo preparava-se para partir em resgate do exército derrotado quando os turcos da cidade fizeram um súbito ataque ao acampamento, a fim de dar cobertura para que os tocaieiros, agora carregados com seu butim, alcançassem os portões. Os homens de Godofredo, já

1 *Gesta Francorum*, VI, 17, pp. 80-6; Raimundo de Aguilers, VII, pp. 246-8.

armados para tomar a estrada até o mar, conseguiram suster o ataque até que Raimundo e Boemundo surgiram inesperadamente com o que sobrara de suas forças. Sua chegada, por mais enfraquecidos que estivessem, permitiu que Godofredo empurrasse os turcos de volta para dentro da cidade. Em seguida, os príncipes uniram-se para interceptar seus atacantes em seu retorno. A tática foi plenamente bem-sucedida. Com a desvantagem de sua carga, o inimigo foi cercado e massacrado enquanto esforçava-se por chegar à ponte; assim, os preciosos materiais de construção foram recuperados. Dizia-se que 1.500 turcos foram chacinados, muitos deles afogados enquanto tentavam cruzar o rio. Entre os mortos figuravam nove emires. Naquela noite, alguns dos soldados aproveitaram a escuridão para sair para enterrar os mortos no cemitério muçulmano na margem norte do rio. Os cruzados os viram e deixaram-nos em paz, mas na manhã seguinte exumaram os corpos para roubar os ornamentos de ouro e prata que portavam.[1]

O resultado da vitória dos cruzados foi o fechamento do cerco a Antióquia. Com os operários e materiais de que agora dispunham, a fortaleza que planejavam e de onde comandariam a abordagem à ponte fortificada foi erguida. Construída perto de uma mesquita junto ao cemitério islâmico, foi oficialmente batizada de La Mahomerie, do antigo termo francês para "mesquita". Entretanto, quando os líderes começaram a debater a cargo de quem deveria ficar o castelo, Raimundo, autor da idéia de sua construção, reivindicou seu controle para si; assim, ela ficou mais conhecida como o castelo de Raimundo. A construção foi terminada por volta de 19 de março, e logo provou seu valor em impedir todo e qualquer acesso à ponte-portão. No entanto, o acesso ao Portão de S. Jorge continuava aberto. Para colocá-lo também sob controle, decidiu-se erigir um castelo no local de um antigo convento, na colina com que se defrontava. A construção foi concluída em

1 *Gesta Francorum*, VII, 18, pp. 88-96; Raimundo de Aguilers, VII-VIII, pp. 248-9; Alberto de Aix, III, 53-5, pp. 383-6; carta de Estêvão de Blois em Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 151-2; carta de Anselmo de Ribemont em Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 158-9; carta do clérigo de Luca em Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 165-7, onde se afirma que um cidadão de Luca, chamado Bruno, chegou a S. Simão naquele momento, passageiro de uma frota inglesa. David, *Robert Curthose*, pp. 236-7, duvida que Edgar Atheling estivesse com esses navios, já que ainda se encontrava na Escócia no outono de 1097 e eles deviam ter deixado a Inglaterra antes disso. Entretanto, a frota quase certamente era composta por "varangianos" britânicos, que havia muito tinham deixado o país e navegavam pelo Mediterrâneo sob as ordens do imperador, para quem encontramo-los trabalhando mais tarde. (Ver adiante, pp. 229-30.) Edgar podia muito bem ter viajado rapidamente para Constantinopla a fim de oferecer seus serviços temporariamente ao imperador, e ali juntou-se à frota. Orderic Vitalis (X, 11, vol. IV, pp. 70-2) é categórico quanto à sua presença na frota e afirma que ele capturou a Latáquia durante o cerco, embora Guilherme de Malmesbury (II, p. 310) situe a captura dessa cidade em uma data ligeiramente posterior. Ver adiante, *loc. cit.*

abril e o castelo, confiado a Tancredo, a quem se concedeu a soma de trezentos marcos para suas despesas. Dali por diante, nenhum comboio de alimentos conseguiu mais entrar na cidade, nem seus habitantes puderam, como fora seu costume até então, continuar mandando seus rebanhos pastarem do lado de fora das muralhas. Assaltantes isolados ainda podiam escalar os muros no Monte Sílpio ou atravessar o estreito Portão de Ferro, mas não houve mais tentativas de ataques organizados. Enquanto a guarnição começava a sofrer com a fome, o problema de abastecimento dos cruzados era mitigado. O tempo melhor, com a chegada da primavera, a possibilidade de procurar alimentos sem o risco de súbitas investidas turcas e a prontidão dos mercadores — que haviam até então vendido seus bens por altos preços para os defensores da cidade — em fazer negócios agora com o acampamento aumentou a disponibilidade de provisões e elevou o moral dos francos. Logo após a construção de seu castelo, Tancredo capturara um imenso carregamento de comida destinado a Yaghi-Siyan e transportado por mercadores cristãos, sírios e armênios. Seus êxitos levaram os cruzados a acalentar esperanças de que Antióquia pudesse ser levada a render-se por inanição — o que, porém, teria de ocorrer logo, pois o terrível Kerbogha, de Mosul, estava reunindo suas forças.[1]

Enquanto ainda se encontravam em Constantinopla, os cruzados foram aconselhados pelo Imperador Aleixo a chegar a algum tipo de entendimento com os fatímidas do Egito. Ferrenhos inimigos dos turcos, eram tolerantes com seus súditos cristãos e sempre se mostraram abertos ao diálogo com os poderes cristãos. Os cruzados provavelmente não seguiram seu conselho; não obstante, no início da primavera uma embaixada egípcia chegou ao acampamento diante de Antióquia, enviada por al-Afdal, o todo-poderoso vizir do califa menino, al-Mustali. Sua proposta, ao que parece, foi de dividirem o império seljúcida; os francos ficariam com o norte da Síria e o Egito, com a Palestina. Al-Afdal sem dúvida pensava que os cruzados não passavam de meros mercenários do imperador, presumindo, portanto, que tal divisão, baseada no estado de coisas anterior às invasões turcas, seria perfeitamente aceitável. Os príncipes ocidentais receberam os embaixadores com cordialidade, mas não se comprometeram com nenhum acordo específico. Os egípcios permaneceram por algumas semanas no acampamento e voltaram para casa acompanhados de uma pequena embaixada franca e carregados de presentes, em grande parte derivados do butim obtido na batalha de 6 de mar-

1 *Gesta Francorum*, VII, 18, VIII, 19, pp. 88, 96-8; Raimundo de Aguilers, VIII, pp. 249-50; carta de Anselmo de Ribemont em Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 158-9; carta do clérigo de Luca, *ibid.*, p. 166.

ço. As negociações cientificaram os cruzados das vantagens que poderiam tirar das intrigas com os poderes islâmicos. Deixando de lado seus preconceitos religiosos, em seguida eles, ao saberem dos preparativos de Kerbogha, enviaram uma mensagem a Duqaq de Damasco, pedindo sua neutralidade e declarando que não tinham desígnios para seu território. Duqaq, que considerava seu irmão Ridwan de Alepo seu maior inimigo e percebeu que ele retomara sua neutralidade anterior, não aquiesceu aos seus desejos.[1]

No início de maio, soube-se que Kerbogha estava a caminho. Além de suas próprias tropas, os sultões de Bagdá e da Pérsia, bem como os príncipes ortóquidas do norte da Mesopotâmia, haviam fornecido homens; Duqaq esperava para juntar-se a ele — e, em Antióquia, Yaghi-Siyan, embora muito pressionado, ainda resistia. Entre os cruzados, a tensão aumentou. Sabiam que, se não capturassem a cidade primeiro, seriam esmagados entre a guarnição e o imenso exército de resgate. O Imperador Aleixo encontrava-se, agora, em campanha na Ásia Menor. Enviaram-lhe um apelo desesperado, para que corresse em seu socorro. Boemundo, determinado a conquistar Antióquia para si, tinha especiais motivos de preocupação. Caso o imperador chegasse antes da queda de Antióquia ou se Kerbogha só fosse derrotado com ajuda do imperador, seria impossível não lhe restituir a cidade. Os príncipes, em sua maioria, estavam dispostos a entregá-la a Boemundo, mas Raimundo de Toulouse, provavelmente com o apoio do Bispo de Le Puy, não concordava. Suas razões são objeto de freqüentes debates. Era o único dos príncipes não ligado ao imperador por um juramento explícito, mas deixara Constantinopla em bons termos com o soberano e odiava e desconfiava de Boemundo, seu maior rival na liderança militar da Cruzada; ambos, assim como o legado, talvez pensassem que, se o juramento fosse invalidado, a Igreja, representada por Ademar, seria a única com direito a distribuir territórios. Após algumas discussões e intrigas, chegou-se a um acordo. Caso suas tropas fossem as primeiras a penetrar na cidade, e se o Imperador não chegasse a tempo, Boemundo receberia a cidade. Ainda assim, Raimundo objetava, mas seu oponente já tinha motivos de satisfação.[2]

1 Segundo a *Historia Belli Sacri* (*Tudebodus Imitatus*), p. 181, os cruzados já tinham enviado em Nicéia uma embaixada ao Egito, seguindo as recomendações de Aleixo. A lista de embaixadores é suspeita; é mais possível que tenham composto a embaixada enviada a Antióquia. Contudo, é provável que o conselho do imperador fosse lembrado. A embaixada egípcia a Antióquia é mencionada por Raimundo de Aguilers, VII, p. 247; Estêvão de Blois, em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 151; Anselmo de Ribemont, em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 160; e *Gesta Francorum*, VI, 17, p. 86, VII, 19, p. 96. Ibn al-Athir refere-se às negociações dos cruzados com Duqaq (*op. cit.*, p. 193).

2 *Gesta Francorum*, VIII, 19, pp. 100-2, corroborada por Ana Comnena, XI, iv, 4, vol. III, p. 21. O relato de Guilherme de Tiro (V, 17, I, pp. 220-1) registra a divergência com Raimundo.

Um erro de cálculo do próprio Kerbogha deu aos cruzados uma margem para respirar. Preferindo não avançar sobre Antióquia, deixando um exército franco em Edessa, em posição de ameaçar seu flanco direito, não se deu conta de que Balduíno estava demasiado fraco para tomar medidas ofensivas — mas ao mesmo tempo forte demais em sua grande fortaleza para ser desalojado com facilidade. Durante as três últimas semanas de maio, ele estacionou diante de Edessa, investindo em vão contra seus muros, antes de chegar à conclusão de que o esforço e o tempo não valiam a pena.[1]

Durante essas três preciosas semanas, Boemundo trabalhou arduamente. Em algum momento, estabeleceu uma ligação com um capitão dentro da cidade de Antióquia, de nome Firouz — ao que tudo indica, um armênio convertido ao islamismo, que ascendera a uma posição de destaque no governo de Yaghi-Siyan. A aparente lealdade ocultava ressentimento em relação ao seu senhor, que recentemente o multara por estocar grãos, e ele entrara em contato com seus antigos correligionários. Por intermédio deles, Firouz chegou a um entendimento com Boemundo e concordou em vender a cidade. O sigilo da transação foi bem mantido. Boemundo não confiou em ninguém. Pelo contrário, em público ele salientava os perigos com que se defrontariam, a fim de aumentar o valor de seu triunfo iminente.[2]

Sua propaganda foi bem-sucedida ao extremo. No fim de maio, Kerbogha abandonou o inútil cerco de Edessa e retomou seu avanço. Enquanto se aproximava, o pânico foi tomando conta do acampamento cruzado. Os desertores começaram a fugir em tal número, que era impossível tentar detê-los. Por fim, em 2 de junho, um grande corpo de franceses do norte tomou a estrada para Alexandreta, liderados por Estêvão de Blois. Apenas dois meses antes, este escrevera à esposa com alegria, contando-lhe as dificuldades do cerco mas também descrevendo a batalha triunfal de 6 de março, salientando sua própria importância para o exército. Agora, porém, com a cidade ainda inexpugnável e a aproximação das hostes de Kerbogha,

1 Ver acima, p. 192, e referências fornecidas, *ibid.*, n. 2.

2 *Gesta Francorum*, VIII, 20, p. 100. O autor chama-o de "Pirro" e diz que era um turco. Ana Comnena, XI, iv, 2, vol. II, p. 19, refere-se a ele como "um certo armênio". Radulfo de Caen, LXII, pp. 651-2, chama-o de "um armênio rico"; Mateus de Edessa, "um dos principais homens da cidade", sem menção à raça (II, civ, p. 222); Raimundo de Aguilers, VIII, p. 251, chama-o de "quidam de Turcatis", provavelmente querendo dizer que era um cristão renegado. As fontes árabes, Kemal ad-Din (*op. cit.*, pp. 581-2) e Ibn al-Athir (*op. cit.*, p. 192), não fazem referência à raça em particular; este último chama-o de Firouz. O primeiro diz que era um armeiro, conhecido como "Zarrad", o fabricante de couraças, a quem Yaghi-Siyan punira por estocar grãos. Guilherme de Tiro, V, 11, I, pp. 212-13, aparentemente baseado em fontes árabes, diz que ele era membro da corporação dos "Beni Zarra; quod in lingua latina interpretatur *filii loricatoris*". Pertencia a uma boa família. A tradução para francês antigo deste último acrescenta que se tratava de um "Hermin" — um armênio.

pareceu-lhe pura tolice ficar esperando por um massacre certo. Nunca fora um grande soldado, mas pelo menos viveria para continuar lutando. De todos os príncipes, Estêvão fora o mais entusiástico em sua admiração pelo imperador. Boemundo deve ter sorrido ao vê-lo partir, mas não podia prever como aquela fuga seria útil à sua causa.[1]

Caso Estêvão tivesse retardado sua partida por apenas mais algumas horas, teria mudado de idéia. Naquele mesmo dia, Firouz enviou seu filho a Boemundo, dizendo-lhe que estava pronto para o ato de traição. Mais tarde, correu o boato de que ele hesitara até a noite anterior, quando descobriu que sua esposa estava envolvida com um de seus colegas turcos. Agora, encontrava-se no comando da Torre das Duas Irmãs e do setor adjacente aos muros da cidade pelo lado de fora, diante do castelo de Tancredo. Assim, instou Boemundo a que reunisse o exército cruzado naquela mesma tarde e o conduzisse para o leste, como se pretendesse interceptar Kerbogha; então, ao escurecer, as tropas deveriam retornar em segredo para os muros a oeste, trazendo suas escadas para escalar a torre, onde ele permaneceria de vigia. Caso Boemundo concordasse com esse esquema, Firouz enviaria seu filho como refém naquela noite, como sinal de que estava pronto.

Boemundo seguiu seu conselho. Durante o dia, mandou que um de seus soldados, chamado Male Couronne, percorresse todo o acampamento como arauto, anunciando que o exército deveria estar pronto ao pôr-do-sol para uma investida contra o território inimigo. Em seguida, convocou os principais líderes a reunir-se com ele, Ademar, Raimundo, Godofredo e Roberto de Flandres e, pela primeira vez, revelou-lhes toda a trama. "Hoje", disse, "com a ajuda de Deus, Antióquia cairá em nossas mãos." Qualquer rancor que Raimundo possa ter sentido permaneceu oculto. Ele e os companheiros deram seu leal apoio ao plano.

No poente, o exército cruzado rumou para leste, a cavalaria subindo o vale defronte da cidade e a infantaria percorrendo as colinas atrás dela. Os

1 Fulcher de Chartres, I, xvi, 7, p. 228, diz que a partida de Estêvão ocorreu na véspera da queda de Antióquia, ou seja, 2 de junho. Narra-a com pesar, mas não a atribui a covardia. *Gesta Francorum*, IX, 27, p. 140, diz que ele fugiu alegando estar enfermo. Raimundo de Aguilers, XI, p. 258, atribui a fuga a covardia, o que parece ter sido a impressão generalizada. Guiberto de Nogent, XXV, pp. 199-200, sente ser necessário justificá-lo. Estêvão fora eleito "ductor" do exército (*Gesta Francorum*, *loc. cit.*), ou "dictator" (Raimundo de Aguilers, *loc. cit.*), ou "dominus atque omnium actuum provisor atque gubernator" (Estêvão de Blois, carta em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 149). Isso decerto não pode significar que ele tenha sido nomeado comandante-em-chefe nem líder político da Cruzada, já que nunca assumiu a liderança em nenhuma operação militar, ao passo que Ademar era o único reconhecido como detentor de alguma autoridade política sobre os príncipes. O mais provável é que Estêvão tivesse sido encarregado do aspecto administrativo do exército, sendo responsável pela organização das provisões.

turcos de Antióquia viram-nos partir e relaxaram, na expectativa de uma noite sossegada. No meio da noite, porém, as forças cruzadas receberam ordens de retornar para a face oeste e noroeste da muralha. Antes da aurora, as forças de Boemundo chegaram diante da Torre das Duas Irmãs. Havia uma escada encostada na torre, e, um após o outro, sessenta cavaleiros subiram, liderados por Fulco de Chartres, entrando, por uma janela no alto do muro, em uma sala onde Firouz aguardava ansiosamente. Quando começaram a entrar, o armênio achou que estavam em número insuficiente. "São muito poucos francos", exclamou ele em grego. "Onde está Boemundo?!" Não havia motivo para se preocupar. Das Duas Irmãs, os cavaleiros assumiram as duas outras torres sob seu controle, permitindo que seus amigos colocassem suas escadas nos trechos intermediários de muro. Um soldado italiano foi avisar Boemundo que estava na hora de ele subir pessoalmente. A escada quebrou-se atrás dele, mas, enquanto alguns soldados corriam pelo muro, surpreendendo as guarnições em suas torres, outros desceram para a cidade para despertar os habitantes cristãos — e, com sua ajuda, abriram de par em par o Portão de S. Jorge e o grande Portão da Ponte, atrás do qual esperava o grosso do exército. Assim, os cruzados invadiram a cidade, encontrando pouca oposição. Gregos e armênios juntaram-se a eles no massacre de todos os turcos que encontravam, tanto homens quanto mulheres, inclusive o irmão do próprio Firouz. Muitos cristãos pereceram na confusão. O próprio Yaghi-Siyan, acordando com o clamor, concluiu de imediato que estava perdido. Acompanhado de sua guarda pessoal, fugiu a cavalo na direção da garganta que levava ao Portão de Ferro e retirou-se para as montanhas. Todavia, seu filho, Shams ad-Daula, manteve a frieza e, reunindo todos os homens que conseguiu encontrar, abriu caminho até a cidadela, antes que os francos conseguissem tomá-la. Boemundo seguiu-o, mas não conseguiu forçar a entrada; assim, fincou seu estandarte roxo no ponto mais alto que conseguiu alcançar. Sua visão, tremulando à luz do sol nascente, serviu de estímulo aos cruzados que, lá embaixo, entravam na cidade.

Tendo reunido homens em número suficiente, Boemundo tentou um ataque sério à fortaleza. Rechaçado, porém, acabou sendo ferido. Seus soldados preferiram dedicar-se à tarefa mais agradável de saquear e pilhar as ruas da cidade; ele, por sua vez, logo seria consolado por um camponês armênio, que foi levar-lhe a cabeça de Yaghi-Siyan. O turco caíra do cavalo nas montanhas; sua escolta o abandonara e, enquanto ele se deixava ficar ali, exausto e meio atordoado, foi encontrado por um grupo de armênios que o reconheceram e mataram-no imediatamente. Um deles ganhou uma bela recompensa por levar sua cabeça a Boemundo, enquanto os demais venderam seu cinto e a bainha de sua cimitarra por sessenta besantes cada um.

Ao cair da noite de 3 de junho, já não havia mais um turco sequer vivo em Antióquia; mesmo nas aldeias vizinhas em que os francos nunca haviam posto os pés a população turca debandara, buscando refúgio junto a Kerbogha. As casas dos cidadãos de Antióquia, tanto cristãos quanto muçulmanos, foram saqueadas. Os tesouros e armas lá encontrados foram espalhados ou insensivelmente destruídos. Não se podia andar pelas ruas sem pisar nos cadáveres, todos em rápida putrefação sob o calor causticante. Mas Antióquia era, mais uma vez, cristã.[1]

1 A descrição mais vívida da captura de Antióquia encontra-se na *Gesta Francorum*, VIII, 20, pp. 100-10, embora ela omita o fracasso de Boemundo na captura da cidadela. Raimundo de Aguilers, em seu relato, fornece essa informação e diz que o primeiro cruzado a entrar na cidade foi Fulco de Chartres (IX, pp. 251-3). Radulfo de Caen chama-o Gouel de Chartres (LXVI, p. 654). O relato de Fulcher de Chartres (I, xviii, pp. 230-3) é mais sucinto. O de Guilherme de Tiro (V, 18-23, vol. I, pt. I, pp. 222-3) é extenso, mas repleto de detalhes inverossímeis. É ele que faz referência ao caso da esposa de Firouz. Ibn al-Athir conta a fuga e a morte de Yaghi-Siyan (*op. cit.*, p. 193).

Capítulo IV

A Posse de Antióquia

"Ele estende as mãos contra seus aliados, violando sua aliança." SALMO 55, 21

A captura de Antióquia foi uma vitória que alegrou os corações cristãos. Quando, porém, seu frenesi triunfal esmoreceu e os cruzados tomaram consciência de sua situação, perceberam que não estavam muito melhor do que antes. Haviam conquistado grandes vantagens. Contavam com as fortificações da cidade, que haviam sobrevivido incólumes à batalha, para protegê-los das hostes de Kerbogha; seus seguidores civis, ainda numerosos apesar da doença e das deserções, estavam abrigados, tendo deixado de ser o peso que eram no acampamento. O exército turco existente na cidade fora praticamente aniquilado, deixando de ser uma ameaça constante. Entretanto, a defesa da longa linha de muralhas exigia mais homens do que estava ao alcance dos cruzados dispor. A cidadela ainda resistia, e tinha de ser tomada. Conquanto sua guarnição estivesse demasiado fraca para tomar a ofensiva, lá de cima todos os movimentos da cidade eram vigiados, e era impossível impedi-la de estabelecer uma linha de comunicação com Kerbogha. Na cidade, os cruzados não descobriram a abundância de alimentos que esperavam, e eles mesmos, em seu embriagamento, haviam destruído a maior parte de suas riquezas. De mais a mais, embora os muçulmanos tivessem sido massacrados, os cristãos nativos não eram de confiança. Os sírios, em particular, já haviam se mostrado traiçoeiros no passado e não nutriam grande simpatia pelos latinos. Sua traição constituía um risco muito maior aos defensores da cidade que outro exército acampado do lado de fora. Além disso, a vitória trouxera à tona uma dúvida que já dava sinais de dividir a Cruzada: a quem a cidade deveria ser entregue?

A princípio, não havia tempo a perder com debates acerca do futuro da cidade. Kerbogha avançava, e Antióquia precisava ser defendida contra seu ataque. Boemundo, o que quer que estivesse tramando, não dispunha de tropas suficientes para guarnecer as muralhas sem a ajuda dos companheiros. Todos tinham de tomar parte da defesa, e cada príncipe encarregou-se de um setor das fortificações. A missão imediata do exército era limpar a cidade e enterrar os mortos rapidamente, antes que os cadáveres em putre-

fação deflagrassem uma epidemia. Enquanto os soldados dedicavam-se à tarefa, o Bispo de Le Puy providenciava para que a Catedral de S. Pedro e as demais igrejas profanadas pelos turcos fossem limpas e restituídas ao culto cristão. O Patriarca João foi libertado da cadeia e recolocado no trono patriarcal. João era grego e não gostava do rito latino, mas era o patriarca legítimo de uma sé ainda em plena comunhão com Roma. Ademar certamente não violaria sua legitimidade nem melindraria os sentimentos locais, ignorando seus direitos. Tampouco os cruzados, cientes do sofrimento de João pela fé, reprovaram sua restauração; exceto, talvez, por Boemundo, que pode ter antevisto sua inconveniência para seus próprios interesses.[1]

Os cruzados mal tiveram chance de instalar-se na cidade antes da chegada de Kerbogha. Em 5 de junho, ele alcançou o Orontes, na Ponte de Ferro, e, dois dias depois, acampou diante dos muros, nas mesmas posições até há pouco ocupadas pelos francos. Shams ad-Daula imediatamente enviou-lhe mensageiros da cidadela, pedindo por socorro. Kerbogha, porém, insistiu em que a fortaleza fosse ocupada por suas próprias tropas. Shams rogou-lhe permissão para manter-se no comando até a retomada da cidade, mas em vão. Foi obrigado a entregar a cidadela e todas as suas provisões ao lugar-tenente de confiança de Kerbogha, Ahmed ibn Merwan.[2]

O plano inicial de Kerbogha era penetrar em Antióquia a partir da cidadela. Prevendo o perigo, Boemundo e Raimundo haviam erguido um muro rudimentar para isolá-la das fortificações da cidade. Por ser o setor mais vulnerável da defesa, ao que parece os príncipes revezaram-se em turnos para guarnecê-lo. Após um breve reconhecimento, Ahmed ibn Merwan lançou um ataque sobre aquele ponto, provavelmente na madrugada de 9 de junho. Hugo de Vermandois, o Conde de Flandres e o Duque da Normandia estavam encarregados de sua defesa e quase foram sobrepujados, mas, no fim das contas, rechaçaram o assalto com grandes baixas. À vista do ocorrido, Kerbogha concluiu que seria menos dispendioso bloquear os francos de forma mais severa e investir mais tarde, quando estivessem enfraquecidos pela fome. No dia 10, fechou o cerco à cidade. Os cruzados tentaram impedi-lo e empreenderam um ataque ferrenho, mas logo foram forçados a retornar à segurança das muralhas.[3]

O malogro da tentativa mergulhou os cruzados em depressão. Seu moral, elevado uma semana antes pela captura da cidade, afundou agora no mais profundo abatimento. Os víveres voltaram a escassear. Um pão pe-

1 Alberto de Aix, IV, 3, p. 433. Ele chama João de "virum Christianissimum".
2 Kemal al-Din, *op. cit.*, pp. 582-3; *Gesta Francorum*, IX, 21, p. 112.
3 Kemal al-Din, *loc. cit.*; *Gesta Francorum*, XI, 21, p. 114; carta dos príncipes a Urbano II, em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 162; Guilherme de Tiro, VI, 4, I, p. 240.

queno custava um besante; um ovo, dois besantes; uma galinha, quinze. Muitos homens viviam apenas das folhas das árvores ou de couro seco. Ademar de Le Puy tentou debalde organizar alívio para os peregrinos mais pobres. Entre os cavaleiros, muitos compartilhavam a opinião de que Estêvão de Blois fizera a opção mais sábia. Na noite do dia 10, uma companhia encabeçada por Guilherme e Aubrey de Grant-Mesnil e Lambert, Conde de Clermont, logrou passar pelas linhas inimigas e precipitou-se na direção do mar, rumo a S. Simão. Havia navios francos no porto, provavelmente alguns genoveses e outros pertencentes à frota de Guynemer. Quando os fugitivos chegaram e anunciaram que o exército cruzado estava irremediavelmente condenado, todos apressaram-se em levantar âncora e buscar portos mais seguros. Os fugitivos seguiram com eles para Tarso. Lá, juntaram suas forças com as de Estêvão de Blois, que planejava retornar a Antióquia quando soube de sua captura, mas fora detido por uma visão distante do exército de Kerbogha. Guilherme de Grant-Mesnil casara-se com a irmã de Boemundo, Mabila, e a deserção de um parente tão próximo do chefe normando não pôde deixar de causar uma profunda impressão em todo o exército.[1]

Agora, a sensação dos homens dentro de Antióquia era que sua única possibilidade de salvação seria a chegada do imperador e suas forças. Já se sabia que Aleixo partira de Constantinopla. Ao longo da primavera, João Ducas, partindo da Lídia, penetrara na Frígia até a estrada principal tomada pelos cruzados, e em algum momento reabrira a estrada para a Atália. Assim, Aleixo reputou seguro conduzir seu exército principal pelo coração da Ásia Menor para ir em socorro da Cruzada, muito embora muitos de seus conselheiros se sentissem inquietos com uma expedição que o levaria tão longe de sua capital, através de uma região da qual o inimigo ainda não fora totalmente banido. Em meados de junho, ele chegou a Filomélio. Enquanto preparava-se para prosseguir, Estêvão e Guilherme apareceram no acampamento. Haviam deixado Tarso na mesma frota, e, no caminho (provavelmente em Atália), souberam do paradeiro do imperador. Separando-se de seus homens, que continuaram por mar, correram para Filomélio, ao norte, para informá-lo de que àquela altura os turcos certamente já estavam em Antióquia e o exército cruzado fora aniquilado. Mais ou menos ao mesmo tempo foram alcançados por Pedro de Aulps, que abandonara seu posto em Co-

1 Raimundo de Aguilers, XI, pp. 256-8; *Gesta Francorum*, IX, 23, pp. 126-8; carta do clérigo de Luca, em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 166, na qual Guilherme de Grant-Mesnil é chamado de "cognatus Boemundi". Ducange, em suas notas sobre Ana Comnena, em *Recueil des Historiens des Croisades, Historiens Grecs*, vol. II, p. 27, fornece referências sobre sua esposa Mabila, mas reconhece que seu casamento era recente. Orderic Vitalis, VIII, 28, vol. II, p. 455, diz que eles haviam se casado na Apúlia, antes da Cruzada.

mana, a leste de Cesaréia, para relatar que um exército turco avançava para investir contra Aleixo antes que ele pudesse chegar a Antióquia. O imperador não tinha por que duvidar das histórias que contavam. Estêvão fora um amigo leal e de confiança no passado, e tal desastre não era de modo algum improvável. A notícia forçou-o a reconsiderar seus planos. Se Antióquia fora tomada e os francos haviam perecido, os turcos decerto dariam prosseguimento à sua ofensiva. Os seljúcidas sem dúvida tentariam reconquistar o que haviam perdido — e teriam todo o mundo turco vitorioso atrás de si. Naquelas circunstâncias, seria loucura continuar com a expedição. Seu flanco esquerdo estava perigosamente exposto aos ataques inimigos. Insistir em tal situação, por uma causa que já estava perdida, era impensável. Mesmo que ele fosse um aventureiro como os príncipes da Cruzada, o risco dificilmente valeria a pena. Ademais, Aleixo era responsável pelo bem-estar de um grande e vulnerável império, e seu primeiro dever era para com seus súditos. Convocou seu conselho e comunicou-lhes que era necessário retirar-se. Um dos membros era um príncipe normando, Guy, meio-irmão de Boemundo, que estava há muitos anos em seu serviço. Comovido com as dificuldades que os cruzados deviam estar enfrentando, ele suplicou que o imperador prosseguisse, apostando na possibilidade de que ainda pudessem ser salvos. No entanto, seu apelo não obteve apoio algum. O grande exército bizantino recuou para o norte, deixando uma linha de terra devastada para proteger os territórios recém-conquistados contra os turcos.[1]

Teria sido bom para o império e para a paz da cristandade oriental se Aleixo tivesse dado ouvidos a Guy, mas ele não teria conseguido chegar a Antióquia antes da batalha decisiva. Quando chegou aos cruzados o boato de que o exército imperial havia desistido, seu rancor foi intenso. Viam-se como guerreiros de Cristo contra os infiéis. Recusar-se a correr em seu auxílio, por mais inútil que parecesse, era um ato de traição à fé. Não estavam em condições de avaliar os demais deveres do imperador. Pelo contrário, sua negligência pareceu justificar toda a desconfiança e má vontade que já nutriam pelos gregos. Bizâncio nunca seria perdoada — e de tudo Boemundo conseguiria tirar proveito para sua ambição.[2]

1 *Gesta Francorum*, IX, 27, pp. 140-6, conta sobre a intervenção do irmão de Boemundo, Guy; Ana Comnena, XI, vi, 1-2, vol. III, pp. 27-8. Segundo Ana, Pedro de Aulps veio com os demais fugitivos de Antióquia. Entretanto, ele fora deixado como governador de Placência, de onde deve ter vindo, portando a notícia da aproximação do exército turco do leste a fim de interceptar o avanço de Aleixo. Ana deixa claro que foi essa notícia que levou Aleixo a retroceder. Caso os francos já tivessem sido derrotados em Antióquia, seria loucura se ele insistisse em sua marcha.

2 A notícia da retirada do imperador só pode ter chegado a Antióquia muito depois da derrota de Kerbogha. Ver adiante, pp. 225-6, 230.

Os cruzados perceberam que Estêvão de Blois também era culpado. Seus cronistas atacaram com irritação sua covardia, e o caso logo chegou à Europa. Ele próprio retornou facilmente para casa, onde sua esposa, envergonhada e furiosa, não descansou enquanto não conseguiu fazê-lo retornar para o Oriente para expiar suas faltas.[1]

Nesse ínterim, Kerbogha continuava pressionando Antióquia. Em 12 de junho, um ataque súbito quase lhe deu a posse de uma das torres da face sudoeste, que só foi preservada graças à bravura de três cavaleiros de Malines. Para evitar a recorrência de riscos como aquele, Boemundo mandou queimar ruas inteiras da cidade perto dos muros, a fim de conferir às tropas maior liberdade de movimentação.[2]

Àquela altura, o moral dos cruzados tinha sido elevado por uma série de eventos interpretados como indícios do favor especial de Deus. Os soldados estavam famintos e ansiosos; a fé que os sustentara até então oscilava, mas não fora rompida. Era uma atmosfera em que os sonhos e visões prosperavam. Aos olhos dos homens medievais, o sobrenatural não era considerado impossível nem mesmo raro. As idéias modernas a respeito do poder do inconsciente eram desconhecidas. Sonhos e visões vinham de Deus ou, em alguns casos, do demônio. O ceticismo restringia-se à absoluta descrença na palavra do sonhador. Tal atitude deve ser mantida em mente ao se ponderar o episódio a seguir.

Em 10 de junho de 1098, um camponês andrajoso foi à tenda do Conde Raimundo e pediu para falar com ele e com o Bispo de Le Puy. Seu nome era Pedro Bartolomeu, e ele viera à Cruzada como servente de um peregrino provençal de nome Guilherme-Pedro. Não era inteiramente analfabeto, apesar da origem humilde, mas era conhecido pelos companheiros como um caráter bastante mal-afamado, interessado exclusivamente nos prazeres mais vulgares da vida. Ele contou que há meses vinha sendo atormentado por visões em que Sto. André lhe revelava a localização de uma das mais sagradas relíquias da cristandade, a Lança que espetara o lado de Cristo. A primeira visão ocorrera por ocasião do terremoto de 30 de dezembro. Ele estava orando, aterrorizado, quando de súbito apareceu-lhe um velho de cabelos grisalhos, acompanhado de um jovem alto, dono da mais extraordinária beleza. O velho, afirmando ser Sto. André, ordenou-lhe que procurasse imediatamente o Bispo de Le Puy e o Conde Raimundo. O primeiro deveria

1 Orderic Vitalis, X, 19, vol. IV, p. 118, conta sobre a vergonha de Adela, e de como ela insistiu até conseguir enviá-lo em outra Cruzada.

2 *Gesta Francorum*, IX, 26, p. 136; Radulfo de Caen, LXXVI, pp. 660-1, que diz que Roberto de Flandres teve seu setor incendiado; Alberto de Aix, IV, 35, p. 413, sobre os cavaleiros de Malines.

ser repreendido por ter negligenciado seus deveres de pregador, ao passo que ao segundo deveria ser revelada a localização da Lança, que o santo dispôs-se a mostrar a Pedro Bartolomeu. Em seguida, este viu-se arrebatado, vestido como estava em camisa, ao interior da cidade, até a Catedral de S. Pedro, mantida pelos turcos como uma mesquita. Sto. André conduziu-o por uma entrada até a capela sul, onde desapareceu chão adentro, ressurgindo pouco depois de Lança em punho. Pedro quis pegá-la de imediato, mas foi orientado a retornar com doze companheiros, depois da tomada da cidade, e procurá-la no mesmo local. Em seguida, foi transportado de volta para o acampamento.

Pedro ignorou as ordens do santo, pois temia que ninguém daria ouvidos a um pobre homem. Pelo contrário, partiu em uma expedição a Edessa, em busca de provisões. Ao cantar do galo, em 10 de fevereiro, quando se encontrava em um castelo nas proximidades dessa cidade, Sto. André e seu companheiro apareceram-lhe mais uma vez, reprovando-o por sua desobediência, pela qual foi punido com uma enfermidade temporária nos olhos. O santo também instruiu-o a respeito da proteção divina especial de que gozavam os cruzados, acrescentando que todos os santos ansiavam por retornar aos seus corpos para lutar ao seu lado. Pedro Bartolomeu reconheceu sua culpa e retornou a Antióquia, mas, lá, sua coragem de novo arrefeceu. Não ousando abordar os grandes príncipes, ficou aliviado quando, em março, seu mestre, Guilherme-Pedro, levou-o em uma viagem para comprar víveres em Chipre. Na véspera do Domingo de Ramos, 20 de março, ele estava dormindo com Guilherme-Pedro em uma tenda em S. Simão quando a visão voltou a lhe ocorrer. Pedro repetiu suas desculpas e Sto. André, depois de dizer-lhe que não tivesse medo, deu-lhe instruções a serem seguidas pelo Conde Raimundo ao chegar ao Rio Jordão. Guilherme-Pedro ouviu o diálogo, sem nada ver. Pedro Bartolomeu, então, retornou ao acampamento em Antióquia, mas não conseguiu obter uma audiência com o Conde. Assim, partiu para Mamistra, a fim de continuar sua jornada para Chipre — onde Sto. André apareceu-lhe furioso, ordenando-lhe que voltasse. Pedro queria obedecer, mas seu mestre forçou-o a embarcar para a travessia. Por três vezes o barco foi atirado de volta à costa, até que encalhou em uma ilha próxima a S. Simão, onde a viagem foi abandonada. Pedro ficou doente durante algum tempo; quando se recuperou, Antióquia já fora capturada, e ele entrou na cidade. Tomou parte da batalha de 10 de junho e escapou por pouco da morte, esmagado entre dois cavalos. Ali viu Sto. André mais uma vez, que lhe falou com tamanha dureza que ele não pôde desobedecer de novo. Primeiro, contou a história aos amigos. Apesar

do ceticismo com que foi recebida, ele agora viera repeti-la para o Conde Raimundo e o Bispo de Le Puy.[1]

Ademar não ficou impressionado. Tinha Pedro Bartolomeu em conta de alguém indigno, em quem não se podia confiar. É possível que tenha ficado ofendido com a crítica ao seu zelo como pregador. Talvez tenha se lembrado de ter visto em Constantinopla uma Santa Lança cuja reputação de autenticidade fora estabelecida há mais tempo. Como clérigo experiente, desconfiava das visões dos ignorantes. Raimundo, porém, cuja piedade era mais simples e entusiástica, estava pronto a se deixar convencer. Determinou a realização de uma busca solene da Lança para dali a cinco dias. Nesse meio tempo, confiou Pedro Bartolomeu aos cuidados de seu capelão.[2]

Visões florescem rapidamente. Naquela noite, todos os príncipes estavam reunidos na cidade alta, junto aos muros que guardavam a cidadela, quando um sacerdote de Valença chamado Estêvão solicitou uma audiência. Disse-lhes que, na noite anterior, acreditando que os turcos haviam tomado a cidade, ele se dirigira com um grupo de clérigos à Igreja de Nossa Senhora, a fim de realizar um serviço de intercessão. Ao terminarem, os outros caíram no sono, mas, enquanto permanecia de vigília, ele viu diante de si um rapaz de maravilhosa beleza, que lhe perguntou quem eram aqueles homens e pareceu satisfeito ao saber que eram bons cristãos e não hereges. O visitante perguntou, então, se Estêvão não o reconhecia. Estêvão começou a dizer que não, mas notou um halo cruciforme em torno de sua cabeça, como nos retratos de Cristo. O visitante admitiu que era Cristo e, em seguida, indagou quem estava no comando do exército. Estêvão explicou que não havia um comandante único, mas que a autoridade maior cabia a um bispo. Cristo então ordenou que Estêvão informasse ao bispo que seu povo se comportara mal com suas luxúrias e fornicações, mas que, se retornassem a um estilo de vida cristão, ele lhes enviaria proteção em cinco dias. Em seguida, surgiu uma mulher de fisionomia radiante, dizendo a Cristo que aquele era a gente por quem ela intercedia com tanta freqüência; S. Pedro também veio juntar-se a eles. Estêvão tentou despertar um de seus companheiros para testemunhar a visão, mas, antes que conseguisse, as figuras desapareceram.

1 A história de Pedro Bartolomeu é contada na íntegra por Raimundo de Aguilers, X, pp. 253-5, que acreditava piamente nele. O breve relato da *Gesta Francorum*, IX, 35, pp. 132-4, escrito provavelmente na época, demonstra crença. O mesmo se aplica à carta dos príncipes a Urbano II, em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 163, redigida por Boemundo.

2 Raimundo de Aguilers, *ibid.*, p. 255. Sobre a Lança mantida em Constantinopla, ver Ebersolt, *Les Sanctuaires de Byzance*, pp. 9, 24, 116. Ver também Runciman, "The Holy Lance found at Antioch", *in Analecta Bollandiana*, vol. LXVIII. A má fama de Pedro Bartolomeu, tal como relatada por Boemundo, é confirmada por Radulfo de Caen, CII, p. 678.

Ademar dispôs-se a aceitar aquela visão como genuína. Estêvão era um clérigo respeitável — e, de mais a mais, jurou sobre o Evangelho que havia contado a verdade. Vendo que os príncipes estavam impressionados com a história, o Bispo de Le Puy imediatamente fê-los jurar pelo Santo Sacramento que nenhum deles deixaria Antióquia dali por diante sem o consentimento de todos os demais. Boemundo foi o primeiro a jurar, depois Raimundo, Roberto da Normandia, Godofredo e Roberto de Flandres, seguidos pelos príncipes menores. A notícia do juramento elevou os espíritos do exército. Ademais, a referência de Estêvão a um sinal do favor divino que ocorreria dali a cinco dias veio apoiar a história de Pedro Bartolomeu. A expectativa intensificou-se no acampamento.[1]

Em 14 de junho, viu-se um meteoro que pareceu cair sobre o acampamento turco. Na manhã seguinte, Pedro Bartolomeu foi levado à Catedral de S. Pedro acompanhado por doze homens, entre os quais se incluíam o Conde Raimundo, o Bispo de Orange e o historiador Raimundo de Aguilers. Durante todo o dia os operários cavaram o chão, sem nada encontrar. O conde estava profundamente decepcionado. Por fim, o próprio Pedro, vestido apenas com uma camisa, pulou na escavação. Após intimar todos os presentes a rezar, ele se ergueu, triunfante, com um pedaço de ferro. Raimundo de Aguilers declarou tê-la tocado pessoalmente quando ainda estava encravada no solo. A história de sua descoberta logo espalhou-se pelo exército, sendo recebida com entusiasmo e alegria.[2]

É inútil tentar agora imaginar o que de fato aconteceu. A catedral fora recentemente limpa, para voltar a ser consagrada. Pedro Bartolomeu pode ter participado dos trabalhos após seu retorno a Antióquia (cuja data ele jamais revelou), tendo, assim, a chance de enterrar um pedaço de ferro sob o piso. Ou podia ter o dom de adivinhar a presença de metal. É notável que, mesmo naquela época em que a possibilidade de ocorrência de milagres era universalmente aceita, Ademar tenha se atido claramente à opinião de que Pedro era um charlatão — e, como mostrariam acontecimentos subseqüentes, sua descrença era compartilhada por muitos outros, muito embora ainda não fosse enunciada. A descoberta da relíquia reanimara de tal modo os cristãos, inclusive até gregos e armênios, que ninguém quis estragar seu efeito. O próprio Pedro Bartolomeu, porém, de certo modo abalou seus defensores

1 Raimundo de Aguilers, XI, pp. 255-6; *Gesta Francorum*, IX, 24, pp. 128-32.

2 Raimundo de Aguilers, XI, p. 257. Todas as autoridades referem-se à descoberta da Lança, inclusive Ana Comnena, XI, vi, 7, vol. III, p. 30 — que a chama de cravo e não lança, e atribui sua descoberta a Pedro, o Eremita — e Mateus de Edessa, II, clv, p. 223. Ibn al-Athir diz francamente que o próprio Pedro enterrou uma lança, *op. cit.*, p. 195. Ver Runciman, *op. cit.*

dois dias depois, quando anunciou outra visita de Sto. André. Talvez por inveja do diálogo direto de Estêvão com Cristo, ele teve a satisfação de saber do santo que seu silencioso companheiro nas visões era o próprio Cristo. Em seguida, Sto. André deu-lhe instruções detalhadas sobre os serviços a serem realizados em celebração da descoberta e de seus aniversários. O Bispo de Orange, desconfiado de tantos detalhes litúrgicos, perguntou se Pedro sabia ler. Este julgou mais prudente declarar que era analfabeto, o que se revelou uma mentira; seus amigos, porém, logo foram tranqüilizados, pois, dali por diante, ele desaprendeu a ler. Sto. André logo reapareceria, anunciando uma batalha próxima com os turcos que não deveria ser muito postergada, já que os cruzados estavam ameaçados de inanição. O santo recomendou cinco dias de jejum, em penitência pelos pecados do povo; em seguida, o exército deveria atacar os turcos, sendo premiado com a vitória. Não deveria haver pilhagem das tendas inimigas.[1]

Boemundo, agora o comandante supremo já que o Conde Raimundo caíra doente, já decidira que o único curso possível de ação era lançar um ataque total ao acampamento de Kerbogha — e é possível que Sto. André tenha sido inspirado por fontes terrenas em seu último conselho. Enquanto o moral dos cruzados aumentava, era cada vez mais difícil para Kerbogha manter a unidade de sua coalizão. Ridwan de Alepo continuava fora da expedição, mas Kerbogha agora sentia necessidade de sua ajuda. Começou a negociar com ele, o que melindrou Duqaq de Damasco. Este estava inquieto com a possibilidade de uma agressão egípcia à Palestina, e ansiava por retornar ao sul. O emir de Homs tinha uma rixa familiar com o emir de Menbij, com quem não queria colaborar. Nas forças do próprio Kerbogha, havia atritos entre turcos e árabes. Ele mesmo procurava manter a ordem, lançando mão de uma autoridade autocrática da qual todos os emires, que sabiam que ele não passava de um mero atabegue, se ressentiam. À medida que o mês avançava, cresceu o número de deserções de seu acampamento. Uma grande quantidade de turcos e árabes tomou o caminho de volta para casa.[2]

As dificuldades enfrentadas por Kerbogha eram por certo do conhecimento dos líderes cruzados, que fizeram uma tentativa de persuadi-lo a abandonar o sítio. Em 27 de junho, enviaram ao seu acampamento uma embaixada composta por Pedro, o Eremita, e um franco chamado Herluíno, que falava também árabe e persa. A escolha de Pedro indica que ele havia se recuperado da desonra em que incorrera por seu ensaio de fuga, cinco meses antes. Foi provavelmente por receio de que a imunidade dos emissários não

1 Raimundo de Aguilers, *ibid.*, pp. 257-9.
2 Kemal ad-Din, *op. cit.*, p. 583; Abu'l Feda, *Moslem Annals*, p. 4; Ibn al-Athir, *op. cit.*, p. 194.

fosse respeitada que nenhum dos líderes pôde encarregar-se da tarefa; Pedro foi escolhido por ser o mais célebre não combatente a acompanhar o exército. Ao aceitar a incumbência, demonstrou coragem, o que em muito contribuiu para restaurar-lhe o prestígio. Não sabemos que termos Pedro tinha autorização para oferecer, visto que os discursos postos em sua boca e na de Kerbogha por cronistas posteriores são claramente ficcionais. É possível, como dizem alguns deles, que se tenha sugerido que uma série de combates individuais decidisse a questão. Kerbogha, a despeito de sua crescente fraqueza, insistiu em exigir rendição incondicional, e os mensageiros retornaram de mãos vazias. Todavia, Herluíno pode ter aproveitado a oportunidade para obter algumas informações úteis a respeito da situação no acampamento turco.

Após o fracasso da embaixada, não podia haver outra opção além da batalha. Na manhã de segunda-feira, 28 de junho, bem cedo, Boemundo dispôs as tropas cruzadas para a ação. Os homens foram divididos em seis exércitos. O primeiro era composto pelos franceses e flamengos, liderados por Hugo de Vermandois e Roberto de Flandres; o segundo, pelos lotaríngios, liderados por Godofredo; o terceiro era constituído pelos normandos da Normandia, sob o Duque Roberto; o quarto, pelos naturais de Toulouse e da Provença, sob o Bispo de Le Puy, já que Raimundo estava gravemente enfermo; e o quinto e o sexto eram formados pelos normandos da Itália, sob o comando de Boemundo e Tancredo. Para vigiar a cidadela, duzentos homens permaneceram na cidade, sob o comando de Raimundo, de seu leito de doente. Enquanto alguns dos sacerdotes e capelães do exército realizavam um serviço de intercessão nos muros, outros marchavam com as tropas. Ao historiador Raimundo de Aguilers foi concedida a honra de portar a Santa Lança durante a batalha. Cada príncipe podia ser distinguido por seu estandarte, mas a panóplia de cavaleiros estava um pouco empanada. Muitos haviam perdido seus cavalos e tiveram de ir a pé, ou montados em bestas de carga, inferiores. Contudo, fortalecida pelos sinais recentes de favor divino, a coragem dos soldados era elevada ao saírem, um atrás do outro, pela ponte fortificada.[1]

Quando começaram a surgir, o comandante árabe de Kerbogha, Watthab ibn Mahmud, instou-o a que atacasse de imediato. Entretanto, Kerbogha temia que, se atacasse demasiado cedo, limitar-se-ia a destruir a vanguarda dos cruzados, ao passo que, se esperasse, poderia descartar-se de todas as suas forças de um só golpe. Tendo em vista o estado de espírito de suas tro-

1 *Gesta Francorum*, IX, 28, pp. 146-50; Fulcher de Chartres, I, xxi, 1-2, pp. 247-9; Raimundo de Aguilers, XI, p. 259; Alberto de Aix, IV, 44-6, pp. 420-1.

pas, ele não poderia sustentar a continuidade daquele cerco tedioso. Contudo, ao contemplar o conjunto das forças francas, hesitou — e enviou um arauto para anunciar, tarde demais, que agora ele discutiria os termos de uma trégua. Ignorando seu mensageiro, os francos avançaram, e Kerbogha adotou a tradicional técnica turca de bater em retirada e atrair o inimigo para um terreno mais acidentado, quando de súbito seus arqueiros despejavam flechas sobre suas fileiras. Nesse meio tempo, enviou um destacamento para dar a volta e atacá-los pelo flanco esquerdo, onde o rio deixava-os a descoberto. No entanto, Boemundo previra a manobra e compôs um sétimo exército, encabeçado por Reinaldo de Toul, a fim de conter a investida. Na frente principal, a luta era acirrada; entre os mortos figurava o porta-estandarte do próprio Ademar. Os arqueiros turcos, contudo, não foram capazes de deter o avanço cruzado, e sua linha começou a oscilar. Os cristãos pressionaram, encorajados por uma visão na colina de uma companhia de cavaleiros montados em cavalos brancos, acenando estandartes brancos, cujos líderes reconheceram como S. Jorge, S. Mercúrio e S. Demétrio. Auxílio mais prático foi dado pela decisão de muitos dos emires de Kerbogha de abandonar sua causa, temerosos de que a vitória o deixasse demasiado poderoso e eles fossem justamente os primeiros a pagar por ela. Liderados por Duqaq de Damasco, começaram a deixar o campo de batalha, e sua partida espalhou o pânico. Kerbogha ateou fogo ao capim seco diante de sua linha, em uma tentativa vã de atrasar os francos enquanto ele restaurava a ordem. Soqman, o Ortóquida, e o emir de Homs foram os únicos a permanecer fiéis a ele. Quando também estes fugiram, ele viu que o jogo chegara ao fim e abandonou a batalha. Todo o exército turco debandou em pânico. Os cruzados, seguindo o conselho de Sto. André de não tardar em saquear o acampamento inimigo, seguiram os fugitivos até a Ponte de Ferro, massacrando-os em grande número. Outros, que tentaram abrigar-se no castelo de Tancredo, foram cercados e pereceram. Muitos dos sobreviventes da batalha foram chacinados durante a fuga pelos sírios e armênios do campo. O próprio Kerbogha chegou a Mosul com alguns remanescentes de suas forças, mas seu poder e prestígio foram perdidos para sempre.

Ahmed ibn Merwan, o comandante da cidadela, observara a batalha do alto de sua montanha. Ao perceber que estava perdido, enviou um mensageiro à cidade para anunciar sua rendição. O arauto foi levado à tenda de Raimundo, que enviou um de seus próprios estandartes para ser erguido sobre a torre-fortaleza. Ao saber, porém, que o estandarte não era de Boemundo, Ahmed recusou-se a aceitá-lo, pois já tinha, ao que tudo indica, feito um acordo secreto com o normando para a eventualidade de uma vitória cristã. Só abriu seus portões quando este surgiu em pessoa, permitindo que

sua guarnição saísse incólume. Alguns deles, inclusive o próprio Ahmed, converteram-se ao cristianismo e juntaram-se ao exército de Boemundo.[1]

A vitória cruzada foi inesperada mas completa, decidindo que os cristãos permaneceriam de posse de Antióquia. Não decidiu, porém, qual deles ficaria com ela. O juramento que todos os príncipes, menos Raimundo, haviam feito ao imperador determinava claramente que a cidade lhe fosse entregue. Boemundo, porém, já deixara bem clara sua intenção de ficar com ela, e seus colegas, com exceção de Raimundo, estavam prontos a anuir, já que fora ele que planejara a captura da cidade e para quem a cidadela se rendera. Sentiam-se um pouco desconfortáveis por violarem seus juramentos, mas o imperador estava longe, não viera socorrê-los e até seu representante os deixara; tinham tomado a cidade e derrotado Kerbogha sem a menor ajuda de sua parte. Parecia-lhes impraticável manter uma guarnição a postos até que Aleixo se dignasse a aparecer ou enviar um lugar-tenente, e afigurava-se-lhes impolítico desperdiçar tempo e correr o risco de provocar a inimizade e até a deserção de seu mais eminente soldado, defendendo os direitos de um ausente. Godofredo da Lorena claramente considerava uma tolice colocar-se no caminho das ambições de Boemundo. Raimundo, porém, acalentava uma eterna rivalidade com Boemundo — mas seria injusto considerá-la seu único motivo para apoiar as reivindicações de Aleixo. Ele ficara amigo do imperador durante sua estada em Constantinopla, e era perspicaz o suficiente para perceber que, deixando de devolver Antióquia ao império, os cruzados abririam mão da boa vontade dos bizantinos, necessária para a adequada manutenção de suas comunicações e para que a inevitável reação muçulmana permanecesse em xeque. A Cruzada deixaria de ser um esforço da cristandade unida. Ademar de Le Puy compartilhava do ponto de vista de Raimundo. Estava determinado a cooperar com os cristãos orientais, tal como seu mestre, o Papa Urbano II, sem dúvida desejava — e compreendia o perigo de ofender Bizâncio.[2]

Foi provavelmente por influência de Ademar que Hugo de Vermandois foi enviado para explicar a situação a Aleixo. Agora que Antióquia fora assegurada, Hugo desejava voltar para casa e viajar passando por Constantinopla. Os cruzados ainda acreditavam que Aleixo estava a caminho, em algum ponto da Ásia Menor. A notícia de sua retirada após seu encontro com Estêvão de Blois ainda não chegara ao seu conhecimento. Ademar e Raimundo

1 *Gesta Francorum* IX, 29, pp. 150-8 (a narração mais vívida); Raimundo de Aguilers, XII, pp. 259-61; Fulcher de Chartres, XXII-XXIII, pp. 251-8; Alberto de Aix, IV, 47-56, pp. 421-9; Anselmo de Ribemont, carta em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 160; Kemal ad-Din, *loc. cit.*; Ibn al-Athir, *op. cit.*, pp. 195-6.

2 Alberto de Aix, V, 2, pp. 433-4. O papel de Ademar é conjetural.

tinham esperanças de que a missão de Hugo levasse Aleixo a se apressar. Paralelamente, decidiu-se que a Cruzada esperaria em Antióquia até 1º de novembro, antes de tentar prosseguir para Jerusalém. Era uma decisão natural, pois o exército estava cansado e seria tolice avançar em pleno calor do verão sírio, percorrendo estradas pouco conhecidas, onde a água podia ser escassa. Ademais, era preciso que a questão de Antióquia fosse decidida primeiro — e Ademar, sem dúvida, esperava que o imperador chegasse até lá. Hugo partiu no começo de julho, acompanhado por Balduíno de Hainault. Na estrada que cruzava a Ásia Menor, a comitiva foi atacada pelos turcos, ficando gravemente debilitada. O Conde de Hainault desapareceu; seu destino jamais foi conhecido. Só no outono Hugo chegou a Constantinopla e pôde encontrar-se com o imperador e contar-lhe toda a história de Antióquia. Àquela altura, a estação já estava demasiado avançada para uma campanha através das montanhas anatólias. Aleixo só poderia chegar a Antióquia na primavera seguinte.[1]

Enquanto isso, em Antióquia, os ânimos se exaltavam. A princípio, a cidadela fora ocupada conjuntamente por Boemundo, Raimundo, Godofredo e Roberto de Flandres, mas as torres principais foram mantidas sob o controle do primeiro. Agora, ele conseguira desembaraçar-se das tropas de seus colegas, provavelmente com o consentimento de Godofredo e Roberto, de modo que as objeções de Raimundo foram silenciadas. Este, furioso, em resposta manteve o domínio exclusivo da ponte fortificada e do palácio de Yaghi-Siyan. Contudo, ainda estava demasiado enfermo para manter-se ativo, e, agora, foi Ademar quem caiu doente. Com o afastamento de seus dois líderes, os franceses do sul começaram a ser maltratados pelos demais soldados, sobretudo os normandos, e muitos ansiavam por que Raimundo se reconciliasse com Boemundo. Este comportava-se como se já fosse senhor da cidade. Muitos genoveses haviam corrido a Antióquia assim que souberam da derrota de Kerbogha, ávidos por serem os primeiros a conquistar o comércio local. Em 14 de julho Boemundo promulgou um decreto em que lhes concedia um mercado, uma igreja e trinta casas. Dali por diante, os genoveses defenderiam suas reivindicações, e ele poderia contar com seu auxílio para manter abertas suas comunicações com a Itália. Concordaram em apoiá-lo em Antióquia contra todos os adversários, exceto o Conde de Toulouse. Em caso de tal embate, seriam neutros.[2]

1 *Gesta Francorum*, X, 30, pp. 161-2; Alberto de Aix, V, 3, pp. 434-5.
2 Raimundo de Aguilers, XIII, pp. 261-2; concessão de Boemundo aos genoveses, em Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 155-6.

Enquanto Raimundo e Boemundo vigiavam-se atentamente, os nobres menores iam juntar-se a Balduíno em Edessa ou organizavam expedições a fim de saquear a região ou mesmo estabelecer por ali seus feudos. A mais ousada dessas investidas foi conduzida por um limusino do exército de Raimundo, chamado Raimundo Pilet, que atravessou o Orontes em 17 de julho, partindo rumo ao leste, e, três dias mais tarde, ocupou a cidade de Tel-Mannas, cuja população síria recebeu-o de braços abertos. Após capturar um castelo turco nas vizinhanças, ele decidiu atacar a cidade maior de Maarat an-Numan, com um exército composto em sua maior parte por cristãos nativos. Estes, porém, não estavam habituados ao uso de armas, e, quando se depararam com as tropas enviadas por Ridwan de Alepo para resgatar a cidade, deram meia-volta e fugiram. Não obstante, Ridwan não conseguiu expulsar Raimundo Pilet de Tel-Mannas.[1]

Durante o mês de julho, uma grave epidemia irrompeu em Antióquia. Sua natureza exata é desconhecida, mas provavelmente foi tifo, devido ao efeito dos cercos e batalhas do mês anterior e da ignorância dos cruzados em relação às precauções sanitárias necessárias no Oriente. Ademar de Le Puy, cuja saúde já há algum tempo vinha vacilando, foi sua primeira vítima eminente. Morreu em 1º de agosto.[2]

A morte de Ademar foi uma das maiores tragédias da Cruzada. Nos textos dos cronistas, ele é uma figura bastante indistinta, mas dotada de maior influência pessoal que qualquer outro cruzado. Como representante do pontífice, inspirava respeito, e por seu próprio caráter conquistou a afeição de todo o exército. Era caridoso e preocupava-se com os pobres e doentes. Modesto, nunca era agressivo, mas estava sempre pronto a dar conselhos, mesmo em assuntos militares; como general, era ao mesmo tempo corajoso e sagaz. A vitória em Doriléia devera-se, em grande parte, à sua estratégia, e ele presidira muitos dos conselhos da cúpula cruzada durante o cerco a Antióquia. Em termos políticos, empenhava-se por um bom entendimento com os cristãos orientais, tanto com Bizâncio quanto com as igrejas ortodoxas da Síria. Era da confiança do Papa Urbano e conhecia seus pontos de vista. Enquanto esteve vivo, a intolerância racial e religiosa dos francos foi mantida sob controle, e impediu-se que as ambições e disputas egoísticas dos príncipes causassem danos irreparáveis à Cruzada. Conquanto ele tivesse o cuidado de nunca tentar dominar o movimento, era considerado, como relatou o padre Estêvão a Cristo em sua visão, o líder da Cruzada. Com seu

1 *Gesta Francorum*, X, 30, pp. 162-4; Kemal ad-Din, *op. cit.*, p. 584.
2 *Gesta Francorum*, X, 30, pp. 166; Raimundo de Aguilers, XIII, p. 262; Fulcher de Chartres, I, xxiii, 8, p. 258; carta dos príncipes a Urbano II, em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 164.

falecimento, ninguém possuía autoridade tão abrangente. O Conde de Toulouse, que também discutira, muito tempo atrás, a política cruzada com o Papa Urbano, herdara seus pontos de vista. Entretanto, Raimundo não era tão hábil, e só podia afrontar Boemundo como um igual, não como o porta-voz da Igreja. Em sua ausência, nenhum dos príncipes possuía suficiente amplitude de visão para defender a preservação da unidade da cristandade. A caridade, sabedoria e integridade de Ademar nunca foram questionadas por seus companheiros, nem mesmo aqueles a cujas objeções ele se opunha. Os seguidores de Boemundo choraram sua perda com a mesma sinceridade de seus próprios homens da França; Boemundo em pessoa jurou levar seu corpo para Jerusalém. O exército inteiro ficou comovido e inquieto com sua morte.

Um homem, porém, não sentiu o menor pesar. Pedro Bartolomeu nunca perdoara o legado por manifestar sua descrença em relação às suas visões. Dois dias depois, teve a sua vingança. Anunciou que fora novamente visitado por Sto. André, dessa vez acompanhado de Ademar. Este lhe revelara que, em punição por sua incredulidade, passara os momentos desde sua morte até então no inferno, de onde só fora resgatado pelas preces de seus colegas e especialmente de Boemundo, bem como por sua doação de algumas moedas para a manutenção da Lança. Agora, perdoado, pedira que seu corpo permanecesse na Catedral de S. Pedro, em Antióquia. Em seguida, Sto. André deu alguns conselhos ao Conde Raimundo. Antióquia, disse, devia ser entregue ao seu atual reclamante, caso ele provasse ser um homem honrado — o que seria avaliado por um patriarca do rito latino, eleito para esse fim. Os cruzados deviam arrepender-se de seus pecados e seguir para Jerusalém, que se encontrava a apenas dez dias de distância — mas a jornada levaria dez anos, caso eles não retomassem hábitos mais piedosos. Ou seja: Pedro Bartolomeu e seus amigos achavam que Boemundo devia ficar com Antióquia, desde que ele se comprometesse a continuar ajudando a Cruzada; que o exército devia partir logo para Jerusalém; e que não se devia firmar acordos nem com os bizantinos, nem com as igrejas ortodoxas locais.

Foram revelações embaraçosas para Raimundo. Ele acreditava honestamente na Santa Lança; o fato de estar em poder de suas tropas conferia-lhe prestígio, pois, embora muitos pudessem sustentar que a batalha contra Kerbogha fora vencida graças à estratégia de Boemundo, muitos outros atribuíam o crédito da vitória à relíquia — e portanto, indiretamente, a Raimundo. A outra grande fonte de autoridade deste, porém, advinha de sua antiga associação com Ademar. Se o mensageiro divino que revelara a localização da Lança agora questionava o julgamento do Bispo de Le Puy e repudiava a política deste herdada pelo conde — a qual coincidia com seus pró-

prios pontos de vista —, Raimundo teria de abrir mão de um de seus esteios. Ele contemporizou. Embora permanecesse leal à sua fé na Lança, deixou claro que tinha suas dúvidas de que as visões de Pedro Bartolomeu ainda fossem genuínas. Afinal, a despeito das palavras de Sto. André, ele e outros ainda mantinham que Antióquia devia ser entregue ao imperador. Assim, o conde viu-se em oposição à maior parte de suas tropas.

Entre os soldados, o ataque póstumo a Ademar causou uma má impressão. Divulgando daquele modo o ceticismo do legado em relação à Lança, reavivou a desconfiança inicial sentida por muitos. Sobretudo os normandos e franceses do norte, que nunca haviam gostado dos provençais, começaram a aviltar a relíquia e a usar o escândalo da falsificação para desacreditar o Conde Raimundo e seus planos. Defendendo a reputação de Ademar, eles puderam, assim, trabalhar contra a política por ele advogada. Pode-se imaginar que Boemundo apreciasse a situação.[1]

Com a propagação da epidemia em Antióquia, os principais cruzados buscaram refúgio no campo. Boemundo cruzou os Montes Amano e retornou à Cilícia, onde reforçou as guarnições ali deixadas por Tancredo no outono anterior e recebeu sua homenagem. Sua intenção era que seu principado incluísse a província ciliciense. Godofredo dirigiu-se para o norte, para as cidades de Turbessel e Ravendel, que seu irmão Balduíno lhe entregou. O êxito deste provavelmente era invejado pelo irmão, e, como todos os príncipes procuravam territórios perto de Antióquia, Godofredo também desejava o seu quinhão. Provavelmente comprometeu-se a restituir as cidades a Balduíno, caso o exército prosseguisse para a Palestina. Os movimentos de Raimundo são incertos; já Roberto da Normandia seguiu para a Latáquia.[2]

Antes das invasões turcas, a Latáquia fora o porto mais ao sul pertencente ao império bizantino. Fora tomada pelos turcos por volta do ano de 1084, mas mais tarde passara para a suserania do emir árabe de Shaizar. No outono de 1097, Guynemer da Bolonha capturou-a. Sua guarnição permaneceu de posse do porto durante o inverno, mas, em março, a frota comandada por Edgar Atheling, após deixar os suprimentos para os cruzados em S. Simão, aportou na cidade. Os homens de Guynemer foram expulsos e a cidade, tomada em nome do imperador. Como, porém, Edgar só podia deixar um pequeno destacamento a guardar a cidade, apelou para o exército cruzado para a complementação da defesa. Logo após a vitória sobre Kerbogha, Roberto da Normandia acudiu em resposta ao pedido, e Latáquia lhe foi

1 Raimundo de Aguilers, XIII, pp. 262-4. Ao que parece, foi por essa altura que Boemundo começou a questionar a autenticidade da Lança (Radulfo de Caen, *loc. cit.*)

2 Raimundo de Aguilers, XIII, p. 262; Alberto de Aix, V, 4, p. 435, 13, pp. 440-1.

entregue em confiança em nome do imperador. A única idéia que Roberto fazia de governo, porém, era extorquir o máximo possível de dinheiro de seus governados. Seu governo foi de tal modo impopular que após algumas semanas ele foi forçado a deixar a cidade, que passou a ser guarnecida pelo governador bizantino de Chipre, Eustátio Filocales.[1]

Em setembro a epidemia abrandou, e os príncipes retornaram a Antióquia. No dia 11, reuniram-se para redigir uma carta para o Papa Urbano, contando em detalhes a captura de Antióquia e comunicando-lhe o falecimento de seu legado. Sentindo a necessidade de uma autoridade suprema que fosse superior às disputas entre as diferentes facções, instaram-no a que viesse em pessoa ao Oriente. Antióquia, alegaram, era uma sé fundada por S. Pedro — e ele, como herdeiro do santo, ali devia ser entronizado, além de dever visitar a própria Cidade Santa. Prontificaram-se a aguardar sua chegada antes de marchar sobre a Palestina.[2] O nome de Boemundo encabeçava a lista de príncipes, e a carta provavelmente foi escrita em seu secretariado. O efeito da ausência de Ademar manifestou-se na rejeição implícita dos direitos do Patriarca João e em uma nota de hostilidade em relação às seitas cristãs nativas, denunciadas como heréticas. Os cruzados dificilmente esperariam que o Papa pudesse viajar para o Oriente, mas o apelo permitiu-lhes adiar mais uma vez a necessidade de tomar uma decisão quanto ao destino de Antióquia, ao passo que o Papa sem dúvida enviaria um legado a quem caberia a responsabilidade pela solução do impasse. Àquela altura, já estava claro que o imperador não viria à Síria naquela estação. É possível que os cruzados já estivessem cientes de sua retirada de Filomélio.

Entre os soldados e peregrinos do exército, as condições eram muito ruins. Devido aos combates, a safra não fora colhida na planície de Antióquia

1 Sobre a questão da Latáquia, ver Chalandon, *Essai sur le Règne d'Alexis Comnène*, pp. 205-12, e David, *Robert Curthose*, pp. 230 ss. Alberto de Aix, VI, 45, pp. 500-1, diz que Guynemer tomou a Latáquia dos turcos no outono de 1097 e manteve-a em nome de Raimundo de Toulouse. Orderic Vitalis diz que Edgar Atheling e os ingleses tomaram-na do imperador no início de 1098, e entregaram-na a Roberto da Normandia (*loc. cit.*, p. 228, n. 1). David, *loc. cit.*, desacredita a história de Alberto e defende que os ingleses devem tê-la tomado diretamente dos turcos e que Roberto lá esteve no inverno de 1097-8. Raimundo de Aguilers conta que Roberto estava ausente de Antióquia na época da expedição, em dezembro de 1097. Contudo, é questionável que os ingleses tenham chegado à costa síria antes de março. Radulfo de Caen assevera que Roberto foi à Latáquia, então sob o domínio do imperador, na época da fuga de Estêvão de Blois (LVIII, p. 649). Entretanto, ele tomou parte da batalha contra Kerbogha, alguns dias mais tarde, quando todas as fontes reconhecem sua presença. Guiberto de Nogent (XXXVII, p. 254) diz que Roberto governou a Latáquia certa ocasião, mas que foi expulso em virtude de sua opressão financeira. Forneci a versão que julgo mais convincente.

2 Carta dos príncipes a Urbano II, em Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 161-5.

e os alimentos ainda eram escassos. Em grande parte para assegurar provisões, Raimundo começou a organizar um assalto a territórios muçulmanos. Antes de decidir seu objetivo, foi convidado por Godofredo a tomar parte de uma campanha conjunta contra a cidade de Azaz, na estrada principal de Edessa e Turbessel a Antióquia. O emir dessa cidade, Omar, tinha se revoltado contra seu senhor, Ridwan de Alepo, que para lá se dirigia, a fim de puni-lo. Um dos generais de Omar capturara e se apaixonara por uma dama franca, viúva de um cavaleiro loreno; por sugestão sua, Omar apelou para Godofredo em busca de socorro. Este respondeu com prazer, pois era inconveniente para ele que Azaz estivesse nas mãos de Ridwan. Raimundo aceitou o convite de Godofredo, embora insistisse que o filho de Omar lhes fosse entregue como refém; e Balduíno enviou-lhes tropas de Edessa. Diante da aproximação do exército cristão, Ridwan retirou-se de Azaz; Omar foi confirmado por Godofredo em sua posse, e por sua vez prestou-lhe homenagem. Raimundo pôde obter suprimentos nas vizinhanças, mas sofreu grandes baixas em virtude de emboscadas turcas na viagem de volta. O episódio mostrou não só que os príncipes muçulmanos estavam dispostos, agora, a recorrer à ajuda franca em suas próprias contendas, mas também que os francos, alterando sua fé militante, estavam prontos a aceitar vassalos muçulmanos.[1]

Em outubro, a despeito do alerta de Pedro Bartolomeu de que Sto. André voltara a exigir a partida para Jerusalém, Raimundo partiu em outra expedição para assegurar provisões. Já ocupara Rugia, no Orontes, a cerca de cinqüenta quilômetros de Antióquia. De lá atacou a cidade de Albara, pouco mais a sudeste. Os habitantes, todos muçulmanos, capitularam, mas foram ou mortos ou vendidos como escravos em Antióquia, e a cidade foi repovoada com cristãos. A mesquita local foi convertida em uma igreja. Para deleite de seus homens, Raimundo designou um de seus sacerdotes, Pedro de Narbonne, para ser seu bispo. A indicação só foi feita porque não havia bispado ortodoxo já estabelecido na cidade. Ninguém concebia ainda um cisma entre as igrejas grega e latina que implicasse uma duplicação de episcopados. O novo bispo, embora latino, foi consagrado pelo patriarca grego, João de Antióquia. A elevação de Pedro de Narbonne, porém, marcou o início de uma igreja latina residente no Oriente, e instigou aqueles cruzados que, como Pedro Bartolomeu, agora ansiavam por ver os eclesiásticos gregos locais substituídos por latinos.[2]

1 Raimundo de Aguilers, XIII, pp. 264-5; Alberto de Aix, V, 5-12, p. 435-40; Kemal ad-Din, *op. cit.*, p. 586.

2 Raimundo de Aguilers, XIV, p. 266; *Gesta Francorum*, X, 31, pp. 36-8, diz que o bispo foi trazido a Antióquia para ser consagrado.

Na controvérsia que se seguiu à derrota de Kerbogha, os príncipes se haviam proposto partir para Jerusalém em novembro. No primeiro dia daquele mês, começaram a reunir-se em Antióquia para discutir seus planos. Raimundo veio de Albara, onde deixou a maior parte de suas forças. Godofredo chegou de Turbessel, trazendo consigo as cabeças de todos os prisioneiros turcos que fizera em uma série de pequenas incursões pelo distrito. O Conde de Flandres e o Duque da Normandia já se encontravam em Antióquia, e Boemundo, que estivera doente na Cilícia, chegou dois dias depois. No dia 5, os príncipes e seus conselheiros reuniram-se na Catedral de S. Pedro. Logo ficou evidente que não havia acordo entre eles. Os amigos de Boemundo começaram reivindicando a posse de Antióquia para o normando. O imperador não viria, e Boemundo era um homem capaz e o cruzado mais temido pelos turcos. Raimundo retorquiu lembrando à assembléia o juramento que todos, menos ele mesmo, haviam feito. Godofredo e Roberto de Flandres eram sabidamente favoráveis à pretensão de Boemundo, mas não ousaram falar por recearem a acusação de perjúrio. A discussão prolongou-se por vários dias. Enquanto isso, os soldados e peregrinos que esperavam do lado de fora por alguma declaração começaram a impacientar-se. Seu único desejo era cumprir seus votos e chegar a Jerusalém. Ansiavam por deixar Antióquia, na qual tanto se demoravam e onde tanto haviam sofrido. Espicaçados por Pedro Bartolomeu e suas visões, apresentaram um ultimato aos seus chefes. Com igual desprezo pelas ambições tanto de Boemundo quanto de Raimundo, ameaçaram: aqueles que desejam desfrutar dos benefícios de Antióquia, que o façam, e aqueles que anseiam por presentes do imperador, que esperem por ele; pois eles, os soldados, marchariam para Jerusalém e, caso seus líderes continuassem regateando a posse de Antióquia, cuidariam de arrasar suas muralhas antes de partir. Diante disso, e temerosos de que Raimundo e Boemundo logo recorressem às armas, os líderes mais moderados sugeriram um debate mais íntimo, do qual apenas os principais príncipes tomariam parte. Lá, após mais cenas de fúria, chegou-se a um acordo provisório. Raimundo concordaria com as decisões tomadas pelo conselho em relação a Antióquia, desde que Boemundo se comprometesse a acompanhar a Cruzada até Jerusalém; ao passo que este jurou perante os bispos não retardar nem prejudicar a Cruzada para satisfazer suas ambições pessoais. A questão de Antióquia não ficou resolvida, mas Boemundo foi confirmado em sua posse da cidadela e de três quartos da cidade, ao passo que Raimundo permaneceu no controle da ponte fortificada e do palácio de Yaghi-Siyan, que deixou a cargo de Guilherme Ermingar. A data da partida para Jerusalém continuou por fixar, mas, para manter as tropas ocupadas nesse ínterim, decidiu-se atacar a fortaleza de Maarat an-Numan, cuja subjugação

era recomendável a fim de proteger o flanco esquerdo do exército em seu avanço para o sul, rumo à Palestina.[1]

Em 23 de novembro, Raimundo e o Conde de Flandres partiram para Rugia e Albara, e no dia 27 atingiram os muros de Maarat an-Numan. Sua tentativa de investida contra a cidade, na manhã seguinte, foi um fracasso; quando Boemundo e suas tropas chegaram naquela tarde e uma segunda investida também fracassou, decidiu-se conduzir um cerco regular. Apesar do sítio total à cidade, porém, durante uma quinzena não houve progresso algum. A região teve de ser esquadrinhada em busca de madeira para a construção de máquinas de cerco. Os alimentos eram escassos, e destacamentos do exército tinham de abandonar seus postos a fim de buscar trigo e legumes. Por fim, em 11 de dezembro, depois de Pedro Bartolomeu anunciar que o sucesso era iminente, um imenso castelo de madeira sobre rodas, construído pelos homens de Raimundo e sob o comando de Guilherme de Montpelier, foi empurrado contra uma das torres da cidade. A tentativa de escalar a torre a partir dali foi rechaçada, mas a proteção proporcionada pelo castelo permitiu que o muro em um dos lados da torre fosse solapado. À noite, o muro desabou e inúmeros soldados abriram caminho até a cidade e começaram a saquear. Nesse meio tempo, Boemundo, com inveja do êxito de Raimundo e ávido por repetir seu golpe em Antióquia, anunciou por meio de um arauto que, caso a cidade se rendesse a ele, ele protegeria as vidas de todos os defensores que se refugiassem em uma construção vizinha ao portão principal. Durante a noite, os combates amainaram. Muitos dos cidadãos, vendo que as defesas haviam sido rompidas, fortificaram suas casas e cisternas, mas ofereceram-se para pagar um tributo caso fossem poupados. Outros fugiram para o local indicado por Boemundo. No entanto, quando a batalha reiniciou, na manhã seguinte, não escapou ninguém. Os cruzados invadiram a cidade, massacrando todos que encontraram pela frente e forçando a entrada nas casas, que foram pilhadas e incendiadas. Quanto aos refugiados que confiaram na proteção de Boemundo, os homens foram assassinados e as mulheres e crianças, vendidas como escravas.

Durante o cerco, as tropas de Boemundo e Raimundo haviam cooperado com dificuldade. Agora que Boemundo, por sua traição, garantira a maior parte do butim, muito embora o exército de Raimundo é que tivesse tomado a cidade, a inimizade entre os franceses do sul e os normandos reacendeu-se. Raimundo reclamou a cidade e queria colocá-la sob o comando do Bispo de Albara. Porém, Boemundo não pretendia evacuar seus homens

1 Raimundo de Aguilers, XIV, pp. 267-8; *Gesta Francorum*, X, 3, pp. 168-70; *Historia Belli Sacri*, XCII, p. 208.

enquanto Raimundo não abandonasse sua área de Antióquia — e contra-atacou, começando a questionar abertamente a autenticidade das visões relatadas por Pedro Bartolomeu.

Nesse ínterim, as rivalidades floresciam em todo o exército. As tropas de Raimundo, em particular, exigiam a retomada da marcha para Jerusalém. Por volta do dia de Natal, representantes dos soldados indicaram a Raimundo que, caso ele organizasse a partida, o exército o reconheceria como líder de toda a Cruzada. Raimundo sentiu que não podia recusar, e alguns dias depois partiu de Maarat an-Numan para Rugia, anunciando que a expedição estava de saída para a Palestina. Diante do que estava acontecendo, Boemundo retornou a Antióquia, e Maarat an-Numan foi deixada nas mãos do Bispo de Albara.[1]

Mesmo após seu anúncio, porém, Raimundo protelou a partida. Não conseguia partir para o sul com Antióquia nas mãos de Boemundo. Este, talvez percebendo que quanto mais Raimundo hesitasse mais rebeldes ficavam suas tropas, e sabendo que o imperador não cruzaria a Ásia Menor durante os meses de inverno, sugeriu um adiamento da expedição até a Páscoa. Para dar uma solução ao problema, Raimundo convocou todos os príncipes para um encontro em Rugia. Lá, tentou comprá-los para que aceitassem sua liderança. As quantias que ofereceu presumivelmente correspondiam à força de cada um no momento. Para Godofredo, ofereceu dez mil sous, prometendo o mesmo para Roberto da Normandia; para Roberto de Flandres, ofereceu seis mil, mais cinco mil para Tancredo e somas menores para os chefes de menos relevo. Para Boemundo, nada propôs. Esperava assim estabelecer-se como líder inconteste da Cruzada e, dessa maneira, manter Boemundo em xeque. Todavia, suas ofertas foram recebidas com grande frieza.[2]

Enquanto os príncipes conferenciavam em Rugia, o exército, em Maarat an-Numan, tomava medidas concretas. Estava sofrendo com a fome. Todos os suprimentos das cercanias haviam sido exauridos, e o canibalismo parecia ser a única saída. Até os turcos ficaram assombrados com sua tenacidade sob aquelas condições — embora, como observa tristemente o cronista Raimundo de Aguilers, "quando soubemos disso era tarde demais para tirarmos proveito". O Bispo de Orange, que exercia alguma influência sobre os provençais, morreu em decorrência das vicissitudes. Por fim, a despeito dos protestos do Bispo de Albara, os homens decidiram obrigar Raimundo a tomar uma atitude, destruindo as muralhas de Maarat an-Numan. Ao ser

1 Raimundo de Aguilers, XIV, pp. 267-70; *Gesta Francorum*, X, 33, pp. 172-8; Ibn al-Qalānisī, *Damascus Chronicle*, pp. 46-7; Ibn al-Athir, *op. cit.*, pp. 196-7.
2 Raimundo de Aguilers, XIV, p. 271; *Gesta Francorum*, X, 34, p. 178. Ver Apêndice II.

informado do que estava acontecendo, Raimundo correu de volta à cidade, mas percebeu que não poderia haver mais delongas.[1]

Em 13 de janeiro de 1099, Raimundo e suas tropas deixaram Maarat an-Numan a fim de dar prosseguimento à Cruzada. O Conde caminhava descalço, como convinha ao líder de uma peregrinação. Para mostrar que não haveria volta, a cidade foi deixada em chamas. Com Raimundo seguiam todos os seus vassalos. O Bispo de Albara e Raimundo Pilet, senhor de Tel-Mannas, abandonaram suas cidades para acompanhá-lo. A guarnição que ele deixara em Antióquia sob o comando de Guilherme Ermingar não pôde resistir a Boemundo e precipitou-se atrás dele. De seus colegas entre os príncipes, Roberto da Normandia juntou-se de imediato a ele, junto com Tancredo, que Boemundo sem dúvida desejava que defendesse os interesses normando-italianos na Cruzada. Godofredo da Lorena e Roberto de Flandres hesitaram por quase um mês, até que a opinião pública forçou-os a também pôr-se a caminho. Balduíno e Boemundo, contudo, permaneceram nas terras que haviam conquistado.[2]

Assim, a contenda entre os dois grandes príncipes parecia ter chegado a uma solução. Raimundo era, agora, o líder inconteste da Cruzada — mas Antióquia ficara nas mãos de Boemundo.

1 Raimundo de Aguilers, XIV, pp. 270-2; *Gesta Francorum*, X, 33-4, pp. 176-8.
2 Raimundo de Aguilers, XIV, p. 272; *Gesta Francorum*, X, 34, p. 180. O autor da *Gesta* acompanhou o contingente de Tancredo.

LIVRO V

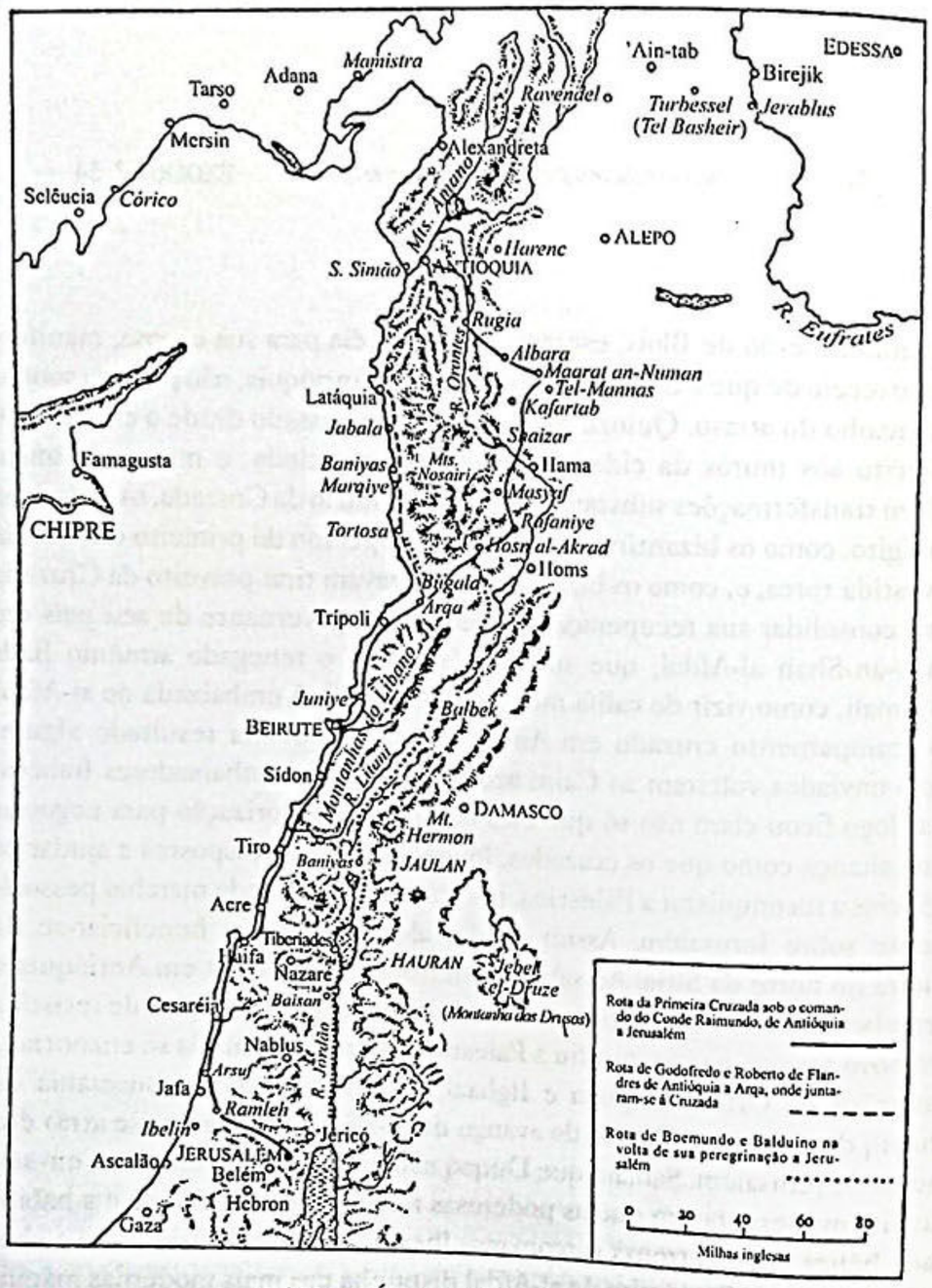
A TERRA PROMETIDA

Capitulo 1

A Estrada para Jerusalém

"Vai, pois, agora, e conduze o povo para onde eu te disse." ÊXODO 32, 34

Quando Estêvão de Blois, escrevendo de Nicéia para sua esposa, manifestara o receio de que a Cruzada fosse retida em Antióquia, não poderia sonhar o tamanho do atraso. Quinze meses haviam se passado desde a chegada do exército aos muros da cidade. Durante esse período, o mundo islâmico sofreu transformações substanciais. Antes do início da Cruzada, os fatímidas do Egito, como os bizantinos, tinham se recuperado do primeiro choque da investida turca, e, como os bizantinos, esperavam tirar proveito da Cruzada para consolidar sua recuperação. O verdadeiro governante de seu país era Shah-an-Shah al-Afdal, que sucedera seu pai, o renegado armênio Badr al-Jamali, como vizir do califa menino, al-Mustali. A embaixada de al-Afdal ao acampamento cruzado em Antióquia não produzira resultado algum. Seus enviados voltaram ao Cairo acompanhados de embaixadores francos, mas logo ficou claro não só que eles não tinham autorização para negociar uma aliança como que os cruzados, longe de estarem dispostos a ajudar os egípcios a reconquistar a Palestina, pretendiam na verdade marchar pessoalmente sobre Jerusalém. Assim sendo, al-Afdal decidiu beneficiar-se da guerra no norte da Síria. Ao saber da derrota de Kerbogha em Antióquia e perceber que os turcos de toda a Ásia não estavam em condições de resistir a um novo ataque, o vizir invadiu a Palestina. A província ainda se encontrava nas mãos de Ortoq, Soqman e Ilghazi, que reconheciam a suserania de Duqaq de Damasco. Diante do avanço de al-Afdal, refugiaram-se atrás dos muros de Jerusalém. Sabiam que Duqaq não poderia vir de imediato em seu auxílio, mas esperavam que as poderosas fortificações da cidade e a habilidade bélica de suas tropas turcomanas lhes permitissem resistir até a chegada do socorro. O exército de al-Afdal dispunha das mais modernas máquinas de cerco, inclusive quarenta catapultas; não obstante, os ortóquidas resistiram por quarenta dias, até que por fim a muralha encontrava-se em estado tão precário que seus defensores foram forçados a capitular. Tiveram permissão para retirar-se com seus homens para Damasco, de onde seguiram



A Síria na Época da Primeira Cruzada

para a região de Diarbekir, a fim de juntar-se aos seus primos. Os egípcios, então, ocuparam a Palestina em sua totalidade, e no outono já tinham demarcado sua fronteira na garganta do Rio do Cão, na costa ao norte de Beirute. Nesse meio tempo, as defesas de Jerusalém foram reparadas.[1]

No norte da Síria, as dinastias árabes locais ficaram igualmente deleitadas com o colapso do poder turco, e mostraram-se prontas a firmar acordos com os francos. Até o emir de Hama, sogro de Ridwan, e o emir de Homs, que lutara ao lado de Kerbogha, desistiram de qualquer idéia de se opor aos ocidentais. Mais importante para os cruzados foi a atitude das duas famílias árabes mais eminentes, os munquiditas, de Shaizar, e os Banū 'Ammār, de Trípoli. Os primeiros controlavam a região imediatamente à frente dos cruzados, desde o Orontes até a costa, e os segundos, o litoral do Médio Líbano até a fronteira fatímida. Sua amizade, ou pelo menos sua neutralidade, era essencial para que a Cruzada pudesse avançar.[2]

De Maarat an-Numan, Raimundo seguiu para Kafartab, cerca de vinte quilômetros ao sul. Lá esperou até 16 de janeiro, coletando provisões para reabastecer as tropas, e lá foi alcançado por Tancredo e Roberto da Normandia. Para lá também se dirigiram os embaixadores do emir de Shaizar, oferecendo guias e provisões baratas para os cruzados, caso atravessassem suas terras de modo pacífico. Raimundo aceitou a oferta, e no dia 17 os guias do emir orientaram o exército na travessia do Orontes, entre Shaizar e Hama, e conduziram-no pelo vale do Sarout acima. Todos os rebanhos e manadas do distrito haviam sido levados, por segurança, para um vale adjacente ao do Sarout — para onde, inadvertidamente, um dos guias levou os francos. Os pastores e aldeões locais não eram fortes o suficiente para impedi-los de apropriar-se sistematicamente dos animais. O comandante do castelo que dominava o vale julgou melhor comprar imunidade para si próprio. O butim foi tão farto que vários cavaleiros foram vender seus excedentes em Shaizar e Hama, em troca de animais de carga, dos quais adquiriram mil. As autoridades árabes permitiram que entrassem em suas cidades para fazer suas compras.[3]

Enquanto esses suprimentos eram angariados, Raimundo e seus comandantes reuniram-se para debater o caminho a seguir agora. O próprio Raimundo era de opinião que o exército deveria tomar o rumo oeste, atravessar a cadeia do Nosairi e atingir a costa o mais rápido possível. Latáquia já se

1 Ibn al-Athir, *op. cit.*, pp. 197-8. Ver os verbetes de Buhl, "Al Kuds", e Zettersteen, "Sukman ibn Ortok", na *Encyclopaedia of Islam*.
2 Verbetes "Shaizar", de Honigmann, e "Ibn Ammar", de Sobernheim, na *Encyclopaedia of Islam*.
3 Raimundo de Aguilers, XIV, pp. 272-3; *Gesta Francorum*, X, 34, pp. 180-2.

encontrava em mãos cristãs; assim, mantendo-se próximo ao litoral, ele permaneceria em contato com Antióquia e poderia obter víveres das autoridades bizantinas em Chipre, com quem se encontrava em bons termos. Tancredo, porém, ponderou que, para assegurar a estrada da costa, seria necessário capturar todas as grandes fortalezas que se encontravam no caminho. O poderio militar do exército estava reduzido, agora, a apenas mil cavaleiros e cinco mil soldados de infantaria. Como poderia tal força realizar um sítio? O que eles deviam fazer, sustentou ele, era seguir direto para Jerusalém, evitando a necessidade de capturar todas as fortalezas litorâneas. Se conseguissem tomar Jerusalém, a notícia não só traria mais soldados da Europa como cidades como Trípoli, Tiro e Acre não tentariam resistir-lhes. A objeção ao seu argumento era que toda a área entre o Líbano e o deserto era controlada por Duqaq de Damasco — que, ao contrário dos nobres árabes, sem dúvida iria se opor ao avanço cruzado. Por fim, decidiu-se alcançar a costa mais ao sul, através de Buqaia — a planície que separa os Montes Nosairi do Líbano e constitui o único acesso fácil do interior da Síria até o mar —, e desperdiçar o menor tempo possível nas tentativas de subjugar as fortalezas inimigas.[1]

Em 22 de janeiro, os cruzados chegaram à cidade de Masyaf, cujo senhor apressou-se em firmar um tratado. Dali, voltaram-se para o su-sudeste, a fim de evitar o maciço do Jebel Helou. No dia seguinte, atingiram a cidade de Rafaniya, que encontraram abandonada por seus habitantes, mas repleta de provisões de todo tipo. Ali se alongaram por três dias, descendo em seguida para Buqaia. A planície era dominada pela imensa fortaleza de Hosn al-Akrad, o Castelo dos Curdos, erguido sobre a elevação onde hoje se encontra o Krak des Chevaliers. Os habitantes locais haviam abrigado todos os seus rebanhos no interior dos muros, e, mais para fins de reabastecimento que por razões estratégicas, os cruzados resolveram tomá-la. Em 28 de janeiro, atacaram as fortificações. A defesa, porém, ciente dos hábitos do inimigo, abriu um portão e deixou saírem alguns animais. Os francos estavam tão concentrados em capturar todo o seu butim que se dispersaram, e uma incursão do castelo não só impediu-os de se reorganizar como quase conseguiu capturar o próprio Conde Raimundo, que fora abandonado por sua guarda pessoal. No dia seguinte, os francos, envergonhados por terem sido ludibriados, planejaram um ataque sério — mas, quando chegaram à muralha, descobriram que a fortaleza fora abandonada durante a noite. Ainda havia ali um butim considerável; o exército instalou-se e acabou ficando três

1 Raimundo de Aguilers, XIV, p. 273.

semanas, enquanto os líderes dedicavam-se a novas discussões sobre estratégia. A Festa da Purificação foi comemorada lá dentro.[1]

Enquanto Raimundo encontrava-se em Hosn al-Akrad, foi alcançado por emissários do emir de Hama, que lhe ofereceram presentes e prometeram não atacar seus homens. Foram seguidos de mensageiros do emir de Trípoli. Este, Jalal al-Mulk Abu'l Hasan, da dinastia dos Banū 'Ammār — família mais conhecida por sua erudição que por suas virtudes bélicas —, mantivera a independência de seu emirado, jogando os seljúcidas contra os fatímidas. Com o declínio do poder turco, prontificou-se a incitar os francos contra os renascentes egípcios. Raimundo foi convidado a enviar representantes a Trípoli a fim de discutir as disposições para a passagem da Cruzada e levar os estandartes de Toulouse, que o emir desfraldaria sobre a cidade. A prosperidade de Trípoli e da região circundante causou profunda impressão nos embaixadores francos, que, ao retornarem ao acampamento, recomendaram que Raimundo fizesse uma demonstração de força contra uma das fortalezas do emir, a fim de forçá-lo a pagar uma vultosa quantia para comprar a imunidade do restante de seus domínios. Raimundo, que necessitava de dinheiro, seguiu seus conselhos e ordenou que o exército atacasse a cidade de Arqa, distante cerca de 25 quilômetros de Trípoli, onde a planície Buqaia abre-se para a costa. Chegou diante de seus muros em 14 de fevereiro.[2]

Enquanto isso, ávido por estabelecer uma linha de comunicação com a guarnição em Latáquia e o mar, Raimundo incentivou Raimundo Pilet e Raimundo, Visconde de Toulouse, a empreenderem um ataque de surpresa a Tortosa, o único porto de interesse na costa entre Latáquia e Trípoli. Os dois Raimundos, acompanhados de um modesto destacamento, correram para o oeste e chegaram diante da cidade na noite de 16 de fevereiro. Acenderam várias fogueiras ao redor de todo o muro, a fim de sugerir a presença de um exército muito maior do que aquele de que dispunham. A artimanha foi bem-sucedida; o governador da cidade, súdito do emir de Trípoli, ficou de tal modo alarmado que abandonou a cidade por mar, junto com sua guarnição, durante a noite. Na manhã seguinte, os moradores abriram os portões da cidade para os francos. Ao tomarem conhecimento da notícia da captura do governador de Marqiye, dezesseis quilômetros para o norte, apressaram-se em reconhecer a suserania de Raimundo. A captura de Tortosa constituiu um grande reforço à Cruzada. Abriu uma via de comunicação fácil, por mar, não só com Antióquia e Chipre mas também com a Europa.[3]

1 Raimundo de Aguilers, XIV, pp. 273-5; *Gesta Francorum*, X, 34, p. 182.
2 Raimundo de Aguilers, XIV-XV, p. 275; *Gesta Francorum*, X, 34, p. 184.
3 Raimundo de Aguilers, XV, p. 276; *Gesta Francorum*, X, 34, pp. 184-6.

Tamanho êxito despertou a inveja dos cruzados ainda em Antióquia, levando-os a se decidirem por seguir Raimundo rumo ao sul. Por volta de fins de fevereiro, Godofredo da Lorena, Boemundo e Roberto de Flandres partiram de Antióquia para Latáquia. De lá, Boemundo retornou. Reputou mais prudente consolidar sua posição em Antióquia, para a eventualidade de o imperador marchar sobre a Síria na primavera. Godofredo e Roberto seguiram adiante, sitiando o pequeno porto marítimo de Jabala. Enquanto encontravam-se ali, o Bispo de Albara alcançou-os com uma mensagem de Raimundo, instando a que se juntassem a ele em Arqa.[1]

O sítio de Arqa não ia nada bem. A cidade era bem fortificada e defendida com grande coragem, e o exército de Raimundo não era numeroso o bastante para cercá-la por completo. O alerta de Tancredo quanto à falta de condições do exército para tentar acossar fortalezas fora plenamente justificado. Uma vez iniciado o cerco, porém, Raimundo não podia abandoná-lo por receio de que o emir de Trípoli, percebendo sua fragilidade, assumisse uma postura francamente hostil. É possível que os soldados não se empenhassem tanto. A vida no acampamento era confortável. A região era fértil e começaram a chegar mais provisões, via Tortosa. Depois de tudo que tinham passado, os homens estavam felizes por poder relaxar um pouco. No início de março, correram rumores de que havia um exército islâmico reunindo-se para libertar Arqa, liderado pelo califa de Bagdá em pessoa. O boato era falso, mas alarmou Raimundo a ponto de levá-lo a convocar Godofredo e Roberto de Flandres. Ao receberem sua mensagem, Godofredo e Roberto fizeram uma trégua com o emir de Jabala, que aceitou sua suserania, e correram para Arqa, ao sul. Comemoraram sua chegada com um ataque aos subúrbios de Trípoli e vários assaltos bem-sucedidos, em que arrebanharam animais de todo tipo, inclusive camelos, na planície de Buqaia.[2]

Raimundo logo lamentou a chegada dos colegas. Fora por dois meses o líder inconteste da Cruzada. Até Tancredo submetera-se à sua autoridade, em troca de cinco mil sous. Agora, porém, o conde fora obrigado a pedir o auxílio dos rivais. Tancredo, cujo conselho ele ignorara, mudou-se para o acampamento de Godofredo, alegando que Raimundo não lhe pagara o bastante. Os dois Robertos tampouco se mostraram muito inclinados a reconhecer sua hegemonia. Na tentativa de asseverar seus direitos, o conde provocou ressentimentos, e começaram as contendas. Os homens de cada exército, vendo as desavenças que dividiam seus líderes, acompanhavam-nos e não cooperavam uns com os outros.

1 *Gesta Francorum*, X, 35, p. 186; Alberto de Aix, V, 33, p. 453.
2 *Gesta Francorum*, *loc. cit.*; Raimundo de Aguilers, XVI, pp. 277-8.

A controvérsia foi agravada pela chegada, no princípio de abril, de cartas do imperador. Aleixo comunicava aos cruzados que estava pronto a partir para a Síria. Se esperassem por ele até o fim de junho, ele estaria com eles até o Dia de S. João e poderia liderá-los na marcha sobre a Palestina. Raimundo desejava aceitar a oferta. Como fiel aliado do imperador, poderia contar com o apoio imperial para reafirmar sua supremacia sobre o exército franco. Entre seus próprios homens, havia muitos, como Raimundo de Aguilers, que, por mais que desgostassem dos bizantinos, sentiam que a chegada do imperador pelo menos forneceria à Cruzada um líder a que todos os príncipes se submeteriam. O grosso das tropas, entretanto, ansiava por seguir para Jerusalém — e nenhum dos demais príncipes pretendia curvar-se à suserania imperial. Opondo-se a uma opinião pública tão determinada, a política de Raimundo não tinha como prevalecer. O mais provável é que Aleixo jamais tenha acreditado que os cruzados o esperariam. Contrariado com seu comportamento em Antióquia, ele já se decidira por uma posição de neutralidade — o que, para um diplomata bizantino, não implicava uma atitude passiva, mas sim o estabelecimento de relações com ambos os lados, de modo a beneficiar-se independentemente de quem fosse o vencedor. Estava em contato com os egípcios, que provavelmente lhe tinham escrito quando a Cruzada avançou sobre seus territórios, indagando se os invasores estavam agindo em seu nome. A resposta de Aleixo foi repudiar o movimento. Tinha motivos para tanto. Os atos de Boemundo mostraram-lhe que não podia contar com a lealdade franca; tampouco tinha algum interesse particular na Palestina, que se situava fora dos domínios que esperara reaver para o império. Sua única obrigação naquela área era para com os cristãos ortodoxos, de quem se arvorava em protetor — e pode muito bem ter considerado que eles estariam mais bem arranjados sob os tolerantes fatímidas que sob os francos, que já demonstravam, em Antióquia, uma clara hostilidade em relação à cristandade local. Por outro lado, Aleixo não pretendia romper seus vínculos com a Cruzada, que talvez ainda tivesse sua utilidade para o império. Sua correspondência com o Egito mais tarde cairia nas mãos dos cruzados, que ficaram verdadeiramente chocados com as provas de sua traição a eles — conquanto sua própria traição aos bizantinos lhes parecesse perfeitamente razoável e correta. Atribuíram a ele a culpa pelo fato de os embaixadores que haviam enviado de Antióquia para o Cairo tivessem ficado lá retidos por tanto tempo.[1]

Tais emissários encontraram-se com o exército alguns dias mais tarde em Arqa, trazendo a oferta final dos fatímidas para um acordo. Caso a Cru-

1 Raimundo de Aguilers, XVI, p. 277, XVIII, p. 286.

zada abandonasse toda e qualquer tentativa de forçar caminho em seu território, seus peregrinos teriam acesso livre aos locais sagrados e haveria o máximo empenho em facilitar as peregrinações. A sugestão foi prontamente rejeitada.[1]

A despeito do desejo dos demais príncipes de retomar a marcha, Raimundo recusava-se a abandonar o sítio a Arqa. Para resolver a questão, Pedro Bartolomeu anunciou que, no dia 5 de abril, Cristo, S. Pedro e Sto. André haviam-lhe aparecido para avisar que era preciso empreender um assalto imediato à cidade. A soldadesca estava ficando cansada das revelações de Pedro, que mais lhes pareciam um instrumento político do Conde Raimundo. Uma parte dos franceses do norte, liderados pelo capelão de Roberto da Normandia, Arnulfo de Rohes, resolveu declarar abertamente sua descrença e pôs em dúvida até mesmo a autenticidade da Santa Lança, salientando que Ademar de Le Puy nunca se convencera dela. Os provençais correram a apoiar Pedro Bartolomeu. Estêvão de Valença lembrou às tropas sua visão em Antióquia. Raimundo de Aguilers contou como beijara a Lança quando ainda estava engastada no solo. Outro sacerdote, Pedro Desidério, revelou que Ademar lhe aparecera após sua morte e descrevera o fogo do inferno a que suas dúvidas tinham-no levado. Outro, Everardo, garantiu que, quando visitara Trípoli a negócios, durante o sítio dos turcos a Antióquia, um sírio que lá conheceu relatou-lhe uma visão em que S. Marcos lhe falara da Lança. O Bispo de Apt, cético a princípio, mencionou uma visão que o levara a mudar de idéia. Um dos membros do séquito do próprio Ademar, Bertrand de Le Puy, anunciou que o bispo e seu porta-estandarte tinham lhe aparecido em uma visão e admitido que a Lança era autêntica. Diante de evidências tão impressionantes, Arnulfo confessou publicamente que estava convencido; seus amigos, no entanto, continuaram lançando dúvidas sobre o caso todo, até que, por fim, Pedro Bartolomeu, em um ataque de fúria, solicitou permissão para defender-se por meio de um ordálio de fogo. Qualquer que fosse a verdade, àquela altura ele acreditava piamente em sua inspiração divina.

O ordálio ocorreu na Sexta-feira da Paixão, 8 de abril. Foram erguidas duas pilhas de troncos formando uma passagem estreita, que foram abençoadas pelos bispos e às quais se ateou fogo. Pedro Bartolomeu, envolto apenas em uma túnica e com a Lança em punho, penetrou decididamente nas chamas. Saiu coberto de queimaduras horríveis e teria caído de novo no fogo se Raimundo Pilet não o tivesse segurado. Resistiu em agonia durante doze dias, até que morreu dos ferimentos. Devido ao ordálio, a Lança foi comple-

1 Raimundo de Aguilers, XVI, p. 277; Guilherme de Tiro, VII, 19, vol. I, pt. I, pp. 305-6.

tamente desacreditada, salvo apenas pelos provençais, que insistiam em que Pedro atravessara incólume as chamas, mas fora empurrado de volta pela multidão entusiasmada, ávida por tocar sua túnica santa. O Conde Raimundo continuou mantendo a Lança com toda a reverência em sua capela.[1]

O exército ainda se demorou por um mês em Arqa, até que Raimundo se deixou convencer a abandonar o sítio. Os combates ali custaram muitas vidas, inclusive a de Anselmo de Ribemont, cujas cartas a seu senhor, o Arcebispo de Reims, constituem um vívido relato da Cruzada.[2] Em 13 de maio, Raimundo cedeu à persuasão dos colegas e, com lágrimas nos olhos, ordenou que se levantasse acampamento, e todo o exército seguiu para Trípoli. Tinha havido mais debates quanto ao caminho a tomar. Os sírios informaram Raimundo da existência de uma estrada fácil passando por Damasco; porém, embora a comida ali fosse abundante, havia escassez de água. A estrada que atravessava o Líbano possuía bastante água, mas era difícil para os animais de carga. A terceira alternativa era a estrada da costa, mas havia muitos pontos em que ela podia ser bloqueada por pequenos grupos inimigos. No entanto, profecias locais declaravam que os libertadores de Jerusalém viajariam ao longo da costa. Foi essa a estrada escolhida, menos por sua reputação profética que pelo contato que proporcionava com as frotas inglesa e genovesa que singravam as águas levantinas.[3]

Com a aproximação dos cruzados, o emir de Trípoli apressou-se em comprar a imunidade de sua capital e seus subúrbios, libertando cerca de trezentos cristãos que se encontravam prisioneiros na cidade. Compensou-os com quinze mil besantes e quinze excelentes cavalos, além de providenciar bestas de carga e provisões para todo o exército. Ademais, dizia-se que ele se dispusera a abraçar o cristianismo, caso os francos derrotassem os fatímidas.[4]

Na segunda-feira, 16 de maio, os cruzados deixaram Trípoli, acompanhados de guias fornecidos pelo emir e que os conduziram em segurança pela perigosa estrada que circundava o cabo de Ras Shaka. Passando pacificamente pelas cidades de Batrun e Jebail, pertencentes ao emir, alcançaram a fronteira fatímida, no Rio do Cão, em 19 de maio. Os fatímidas não manti-

1 Raimundo de Aguilers, XVII-XVIII, pp. 279-88, defendendo Pedro Bartolomeu; Fulcher de Chartres, I, xviii, 4-5, pp. 238-41; Alberto de Aix, V, 13, p. 452; Radulfo de Caen, CVIII, p. 682. Tanto Fulcher quando Alberto mostram-se céticos, mas não se comprometem. Radulfo é francamente hostil a Pedro. O autor da *Gesta* omite o episódio.
2 Raimundo de Aguilers, XVI, pp. 276-7; *Gesta Francorum*, X, 35, p. 188; Fulcher de Chartres, I, xxv, 8, p. 270, que conta que ele foi morto por uma pedra.
3 Raimundo de Aguilers, XVIII, pp. 288, 290-1.
4 *Ibid.*, p. 291; *Gesta Francorum* X, 35-6, pp. 188-90.

nham tropas em seus territórios ao norte, salvo por pequenas guarnições nas cidades litorâneas; todavia, dispunham de uma marinha considerável, capaz de proporcionar uma defesa adicional a essas localidades. Assim, apesar de não encontrarem oposição no caminho, os cruzados não podiam nutrir esperanças de capturar nenhum dos portos pelos quais passavam; assim, perderam o contato com a frota cristã. O receio de lhes acabarem os víveres obrigou-os, dali por diante, a apertar ao máximo o passo rumo ao seu objetivo final.

Ao aproximarem-se de Beirute, a população local, temendo a destruição dos ricos jardins e pomares que circundavam a cidade, apressaram-se em ofertar-lhes presentes e a passagem livre por suas terras, sob a condição de que as árvores frutíferas, vinhedos e colheitas permanecessem intatos. Os príncipes aceitaram os termos e conduziram o exército rapidamente para Sídon, alcançada em 20 de maio. A guarnição da cidade era de estofo mais vigoroso e realizou uma incursão contra os cruzados, enquanto estes acampavam às margens do Nahr al-Awali. Foram rechaçados, e os francos responderam devastando os jardins nos subúrbios. Ainda assim, prosseguiram o mais rápido possível para os arredores de Tiro, onde esperaram por dois dias até que Balduíno de Le Bourg e alguns cavaleiros de Antióquia e Edessa os alcançassem. Os riachos e estufas da região fizeram dela um delicioso local de parada. A guarnição da cidade permaneceu atrás de seus muros e não os molestou. Tiro ficou para trás no dia 23, e o exército transpôs sem dificuldades o passo conhecido como Escada de Tiro e as encostas de Naqoura, chegando a Acre no dia 24. O governador, seguindo o exemplo de Beirute, garantiu a imunidade das férteis fazendas das cercanias da cidade, doando volumosas provisões. Dali os cruzados dirigiram-se para Haifa, seguindo pela costa ao longo do Monte Carmelo até Cesaréia, onde demoraram-se por quatro dias — do dia 26 ao dia 30 — para a adequada celebração de Pentecostes. Quando estavam ali acampados, um pombo foi derrubado por um falcão em pleno vôo e caiu próximo à tenda do Bispo de Apt. Tratava-se de um pombo-correio, com uma mensagem do governador de Acre incitando os muçulmanos da Palestina a erguer-se contra os invasores.[1]

Ao retomarem a marcha, acompanharam o litoral somente até a altura de Arsuf, a partir de onde as tropas prosseguiram pelo interior, atingindo Ramleh em 3 de junho. Esta, ao contrário da maioria das cidades palestinas, era muçulmana. Até as invasões turcas, fora a capital administrativa da província, mas entrara em decadência nos últimos anos. A aproximação dos cru-

1 Raimundo de Aguilers, XVIII-XIX, p. 291; *Gesta Francorum*, X, 36, pp. 190-2; Fulcher de Chartres, I, xxv, 10-12, pp. 271-6.

zados alarmou os habitantes; a guarnição era pequena demais e encontravam-se demasiado longe do mar para que a marinha egípcia pudesse ajudá-los. Fugiram todos de seus lares, dirigindo-se para sudoeste, mas não sem primeiro, em um ato de desafio, destruir a grande Igreja de S. Jorge localizada na aldeia em ruínas de Lida, a 1,5 quilômetro de Ramleh. Quando Roberto de Flandres e Gastão de Béarn chegaram com a vanguarda do exército cruzado, encontraram as ruas desertas e as casas, vazias.

A ocupação de uma cidade islâmica no coração da Terra Santa deixou os cruzados exultantes. Prometeram imediatamente reconstruir o santuário de S. Jorge e converter Ramleh e Lida em um feudo que seria patrimônio do santo, bem como fundar uma nova diocese cujo bispo seria seu senhor. Um sacerdote normando, Roberto de Rouen, foi designado para a sé. Como em Albara, isso não significou a remoção de um bispo grego em favor de um latino, mas o estabelecimento de um episcopado em território conquistado aos muçulmanos. A nomeação deixou claro que, no entender da opinião pública entre os cruzados, os domínios capturados deviam ser entregues à Igreja. Ramleh foi deixada a cargo de Roberto, com uma pequena guarnição para protegê-lo.[1] Nesse meio tempo, os príncipes puseram-se a discutir o que fazer em seguida, visto que alguns consideravam tolice atacar Jerusalém no calor do verão. Seria melhor, alegavam, avançar contra o verdadeiro inimigo, o Egito. Após alguns debates, essa recomendação foi rejeitada e a marcha contra Jerusalém, retomada em 6 de junho.[2]

De Ramleh, o exército tomou a estrada antiga que serpenteia pelas encostas da Judéia, ao norte das vias atuais. Ao passar pela aldeia de Emaús, chegaram emissários da cidade de Belém, cuja população, integralmente cristã, implorava para ser libertada do jugo islâmico. Tancredo e Balduíno de Le Bourg logo partiram com um pequeno destacamento de cavaleiros para as colinas de Belém. Chegaram no meio da noite, e os apavorados cidadãos primeiro acreditaram tratar-se de parte de um exército egípcio que viera reforçar a defesa de Jerusalém. Ao romper da aurora, quando os cavaleiros foram reconhecidos como cristãos, a cidade inteira saiu em procissão, com todas as relíquias e as cruzes da Capela da Natividade, a fim de dar as boas-vindas aos seus salvadores e beijar-lhes as mãos.[3]

Enquanto o local do nascimento de Cristo era restaurado ao domínio cristão, o corpo do exército cruzado prosseguiu durante todo o dia e toda a noite na direção de Jerusalém. Um eclipse lunar lhe dera novo alento, pres-

1 Raimundo de Aguilers, XIX, pp. 291-2; *Gesta Francorum*, *loc. cit.*; Guilherme de Tiro, VII, 22, vol. I, pt. I, p. 313, que fornece o nome do bispo.
2 Raimundo de Aguilers, XIX, p. 292.
3 Fulcher de Chartres, I, XXV, 13-17, pp. 277-81; Alberto de Aix, V, 44-5, pp. 461-3.

sagiando o eclipse do Crescente. Na manhã seguinte, cem dos cavaleiros de Tancredo chegaram de Belém para juntar-se aos companheiros. Mais tarde naquela mesma manhã, os cruzados alcançaram o topo da estrada, na Mesquita do profeta Samuel — o cume que os peregrinos chamam de Montjoie. Jerusalém, com seus muros e torres, assomou ao longe à sua frente. Na noite daquela terça-feira, 7 de junho de 1099, o exército cristão estava acampado diante da Cidade Santa.[1]

1 *Gesta Francorum*, X, 37, p. 194; Raimundo de Aguilers, XX, p. 292; Alberto de Aix, V, 45, p. 463.

Capítulo 11

O Triunfo da Cruz

"Aclamai a Deus com gritos alegres! Pois Iahweh Altíssimo é terrível."
SALMO 47, 1, 2

A cidade de Jerusalém era uma das grandes fortalezas do mundo medieval. Desde a época dos jebuseus, o local era célebre por sua inexpugnabilidade, que a habilidade dos homens incrementara ao longo dos séculos. Os muros diante dos quais os cruzados se encontravam seguiam o mesmo traçado dos que mais tarde seriam erguidos pelo sultão otomano Suleimã, o Magnífico, e que cerca a cidade velha até hoje. Erigidos por ocasião da reconstrução da cidade por Adriano, tinham sido aprimorados e reparados por bizantinos, omíadas e fatímidas. A leste, a muralha era protegida pelas encostas íngremes da ravina do Cedron. A sudeste, o terreno descia até o vale do Geena. Um terceiro vale, apenas ligeiramente menos profundo, margeava a face oeste. Só no setor sudoeste, onde os muros cortavam o Monte Sion, e ao longo da face norte o terreno favorecia um ataque às fortificações. A cidadela, a Torre de Davi, situava-se a meio caminho da parede oeste, comandando a estrada que galgava a encosta até a Porta de Jafa. Conquanto não houvesse fontes no interior da cidade, suas vastas cisternas garantiam-lhe o abastecimento de água. O sistema romano de esgotos, ainda em uso no século XX, impedia a propagação de doenças.

A defesa da cidade encontrava-se nas mãos do governador fatímida, Iftikhar ad-Dawla. A muralha encontrava-se em boas condições, e ele dispunha de uma forte guarnição de tropas árabes e sudanesas. Ao ser informado da aproximação franca, tomou a precaução de bloquear ou envenenar os poços próximos à cidade e conduzir os rebanhos e manadas dos pastos vizinhos para locais seguros. Em seguida, ordenou que toda a população cristã da cidade, tanto ortodoxos quanto hereges, se retirasse para fora dos muros — mas permitiu a permanência dos judeus. Foi uma medida prudente. No século X, os cristãos superavam em número os muçulmanos em Jerusalém; embora as perseguições promovidas pelo Califa Hakim tivessem reduzido seu número — e embora muitos mais, inclusive a maior parte do clero ortodoxo, houvessem partido com o patriarca durante a época difícil que se seguiu à morte de Ortoq —, ainda restavam milhares, inúteis como solda-

dos, já que eram proibidos de portar armas, e suspeitos em uma batalha contra outros cristãos. Ademais, seu exílio significava que haveria menos bocas para alimentar na cidade assediada. Ao mesmo tempo, Iftikhar enviou ao Egito um pedido urgente de socorro armado.[1]

Mesmo que a disposição do terreno o permitisse, as tropas cruzadas não eram suficientes para sitiar a cidade inteira. Concentraram suas forças nos setores em que tinham condições de se aproximar dos muros. Roberto da Normandia assumiu seu posto ao longo da parede norte, diante da Porta das Flores (Porta de Herodes), com Roberto de Flandres à sua direita, defronte à Porta da Coluna (a Porta de Sto. Estêvão ou de Damasco). Godofredo da Lorena encarregou-se da área que cobria o ângulo noroeste da cidade, estendendo-se até a Porta de Jafa. Ali Tancredo juntou-se a ele, tendo chegado quando o exército já estava posicionado, trazendo rebanhos que roubara vindo de Belém. Ao sul encontrava-se Raimundo de Toulouse, que, chegando à conclusão de que o vale o mantinha demasiado longe da muralha, deslocou-se para o Monte Sion dois ou três dias depois. Os setores leste e sudeste permaneceram desguarnecidos.[2]

O cerco teve início em 7 de junho, o mesmo dia em que a Cruzada alcançou os muros. Logo ficou claro, porém, que o tempo estava do lado dos sitiados. Iftikhar estava bem abastecido de víveres e água. Seus armamentos eram melhores que os dos francos, e ele conseguiu reforçar suas torres com sacas cheias de algodão e feno, o que lhes permitiu suportar o choque do bombardeio das catapultas ocidentais. Se conseguisse resistir até a chegada do exército de salvação egípcio, a Cruzada estaria acabada. Contudo, embora os defensores fossem bastante numerosos, mal conseguiam guarnecer todo o muro. Os cruzados, por sua vez, logo começaram a enfrentar dificuldades com relação ao abastecimento de água. As providências tomadas por Iftikhar tinham sido eficazes. A única fonte de água pura ao alcance dos sitiantes era a piscina de Siloé, sob o muro sul, perigosamente exposta aos mísseis da cidade. Para complementar suas reservas de água, era preciso viajar mais de nove quilômetros. Sabendo disso, a guarnição destacava pequenas companhias para ficar de tocaia nos caminhos que levavam às fontes. Muitos soldados e peregrinos pereceram nesses ataques surpresa. Os alimentos também começaram a escassear, pois não era possível obter muito nas vizinhanças. O calor, a poeira

1 Fulcher de Chartres (I, xxvii, 12, p. 300) menciona tropas "etíopes". Raimundo de Aguilers (XX, pp. 293-4) e a *Gesta Francorum* (X, 37, p. 198) referem-se ao envenenamento dos poços. O católico armênio, Vahram, encontrava-se em Jerusalém na época, mas ao que parece conseguiu fugir da cidade (Mateus de Edessa, II, clvii, p. 225).
2 Raimundo de Aguilers, XX, p. 293; *Gesta Francorum*, X, 37, p. 194; Alberto de Aix, V, 46, pp. 463-4.

e a falta de sombra contribuíam para o desconforto dos cruzados, que eram oriundos de climas mais frescos e envergavam, muitos, armaduras inadequadas ao verão da Judéia. Ficou claro para todos que não suportariam um cerco longo; seria preciso tomar a cidade rapidamente, de assalto.[1]

Em 12 de junho, os príncipes fizeram uma peregrinação ao Monte das Oliveiras. Ali, foram abordados por um eremita ancião que os instou a atacarem os muros no dia seguinte. Os chefes cruzados objetaram que não dispunham das máquinas necessárias para uma investida bem-sucedida, mas o ermitão desdenhou-as; se tivessem fé, Deus lhes daria a vitória, afirmou. Encorajados por suas palavras, ordenou-se um ataque geral para a manhã seguinte. Entretanto, ou o eremita estava enganado, ou a fé dos cruzados estava demasiado fraca. Partiram para o ataque com grande fervor e logo sobrepujaram as defesas externas da face norte. Porém, possuíam muito poucas escadas para conseguirem escalar os muros simultaneamente em um número suficiente de pontos. Depois de várias horas de combate desesperado, perceberam que suas tentativas eram vãs e recuaram.[2]

O fracasso do assalto causou uma grande decepção, mas deixou clara para os príncipes a necessidade de construir mais máquinas de cerco. Em um conselho realizado em 15 de junho, decidiram não empreender novos ataques enquanto não dispusessem de mais catapultas e escadas. No entanto, faltava-lhes material para construí-las. Como ocorrera em Antióquia, foram salvos pela chegada oportuna de ajuda marítima. Em 17 de junho, seis navios cristãos aportaram em Jafa, que fora abandonada pelos muçulmanos. A esquadra era composta por duas galeras genovesas, sob o comando dos irmãos Embriaco, mais quatro navios, provavelmente da frota inglesa. Estavam carregados de víveres e armamentos — inclusive as cordas, pregos e cavilhas necessários à construção de máquinas de sítio. Ao tomarem conhecimento de sua chegada, os cruzados imediatamente enviaram um pequeno destacamento ao seu encontro. Perto de Ramleh, essas tropas foram emboscadas por uma companhia muçulmana, baseada em Ascalão, e só foram salvas porque Raimundo Pilet e seus homens iam ao seu encalço. Nesse meio tempo, uma frota egípcia aproximou-se da costa e bloqueou Jafa. Um dos navios britânicos conseguiu escapar do bloqueio e retornou a Latáquia. As demais embarcações foram abandonadas por suas tripulações assim que foram descarregadas; e os marinheiros marcharam, com a escolta de Raimundo de Pilet, para o acampamento próximo a Jerusalém. Tanto eles quanto os bens que trouxeram foram muito bem-vindos. Todavia, ainda era

1 Raimundo de Aguilers, XX, p. 293-4; *Gesta Francorum*, X, 37, pp. 194-8.
2 Raimundo de Aguilers, XX, p. 293; *Gesta Francorum*, X, 37, p. 196.

preciso encontrar madeira com que construir as máquinas. Não havia muito a obter nas encostas nuas da região; os cruzados viram-se obrigados a enviar expedições a muitos quilômetros de distância para recolher o necessário. Só quando Tancredo e Roberto de Flandres chegaram, com seus homens, às florestas vizinhas à Samaria e retornaram carregados de troncos e pranchas — transportados em lombo de camelo ou por prisioneiros muçulmanos — é que se pôde dar início à construção das máquinas. Montaram-se escadas e Raimundo e Godofredo começaram a erguer um castelo de madeira cada um, munido de catapultas e montado sobre rodas. Gastão de Béarn foi encarregado da construção do castelo de Godofredo, e Guilherme Ricou, do de Raimundo.[1]

O progresso, porém, era lento; enquanto isso, os francos sofriam terrivelmente com o calor. O siroco soprou por vários dias, com seu efeito mortal sobre os nervos dos homens que não estavam habituados. O abastecimento de água ia ficando cada vez mais difícil. Incontáveis animais de carga e dos rebanhos que o exército conseguira morriam todos os dias de sede. Os destacamentos precisavam ir até o Jordão para encontrar água. Os cristãos nativos eram solícitos e serviam de guias até as fontes e florestas próximas, mas era impossível evitar os saques e emboscadas dos soldados muçulmanos, tanto da guarnição quanto de companhias que vagavam livremente pela região. Voltaram a surgir disputas entre os príncipes — dessa vez, primeiro, com relação à posse de Belém. Tancredo libertara a cidade e deixara seu estandarte no topo da Igreja da Natividade. Entretanto, ao clero e aos príncipes rivais parecia errado que um local tão sagrado permanecesse em poder de um senhor secular. Tancredo defendeu seu direito sobre Belém e, embora tivesse a opinião pública contra si, acabou prevalecendo. Em seguida, principiaram as discussões quanto ao futuro status de Jerusalém. Alguns dos cavaleiros eram a favor da designação de um rei, mas o clero opunha-se unanimemente a essa idéia, alegando que nenhum cristão poderia intitular-se rei da cidade onde Cristo fora coroado e padecera. Também aqui tinha a opinião pública ao seu lado, e os debates foram postergados. O sofrimento dos homens, aliado à decepção decorrente do fracasso na tentativa de invasão e ao reinício das contendas entre os príncipes, induziu muitos deles a, mesmo naquela altura, abandonar a Cruzada. Um grupo desceu ao Jordão para se submeter a um novo batismo no rio santo, e, em seguida, após recolher ramos de palmeira em suas margens, retornou direto para Jafa, na esperança de encontrar navios que o levassem de volta para a Europa.[2]

1 Raimundo de Aguilers, XX, pp. 294-7; *Gesta Francorum*, X, 37, pp. 196-200.
2 Raimundo de Aguilers, XX, pp. 295-6.

No começo de julho, chegou ao acampamento a notícia de que um grande exército partira do Egito para libertar Jerusalém. Os príncipes perceberam que não havia tempo a perder. O moral de seus homens, contudo, estava baixo. Mais uma vez, uma visão veio em seu socorro. Na manhã de 6 de julho, o padre Pedro Desidério, que já atestara ter visto o Bispo Ademar após sua morte, procurou o irmão deste, Guilherme Hugo de Monteil, e seu próprio senhor, Isoardo de Gap, dizendo que o bispo voltara a se manifestar. Depois de determinar que os cruzados desistissem de seus planos egoísticos, Ademar ordenara-lhes que realizassem um jejum e empreendessem uma procissão, descalços, ao redor das muralhas da cidade. Caso o fizessem com corações penitentes, dentro de nove dias Jerusalém cairia. Quando afirmara ter visto Ademar submetido ao fogo do inferno por haver duvidado da Santa Lança, Pedro Desidério fora amplamente desacreditado; agora, porém, talvez por apresentar o amado bispo sob uma luz mais nobre, e como recebeu o apoio da família Monteil, teve sua visão prontamente aceita como autêntica por todo o exército. As instruções de Ademar foram avidamente obedecidas; estabeleceu-se um jejum que foi observado com rigor nos três dias seguintes. Na sexta-feira, 8 de julho, uma procissão solene percorreu o caminho que circundava a cidade. Os bispos e padres da Cruzada iam à frente, portando cruzes e suas relíquias sagradas. Em seguida iam os príncipes e cavaleiros, e depois a infantaria e os peregrinos. Todos descalços. Os muçulmanos aglomeraram-se no alto dos muros para zombar dos inimigos, mas estes se gloriaram em seu escárnio e, ao concluírem o circuito, subiram ao Monte das Oliveiras. Ali, Pedro, o Eremita, pregou para os soldados e, em seguida, o capelão de Raimundo, Raimundo de Aguilers, e o de Roberto da Normandia, Arnulfo de Rohes — agora considerado o melhor pregador do exército. Sua eloqüência comoveu e entusiasmou a turba. Até Raimundo e Tancredo esqueceram suas desavenças e juraram lutar lado a lado pela Cruz.[1]

O entusiasmo perdurou. Nos dois dias seguintes, apesar do sofrimento devido à sede, os soldados empenharam-se por concluir as grandes torres de cerco. A perícia dos genoveses, comandados por Guilherme Embriaco, foi de grande proveito; até os velhos e mulheres fizeram a sua parte, costurando couro de boi e de camelo e pregando-o nas partes expostas da estrutura, a fim de proteger os atacantes do fogo grego empregado pelos sarracenos. No dia 10, as construções foram concluídas e posicionadas, uma contra o muro norte e outra sobre o Monte Sion. Uma terceira, um pouco menor, foi

1 Raimundo de Aguilers, XX, pp. 296-7; carta de Dagoberto ao Papa, em Hagenmeyer, *op. cit.*, pp. 170-1; *Gesta Francorum*, X, 38, pp. 200-2.

erguida para atacar o ângulo noroeste das defesas. O trabalho de montagem fora cuidadosamente levado a cabo fora das vistas dos soldados da guarnição, que ficaram perplexos e alarmados ao verem os castelos diante de seus muros. O governador, Iftikhar, correu a reforçar os setores mais vulneráveis de suas defesas, e as torres de assédio foram submetidas a um bombardeio ininterrupto de pedras e fogo líquido, a fim de impedir que se aproximassem da muralha.[1]

Decidiu-se que o ataque seria deflagrado durante a noite de 13-14 de julho. A investida principal seria lançada simultaneamente do Monte Sion e do trecho mais a leste da muralha norte, com um assalto simulado ao ângulo noroeste. Segundo Raimundo de Aguilers, de cujos números não há motivo para duvidar, a força de combate efetiva do exército era agora de 12 mil homens de infantaria e 1.200 ou 1.300 cavaleiros. Além desses, havia muitos peregrinos, cuja quantidade ele não tenta estimar, homens demasiado velhos ou doentes para lutar, mulheres e crianças. A primeira tarefa dos atacantes era aproximar suas torres de madeira da muralha — o que implicava encher o fosso que corria aos seus pés. Durante toda a noite e todo o dia 14 os cruzados concentraram-se em sua missão, sofrendo com as pedras e o fogo líquido da defesa e respondendo com um intenso bombardeio de suas próprias catapultas. Na noite de 14 de julho os homens de Raimundo haviam conseguido transpor o fosso com seu castelo. A defesa, porém, era feroz; ao que parece, Iftikhar comandava pessoalmente aquele setor. Na manhã seguinte, a torre de Godofredo abordou a face norte, perto da atual Porta das Flores. Ele e seu irmão, Eustáquio de Bolonha, lideravam seus homens do alto da estrutura. Por volta do meio-dia, conseguiram estabelecer uma ponte da torre até o topo dos muros, e dois cavaleiros flamengos, Litoldo e Gilberto de Tournai, encabeçaram o assalto das tropas lotaríngias, logo seguidos pelo próprio Godofredo. Uma vez capturado um setor da muralha, as escadas permitiram que mais atacantes penetrassem na cidade. Enquanto Godofredo permanecia no muro, incitando os recém-chegados e enviando homens para abrir a Porta da Coluna para a entrada do corpo principal das forças cruzadas, Tancredo e seus homens, que estavam bem atrás dos lorenos, penetraram nas ruas da cidade. Os muçulmanos, vendo que suas defesas tinham sido rompidas, fugiram em direção ao Haram esh-Sharif,[2] a área do Templo, onde localizavam-se a Cúpula da Rocha e a mesquita de al-Aqsa, no intuito de usar esta última como um reduto final. Entretanto, não tive-

1 Raimundo de Aguilers, XX, p. 298; *Gesta Francorum*, X, 38, p. 200.
2 Designação árabe do Monte do Templo; significa "Nobre Santuário". Corresponde ao hebraico *Har Habait*. (N.T.)

ram tempo de colocá-la em estado de defesa. Acotovelaram-se em seu interior e no telhado, mas Tancredo estava em seus calcanhares. Não tardaram em se render ao normando, prometendo um grande resgate, e plantaram seu estandarte no alto da mesquita. Ele já profanara e pilhara a Cúpula da Rocha. Nesse ínterim, os habitantes da cidade precipitavam-se para o setor sul, onde Iftikhar ainda resistia contra Raimundo. No começo da tarde, percebeu que estava tudo perdido. Refugiou-se na Torre de Davi, que ofereceu ao conde junto com um grande tesouro, em troca de sua vida e da dos integrantes de sua guarda pessoal. Raimundo aceitou seus termos e ocupou a torre. Iftikhar e seus homens foram escoltados em segurança para fora da cidade, recebendo permissão para juntar-se às forças muçulmanas de Ascalão.[1]

Foram os únicos muçulmanos de Jerusalém a escapar com vida. Os cruzados, ensandecidos por tamanha vitória depois de tanto sofrimento, correram pelas ruas e invadiram casas e mesquitas, matando todos os que encontravam — homens, mulheres e crianças. O massacre prosseguiu durante toda a tarde e noite. O estandarte de Tancredo de nada adiantou para os refugiados na mesquita de al-Aqsa. No dia seguinte cedo, um bando de cruzados forçou a entrada no recinto e matou a todos. Quando Raimundo de Aguilers, mais tarde naquela mesma manhã, dirigiu-se à área do Templo, precisou abrir caminho em meio a cadáveres e sangue que lhe chegavam aos joelhos.[2]

Os judeus de Jerusalém refugiaram-se todos em sua principal sinagoga. Como, porém, pensava-se que haviam ajudado os muçulmanos, os cruzados não tiveram deles a menor misericórdia. O prédio foi incendiado e morreram todos queimados em seu interior.[3]

A carnificina em Jerusalém causou profunda impressão em todo o mundo. É impossível precisar o número de vítimas envolvidas, mas toda a população muçulmana e judaica de Jerusalém foi aniquilada. Mesmo entre os cristãos, muitos ficaram horrorizados diante do ocorrido; entre os muçulmanos, que até então haviam tendido a aceitar os francos como um fator a mais no emaranhado político da época, instaurou-se dali por diante a clara

1 Raimundo de Aguilers, XX, pp. 293-300; *Gesta Francorum*, X, 38, pp. 202-4. Esses dois relatos de testemunhas oculares concordam entre si. Fulcher de Chartres, I, xxvii, 5-13, pp. 295-301. Fulcher e Raimundo concordam em situar a entrada na cidade ao meio-dia. A *Gesta* diz que ela ocorreu na hora da morte de Cristo. Alberto de Aix (VI, 19-28, pp. 477-83) faz um relato longo mas menos confiável.
2 Raimundo de Aguilers, XX, p. 300; *Gesta Francorum*, X, 38, pp. 204-6; carta de Dagoberto em Hagenmeyer, *op. cit.*, p. 171; Abu'l Feda, *op. cit.*, p. 4, e Ibn al-Athir, *op. cit.*, pp. 198-9, descrevem o massacre. Este último dá a Raimundo o crédito de ter mantido sua palavra. Ver também Ibn al-Qalānisī, *Damascus Chronicle*, p. 48.
3 Ibn al-Qalānisī, *loc. cit.*

determinação de que os ocidentais tinham de ser expulsos. Foi essa prova sanguinária de fanatismo cristão que reacendeu a intolerância islâmica. Todas as vezes, mais tarde, em que latinos mais sábios no Oriente procuraram encontrar bases sobre as quais cristãos e muçulmanos pudessem trabalhar juntos, a lembrança do massacre interpôs-se sempre em seu caminho.

Quando não havia mais muçulmanos a assassinar, os príncipes da Cruzada seguiram solenemente até o desolado bairro cristão, deserto desde que Iftikhar exilara seus moradores, para dar graças a Deus na Igreja do Santo Sepulcro. Então, em 17 de julho, reuniram-se para designar um governante para a cidade conquistada.[1]

O governante que teria sido mais bem-vindo estava morto. Todo o exército lamentou que o Bispo Ademar de Le Puy não tivesse vivido para ver o triunfo da causa a que servira. Mas não se acreditava que ele realmente não o tivesse presenciado. Inúmeros soldados declararam que, lutando na linha de frente do ataque, havia um guerreiro em quem haviam reconhecido os traços do bispo.[2] Outros ainda que se teriam regozijado com a vitória não sobreviveram para saber dela. Simão, Patriarca de Jerusalém, morrera alguns dias antes em seu exílio em Chipre.[3] Na distante Itália, o fundador da Cruzada caíra doente. Em 29 de julho de 1099, quinze dias após a entrada dos soldados na Cidade Santa (mas antes que qualquer notícia pudesse alcançá-lo), o Papa Urbano II morreu em Roma.[4]

1 Raimundo de Aguilers, XX, p. 300; *Gesta Francorum*, X, 38, p. 206; Fulcher de Chartres, I, xxix, 1-4, pp. 304-6.
2 Raimundo de Aguilers, *loc. cit.*
3 Alberto de Aix, VI, 39, p. 489.
4 *Vita Urbani II*, *in Liber Pontificalis*, II, p. 293.

Capítulo III

"Advocatus Sancti Sepulchri"

"Nesse tempo não havia rei em Israel." JUÍZES 18, 1

Cumprira-se a meta. Jerusalém fora restituída à cristandade. Como, porém, seria preservada? Como seria seu governo? A pergunta que já devia ter sido ponderada por todos os cruzados em particular não podia mais ser protelada. Ao que parece, a opinião pública, lembrando-se de que a Cruzada fora planejada pela Igreja para a glória de Cristo, entendia que a Igreja, pois, devia ter a autoridade final. Caso Ademar de Le Puy estivesse vivo, não havia dúvida de que teria cabido a ele planejar a constituição e designar as principais autoridades. Amado e respeitado, ele além de tudo conhecia os desejos do Papa Urbano. O mais provável é que vislumbrasse um estado eclesiástico sob o comando do Patriarca Simão, com ele mesmo, como legado papal, servindo-lhe de conselheiro, e Raimundo de Toulouse como protetor leigo e comandante de seus exércitos. No entanto, não podemos pretender conhecer suas intenções, pois que se perderam com ele. Na verdade, o Papa Urbano havia indicado um legado para sucedê-lo, embora a Cruzada ainda não o soubesse: Dagoberto de Pisa.[1] Este, porém, revelou uma ambição pessoal tão desmesurada e era, ao mesmo tempo, tão fácil de influenciar, que não pode ser considerado um intérprete da política papal. A Cruzada não tinha mais nenhum líder cuja autoridade seria obedecida sem questionar.

Em 17 de julho, os líderes reuniram-se para resolver problemas administrativos imediatos. As ruas e casas tinham de ser limpas dos cadáveres, cuja eliminação tinha de ser providenciada. Soldados e peregrinos tinham de ser distribuídos pelas diferentes áreas da cidade. Era preciso preparar-se para fazer frente ao iminente contra-ataque egípcio. Também se discutiu se Tancredo teria permissão para ficar com todos os tesouros, inclusive oito imensas lanternas de prata, por ele tirados da Cúpula da Rocha.[2] Então, levan-

1 Dagoberto chegou a Latáquia antes de setembro de 1099. Devia, portanto, ter deixado a Itália muito antes da captura de Jerusalém. Ver adiante, pp. 267-8.
2 Raimundo de Aguilers, XX, pp. 300-1; *Gesta Francorum*, X, 39, p. 206; Fulcher de Chartres, I, xxviii, 1-2, pp. 301-3.

tou-se a questão da eleição de um rei. O clero protestou de imediato. As necessidades espirituais primeiro — antes de se eleger um rei, era preciso indicar um patriarca, para presidir a eleição. Guilherme de Tiro, escrevendo quase um século mais tarde, quando a monarquia gozava de plena aceitação, considerou tal atitude — embora fosse arcebispo — uma escandalosa tentativa da Igreja de ir além de seus próprios direitos. A única queixa na época, porém, foi em relação ao fato de seus postulantes serem clérigos indignos. Era preciso um patriarca. Se Simão ainda estivesse vivo, seus direitos teriam sido respeitados. Ademar o aprovava, e os cruzados recordavam com gratidão os bens que ele lhes enviara em Antióquia. Nenhum outro eclesiástico grego ou sírio, porém, seria aceitável. Na verdade, não havia nenhum lá para reivindicar alguma coisa, já que todo o alto clero ortodoxo de Jerusalém acompanhara o patriarca no exílio. Era preciso elevar um latino à sé — mas, entre os religiosos ocidentais, não havia nenhum que se destacasse. Após a morte de Ademar, Guilherme de Orange fora o bispo mais respeitado, mas perdera a vida em Maarat an-Numan. Agora, o mais ativo eclesiástico era o normando italiano Arnulfo, Bispo de Marturana. Sua proposta foi que seu amigo Arnulfo Malercone de Rohes, capelão de Roberto da Normandia, fosse nomeado Patriarca de Jerusalém e ele próprio recebesse o arcebispado de Belém. Arnulfo de Rohes não era totalmente desconhecido. Fora tutor da filha de Guilherme, o Conquistador — a freira Cecília, a qual induzira seu irmão Roberto a levá-lo consigo e a prometer-lhe um bispado. Era um excelente pregador e homem de letras, mas consideravam-no muito mundano e era lembrado como o inimigo de Pedro Bartolomeu. Ademais, a operação toda parecia um complô normando. O clero francês do sul — sem dúvida com o apoio de Raimundo de Toulouse — não pretendia cooperar, e a proposta de se eleger o patriarca antes do rei foi abandonada. O episódio não teve toda a importância que lhe atribuiu Guilherme de Tiro. Como demonstraram os acontecimentos posteriores, a opinião pública continuou dando sustentação à Igreja contra o poder secular.[1]

Os dias subseqüentes foram dedicados às intrigas com relação à indicação ao trono. Dos grandes príncipes que haviam partido de Constantinopla, restavam apenas quatro com a Cruzada: Raimundo de Toulouse, Godofredo da Lorena, Roberto de Flandres e Roberto da Normandia. Eustáquio de Bolonha sempre desempenhara um papel obscuro por trás do irmão Godofredo; Tancredo, apesar de todas as suas façanhas, contava com poucos seguidores e era considerado pouco mais que o parente pobre de Boemundo. Desses, Raimundo era o candidato mais formidável. Sua idade, sua riqueza, sua experiência e sua longa associação com Ademar eram ativos que nenhum outro possuía. Todavia, era impopular junto aos colegas. Já tinha demonstrado, com excessiva freqüência e arrogância, que se considerava o líder secular da Cruzada. Sua política de amizade com o imperador não era bem vista nem por muitos de seu próprio séquito. Seus poucos meses como comandante inconteste não tinham sido bem-sucedidos; o fiasco em Arqa e a refutação da Santa Lança abalaram seu prestígio; e, conquanto ninguém questionasse sua coragem e energia pessoais, como soldado ele não conquistara nenhuma grande vitória. Como rei, seria despótico e autocrático, mas não inspiraria confiança nem em seu comando militar nem em sua política. Dos demais, Roberto de Flandres era o mais hábil; sabia-se, contudo, que seu desejo era retornar para casa, assim que visse Jerusalém em segurança. Roberto da Normandia era bastante apreciado e gozava de prestígio, como líder da raça normanda. Nada tinha de prodigioso, entretanto, como caráter; de mais a mais, também mostrava-se propenso a retornar para a Europa. Restava Godofredo. Como Duque da Baixa Lorena, no passado ocupara uma posição mais elevada que a de todos os demais colegas. Não fora muito eficiente como duque, e seu comportamento em Constantinopla mostrara que ele possuía a suspeita obstinação dos homens fracos e pouco inteligentes. Seus malogros como estadista e administrador, porém, eram desconhecidos dos cruzados, que o viam como um homem galante e piedoso, além de devotado servo de sua causa. Dizia-se que, quando os eleitores investigaram as vidas privadas de cada líder, o círculo de Godofredo nada teve a depor contra ele, exceto por um excessivo zelo em relação a exercícios pios.[1]

Não se sabe quem foram os eleitores. Provavelmente o grupo foi composto pelo clero mais alto e por cavaleiros que eram lugar-tenentes dos príncipes cruzados. A coroa foi oferecida, primeiro, a Raimundo, mas ele a recusou. Sua negativa surpreende os historiadores, por ser tão óbvia sua ambição de liderar a Cruzada. Contudo, ele percebeu que não só a oferta não contava com o apoio sincero da maioria dos cruzados como seus colegas jamais se submeteriam à sua autoridade. Até seus próprios soldados, que ansiavam por voltar para a Europa, declararam ser contra ele aceitar. Assim, o conde anunciou que não desejava ser rei da cidade santa de Cristo, esperando que, assim, fosse impossível que algum outro assumisse o cargo. Os eleitores, então, voltaram-se com alívio para Godofredo, sabidamente favorecido por

1 Raimundo de Aguilers, XX-XXI, pp. 301-2; Guilherme de Tiro, IX, I, vol. I, pt. I, pp. 364-6. Fulcher de Chartres (I, XXX, 2, p. 308) diz que não se elegeu patriarca algum enquanto não chegou orientação do Papa. Sobre o início da carreira de Arnulfo, ver David, *Robert Curthose*, pp. 217-20. David chama-o de Arnulfo de Choques, considerando o nome "de Rohes" incorreto.

1 Guilherme de Tiro, IX, I, vol. I, pt. I, pp. 365-6.

Roberto de Flandres e Roberto da Normandia. O Duque da Baixa Lorena, após algumas mostras de contrariedade, aceitou o poder, mas pediu para ser dispensado do título de rei. Queria ser chamado de Advocatus Sancti Sepulchri, o dedicado defensor do Santo Sepulcro.[1]

Raimundo sentiu-se ludibriado. Godofredo, porém, por certo estava sendo sincero ao declinar a coroa na cidade em que Cristo usara uma coroa de espinhos. Sua maior vantagem era o fato de sua piedade corresponder à piedade do cruzado médio. Nunca abandonou a convicção de que a Igreja de Cristo deveria ser o governante último da Terra Santa. Só após sua morte — e depois que a maior parte dos peregrinos havia partido, deixando para trás uma colônia composta basicamente por aventureiros e práticos homens de negócios — é que foi possível coroar um rei em Jerusalém.[2]

Raimundo recebeu muito mal a vitória de Godofredo. Controlava a Torre de Davi e recusou-se a entregá-la ao novo governante, alegando que pretendia permanecer em Jerusalém para a celebração da Páscoa, e que até lá a Torre seria sua residência. Depois de admoestado por Roberto de Flandres e Roberto da Normandia, ele concordou em deixá-la aos cuidados do Bispo de Albara, até que um conselho geral da Cruzada decidisse o caso. Logo após sua saída, porém, o bispo, sem esperar pela decisão judicial, entregou a Torre para Godofredo. Desculpou-se com Raimundo sob a alegação de que estava indefeso e fora obrigado a ceder, mas Raimundo de Aguilers viu com seus próprios olhos as grandes pilhas de armas que o ímpio prelado levou consigo ao mudar-se para uma casa próxima ao Santo Sepulcro. Talvez ele tenha sido encorajado pelos homens de Raimundo que ansiavam por persuadir seu senhor a voltar para a França. Em sua fúria, o conde a princípio anunciou que retornaria imediatamente para casa. Deixou Jerusalém, mas desceu para o vale do Jordão com todas as suas tropas. Obediente às instruções que lhe tinham sido transmitidas por Pedro Bartolomeu em Antióquia, conduziu seus homens, todos com folhas de palmeira nas mãos, de Jericó até o rio. Na volta, toda a companhia, recitando orações e salmos, banhou-se no rio sagrado e vestiu-se com roupas claras; "embora o porquê de o santo homem ter-nos mandado assim proceder", observou Raimundo de Aguilers, "ainda ignoremos". Não desejando voltar ao cenário de sua humi-

1 Raimundo de Aguilers, XX, p. 301, relata a recusa da coroa por Raimundo; *Gesta Francorum*, X, 39, pp. 206-8, diz que Godofredo foi eleito "princeps civitatis", a fim de dar combate aos sarracenos; Fulcher de Chartres, I, XXX, I, emprega o título de "princeps"; Alberto de Aix, VI, 33, pp. 485-6, também se refere à recusa de Raimundo; Guilherme de Tiro, IX, 2, vol. I, pt. I, pp. 366-7. Sobre o título de Godofredo, ver Moeller, "Godefroid de Bouillon et l'Avouerie du Saint-Sépulcre", *passim*.

2 Ver Chalandon, *Histoire de la première Croisade*, pp. 290-2.

lhação, em Jerusalém, Raimundo então montou seu acampamento em Jericó.[1]

O fato de Raimundo não ter conseguido assegurar a coroa enfraqueceu seus seguidores. Quando o clero reuniu-se, em 1º de agosto, para eleger um patriarca, de nada valeu a oposição dos provençais a Arnulfo de Rohes. Seguro com o apoio dos lorenos e normandos da França e da Itália, o Bispo de Marturano conseguiu convencer a maioria da assembléia a nomear Arnulfo. Foi em vão que Raimundo de Aguilers e seus amigos insistiram em que a eleição não era canônica, visto que Arnulfo não era sequer subdiácono, e sua moralidade era tal que os soldados haviam composto rimas a seu respeito. O público geral acolheu bem sua entronização.[2] Em seu posicionamento político, Arnulfo era moderado. Se o clero esperara que ele se impusesse a Godofredo, decepcionou-se. Cônscio, talvez, de não possuir peso suficiente para ser o governante de Jerusalém, o patriarca restringiu suas atividades a questões eclesiásticas. Nessa esfera, seu objetivo era latinizar sua sé. Com a aprovação de Godofredo, Arnulfo instalou vinte cônegos para realizarem serviços diários no Santo Sepulcro e providenciou sinos para a igreja, a fim de chamar as pessoas para a oração — os muçulmanos nunca haviam permitido que os cristãos os usassem. Em seguida, baniu os sacerdotes dos ritos orientais que tivessem realizado serviços na igreja. Na época, como ainda hoje, havia altares pertencentes a todas as seitas da cristandade oriental, não só dos ortodoxos gregos e georgianos mas também dos armênios, jacobitas e coptas. A população cristã local retornara ansiosamente à cidade após a conquista latina, mas agora começava a lamentar a mudança de senhores. Por ocasião de sua expulsão de Jerusalém por Iftikhar, alguns padres ortodoxos haviam levado consigo a mais sagrada das relíquias da Igreja de Jerusalém, a maior parte da Cruz verdadeira. Agora, recusavam-se a entregá-la a um pontífice que ignorava seus direitos. Só mediante tortura Arnulfo forçou seus guardiões a revelar onde a tinham escondido. Embora seu ressentimento recrudescesse, porém, os cristãos ortodoxos nativos não tinham outra escolha além de aceitar a hierarquia latina. Seu próprio alto clero estava disperso, e nunca lhes ocorreu nomear seus próprios bispos e patriarca em oposição aos latinos. Ainda não havia cisma entre as ortodoxias do Ocidente e do Oriente, conquanto Arnulfo já houvesse dado os primeiros passos rumo à sua inevitabilidade. As igrejas heréticas, que usufruíram de tolerância sob o

1 Raimundo de Aguilers, XX, pp. 301-2; Guilherme de Tiro, IX, 3, vol. I, pt. I, pp. 367-8.

2 Raimundo de Aguilers, XXI, p. 30; *Gesta Francorum*, X, 39, p. 208, chamando Arnulfo de "sapientissimum et honorabilem virum"; Guilherme de Tiro, IX, 4, vol. I, pt. I, p. 369.

domínio muçulmano, descobriram que a conquista latina marcou para elas o início de um período de eclipse.[1]

As relações de Godofredo com os colegas que até então haviam-no apoiado deterioraram-se após sua acessão. Por algum motivo, ele logo ofendeu Roberto da Normandia, e Roberto de Flandres tornou-se cada vez mais frio em relação ao duque loreno. Nesse meio tempo, Tancredo partira para Nablus, cujos habitantes tinham enviado uma mensagem a Jerusalém, entregando-se nas mãos dos cruzados. Possivelmente para impedir sua prática habitual de guardar todo o butim para si, o irmão de Godofredo, Eustáquio de Bolonha, o acompanhou. Foram bem recebidos, mas ao que parece não houve despojo.[2]

Logo após sua partida, chegou uma embaixada egípcia a Jerusalém, reprovando os francos por sua má-fé e ordenando-lhes que deixassem a Palestina. Foi seguida da notícia de que o exército egípcio, sob o comando do Vizir al-Afdal em pessoa, penetrara na Palestina e estava a caminho de Ascalão. Assim, Godofredo enviou uma mensagem a Tancredo e Eustáquio, determinando-lhes que descessem até a planície do litoral e lhe relatassem a movimentação inimiga. Eles correram para Cesaréia, de onde viraram para o sul, rumo a Ramleh. No caminho, capturaram vários sentinelas avançados egípcios, deles extraindo informações sobre o número e a disposição das tropas do vizir. Sabendo que al-Afdal aguardava a chegada de sua frota, que lhe traria suprimentos adicionais, e que não esperava um ataque franco, Tancredo e Eustáquio instaram Godofredo a pegá-lo de surpresa. Este imediatamente reuniu seu exército e apelou para que seus colegas se juntassem a ele. Roberto de Flandres respondeu ao chamado, mas Roberto da Normandia e Raimundo, que ainda se encontrava no vale do Jordão, retrucaram que esperariam pela confirmação da notícia. Só depois de enviar seus próprios batedores para descobrir o que estava acontecendo é que concordaram em tomar providências.[3]

Em 9 de agosto, Godofredo partiu de Jerusalém com Roberto de Flandres e todos os seus homens. O Patriarca Arnulfo acompanhou-os. Ao chegarem a Ramleh e encontrarem-se com Tancredo e Eustáquio, o Bispo de Marturano foi enviado às pressas de volta à cidade, a fim de expor todo o perigo da situação e convocar todos os homens capazes de lutar a pegar em armas. Roberto da Normandia e Raimundo, àquela altura, já estavam convencidos, e deixaram Jerusalém no dia 10. Manteve-se apenas uma pequena guarnição

1 Raimundo de Aguilers, *loc. cit.*; Fulcher de Chartres, I, XXX, 4, pp. 309-10; Guilherme de Tiro, *loc. cit.*
2 *Gesta Francorum*, X, 39, pp. 208-10.
3 *Ibid.*, pp. 209-10.

na cidade, onde Pedro, o Eremita, foi instruído a realizar serviços e procissões de intercessão, nos quais tanto gregos quanto latinos deveriam rezar pela vitória da cristandade. No dia 11 bem cedo toda a hoste cruzada reuniu-se em Ibelin, alguns quilômetros depois de Ramleh. Avançaram de imediato sobre a planície de Ashdod, onde, ao anoitecer, encontraram e arrebanharam os animais que os egípcios haviam trazido para alimentar suas tropas. Após um breve descanso à noite, emergiram na verde e fértil planície de al-Majdal, ao norte de Ascalão, onde o exército do vizir estava acampado. Assumiram sua formação de combate sob a pálida luz da aurora, com Raimundo à direita, junto ao mar, os dois Robertos e Tancredo ao centro e Godofredo à esquerda. Assim que terminaram de organizar suas fileiras, arremeteram contra as forças egípcias. Al-Afdal foi pego totalmente desprevenido. Seu sistema de sentinelas falhara, e ele não esperava que os francos estivessem tão perto. Seus homens não ofereceram praticamente resistência alguma. Em poucos minutos debandaram em pânico. Uma grande companhia refugiou-se em um bosque de figueiras ao qual os cruzados atearam fogo, matando-os. Em seu flanco esquerdo, Raimundo levou muitos a se precipitarem no mar. No centro, Roberto da Normandia e Tancredo penetraram no âmago do acampamento, onde a guarda pessoal de Roberto capturou o estandarte do vizir e muitos de seus pertences pessoais. O próprio vizir, com um pequeno grupo de oficiais, conseguiu fugir para Ascalão, de onde tomou um navio para retornar ao Egito. Em algumas horas, a vitória arrasadora garantiu a posse de Jerusalém pelos cruzados.[1]

O butim dos vencedores foi enorme. Roberto da Normandia comprou o estandarte do vizir, por vinte marcos de prata, do normando que o capturara, e com ele presenteou o Patriarca Arnulfo. A espada do vizir foi vendida a outro príncipe por sessenta besantes. Encontraram-se barras de ouro e prata e pedras preciosas em grande quantidade na bagagem egípcia, e muitos armamentos e animais caíram nas mãos dos cruzados. No sábado, 13 de agosto, retornaram a Jerusalém em uma procissão triunfal, carregada com a pilhagem. Tudo o que não puderam levar consigo foi queimado.[2]

O alcance da vitória foi plenamente compreendido. Entretanto, embora ela tivesse assegurado que os egípcios não recuperariam os territórios que haviam perdido, não significava que toda a Palestina seria automaticamente ocupada pelos francos. A marinha egípcia ainda comandava a costa e oferecia

1 *Ibid.*, pp. 210-16; Raimundo de Aguilers, XXI, pp. 302-4; Fulcher de Chartres, I, xxxi, 1-11, pp. 311-18; Alberto de Aix, VI, 44-50, pp. 493-7; Ibn al-Athir, *op. cit.*, p. 202.
2 *Gesta Francorum*, X, 39, pp. 216-18; Raimundo de Aguilers, XXI, pp. 304-5; Alberto de Aix, VI, 47, p. 495; Fulcher de Chartres, I, xxxi, 10, pp. 316-17. Tanto Raimundo quanto a *Gesta* encerram suas narrativas com a batalha de Ascalão.

proteção aos portos marítimos. Godofredo esperava acompanhar a batalha com a captura de Ascalão, cujos defensores sabiam que não tinham condições de resistir às forças unidas da Cruzada. Todavia, o massacre em Jerusalém não fora esquecido. Os muçulmanos da cidade não desejavam sina semelhante. Sabiam que os únicos sobreviventes de Jerusalém haviam sido aqueles que se renderam a Raimundo de Toulouse, cuja reputação de fidalguia, por isso, estava em alta. Assim, enviaram uma mensagem ao acampamento cruzado, comunicando que só a ele se entregariam. Godofredo, profundamente desconfiado de Raimundo desde o episódio da Torre de Davi, recusou-se a reconhecer quaisquer termos de rendição que não entregassem a cidade a ele próprio. Raimundo, furioso e humilhado, partiu imediatamente para o norte com seus homens, e Roberto da Normandia e Roberto de Flandres ficaram tão chocados com a mesquinhez de Godofredo que também o desertaram. Sem sua ajuda, Godofredo não podia arriscar-se a atacar a cidade, que assim ficou perdida para os francos por mais de meio século.[1]

A pequena cidade de Arsuf foi a próxima a oferecer sua rendição a Raimundo. De novo, porém, Godofredo recusou-se a honrar qualquer acordo desse tipo, e mais uma vez Raimundo afastou-se irritado. Segundo os amigos do loreno, Raimundo chegou a encorajar a guarnição de Arsuf a resistir ao seu rival, cuja fraqueza ele enfatizou minuciosamente para os defensores da cidade.[2]

No fim de agosto, Raimundo e os dois Robertos haviam decidido deixar a Palestina. Tanto o Duque da Normandia quanto o Conde de Flandres agora ansiavam por voltar para casa. Haviam realizado seu dever cristão e podiam considerar seus votos cumpridos. Apesar das contendas recentes, Godofredo sentiu seu coração apertado ao vê-los partir. Em seu encontro de despedida, ele lhes suplicou que, chegando à Europa, se empenhassem ao máximo por recrutar soldados para irem lutar pela Cruz no Oriente, lembrando-os de como era precária a posição dos que permaneciam na Terra Santa. No início de setembro, iniciaram sua jornada costa acima, rumo ao norte.[3] Raimundo acompanhou-os. Em seu caso, porém, a partida não era tão definitiva, pois ele jurara permanecer no Oriente. Jerusalém fora perdida; não havia motivo, porém, para não seguir os exemplos de Boemundo e Balduíno, encontrando seu próprio principado. A região com maiores perspectivas a lhe oferecer era a Síria Central, situada a uma distância segura

1 Radulfo de Caen, CXXXVIII, p. 703; Alberto de Aix, VI, 51, pp. 497-8.
2 Alberto de Aix, *loc. cit.*
3 Alberto de Aix, VI, 53, p. 499; Fulcher de Chartres, I, xxxii, I, pp. 318-20; Orderic Vitalis, X, 11, vol. IV, p. 69.

tanto de turcos quanto de egípcios e quase toda em poder dos pacíficos Banū 'Ammār. Ademais, podia esperar contar com o apoio de Bizâncio em sua empreitada.[1]

Com Raimundo e os Robertos marchou a maioria de seus homens. Uns poucos de cada exército ficaram para trás, no intuito de se estabelecerem na Palestina. Em compensação, porém, vários dos homens de Godofredo, inclusive Balduíno de Le Bourg, voltaram para o norte sob a bandeira do Conde de Flandres. Tancredo permaneceu, com seu pequeno séquito, na Palestina.[2]

A viagem para o norte transcorreu sem maiores dificuldades. Os governadores muçulmanos das cidades litorâneas esmeraram-se em abastecer o exército à medida que avançava. Em meados de setembro, alcançaram Tortosa, ainda controlada por uma guarnição de Raimundo, seguindo de lá para Jabala — onde chegou ao conhecimento dos cruzados uma novidade que os deixou muito abalados e inquietos.[3]

Pouco antes de morrer, o Papa Urbano nomeara um legado para ocupar o lugar de Ademar na Palestina. Sua escolha recaiu sobre Dagoberto, Arcebispo de Pisa. Urbano conhecia bem seus compatriotas franceses, mas com os italianos cometeu erros. Dagoberto fora enérgico em seu arcebispado, e agora seu interesse na guerra santa era notório. Assim, em 1098 o papa enviou-o como seu legado à corte do Rei Afonso VI de Castela, onde Dagoberto demonstrou grande zelo e competência em seus esforços por organizar a Igreja nas terras conquistadas aos mouros. No entanto, corriam boatos de que sua administração não fora livre de corrupção, e principalmente de que ele guardara para si uma grande parte do tesouro enviado pelo Rei Afonso para o papa. Apesar de sua vitalidade, estava claro que era um homem fútil, ambicioso e desonesto. Ao designá-lo seu legado no Oriente, Urbano em muito contribuiu para desfazer sua própria política.[4]

Dagoberto deixou a Itália antes do fim de 1098. Estava acompanhado por um frota de Pisa, equipada pela municipalidade local. Sem dúvida, por sua influência sobre os pisanos, ele esperava usá-los para estabelecer sua própria posição, ao passo que eles, por sua vez, percebiam a utilidade que

1 Alberto de Aix, *loc. cit.* Não se sabe ao certo quando Raimundo decidiu-se por um principado na Síria Central.
2 *Ibid.*, VI, 54, pp. 499-50.
3 *Ibid.*, *loc. cit.*
4 Um relato hostil da vida pregressa de Dagoberto é apresentado por Alberto de Aix, VII, 7, pp. 51-2. Ver também *Annales Pisani* (ed. Tronci), vol. I, pp. 178 ss. É possível que ele tenha partido antes de Urbano ser informado da morte de Ademar, sendo nomeado legado durante a viagem ou assumindo a autoridade como mais alto eclesiástico no Oriente.

seu apoio poderia ter para conseguirem concessões. Era uma companhia desregrada. A caminho do Oriente, dedicaram-se a lucrativos assaltos nas ilhas de Eptanisa, Corfu, Leucas, Cefalônia e Zante. A notícia de suas atrocidades logo chegou a Constantinopla, e o imperador enviou contra eles uma esquadra comandada por Tatício, que voltara não fazia muitos meses de Antióquia, e o marinheiro Landulfo, italiano de nascimento. Os bizantinos tentaram interceptar os pisanos primeiro ao passarem por Samos, mas chegaram tarde demais, e falharam também ao tentar pegá-los em Cos. Por fim, as frotas avistaram-se perto de Rodes. Os bizantinos tentaram forçar um embate e capturaram um navio pisano, com um parente de Boemundo a bordo, mas caiu uma tempestade súbita que permitiu que os pisanos escapassem. Em seguida, estes ensaiaram um desembarque na costa cipriota, mas foram rechaçados com algumas perdas pelo governador bizantino, Filocales. Então, dirigiram-se para a costa síria, enquanto a frota bizantina detinha-se em Chipre.[1]

Desde a partida de seus colegas para Jerusalém, Boemundo empenhara-se em consolidar sua posição em Antióquia. No momento, tinha pouco a temer dos turcos. Sua principal preocupação eram os bizantinos. O imperador, sabia ele, nunca o perdoaria; e, como a melhor frota em águas orientais e o porto de Latáquia, bem ao sul de seu território, estavam nas mãos de Aleixo, ele não tinha como sentir-se seguro. Por volta do fim de agosto, Boemundo decidiu resolver a situação e marchou sobre Latáquia. Sem poderio naval, porém, ele nada podia fazer. As fortificações eram sólidas, e a guarnição podia ser abastecida e reforçada a partir de Chipre. A chegada à costa de uma frota pisana sem razão para apreciar os bizantinos foi, portanto, muito conveniente — e ele correu a entrar em acordo com Dagoberto e os capitães pisanos, que lhe prometeram toda a assistência possível.[2]

O imperador ordenara que seu almirante punisse os atos de pirataria perpetrados pelos latinos, mas preferia evitar uma ruptura explícita. Tatício não estava certo quanto a como lidar com esse novo desdobramento. Após consultar o governador de Chipre, pediu que o general bizantino Butumites, que se encontrava na ilha — provavelmente para poder atuar como embaixador-geral no Oriente —, fosse a Antióquia e entrevistasse Boemundo. Este, porém, mostrou-se intransigente, e a missão nada obteve. Butumites retornou a Chipre e fez-se à vela, com Tatício e a frota principal, para Constantinopla, a fim de relatar a situação e receber novas instruções. Em Sice, na costa oeste ciliciense, muitos dos navios bizantinos naufragaram em uma

1 Ana Comnena, XI, X, 1-6, vol. III, pp. 41-4.
2 Alberto de Aix, VI, 45, pp. 500-1.

tempestade medonha. A esquadra do próprio almirante, porém, conseguiu seguir viagem. Os navios pisanos, então, posicionaram-se de modo a bloquear Latáquia do mar.[1]

Foi nessa altura que Raimundo e os dois Robertos chegaram a Jabala. Que Raimundo ficasse horrorizado com o que acontecia em Latáquia era natural. O conde desaprovava tudo o que Boemundo fazia. Ademais, sua política era de aliança com Bizâncio. Todavia, seus colegas ficaram igualmente contrariados. Por mais que deplorassem determinadas atitudes do imperador, reconheciam a necessidade de algum grau de colaboração entre os cristãos orientais e ocidentais — além de enfrentarem o problema de transladar suas tropas de volta para a Europa, uma tarefa impossível sem a colaboração bizantina. Era também particularmente inconveniente que o novo representante do papa no Oriente começasse sua legacia com um ato ofensivo para a maioria dos cristãos orientais. Dagoberto foi convocado ao acampamento em Jabala. Diante das irritadas admoestações dos líderes cruzados, percebeu seu erro e retirou a frota pisana. Sem sua ajuda e com seus companheiros zangados consigo, Boemundo foi forçado a abandonar o cerco. Raimundo, então, entrou em Latáquia, acompanhado dos dois Robertos e com pleno consentimento da população, e hasteou seu estandarte no topo da cidadela, lado a lado com o do imperador. O governador de Chipre, cientificado desses acontecimentos, anunciou sua aprovação e dispôs-se a transportar gratuitamente Roberto de Flandres e Roberto da Normandia para Constantinopla, na primeira etapa de sua viagem para casa. A oferta foi aceita com gratidão. Os dois Robertos navegaram em segurança para Constantinopla, onde foram bem recebidos pelo imperador. Recusaram sua proposta de permanecerem no Oriente a seu serviço e, após uma breve estada, seguiram viagem para o Ocidente. Não sabemos quantos de seus homens embarcaram com eles. Alguns podem ter comprado passagens em navios genoveses direto para a Itália. Raimundo ficou em Latáquia.[2]

Nesse ínterim, Dagoberto voltara a se encontrar com Boemundo em Antióquia. Este, que sabia muito bem como manipular o legado, logo recuperou sua ascendência sobre ele. Como Dagoberto ansiava por chegar a Jerusalém, Boemundo decidiu acompanhá-lo. Assim como os demais cruzados, o normando jurara rezar no Santo Sepulcro, e o descumprimento de seu voto estava abalando seu prestígio. A oportunidade de empreender a peregrinação com o legado do papa e assim assegurar sua aliança era boa demais para ser desperdi-

1 Ana Comnena, XI, X, 7-8, vol. III, p. 45; Alberto de Aix, *loc. cit.*
2 Alberto de Aix, VI, 56-60, pp. 501-5; Orderic Vitalis, vol. IV, pp. 70-2; Guiberto de Nogent, p. 232.

çada. Havia, ainda, o futuro de Jerusalém a considerar. Godofredo não tinha herdeiros naturais e sua saúde era frágil. Dagoberto poderia perfeitamente controlar a sucessão — e, de qualquer modo, seria prudente fazer um reconhecimento pessoal da situação por lá. A partida de ambos foi anunciada para o fim do outono, a fim de chegarem à Cidade Santa a tempo do Natal.[1]

Ao saber da notícia, Balduíno mandou avisar, de Edessa, que participaria da peregrinação. Também precisava cumprir sua promessa; além disso, sentia que podia deixar Edessa durante algum tempo, e era obviamente de interesse geral que o grupo fosse o mais forte possível. Contudo, ele também estava interessado na sucessão. Como irmão de Godofredo, era o seguinte na linha sucessória no Oriente — visto que Eustáquio de Bolonha provavelmente deixara a Palestina junto com Roberto de Flandres — e era tão ambicioso quanto Boemundo. Este, mais tarde, deve ter lamentado sua companhia. Com Boemundo e Balduíno foram todos os seus homens que podiam ser dispensados da defesa de seus territórios, bem como um grande número de mulheres. Segundo Fulcher de Chartres, montavam a 25 mil.[2]

Os peregrinos partiram no início de novembro. Boemundo e Dagoberto seguiram a estrada litorânea, com a frota pisana protegendo-lhes o flanco. Ao passarem por Latáquia, Raimundo recusou-se a ajudá-los com suprimentos. Em Bulunyas, pouco mais para o sul, fizeram uma pausa para que Balduíno os alcançasse; ele só chegara a Antióquia após a partida de Boemundo, mas fora mais bem recebido por Raimundo em Latáquia. Os habitantes de Bulunyas, cristãos gregos que aparentemente reconheciam a autoridade imperial, não viram com bons olhos a presença dos peregrinos, e ao que parece foram muito pouco prestativos com relação a provisões. Ao seguirem viagem, os peregrinos logo começaram a passar fome. Tortosa, por onde passaram no fim do mês, voltara a cair em poder dos muçulmanos, e a guarnição atacou e massacrou os extraviados na retaguarda da expedição. Ali não se obteve alimento algum, e tampouco em Trípoli, onde o pão era vendido a preços extorsivos, que só os ricos podiam pagar. Extraiu-se um pouco de alimento das plantações de cana-de-açúcar nas cercanias da cidade, mas, embora a planta interessasse os peregrinos como novidade, era insuficiente para suas necessidades. Dezembro foi inesperadamente frio, e a chuva caía sem cessar. A mortalidade era alta entre os mais idosos e os de compleição mais delicada, e a maioria dos animais de carga pereceu. Não obstante, prosseguiram a duras penas, não permanecendo em lugar algum por mais tempo

1 Fulcher de Chartres, I, xxxiii, 1-6, pp. 322-6; Alberto de Aix, VII, 6, p. 511.
2 Fulcher de Chartres (*loc. cit.*) diz que Boemundo convidou Balduíno a acompanhá-lo, porque em maior número teriam mais segurança. Fulcher fornece o número de peregrinos, sem dúvida exagerado (*ibid.*, 8, p. 328).

do que o essencial. Em meados do mês, chegaram a Cesaréia, onde conseguiram comprar comida, e, em 21 de dezembro, alcançaram Jerusalém.[1]

Godofredo ficou feliz com sua chegada. Sua necessidade de efetivo era premente, e ele esperava convencer muitos dos peregrinos a permanecer na Palestina e ocupar as propriedades que ele agora podia lhes oferecer. Nisso logrou certo êxito; quando Boemundo e Balduíno retornaram para o norte, vários cavaleiros e seus homens ficaram para trás com ele. A derrota dos egípcios em Ascalão implicara que, conquanto as cidades litorâneas — com exceção de Jafa — permanecessem nas mãos de governantes fatímidas, sob a proteção da frota egípcia, estes haviam perdido o domínio sobre as regiões montanhosas da Judéia e da Samaria. As aldeias da área eram basicamente ocupadas por cristãos, uma população passiva de pequenos agricultores, proibidos por gerações de portar armas e explorados por seus senhores muçulmanos sempre que o governo central se enfraquecia. Num primeiro momento, saudaram a mudança de amos; no fim do verão, a autoridade de Godofredo estendia-se da planície de Jezrel, ao norte, até além de Hebron, penetrando em Negueb, no sul. No sul da Judéia, porém, seu controle era menos absoluto, uma vez que os nativos eram em sua maioria muçulmanos e havia uma infiltração contínua de beduínos do deserto. Hebron, chamada pelos cruzados de S. Abraão, era solidamente fortificada, a fim de controlar o distrito.[2]

Nesse meio tempo, Tancredo, com uma pequena companhia de 24 cavaleiros e seus homens, penetrara na Galiléia. A região fora recentemente objeto de disputas entre os fatímidas e Duqaq de Damasco — o qual, porém, não tivera tempo de ocupar a província desde a derrota fatímida em Ascalão. Nessa situação, a população islâmica local não opôs qualquer resistência a Tancredo. Com seu pequeno exército aproximando-se de Tiberíades, sua capital, fugiram todos para território damasquino. Os cristãos, até então uma minoria na cidade, acolheram-nos agradecidos. Os judeus, que possuíam ali uma colônia numerosa, estavam mais taciturnos, lembrando-se do destino de seus irmãos de Jerusalém. Tancredo reforçou a cidade, de onde seguiu para Nazaré e para o Monte Tabor, arrematando sua conquista com a captura e fortalecimento de Beisan (Citópolis), que comanda o desfiladeiro que liga a planície de Jezrel ao Jordão. Os muçulmanos da Galiléia fugiram apressados da província, ao que Tancredo promoveu uma brilhante sucessão de assaltos fulminantes, à moda dos árabes, nas terras muçulmanas

1 Fulcher de Chartres, *ibid.*, 7-18, pp. 326-32.
2 Segundo Guilherme de Tiro, Godofredo dispunha de apenas trezentos cavaleiros e dois mil homens de infantaria (IX, 19, vol. I, pt. I, p. 393).

das redondezas — os quais não só renderam um butim copioso a ele e seus seguidores como confirmaram-no no controle da região. Assim, a ampliação do estado cristão converteu-o em um sólido bloco de território, isolando por completo as cidades fatímidas do litoral do interior da Transjordânia e do Hauran. Com os egípcios ainda despreparados para empreenderem sua vingança por Ascalão e com Duqaq de Damasco demasiado envolvido em contendas familiares para arriscar-se a uma guerra agressiva, Godofredo não tinha perigo imediato a encarar — o que era muito conveniente, visto que, com uma força de combate estimada por Guilherme de Tiro, com base nos registros da época, em trezentos cavaleiros e dois mil homens de infantaria, ele não teria podido resistir a um contra-ataque sério. Foi sobretudo a desunião árabe que permitiu o estabelecimento daquele pequeno estado invasor no seio de seu território.[1]

Em sua viagem juntos para o sul, Dagoberto e Boemundo haviam planejado sua política futura. Godofredo precisava de sua ajuda. Necessitava do poderio naval proporcionado pelos navios pisanos, dominados por Dagoberto, e de todos os cavaleiros que Boemundo pudesse lhe oferecer. Os peregrinos passaram o Natal em Belém. Assim que as festividades chegaram ao fim, os recém-chegados mostraram a que tinham vindo. O Patriarca Arnulfo, que tinha muitos inimigos e cujo patrono, o Duque da Normandia, agora se encontrava distante, foi deposto com base na alegação de que sua eleição não fora canônica; com o incentivo de Boemundo, Dagoberto foi eleito Patriarca de Jerusalém em seu lugar. Correram boatos de que alguns presentes ofertados a Boemundo e Godofredo haviam facilitado a transação. Imediatamente após sua entronização, os dois ajoelharam-se diante do novo patriarca e dele receberam a investidura dos territórios de Jerusalém e Antióquia.[2]

A cerimônia foi significativa, e seu sentido, muito claro. A opinião pública entre os peregrinos sempre entendera que a Terra Santa deveria ser patrimônio da Igreja. Arnulfo, porém, não gozava nem de autoridade nem de caráter suficientes para instituir qualquer supremacia sobre os poderes leigos. Dagoberto chegara como legado papal, cujo prestígio era derivado de sua indicação pelo Papa Urbano. Ademais, trouxera o ativo prático de uma esquadra e o vigoroso apoio de Boemundo. O cruzado médio não lhe negaria as pretensões, e Godofredo — que, a despeito de seus acessos de obstinação, não passava de um fraco e sentia-se inseguro — compartilhava esse respeito genuíno pela Igreja. Ele esperava que o reconhecimento de sua suserania assentasse sua própria posição sobre a devida base moral e garantisse seu total apoio no governo leigo da terra. Ainda não conhecia Dagoberto. Os motivos de Boemundo eram mais sutis. O reconhecimento de sua suserania não lhe custava nada, pois o patriarca estaria demasiado longe para interferir nos problemas de Antióquia. Por outro lado, Boemundo ficou satisfeito por ignorar os direitos do patriarca de Antióquia, um grego que o normando suspeitava ser agente de Bizâncio. O fato de basear formalmente sua autoridade no principal eclesiástico latino do Oriente constituiu uma resposta às reivindicações do imperador — bem recebida por todos os latinos, com cujo entusiástico auxílio ele poderia contar, caso Aleixo decidisse atacá-lo. Foi provavelmente nessa ocasião que ele assumiu o título de Príncipe de Antióquia. A designação de príncipe (*princeps*), vinculada a um território, era pouco conhecida no Ocidente — exceto pelo sul da Itália, onde era empregada por certos governantes normandos que haviam conquistado terras lombardas e não admitiam nenhum senhor leigo além da sé de S. Pedro. Assim sendo, era perfeitamente adequada a Boemundo. Ao mesmo tempo, seu sobrinho Tancredo assumiu o título de Príncipe da Galiléia — provavelmente para mostrar que seu suserano era não Godofredo, mas o patriarca. Dagoberto ficou encantado com a homenagem que lhe prestavam.[1] A provável intenção de Urbano II era que a Terra Santa se tornasse patrimônio da Igreja, conquanto não desejasse transgredir as disposições eclesiásticas preexistentes. Sem dúvida teria aprovado a sucessão de latinos em todos os patriarcados orientais, caso o processo ocorresse de maneira lícita e pacífica. É duvidoso, no entanto, se teria concordado com uma ação em que o patriarcado de Jerusalém arrogou-se autoridade sobre o patriarcado mais antigo — e historicamente superior — de Antióquia. Dagoberto exigiu para seu patriarcado um grau de soberania religiosa e secular no Oriente tão alto quanto o que o próprio Papa Gregório VII reclamara para o papado no Ocidente. O momento foi bem escolhido, já que Urbano II estava morto. A notícia da acessão de Pascoal II, elevado ao pontificado em 13 de agosto, deve ter chegado a Jerusalém antes do inverno. Dagoberto provavelmente conhecia Pascoal, que o precedera como legado pontifício na Espanha, e sabia que era um homem de habilidade medíocre e pouca força de caráter. Dificilmente lhe causaria problemas, desde que sua supremacia nominal fosse reconhecida.[2]

Balduíno de Edessa não prestou homenagem ao patriarca. Não se sabe se lhe pediram que o fizesse e ele se recusou, ou se a questão não chegou a

1 Radulfo de Caen, CXXXIX, pp. 703-4; Guilherme de Tiro, IX, 13, vol. I, pt. I, p. 394.
2 Alberto de Aix, VII, 7, pp. 511-12; Guilherme de Tiro, IX, 15, vol. I, pt. I, p. 387.

1 Ver Grousset, *Histoire des Croisades*, vol. I, pp. 194-6, e Moeller, *op. cit.*
2 Sobre Pascoal II, ver o verbete "Pascal II", de Amann, em Vacant e Mangenot, *Dictionnaire de Théologie Catholique*.

ser levantada; ao que parece, porém, suas relações com Dagoberto não eram cordiais.[1]

Uma vez encerrada a cerimônia, Boemundo e Balduíno partiram juntos, no dia de ano-novo de 1100, para seus respectivos territórios. Entretanto, deixaram muitos para trás, que foram brindados por Godofredo com feudos na Palestina. Godofredo e Dagoberto acompanharam os peregrinos a Jericó e ao Jordão, onde passaram o Dia de Reis, a fim de celebrar a Bênção das Águas. Em seguida, Boemundo e Balduíno viraram para o norte, subindo o vale até Beisan e dirigindo-se para Tiberíades, onde resolveram não rumar para casa pela estrada do litoral, mas seguir em frente, passando por Baniyas e pelo vale do Litani e entrando na Coele-Síria. Só foram enfrentar resistência quando já haviam penetrado profundamente na Coele-Síria, perto das ruínas de Balbek. O distrito era leal a Duqaq de Damasco, que planejara interceptá-los ali. A coluna marchava com Boemundo à sua frente e Balduíno na retaguarda quando foi atacada pelas forças damasquinas. Como, porém, Duqaq estava mais preocupado em afugentá-los de seu território que em destruí-los, a investida não foi tão vigorosa, sendo facilmente repelida. Os francos seguiram caminho, descendo para o mar pela Buqaia e dali tomando a estrada costeira que passava por Tortosa e Latáquia até Antióquia. Antes do fim de fevereiro, Balduíno estava de volta a Edessa.[2]

Os reforços ao seu poderio militar permitiram que Godofredo estendesse seu domínio sobre as planícies marítimas da Palestina. Seu território não tinha contato com o mar, exceto pelo corredor que levava a Jafa. Ao longo do outono, ele tentara ampliá-lo, capturando o pequeno porto de Arsuf, a norte de Jafa. Os habitantes da cidade — cuja oferta de render-se a Raimundo de Toulouse fora rejeitada em virtude da interferência de Godofredo — reputaram prudente entrar em acordo com este, a quem enviaram reféns, depois que o conde partiu da Palestina. Em troca, acolheram na cidade, em parte como residente e em parte como refém, um cavaleiro de Hainault, Gerardo de Avesnes. Godofredo, porém, desejava um controle mais direto, e, no fim do outono, marchou com uma pequena força contra a cidade. Sua primeira vítima foi seu amigo Gerardo, imediatamente pendurado pelos homens da cidade sobre a muralha, exposto às flechas dos atacantes. Ele debalde gritou para Godofredo, implorando-lhe que o poupasse; este, no entanto, replicou que mesmo que fosse seu próprio irmão Eustáquio em seu lugar ainda insistiria no assalto. Gerardo logo seria arrastado

1 Não há indícios de que Balduíno tenha chegado a prestar homenagem a Dagoberto por Edessa. Eventos posteriores deixam claro que ele não gozava da confiança do patriarca.
2 Fulcher de Chartres, I, xxxiii, 19-21, pp. 332-4.

para dentro da cidade, transfixado por doze flechas de seus próprios compatriotas, mas seu martírio foi em vão. As tropas de Godofredo não conseguiram abalar os muros, e as duas torres sobre rodas por ele erguidas foram, uma após a outra, destruídas pelo fogo grego da guarnição. Em 15 de dezembro o cerco foi levantado. Não obstante, metade do exército foi deixada em Ramleh, com ordens de devastar a região de Arsuf, impossibilitando seus cidadãos de lavrar seus campos.[1]

Com a chegada de reforços, Godofredo deu continuidade à sua política, agora em escala mais ampla. Seus homens começaram a assolar as plantações de todas as cidades fatímidas da costa (Ascalão, Cesaréia e Acre, além de Arsuf), até que nenhuma delas tinha como obter alimentos. Ao mesmo tempo, auxiliado pelos marinheiros pisanos, ele voltou a fortificar Jafa e implementou melhorias em seu porto. Navios de todos os portos italianos e provençais, seduzidos pelas perspectivas de comércio com o novo estado, vieram juntar-se aos pisanos e compartilhar as oportunidades que se apresentavam. Com sua ajuda, Godofredo logrou bloquear a costa palestina. Os navios fatímidas enfrentavam dificuldades cada vez maiores para abastecer os portos islâmicos pela via marítima. A pirataria grassava de parte a parte, mas, em última instância, foram os moradores dessas cidades que mais sofreram.[2]

Em meados de março, os egípcios, em resposta a um apelo urgente, enviaram por mar um pequeno destacamento para complementar a guarnição de Arsuf. Encorajados pelos reforços, os homens de Arsuf organizaram um contra-ataque — só para cair em uma emboscada, na qual pereceu a maior parte de seu exército. Em desespero, a cidade então enviou uma embaixada para Godofredo, que chegou a Jerusalém em 25 de março, levando-lhe o presente simbólico das chaves de suas torres e oferecendo-se para pagar um imposto anual. Godofredo aceitou sua submissão e concedeu a um de seus mais eminentes cavaleiros, Roberto de Apúlia, o direito de recolher o tributo. Alguns dias mais tarde o duque teve a grata surpresa da súbita chegada de Gerardo de Avesnes a Jerusalém. Recuperado de suas feridas, fora enviado pelas autoridades de Arsuf como um sinal de sua boa vontade. Godofredo, que se sentia incomodado pelo remorso a respeito do amigo, presenteou-o com o feudo de S. Abraão, ou seja, Hebron.[3]

Ascalão, Cesaréia e Acre não tardaram em seguir o exemplo de Arsuf. No início de abril, seus emires reuniram-se e enviaram emissários a Godofredo,

1 Alberto de Aix, VII, 1-6, pp. 507-11.
2 *Ibid.*, VII, 12, 14, pp. 515-16.
3 *Ibid.*, VII, 13, 15, pp. 515-16.

carregados com presentes de trigo, frutas, azeite e cavalos árabes. Ofereceram-lhe um tributo mensal de cinco mil besantes para poderem cultivar suas terras em paz. Godofredo aceitou a proposta, e logo estabeleceram-se relações amistosas entre as cidades islâmicas e seu senhor cristão. Inúmeros pequenos xeques muçulmanos dos contrafortes já tinham apresentado sua submissão. Quando Godofredo estava acampado diante de Arsuf, recebera a visita de uma delegação deles, que lhe levara alimentos de presente e aprovara a simplicidade dos hábitos de vida do líder cruzado, ditada tanto por seus gostos quanto por sua pobreza. Como tal simplicidade estava de acordo com a concepção desses nobres islâmicos de um grande mas modesto guerreiro, facilitou, assim, a conquista de sua amizade.[1]

Os xeques da Transjordânia foram os próximos a buscar um acordo com Godofredo. Estavam habituados a enviar seus excedentes de produção para as cidades da costa, e o estado franco cortava suas rotas. Solicitaram permissão para continuar atravessando a Judéia com suas caravanas. Godofredo anuiu, mas empenhou-se por desviar ao máximo o comércio para o porto cristão de Jafa. Ao mesmo tempo, os italianos foram estimulados a interceptar, sempre que possível, todo o comércio entre as cidades litorâneas islâmicas e o Egito, a fim de torná-las dependentes de seu comércio com os cristãos. Foi assim que a Palestina começou a integrar-se a um todo econômico, com suas conexões ultramarinas com a Europa. A política franca acarretou um rápido retorno em riqueza e prosperidade para o estado cruzado.[2]

A crescente influência de que gozava junto a seus vizinhos muçulmanos incentivou Godofredo a tentar estender seu domínio sobre as terras além do Jordão. Na terra de Suwat, a leste do Mar da Galiléia, vivia um emir chamado pelos cruzados de Camponês Gordo. Tancredo atacara suas terras e forçara-o a reconhecer a suserania franca, mas ele repudiara a nova vassalagem assim que Tancredo partiu, recorrendo ao auxílio de seu senhor, Duqaq de Damasco. O normando, então, apelou para Godofredo. O estabelecimento de uma cabeça-de-ponte ali habilitaria os francos a desviar o rico comércio do Jaulan e Hauran para os portos palestinos; de mais a mais, o próprio distrito de Suwat era célebre por sua fertilidade. Godofredo estava ávido por tomar parte de sua conquista. No começo de maio, levou tropas para se juntarem às de Tancredo em um ataque conjunto, que os levou diretamente ao coração do Jaulan, cruzando o território do Camponês Gordo. Ao voltarem, carregados com o despojo, Duqaq lançou-se sobre a retaguarda, comandada por Tancredo; Godofredo, na vanguarda, seguiu em frente, sem saber o que se

1 *Ibid., loc. cit.*; Guilherme de Tiro, IX, 20, vol. I, pt. I, pp. 395-6.
2 Alberto de Aix, VII, 14, p. 516.

passava; Tancredo só se libertou depois de perder muitos de seus homens e toda a sua parte na pilhagem. Entretanto, Duqaq não se sentia ainda forte o suficiente para perseguir os francos. Tendo se certificado de que haviam deixado suas terras, retornou a Damasco. Godofredo seguiu, com seu butim, por Jerusalém, mas Tancredo ardia por vingança. Deixou seu exército descansar em Tiberíades, reuniu reforços e liderou uma nova incursão em território damasquino — tão feroz que Duqaq sugeriu uma trégua. Em resposta, Tancredo enviou seis cavaleiros a Damasco para dizer-lhe que ele deveria ou tornar-se cristão ou deixar a cidade. Furioso com o insulto, Duqaq retorquiu aos emissários que teriam de converter-se ao islamismo ou morrer. Apenas um renunciou à sua fé; os demais foram assassinados. Tancredo imediatamente pediu ajuda a Godofredo para vingar seu martírio, e este foi mais uma vez ao seu encontro; juntos, empreenderam um ataque ainda mais formidável que o primeiro. Durante quinze dias, devastaram o Jaulan, enquanto os muçulmanos encolhiam-se atrás dos muros de suas cidades. Duqaq, como sempre receoso de comprometer-se com uma campanha, não fez tentativa alguma de opor-lhes resistência. O Camponês Gordo, vendo-se abandonado por seu suserano e depauperado pelos francos, novamente concordou em aceitar Tancredo como seu senhor e em pagar-lhe um tributo periódico.[1]

Conquanto Godofredo fosse vitorioso entre seus vizinhos muçulmanos, dentro de seus próprios domínios seu poder declinava. Com Tancredo, o maior de seus vassalos, suas relações eram cordiais; todavia, ao que parece o normando, com todos os seus pedidos de auxílio a Godofredo, moldava sua política conforme seus próprios desejos. Enquanto o Príncipe da Galiléia agia como um monarca independente, Godofredo via sua própria autonomia cada vez mais restrita pelo suserano que ele, em sua precipitação, aceitara — o Patriarca Dagoberto. Dagoberto não se contentava em que seu domínio fosse nominal ou teórico; queria baseá-lo em um poder efetivo. Godofredo, sempre acanhado perante a Igreja e temeroso de perder o apoio dos pisanos, não gostava de negar seus pedidos. Na Festa da Candelária, 2 de fevereiro de 1100, entregou à sé de Jerusalém um quarto da cidade de Jafa. Em seguida, Dagoberto exigiu o controle não só de toda a cidade de Jafa mas também da própria Jerusalém e sua cidadela, a Torre de Davi. Godofredo voltou a ceder mas, talvez por instância de seus ultrajados cavaleiros, insistiu em protelar. Em um ato solene no Dia da Páscoa, 1º de abril, ele doou ao patriarcado as duas cidades, mas anunciou que permaneceria de posse de ambas até sua morte, ou até conquistar aos infiéis outros dois grandes centros urbanos. Era uma solução insatisfatória, pois não era nada fácil construir um reino organi-

1 *Ibid.*, VII, 16-17, pp. 517-18.

zado em torno de uma capital temporária. Tudo indica que Godofredo não dispunha de corpo governamental além de seu próprio círculo doméstico; tampouco podia esperar, agora, encontrar um em Jerusalém. Fosse Dagoberto um grande administrador, ou, como Ademar, um sábio estadista, é possível que a estrutura hierárquica por ele vislumbrada perdurasse; contudo, sua míope tentativa de expulsar da capital os defensores leigos de quem a segurança do estado cristão estava fadada a depender teria sido desastrosa. O tempo ganho por Godofredo só fez contribuir para a incerteza do futuro. Não obstante, a Providência voltou para Jerusalém sua face misericordiosa.[1]

Quando retornou para a Galiléia, por volta de 18 de junho, de seu ataque no Jaulan, Godofredo foi informado de que uma forte esquadra veneziana aportara em Jafa. Reconhecendo sua potencial utilidade para o controle do litoral, ele correu a saudá-la. De Tiberíades, rumou para Cesaréia, passando por Acre e Haifa sem se deter. O emir, sequioso por demonstrar respeito por seu suserano, convidou-o para um banquete em que o tratou com o máximo de honra. Do festim Godofredo seguiu direto para Jafa, onde chegou sentindo-se mal, desfalecendo ao alcançar a hospedaria que ele mesmo mandara construir para visitantes ilustres. Seus amigos, lembrando-se de todas as frutas que ele comera à mesa do emir, suspeitaram de envenenamento — mas, na verdade, sua doença era, provavelmente, tifo. No dia seguinte, o líder cruzado recuperara suas forças o suficiente para receber o comandante da frota veneziana e um bispo que o acompanhava e discutir os termos de sua contribuição à Cruzada. Todavia, o esforço foi demais para ele, que teve de pedir aos seus auxiliares que o levassem para Jerusalém. No clima mais fresco da capital Godofredo reanimou-se um pouco, mas estava demasiado fraco para conduzir os negócios.[2]

Os políticos se acotovelavam em torno de seu leito de doente. Dagoberto esperava impaciente pelo momento em que assumiria a cidade. Os venezianos ansiavam por firmar seus acordos, e subiram para Jerusalém em dois grupos para orar nos lugares santos, o primeiro em 21 de junho e o segundo, em 24 de junho; seu comandante e seu bispo, porém, provavelmente prolongaram sua estada a fim de conduzir as negociações. Sabendo de sua chegada e da enfermidade de Godofredo, Tancredo acorreu da Galiléia. No leito, Godofredo autorizou seu sobrinho, o conde burgúndio Warner de Gray, a agir em seu nome, e aprovou os termos propostos pelos venezianos. Estes teriam permissão para comerciar livremente em todo o estado franco, receberiam uma igreja e um mercado em todas as cidades do estado, teriam direito a um terço de cada cidade que ajudassem a capturar e a toda a cidade de Trípoli, pela qual pagariam um tributo a Godofredo. Em troca, ajudariam os cruzados até o dia 15 de agosto.[1] Em seguida, passou-se à escolha das cidades que seriam atacadas naquele verão. Concluiu-se que, apesar do tratado do emir com Godofredo, Acre devia ser o objetivo principal, e Haifa também seria tomada. Tancredo nutria esperanças de assegurar Acre para o seu principado, mas Godofredo prometeu Haifa pessoalmente ao seu amigo Geldemar Carpenel.[2]

1 Guilherme de Tiro, IX, 16-17, vol. I, pt. I, pp. 388-90.
2 Alberto de Aix, VII, 18, p. 519. Mateus de Edessa, presumivelmente com base em intrigas cristãs locais, afirma com todas as letras que Godofredo foi envenenado pelo emir (II, clxv, p. 229).

Durante a primeira quinzena de julho, Godofredo pareceu um pouco melhor, e pensou-se que ele talvez melhorasse. Os planos para a investida contra Acre foram postos em execução. As tropas de Tancredo encontraram-no na capital, e Warner de Gray assumiu o comando das tropas de Godofredo. O Patriarca Dagoberto então decidiu acompanhar a expedição, de modo a apresentar-se como a principal autoridade da região e tomar parte de eventuais distribuições de território. Não confiava em Warner; por outro lado, julgou seguro deixar Jerusalém, estando Godofredo demasiado enfermo para tomar qualquer atitude e sem seus homens, que estariam na campanha. Não podia ter se equivocado mais.

O patriarca, Tancredo e Warner, junto com todos os seus homens, deixaram Jerusalém em 13 de julho e desceram até Jafa, indo ao encontro dos venezianos. Ao se aproximarem de Jafa, Warner caiu subitamente enfermo. Estava claro que não tinha condições de prosseguir na campanha; assim, deteve-se quatro dias em Jafa e foi levado de volta para Jerusalém em uma liteira. Enquanto isso, o exército marchava rapidamente costa acima e os navios venezianos preparavam-se para acompanhá-los por mar, protegendo-lhes o flanco. Como, porém, o vento norte os reteve, não fizeram grandes progressos.[3]

Warner mal chegara a Jerusalém quando o exausto coração de Godofredo cedeu. Na quarta-feira, 18 de julho, alentado pelos últimos ritos da Igreja, Godofredo, Duque da Lorena e Advogado do Santo Sepulcro, enfim descansou. Fora um governante fraco e insensato, mas fora respeitado por homens de todas as nações por sua coragem, sua modéstia e sua fé. Em Jerusalém, a notícia de sua morte foi recebida com pesar. Após ser velado por cinco dias, foi enterrado na Igreja do Santo Sepulcro.[4]

1 *Translatio Sancti Nicolai in Venetiam*, *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. I, pp. 272-3; Alberto de Aix, VII, 19, p. 519.
2 *Translatio Sancti Nicolai*, *loc. cit.*; Alberto de Aix, VII, 20, p. 520.
3 *Translatio Sancti Nicolai*, *loc. cit.*
4 Alberto de Aix, VII, 21, pp. 520-1; Guilherme de Tiro, IX, 23, vol. I, pt. I, p. 399.

Capítulo IV

O Reino de Jerusalém

"Não! Mas teremos um rei." 1 SAMUEL 8, 19

Ao cair doente, Godofredo da Lorena elaborara um testamento em que, fiel à promessa feita na Páscoa, legou a cidade de Jerusalém ao patriarca. Quando morreu, não havia ninguém de alguma autoridade em Jerusalém, exceto Warner de Gray. O patriarca e os principais cavaleiros estavam todos fora, em campanha contra Acre. O próprio Warner estava moribundo, mas percebeu o que devia fazer. Erguendo-se de seu leito, ocupou sem vacilar a Torre de Davi, guarnecendo-a com a guarda pessoal de Godofredo. Em seguida, após aconselhar-se com os mais graduados membros do círculo do duque loreno (Mateus, o Senescal, e Godofredo, o Camarista), além de Roberto, Bispo de Ramleh, e o ex-patriarca Arnulfo, enviou o Bispo de Ramleh, acompanhado de dois cavaleiros, a toda a pressa para Edessa, a fim de pôr Balduíno a par da morte de seu irmão e chamá-lo a assumir a herança — pois só alguém da família seria obedecido. O movimento fora planejado de antemão, pois o convite a Balduíno ia em nome também de cavaleiros que no momento encontravam-se com o exército, tais como Geldemar Carpenel e Wicher, o Alemão. O grupo era composto por lorenos e franceses do norte, que tinham vindo à Cruzada em companhia de Godofredo ou se haviam ligado a ele e eram ferrenhos opositores de normandos e italianos, sob cuja influência o duque caíra. Seu segredo, contudo, fora bem guardado, e julgaram sensato continuar a mantê-lo. O falecimento de Godofredo não foi comunicado ao exército.[1]

No entanto, enquanto os navios venezianos ainda se encontravam perto de Jafa, esperando que o vento norte parasse, foram alcançados por um mensageiro vindo de Jerusalém com a notícia da morte do líder cruzado. O comandante, não sabendo como aquele fato afetaria a campanha, imediatamente enviou suas três galeras mais velozes costa acima, a fim de alcançar Tancredo e o patriarca e indagar quais seriam seus planos agora. A notícia foi

1 Alberto de Aix, VII, 30, p. 526; Guilherme de Tiro, X, 3, vol. I, pt. I, pp. 403-4. Está claro que os líderes do exército só foram informados da morte de Godofredo pelos venezianos.

um choque para o exército, pelo qual Godofredo era muito benquisto. Dagoberto, ao que parece, hesitou. Apesar de sua avidez em relação à herança, confiava no testamento de Godofredo e acreditava que os lorenos encontravam-se sem liderança. Quando Tancredo, que estava determinado a não desperdiçar aquela oportunidade de auxílio veneziano, sugeriu que o ataque a Acre poderia ser adiado, mas pelo menos Haifa deveria ser tomada, ele consentiu. Todavia, enviou um representante a Jerusalém para tomar a Torre de Davi em seu nome.[1]

O exército dirigiu-se para Haifa e acampou nas encostas do Monte Carmelo; logo em seguida, a esquadra veneziana penetrou na baía. A população da cidade era composta predominantemente por judeus, com uma pequena guarnição egípcia. Os moradores, lembrando-se do fim que haviam encontrado suas colônias em Jerusalém e na Galiléia, estavam dispostos a defender-se até o fim. Os muçulmanos forneceram-lhes armas, e eles lutaram com a tenacidade típica de sua raça. Os venezianos, depois de perderem um navio em uma batalha no porto, saíram desanimados para a baía; já Tancredo, furioso por ter descoberto que Godofredo havia prometido Haifa para Geldemar Carpenel, chamou seus homens de volta e recolheu-se irritado à sua tenda. Dagoberto precisou de todo o seu tato para persuadi-lo a retomar o ataque. Argumentou que os venezianos já estavam se preparando para partir e prometeu tomar providências para que Haifa coubesse ao melhor homem. Quando Tancredo concordou em voltar a cooperar, lançou-se um novo ataque. Após uma luta desesperada, a principal torre de defesa foi tomada de assalto e forçou-se a entrada na cidade. Os muçulmanos e judeus que conseguiram escapar refugiaram-se em Acre e Cesaréia, mas a maioria foi massacrada.[2]

Haifa caiu por volta de 25 de julho. Logo em seguida, os líderes das tropas cruzadas reuniram-se para decidir a quem ela caberia. Tancredo contava com forças maiores e o apoio de Dagoberto. Geldemar Carpenel, que nada podia fazer contra ele, foi expulso da cidade. Retirou-se, acompanhado pelos lorenos do exército, e tomou o caminho do sul da Palestina, onde se estabeleceu em Hebron — cujo antigo senhor, Gerardo de Avesnes, provavelmente ainda se encontrava em Haifa com Tancredo.[3] Em seguida, Dagoberto e Tancredo trataram de discutir a questão mais ampla: o futuro do governo de Jerusalém. Dagoberto, àquela altura, já estava ciente do que se passava por lá. Seu emissário encontrara Warner de Gray de posse da Torre

1 *Translatio Sancti Nicolai in Venetiam*, pp. 275-6; Guilherme de Tiro, *loc. cit.*
2 Alberto de Aix, VII, 22-5, pp. 521-3; *Translatio Sancti Nicolai*, pp. 276-8.
3 Alberto de Aix, VII, 6, pp. 523-4. Não há registro de eventuais protestos de Gerardo contra a atitude de Geldemar.

de Davi, que se recusou a entregar aos representantes do patriarca. Também já fora informado de que Balduíno fora chamado do norte. O próprio Warner morreu em 23 de julho, exaurido por seus últimos esforços; embora os amigos do patriarca, porém, vissem em sua morte a mão de Deus, punindo-o por sua impiedade, o fato em nada os beneficiou, pois os lorenos permaneceram irredutíveis no controle da torre.[1] Dagoberto não poderia nutrir esperanças de realizar suas pretensões sem ajuda. A aliança com Tancredo era indispensável, já que seu principado agora estendia-se do leste do Mar da Galiléia ao Mediterrâneo, isolando Jerusalém das terras ao norte. O normando, por sua vez, abominava Balduíno desde suas contendas na Cilícia, três anos antes. Com seu pleno consentimento, Dagoberto decidiu que o governo da Palestina deveria ser oferecido a Boemundo. Enviou imediatamente seu próprio secretário, Morelo, para Antióquia, com uma carta para o príncipe.

Dagoberto não pretendia que Boemundo acalentasse quaisquer ilusões a respeito da natureza de sua futura soberania. Iniciou a carta lembrando que Boemundo ajudara a elegê-lo para o patriarcado da sé a que se referiu — com total e absoluto desdém pelos direitos de Roma — como mãe de todas as Igrejas e senhora das nações. Em seguida, enumerou as concessões que obtivera de Godofredo e queixou-se das tentativas do círculo do duque de obstruí-las. Repetiu os termos da doação feita no Dia de Páscoa, salientando que, segundo ela, a posse de Jerusalém deveria ter-lhe sido transmitida por ocasião da morte de Godofredo. Warner de Gray, contudo, erroneamente se apossara da Torre de Davi e oferecera a herança a Balduíno. Assim, Dagoberto instava Boemundo a que viesse em seu auxílio, assim como seu pai acorrera ao Papa Gregório VII quando este se viu oprimido pelos imperadores germânicos — lembrança que não era tão grata para a Igreja quanto Dagoberto parece ter julgado. Boemundo deveria escrever para Balduíno e proibi-lo de ir à Palestina sem permissão do patriarca; caso o loreno desobedecesse, Boemundo que lançasse mão da força para impedi-lo. Ou seja, para que o patriarca governasse a Palestina, contrariando os desejos dos cavaleiros dos quais dependia a defesa da região, o príncipe cristão de Antióquia deveria declarar guerra ao príncipe cristão de Edessa.[2]

Não temos como saber que resposta Boemundo teria dado à carta. É improvável que ele cometesse a imprudência de arriscar-se a um conflito com Balduíno; caso tivesse ido à Palestina, tampouco teria se mantido por muito

1 Guilherme de Tiro, *loc. cit.*
2 Alberto de Aix, VII, 27, p. 524. O texto da carta da Dagoberto é fornecido por Guilherme de Tiro, X, 4, 1, pp. 405-6.

tempo subserviente ao patriarca. Todavia, não chegou a receber o convite. Dagoberto estava sem sorte.

Nos últimos meses, tinha havido mudanças na situação do norte da Síria. Raimundo de Toulouse passara os meses de inverno em Latáquia, governando-a em condomínio com os representantes do imperador. Estava em excelentes termos com o governador de Chipre, de quem podia receber suprimentos. Em algum momento da primavera, chegou-lhe uma carta de Aleixo, agradecendo pelo auxílio e pedindo-lhe que entregasse a cidade para as autoridades bizantinas — e terminando com um convite para visitar a corte imperial. É provável que a carta tenha sido levada de Constantinopla pelo eunuco Eustátio, recentemente elevado à posição de almirante da frota imperial, e que, à frente de uma poderosa esquadra, imediatamente recapturou os portos do oeste da Cilícia, Selêucia e Córico, e em seguida estendeu seu poder para o leste, ocupando Tarso, Adana e Mamistra. Raimundo aceitou o convite e embarcou para Constantinopla em princípios de junho. Em Chipre, encontrou-se com a esquadra veneziana, a caminho de Jafa, e chegou à capital do império por volta do fim do mês. Sua condessa, Elvira de Aragão, que permanecera ao seu lado em todas as suas andanças, ficou em Latáquia, sob a proteção das autoridades bizantinas, junto com o que restara das tropas de Toulose e da Provença.[1]

O secretário de Dagoberto, Morelo, chegou a Latáquia no fim de julho, a caminho de Antióquia. As autoridades detiveram-no para examinar seus papéis e descobriram a carta para Boemundo. Os homens de Raimundo, para quem ela foi entregue para tradução, ficaram tão chocados que a suprimiram e prenderam Morelo.[2]

Caso Boemundo tivesse recebido a carta, seu futuro teria sido bem melhor. No início de agosto, ainda sem saber o que se passava na Palestina, deixou Antióquia e marchou Eufrates acima, em resposta a um apelo dos armênios de Melitene. No começo do verão, ele conseguira consolidar sua fronteira sudeste além do Orontes, rechaçando um contra-ataque de Ridwan de Alepo, que teve de pedir ajuda ao emir de Homs.[3] As relações entre Homs e Alepo eram por demais incertas para causar qualquer alarme a Boemundo, conquanto os muçulmanos lograssem recapturar Tel-Mannas, que ficara sem uma guarnição adequada desde que Raimundo Pilet partira para o sul, acompanhando o Conde de Toulouse. Boemundo sentiu-se seguro para

1 Ana Comnena, XI, vii, 4, X, 9-10, vol. III, pp. 345-6; Fulcher de Chartres, I, xxxii, I, pp. 320-1; *Translatio Sancti Nicolai*, p. 271. A seqüência cronológica de Ana não é muito clara, mas a data pode ser confirmada com base nas fontes ocidentais.
2 Alberto de Aix, *loc. cit.*
3 Kemal ad-Din, *Crônica de Alepo*, pp. 588-9.

estender seus domínios rumo ao norte. Devido à falta de poderio naval, fora-lhe impossível impedir a reconquista da Cilícia pelos bizantinos, mas ele ansiava por controlar os desfiladeiros do Antitauro, por onde provavelmente passaria qualquer expedição bizantina contra Antióquia. Assim, quando Gabriel de Melitene, na expectativa de sofrer um ataque de Malik Ghazi Gümüshtekin (o emir danishmend de Sebastéia), rogou a Boemundo que o ajudasse, este respondeu com grande satisfação. Havia três verões que o emir danishmend investia contra o território de Gabriel; agora, temia-se que ele marcharia sobre a própria cidade. Depois da experiência de seu genro, Thoros de Edessa, Gabriel relutava em apelar para Balduíno, embora estivesse mais próximo. Boemundo, por outro lado, demonstrava consideração pelos armênios. Entre seus amigos figuravam o bispo armênio de Antióquia, Cipriano, e Gregório, Bispo de Marash. Usando-os como intermediários, Gabriel dispôs-se a entregar a cidade a Boemundo, se assim se pusesse fim ao perigo turco.[1]

Antes de deixar Antióquia para responder ao apelo, Boemundo tomou uma atitude que marcou de uma vez por todas seu rompimento com os gregos e que, em suas conseqüências, provocou o primeiro cisma irreparável entre as Igrejas grega e latina. João IV, que fora reinstalado como patriarca de Antióquia por Ademar, havia até então permanecido no cargo. Por ser grego, porém, Boemundo suspeitava que acalentasse simpatias bizantinas e alimentasse nos ortodoxos de seu patriarcado esperanças de que seriam libertados pelo imperador. Boemundo então expulsou-o da cidade e designou para ocupar seu lugar um latino, Bernardo de Valença, que fora capelão do Bispo de Le Puy e a quem o normando recentemente entronizara como Bispo de Artah, levando-o a Jerusalém para ser consagrado. Latinos posteriores, como Guilherme de Tiro, sequiosos por estabelecer a legalidade da linha latina de patriarcas de Antióquia, declararam que João já tinha resignado sua sé — quando, na verdade, só abdicou após chegar a Constantinopla, a fim de dar lugar a um sucessor grego. Instalando-se em um monastério em Oxia, pôs-se a escrever um tratado denunciando os usos latinos, no qual condenou severamente a opressão latina, e seus direitos foram assumidos pelo patriarca eleito por seu clero exilado. Assim instituíram-se duas linhas antagônicas de patriarcas, a grega e a latina, e nenhuma delas cederia à rival. Em Antióquia, graças a Boemundo, o cisma entre as Igrejas agora era definitivo — e Aleixo aliou à ambição de

1 Alberto de Aix, *loc. cit.*; Mateus de Edessa, II, clxvii, pp. 230-1; Miguel, o Sírio (ed. Chabot), III, iii, p. 187; Ibn al-Athir, *op. cit.*, pp. 203-4.

restaurar Antióquia ao império a determinação de restituir à linha de direito o trono patriarcal.[1]

Tendo assim eliminado a principal fonte possível de traição em Antióquia, Boemundo partiu para Melitene. Não lhe agradando deixar sua capital guarnecida de modo insuficiente, levou consigo apenas seu primo, Ricardo de Salerno, e trezentos cavaleiros, com um complemento de infantaria. Os bispos armênios de Antióquia e Marash acompanharam-no, e alguns de seus cavaleiros talvez fossem armênios. Confiante de que mesmo com força tão pequena seria possível subjugar os turcos, o normando penetrou displicentemente nas montanhas que separavam Melitene do vale do Aksu — onde o emir danishmend, que esperava emboscado, caiu sobre ele. Os francos foram tomados de surpresa e cercados. Após um combate rápido e acirrado, Boemundo teve as tropas aniquiladas. Os bispos armênios foram mortos; o príncipe normando, que por tanto tempo fora o terror dos infiéis, viu-se arrastado, junto com Ricardo de Salerno, em um ignominioso cativeiro.[2]

Foi Balduíno que salvou o norte da Síria para a cristandade. Ao ver-se capturado, Boemundo cortou uma mecha de seus cabelos loiros e confiou-a a um soldado, que conseguiu escapar dos turcos e precipitar-se para Edessa. Lá, mostrando o cabelo para comprovar sua autenticidade, transmitiu a Balduíno uma mensagem de Boemundo em que este implorava para ser resgatado antes que os turcos tivessem tempo de arrastá-lo para o interior da Anatólia. Balduíno, contudo, estava mais preocupado com a segurança dos estados francos que com a pessoa de seu antigo amigo e desafeto. Partiu imediatamente com uma pequena força, composta por apenas 140 cavaleiros; seus batedores, porém, eram excelentes, e os boatos que o precederam aumentaram em muito o tamanho de suas forças. Malik Ghazi Gümüshtekin, após sua vitória, fora a Melitene para exibir para a guarnição as cabeças de suas vítimas francas e armênias. Ao tomar conhecimento da aproximação de Balduíno, porém, julgou melhor retirar-se, com seu butim e seus prisioneiros, para seu próprio território. Balduíno seguiu-o até as montanhas, mas

1 Guilherme de Tiro, VI, 23, vol. I, pt. I, pp. 273-5; Orderic Vitalis, vol. IV, p. 141, que parte do princípio ilógico de que a mudança ocorreu durante o cativeiro de Boemundo, embora este tenha indicado o sucessor; Radulfo de Caen, CXL, p. 704. Ver Leib, *Deux Inédits Bizantins*, pp. 59-69. O ato de renúncia de João, datado de outubro de 1100, encontra-se em um MS. no Sinai, incluído em Benechewitch, *Catalogus Codicum Manuscriptorum Graecorum*, p. 279. Ver Grumel, "Les Patriarches d'Antioche du nom de Jean", *in Echos d'Orient*, vol. XXXII, pp. 286-98.

2 Alberto de Aix, VII, 27-8, pp. 524-5; Fulcher de Chartres, I, XXXV, 1-4, pp. 343-7; Radulfo de Caen, CXLI, pp. 704-5; Mateus de Edessa, *loc. cit.*; Miguel, o Sírio (ed. Chabot), III, iii, pp. 188-9 (falando em traição armênia); Ibn al-Qalānisī, *Crônica de Damasco*, pp. 49-50; Ibn al-Athir, *op. cit.*, p. 203; Kemal ad-Din, *op. cit.*, p. 589.

teve receio de penetrar muito profundamente em uma região onde poderia sofrer emboscadas com facilidade, além de não confiar nos habitantes locais. Três dias depois, retornou a Melitene. Boemundo e Ricardo de Salerno seguiram, agrilhoados, para um longo cativeiro no frio castelo de Niksar (Neocesaréia), no coração das montanhas do Ponto.[1]

Gabriel de Melitene recebeu Balduíno como seu libertador e apressou-se a colocar-se sob sua suserania. Em troca, o cruzado deixou-lhe cinqüenta cavaleiros para garantir a defesa da cidade. Graças a eles, Gabriel conseguiu rechaçar um ataque danishmend alguns meses mais tarde, quando os turcos souberam da partida de Balduíno.[2]

Só ao retornar a Edessa após essa campanha, por volta do fim de agosto, Balduíno recebeu os emissários de Jerusalém, que o participaram da morte de seu irmão. Dedicou o mês de setembro aos preparativos da viagem e às providências para o governo de Edessa. Seu primo, Balduíno de Le Bourg, encontrava-se em Antióquia, onde, ao que parece, funcionava como representante do loreno e talvez como ponte entre os dois grandes líderes. Foi chamado a Edessa, onde foi investido com o condado, sob a suserania do príncipe. Em 2 de outubro, Balduíno partiu, com seu círculo íntimo e uma guarda pessoal de duzentos cavaleiros e setecentos soldados de infantaria, para Jerusalém, chorando um pouco, como nos conta seu capelão, Fulcher, pela morte do irmão, mas regozijando-se mais pela herança.[3]

As esperanças de Dagoberto de que Boemundo o impedisse foram vãs. Boemundo tinha sido feito prisioneiro, e os francos de Antióquia acolheram com grande alívio o homem cuja intervenção salvara-os das conseqüências do desastre. De Antióquia, onde permaneceu por três dias, Balduíno enviou sua esposa, com suas damas de companhia, por mar para Jafa, pois temia enfrentar dificuldades na jornada. Em Latáquia, onde foi bem recebido pelas autoridades e passou duas noites, muitos outros soldados juntaram-se a ele. Seu entusiasmo, porém, teve vida curta, pois logo chegou-lhes aos ouvidos a intenção dos damasquinos de destruir Balduíno em sua descida pelo litoral. Ao alcançar Jabala, suas tropas haviam minguado para 160 cavaleiros e 500 homens de infantaria. Uma marcha forçada levou-os em segurança até Trípoli, cujo novo emir, Fakhr al-Mulk, estava nos piores termos possíveis com Duqaq de Damasco, que vinha tentando penetrar na costa libanesa. Assim, forneceu com prazer a Balduíno não só todos os víveres

1 Alberto de Aix, VII, 29, pp. 525-6, e referências nas notas anteriores.
2 Alberto de Aix, *loc. cit.*
3 Fulcher de Chartres, II, i, I, pp. 352-4; Alberto de Aix, VII, 31, p. 527.

necessários, mas também informações a respeito dos movimentos e planos de Duqaq.

Quando a estrada litorânea vinda de Trípoli aproxima-se de Beirute, na passagem do Nahr el-Kelb, o Rio do Cão, percorre uma estreita saliência entre as montanhas e o mar. O passo era célebre desde os tempos da Antigüidade, e desde o Faraó Ramsés todos os conquistadores que lograram vencê-lo celebravam a vitória com uma inscrição na face do penhasco. Foi ali que os damasquinos esperaram por Balduíno. Alertado pelo emir de Trípoli, ele avançou com grande cautela, até ver-se diante de todo o exército de Duqaq, junto com as tropas do emir de Homs, enquanto uma esquadra árabe de Beirute mantinha-se ao largo da costa, pronta para interceptar sua retirada. Sua tentativa de cruzar o rio contra forças tão superiores fracassou, e foi com alívio que os francos viram a noite cair, permitindo-lhes baterem em retirada. O emir de Homs instou os damasquinos a que os atacassem na escuridão, mas os generais de Duqaq preferiram esperar o amanhecer, quando poderiam contar com o apoio da frota muçulmana. Durante a noite, contentaram-se em despejar uma saraivada de flechas sobre as linhas inimigas. "Como desejei estar em casa, em Chartres ou Orléans", escreveu Fulcher ao descrever a batalha, "e os demais sentiam-se da mesma forma". Balduíno, porém, não desanimou. Bem cedo na manhã seguinte, simulou uma nova retirada, mas tomou o cuidado de colocar todos os seus homens mais bem armados na retaguarda. Os damasquinos lançaram-se febrilmente em seu encalço, mas, onde a estrada volta a estreitar-se, depois de Juniye (cerca de oito quilômetros ao norte), Balduíno virou-se de súbito e caiu com todo o peso de suas armas sobre seus perseguidores. Estes, pegos de surpresa, recuaram, chocando-se com as tropas que se acotovelavam na passagem atrás de si. Logo a confusão se instalou na estrada estreita, e Balduíno intensificou suas investidas. Os navios árabes não conseguiram aproximar-se da costa para socorrer seus aliados, em meio aos quais o pânico se espalhara. Ao cair da noite, todo o exército islâmico refugiara-se nas montanhas ou atrás das muralhas de Beirute. Naquela noite, Balduíno acampou em Juniye e, na manhã seguinte, carregado com o butim, seu exército cruzou o Rio do Cão sem enfrentar resistência.

Dali por diante, a viagem não foi mais interrompida pelos muçulmanos. Balduíno passou em segurança por Beirute e Sídon; em Tiro, o governador egípcio de bom grado enviou-lhe provisões. No último dia de outubro, chegou ao porto cristão de Haifa, pertencente a Tancredo; este, porém, encontrava-se em Jerusalém, ajudando Dagoberto em uma inútil tentativa de tomar a Torre de Davi dos lorenos antes da chegada de Balduíno. Em sua ausência, os francos de Haifa prontificaram-se a abrir seus portões para o

nobre loreno — que, entretanto, desconfiado, preferiu montar seu acampamento do lado de fora da cidade. Tendo ali descansado suas tropas por vários dias, prosseguiu pela costa de Jafa. Ao ser informado de sua aproximação, Tancredo correu para Jafa, a fim de colocar a cidade contra o loreno, mas os moradores locais expulsaram-no. Balduíno entrou em Jafa aclamado pelo populacho, mas não se demorou. Em 9 de novembro, marchou pelas colinas acima e entrou em Jerusalém.[1]

Ao aproximar-se da cidade, a população saiu para recebê-lo com tremendas manifestações de alegria. Não só todos os francos, mas gregos, sírios e armênios aglomeraram-se para esperá-lo fora da cidade e levá-lo em honra ao Santo Sepulcro. Seus inimigos dispersaram-se. Dagoberto deixou o palácio patriarcal para recolher-se a um monastério no Monte Sion, onde dedicou seu tempo à oração e a exercícios pios. Tancredo voltou para suas terras na Galiléia, ao norte. No Dia de S. Martinho, domingo, 11 de novembro, com a aprovação geral e cheio de júbilo, Balduíno assumiu o título de Rei de Jerusalém.[2]

O líder cruzado teve o bom senso de não ser vingativo. Os inimigos de Dagoberto, tais como o ex-patriarca Arnulfo, esperavam ver sua desgraça imediata. Balduíno, porém, não tomou nenhuma providência no sentido de puni-lo. Deixou-o na plena posse de seus direitos enquanto partia em campanha contra os árabes; Dagoberto reconheceu que seria mais prudente aceitar sua derrota e procurar tirar dela o melhor proveito possível. Quando Balduíno retornou a Jerusalém, em meados de dezembro, o patriarca estava pronto para a reconciliação. Suas esperanças de estabelecer uma teocracia ativa estavam acabadas, mas talvez ele ainda pudesse manter sua suserania nominal e exercer uma grande influência sobre o reino. Balduíno, sem perder de vista o fato de que Dagoberto controlava o auxílio pisano, perdoou-o de bom grado e confirmou-o em seu episcopado.[3] Já Tancredo foi mais truculento. Balduíno intimou-o a subir a Jerusalém, a fim de argüi-lo a respeito de sua desobediência aos desejos conhecidos de Godofredo quanto ao destino de Haifa. Por duas vezes Tancredo recusou-se a comparecer, até que finalmente consentiu em encontrar-se com Balduíno às margens do pequeno rio Auja, entre Jafa e Arsuf. Chegada a hora, porém, preferiu não ir, solicitando, em vez disso, uma entrevista em Haifa — mas encontrou-se uma solução mais fácil. Os francos de Antióquia, sem liderança desde a captura

1 Fulcher de Chartres, II, i, 2-iii, 9, pp. 354-66, vívido relato de uma testemunha ocular da viagem; Alberto de Aix, VII, 32-5, pp. 527-31.
2 Fulcher de Chartres, II, iii, 13-14, pp. 368-9; Alberto de Aix, VII, 36, pp. 531-2; Guilherme de Tiro, X, 7, I, pp. 410-11.
3 Fulcher de Chartres, II, iii, 15, pp. 369-70; Guilherme de Tiro, X, 9, 1, p. 413.

de Boemundo e a partida de Balduíno de Le Bourg para assumir o governo de Edessa, sugeriram que Tancredo respondesse pela regência da cidade no lugar do tio. Para o normando, a idéia abriu novas e mais amplas perspectivas em um campo em que não seria eclipsado por Balduíno; este, por sua vez, ficou satisfeito por livrar-se com tamanha facilidade de um vassalo de que não gostava e em quem não depositava confiança. O encontro em Haifa deu-se no princípio de março de 1101, em um clima de cordialidade. Tancredo devolveu a Balduíno seu feudo na Galiléia e partiu, com sua bênção, para Antióquia.[1]

No Dia de Natal de 1100, na Igreja da Natividade, em Belém, Balduíno já tinha prestado homenagem ao Patriarca Dagoberto e fora por ele coroado rei.[2]

Assim, mais de quatro anos depois de os príncipes da Europa ocidental terem deixado seus lares e partido para a Cruzada, fundou-se o reino de Jerusalém. De todos os grandes líderes, foi Balduíno, o filho caçula e sem um vintém do Conde de Bolonha, a triunfar. Um a um, seus concorrentes foram eliminados. Muitos retornaram para o Ocidente — Roberto da Normandia, Roberto de Flandres, Hugo de Vermandois e Estêvão de Blois. Seu próprio irmão, Eustáquio de Bolonha, que poderia ter esperado apossar-se da herança de Godofredo, preferira suas terras junto ao Canal da Mancha. De seus maiores adversários no Oriente, Boemundo encontrava-se impotente em sua prisão turca, e Raimundo, ainda sem terras, estava longe, em Constantinopla, como hóspede do imperador. Balduíno, porém, fizera bom uso de seu tempo e aproveitara suas oportunidades. De todos, provara ser o mais hábil, o mais paciente e o mais sagaz. Recebera sua recompensa; o futuro comprovaria seu merecimento. Sua coroação foi uma cerimônia gloriosa — um final luminoso para a história da Primeira Cruzada.

1 Fulcher de Chartres, II, vii, I, pp. 390-3; Alberto de Aix, VII, 44-5, pp. 537-8.
2 Fulcher de Chartres, II, vi, I, pp. 384-5; Alberto de Aix, VII, 43, pp. 536-7; Guilherme de Tiro, *loc. cit.*

Apêndice 1

Principais Fontes da História da Primeira Cruzada

A história da Primeira Cruzada é praticamente toda coberta por autores contemporâneos ou quase contemporâneos. Nas notas de rodapé, discuto pontos referentes a fontes menos significativas e secundárias, mas as principais fontes primárias de que somos continuamente dependentes e que nem sempre concordam entre si requerem uma apreciação crítica geral, a fim de terem seu valor relativo avaliado.

1. GREGAS

A única fonte grega de importância substancial é a *Alexíada* de ANA COMNENA, a narração da vida do Imperador Aleixo por sua filha favorita. Ana redigiu seu livro cerca de quarenta anos depois dos eventos da Primeira Cruzada, quando já estava idosa. Sua memória pode, por vezes, tê-la enganado; há momentos em que sua cronologia, especialmente, fica um pouco confusa. Ademais, ela escreve à luz dos desdobramentos posteriores. Como filha devotada, também procurava apresentar Aleixo como um homem invariavelmente sábio, escrupuloso e generoso. Assim, tendia a suprimir tudo o que pudesse, em sua opinião, ser interpretado de modo a prejudicar sua imagem ou a de seus aliados. Está claro que Ana não é confiável no tocante a eventos ocorridos fora das fronteiras do império, quando permite que seus preconceitos predominem, como em seu relato sobre a carreira do Papa Gregório VII. Contudo, os historiadores modernos são demasiado prontos a desdenhá-la. Era uma mulher inteligente e culta, além de historiadora conscienciosa, que se empenhava por verificar suas fontes. Embora tenha escrito em idade avançada, há muito pretendia ser a biógrafa de seu pai, e deve ter reunido a maior parte de seu material ao longo da vida, quando tinha pleno acesso aos seus documentos oficiais. Onde conta com um informante confiável — como na passagem da marcha cruzada através da Anatólia, na qual claramente se valeu dos relatos de Tatício — ela controla seus preconceitos, e, conquanto sem dúvida tenha pecado por omissão, não podemos acusá-la

de esquivar-se de suas atribuições na descrição de acontecimentos passados em Constantinopla ou dentro do império. Gozava da confiança de seu pai e conheceu pessoalmente muitos dos personagens e incidentes que narrou. É fácil descontar suas convenções e preconceitos, e, tomada essa providência, seu testemunho de todas as questões diretamente concernentes a Bizâncio deve receber prioridade sobre todos os demais.[1]

Os cronistas ZONARAS e GLYCAS,[2] bem como a sucinta obra popular conhecida como *Synopsis Sathas*,[3] têm muito pouco a acrescentar ao nosso conhecimento. Nenhum documento bizantino oficial referente à Cruzada sobreviveu, exceto por cartas escritas por Aleixo a príncipes e hierarcas ocidentais, existentes apenas em traduções latinas que por certo não são acuradas. As missivas de TEOFILATO, Arcebispo da Bulgária, até o momento editadas de maneira inadequada, proporcionam um pouco mais de informação.[4]

2. LATINAS

As fontes latinas são mais numerosas e fornecem o maior volume de informações.

RAIMUNDO DE AGUILERS (ou Aighuilhe, no Departamento do Alto Loire) ingressou na Cruzada em companhia de Ademar de Le Puy e logo tornou-se capelão de Raimundo de Toulouse. Começou a escrever sua crônica, a *Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*, durante o cerco de Antióquia, concluindo-a no fim de 1099. Concentrou-se em relatar a expedição do Conde Raimundo, mas, embora fosse um leal francês do sul, não foi de modo algum pouco crítico em relação ao seu líder, reprovando a demora do conde em partir de Antióquia e antipatizando com sua política pró-bizantina. Em somente uma ocasião (ver acima, p. 245) refere-se aos gregos sem um comentário hostil. Sua participação no episódio da Santa Lança levou certos críticos a duvidar de sua veracidade, mas, dentro de suas limitações, Raimundo foi obviamente sincero e bem informado. Seu trabalho logo alcançou grande circulação; embora alguns dos primeiros manuscritos contivessem interpolações, porém, não houve reedições.[5]

1 A última edição de Ana Comnena foi publicada na *Collection Budé* e editada por Leib, com uma introdução e notas completas. *Ana Comnena*, da Sra. Buckler, fornece um minucioso estudo crítico da *Alexíada*. Há uma tradução da *Alexíada* para o inglês, feita por E. A. S. Dawes (Londres, 1928).
2 Ambos editados no *Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae*, de Bonn.
3 Ed. em Sathas, *Bibliotheca Graeca Medii Aevi*, vol. VII.
4 As cartas de Teofilato encontram-se em *M.P.G.*, vol. CXXVI.
5 Ed. no *Recueil des Historiens des Croisades*. Há espaço para uma boa edição crítica.

FULCHER DE CHARTRES participou do Concílio de Clermont, partindo em seguida para o Oriente em companhia de seu senhor, Estêvão de Blois. Em junho de 1097, tornou-se capelão de Balduíno de Bolonha, em cuja comitiva permaneceu dali pela frente. Sua *Gesta Francorum Iherusalem Peregrinantium* foi escrita em três fascículos — em 1101, 1106 e 1124-7. Era o mais culto dos cronistas latinos, e o mais confiável. Apesar de dedicado a Balduíno, sua perspectiva é notavelmente objetiva. É só em sua terceira parte que emerge uma certa animosidade em relação aos bizantinos; sua atitude geral para com os cristãos orientais é justa e cordial. Seu trabalho foi muito utilizado por cronistas subseqüentes.[1] BARTOLF DE NANGIS, escrevendo provavelmente na Síria, publicou, por volta de 1108, uma edição dos capítulos iniciais, com alguns acréscimos de ordem essencialmente topográfica.[2] Um breve resumo dos últimos capítulos é atribuído a LISIARDO DE TOURS.[3] Tanto GUILHERME DE MALMESBURY quanto RICARDO DE POITIERS e SICARDO DE CREMONA valeram-se da crônica na íntegra como sua principal fonte ao escreverem sobre a Cruzada.[4]

O mais popular dos relatos contemporâneos sobre a Cruzada foi o trabalho anônimo conhecido como *Gesta Francorum et Aliorum Hierosolimitorum*, redigido, provavelmente como um diário, por um dos sequazes de Boemundo que seguiram para Jerusalém com Tancredo. Encerrada com a história da batalha de Ascalão, em 1099, foi publicada pela primeira vez em 1100 ou no princípio de 1101; Ekkehard leu-a em Jerusalém em 1101. O mais antigo manuscrito sobrevivente, todavia, já contém interpolações, tais como uma descrição "literária" de Antióquia e uma passagem falsificando o relato das atividades de Boemundo em Constantinopla (ver acima, p. 149, n. 1), inspirada pelo próprio príncipe normando por volta do ano 1105, bem como um trecho tomado de empréstimo a Raimundo de Aguilers. O autor era um soldado simples, honesto segundo seus próprios critérios, mas crédulo e preconceituoso — além de fervoroso admirador de Boemundo. O amplo sucesso da *Gesta* deveu-se sobretudo aos esforços pessoais deste, que a considerava sua apologia e tratou de divulgá-la pelo norte da França durante sua visita em 1106.[5] A obra logo foi republicada, quase que palavra por palavra, por um sacerdote poitevino, também cruzado, chamado TUDEBODO. Sua versão, intitulada *De Hierosolymitano Itinere*, contém algumas reminiscências

1 A edição de Hagenmeyer, totalmente anotada, superou a do *Recueil*.
2 Ed. no *Recueil*. Ver Cahen, *La Syrie du Nord*, p. 11, n. 1.
3 Ed. no *Recueil*.
4 Ver Cahen, *loc. cit.* A crônica de Sicardo já não existe mais.
5 A última edição é a de Bréhier, sob o título de *Histoire Anonyme de la Première Croisade*. As notas na edição de Hagenmeyer, *Anonymi Gesta Francorum* (Heidelberg, 1890) ainda são úteis.

pessoais.[1] Em torno de 1130 surgiu uma *Historia Belli Sacri*, compilação canhestra feita por um monge de Monte Casino, baseada na *Gesta* mas com algumas passagens extraídas de Radulfo de Caen, a partir de uma fonte agora perdida e tradições legendárias da época.[2] A *Gesta* foi reescrita um sem-número de vezes — uma delas por GUIBERTO DE NOGENT, em cerca de 1109, que acrescentou informações pessoais e tomou empréstimos de Fulcher; tinha em vista um tom mais crítico e moralista.[3] Por volta de 1110, outro a reescrevê-la foi BAUDRI DE BOURGUEIL, Arcebispo de Dol, que procurou aprimorar seu estilo literário.[4] Outro ainda foi ROBERTO DE REIMS, cuja versão popular e um tanto ou quanto romântica, a *Historia Hierosolymitana*, surgiu em torno de 1122.[5] A *Gesta* inspirou também uma breve e anônima *Expeditio contra Turcos*, bem como os capítulos sobre as Cruzadas nas crônicas de HUGO DE FLEURY e HENRIQUE DE HUNTINGDON.[6]

Três importantes cronistas da Primeira Cruzada não participaram diretamente dela. EKKEHARD, Abade de Aura, chegou à Palestina com os cruzados germânicos de 1101. Ao retornar à sua terra natal, por volta do ano 1115, compôs uma obra denominada *Hierosolymita*, que seria parte de uma crônica do mundo por ele contemplada. É composta de algumas reminiscências pessoais e de histórias que lhe foram contadas ou a seu amigo Frutolfo de St. Michelsberg por participantes legítimos da Cruzada, complementadas por informações extraídas de crônicas já publicadas. Ekkehard em geral cita suas fontes, mas era um homem crédulo.[7]

RADULFO DE CAEN chegou à Síria em 1108. Já tinha servido com Boemundo na campanha de Epirot, em 1107, e então juntou-se a Tancredo. Após a morte deste, por volta de 1113, escreveu a *Gesta Tancredi Siciliae Regis in Expeditione Hierosolymitana*. O livro, existente em apenas um manuscrito, não chegou a ser terminado. Seu estilo é o de um homem ignorante, mas muito pretensioso. Contém uns poucos dados exclusivos sobre seu herói, mas fora isso segue o material já publicado. Entretanto, o autor não parece ter lido a *Gesta Francorum*.[8]

1 Ed. no *Recueil*. Ver Cahen, *op. cit.* pp. 8-9.
2 Ed. no *Recueil*. Ver Cahen, *loc. cit.*
3 Ed. no *Recueil*. Ver Cahen, *loc. cit.*
4 Ed. no *Recueil*. Ver Cahen, *loc. cit.*
5 Ed. no *Recueil*. Ver Cahen, *loc. cit.*
6 Fragmentos de Hugo e Henrique foram publicados no quinto volume do *Recueil*. A *Expeditio Contra Turcos* foi publicada com Tudebodo, no terceiro volume.
7 A edição que consta do quinto volume do *Recueil* é muito melhor que a de Hagenmeyer (*Ekkehard von Aura*, Leipzig, 1888).
8 Ed. no *Recueil*.

O mais completo relato contemporâneo da Primeira Cruzada é o do *Liber Christianae Expeditionis pro Ereptione, Emundatione et Restitutione Sanctae Hierosolymitanae Ecclesiae*, de ALBERTO DE AIX (Aachen), escrito em algum momento após o ano 1130. Nada sabemos a respeito de Alberto, exceto que ele nunca esteve no Oriente. Até meados do século passado, era considerado a fonte mais fidedigna da história da Cruzada, e historiadores como Gibbon nele confiavam inteiramente. Desde a crítica destrutiva de von Sybel, porém, entrou na moda desacreditá-lo além do que seria justo. Seu trabalho consiste em uma compilação de lendas e relatos de testemunhas oculares, coligidos com muito pouco senso crítico e sem citar as fontes. O relato dos primeiros anos de Pedro, o Eremita, obviamente não é confiável, conquanto a narrativa da expedição de Pedro tenha sido fornecida sem dúvida por alguém que dela participou. Detalhes como o tempo levado para superar etapas da marcha são perfeitamente convincentes. Com relação à história da viagem de Godofredo até Constantinopla e a travessia da Anatólia, ele por certo baseou-se no relato de um soldado do exército do duque loreno. Provavelmente adquirira o hábito de anotar as informações fornecidas por soldados e peregrinos que retornavam muito antes de começar a compilar seu livro. É bastante fácil identificar o material de caráter lendário, mas sua narrativa dos acontecimentos da Cruzada em si deve ser tratada com respeito.[1]

GUILHERME DE TIRO, o maior dos historiadores cruzados, escreveu cerca de setenta anos após a Cruzada. Para sua narrativa até o estabelecimento dos cruzados na Palestina, usou quase que exclusivamente Alberto de Aix; todavia, após a captura de Jerusalém, sua história passa a basear-se também nos registros e tradições remanescentes no reino cruzado. No entanto, sua tremenda *Historia Rerum in Partibus Transmarinis Gestarum* só se torna uma fonte importante após a acessão de Balduíno. Espero discuti-lo de forma mais completa em um volume posterior.[2]

Ponto de vista ligeiramente diverso é apresentado pelo genovês CAFARO, autor dos *Anais de Gênova*, que cobrem os anos de 1100 a 1163, e de um *De Liberatione Civitatum Orientis*, escrito em 1155, mas descoberto em meio a alguns papéis um século mais tarde e possivelmente um pouco modificado antes de sua publicação. Cafaro era membro de uma família

1 Ed. no *Recueil*. Há uma grande literatura sobre Alberto, da qual as obras mais importantes são as de Krebs, Kügler, Kühne e Beaumont (ver Bibliografia). Ver também von Sybel, *Geschichte des ersten Kreuzzuges*, 2ª ed. (prefácio), e Hagenmeyer, *Le Vrai et le Faux sur Pierre l'Hermite*, sobretudo pp. 9 ss.
2 Ed. no *Recueil*. Ver Prutz, *Wilhelm von Tyrus*, e Cahen, *op. cit.*, pp. 17-18.

genovesa que foi à Palestina em 1100. Seu relato é patriótico, mas sóbrio e confiável.[1]

Todos os cronistas contemporâneos da Europa Ocidental fazem referência à Cruzada, mas dependem totalmente de alguma das fontes aqui citadas, com exceção da *Crônica* de ZIMMERN, que fornece informações sobre os cruzados germânicos.[2]

A Cruzada engendrou seus épicos, tanto em latim quanto em *langue d'oil* e *langue d'oc* — os quais, porém, têm mais valor por seu interesse literário que por sua importância histórica. Os poetas latinos (GODOFREDO, O LOMBARDO, JOSÉ DE EXETER E GUNTHER DE BASILÉIA) são historicamente inúteis. A provençal *Chanson d'Antioche*, atribuída a GREGÓRIO BECHADA, é mais interessante e merece um estudo mais aprofundado. Em *langue d'oil* existe, além de uma variante em verso de Baudri, uma *Chanson d'Antioche* escrita por GRAINDOR DE DOUAI, em parte baseada em Roberto, o Monge, e em parte em uma *Chanson* anterior, composta por RICARDO, O PEREGRINO, que aparentemente participou da Cruzada, no exército de Roberto de Flandres. Era um homem simples e bastante ignorante, mas detentor de seus próprios pontos de vista. Por exemplo, apesar de desejar que os cruzados tivessem tomado Constantinopla, é amistoso em relação a Tatício. Há, ainda, um poema em francês de GILON, com interpolações de um certo FULCHER, baseado no mesmo material, e uma tardia *Gran Conquista d'Ultramar*, espanhola, que usa Bechada, Graindor e Guilherme de Tiro. O ciclo cujo herói é Godofredo de Lorena, tal como o *Chevalier au Cygne*, contém apenas lendas.[3]

Muito pouca correspondência da época sobreviveu, mas o que restou é de substancial importância. Há algumas cartas de/e para os Papas Urbano II e Pascoal II; dois apelos de eclesiásticos no Oriente; dois despachos interessantes, ainda que não inteiramente dissimulados, dos líderes cruzados; e, os itens mais significativos, missivas de dois cruzados proeminentes — ESTÊVÃO DE BLOIS e ANSELMO, Bispo de Ribemont. Estêvão escreveu três cartas para sua mulher, que ficara em casa. A primeira, redigida por ocasião de sua chegada a Constantinopla, foi perdida. A segunda foi enviada do acampamento em Nicéia e a terceira, do acampamento em Antióquia. Embora fosse um homem fraco, Estêvão era honesto e entusiasmado, e suas cartas são, dos documentos relacionados à Cruzada, os mais humanos. As duas cartas de Anselmo que nos chegaram foram escritas em Antióquia e

1 Ed. no quinto volume do *Recueil*.
2 Há trechos publicados em Hagenmeyer, no vol. II dos *Archives de l'Orient Latin*.
3 Sobre os épicos, ver Hatem, *Les Poèmes Epiques des Croisades*, que defende a origem síria dos poemas, e a síntese em Cahen, *op. cit.*, pp. 12-16.

endereçadas ao seu superior — Manasses, Bispo de Reims. Proporcionam informações úteis, mas falta-lhes a qualidade pessoal das de Estêvão.[1]

É inevitável que os poucos decretos papais a regular a Cruzada e as cartas de concessão referentes ao estabelecimento do reino cruzado tenham grande importância. Os arquivos de Gênova e Veneza contêm material de valor proporcional ao recrudescimento do interesse das cidades italianas nos problemas dos cruzados.

3. ÁRABES

As fontes árabes, embora numerosas e de extrema importância para as Cruzadas posteriores, são de pouca valia com relação à primeira. Não sobreviveram documentos oficiais do período. As grandes enciclopédias e geografias, tão populares entre os árabes, pouca referência fazem a esses anos, com uma exceção. As obras dos cronistas que se sabe terem vivido na época só chegaram até nós em citações esparsas e sucintas de autores subseqüentes. Há apenas três trabalhos de real utilidade.

IBN AL-QALĀNISĪ, de Damasco, escreve, nos anos 1140-60, uma história de sua cidade natal desde os tempos das invasões turcas até sua própria época. O título da obra, *Mudhayyal Tarikh Dimashq* ("Continuação da Crônica de Damasco"), indica que sua intenção era ser uma seqüência da crônica do historiador Hilal. Contudo, enquanto este pretendia apresentar a história do mundo, Ibn al-Qalānisī estava interessado unicamente em Damasco e seus governantes. Passou sua vida na chancelaria da corte damasquina, chegando a ser sua autoridade máxima. Era, pois, bem informado, e, exceto quando a reputação de seus senhores via-se em jogo, parece ter sido acurado e objetivo.[2]

IBN AL-ATHIR, de Mosul, escreveu sua *Kamil at-Tawarikh* ("Recapitulação da História do Mundo") só no início do século XIII. Não obstante, seu uso cauteloso e crítico das fontes mais antigas torna-o uma autoridade de primordial importância, conquanto seus verbetes sejam em geral muito sucintos.[3]

1 A melhor edição dessas cartas encontra-se em Hagenmeyer, *Die kreuzzugsbriefe*. Uma reunião mais completa pode ser encontrada em Riant, *Inventaire des Lettres historiques*.
2 Sobre Ibn al-Qalānisī, ver o prefácio da tradução de Gibb dos trechos da *Crônica de Damasco* referentes às Cruzadas (ver Bibliografia). O texto em árabe foi publicado na íntegra por Amedroz (Leyden, 1908).
3 O texto integral das obras de Ibn al-Athir foi publicado em árabe em 14 volumes por Tornberg (Leyden, 1851-76). Passagens relevantes foram publicadas em *R.H.C.Occ.*

KEMAL AD-DIN, de Alepo, escreveu uma crônica inacabada sobre sua cidade e uma Enciclopédia ainda mais tarde — precisamente, meio século depois. Também ele, porém, fez pleno uso de fontes anteriores, que cita pelo nome na Enciclopédia. Dessas fontes perdidas, aquela cujo desaparecimento é mais lamentável é a história da invasão franca, de autoria de HAMDĀN IBN ABD AR-RAHĪM, de Maaratha, da qual já na época de Kemal ad-Din restavam apenas umas poucas páginas. IBN ZURAIQ, de Maarat an-Numan, que nasceu em 1051 e tomou parte dos acontecimentos da Cruzada, deixou uma história de seu tempo também conhecida somente por alguns extratos; AL-AZIMI, de Alepo, nascido em 1090, legou-nos um relato da história do norte da Síria na época da Cruzada, do qual subsiste um número ligeiramente maior de fragmentos.[1]

4. ARMÊNIAS

Há uma fonte inestimável cobrindo o período da Primeira Cruzada, a *Crônica* de MATEUS DE EDESSA. A obra, que trata da história da Síria de 952 a 1136, deve ter sido escrita antes de 1140. Mateus era um homem ingênuo, que detestava os gregos e não morria de amores por seus compatriotas de religião ortodoxa. Grande parte de suas informações sobre a Cruzada deve ter-lhe sido fornecida por algum soldado franco ignorante; a respeito dos acontecimentos em sua cidade natal e suas vizinhanças, porém, ele estava muito bem informado.[2]

Cronistas armênios posteriores, tais como SAMUEL DE ANI e MEKHITAR DE AIRAVANQ, que escreveram no final do século XII, e KIRAKOS DE GANTZAG e VARTAN, O GRANDE, no século XIII, só tratam da Primeira Cruzada rapidamente. Ao que parece, utilizaram Mateus e uma história perdida de autoria de um certo JOÃO, O DIÁCONO, a quem Samuel tece os maiores elogios e que apresentava especial animosidade não só contra o Imperador Aleixo mas também contra sua mãe, Ana Dalassena.[3]

1 Não há nenhuma boa edição de Kemal ad-Din. As passagens relativas às Cruzadas, de 1097 a 1146, encontram-se na íntegra no *Recueil*.

2 Uma tradução do manuscrito para o francês foi publicada por Dulaurier em 1858; publicaram-se fragmentos do texto armênio, com tradução francesa, em *R.H.C.Arm.* O texto armênio na íntegra foi publicado em Jerusalém em 1868. Como não consegui obtê-lo, usei a tradução de Dulaurier, cotejando-a, sempre que possível, com os trechos em armênio do *Recueil*.

3 Há extratos desses historiadores publicados no *Recueil*.

5. SÍRIAS

A única obra síria sobrevivente a tratar da Primeira Cruzada é a crônica de MIGUEL, O SÍRIO, patriarca jacobita de Antióquia entre 1166 e 1199, que aborda muito sucintamente o período anterior a 1107. Baseou-se em crônicas sírias anteriores agora perdidas, bem como em fontes árabes. Suas informações têm pouca valia enquanto ele não atinge sua própria época.[1]

Embora algumas das histórias primárias das Cruzadas tenham recebido edições individuais, a única compilação de fontes é o grande *Recueil des Historiens des Croisades*, publicado em Paris a partir de 1844. Aí se incluem textos em latim e francês antigo, árabe, grego e armênio, com traduções para o francês dos autores gregos e orientais. Infelizmente, exceto pelo último volume (o quinto) dos textos latinos, publicado alguns anos depois do resto do *Recueil*, a edição foi negligente. Há também muitas lacunas arbitrárias, e as traduções nem sempre são acuradas. Não obstante, a coleção ainda é imprescindível para o estudante das Cruzadas.

1 Trad. e publ. por Chabot.

Apêndice II

A Força Numérica dos Cruzados

Todo historiador medieval, qualquer que seja sua raça, invariavelmente incorre em um exagero generalizado e pitoresco sempre que precisa estimar números que não podem ser computados com facilidade. É, portanto, impossível para nós, hoje, determinar o verdadeiro tamanho dos exércitos cruzados. Quando Fulcher de Chartres e Alberto de Aix dizem que os combatentes da Primeira Cruzada montavam a 600 mil, ao passo que Ekkehard refere-se a 300 mil e Raimundo de Aguilers, a modestos 100 mil, ou quando Ana Comnena declara que Godofredo de Lorena levava consigo 10 mil cavaleiros e 70 mil soldados de infantaria, está claro que tais números pretendem apenas denotar um número realmente grande.[1] Todavia, quando lidam com números menores não há por que duvidar inteiramente dos cronistas, por mais que gostem de fornecer números redondos, que só podem ser aproximados. A partir dos indícios por eles fornecidos, podemos fazer algumas deduções.

Não há como estimar a proporção de não-combatentes em meio às tropas. Era, sem dúvida, alta. Um grande número de cavaleiros levava suas damas. Raimundo de Toulouse estava acompanhado da esposa; Balduíno de Bolonha, da esposa e filhos. Boemundo tinha pelo menos uma irmã consigo. Temos os nomes de várias senhoras que participaram da expedição de Roberto da Normandia, e, ocasionalmente, outras surgem na história. Todas essas damas levavam criados, e decerto havia uma grande quantidade de mulheres mais humildes, respeitáveis ou não, com o exército. Há referências constantes a não-combatentes do sexo masculino, tais como Pedro Bartolomeu e seu patrão. O clero que acompanhava as tropas era numeroso. Contudo, é provável que a maioria dos homens não-combatentes fossem induzidos a pegar em armas nos momentos de perigo. A parcela de não-combatentes permanentes — mulheres, velhos e crianças — não podia superar um quarto do total das forças.

1 Ana Comnena, X, ix, I, vol. II; Fulcher de Chartres, I, X, 4, p. 183; Ekkehard, *Hierosolymita*, XIII, p. 21; Raimundo de Aguilers, V, p. 242. A *Chronicle of Zimmern*, p. 27, atribui a Godofredo um exército de 300 mil.

É igualmente provável que a taxa de mortalidade fosse particularmente alta nesse grupo, sobretudo entre velhos e crianças. Entre os combatentes, os da infantaria deviam morrer de doenças e em decorrência das dificuldades com mais freqüência que os cavaleiros e damas, mais bem cuidados e com melhores condições de comprar alimentos. Em batalha, como a cavalaria ficava mais exposta que a infantaria, sofria do mesmo modo.

A razão entre cavalaria e infantaria, ao que parece, era de cerca de 1 para 7 quando todos os combatentes possíveis tomavam parte dessa última. A estimativa feita por Ana do contingente relativo das forças de Godofredo, embora seus números devam ser divididos por pelo menos 10, provavelmente está correta. Na batalha de Ascalão, quando lutaram todos os homens disponíveis na Palestina, havia 1.200 cavaleiros e 9 mil homens de infantaria, proporção de 1 para 7,5.[1] No cerco a Jerusalém, havia, segundo Raimundo de Aguilers, de 1.200 a 1.300 cavaleiros, de um exército de 12 mil — onde, porém, incluíam-se engenheiros e marinheiros ingleses e genoveses.[2] O termo "cavaleiros" deve ser utilizado em referência aos ginetes, não em qualquer sentido cavalheiresco. Por outro lado, muitos dos homens da infantaria não lutavam completamente armados. Os arqueiros e a infantaria pesada provavelmente constituíam apenas uma parcela bastante reduzida do todo.

Dos exércitos individuais, é quase certo que o de Raimundo fosse o maior, embora disponhamos de só uma indicação de seu tamanho. Quando ouviu, em Coxon, o falso rumor de que os turcos haviam evacuado Antióquia, enviou uma força de cavalaria de 500 homens, inclusive alguns de seus principais cavaleiros, para ocupar a cidade.[3] Conquanto o número 500 ocorra com suspeitosa freqüência, pode muito bem ter sido considerado a unidade adequada para uma grande investida ou expedição dessa natureza. É improvável que Raimundo fosse poupar metade de sua cavalaria àquela altura. Se aceitarmos esse número de 500 como aproximadamente correto, sua cavalaria inteira devia chegar a 1.200 homens ou mais, e sua força total, a cerca de 10 mil — fora velhos, mulheres e crianças.[4]

Segundo a Crônica de Luca, Boemundo partiu para o Oriente com 500 cavaleiros.[5] Uma vez que Ana Comnena observa que ele não dispunha de um exército particularmente volumoso, esse número pode muito bem estar

1 Guilherme de Tiro, IX, 12, vol. I, pt. I, p. 380.
2 Raimundo de Aguilers, XIX, p. 292.
3 Ver acima, p. 191.
4 O exército de Raimundo ainda tinha claramente dimensões formidáveis por ocasião de sua partida da Palestina, como demonstram suas campanhas subseqüentes.
5 Citado por Chalandon, *Histoire de la première Croisade*, p. 133. Não consegui descobrir a que crônica ele se refere.

correto.[1] O príncipe normando concedeu a Tancredo 100 cavaleiros e 200 soldados de infantaria para sua expedição ciliciense, mas enviou mais 300 homens ao seu encalço. Os números concordam de forma razoável.[2]

O único indício do tamanho relativo dos demais exércitos é dado pelos atos de Raimundo em Rugia, quando tentou subornar seus rivais para que aceitassem sua liderança. Ofereceu a Godofredo e Roberto da Normandia 10 mil sous cada, a Roberto de Flandres 6 mil e a Tancredo 5 mil, além de quantias menores para os líderes menos importantes. As somas devem ter sido determinadas em relação ao contingente que cada príncipe tinha a oferecer agora, conquanto seja provável que Tancredo tenha recebido uma oferta desproporcionalmente alta, a fim de afastá-lo — bem como ao maior número possível de normandos — de Boemundo.[3]

Nossa única pista do tamanho do exército de Godofredo, além da sugestão fantástica de Ana, consiste em sua disposição para ceder 500 de seus cavaleiros e 2 mil soldados de infantaria ao seu irmão Balduíno para sua expedição ciliciense. É altamente improvável que ele tenha aberto mão de mais da metade de sua força de cavalaria, por mais que imaginasse que o destacamento voltaria a juntar-se a ele antes da chegada a Antióquia. É tentador presumir que a oferta de Raimundo em Rugia tenha sido calculada sobre a base de 10 sous por cavaleiro. Se, ao mesmo tempo, dividirmos a estimativa de Ana por 10, poderemos creditar a Godofredo cerca de mil cavaleiros e 7 mil homens de infantaria por ocasião de sua chegada a Constantinopla. Deve ter havido perdas consideráveis antes da data da reunião em Rugia, além dos cavaleiros que acompanharam Balduíno a Edessa; em contrapartida, tinham se juntado às suas forças sobreviventes da Cruzada de Pedro, o Eremita, bem como os malsucedidos cavaleiros germânicos e alguns dos marinheiros de Guynemer — os quais, uma vez que tinham por senhor um bolonhês, naturalmente se associariam ao Conde de Bolonha e seus irmãos.[4]

Roberto da Normandia recebeu oferta igual à de Godofredo em Rugia. Se este comandava mil cavaleiros, o normando devia contar com força idêntica. Um século depois, a Normandia seria obrigada a fornecer a seu duque pouco menos de 600 cavaleiros.[5] Para a Cruzada Roberto pode ter

1 Ana Comnena, X, ix, I, vol. II, p. 230: "Boemundo (...) não contava com forças muito amplas porque não possuía muito dinheiro (...)".
2 Ver acima, p. 197.
3 Ver acima, p. 261.
4 Ver acima, pp. 149-50, 201.
5 *Milites Regni Franciae*, *in* Bouquet, *R.H.F.*, vol. XXII, pp. 684-5. Isso confere 60 estandartes (*bannerets*) à Normandia na época de Felipe Augusto, cada qual com provavelmente 10 cavaleiros. Ver também lista *ibid.*, vol. XXIII, p. 698, que atribui ao ducado da Normandia 581 cavaleiros.

conseguido levantar um número razoavelmente maior de cavaleiros, talvez 650. Ao grupo juntaram-se soldados da Bretanha e da outra margem do Canal da Mancha, montando a mais 100 ou 150 cavaleiros. Além disso, depois do retorno de Estêvão de Blois e Hugo de Vermandois à Europa, Roberto assumiu o comando da parte de suas tropas que ficou para trás. Estêvão, cujos territórios não eram vastos, mas que era um homem rico, pode ter contribuído com 250 ou 300 cavaleiros. Hugo provavelmente não levou muito mais de 100. No total, Roberto podia muito bem contar com quase mil sob seu comando na época de Rugia.

Segundo os mesmos critérios, as forças de Roberto de Flandres devem ser estimadas em 600 cavaleiros, alguns dos quais provenientes do território de seu vizinho, o Conde de Hainault. Legalmente, Roberto devia ao seu senhor, o rei da França, apenas 20 cavaleiros completamente armados, mas, em 1103, comprometeu-se, em um tratado, a fornecer mil cavaleiros a Henrique da Inglaterra.[1] Podia, pois, recrutar com facilidade 600 para a Cruzada.

O efetivo de 500 cavaleiros de Boemundo a que se refere a Crônica de Luca está de acordo com esses números. Se partirmos do princípio de que as tropas dos nobres menores estão incluídas nos exércitos maiores e que as somas que lhes foram ofertadas por Raimundo em Rugia foram puramente pessoais, chegamos a um total de cerca de 4.200 a 4.500 cavaleiros e 30 mil soldados de infantaria — inclusive os não-combatentes que podiam ser forçados a pegar em armas — para toda a expedição. Na carta que escreveu para o papa, Dagoberto estima o exército cruzado em 15 mil homens de infantaria — nos quais deve ter incluído somente os combatentes armados — e 5 mil cavaleiros —, provavelmente um exagero permissível de um número próximo a 4 mil.[2]

Parece um exército pequeno o bastante. No entanto, os efetivos mencionados pelos cronistas para batalhas isoladas são ainda menores. Na batalha do Lago de Antióquia, quando diz-se que foram utilizados todos os cavaleiros disponíveis; havia apenas 700 deles. Muitos deles, contudo, encontravam-se enfermos na ocasião, e, pelo que se deduz de uma carta de Anselmo de Ribemont, a verdadeira escassez era de cavalos. Ele estima em apenas cerca de 700 o total disponível desses animais na época do cerco a Antióquia, tantos tinham sido os que pereceram devido à fome e ao frio. Segundo esse cronista, não havia carência de homens.[3] De mais a mais, nessa ocasião é pro-

1 *Actes des Comtes de Flandres*, ed. por Vercauteren, números 30, 41, citado com comentários por Lot, *L'Art Militaire et les Armées du Moyen Age*, vol. I, p. 130, n. 2.
2 Carta em Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe*, p. 172.
3 Ver acima, p. 222.

vável que a cavalaria de Raimundo tenha permanecido com ele para defender o acampamento. Diz-se que a expedição de assalto liderada por Boemundo e Roberto de Flandres no mês seguinte foi composta por 2 mil cavaleiros e 15 mil homens de infantaria — e aí definitivamente estavam excluídas as forças de Raimundo.[1] No cerco a Jerusalém, todavia, mais uma vez a cavalaria constava de apenas 1.200 ou 1.300 membros, e a infantaria, de pouco mais de 10 mil; a força do exército em Ascalão era bastante semelhante.[2] Embora muitos soldados tivessem morrido ou sido mortos e inúmeros tivessem voltado para casa, é inconcebível que o exército em sua totalidade tenha perdido dois terços de suas forças entre a reunião em Rugia e o cerco de Jerusalém.

Assim sendo, só podemos repetir que qualquer estimativa deve ser vista com reserva. Creio que o total das tropas na época da partida de Constantinopla mal atingia o número por mim sugerido acima. No decorrer dos dois anos seguintes, o exército foi muito reduzido; em Rugia, Raimundo usou uma estimativa obsoleta e extremamente otimista como base de cálculo para suas propostas. Os números relativamente modestos fornecidos nas crônicas das explorações de Balduíno podem, penso eu, ser aceitos como mais ou menos exatos.

O tamanho da expedição original de Pedro, o Eremita, é igualmente impossível de aferir. O número de 40 mil mencionado por Alberto de Aix é claramente excessivo; seus seguidores talvez montassem, isso sim, a cerca de 20 mil. Desses, a vasta maioria era de não-combatentes.[3]

Para fins de comparação, podemos observar que o exército bizantino no século IX, em sua totalidade, fora calculado em 120 mil homens. A perda das províncias anatólias deve ter resultado em uma redução das forças disponíveis no fim do século XI, mas Aleixo provavelmente contava com cerca de 70 mil homens, em sua maioria necessários para defender suas fronteiras mais remotas; uma grande parte provavelmente era dispersada todos os invernos por questão de economia. É improvável que o maior exército bizantino a travar um combate nesse período superasse os 20 mil soldados, bem equipados e bem treinados. Impossível estimar o tamanho das forças muçulmanas. O exército de Kerbogha provavelmente montava a uns 30 mil homens, mas não há evidências concretas. Pôde levar a cabo um bloqueio mais eficaz de

1 Ver acima, p. 220.
2 Ver acima, p. 337, nn. 1 e 2.
3 Chalandon, *op. cit.*, p. 59, avalia que 15 mil pessoas deixaram a França com Pedro. É impossível confirmar o número, que parece plausível. Segundo a *Chronicle of Zimmern*, pp. 27-8, Pedro tinha consigo 29 mil indivíduos em Civetot, depois que 3.200 germânicos haviam sido mortos (em Xerigordon).

Antióquia do que as tropas cruzadas tinham conseguido. O efetivo egípcio em Ascalão era sem dúvida maior que o dos cruzados, mas não há como calcular seu tamanho real de modo exato. É duvidoso que o exército turco em Doriléia fosse tão grande quanto o dos cruzados; os turcos confiavam em seus ataques repentinos e em sua mobilidade para compensar eventuais desvantagens numéricas.

Bibliografia

I. FONTES ORIGINAIS

1. COLEÇÕES DE FONTES

[*Observação*. As abreviações ao final de determinados itens são utilizadas para referir-se a esses itens nas notas de rodapé e nas seções seguintes da bibliografia.]

ACHÉRY, L. D'. *Spicilegium sive Collectio veterum aliquot Scriptorum*, 13 vols. Paris, 1655-77. 2ª ed. (ed. L. F. J. de la Barre), 3 vols. Paris, 1723.

Acta Sanctorum (*Bollandiana*). Antuérpia-Paris-Roma-Bruxelas, 1643— (em andamento). [Aa. Ss.]

Acta Sanctorum Ordinis Sancti Benedicti (ed. J. Mabillon e L. D'Achéry), 9 vols. Paris, 1668-1701.

AMEDROZ, H. F. e MARGOLIOUTH, D. S. *The Eclipse of the Abbasid Caliphate: Original Chronicles of the Fourth Islamic Century*, 6 vols. e Índice. Oxford, 1920-1.

Archives de l'Orient Latin, pub. Société de L' Orient Latin, 2 vols. Paris, 1881-4.

ASSEMANI, J. S. *Bibliotheca Orientalis*, 3 vols. Roma, 1719-28.

BENECHEWITCH, V. *Catalogus Codicum Manuscriptorum Graecorum qui in Monasterio Sanctae Catharinae in Monte Sinai Asservantur*. S. Petersburgo, 1911.

BOUQUET, M. et al. *Recueil des Historiens des Gaules et de la France*, 23 vols. Paris, 1738-1876. Nova série, Paris, 1899— (em andamento) [R.H.F.]

BROSSET, M. F. *Colection d' Historiens Arméniens*, 2 vols. S. Petersburgo, 1874-6.

CAETANI, L. Ver Bibliografia, p. 315.

Corpus Scriptorum Christianorum Orientalium (ed. J. B. Chabot et al.). Paris, 1903— (em andamento). [C.S.C.O.]

Corpus Scriptorum Eclesiasticorum Latinorum. Viena, 1866— (em andamento).

Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae. Bonn, 1828-97. [C.S.H.B.]

DÖLGER, F. *Regesten der Kaiserurkunden des Oströmischen Reiches*, 3 vols. Munique-Berlim, 1924-32.

Fonti per la Storia d' Italia, Istituto Storico Italiano. Roma, 1887— (em andamento).

HAGENMEYER, H. *Die Kreuzzugsbriefe aus den Jahren 1088-1100*. Innsbruck, 1902.

HOLTZMANN, W. Ver Bibliografia, p. 317.

JAFFÉ, P. *Bibliotheca Rerum Germanicarum*, 6 vols. Berlim, 1864-73.

JAFFÉ, P. *Regesta Pontificum Romanorum*, 2ª ed. (ed. W. Wattenbach, S. Loewenfeld et al.), 2 vols. Leipzig, 1885-8.

LEIB, B. *Deux Inédits Byzantins sur les Azymites au début du XIIme Siècle*. Roma, n.d. (1924).

Liber Pontificalis (ed. L. Duchesne), 2 vols. Paris, 1884-92.
MABILLON, J. *Annales Ordinis Sancti Benedicti*, 6 vols. Paris, 1703-39.
MABILLON, J. *De Re Diplomatica Libri VI*. Paris, 1681.
MANSI, J. D. *Sacrorum Conciliorum Amplissima Collectio*, 31 vols. Florença, Veneza, 1759-98. *Continuation* (ed. J.B. Martin e L. Petit). Paris, 190— (em andamento).
MIGNE, J. P. *Patrologiae Cursus Completus.*
I, *Patrologia Latina*, 221 vols. Paris, 1844-55. [M. P. L.]
II, *Patrologia Graeco-Latina*, 161 vols. em 166. Paris, 1857-66. [M. P. G.]
MONTFAUCON, B. DE. *Bibliotheca Coisliniana.* Paris, 1715.
Monumenta Germaniae Historica (ed. G. H. Pertz, T. Mommsen et al.). Hanover, 1826— (em andamento). [M. G. H.]
MURATORI, L. A. *Rerum Italicarum Scriptores*, 25 vols. Milão, 1723-51. [R. I. Ss.]
NEUBAUER, A. e Stern, M. *Quellen zur Geschichte der Juden in Deutschland*, 2 vols. Berlim, 1892.
Palestine Pilgrims' Text Society, 13 vols. e Índice. Londres, 1896-7. [*P.P.T.S.*]
Patrologia Orientalis (ed. R. Graffin e F. Nau). Paris, 1907— (em andamento). [*P.O.*]
Recueil des Historiens des Croisades. Publ. Académie des Inscriptions et Belles Lettres. Paris, 1841-1906.
Documents Arméniens, 2 vols. 1869-1906. [*R.H.C.Arm.*]
Historiens Grecs, 2 vols. 1875-81 [*R.H.C.G.*]
Historiens Occidentaux, 5 vols. 1844-95. [*R.H.C.Occ.*]
Historiens Orientaux, 5 vols. 1872-1906. [*R.H.C.Or.*]
RIANT, P. *Inventaire critique des Lettres historiques des Croisades, Archives de l'Orient Latin*, vol. I. Paris,1881.
RÖHRICHT, R. *Regesta Regni Hierosolymitani*, 2 vols. Innsbrück, 1893-1904.
ROZIÈRE, E. DE. *Recueil général des Formules usitées dans l'Empire des Francs du Vme au Xme Siècle*, 2 vols. Paris, 1859.
SATHAS, K. N. Μεσαιωνικὴ Βιβλιοθήκη, *Bibliotheca Graeca Medii Aevi*, 7 vols. Veneza-Paris, 1872-9.
TOBLER, T. e MOLINIER, A. *Itinera Hierosolymitana et Descriptiones Terrae Sanctae*, 2 vols. Genebra, 1879.
UGHELLI, F. *Italia Sacra*, 9 vols. Roma, 1644-62.
VAISSÈTE, DOM. Ver Bibliografia, p. 359.

2. FONTES OCIDENTAIS — LATINAS, EM FRANCÊS ANTIGO E ALEMÃO

Adamnan. *Arculf's Narrative about the Holy Places* (trad. J. R. Macpherson). *P.P.T.S.*, vol. III.
Aetheria. Ver *Pilgrimage of Saint Silvia.*
Aimé de Monte Cassino. *Chronicon, L'Ystoire de li Normant* (ed. O. Delarcq). Rouen, 1892.
Alberto de Aix (Albertus Aquensis). *Liber Christianae Expeditionis pro Ereptione, Emundatione et Restitutione Sanctae Hierosolymitanae Ecclesiae*, in *R.H.C.Occ.*, vol. IV.
Alexius I Commenus. Cartas nos. I, V e XI, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Ambrósio, Sto., Arcebispo de Milão. *Epístola*, in *M.P.L.*, vol. XVI.
Annales Althaenses Majores, in *M.G.H. Scriptores*, vol. XX.
Annales Pisani (ed. P. Tronci), 4 vols. Pisa, 1828-9.
Anonymi Gesta Francorum et Aliorum Hierosolimitorum (ed. L. Bréhier como *Histoire Anonyme de la Première Croisade*). Paris, 1924. (Também ed. H. Hagenmeyer. Heidelberg, 1890.)
Anselmo de Ribemont. Cartas nos. VIII e XV, em Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Agostinho, Sto., de Hippo. *Contra Faustum*, in *M.P.L.*, vol. XLII.

Agostinho, Sto., de Hippo. *De Civitate Dei*, in *M.P.L.*, vol. XLI.
Agostinho, Sto., de Hippo. *Epistolae*, in *M.P.L.*, vol. XXXIII.
Bartolfo de Nangis. *Gesta Francorum Iherusalem Expugnantium*, in *R.H.C.Occ.*, vol. III.
Baudri de Dol. *Historia Jerosolimitana*, in *R.H.C.Occ.* vol. IV.
Baudri of Dol. *Vita di Roberti de Arbrisello*, in *Aa. Ss.* (23 de fevereiro), vol.III.
Bechada, Gregório. *Chanson d' Antioche em provençal* (ed. P. Meyer) in "Fragment d' une Chanson d' Antioche en Provençal", in *Archives de l'Orient Latin*, vol. II.
Benedito de Accolti. *Historia Gotefridi*, in R.H.C.Occ. vol. V, pt. II.
Berno. *Libellus de Officio Missae*, in *M.P.L.*, vol. CXLII.
Bernoldo de Constance (Saint Blaise). *Chronicon*, in *M.G.H. Scriptores*, vol.V.
Boemundo. Documento no. X e cartas (com outros príncipes) nos. XII e XVI, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Caffaro de Caschifelone. *Annales Ianuenses*, in *Fonti per la Storia d'Italia*, vols. I e II.
Caffaro de Caschifelone. *De Liberatione Civitatum Orientis Liber*, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. I.
Cartulaire de Saint-Chaffre (ed. U. Chevalier). Paris, 1881.
Chanson du Chevalier au Cygne (versão belga, ed. Reffenberg e Borgnet), 3 vols. Bruxelas, 1846-59.
Chanson du Chevalier au Cygne (ed. Hippeau), 2 vols. Paris, 1874-7.
Chronicon Barense, in Muratori, *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. V.
Chronique de Zimmern (texto alemão com trad. francesa, ed. Hagenmeyer), in *Archieves de L' Orient Latin*, vol. II.
Cidadãos genoveses. Pacto com Boemundo no. XIV, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Clementia, Condessa de Flandres. Documento no. VII, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Clérigo de Luca. Carta no. XVII, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Commemoratorium de Casis Dei vel Monasteriis, in Tobler e Molinier, *Itinera Hierosolymitana*, vol. I.
Cosme de Praga. *Chronicon*, in *M.G.H. Scriptores*, vol. VII.
Daimbert (Dagoberto), Arcebispo de Pisa e Patriarca de Jerusalém. Cartas nos. XVIII e XXI, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
De Sancto Wlphlagio, in *Aa. Ss.* (7 de junho), junho, vol. II.
Ekkehard de Aura. *Chronicon Universale*, in *M.G.H. Scriptores*, vol. VI.
Ekkehard de Aura. *Hierosolymita*, in *R.H.C.Occ.* vol. V, pt. I.
Enódio. *Libellum pro Synodo*, in *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, vol. VI. Viena, 1882.
Estêvão de Blois. Cartas nos. IV e X, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Fulberto de Chartres. *Epistolae*, in *R.H.F.* vol. X.
Fulcher de Chartres. *Gesta Francorum Iherusalem Peregrinantium* (ed. H. Hagenmeyer). Heidelberg, 1913.
Gesta Adhemari Episcopi Podiensis Hierosolymitana, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. II.
Gesta Francorum. Ver Anonymi Gesta Francorum.
Gilon. *De Via Hierosolymitana*, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. II.
Glaber. Ver Radulfo.
Graindor de Douai. Ver Ricardo, o Peregrino.
Gregório VII, Papa. *Epístola*, in *Monumenta Gregoriana*, vol. II de Jaffé, *Bibliotheca Rerum Germanicarum.*
Gregório VII, Papa. *Registra* (ed. E. Caspar), in *M.G.H. Epistolae*, vol. II.
Gregório de Tours. *De Gloria Martyrum*, in *M.P.L.* vol. LXXI.
Guiberto de Nogent. *Historia Hierosolymitana*, in *R.H.C.Occ.*, vol. IV.

Guilherme de Malmesbury. *Gesta Regum* (ed. W. Strubbs), Rolls Series, 2 vols. Londres, 1887-9.
Guilherme de Tiro. *Historia Rerum in Partibus Transmarinis Gestarum*, in *R.H.C.Occ.* vol. I, pts. I e II. Versão em francês antigo, *L' Estorie de Eracles, Empereur, et la Conquest de la Terre d'Outremer*, ibid.
Gunther de Basiléia. *Solymarius*, in *Archives de l'Orient Latin*, vol. I.
Henrique de Huntingdon. *De Captione Antiochiae*, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. II.
Historia Belli Sacri (*Tudebodus Continuatus*), in *R.H.C.Occ.*, vol. III.
Historia et Gesta Ducis Gotfridi, in *R.H.C.Occ.* vol. V, pt. II.
Hugo de Fleury. *Itineris Hierosolymitani Compendium*, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. II.
Hugo de Lerchenfeld. *Breviarium Passagii in Terram Sanctam*, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. II.
Itinerary de Bernard the Wise (trad. J. H. Bernard), in *P.P.T.S.*, vol. III.
Itinerary of Bordeaux Pilgrim (trad. J. H. Stewart), in *P.P.T.S.*, vol. I.
Jerônimo, S. *De Viris Illustribus*, in *M.P.L.*, vol. XXIII.
Jerônimo, S. *Epistolae*, in *M.P.L.*, vol. XXII.
Jerônimo, S. *Liber Paralipumenon*, in *M.P.L.*, vol. XXVIII.
João VIII, Papa. *Epistolae*, in *M.P.L.*, vol. CXXVI.
José de Exeter. *Poemata* (ed. J. Jusserand), *De Josepho Exoniensi*. Paris, 1877.
José, o Historiógrafo. *Tractatus de Exordio Sacrae Domus Hospitalis Jerosolimitani*, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. II.
Lamberto de Arras. Cânones do Concílio de Clermont, in Mansi, *Concilia*, vol. XX.
Leão IX, Papa. *Epistolae*, in *M.P.L.*, vol. CXLIII.
Leão de Ostia. *Chronicon Monasterii Casinensis*, in *M.G.H. Scriptores*.
Lisiardo de Tours. *Historiae Hierosolimitanae Secunda Pars*, in *P.H.C.*
Liudprando de Cremona. *Opera* (ed. J. Becker). Hanover-Leipzig.
Malaterra, Gaufredus. *Historia Sicula*, in *M.P.L.*, vol. CXLIX.
Martinho I, Papa. *Epistolae*, in *M.P.L.*, vol. LXXXVII.
Milites Regni Franciae, in *R.H.F.*, vol.XXII.
Mirales de Saint-Benoît (ed. E. de Certain). Paris, 1856.
Miracula Sainct Wolframni Senonensis, in *Acta Sanctorum Ordinis Sancti Benedicti*, ser. III, pt. II.
Monitum in Balduini III Historiae Nicenae vel Antiochenae Prologum, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. I.
Nicolau I, Papa. *Epistolae*, in *M.G.H. Epistolae*, vol. VI.
Notitiae Duae Lemovicienses de Praedicatione Crucis in Aquitania, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. II.
Orderic Vitalis. *Historia Ecclesiastica* (ed. A. Le Prevost e L. Delisle) in Société de l'Histoire de France, 5 vols. Paris, 1838-55.
Pascoal II, Papa. Cartas nos. XIX e XXII, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Peregrinatio Frotmundi, in Aa. Ss. (24 de outubro), out., vol. X.
Pilgrimage of Saint Silvia of Aquitaine (trad. A. Stewart), in *P.P.T.S.*, vol. I.
Prudêncio. *Carmina* (ed. J. Bergman), in *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, vol. LXI.
Radulfo de Caen. *Gesta Tancredi Siciliae Regis in Expeditione Hierosolymitana.* in *R.H.C.Occ.*, vol. III.
Radulfo Glaber. *Historiarum Sui Temporis Libri V*, in *R.H.F.*, vol. X.
Raimundo de Aguilers. *Historia Francorum qui ceperunt Jerusalem*, in *R.H.C.Occ.*, vol. III.
Ricardo, o Peregrino. *La Chanson d' Antioche*, in *Roman des Douze Pairs: La Chanson d'Antioche composée au Commencement du XXIIme Siècle par le Pélérin Richard, renouvelée sous le Règne de Philippe Auguste par Graindor de Douai et publiée pour la premiere fois par Paulin Paris*, 2 vols. Paris, 1848.
Roberto, o Monge. *Historia Hierosolymitana*, in *R.H.C.Occ.*, vol. III.

Sigeberto de Gembloux. *Chronicon*, in *M.G.H. Scriptores*, vol. VI.
Simão, Patriarca de Jerusalém (et al.). Cartas nos. VI e IX, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Tolomeo. *Annales Lucchenses*, in *M.G.H. Scriptores* (novo ser.), vol. VIII.
Translatio Sancti Nicolai in Venetiam, in *R.H.C.Occ.*, vol. V, pt. I.
Tudebodo. *De Hierosolymitano Itinere*, in *R.H.C.Occ.*, vol. III.
Urbano II, Papa. Cartas nos. II e III, in Hagenmeyer, *Die Kreuzzugsbriefe.*
Vilibaldo. Hodoeporicon (trad. W. R. Brownlow), in P.P.T.S., vol. III.
Vítor II, Papa. Carta no. I (erradamente atribuída a Vítor III), in *M.P.L.*, vol. CXLIX.
Vitrício, S. *Liber de Laude Sanctorum*, in *M.P.L.*, vol. XX.
Vita Genovefae Virginis Parisiensis, in *M.G.H. Scriptores Rerum Merovingiarum*, vol. III.
Vita Lietberti, in d'Achéry, *Spicilegium*, vol. IX.
Vita Urbani II, in *Liber Pontificalis*, vol. II.

3. FONTES GREGAS

Ana Comnena. *Alexiad* (ed. B. Leib), in *Collection Byzantine de l'Association Guillaume Budé*, 3 vols. Paris, 1937-45. (Também ed. Ducange, in *R.H.C.G.*, vol.I.)
Atuliates, Miguel. *Historia* (ed. I. Bekker), in *C.S.H.B.* Bonn, 1853.
Basílio, S. *Opera*, in *M.P.G.*, vols. XXIX-XXXII.
Briênio, Nicéforo. *Historia* (ed. A. Meineke), in *C.S.H.B.* Bonn, 1836.
Cedreno, Jorge. *Synopsis Historiarum* (ed. I. Bekker), in *C.S.H.B.* 2 vols. Bonn, 1839.
Cerulário, Miguel, Patriarca. *Epistolae*, in *M.P.G.*, vol. CXX.
Chronicon Paschale (ed. L. Dindorf), in *C.S.H.B.* 2 vols. Bonn, 1832.
Constantino Porfirogeneto. *De Ceremoniis Aulae Byzantinae* (ed. J. J. Rieske), in *C.S.H.B.* 2 vols. Bonn, 1829-30. (Também ed. A. Vogt, in *Collection Byzantine de l'Association Guillaume Budé*, 4 vols. Paris, 1935-40.)
Doctrina Jacobi nuper Baptizati (ed. N. Bonwetsch), in *Abhandlungen der Königlichen Gesellschaft der Wissenschaft zu Göttingen, Phil.-Hist. Klasse*, Neue Folge, vol. XII, nº 3. Berlim, 1910.
Patriarcas orientais. Carta a Teófilo, in *M.P.G.*, vol. XCV.
Eusébio de Cesaréia. *Ecclesiastical History* (trad. H. J. Lawlor e J. E. L. Oughton), 2 vols. Londres, 1928.
Glicas, Miguel. *Chronicon* (ed. I. Bekker), in *C.S.H.B.* Bonn, 1836.
Gregório Nazianzeno, S. *Epistolae*, in *M.P.G.*, vol. XLVI.
João VI Cantacuzeno. *Historia* (ed. L. Schopen), in *C.S.H.B.* 3 vols. Bonn, 1828-32.
João Crysóstomo, S. *Opera*, in *M.P.G.*, vols. XLVII-LXIV.
João, o Oxita, Patriarca de Antióquia. Περὶ τῶν Ἀζύμων, in Leib, *Deux Inédits Byzantins.*
Nicéforo Calixto. *Historia Ecclesiastica*, in *M.P.G.*, vol. CXLVI.
Nicéforo, Patriarca. *Opuscula Historica* (ed. C. de Boor), in *Bibliotheca Teubneriana.* Leipzig, 1880.
Orígenes, *In Joannem*, in *M.P.G.*, vol. XIV.
Passio LX Martyrum et Legenda Sancti Floriani (ed. H. Delehaye), in *Analecta Bollandiana*, vol. XXIII. Bruxelas, 1903.
Pedro, Patriarca de Antióquia. Carta a Miguel Cerulário, in *M.P.G.*, vol. CXX.
Synopsis Chronicon, in Sathas, Μεσαιωνικὴ Βιβλιοθήκη, vol.VII.
Teodósio, Patriarca de Jerusalém. Carta a Inácio de Constantinopla, in Mansi, *Concilia*, vol. XVI.
Teófanes Confessor. *Chronographia* (ed. C. de Boor), 2 vols. Leipizig, 1883-5.

Teofilato, Arcebispo da Bulgária. *Epistolae*, in M.P.G., vol. CXXVI.
Zonaras, João. *Epitome Historiarum*, vol. III (ed. T. Büttner-Wörst), in *C.S.H.B.* Bonn, 1897.

4. FONTES ÁRABES E PERSAS

[*Observação*. Os títulos das obras foram traduzidos para o português.]

Abu'l Feda. *Anais Muçulmanos* (seleção, com trad. francesa), in *R.H.C.Or.* vol. I. (Texto na íntegra com trad. latina ed. J. Reiske. Copenhague, 1789-94.)
Abu'l Mahāsin. Passagens do manuscrito citadas, com trad. russa, in Rosen, *Emperor Basil the Bulgar-slayer.*
Agápio de Maboug. *Crônica Universal* (ed. com trad. francesa por A. A. Vasiliev), in *P.O.* vols. V, VII e VIII.
Antíoco, o Estratego. *Captura de Jerusalém pelos Persas*, versão árabe (ed. com trad. francesa por A. Couret), in *Revue de l'Orient Chrétien.* Paris, 1897. Ver Bibliografia, p. 313.
Balādurī. *A Conquista das Nações*, texto árabe. Cairo, A.H. 1319. (trad. para o inglês por P. K. Hitti e F. C. Murgotten, 2 vols. Nova York, 1916-24.)
Crônica de Seert (ed. com trad. francesa por A. Scher), in *P.O.* vols. IV, V, VII e XIII.
Eutíquio, Patriarca de Alexandria. *Anais* (trad. latina in *M.P.G.*, vol. CXI).
Ibn al-Athir. *História dos Atabegues de Mosul* (seleção com trad. francesa), in *R.H.C.Or.*, vol. II, pt. II.
Ibn al-Athir. *Síntese da História do Mundo* (seleção com trad. francesa), in *R.H.C.Occ.*, vol. I. (texto árabe na íntegra ed. C. J. Tornberg, 14 vols. Leyden-Upsala, 1851-76.)
Ibn Khaldūn. *História Universal*, texto árabe, 7 vols. Bulaq, A.H. 1287. (trad. parcial para o latim por C. J. Tornberg. Upsala, 1840.)
Ibn al-Qalānisī. *Continuação da Crônica de Damasco: a Crônica de Damasco das Cruzadas* (seleção e trad. para o inglês por H. A. R. Gibb). Londres, 1932. (texto árabe integral ed. H. F. Amedroz. Leyden, 1908.)
al-Jahiz. *Três Ensaios* (ed. J. Finkel). Cairo, 1926.
Kemal ad-Din. *Crônica de Alepo* (seleção, com trad. francesa), in *R.H.C.Or.*, vol. III.
Miskawaihi. *Experiências das Nações* (partes finais trad. para o inglês por D. S. Margoliouth), in Amedroz e Margoliouth, *Eclipse of the Abbasid Caliphate*, vols. I e II (texto árabe); vols. IV e V (texto inglês).
Mukaddasi. *Descrição da Síria* (trad. para o inglês por G. Le Strange), in *P.P.T.S.*, vol. III.
Nasir-i-Khusrau. *Diário de uma Viagem através da Síria e Palestina* (trad. inglesa do persa, por G. Le Strange), in *P.P.T.S.* vol. IV.
Severo de Aschmounein. *História dos Patriarcas de Alexandria* (ed. com trad. inglesa por B. Evetts), in *P.O.*, vols. I e V.

5. FONTES ARMÊNIAS

Aristaces de Lastivert. *História* (texto armênio). Veneza, 1844.
Kirakos de Gantzag (Guiragos de Kantzak). *História* (excertos com trad. francesa), in *R.H.C.Arm.*, vol. I.
Mateus de Edessa. *Crônica* (trad. para o francês por E. Dulaurier). Paris, 1858. (Excertos com trad. francesa, in *R.H.C.Arm.*, vol. I.)
Mekhitar de Airavanq. *História* (texto armênio). S. Petersburgo, 1867.

Samuel de Ani. *Tabelas Cronológicas* (trad. francesa), in Brosset, *Collection d'Historiens Arméniens*, vol. II.
Sebeos. *História de Heráclio* (texto armênio). Constantinopla, 1851.
Sembat, Governador da Armênia. *Crônica* (texto armênio). Paris, 1859.
Vahram Rabuni. *História da Dinastia Rupênia* (crônica em versos, texto armênio com trad. francesa), in *R.H.C.Arm.*, vol. I.
Vartan, o Grande. *História* (excertos com trad. francesa), in *R.H.C.Arm.*, vol. I.

6. FONTES SÍRIAS

Bar Hebraeus, Gregório, chamado Abu'l Faraj. *Cronografia.* Parte I, *História Política* (ed. com trad. inglesa por E. A. W. Budge), 2 vols. Oxford, 1932. Partes II e III, *História Eclesiástica* (ed. com trad. latina por J. B. Abbeloos e T. J. Lamy), 2 vols. Louvain, 1872-7. (Excertos in Assemani, *Bibliotheca Orientalis*, vol. II.)
Crônica anônima (ed. A. S. Tritton com trad. inglesa) in "First and Second Crusades from an anonymous Syriac chronicle", in *Journal of the Royal Asiatic Society.* Londres, 1933.
Crônica anônima (ed. com trad. latina por I. Guidi), in *C.S.C.O. Scriptores Syri*, ser. III, vol. IV. (Citada como *Anon. Guidi.*)
Elias de Nisibin. *Crônica* (ed. com trad. francesa por E. W. Brooks e J.B. Chabot), in C.S.C.O. *Scriptores Syri*, ser. III, vols. VII e VIII.
Miguel, o Sírio. *Crônica* (ed. com trad. francesa por J.B. Chabot), 4 vols. Paris, 1899-1910.
"Tomás, o Sacerdote". *Livro dos Califas* (ed. como *Chronicon Miscellaneum ad annum Domini 724 pertinens* com trad. latina por E. W. Brooks), in *C.S.C.O. Scriptores Syri*, ser. III, vol. IV.

7. FONTES HEBRAICAS

Anônimo de Mainz-Darmstadt. *Memorial* (ed. com trad. alemã), in Neubauer e Stern, *Quellen zur Geschichte der Juden*, vol. II.
Eliezer bar Nathan. *Relação* (ed. com trad. alemã), in Neubauer e Stern, *Quellen zur Geschichte der Juden*, vol. II.
Ephraim bar Jacob. *Relação* (ed. com trad. alemã), in Neubauer e Stern, *Quellen zur Geschichte der Juden*, vol. II.
Martirológio de Nuremberg, Das Martyrologium des Nürnberger Memorbuches (ed. com trad. alemã), in Safeld, *Quellen zur Geschichte der Juden*, vol. III. Berlim, 1898.
Salomon bar Simeon. *Relação* (ed. com trad. alemã), in Neubauer e Stern, *Quellen zur Geschichte der Juden*, vol. II.

8. FONTES DIVERSAS

Antíoco, o Estratego. *Captura de Jerusalém pelos Persas*, in Georgian (ed. com trad. para o russo por A. Marr), in *Textes et Recherches rélatifs à la Philologie Arménienne*, vol. IX. S. Petersburgo, 1909. (Este trabalho provavelmente foi escrito originalmente em grego. A versão georgiana é derivada de uma versão árabe perdida, da qual o trabalho mencionado na Bibliografia, p. 312, é um resumo. Uma segunda versão em georgiano e

uma versão árabe um pouco mais completa já foram descobertas desde então. Ver P. Peeters in *Analecta Bollandiana*, vols. XXXI e XXXVIII.)
João de Nikiu. *Crônica* (trad. do etíope para o inglês por R. H. Charles). Londres, 1916. (Este trabalho foi escrito originalmente em grego, traduzido para o árabe e daí para o etíope. Tanto a versão grega quanto a árabe foram perdidas.)

II. OBRAS MODERNAS

AMANN, E. e DUMAS, A. *L'Eglise au pouvoir des Laïques*, vol. VII de A. Fliche e V. Martin, *Histoire de l'Eglise.* Paris, 1940.
AMANTOS, K. Ἱστορία τοῦ Βυζαντινοῦ Κράτους, 2 vols. Atenas, 1939-48.
AMARI, M. *Storia dei Musulmani di Sicilia*, 9 vols. Florença, 1854-72.
AMÉLINEAU, E. "La Conquête de l'Egypte par les Arabes", in *Revue Historique*, vol. CXIX. Paris, 1915.
ANDERSON, J. G. C. "The Road-System of Eastern Asia Minor", in *Journal of Hellenic Studies*, vol. XVII. Londres, 1897.
ARCHER, T. A. e KINGSFORD, C. L. *The Crusades.* Londres, 1894.
ARNOLD, T. e GUILLAUME, A. *The Legacy of Islam.* Oxford, 1931.
BALLESTEROS e BERETTA, A. *Historia de España*, vol. II. Barcelona, 1908.
BARKER, E. Artigo "The Crusades", in *Encyclopaedia Britannica*, 11ª ed.
BARTHOLD, W. Artigo "Turks", in *Encyclopaedia of Islam.*
BARTHOLD, W. *Turkestan down to the Mongol Invasion.* Gibb Memorial Series. Oxford, 1928.
BAUDRILLART, A. VOGT, A. e ROUZIÈS, M. *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastique.* Paris, 1912— (em andamento).
BEAUMONT, A. A. "Albert of Aachen e the Country of Edessa", in *The Crusades and other Historical Essays presented to D.C. Munro.* Nova York, 1928.
BECKER, C. H. Artigo "Djizya", in *Encyclopaedia of Islam.*
BERCKEM, M. VAN. "The Moisacs of the Dome of the Rock at Jerusalem and of the Great Mosque at Damascus", cap. V in Creswell, *Early Muslim Architecture.*
BLEYE, A. *Manual de Historia de Espanã*, 2 vols. Bilbao, 1927-8.
BOGIATZIDES, I. "Ιστορικαὶ Μελέται. Tessalônica, 1932.
BOISSONNADE, P. "Cluny, la Papauté et la première grande Croisade internationale contre les Sarrasins d'Espagne", in *Revue des Questions Historiques*, vol. CXVII. Paris, 1932.
BOISSONADE, P. *Du nouveau sur la Chanson of Roland.* Paris, 1923.
BRÉHIER, L. *L'Eglise et l'Orient au Moyen Age: Les Croisades.* Paris, 1928.
BRÉHIER, L. e AIGRAN, A. *Grégoire le Grand, les Etats barbares et la Conquête Arabe*, vol. V de Fliche e Martin, *Histoire de l'Eglise.*
BREYSIG, T. "Gottfried von Bouillon vor dem Kreuzzuge", in *Westdeutsche Zeitschrift für Geschichte*, vol. XVII. Trier, 1898.
BROWNE, L. E. *The Eclipse of Christianity in Asia.* Cambridge, 1933.
BUCKLER, G. *Ana Comnena.* Oxford, 1929.
BUHL, F. Artigos "Al Kuds" e "Muhammed", in *Encyclopaedia of Islam.*
BURKITT, F. C. *Early Eastern Christianity.* Londres, 1904.
BURY, J. B. *History of the later Roman Empire from Arcadius to Irene*, 2 vols. Londres, 1889.
BURY, J. B. *Selected Essays* (ed. Temperley). Cambridge, 1930.
BURY, J. B. "The Cerimonial Book of Cosntantine Porphyrogennetos", in *English Historical Review*, vol. XXII. Londres, 1907.

BUTLER, A. J. *The Arab Conquest of Egypt.* Oxford, 1902.
BYRNE, E. H. "Genoese Colonies in Syria", in *The Crusades ande other Historical Essays presented to D. C. Munro.* Nova York, 1928.
CABROL, F. e LECLERCQ, H. *Dictionnaire d'Archéologie chrétienne et de Liturgie.* Paris, 1907— (em andamento).
CAETANI, L. C. *Annali dell' Islam*, 7 vols. Milão, 1905-14.
CAHEN, C. "Diyar Bakr au temps des premiers Artuqides", in *Journal Asiatique*, vol. CCXXVII. Paris, 1935.
CAHEN, C. "La Campagne de Mantzikert d'après les Sources Mussulmanes", in *Byzantion*, vol. IX. Bruxelas, 1934.
CAHEN, C. "La première Pénétration turque en Asie Mineure", in *Byzantion*, vol. XVIII. Bruxelas, 1948.
CAHEN, C. *La Syrie du Nord à l'Epoque des Croisades.* Paris, 1940.
CAHEN, C. "La Tughra Seldjucide", in *Journal Asiatique*, vol. CCXXXIV. Paris, 1943-5.
Cambridge Medieval History (planejada por J. B. Bury), 8 vols. Cambridge, 1911-36.
CAUWENBERGH, E. VAN. *Les Pèlerinages expiatoires et judiciaires dans le droit Communal de la Belgique au Moyen Age.* Louvain, 1922.
CAVAIGNAC, E. *Histoire du Monde.* Ver Gaudefroy-Demombynes.
CHALANDON, F. *Essai sur le Règne d'Alexis Comnène Ier.* Paris, 1900.
CHALANDON, F. *Histoire de la Domination normande en Italie et en Sicile*, 2 vols. Paris, 1907.
CHALANDON, F. *Histoire de la première Croisade.* Paris, 1925.
CHALANDON, F. *Les Comnènes*, t. II: *Jean II Comnène et Manuel Comnène.* Paris, 1913.
CHAMICH, M. *History of Armenia* (trad. J. Avdall), 2 vols. Calcutá, 1827.
CHEVALIER, U. *Cartulaire de Saint-Chaffre.* Ver Bibliografia, p. 309.
CHRISTENSEN, A. *L'Iran sous les Sassanides.* Paris-Copenhagen, 1936.
COGNASSO, F. *La Genesi delle Crociate.* Turim, 1934.
COURET, A. *La Palestine sous les Empereurs grecs.* Grenoble, 1869.
COURET, A. *La Prise de Jérusalem par les Perses en 614.* Orléans, 1896.
CRESWELL, K. A. C. *Early Muslim Architecture*, 2 vols. Oxford, 1932-40.
CROZET, R. "Le Voyage d'Urbain II et ses arrangements avec le Clergé de France", in *Revue Historique*, vol. CLXXIX. Paris, 1937.
DAVID, C. W. *Robert Curthose.* Cambridge, Mass., 1920.
DELBRÜCK, H. *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte*, 3 vols. Berlim, 1907.
DELEHAYE, H. *Les Origines du Culte des Martyres, in Analecta Bollandiana*, vol. XLIV. Bruxelas, 1925.
DELEHAYE, H. *Sanctus: Essai sur le Culte des Saints.* Bruxelas, 1927.
DER NERSESSIAN, S. *Armenia and the Byzantine Empire.* Cambridge, Mass., 1945.
DESCHAMPS, P. *Les Châteaux des Croisés en Terre Sainte:* vol. I, *Le Crac des Chevaliers.* Paris, 1934; vol. II, *La Défense du Royaume de Jérusalem.* Paris, 1939.
DEVREESSE, R. *Le Patriarchat d'Antioche.* Paris, 1945.
DIEHL, G. e MARÇAIS, G. *Le Monde Oriental de 395 à 1081*, vol. III de *Histoire Générale*, fondée par G. Gloetz, *Histoire du Moyen Age.* Paris, 1936.
DIEHL, C., MARÇAIS, G., OECONOMOS, L., GUILLAUD, R. e GROUSSET, R. *L'Europe Orientale de 1081 à 1453, ibid.*, vol. IX. Paris, 1945.
DODU, G. *Histoire des Institutions Monarchiques dans le Royaume Latin de Jérusalem*, Paris, 1894.
DÖLGER, F. *Regesten der Kaiserurkunden des Oströmischen Reiches*, vol. II. Munique-Berlim, 1925.

DOZY, R. *Histoire des Musulmans d'Espagne* (nova ed.), 3 vols. Leyden, 1932.
DUCANGE, C. DU F. *Les Familles d'Outremer* (ed. E. G. Rey). Paris, 1869.
DUCHESNE, L. *Les Premiers Temps de l'Etat Pontifical*. Paris, 1898.
DUNCALF, F. "The Pope's Plan for the First Crusade", in *The Crusades and other Historical Essays presented to D. C. Munro*. Nova York, 1928.
DUVAL, R. *Histoire politique, religieuse et littéraire d'Edesse*. Paris, 1892.
DUSSAND, R. *Topographie historique de la Syrie antique et médiévale*. Paris, 1927.
DVORNIK, F. *The Photian Schism*. Cambridge, 1948.
EBERSOLT, J. *Les Sanctuaires de Byzance*. Paris, 1921.
EBERSOLT, J. *Orient et Occident*, 2 vols. Paris, 1928-9.
Encyclopaedia of Islam, 4 vols. Leyden-Londres, 1908-34.
ENLART, C. *Les Monuments des Croisés*, 2 vols. (com álbuns). Paris, 1925-8.
ERDMANN, C. *Die Entstehung des Kreuzzugsgedankens*. Stuttgart, 1935.
EVERY, G. *The Byzantine Patriarchate*. Londres, 1947.
FLICHE, A. *Le Règne de Philippe Ier, Roi de France*. Paris, 1912.
FLICHE, A. *L'Europe Occidentale de 888 à 1125*, vol. II de *Histoire Générale*, fondée par G. Gloetz, *Histoire du Moyen Age*. Paris, 1930.
FLICHE, A. "Urbain II et la Croisade", in Revue de l'Histoire de l'Eglise de France, vol. XIII. Paris, 1927.
FLICHE, A. e MARTIN, E. V. *Histoire de l'Eglise*. Ver Amann e Bréhier.
FRITSCHE, E. *Islam und Christentum im Mittelalter*. Breslau, 1930.
FRYE, R. e SAYILI, A. "Selcuklardan evvel Ontasarkta Türkler", in *Belleten*, vol. VII. Istambul, 1946.
GAUDEFROY-DEMOMBYNES, J. e PLATONOV, S. F. *Le Monde Musulman et Byzantin jusqu'aux Croisades*, in E. Cavaignac, *Histoire de Monde*, vol. VIII. Paris, 1931.
GAY, J. *L'Italie Méridionale et l'Empire Byzantin*. Paris, 1904.
GAY, J. *Les Papes du XIe siècle et la Chrétienté*. Paris, 1926.
GIBBON, E. *Decline and fall of the Roman Empire* (ed. J. B. Bury), 7 vols. Londres, 1896.
GINDLER, P. *Graf Balduin I von Edessa*. Halle, 1901.
GOEJE, M. J. DE. *Mémoire sur la Conquête de la Syrie par les Arabes*. Leyden, 1900.
GORDLEVSKY, A. *Império Seljúcida na Ásia Menor* (em russo). Moscou, 1941.
GRAEFE, E. Artigo "Hakim", in *Encyclopaedia of Islam*.
GRAETZ, H. *Geschichte der Juden*, 11 vols. Leipzig, 1866-78.
GRAF, G. *Geschichte der Christlichen Arabischen Litteratur*, 2 vols. Cidade do Vaticano, 1944-7.
GRANDCLAUDE, M. *Etude Critique sur les Livres des Assises de Jérusalem*. Paris, 1930.
GRÉGOIRE, H. "Mahomet et le Monophysisme", in *Mélanges Charles Diehl*, vol. I. Paris, 1930.
GRÉGOIRE, H. "Notes sur Anne Comnène", in *Byzantion*, vol. III. Bruxelas, 1926.
GROUSSET, R. *Histoire de l'Arménie des Origines à 1071*. Paris, 1947.
GROUSSET, R. *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jérusalem*, 3 vols. Paris, 1934-6.
GROUSSET, R. *L'Empire du Levant*. Paris, 1946.
GRUMEL, V. "Jérusalem entre Roma et Byzance", in *Echos d'Orient*, vol. XXXVIII. Paris, 1939.
GRUMEL, V. "Les Patriarches d'Antioche du nom de Jean", in *Echos d'Orient*, vol. XXXII. Paris, 1933.
GRUNEBAUM, G. E. V. *Medieval Islam* (2ª imp.). Chicago, 1947.
GÜTERBOCK, C. *Der Islam im Lichte der byzantinischen Polemik*. Berlim, 1912.
HAGENMEYER, H. *Chronologie de la Première Croisade*. Paris, 1902.

HAGENMEYER, H. *Die Kreuzzugsbriefe*. Ver Bibliografia, p. 307.
HAGENMEYER, H. *Peter der Eremite*. Leipzig, 1879. Trad. francesa (sem apêndices) por Furcy Raynaud, *Le Vrai et le Faux sur Pierre l'Hermite*. Paris, 1883.
HALPHEN, L. *L'Essor de l'Europe*, vol. VI de *Peuples et Civilisations* (ed. I. Halphen e P. Sagnac), 2ª ed. Paris, 1940.
HANSEN, W. *Das Problem des Kirchenstaates in Jerusalem*. Friburgo, 1928.
HATEM, A. *Les Poèmes Epiques des Croisades*. Paris, 1932.
HEERMANN, O. *Die Gefechtsführung der abendländischen Heere im Orient in der Epoche des ersten Kreuzzuges*. Marburg, 1887.
HEFELE, C. J. *Histoire des Conciles* (trad. e ed. H. Leclercq). Paris, 1907— (em andamento).
HERGENRÖTHER, J. *Photius, Patriarch von Konstantinopel*, 3 vols. Regensburg, 1887-9.
HEYD, W. *Histoire du Commerce du Levant* (trad. Furcy Raynaud; 2ª reimp), 2 vols. Leipzig, 1936.
HILL, G. *A History of Cyprus*, vol. I. Cambridge, 1940.
HOGARTH, D. G. e MUNRO, J. A. R. *Modern and Ancient Roads in Eastern Asia Minor. Royal Geographical Society, Supplementary Papers* (novo ser.), vol. III. Londres, 1893.
HOLTZMANN, W. "Die Unionsverhandlungen zwischen Kaiser Alexios I und Papst Urban II im Jahre 1089", in *Byzantinische Zeitschrift*, vol. XXVIII. Leipzig, 1928.
HONIGMANN, E. *Die Ostgrenze des byzantinischen Reiches von 363 bis 1071*, in *Corpus Bruxellense Historiae Byzantinae*, vol. III. Bruxelas, 1935.
HONIGMANN, E. Artigos "al Lâdhiqiya", "Izniq", "Macarrat al Numan", "Malatya", "Marash", "Missis", "Orfa", "Ortoqids" e "Shaizar", in *Encyclopaedia of Islam*.
HOUTSMA, M. T. Artigo "Seljuks", in *Encyclopaedia Britannica*, 11a ed.; artigos "Menguchek" e "Tutush", in *Encyclopaedia of Islam*.
HUART, C. *Histoire des Arabes*, 2 vols. Paris, 1911-12.
HUBERTI, L. *Studien zur Rechtsgeschichte der Gottesfrieden und Landfrieden*. Ansbach, 1892.
HUSSEY, J. M. *Church and Learning in the Byzantine Empire*. Oxford, 1937.
IORGA, N. *Histoire of la Vie Byzantine*, 3 vols. Paris, 1934.
IORGA, N. *Histoire des Croisades*. Paris, 1924.
IORGA, N. *Les Narrateurs of la Première Croisade*. Paris, 1928.
Islam Ansiklopedisi. Istambul, 1940— (em andamento).
JIREČEK, C. *Die Heerstrasse von Belgrad nach Constantinopel und die Balkanpässe*. Praga, 1877.
JORANSON, E. "The Great German Pilgrimage of 1064-65", in *The Crusades and other Historical Essays presented to D.C. Munro*. Nova York, 1928.
JUGIE, M. *Le Schisme Byzantin*. Paris, 1941.
JUGIE, M. "Le Schisme de Michel Cérulaire", in *Echos d'Orient*, vol. XXXV. Paris, 1937.
JUYNBOLL, T. W. Artigo "Kharadj", in *Encyclopaedia of Islam*.
KLEIN, C. *Raimund von Aguilers: Quellenstudie zur Geschichte des ersten Kreuzzuges*. Berlim, 1892.
KNAPPEN, M. M. "Robert II of Flanders in the first Crusade", in *The Crusades and other Historical Essays presented to D. C. Munro*. Nova York, 1928.
KÖPRÜLÜ, M. F. "Anadolun Selcuklarî Tarihi'nin Yerli Kaynaklari", in *Belleten*, vol. VII. Istambul, 1943.
KÖPRÜLÜ, M. F. *Les Origines de l'Empire Ottoman*. Paris, 1935.
KRAUSS, S. *Studien zur byzantinisch-jüdischen Geschichten*. Leipzig, 1914.
KREBS, F. *Zur Kritik Alberts von Aachen*. Münster, 1881.

KREY, A. C. "A Neglected Passage in the Gesta", in *The Crusades and other Historical Essays presented to D. C. Munro*, Nova York, 1928.
KREY, A. C. "Urban's Crusade, Success or Failure?", in *American Historical Review*, vol. LIII. Nova York, 1918.
KRUMBACHER, K. *Geschite der byzantinischen Litteratur*. Munique, 1897.
KÜGLER, B. *Albert von Aachen*. Stuttgart, 1885.
KÜGLER, B. *Bohemund und Tankred*. Tübingen, 1862.
KÜGLER, B. *Geschichte der Kreuzzüge*. Berlim, 1891.
KÜGLER, B. "Peter der Eremite und Albert von Aachen", in *Historische Zeitschrift*, vol. XLIV. Berlim-Munique, 1880.
KÜHNE, E. *Zur Geschichte des Fürstentums Antiochien*, 1098-1130. Berlim, 1897.
KULAKOVSKY, Y. "Crítica de Evidências em Teófanes" (em russo), in *Vizantiiski Vremennik*, vol. XXI. S. Petersburgo, 1915.
KULAKOVSKY, Y. *História de Bizâncio* (em russo), 3 vols. Kiev, 1913-15.
KURAT, A. N. *Peçenek Tarihi*. Istambul, 1937.
Kuseir Amra. Publicado por Kaiserliche Akademie der Wissenschaften, 2 vols. Viena, 1907.
LABOURT, J. *De Timotheo I, Nestorianorum Patriarcha*. Paris, 1904.
LABOURT, J. *Le Christianisme dans l'Empire Perse*. Paris, 1904.
LAMMENS, H. *Etudes sur le Siècle des Ommayades*. Beirute, 1930.
LAMMENS, H. *L'Arabie Occidentale avant l' Hégire*. Beirute, 1928.
LAMMENS, H. *La Syrie: Précis Historique*, 2 vols. Beirute, 1921.
LA MONTE, J. L. *Feudal Monarchy in the Latin Kingdom of Jerusalem*. Cambridge, Mass., 1932.
LANE POOLE, S. *A History of Egypt in the Middle Ages*. Londres, 1925.
LANE POOLE, S. *The Mohammedan Dynasties*. Paris, 1925.
LANGLOIS, V. *Numismatique de l'Arménie au Moyen Age*. Paris, 1855.
LAURENT, J. *Byzance et les Turcs Seldjoucides jusqu'en 1081*. Nancy, 1913.
LAURENT, J. "Byzance et les Origines du Sultanat de Roum", in *Mélanges Charles Diehl*, vol. I. Paris, 1930.
LAURENT, J. "Des Grecs aux Croisés: Etude sur l'histoire d'Edesse", in *Byzantion*, vol. I. Bruxelas, 1924.
LAURENT, J. *L'Arménie entre Byzance et l'Islam*. Paris, 1919.
LAURENT, J. "Le Duc d'Antioche Katchatour", in *Byzantinische Zeitschrift*, vol. XXX. Leipzig, 1929-30.
LAURENT, J. "Les Arméniens de Cilicie", in *Mélanges Schlumberger*, vol. I. Paris, 1924.
LEIB, B. *Deux Inédits Byzantins sur les Azymites*. Ver Bibliografia, p. 307.
LEIB, B. *Rome, Kiev et Byzance à la fin du XIème siècle*. Paris, 1924.
LE STRANGE, G. *Lands of the Eastern Caliphate*. Cambridge, 1905.
LE STRANGE, G. *Palestine under the Moslems*. Londres, 1890.
LOEWE, H. M. J. "The Seljuks", in *Cambridge Medieval History*, vol. IV, cap. X, B. Cambridge, 1923.
LONGNON, J. *Les Français d'Outremer au Moyen Age*. Paris, 1929.
LOT, F. *L'Art Militaire et les Armées du Moyen Age*, 2 vols. Paris, 1946.
LUCHAIRE, A. "Les premiers Capétiens", in E. Lavisse, *Histoire de France*, vol. II, 2. Paris, 1901.
MANSELLI, R. "Normanni d'Italia alla Prima Crociata: Boemondo d'Altavilla", in *Japigia*, vol.IX. Nápoles, 1940.
MANTEYER, G. DE. *La Provence du Ier au XIIe Siècle*. Paris, 1908.

MARICQ, A. "Un 'Comte de Brabant' et des 'Brabançons' dans deux textes byzantins", in *Académie Royale de Belgique, Bulletin de la Classe des Lettres*, 5ª série, vol. XXXIV. Bruxelas, 1948.
MÉLY, F. DE. "La Croix des premiers Croisés", in vol. suplementar de Riant, *Exuviae Sacrae Constantinopolitanae*. Paris, 1904.
MICHAUD, J. F. *Histoire des Croisades*, 5 vols. Paris, 1817-22.
MICHEL, A. *Amalfi und Jerusalem im griechischen Kirchenstreit. Orientalia Christiana Analecta*, nº 121. Roma, 1939.
MICHEL, A. *Humbert und Kerularios*, 2 vols. Paderborn, 1924-30.
MOELLER, C. "Godefroid de Bouillon et l'Avouerie du Saint-Sépulcre", in *Mélanges Godfried Kurth*, vol. I. Liège, 1908.
MORAVCSIK, G. *Byzantinoturcica*, 2 vols. Budapeste, 1942-3.
MORDTMANN, J. H. Artigos "Izmir" e "Eskisehir", in *Encyclopaedia of Islam*.
MUIR, W. *The Caliphate, its Rise, Decline and Fall* (ed. rev.). Edimburgo, 1915.
MUKRIMIN HALIL (YINANÇ). Artigo "Danismend", in *Islam Ansiklopedisi*.
MUKRIMIN HALIL (YINANÇ). *Türkiye Tarihi, Selcuklu Dairi*, vol. I, *Anadolun Fethi*. Istambul, 1934.
MUNRO, D. C. "Did the Emperor Alexius I ask for aid at the Council of Piacenza?", in *American Historical Review*, vol. XXVII. Nova York, 1922.
MUNRO, D. C. *The Kingdom of the Crusaders*. Nova York, 1936.
MUNRO, D. C. "The Speech of Papa Urban II at Clermont", in *American Historical Review*, vol. XI. Nova York, 1906.
NAU, F. *Les Arabes Chrétiens de Mésopotamie et de Syrie du VIIème au VIIIème siècle*. Paris, 1933.
NICHOLSON, R. H. *Tancred*. Chicago, 1940.
NORDEN, W. *Das Papsttum und Byzanz*. Berlim, 1903.
OECONOMOS, L. *La Vie Religieuse dans l'Empire Byzantin*. Paris, 1918.
O'LEARY, DE L. *Arabia before Mohammed*. Londres, 1927.
O'LEARY, DE L. *A short History of the Fatimid Khaliphate*. Londres, 1923.
O'LEARY, DE L. *How Greek Science passed to the Arabs*. Londres, 1948.
OMAN, C. W. C. *A History of the Art of War in the Middle Ages* (2ª ed.), 2 vols. Londres, 1924.
ORMANIAN, M. *L'Eglise Arménienne*. Paris, 1910.
OSTROGORSKY, G. "Agrarian Conditions in the Byzantine Empire", in *Cambridge Economic History of Europe*, vol. I. Cambridge, 1942.
OSTROGORSKY, G. *Geschichte des byzantinischen Staates*. Munique, 1940.
PARIS, G. "La Chanson d'Antioche provençale et la Grande Conquista de Ultramar", in *Romania*, vols. XVII, XIX e XXII. Paris, 1888, 1890, 1893.
PAULOT, L. *Un Pape Français: Urbain II*. Paris, 1903.
PERNICE, A. *L'Imperatore Eraclio*. Florença, 1905.
PFISTER, C. *Etudes sur le Règne de Robert le Pieux*. Paris, 1885.
PIGEONNEAU, H. *Le Cycle de la Croisade et la Famille du Bouillon*. Saint-Cloud, 1877.
PIGNOT, J. H. *Histoire de l'Ordre de Cluny*, 3 vols. Autun, 1868.
PIGULEVSKAYA, N. V. *Bizâncio e Irã nos Séculos VI e VII* (em russo). Moscou, 1946.
PONTIERI, E. *Tra i Normanni nell'Italia Meridionale*. Nápoles, 1948.
POUPARDIN, R. *Le Royaume de Bourgogne*. Paris, 1907.
PRUTZ, H. G. *Wilhelm von Tyrus*. Munique, 1883.
RAMSAY, W. M. *The Historical Geography of Asia Minor. Royal Geographical Society, Supplementary Papers*, vol. IV. Londres, 1890.
RAMSAY, W. M. "The Intermixture of Races in Asia Minor", in *Proceedings of the British Academy*, vol. VII. Londres, 1917.

RASOVSKY, D. "Os Polovtsianos" (em russo), in *Seminarium Kondakovianum*, vols. VI-X. Praga-Belgrado, 1935-9.
REY, E. G. *Les Colonies Franques de Syrie.* Paris, 1883.
REY, E. G. "Les Dignitaires de la Principauté d'Antioche", in *Revue de l'Orient Latin*, vol. VIII. Paris, 1900-1.
RIANT, P. *Donation de Hughes, Marquis de Toscane. Académie d'Inscriptions et de Lettres, Histoires et Mémoires*, vol. XXXI. Paris, 1884.
RIANT, P. *Expéditions et Pèlerinages des Scandinaves en Terre Sainte.* Paris, 1865.
RIANT, P. *Exuviae Sacrae Constantinopolitanae*, 2 vols. Genebra, 1877-8.
RIANT, P. *Inventaire critique des Lettres historiques des Croisades.* Ver Bibliografia, p. 308.
RICHMOND, E. T. *The Dome of the Rock in Jerusalem.* Oxford, 1924.
RÖHRICHT, R. "Die Pilgerfahrten nach dem Heiligen Lande vor den Kreuzzügen", in Raumer, *Historisches Taschenbuch*, vol. V, Folge 5. Leipzig, 1875.
RÖHRICHT, R. *Geschite des ersten Kreuzzuges.* Innsbruck, 1901.
RÖHRICHT, R. *Geschite des Königreichs Jerusalem.* Innsbruck, 1898.
RÖHRICHT, R. *Regesta Regni Hierosolymitani.* Ver Bibliografia, p. 308.
ROSEN, V. R. *Imperador Basílio, o Assassino de Búlgaros* (em russo). S. Petersburgo, 1883.
ROUSSET, P. *Les Origines et les Caractères de la première Croisade.* Neuchâtel, 1945.
RUNCIMAN, S. "Charlemagne and Palestine", in *English Historical Review*, vol. I. Londres, 1935.
RUNCIMAN, S. "The Byzantine 'Protectorate' in the Holy Land", in *Byzantion*, vol. XVIII. Bruxelas, 1948.
RUNCIMAN, S. *The Emperor Romanus Lecapenus.* Cambridge, 1929.
RUNCIMAN, S. "The Holy Lance found at Antioch", in *Analecta Bollandiana*, vol. LXVIII. Bruxelas, 1950.
SACKUR, E. *Die Cluniacenser*, 2 vols. Halle, 1892-4.
SCHLUMBERGER, G. "Deux Chefs normands des Armées byzantines", in *Revue Historique*, vol. XVI. Paris, 1881.
SCHLUMBERGER, G. *L'Epopée Byzantine*, 3 vols. Paris, 1896-1905.
SCHLUMBERGER, G. *Numismatique de l'Orient Latin*, 2 vols. Paris, 1878-82.
SCHLUMBERGER, G. *Récits de Byzance et des Croisades*, 2 vols. Paris, 1917-22.
SCHLUMBERGER, G. *Sigillographie de l'Empire Byzantin.* Paris, 1884.
SCHLUMBERGER, G. *Sigillographie de l'Orient Latin* (continuado por F. Chalandon e concluído por A. Blanchard). Paris, 1943.
SCHLUMBERGER, G. *Un Empereur Byzantin, Nicéphore Phocas.* Paris, 1890.
SIMON, G. *Der Islam und die Christliche Verkündigung.* Gütersloh, 1920.
SOBERNHEIM, M. Artigo "Ibn Ammar", in *Encyclopaedia of Islam.*
STARR, J. "Byzantine Jewry on the eve of the Arab Conquest", in *Journal of the Palestine Oriental Society*, vol. XV. Jerusalém, 1935.
STARR, J. *The Jews in the Byzantine Empire, 641-1204.* Atenas, 1939.
STEVENSON, W. B. "Islam in Syria and Egypt" e "The First Crusade", in *Cambridge Medieval History*, vol. V, caps. VI e VII. Cambridge, 1926.
STEVENSON, W. B. *The Crusaders in the East.* Cambridge, 1907.
SYBEL, H. von. *Geschichte des ersten Kreuzzuges* (2a ed.) Leipzig, 1881.
TER MIKELIAN, A. *Die Armenische Kirche in ihren Beziehungen zur Byzantinischen Kirche.* Leipzig, 1892.
TER MINASSIANTZ, A. *Die Armenische Kirche in ihren Beziehungen zu den Syrischen Kirchen.* Leipzig, 1904.
THIBAUDET, A. *Cluny.* Paris, 1928.

THUROT, C. "Etudes Critiques sur les Historiens de la Première Croisade", in *Revue Historique*, vol. I. Paris, 1876.
TOMASCHEK, W. *Zur Historischen Topographie von Kleinasien im Mittelalter. Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften, Philos.-hist. Classe*, vol. CXXIV. Viena, 1891.
TOURNEBIZE, F. *Histoire politique et religieuse de l'Arménie.* Paris, 1910.
TRITTON, A. *The Caliphs and their non-Muslim Subjects.* Oxford, 1930.
USENER, H. *Der Heilige Tychon, Sonderbare Heilige*, no. I. Leipzig-Berlim, 1907.
USPENSKY, F. I. *História das Cruzadas* (em russo). S. Petersburgo, 1900.
VACANT, A. e MANGENOT, E. *Dictionnaire de Théologie Catholique.* Paris, 1899— (em andamento).
VAILHÉ, S. "La Prise de Jérusalem par les Perses en 614", in *Revue de l'Orient Chrétien*, vol. VI. Paris, 1901.
VAILHÉ, S. "Les Juifs et la Prise de Jérusalem en 614", in *Echos d'Orient*, vol. XII. Paris, 1907.
VAISSÈTE, DOM. *Histoire de Languedoc* (ed. A. Molinier), 10 vols. Toulouse, 1874.
VASILIEV, A. A. *Bizâncio e os Árabes* (em russo), 2 vols. S. Petersburgo, 1900-2. Vol. 1 trad. H. Grégoire e E. M. Canard como *Byzance et les Arabes*, in *Corpus Bruxellense Historiae Byzantinae*, vol. I. Bruxelas, 1935.
VASILIEV, A. A. *Histoire de l'Empire Byzantin*, 2 vols. Paris, 1932.
VASILIEV, A. A. "The Opening Stages of the Anglo-Saxon Immigration to Byzantium in the Eleventh Century", in *Seminarium Kondakovianum*, vol. IX. Praga-Belgrado, 1937.
VASILIEVSKY, V. G. Obras (em russo), vol. I, contendo *Bizâncio e os Pechenegues* e *As Companhias Varango-Russa e Varango-Britânica em Constantinopla.* S. Petersburgo, 1908.
VERLINDEN, C. "Robert Ier, Le Frison, Comte de Flandre", in *Werken mitgegeven door de Faculteit der Wijsbegeerde en Letteren te Gent.* Ghent, 1935.
VILLEY, M. *La Croisade: Essai sur la Formation d'une Théorie juridique*, vol. VI de H. X. Aquillière, *L'Eglise et l'Etat au Moyen Age.* Paris, 1942.
VINCENT, H. e ABEL, R. *Jérusalem*, vol. II, *Jérusalem Nouvelle* (2 fasc.). Paris, 1914-26.
WELLHAUSEN, J. *Das Arabische Reich unde sein Sturz.* Berlim, 1902.
WIET, G. *L'Egypte Arabe*, vol. IV de C. Hanataux, *Histoire de la Nation Egyptienne.* Paris, 1937.
WILKEN, F. *Geschichte der Kreuzzüge*, 7 vols. Leipzig, 1807-32.
WITTEK, P. "Byzantinisch-seldschukische Beziehungen", in *Ostersche Genootschap in Nederland, Verlag van het achste Congress.* Leyden, 1936.
WITTEK, P. "Deux Chapitres de l'Histoire des Turcs de Roum", in *Byzantion*, vol. XI. Bruxelas, 1936.
WITTEK, P. "Le Sultan de Rum", in *Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire orientales et slaves*, vol. VI. Bruxelas, 1938.
WITTEK, P. *The Rise of the Ottoman Empire.* Londres, 1938.
WOLFF, T. *Die Bauernkreuzzüge des Jahres 1096: ein Beitrag zur Geschichte des ersten Kreuzzuges.* Tübingen, 1891.
YAKUBOVSKY, A. "A Invasão Seljúcida e os Turcomanos no século XI" (em russo), in *Proceedings of the Academy of Science of the U.S.S.R.* Moscou, 1936.
YEWDALE, R. B. *Bohemund the First.* Nova York, 1917.
YNANÇ. Ver Mukrimin Halil.
ZETTERSTEEN, K. V. Artigos "Sukman ibn Ortok" e "Suleiman ben Qutulmush", in *Encyclopaedia of Islam.*
ZLATARSKY, V. N. *História do Império Búlgaro* (em búlgaro), 3 vols. em 4. Sofia, 1918-40.

Índice

Observação. Os nomes de povos, tais como árabes, gregos, turcos, francos, franceses, italianos; de estados, tais como Bizâncio ou o Califado; ou de países como a Síria, Palestina, Egito ou Ásia Menor, que aparecem com grande freqüência no texto, não estão incluídos neste índice.

Aachen, 110; *ver também* Alberto
Abássida, dinastia, 36, 38, 40, 51, 63, 80
Abd ar-Rahman III, califa de Córdoba, 88
Abdul-Malik, califa omíada, 35
Abissínia, 19, 20, 25
Abraão III, patriarca nestoriano, 37
Abrãao, Sto., *ver* Hebron
Abu Ali, *ver* Fakhr al-Mulk
Abu Bakr, Califa, 27
Abul Gharib, 193
Abul Kasim, rebelde turco, 79
Acre, 242, 275, 278, 279, 281
Áctio, batalha, 18
Adana, 181, 183, 204n, 283
Adela de Flandres, rainha da Dinamarca e Duquesa da Apúlia, 155
Adela da Normandia, Condessa de Blois, 154, 218 n-1
Ademar de Monteil, Bispo de Le Puy, em Clermont, 105, 106; jornada a Constantinopla, 149; na Anatólia, 166, 172; em Antióquia, 197, 201, 202, 205, 209-210, 211n, 215; descrença em Pedro Bartolomeu, 218-221; na batalha diante de Antióquia, 223; morte, 227; política, 230; aparições após a morte, 246, 255. Outras referências, 258, 260, 261, 278, 284, 292
Adriano, Imperador, 46, 251
Adrianópolis, 54, 112, 122
Aegiali, 144n
Aélia, *ver* Jerusalém
Afeganistão, afegão, 29
África, província romana, 19, 22
Afonso VI, rei de Castela, 90, 267
Agnes de Poitou, imperatriz ocidental, 62
Agostinho, Sto., 47, 84
Aguilers, *ver* Raimundo
Ahlat, 66
Ahmed ibn Merwan, 215, 224
Ain-tab, 186
Airavanq, *ver* Mekhitar
Aix, *ver* Aachen; Alberto
Ajnadain, batalha
Aksu, rio, 285
al-Afdal, Shah an-Shah, vizir do Egito, 208, 239, 264-265
Alania, *ver* Maria
Albânia, 147 n-2
Albara, 201, 231-232, 233, 249
Albara, Bispo de, *ver* Pedro de Narbonne
Alberto de Cagnano, 146
Alberto de Aix, historiador, 153n, 295, 300, 304
Alberto de Zimmern, 126
Alepo, 38, 39-40, 42, 44, 49, 66, 76, 78, 80, 124, 177, 195, 196, 197, 283, 298
Alexandre II, Papa, 89, 90, 129
Alexandre, bispo capadócio, 46n
Alexandre, capelão, 154
Alexandreta, 185, 198, 199, 210
Alexandria, cidade, 19, 29-30, 31, 50, 51
Alexandria, patriarcado de, 20, 92, 95, 99

Aleixo I, Comneno, Imperador, início do reinado, 70-73; guerra contra os normandos, 76; contra os turcos, 78-79; e o papado, 97-101; prepara-se para a Cruzada, 111-113; e Pedro, o Eremita, 122-126; recebe os príncipes em Constantinopla, 135-159; e a captura de Nicéia, 163-169; reconquista o oeste da Ásia Menor, 178; movimentos durante o cerco de Antióquia, 209-210; após a captura de Antióquia, 217, 225-226; mensagem aos cruzados em Arqa, 245; negocia com o Egito, 245. Outras referências, 189, 208, 268, 283, 291, 298
al-Aqsa, mesquita de, 256-257
al-Awali, Nahr, 248
al-Azimi de Alepo, 298
al-Jahiz, 36
al-Majdal, planície, 265
Al-Mustali, califa, 208, 239
Alemanha, 57, 62, 77, 98, 110, 117, 121, 124, 128-129, 282
Almanzor, vizir de Córdoba, 88
Almorávida, dinastia, 90
Alost, *ver* Balduíno
Alp Arslan, sultão seljúcida, 65-67, 77
Alphilag, governador de Edessa, 190
Alpes, 102, 107
Amalecitas, 34
Amalfi, amalfitanos, 44, 54, 60, 145
Amano, montes, 65, 175, 185
Amaséia, 70, 74
Ambrósio, Sto., 48n-3
Amiens, 109
'Ammār, Banū, senhores de Trípoli, 80, 241, 243, 267

'Amr, 29-30, 31
Anatólia, 22, 29, 66, 68, 71, 80, 97, 174, 295
Anazarbus, 39, 76
Ancira, 170
André, Sto., 92, 218-219, 222, 224, 228-229, 231
Andrônico, *ver* Ducas
Anglo-saxões, 76, 101
Anjou, condado de. 52; *ver também* Fulco Nerra
Anhalt, Conde de, 52
Ani, 42, 65; *ver também* Samuel
Ana, *ver* Comnena; Dalassena
Ana de Kiev, Rainha de França, 135
Ansa, *ver* Roberto
Anselmo de Ribemont, 247, 296, 303
Antibes, 88
Antióquia, 19, 22, 28, 39, 40, 54, 71, 76, 77, 78, 124, 149n-1, 170, 174n-1, 175, 176-177, 178, 185, 195-235, 239, 242, 243, 245, 248, 253, 262, 268, 269, 273, 282, 286, 288, 292, 293, 296, 299, 302-303; patriarcado de, 20, 37, 92, 95, 99, 273, 284
Antióquia, lago de, 205
Antióquia da Pisídia, 174
Antitauro, montes, 75, 170, 175-177, 284
Antuérpia, 138
Apt, Bispo de, 246, 248
Apúlia, 60-62, 145, 155; *ver também* Roberto Guiscard; Roberto da, Rogério Borsa, Duque da
Aquitânia, 52, 84, 86, 89, 107; *ver também* Guy-Godofredo, Conde da
Arábia, 19, 25-27
Aragão, 89; *ver também* Elvira
Arameus, 34
Araxes, rio, 180
Arbrissel, *ver* Roberto
Arcolfo, Bispo, 50
Arcy, Conde de, 52
Arda, 191n
Ardèche, Conde de, 52
Ardenas, 138
Argiro, Mariano, 61, 95
Ariano, *ver* Girardo, Bispo de
Armênia, armênios, 21, 25, 27, 41, 42-43, 63, 65, 68, 75, 77, 94, 170, 175, 176, 180-194, 195, 202, 212, 221, 263, 284
Armório, 65, 70
Arnulfo, Bispo de Marturana, 260, 263, 264
Arnulfo Malecorne de Rohes, patriarca de Jerusalém, 246, 255, 260, 263, 264-265, 272
Arqa, 243-247, 261
Arsuf, 248, 266, 274-276, 288
Artah, 197, 284
Asan, príncipe seljúcida, 65
Ascalão, 77-78, 253, 257, 264-266, 271, 275, 293, 301, 304, 305
Ascânio, lago, 163, 165

Asgard, 53
Ashdod, 265
Asini, Caro, 154
Assíria, 75
Atenas, 48
Atsiz ibn Abaq, 77-78
Atália, 170, 179, 216
Aubrey de Grant-Mesnil, 216
Augustópolis, 176
Auja, rio, 288
Aulps, *ver* Pedro
Aura, *ver* Ekkehard, Abade de
Aurillac, Abade de, 52
Áustria, 54
Avesnes, *ver* Gerardo
Avignon, 103
Avlona, 72, 74, 146
Aymon, Arcebispo de Bourges, 85
Azaz, 231; *ver também* Omar, senhor de

Babilônia (Antigo Cairo), 29
Badr al-Jamali, vizir do Egito, 239
Bagdá, 36, 40, 41, 57, 63, 64, 77, 87, 197, 209, 244
Bagrat, aventureiro armênio, 181, 184-186, 187
Bagrátida, dinastia, 75, 181
Bailleul, *ver* Roussel
Baixa Lorena, 138, 141. *Ver* Godofredo, Duque da
Balak ibn Bahram, príncipe ortóquida, 192
Balbek, 27, 274
Balduk, Emir de Samosata, 186, 190, 192
Balduíno I, de Bolonha, Conde de Edessa, Rei de Jerusalém, junta-se à Cruzada, 108; descrição, 139; em Constantinopla, 142-144, 148; na Cilícia, 176-177, 182-185; avança sobre Edessa, 186-187; governante de Edessa, 188-193, 210, 227, 229, 235; peregrinação a Jerusalém, 270, 273; convidado a Jerusalém, 280, 282; marcha para Jerusalém, 284-287; Rei de Jerusalém, 289. Outras referências, 293, 300, 302
Balduíno II, Conde de Hainault, 139, 140, 226, 303
Balduíno II, de Rethel, senhor de Le Bourg, Conde de Edessa, Rei de Jerusalém, 139, 142, 182, 248, 249, 267, 286, 288
Balduíno de Alost, Conde de Ghent, 155, 167
Balduíno de Stavelot, 139
Bálcãs, 54, 111, 112, 140
Bamberg, Bispo de, 52
Banyas, 42
Baradai, Jacob, herege, 22
Barbastro, 90, 129
Barcelona, 88, 89; *ver também* Erselinda, Condessa de; Raimundo-Berengar, Conde de
Barein, 27
Bari, 50, 51, 54, 62, 66, 77, 96, 137, 145, 155
Bartolfo de Nangis, 293
Barzuya, 40
Basairi, 64
Basílio II, Bulgaroctonus, Imperador, 41, 42, 55, 59, 60, 83
Basílio, Bispo de Trani, 100
Basílio, Católico da Armênia, 180n-3
Basílio, S., 48n-3, 83
Basiláceo, usurpador, 72
Basiléia, *ver* Gunther
Betsebá, 75
Batis, rio, 172n
Batrum, 247
Baudri de Bougueil, Arcebispo de Dol, 104, 294
Baviera, 50, 52, 99, 130, 133; *ver também* Judite, Duquesa da, Welf
Bayeux, *ver* Odo, Bispo de
Béarn, *ver* Gastão
Bechada, Gregório, 296
Beduínos, 271
Beirute, 241, 248, 287
Beisan (Citópolis), 271, 274
Bela Palanka, 121, 158
Belém, 22, 34, 46, 47, 55, 249-250, 252, 254, 260, 272, 289
Belgrado, 54, 112, 113, 118-120, 140, 157-158
Bénécy, 85
Benevento, 61
Benjamim, patriarca copta, 30
Bercaire, peregrino, 50
Bernardo de Valença, patriarca latino de Antióquia, 284
Bernardo, o Sábio, peregrino, 50
Berry, 109
Bertrand de Le Puy, 246

Bertrand, filho de Raimundo de Toulouse, mais tarde Conde de Trípoli, 150
Betsebá, 75
Biledjik, 170
Birejik, 188, 192, 193
Bitínia, 72
Blacherne, palácio em Constantinopla, 142
Blois, 108, 154; *ver também* Adela, Condessa de; Estêvão, Conde de
Bodin, príncipe sérvio, 151
Boel de Chartres, 146
Boêmia, 130
Boemundo I, de Taranto, Príncipe de Antióquia, lutas no Épiro, 76, 78n; junta-se à Cruzada, 108, 137; jornada até Constantinopla, 144, 145-147, 155; aparência pessoal, 148; em Constantinopla, 149, 153; em Nicéia, 165-166; em Doriléia, 171-172; jornada através da Anatólia, 175, 176, 177; diante de Antióquia, 197, 198, 201, 204-205; negocia a captura de Antióquia, 210-212; e campanha contra Kerbogha, 215, 218, 222-234; intrigas pela posse de Antióquia, 225-226, 232-235; na Cilícia, 229; abandona a jornada até Jerusalém, 244; ataca Latáquia, 268-269; peregrinação a Jerusalém, 270, 272-273; convidado por Dagoberto a Jerusalém, 282; campanha contra os danishmends, 284; instala um patriarca latino, 284; cativeiro, 285-286. Outras referências, 163n, 194, 217, 221, 228, 245, 266, 289, 293, 301-303
Bolonha, 108
Bolonha, 108, 183, 302; *ver também* Balduíno; Eustáquio, Conde de; Guynemer
Bordéus, 47.
Borsa, *ver* Rogério, Duque de Apúlia
Bósforo, 19, 23, 54, 70, 122, 144, 153, 157
Boszuk, 172n
Boteniates, *ver* Nicéforo, Imperador
Bouillon, 138; *ver também* Godofedo
Bourges, *ver* Aymon, Arcebispo de
Brabante, brabanção, 155
Breis, *ver* Rainaldo
Breteuil, *ver* Gualtério
Brindisi, 156
Bretanha, 154, 303
Bruno de Chartreuse, S., 98
Bruno de Luca, 207n
Bruno de Querfurt, 84
Bruno de Segni, 100n-3
Briênio, Nicéforo, usurpador, 72, 73
Bulgária, búlgaros, 40, 41, 42, 83, 100, 101, 118
Bucara, 64
Bulunyas, 270
Buqaia, vale, 242-243, 244, 274
Burel, Godofredo, 110, 120, 121, 124, 125-126
Burgúndia, 50, 86, 90, 103; *ver também* Clemência
Butumites, Manoel, 137, 165-168, 170, 268
Buzan, senhor de Edessa, 77

Caen, *ver* Radulfo
Cafaro, historiador, 295
Cagnano, *ver* Albered
Caieta, 60
Cairo, 57, 87, 239, 245; *ver também* Babilônia; Fostat
Calábria, 62, 155
Calcedônia, 71, 143n, 170; Concílio de, 20-21
Calvário, Monte, 46
Calônimo, Rabino, 130, 132
Cambraia, Bispo de, 104; *ver também* Lietberto
Campânia, 61
"Camponês Gordo", 276-277
Camponês, *ver* "Camponês Gordo"
Canal da Mancha, 303
Cannae, *ver* Hermano
Cantacuzeno, *ver* João VI
Cão, Porta do, em Antióquia, 198
Cão, rio do (Nahr el-Kelb), 241, 247, 287
Capadócia, 46n, 48, 75, 175; *ver também* Hasan, Emir
Carchemish, 187
Carlos Martel, 87
Carlos Magno, imperador ocidental, 38, 50, 138, 140
Carmelo, Monte, 248, 281
Caro, *ver* Asini
Carolíngia, dinastia, 38, 50, 87
Carpenel, Geldemar, 279, 280, 281
Cartuxa, ordem, 98

Caspax, almirante, 179
Cassino, Monte, 155, 294; *ver também* Vítor III
Castela, 88; *ver também* Afonso VI
Castillon, *ver* Pedro
Castória, 146, 158
Castra Comnenon, *ver* Kastamuni
Cazares, 63
Catalunha, 87
Cecaumeno, escritor, 58
Cecília da Normandia, 260
Cedron, riacho, 251
Cefalônia, 77, 268
Cerulário, Miguel, Patriarca de Constantinopla, 63, 94-96
Cesaréia, na Palestina, 18, 29, 248, 264, 271, 275, 278, 281
Cesaréia Mazacha, na Capadócia, 46n, 48, 65, 75, 170, 175, 182, 217
Cesaréia, *ver* Shaizar
Chaka, Emir de Esmirna, 69, 75, 79, 169, 179
Chamalières, 48
Champanhe, 109
Charroux, Concílio de, 84
Chartres, 287; *ver também* Boel, Fulcher; Fulco
Chatillon-sur-Marne, 98
Cher, rio, 85
Chimarra, 155
China, 20, 63, 68
Chipre, 39, 55, 80n-2, 202, 204, 219, 230, 242, 243, 258, 268-269, 283
Ciboto, *ver* (Civetot)
Cidno, rio, 183
Cilícia, 39, 75, 77, 176, 181-182, 189, 229, 232, 282, 284
Cipriano, bispo armênio de Antióquia, 284
Ciro, Patriarca de Alexandria, 29
Civetot, 123-126, 143n, 165, 304n-3
Civitate, batalha em, 62
Cízico, 71, 79
Clarambaldo de Vendeuil, 130, 134
Clemência da Burgúndia, Condessa de Flandres, 155
Clermont, Concílio de, 104-106, 109, 150, 191
Cluny, ordem clunisana, 52, 54, 86, 89, 93, 98, 103, 138
Coele-Síria, 274
Colônia, 110, 117-119, 130, 132
Coloman, Rei da Hungria, 118, 119, 133, 140
Colonéia, 75
Coluna, Porta da, em Jerusalém (Porta de Sto. Estêvão ou de Damasco), 252, 256
Comana (Placência), 176, 204, 216-217
Comnena, Ana, historiadora, 73, 83, 86, 97n-2, 112, 137n, 143n, 144n, 148, 150, 155, 169n-1, 175n-2, 221n-2, 291, 300-301
Comnena, Eudóxia, 73
Comnena, Teodora, 73
Comneno, Isaac, Sebastocrator, 70-71
Comneno, João, o Velho, 60
Comneno, João, o Jovem, Sebastocrator, 113, 137, 146, 151
Comneno, *ver também* Aleixo I, Isaac I
Compostela, 51, 88, 103; *ver também* Tiago, S., santuário de, em
Coné, 65
Conon de Montaigu, 142
Conrado, Bispo de Constância, 52
Conrado, Rei da Alemanha e da Itália, 99, 101-102
Constância, *ver* Conrado, Bispo de
Constantino I, o Grande, Imperador, 19, 46
Constantino VIII, Imperador, 44
Constantino IX, Monomachus, Imperador, 44
Constantino X, Ducas, Imperador, 60, 63, 67n
Constantino, príncipe de Gargar, 188
Constantino, príncipe rupênio, 181, 183, 191n
Constantino, *ver* Ducas
Constantinopla, 19-20, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 40, 48, 50, 51, 53, 54-55, 57-58, 62, 66-67, 69-70, 76, 79, 87, 94, 96, 97, 99, 106, 111-113, 118, 120-123, 135-137, 140-142, 151-153, 165, 168, 175, 180, 182, 189, 204, 206, 208, 216, 220, 226, 261, 268, 269, 283, 289, 292, 293, 295, 296; patriarcado de, 24, 33, 62, 92, 99
Coptas, 22, 30, 31, 33, 263
Coraixita, clã, 26
Corfu, 77, 268

Córico, 283
Corno de Ouro, 141, 142
Cos, 268
Cosme, Bispo de Praga, 133
Cosme, S. e S. Damião, monastério em Constantinopla, 148
Cosroe I, Rei da Pérsia, 22-23
Coxon (Güksün), 176-177, 178, 204, 301
Cremona, 101-102, 155; *ver também* Sicardo
Creta, 38, 39, 51
Crispin, 66
Cristóvão de Mitilene, poeta, 58
Crisópolis (Scutari), 70, 71
Cruz, Santa, relíquia, 23-24, 263
Ctesifonte, 24
Cumanos, tribo turca, 66-67, 111
Cúpula da Rocha, em Jerusalém, 35, 256, 259
Curcuas, João, 38
Curdos, 75, 80, 242
Curasão, 64, 124, 185

Dacibiza, 143n
Dafne, perto de Atenas, 58
Dagoberto, Arcebispo de Pisa, Patriarca de Jerusalém, 259, 267-270, 272-274, 277-279, 287-289, 303
Dalassena, Ana, 60, 298
Dalasseni, família, 60
Dalmácia, 38, 74, 150
Damasceno, *ver* João
Damasco, 22, 27, 32, 40, 49, 78, 80, 196, 199, 201, 239, 247, 276-277, 286, 297; *ver também* Duqaq
Daniel, profeta, 17
Danishmend, emirado, 69, 79, 171, 173, 175, 176, 186, 284, 285; *ver também* Malik Ghazi
Danúbio, rio, 54, 74, 79, 101, 118-119, 133, 140
Dara, 28
Darazi, herege muçulmano, 44
Davi, Rei de Israel, 75
Davi, Torre de, em Jerusalém, 251, 257, 262, 266, 280
Dellingen, *ver* Hartmann
Demétrio, S., 224
Déols, *ver* Odo
Desidério, *ver* Pedro
Diarbekir, 193, 205, 241
Digenis Akritas, 58
Dijon, 94
Dinamarca, dinamarqueses, 53, 108, 183; *ver também* Adela
Diógenes, *ver* Romano IV
Dol, *ver* Baudri
Domínico, Patriarca de Grado, 96
Doriléia, 170-171, 178, 227, 305
Douai, *ver* Graindor
Dracon, 125
Drogo de Nesle, 130, 135, 191
Dropoli, 146
Drusos, 44
Ducas, Andrônico, 66-67, 69
Ducas, Constantino, co-imperador, 71
Ducas, família, 60, 70, 73
Ducas, João, César, 70
Ducas, João, o Jovem, César, 178, 216
Ducas, *ver* Constantino X; Irene; Miguel VII
Dudo de Konz-Saarburg, 139
Duqaq, Shams al-Malik, governante de Damasco, 80, 195, 196, 201, 205, 209, 222, 224, 239, 242, 271, 274, 276-277, 286-287
Duque, Porta do, em Antióquia, 198

Ebles, Conde de Roucy, 89
Edessa, 42, 55, 65, 76, 77, 180, 185n-1, 186-190, 210, 219, 227, 231, 248, 270, 274, 280, 282, 285, 286; *ver também* Mateus
Edessa (Vódena), 112, 147, 151
Edgar Atheling, 206, 229
Éfeso, 179; Concílio de, 20
Egnatia, Via, 54,76, 112, 137, 147, 151, 156, 158
Eichstadt, *ver* Vilibaldo, Bispo de
Ekkehard, Abade de Aura, 293, 294, 300
Elias, profeta, 55
Eller, 132
Elvira de Aragão, Condessa de Toulouse, 149, 283
el-Kelb, Nahr, *ver* Rio do Cão
Embriaco, irmãos, 253
Embriaco, Guilherme, 255
Emich, Conde de Leisingen, 119, 130-134, 135

Ema de Hauteville, 146
Emaús, 249
Enódio, 48
Epitanisa, ilha, 268
Épiro, 147, 155
Ermengar, *ver* Guilherme
Erselinda, Condessa de Barcelona, 89
Erzerum, 65
Erzindjan, 75
Escandinávia, 53, 101
Esch, *ver* Godofredo; Henrique
Escócia, 108, 154
Estêvão, Conde de Blois e Chartres, junta-se à Cruzada, 108, 154; viagem até Constantinopla, 155-156; em Nicéia, 166; em Pelecanum, 168; em Doriléia, 171, 172; fuga de Antióquia, 210, 216, 225, 230n-1; cartas, 143n, 157, 169, 202, 210, 239, 289, 303. Outras referências, 293, 296
Estêvão de Valença, sacerdote, 220, 246
Estêvão, Sto., Porta de, em Jerusalém, *ver* Colunas, Porta das
Estratiótico, *ver* Miguel VI
Eskishehir, 170
Eslavos, 74, 150
Esmirna, 75, 79, 179
Espanha, 19, 36, 50, 88-89, 97, 99, 108, 128, 129, 273
Etéria, peregrina, 47; *ver também* Sílvia, Santa da Aquitânia
Eudóxia (Athenais), Imperatriz, 63, 65
Eufrates, rio, 39, 66, 76, 170, 180, 181, 184, 189-190, 283
Eustáquio II, Conde de Bolonha, 138
Eustáquio III, Conde de Bolonha, 108, 138, 139n-2, 256, 260, 264, 270, 289
Eustácio, eunuco, 283; *ver também* Filocales
Eutímio, Patriarca de Jerusalém, 78n
Eutíquio, herege, 20
Everardo de Le Puits, 154
Everardo, sacerdote, 246
Exeter, *ver* José

Fakhr al-Mulk, Abu Ali, ibn 'Ammār, senhor de Trípoli, 286
Fatímida, dinastia, 40, 41, 42, 43, 44, 51, 61, 64, 78, 88, 208, 239, 243, 245, 247, 251, 271, 275
Fayyum, 29
Felícia de Roucy, Rainha de Aragão, 89
Felipe I, rei de França, 101, 104, 107
Fenícios, 34, 40
Fer, armênio, 187
Fermiliano, bispo, 46n
Filareto (Vahram), príncipe armênio, 76, 77, 180
Filipópolis, 112, 119, 122, 137
Filocales, Eustácio, governador de Chipre, 230, 268
Filomélio, 170, 174, 179, 216, 230
Firouz, 210, 211-212
Flandres, 101, 107, 108, 109, 117, 154; *ver também* Adela; Balduíno de Alost; Clemência, Condessa de
Flavigny, Abade de, 52
Fleury, *ver* Hugo
Flores, Porta das, em Jerusalém, 252
Floresta Sérvia, 140
Focas, Imperador, 22; *ver* Nicéforo
Fontevrault, ordem de, 109
Fostat, 30; *ver* Cairo
França, 50, 52, 85, 87, 91, 99, 101, 103, 109, 117, 128, 153, 154, 171; rei de, 303
Francisco-Lamberto de Monteil, senhor de Peyrins, 150
Frederico de Zimmern, 126
Fréjus, 88
Frísios, 183
Frígia, 178, 216
Fromondo, peregrino, 51n
Frutolfo de St. Michelsberg, 295
Fulcher de Chartres, historiador, 104, 139n-2, 154, 158, 174, 192, 270, 286, 287, 293, 294, 300
Fulcher, poeta, 296
Fulco Nerra, Conde d'Anjou, 52
Fulco de Chartres, 192, 212, 213n
Fulco de Órleans, 125-126

Gabata, 27
Gabriel, senhor de Melitene, 77, 163, 180-181, 186, 284
Galiléia, 40, 271, 273, 278, 281, 288-289
Galiléia, Mar da, 28, 276, 282
Gantzag, *ver* Kirakos
Gap, *ver* Isoardo
Gargano, Monte, 51, 53, 61

Gargar, 188; *ver também* Constantino
Garingliano, rio, 87
Gasconha, 88
Gastão de Béarn, 150, 191, 249, 254
Gália, 19; Igreja da, 86
Gaza, 27
Gebze, 143n
Geena, Vale de, 251
Geldemar, *ver* Carpenel
Genoveva, Santa, 49
Genebra, Passo de, 150
Gênova, genoveses, 108, 200, 216, 226, 247, 253, 255, 295, 301
Geórgia, 65, 263
Gerardo de Avesnes, 274, 281
Gerardo de Roussillon, 150
Germanicéia, *ver* Marash
Getsêmani, 46
Ghassan, Banu, tribo árabe, 25, 28, 37
Ghaznávida, dinastia, 64
Ghent, 155; *ver também* Balduíno de Alost
Gibraltar, Estreito de, 54
Gilberto de Tournai, 256
Gilon, poeta, 296
Girardo, Bispo de Ariano, 146
Gisleberto, Bispo de Lisieux, 110n-2
Glaber, Radulfo, cronista, 53
Glycas, historiador, 292
Godofredo de Esch, 140, 142
Godofredo de Rossignuolo, 146
Godofredo, o Lombardo, 296
Godofredo, *ver* Burel; Guerin
Godofredo II, Duque da Baixa Lorena, 138
Godofredo de Bouillon, Duque da Baixa Lorena, "Advocatus Sancti Sepulchri", junta-se à Cruzada, 108, 138-139; chantageia os judeus, 130; jornada até Constantinopla, 140-141; em Constantinopla, 141-145, 149; em Nicéia, 165-166; em Doriléia, 171-172; na Anatólia, 175, 176; em Antióquia, 198, 200, 206, 211, 221, 223, 225-226; em Turbessel, 229; em Azaz, 231; debate sobre política, 232, 234, 235; desloca-se para o sul, 244; no cerco de Jerusalém, 252, 254, 256; "Advocatus Sancti Sepulchri", 259-279; morte, 279-280, 282. Outras referências, 132, 153n, 155, 163n, 288, 289, 295, 300-302
Godofredo, o Camarista, 280
Godvere (Godilda) de Tosni, esposa de Balduíno de Bolonha, 139, 177, 182, 184
Göskü, rio, 181
Gorizia, Conde de, 52
Goslar, 87
Gottschalk, 110, 119, 130, 133-134
Grado, Patriarca de, *ver* Domínico
Grados, 89
Graindor de Douai, 296
Grant-Mesnil, família, 154; *ver também* Aubrey; Hugo; Guilherme
Gray, *ver* Warner
Grécia, 77
Gregório VII, Papa, 71, 89, 90, 96, 99, 186, 273, 282, 291
Gregório, bispo armênio de Marash, 284
Gregório, Cardeal, 105
Gregório, de Nissa, Sto., 47n-5
Gregório de Tours, historiador, 49
Gregório, *ver* Bechada, Vahram
Guader, Ralph, Conde de Norfolk, 154
Gualtério de Breteuil, 110, 121, 125-126
Gualtério de Poissy, 119
Gualtério de Saint-Valery, 154
Gualtério de Teck, 118, 125-126
Gualtério Sem-Haveres, 110, 118, 122, 125-126, 157
Guerin, Godofredo, 154; *ver também* Gueronat
Gueronat, Guerin, 154
Guiberto, Arcebispo de Ravena (Clemente III), antipapa, 98, 155
Guiberto de Nogent, historiador, 104, 109, 294
Guienne, 85
Guilherme I, o Conquistador, Rei da Inglaterra, 86, 154, 157, 260
Guilherme, Rufo, Rei da Inglaterra, 154
Guilherme I, Duque da Aquitânia, 52
Guilherme, Arcebispo de Tiro, 23, 260, 272, 284, 295
Guilherme, Bispo de Orange, 150, 175, 222, 234, 260
Guilherme, irmão de Tancredo, 173
Guilherme Ermingar, 232, 235
Guilherme-Hugo de Monteil, 150, 255
Guilherme de Grant-Mesnil, 216

Guilherme de Malmesbury, historiador, 105n-1, 293
Guilherme de Montpelier, 150, 233
Guilherme de Montreuil, 89
Guilherme de Poissy, 126
Guilherme-Pedro, 218-219
Guilherme, o Carpinteiro, Visconde de Merlun, 130, 134, 137, 203
Guilherme, *ver* Embriaco; Ricou
Gunther de Basiléia, 296
Guy de Hauteville, 217
Guy-Geoffrey, Conde da Aquitânia, 89-90
Guy de Anjou, Bispo de Le Puy, 85
Guynemer de Bolonha, 183, 185, 199, 216, 229, 302

Hadramaut, 25
Haifa, 248, 278, 279, 281, 287-289
Hainault, 139, 274, 303; *ver também* Balduíno, Conde de
Hakam II, Califa de Córdoba, 88
Hakim, Califa, 43-44, 55, 57, 251
Hama, 39, 201, 205, 241, 243
Hamdān ibn Abd ar-Rahīm de Maaratha, cronista, 298
Handânida, dinastia, 38
Harald Hardrada, Rei da Noruega, 53
Haram esh-Sharif, em Jerusalém, 256
Harenc, 199-200, 205
Haroldo, Rei da Inglaterra, 86
Hartmann de Dillingen, 130
Harun al-Rashid, Califa, 38
Hasan, emir dos turcos capadócios, 171, 175, 176
Hastings, batalha, 76, 86
Hauran, 272, 276
Hauteville, família, 61; *ver também* Ema; Guy; Helena; Mabila; Tancredo
Hebron (Sto. Abraão), 271, 275, 281
Helena de Hauteville, 71
Helena, Sta., Imperatriz, 46
Helenópolis, 123, 170
Heliópolis, 29
Helou, Jebel, 242
Henrique I, Rei da Inglaterra, 303
Henrique I, Rei da França, 135
Henrique II, imperador ocidental, 84, 93 n-2
Henrique III, imperador ocidental, 61, 62, 93
Henrique IV, imperador ocidental, 62, 90, 97, 98, 108, 130, 138
Henrique de Esch, 139, 140
Henrique de Huntingdon, 294
Henrique de Schwarzenberg, 118, 126
Heracléia, 170, 175, 182
Heráclio I, Imperador, 22-25, 27-29
Hércules, Colunas de, 112
Hereges arianos, 20
Hereke, 143n
Herluíno, 222-223
Hermano de Cannae, 146
Hervé, 66
Hethoum, 75, 181
Hilal, historiador, 297
Hilda, Condessa da Suábia, 52
Hildebrando, *ver* Gregório VII
Himiarita, dinastia, 26
Países Baixos, 183
Homs, 27, 39, 196, 222, 241, 283, 287; *ver também* Janah ad-Daula
Honório I, Papa, 25
Hosn al-Akrad, 243
Huesca, 90
Hugo I, Duque da Burgúndia, 90
Hugo, Abade de Cluny, 98, 103
Hugo de Fleury, 294
Hugo de França, Conde de Vermandois, junta-se à Cruzada, 107-108, 135; chega a Constantinopla, 135-137; em Constantinopla, 140-142; em Doriléia, 171; em Antióquia, 215, 223; volta para casa, 225. Outras referências, 194, 289, 303
Hugo de Grant-Mesnil, 154
Hugo de Provença, Rei da Itália, 87
Hugo de Saint-Pol, 154
Hugo de Tubigen, 117-118, 125-126
Humphrey, Cardeal de Silva Candida, 95
Humphrey de Monte Scabioso, 146, 173
Hungria, húngaros, 54, 79, 130, 132, 133, 139
Huntingdon, *ver* Henrique

Ibn al-Athir, 297
Ibn al-Qalānisī, 297
Ibn Zuraiq, 298
Ibrahim Inal, príncipe seljúcida, 65
Icônio (Konya), 65, 170, 174

Ida de Lorena, Condessa de Bolonha, 138
Idrísida, dinastia, 88
Iêmen, 25
Iftikhar ad-Dawla, governador de Jerusalém, 251-252, 256-258, 263
Ikshid, dinastia, 38
Ilghazi, príncipe ortóquida, 239
Inal, *ver* Ibrahim
Índia, 20, 30, 64
Inglaterra, ingleses, 50, 52, 61, 101, 123, 154, 206, 247, 253, 301
Inönü, 172n
Irã, 36, 75
Iraque, 80
Irene Ducaena, Imperatriz, 73
Isaac I, Comneno, Imperador, 60, 63
Isaac, *ver* Comneno
Isfahan, 64
Islândia, 53
Isoardo de Gap, 150
Israel, 34
Isso, Golfo de, 185
Ístria, 150
Ítalo, João, 71
Itália, 19, 21, 38, 44, 50, 51, 54, 57, 60-63, 66, 71, 77, 86, 87, 93, 94, 96, 122, 137, 138, 139, 145, 150, 155-156, 169, 206, 258, 267

Jabala, 39, 244, 267, 269, 286
Jabbia, 28
Jacob, *ver* Baradai
Jacobita, Igreja, 22, 31, 77, 263
Jafa, 253, 254, 271, 274, 276, 278, 279, 286, 288
Jalal al-Mulk ibn 'Ammār, Emir de Trípoli, 243
Janah ad-Daula, Emir de Homs, 196
Jaulan, 276-277
Jebail, 247
Jebusitas, 34, 251
Jericó, 262, 274
Jerônimo, S., 47
Jerusalém, 17, 23, 27, 28, 34, 35, 36, 38, 41, 44, 46, 61, 77-78, 80, 88, 103, 105, 106, 109, 111, 127, 129, 170, 193, 203, 226, 228, 231, 232, 239-241, 242, 247, 249, 251, 286, 288-289, 293, 301; reino de, 191; patriarcado de, 39, 92, 99, 260, 272-273
Jeziré, 197
Jezrel, 271
Jihan, rio, 184
João I, Tzimisces, Imperador, 40-41
João VI, Cantacuzeno, Imperador, 143n
João VIII, Papa, 84
João X, Papa, 87
João XIX, Papa, 94
João Batista, S., 49, 55
João Crisóstomo, Patriarca de Constantinopla, 47n-5
João Damasceno, S., 33
João Diácono, historiador bizantino, 58
João, Patriarca de Jerusalém, 39
João, S., Bispo de Parma, 52
João, S., Hospital de, em Jerusalém, 54
João, o Diácono, historiador armênio, 298
João, o Oxita, Patriarca de Antióquia, 196, 215, 230, 231, 273, 284
João, *ver* Comneno; Curcuas; Ítalo; Mocho
Jônia, 178
Jordão, rio, 28, 35, 55, 219, 254, 262, 271, 274
Jorge, S., igreja de, em Lida, 249; Porta de, em Antióquia, 197, 206, 207, 212
Jorge, *ver* Paleólogo
José de Exeter, 296
José, *ver* Tarquionita
Judéia, 249, 253, 271, 276
Judeus, 17, 21-22, 32, 34, 43, 63, 128-130, 138, 251, 257, 271, 281
Judite, Duquesa da Baviera, 52
Juniye, 287
Justiniano I, Imperador, 22, 83

Kadesiah, batalha, 29
Kafartab, 241
Kaisun, 180
Kemal ad-Din de Alepo, historiador, 298
Karlovci, 119
Kars, 42, 65
Kerbogha, atabegue de Mosul, 80, 187, 192, 195, 196, 208, 209-211, 213-216, 218, 222-225, 226, 228, 232, 239, 241, 304
Kasr al-Amra, 35
Kastamuni, 60, 79
Kiev, *ver* Ana; Praxedes

Kilij Arslan, sultão seljúcida, 79, 124, 171, 174
Kirakos de Gantzag, 298
Kogh Vasil, príncipe armênio, 180-181, 186, 187
Kolskeggr, peregrino, 53
Konz-Saarburg, *ver* Dudo
Koritsa, 147n-2
Krak des Chevaliers, 242

La Fère, *ver* Tomás
Lagery, *ver* Urbano II
Lagman Gudrödsson, Rei de Man, 54
Lahore, 64
Lambert, Conde de Clermont, 216
Lambert, peregrino, 121
Lampron, 181
Lança, Santa, relíquia, 218-220, 223, 228-229, 246, 255, 261, 292
Langres, 48
Languedoc, 153n
Laodicéia, 179
Latáquia (Laodicéia em sírio), 39, 55, 77, 197, 207n, 229, 241, 243, 259n-1, 268-270, 274, 283, 286
Leão I, Papa, 21
Leão IX, Papa, 62, 95
Leão, 88
Le Bourg, *ver* Balduíno II
Le Forez, *ver* Raimundo
Leisingen, *ver* Emich, Conde de
Leitha, rio, 140
Le Puits, *ver* Everardo
Le Puy, 85, 103, 105, 106; *ver também* Ademar, Bispo de; Bertrando
Lesbos, 79, 178
Leucas, 268
Leuce, 171, 172n
Líbano, libaneses, 19, 25, 31, 44, 57, 241-242, 247
Lida, 249
Liège, 138
Lietberto, Bispo de Cambraia, 55, 77
Limoges, 107
Lisieux, *ver* Gisleberto, Bispo de
Litani, rio, 274
Litoldo, cavaleiro flamengo, 256
Loire, rio, 107
Lombardia, lombardos, 61, 95, 107, 273
Lorena, 52, 109, 138, 140
Luca, 207n, Crônica de, 301
Lucas, S., 48, 55
Lião, 103, 104

Maarat an-Numan, 227, 232-235, 241, 298
Maaratha, 298
Mabila de Hauteville, 216
Macedônia, 77, 146
Macedônica, dinastia, 59
Macrembolitissa, *ver* Eudóxia
Mahmud, príncipe ghaznávida, 64
Mahomerie, castelo de la, 207
Maomé, profeta, 17, 26-27
Mahomet ibn-Ali, *ver* Almanzor
Main, rio, 132
Mainz, 52, 130, 131-132; *ver também* Rotardo, Arcebispo de
Maiolo, S., Abade de Cluny, 103
Malavilla, 119n-2
Malecorne, *ver* Arnulfo
Male Couronne, arauto, 211
Malik Ghazi Gümüshtekin, emir danishmend, 284, 285
Malik-Xá, sultão seljúcida, 68-69, 70, 77, 78, 79, 195
Malines, 218
Malmesbury, *ver* Guilherme
Malregard, castelo, 200
Mamas, S., 48
Mamistra (Missis, Mopsuesta), 76, 183-185, 204n, 283
Man, *ver* Lagman Gudrösson
Manasses, Arcebispo de Reims, 297
Mangjeloz, 140
Manuel, general, 30
Manuel, *ver* Butumites
Manzikert, 65, 66, 68, 69, 77
Mar Adriático, 60, 72, 112, 113, 150
Marash (Germanicéia), 39, 175, 177-178, 180, 184, 185, 197; *ver também* Gregório, Bispo de
Marata, 197
Mar Cáspio, 57, 63
Mardaítas, 31
Mar de Aral, 64
Mar Egeu, 75, 79
Mar Negro, 74
Maria de Alânia, Imperatriz, 72-73

Mariano, *ver* Argiro; Mavrocatacalon
Marcos, S., 246
Mármora, Mar de, 78, 79, 122, 141, 144
Marne, rio, 157
Maronitas, 25
Marqiye, 243
Martinho I, Papa, 50
Martina, Imperatriz, 28, 29
Marturano, *ver* Arnulfo, Bispo de
Mar Vermelho, 63
Maria, Sta., dos Latinos, igreja em Jerusalém, 38
Maria, Virgem, 55, 155
Mar Morto, 27
Masyaf, 242
Mateus de Edessa, historiador, 188, 298
Mateus, S., 155
Mateus, Senescal, 280
Matilda, Condessa da Toscana, 99
Maurienne, 49
Mavrocatacalon, Mariano, 155
Mavrocatacalon, Nicolau, almirante, 113, 155
Máximo, o Confessor, S., 25
Meca, 25, 41, 43
Medina, 25, 30
Mekhitar de Airavanq, historiador, 298
Melfi, 61; Concílios de, 62, 99
Melisseno, Nicéforo, usurpador, 72-73
Melitene, 65, 77, 163, 180, 186, 283, 285; *ver também* Gabriel, senhor de
Melk, 54
Melquitas, 22
Melun, *ver* Guilherme, o Carpinteiro
Menbij, 222
Menguchek, emir turco, 69, 74
Meram, 175
Mercúrio, S., 224
Mersin, 183
Meriem, Rainha da Pérsia, 23
Mesopotâmia, 20, 36, 40, 196, 209
Metz, 132
Meuse, rio, 109, 138
Miguel III, Imperador, 41n-1
Miguel VI, Estratiótico, Imperador, 60
Miguel VII, Ducas, Imperador, 65, 69-70, 76, 96-97
Miguel, patriarca jacobita de Antióquia, 31, 299
Miguel, S., Arcanjo, 51, 53, 61; *ver também* Gargano, Monte
Miguel, *ver* Cerulário
Milão, 94
Mirdasita, dinastia, 42
Moabitas, 34
Moawiya, califa, 35
Monenergismo, 24
Monofisistas, hereges, 21-22, 24, 26; *ver também* Jacobita, Igreja
Monotelistas, hereges, 25
Montaigu, *ver* Conon
Monteil, família, 255; *ver também* Ademar; Francisco-Lamberto; Guilherme-Hugo
Montgomery, Conde de, 154
Montier-en-Der, 50, 52
Montjoie, 250
Montpelier, *ver* Guilherme
Montreuil, *ver* Guilherme
Mouros, 267
Morelo, secretário, 282
Mortagne, Conde de, 154
Mocho, João, 18
Mosela, rio, 132
Moson, *ver* Wiesselburg
Mosul, 38, 39, 40, 80, 187, 224
Mosinópolis, 112
Moulins, 103
Munquidita, dinastia, 241

Nablus, 264
Nangis, *ver* Bartolfo de
Nápoles, 57, 60
Naqoura, 248
Narbonne, 86, 88, *ver* Pedro
Nasir-i-Khusrau, 44
Natividade, Igreja da, em Belém, 22, 249, 254, 289
Navarra, 88
Nazaré, 34, 40, 55, 271
Neckar, rio, 118, 119
Negueb, 271
Neocesaréia (Niksar), 65, 286
Nesle, *ver* Drogo
Nestorianos, hereges, 22-23, 25, 31, 36, 37, 63
Nestório, patriarca de Constantinopla, 20
Neuss, 132

Nicéia, 71-72, 78, 124, 125, 143n, 157, 163-166, 170, 173n, 178, 181, 199, 296
Nicéforo II, Focas, Imperador, 39
Nicéforo III, Boteniates, Imperador, 71, 76, 97; *ver* Briênio; Melisseno
Nicetas, governador da Búlgária, 118-121, 140
Nicolau I, Papa, 84
Nicolau II, Papa, 62
Nicolau III, Patriarca de Constantinopla, 99; *ver* Mavrocatacalon
Nicolau, S., 155
Nicomédia, 71, 78, 123, 143, 157, 170
Nicusus, armênio, 186
Nihavand, batalha, 29
Nilo, rio, 34
Nîmes, 107
Nínive, 23
Nish, 112, 118, 120-121, 140
Nisibin, 40
Nitra, 133
Nogent, *ver* Guiberto
Norfolk, *ver* Guader, Conde
Normandia, 61, 86, 89
Normandia, Duque da, 52; *ver também* Ricardo; Roberto; Guilherme I
Nórdicos, 50, 54, 110
Noruega, noruegueses, 53
Nosairi, montanhas, 40, 242

Ócrida, 112, 158
Odilo, Abade de Cluny, 88
Odo, Bispo de Bayeux, 154
Odo, Conde de Déols, 85; *ver* Urbano II
Odo, o Bom Marquês, 146
Oedenburg, 119, 140
Oghuz, turcos, 64, 66, 119
Olavo Tryggvason, Rei da Noruega, 53
Olavo II, Rei da Noruega, 53
Oliba, Bispo de Vich, 86
Oliveiras, Monte das, 18, 46, 253, 255
Olivola, Bispo de, 52
Omar, califa, 17, 27
Omar, senhor de Azaz, 231
Omíada, dinastia, 35-36, 251
Onopnicles, rio, 197, 200
Orange, *ver* Rambaldo, Conde de; Guilherme, Bispo de
Orel, 110
Orígenes, 46n
Orléannais, 109
Orléans, 287
Orontes, rio, 27, 39, 40, 177, 195, 197, 200, 215, 227, 231, 241, 283
Ortoq, governador de Jerusalém, 78, 80, 202, 239, 251
Ortóquida, família, 192, 209; *ver* Ilghazi, príncipe; Soqman, príncipe
Oshin, príncipe armênio, 75, 181, 183
Óstia, 98
Ossios Lucas, monastério, 58
Otranto, Terra d', 145
Oto I, imperador ocidental, 52
Oto II, imperador ocidental, 84
Oxia, 284
Oxo, rio 29

Paleólogo, Jorge, 168
Palli, Cabo, 137
Paflagônia, 60, 79
Paris, 87; *ver também* Roberto
Parma, *ver* João, Bispo de
Partzerpert, 181
Pascoal II, Papa, 273
Passo Ciliciense, desfiladeiro, 170, 175
Passo Sírio, desfiladeiro, 175
Paulo, S., Porta de, em Antióquia, 197, 198
Paulicianos, hereges, 147, 177
Pazouni, 181n-1
Peeldelau, Randolfo, 141
Pelecanum, 143, 149, 165, 168
Pela, 28
Pendik, 144n
Pentápolis, 29
Pera, 142
Pérsia, persas, 19, 20, 22, 23-25, 27, 29, 31, 36, 63, 64, 195, 197, 209
Pechenegues, 74, 79, 101, 120, 142, 147, 151, 152, 168
Pedro III, Patriarca de Antióquia, 95
Pedro Bartolomeu, descobre a Santa Lança, 218-221; visões subseqüentes, 228, 231, 232, 233, 234, 246; morre no ordálio, 246. Outras referências, 260, 262, 300
Pedro Desidério, 246, 255
Pedro de Aulps, 176, 216
Pedro de Castillon, 177

Pedro de Narbonne, Bispo de Albara, 231, 233, 234, 244, 262
Pedro de Roaix, 177
Pedro de Stenay, 139, 182
Pedro, S., 21, 62, 195, 220, 230, 246, 273; Catedral de, em Antióquia, 196, 215, 219, 221, 228-232; igreja de, em Roma, 88
Pedro, o Eremita, prega, 109; conduz expedição para o Oriente, 117-127, 128, 129, 141, 157; tentativas de fugir de Antióquia, 203; embaixada para Kerbogha, 222. Outras referências, 112n, 163, 221n-2, 255, 265, 295, 302, 304
Petra, 19
Peyrins, *ver* Francisco-Lamberto, senhor de
Piacenza, Concílio de, 101
Picardia, picardos, 50, 109
Pilet, Raimundo, 227, 235, 243, 246, 253, 283
Pindo, cadeia do, 146
Pireneus, cadeia dos, 30, 87, 88, 89
Pisa, pisanos, 88, 267-270, 272, 275, 288; *ver* Dagoberto, Arcebispo de
Pisídia, 174
Placência, *ver* Comana
Podano, 182
Poissy, *ver* Gualtério; Guilherme
Poitiers, 85, 107; *ver também* Ricardo
Polônia, poloneses, 84
Poliboto, 174, 179
Pontarlier, 154, 155
Porsuk, rio, 172n
Porta de Herodes, *ver* Flores, Porta das
Porta de Jafa em Jerusalém, 251, 252
Ponte de Ferro, perto de Antióquia, 178, 197, 205, 215, 224
Porta de Ferro, em Antióquia, 197, 208, 212
Praga, 133; *ver também* Cosme, Bispo de
Praxedes de Kiev, imperatriz ocidental, 101
Premeti, 147n-2
Principado, *ver* Ricardo do
Provença, provençais, 86, 103, 107, 149, 156n-1, 223, 246, 283
Prudêncio, 48
Prussianos, 84
Pselo, Miguel, 58
Querfurt, *ver* Bruno
Quio, 79, 178

Raban, 180
Rabboth-Moab, 28n-1
Radulfo de Caen, historiador, 220n-2, 230n-1, 247n-1, 294; *ver* Peeldelau
Rafaniya, 242
Raimundo IV de Saint-Giles, Conde de Toulouse e Marquês de Provença, luta na Espanha, 103; ingressa na Cruzada, 106-108; viaja até Constantinopla, 150-152; em Constantinopla, 152-153, 158; em Nicéia, 166-167; encontra-se com Aleixo em Pelecanum, 168; na Anatólia, 171-172, 175; envia tropas para Antióquia, 176-177; no cerco a Antióquia, 198-199, 201, 206-207, 211; e a Santa Lança, 218-221; enfermo, 222; disputa com Boemundo por Antióquia, 225-226, 228; investidas contra territórios muçulmanos, 231-233; parte para Jerusalém, 235; na Síria, 241-247; diante de Jerusalém, 252, 253, 255; na captura de Jerusalém, 256-257; perde a coroa, 259-263; em Ascalão, 265; deixa a Palestina, 267; em Latáquia, 269-270; vai para Constantinopla, 283, 289. Outras referências, 144n, 156n-1, 157, 163n, 194, 228, 274, 292, 300, 301, 302-303
Raimundo-Berengar I, Conde de Barcelona, 89
Raimundo de Aguilers, historiador, 153n, 221, 223, 234, 245, 246, 255, 256, 257, 262, 263, 292, 300, 301
Raimundo de La Forez, 150
Raimundo, Visconde de Toulouse, 243
Raimundo, *ver* Pilet
Ranulfo de Salerno, 146
Ralph, *ver* Guader
Rambaldo, Conde de Orange, 150
Ramsés, Faraó, 287
Ramiro I, Rei de Aragão, 89
Ramleh (Rama), 34, 248-249, 253, 264, 275; *ver também* Roberto de Rouen, Bispo de
Ras Shaka, 247
Ravendel (Ruwandan), 187, 192, 229

Regensburg, 133
Reims, 98, 104, 139; *ver* Manasses, Arcebispo de; Roberto, o Monge
Reinaldo, Conde de Toul, 139, 144n, 182, 191, 224
Reinaldo, nobre italiano, 122, 124
Reinaldo de Breis, 110, 121, 125-126
Reno, rio, 118, 119
Renânia, 128, 130
Rethel, *ver* Balduíno II
Ribemont, *ver* Anselmo
Ricardo III, Duque da Normandia, 53
Ricardo de Poitiers, cronista, 293
Ricardo de Salerno, "do Principado", 146
Ricardo de Salerno, filho de Rainulfo, 146
Ricardo, o Peregrino, poeta, 296
Ricou, Guilherme, 254
Ridwan, governante de Alepo, 80, 195, 197, 205, 209, 222, 227, 241, 283
Roaix, *ver* Pedro
Roberto II, o Pio, rei de França, 85, 88
Roberto I, Duque da Normandia, 53
Roberto II, Curthose, Duque da Normandia, junta-se à Cruzada, 108, 154; viaja até Constantinopla, 155-156; em Nicéia, 166; em Doriléia, 172; em Antióquia, 215, 221, 223, 232, 234; em Latáquia, 229; parte para Jerusalém, 235, 241; em Arqa, 244, 246; em Jerusalém, 252, 255, 260-262; em Ascalão, 264-265; volta à Europa, 266-267. Outras referências, 260, 289, 300, 302
Roberto I, Conde de Flandres, 101, 154
Roberto II, Conde de Flandres, junta-se à Cruzada, 108, 154-155; em Constantinopla, 155; em Doriléia, 171-172; em Antióquia, 201, 211, 215, 218n-2, 221, 223, 226, 232, 233, 234; fica em Antióquia, 235; reingressa na Cruzada, 244; em Ramleh, 249; em Jerusalém, 254, 262; em Ascalão, 264; retorna à Europa, 266-267. Outras referências, 289, 302-303
Roberto Borsa, Duque da Apúlia, 62, 72, 74, 97, 99, 108
Roberto de Ansa, 146
Roberto da Apúlia, 275
Roberto de Arbrissel, 109, 111n
Roberto de Paris, 173
Roberto de Rouen, Bispo de Ramleh, 249, 280
Roberto de Sourdeval, 146
Roberto, o Monge, de Reims, 104, 110, 294
Rodes, 79, 268
Rodolfo, Duque da Suábia, anti-rei da Alemanha, 90
Rodolfo, de Brandis, 126
Rodosto, 54, 151, 153
Rogério de Toeni, 89
Rogério, filho de Dagoberto, 141
Rogério I, de Hauteville, Conde da Sicília, 62, 96, 99, 108, 145
Rohes, *ver* Arnulfo Malecorne
"Romênia", 104
Romano IV, Diógenes, Imperador, 65-66, 69, 73, 76
Romano, Bispo de Rossano, 100
Roma, cidade, 38, 50, 61, 87, 88, 98-99, 101, 137, 155, 258; *ver* S. Pedro, igreja de
Rosay, 138
Rossano, *ver* Romano, Bispo de
Rossignuolo, família, 146, 147; *ver também* Godofredo
Rotardo, Arcebispo de Mainz, 131
Roucy, *ver* Ebles, Conde de; Felícia
Rouen, 129; *ver* Roberto
Roupen, príncipe armênio, 75, 181
Roussa (Keshan), 147, 151
Roussel de Bailleul, 66-67, 69-71, 137
Roussillon, 86; *ver* Gerardo
Rudesheim, 132
Rue, *ver* Vulphy
Rufinel, 166n
Rufus, *ver* Guilherme
Rugia, 231, 233, 302-304
Rupênia, dinastia, 202
Rusia, 177
Rússia, 54, 57, 101
Ruwandan, *ver* Ravendel

Sahyun, 40
Saif ad-Daula, governante de Alepo, 38
Saint-Aubin d'Angers, abade de, 52
Saint-Gilles, 103, 108; *ver* Raimundo
Saint-Pol, *ver* Hugo
Saint-Valéry, *ver* Gualtério de
Saintes, 107
S. Benigno, abade de, 94

S. Cybar, abade de, 52
S. João, aldeia, 188
S. Simão (Suadiye), 198, 200, 204, 206, 216, 219, 229
Salerno, *ver* Rainulfo; Ricardo
Salih ibn Mirdas, emir de Alepo, 44
Salm, 130
Salomão, Templo de, em Jerusalém, 17
Samânida, dinastia, 64
Samaria, 49, 254, 271
Samos, 79, 178, 268
Samosata, 186, 188
Samson, hospício de, 54
Samuel, profeta, 250
Samuel de Ani, cronista, 298
Sancho III, Rei de Navarra, 88
Sancho-Guilherme, Duque da Gasconha, 88-89
Sangário, rio, 170
Saragoça, 89
Sardes, 179
Sari-su, rio, 172n
Sarout, 241
Saruj, 192
Sassânida, dinastia, 29
Save, rio, 118-120
Scabioso, Monte, *ver* Humphrey
Schwarzenberg, *ver* Henrique
Sebastéia (Sivas), 65, 74, 284
Sena, rio, 157
Seljúcidas, turcos, 65, 75, 78-79, 163, 178, 180, 208, 217, 243
Selêucia, em Isáuria, 49, 170, 283
Selímbria, 141
Semlin, 118-119, 140
Sens, 104
Sepulcro, Santo, igreja de, em Jerusalém, 17, 41, 42n-1, 44, 47, 49, 55, 78n, 258, 262, 263, 279, 288
Sérvia, sérvios, 74, 101, 151
Sérgio I, Patriarca de Constantinopla, 24
Sérgio II, Patriarca de Constantinopla, 94
Sérgio IV, Papa, 94
Sérgio, general, 27
Serres, 147
Shahrbaraz, general persa, 22
Shaizar (Cesaréia), 39, 42, 201, 229, 241
Shams-ad-Daula, filho de Yaghi-Siyan, 196, 201, 212, 215
Sicardo de Cremona, 293
Sice, 268
Sicília, 38, 62, 96, 145
Sídon, 248, 287
Sigelgaita, Duquesa da Apúlia, 76, 145
Siloé, piscina, em Jerusalém, 252
Sílpio, Monte, em Antióquia, 197, 208
Silva Candida, *ver* Humphrey, Cardeal de
Sílvia, Sta., da Aquitânia, 47; *ver* Etéria
Simão II, Patriarca de Jerusalém, 100, 202, 206, 258, 259, 260
Simão, nobre armênio, 176
Simão Estilita, S., 49
Sion, Monte, em Jerusalém, 251, 252, 256, 288
Sis, 181
Sitt al-Mulk, princesa fatímida, 44
Skodra, 150
Sofia, 54, 112, 120n-3
Sofia, Sta., igreja de, em Constantinopla, 95
Sófon, Monte, 70
Sofrônio, Patriarca de Jerusalém, 17-18, 25, 28
Sögüt, 172n
Soqman, príncipe ortóquida, 205, 224, 239
Sosthenium, 144
Sourdeval, *ver* Roberto
Souvigny, 103
Spier, 131
Stavelot, abade de, 52; *ver* Balduíno
Stenay, 138; *ver* Pedro
Sudanesas, 251
Suez, istmo, 29
Suleimã ibn Kutulmish, sultão seljúcida, 68, 70, 72, 77-79, 195
Suleimã, o Magnífico, sultão otomano, 251
Sultan Dagh, montanhas, 174
Suwat, 276
Suábia, *ver* Hilda, Condessa da; Rodolfo, Duque da
Swein Godwinsson, Conde, 54

Tabor, Monte, 55, 271
Tafroc, *ver* Taphnouz
Taghlib, Banũ, tribo árabe, 26
Talenki, aldeia, 198
Tancredo de Hauteville, 61, 64

Tancredo, Príncipe da Galiléia, Regente de Antióquia, junta-se à Cruzada, 146; travessia para a Ásia, 149; ida para Nicéia, 165; juramento perante Aleixo, 168-169; ida para a Cilícia, 176, 182; na Cilícia, 182; em Antióquia, 199, 208, 223; prossegue para Jerusalém, 235; marcha para Jerusalém, 241, 242, 244; ocupa Belém, 249-250; no sítio de Jerusalém, 252, 254, 255; na captura de Jerusalém, 257; em Nablus, 264; em Ascalão, 265; permanece na Palestina, 267; ocupa a Galiléia, 271, 273; investidas no leste, 276-277; campanha contra Haifa, 279, 281; acordo com Dagoberto, 281; negociações com o Rei Balduíno, 288-289. Outras referências, 173, 229, 234, 293, 294, 302; castelo de, em Antióquia, 208, 224
Tanũkh, Banu, tribo árabe, 37
Taphnuz (Tafroc), príncipe armênio, 191, 193
Taranto, 145; *ver* Boemundo
Tarcaniote, José, 66
Tarso, 76, 181, 182-185, 204n, 216, 283
Tatício, general bizantino, 167n-4, 170, 174, 176, 178, 204, 206, 268, 291, 296
Tata, lago, 170
Tathoul, Príncipe de Marash, 177, 180, 191
Tauro, montanhas, 31, 75, 175, 176, 179, 180, 181, 202
Teck, *ver* Gualtério
Tel-Basheir, *ver* Turbessel
Tel-Mannas, 227, 235, 283
Tema Anatólio, 71
Tembris, Rio, 172n
Templo, *ver* Salomão
Termoli, 54, 60
Terracina, 60, 98
Tecla, Sta., 48
Teodora, Imperatriz, Porfirogeneta, 55, 59, 63
Teodora, Imperatriz, esposa de Justiniano, 22
Teodora, Imperatriz, esposa de Teófilo, 38
Teodoro, irmão de Heráclio, 27; *ver* Tritírio
Teofilato, Arcebispo da Bulgária, 100, 158, 292
Tessalônica, 54, 100, 112, 147, 156
Tessália, 72, 77
Thoros, príncipe de Edessa, 77, 180, 186-190, 284
Thoros, príncipe rupênio, 191n
Thorvald Kódransson Vidtförli, 53
Tiago, S., filho de Zebedeu, santuário de, em Compostela, 51, 88
Tiago, S., o Menor, 92
Tiana, 170, 182
Tiberíades, 27, 40, 271, 274, 277
Tiro, 242, 248, 287; Escada de, 248; *ver* Guilherme, Arcebispo de
Tito, imperador, 46
Toghtekin, atabegue de Damasco, 196, 201
Toledo, 90
Tomás de La Fère, 130, 134
Tortosa (Tartous), 39, 42, 243, 244, 267, 270, 274
Toscana, *ver* Matilda, Condessa da
Tosni, *ver* Godvere; Rogério
Toul, *ver* Rainaldo, Conde de
Toulouges, sínodos em, 86
Toulouse, 107; *ver* Raimundo, Conde de
Tournai, *ver* Gilberto
Tours, 107; *ver também* Gregório
Trácia, 151
Trani, 100
Transjordânia, 19, 272, 276
Transoxiana, 68
Trebizonda, 63
Trier, 132; Arcebispo de, 52
Trípoli, 39, 40, 41, 44, 51, 80, 241, 242-244, 270, 279, 287
Tripolitânia, na África, 29
Trisontai, batalha, 99
Tritírio, Teodoro, 28
Tübingen, *ver* Hugo
Tudebodo, 293
Tughril Beg, sultão seljúcida, 65, 77
Túnis, 87
Turbessel (Tel-Basheir), 185n-1, 187, 188, 192, 229, 231
Turcomanos, 64, 68-71, 97, 174
Turenne, *ver* Raimundo
Turquestão, 20, 64
Tutush, príncipe seljúcida, 78, 80
Tuzla, 144n
Tzimisces, *ver* João I

Tzitas, 167n-4

Uigures, turcos, 63
Ulukishla, 182
Urbano II, Papa (Odo de Lagery de Monteil), vida pregressa, 98; eleito papa, 99; negociações com Aleixo, 99; em Piacenza, 100-101; na França, 103; no Concílio de Clermont, 104-106; disposições para a Cruzada, 107-111, 113; instruções para Ademar, 202, 225, 227-228; carta dos príncipes, 230; morte, 258; indica Dagoberto, 259, 267, 272. Outras referências, 90, 145, 154, 155, 191, 200, 273, 296

Vahan, príncipe armênio, 28
Vahka, castelo, 181
Vahram, Gregório, católico armênio, 180n-3, 252n-1; *ver* Filareto
Valença, 220; *ver* Estêvão
Valentinois, Condes de, 106
Valões, 139
Van, Lago de, 65, 66, 180
Varangiana, Guarda, 53, 66, 71, 76, 95, 101
Vardar, rio, 146
Vartan, o Grande, historiador, 298
Vaspurakan, 42
Vendeuil, *ver* Clarambaldo
Veneza, venezianos, 51, 77, 278-279, 280n, 281, 297
Vênus Capitolina, deusa, 46
Verdun, Conde de, 52
Verdun-sur-le-Doubs, 85
Vermandois, 135; *ver* Hugo, Conde de
Vilibaldo, Bispo de Eichstadt, 50
Vítor II, Papa, 55
Vítor III, Papa, 98
Vidtförli, *ver* Thorvald
Vienne, Conde de, 52
Viernenberger, 130
Viusa, rio, 146
Vódena, *ver* Edessa
Volga, rio, 63
Volkmar, 130, 133
Vulphy de Rue, peregrino, 50

Waimer, peregrino, 50
Walid I, Califa, 35
Warner de Gray, 139, 278-282
Watten, abadia, 155
Watthab ibn Mahmud, 223
Welf, cavaleiro burgúndio, 183, 185
Welf da Baviera, 99
Wevelinghofen, 132
Wicher, o Alemão, 280
Wiesselburg (Moson), 133-134
Worms, 131

Xanten, 132
Xerigordon, 124-125, 304n-3
Xiita, seita, 42, 80

Yaghi-Siyan, governador de Antióquia, 195-201, 205-206, 208-210; palácio de, 226, 232
Yarmak, rio, 28
Yazdegerd III, rei da Pérsia, 29

Zacarias, Patriarca de Jerusalém, 23
Zamora, 88
Zante, 268
Zimmern, Conde de, 118; Crônica de, 296
Zoé, Porfirogeneta, Imperatriz, 59
Zonaras, historiador, 292
Zoroastristas, 17, 25, 32
Zweibrucken, 130

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA
IMAGO EDITORA
RUA SANTOS RODRIGUES, 201-A
RIO DE JANEIRO – RJ

Oriente, os cruzados foram estimulados em direção ao prêmio, espiritual ou não, da Cidade Santa de Jerusalém.

A culminância dessa jornada foi o longo cerco a Jerusalém, ao final do qual, os cruzados, através de uma espetacular manobra tática, conseguiram romper as defesas e se precipitar dentro da cidade, promovendo um sangrento massacre.

O livro de Steven Runciman HISTÓRIA DAS CRUZADAS foi aclamado como o mais completo e fascinante balanço da jornada histórica para salvar a Terra Santa dos infiéis.

O honorável *Sir* Steven Runciman foi um dos mais eminentes historiadores do mundo, com diplomas honorários das universidades de Oxford, Cambridge, Durham, Glasgow, St. Andrews, Birmingham, Londres, Chicago, Wabash e Salonica; foi sagrado cavaleiro em 1958 e, em 1984, nomeado *Companion of Honour*.

Entre as suas principais publicações figura A QUEDA DE CONSTANTINOPLA (Imago Editora).

HISTÓRIA DAS CRUZADAS procura, no seu primeiro volume, cobrir a história do movimento que chamamos de Cruzadas (desde seu nascimento, no século XI, até seu declínio, no XIV) e dos estados por ele criados na Terra Santa e países vizinhos.

No segundo volume, STEVEN RUNCIMAN apresenta a história e a descrição do reino de Jerusalém e de suas relações com os povos do Oriente Próximo, bem como as Cruzadas do século XII, deixando para o terceiro e último volume, a abordagem da história do reino de Acre e das últimas Cruzadas.

ISBN 85-312-0816-5

9 788531 208164